



## 2 Perfis, Estratégias e Planos para as Regiões (I)

**Síntese em 5 Volumes do Estudo sobre  
Desenvolvimento Regional e Logística  
de Transportes no Rio Grande do Sul  
- Volume 2 -**



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO  
DEZ/2005

R585

Rio Grande do Sul. Secretaria da Coordenação e Planejamento. Departamento de Estudos Econômicos e Sociais e Planejamento Estratégico.

Rumos 2015: estudo sobre desenvolvimento regional e logística de transportes no Rio Grande do Sul / SCP-DEPLAN; DCAPE. Porto Alegre: SCP, 2006. 5 v. : tab.; gráf., mapas.

Conteúdo: v. 1 – O desafio do desenvolvimento regional e estratégias para o Estado, v. 2 – Perfis, estratégias e planos para as regiões (I), v. 3 - Perfis, estratégias e planos para as regiões (II), v. 4 – A logística de transportes no desenvolvimento regional, v. 5 – Propostas para o sistema logístico do Rio Grande do Sul.

1. Desenvolvimento regional – Rio Grande do Sul 2. Logística - Transporte - Rio Grande do Sul 3. Planejamento regional – Rio Grande do Sul 4. Conselho Regional de Desenvolvimento (RS/ Brasil) I. Título. II. Secretaria da Coordenação e Planejamento; Departamento de Coordenação e Acompanhamento de Projetos de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico.

CDU 332.146.2:656(816.5)



# Volume 2

## SUMÁRIO

<b>Apresentação .....</b>	<b>7</b>
<b>2.1 – Região Funcional 1 .....</b>	<b>9</b>
Tendências Recentes da Região .....	10
Futuro Tendencial da Região .....	19
Elementos para a Construção da Visão Estratégica da Região .....	25
Visão Estratégica .....	31
Estratégias Propostas .....	32
Plano Estratégico para a Região .....	38
<b>2.2 – Região Funcional 2 .....</b>	<b>65</b>
Tendências Recentes da Região .....	66
Futuro Tendencial da Região .....	79
Elementos para a Construção da Visão Estratégica da Região .....	84
Visão Estratégica .....	89
Estratégias Propostas .....	91
Plano Estratégico para a Região .....	97
<b>2.3 – Região Funcional 3 .....</b>	<b>122</b>
Tendências Recentes da Região .....	123
Futuro Tendencial da Região .....	133
Elementos para a Construção da Visão Estratégica da Região .....	138
Visão Estratégica .....	141
Estratégias Propostas .....	142
Plano Estratégico para a Região .....	150
<b>2.4 – Região Funcional 4 .....</b>	<b>177</b>
Tendências Recentes da Região .....	178
Futuro Tendencial da Região .....	185
Elementos para a Construção da Visão Estratégica da Região .....	188
Visão Estratégica .....	191
Estratégias Propostas .....	192
Plano Estratégico para a Região .....	197
<b>2.5 – Região Funcional 5 .....</b>	<b>215</b>
Tendências Recentes da Região .....	215
Futuro Tendencial da Região .....	224
Elementos para a Construção da Visão Estratégica da Região .....	229
Visão Estratégica .....	232
Estratégias Propostas .....	234
Plano Estratégico para a Região .....	239
<b>Anexo 1 – Lista de Siglas .....</b>	<b>271</b>
<b>Anexo 2 – Base para a Regionalização adotada para as propostas deste volume ..</b>	<b>275</b>

Perfis, Estratégias e Planos para as Regiões - I



## Apresentação

Os Volumes 2 e 3 desta Coletânea detalham o Perfil, as Estratégias e os Planos para as nove Regiões Funcionais de Planejamento (**Mapa**) definidas pelo Rumos 2015, complementando o Plano Estadual, já detalhado no Volume 1. Além de caracterizar as Regiões quanto ao seu desempenho recente, às tendências para o futuro, aos elementos para a construção da Matriz SWOT (potencialidades, restrições, oportunidades e ameaças), essa análise define a visão estratégica para cada agrupamento de COREDEs, apresentando estratégias, objetivos e ações para cada Região Funcional.

O desenvolvimento deste trabalho apoiou-se no amplo retrato evolutivo do Estado e de seus COREDEs elaborado na Etapa de Avaliação do Rumos 2015, envolvendo todas as dimensões intervenientes no desenvolvimento sustentável e definindo cinco grupos de classificação, segundo seu grau de desenvolvimento econômico, suas potencialidades socioeconômicas e ambientais e suas condições sociais (Dinâmicos, Estáveis, Emergentes, Em Transição e Em Dificuldades), cuja síntese está no Capítulo 2 do Volume 1.

As nove Regiões de Planejamento foram definidas a partir das características de homogeneidade, polarizações ou potencialidades comuns entre os COREDEs, que devem perseguir objetivos integrados, compartilhados, complementares e sinérgicos na busca de desenvolvimento econômico com redução de disparidades inter e intra-regionais.

Também foi referência fundamental o Cenário Tendencial modelado para o Rio Grande do Sul, com base nos fatores que vêm determinando sua trajetória socioeconômica recente e que fornece diversos indicativos sobre o futuro esperado para o Estado. O trabalho indicou resultados a serem perseguidos - como em setores mais competitivos e de maior internalização nas Regiões - e também restrições que poderão se concretizar, caso intervenções mais decisivas do Estado e da sociedade não ocorrerem, como a manutenção dos níveis de pobreza e a redução das disparidades de renda, porém tendendo a patamares mais baixos de renda per capita estadual.

Para a construção da visão estratégica e das estratégias regionais, a ferramenta principal utilizada foi a matriz *SWOT*, que reúne as potencialidades, restrições, oportunidades e ameaças, sintetizadas nas dimensões ambiental, de infra-estruturas e informação e conhecimento, além de problemas e desafios sociais, incorporadas às *SWOTs* regionais.

A partir dessas informações, foram, ainda, realizadas discussões com especialistas setoriais do Estado nos segmentos econômicos da Cadeia de Madeira e Móveis; Cadeia de Máquinas e Implementos Agrícolas, Setor de Turismo, Setor de Frutas, Setor de Grãos, Cadeia Metal-Mecânica, Setor de Calçados e Couros e Pequenos Produtores, possibilitando o preenchimento de lacunas que existiam para a adequada construção das estratégias regionais. Posteriormente, foram definidas a visão estratégica para a Região Funcional e as estratégias que suportariam esta visão, com seus respectivos objetivos e ações que devem ser perseguidos até 2015.

Também essas definições foram discutidas com agentes locais, em reuniões com representantes de Conselhos Municipais e Regionais de Desenvolvimento, de universidades, associações comerciais e industriais e prefeitos, com o objetivo de incorporar ao trabalho novas avaliações.

Assim, considerando propostas oriundas das análises regionais e das sugestões encaminhadas pelas Regiões, foram delineados os Planos Estratégicos, incorporando-se as propostas de programas e projetos em todas as dimensões do estudo (econômicas, sociais, ambientais, de informação e conhecimento, de organização territorial e governança), além das de infra-estruturas, sendo as de transportes decorrentes do desenvolvimento do Componente 2 (Logística de Transportes), cujas principais conclusões estão nos Volumes 4 e 5.

O Plano Estadual objetiva constituir-se no arcabouço global dos programas e projetos que incidem diferentemente em cada uma das regiões, sendo um referencial das políticas multissetoriais que terão que ser empreendidas em todo o Estado. Reúnem agrupamentos sinérgicos de programas e projetos, perseguindo as estratégias propostas, mas articulando-se e fazendo parte do Plano Estadual, de modo a que as ações do governo rumem para uma atuação compatibilizada e ampla no todo, porém, específica a cada região. Apenas projetos muito específicos a determinada região, não fazem parte do Plano Estadual.



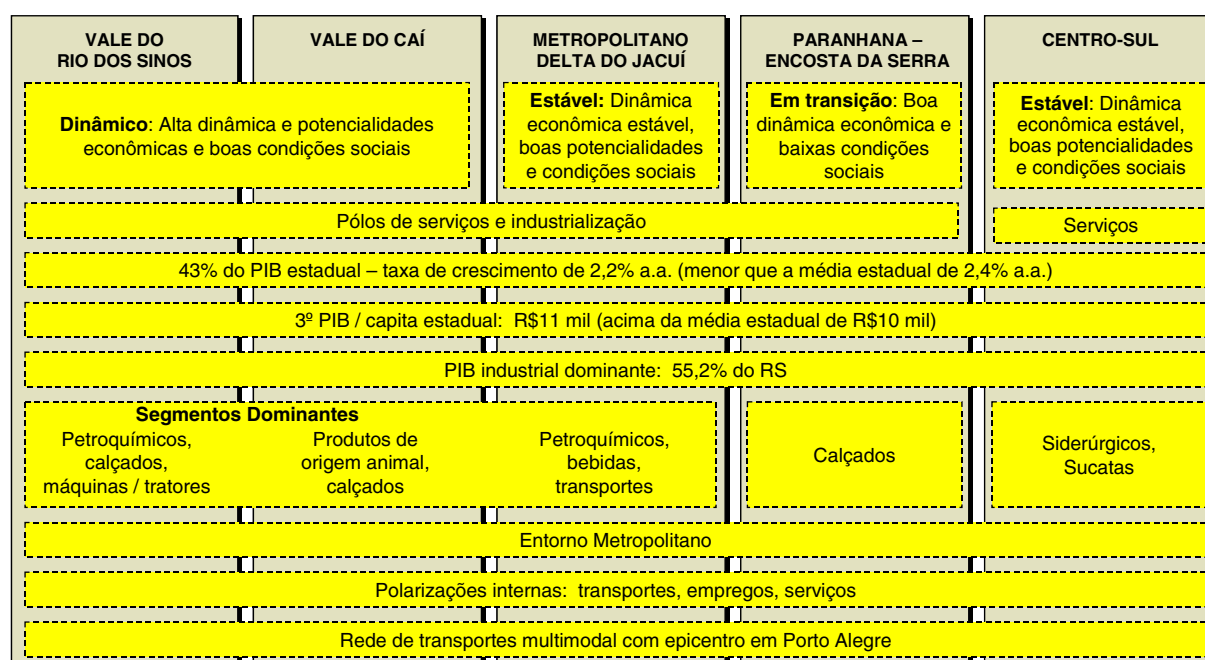
## 2.1 – Região Funcional de Planejamento 1

É formada por cinco COREDEs (Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos, Vale do Caí, Centro-Sul e Paranhana-Encosta da Serra), com fortes características metropolitanas e interações entre eles, que devem convergir para um projeto comum:

- ♦ Esses COREDEs concentram os principais pólos urbanos gaúchos de serviços e de industrialização.
- ♦ Têm os mais fortes carregamentos em viagens entre eles e as mais densas redes de transportes.
- ♦ Mantêm fortes correlações em empregos, rede urbana, infra-estruturas de comunicações, serviços de saúde, freqüência a universidades e centros de pesquisas.
- ♦ Apresentam tendências à ampliação de conurbações.

As homogeneidades e as polaridades entre os COREDEs que constituem a Região Funcional 1 são visualizadas sumariamente na **Figura 2.1.1**:

**Figura 2.1.1 – Homogeneidades e Polaridades na RF 1**

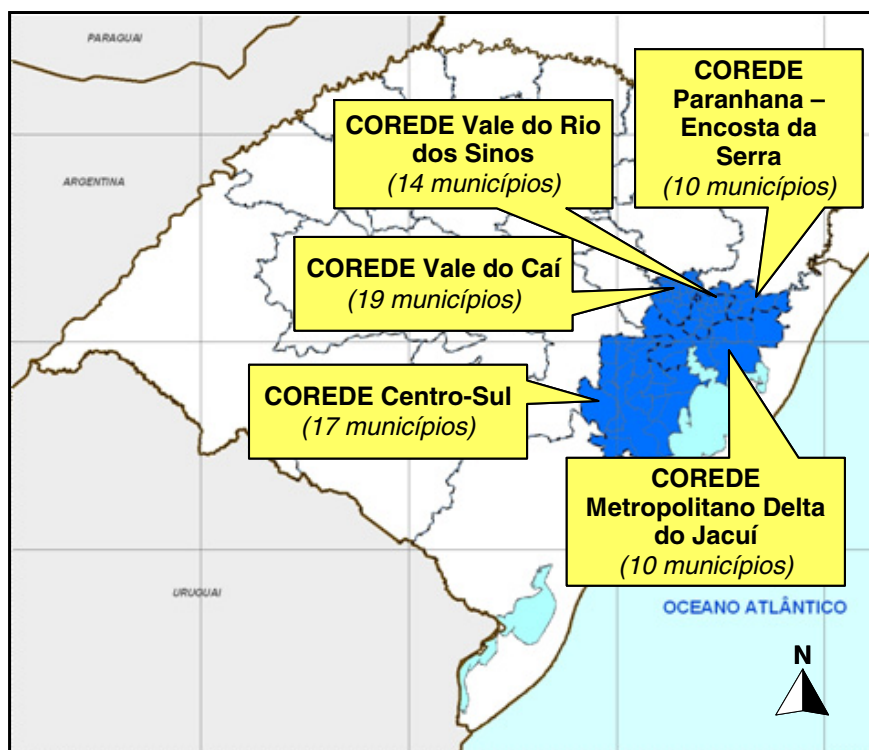


Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe– HLC

Trata-se do território mais dinâmico, produtor e irradiador para todo o Estado, embora guarde diferenças entre os COREDEs constituintes, especialmente o Centro-Sul, no que se refere às tendências sociais, às potencialidades e restrições ambientais, ao grau de empreendedorismo, à dependência de recursos e ao grau de investimentos públicos. Por conta dessas diferenças, os COREDEs foram caracterizados em três diferentes tipologias quanto ao grau de desenvolvimento econômico, às potencialidades socioeconômicas e ambientais e às condições sociais:

- ♦ **COREDEs Dinâmicos:** Vale do Caí e Vale do Rio dos Sinos.
- ♦ **COREDEs Estáveis:** Metropolitano Delta do Jacuí e Paranhana-Encosta da Serra.
- ♦ **COREDE Em Transição:** Centro-Sul.

Figura 2.1.2 – Municípios e COREDEs da RF 1



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

## Tendências Recentes da Região Funcional 1

São analisados os desempenhos recentes quanto à dinâmica econômica, demográfica e de urbanização, às infra-estruturas disponíveis, ao grau de desenvolvimento social, às potencialidades ambientais, à informação e conhecimento, às disponibilidades financeiras, ao empreendedorismo e às condições de governança, como síntese das aptidões e restrições identificadas como relevantes e que se constituirão nos fatores que contribuirão para seu desempenho futuro.

**Desempenho Econômico:** A Região é responsável por 43% do PIB do Rio Grande do Sul (2002). Sua participação nos PIBs setoriais do Estado está assim distribuída (2002):

- ◆ Agropecuária: 6,95%
- ◆ Indústria: 55,26%
- ◆ Comércio: 52,72%
- ◆ Serviços: 41,36%.

Com essa clara importância na formação do PIB estadual, a Região detém os maiores níveis de formalização do trabalho, com expressiva participação nos totais setoriais de empregados com carteira assinada. Sendo responsável por 38,7% do pessoal ocupado em todos os setores no Estado, possui 48% de todos os empregados com carteira assinada. A capacidade empreendedora é também notável, pois cerca de 45% das novas empresas gaúchas são sediadas em seu território, de acordo com a Junta Comercial, para o período 2002-2004. Em 2002, o PIB regional estava distribuído da seguinte forma:

- ◆ Agropecuária: 2,41%
- ◆ Indústria: 52,68%
- ◆ Comércio: 11,06%
- ◆ Serviços: 33,85%.

A indústria regional é bastante diversificada, tanto nos setores de tecnologia madura, quanto naqueles de alta tecnologia. Quase 61% do VAB<sup>1</sup> da indústria de produtos cerâmicos do

<sup>1</sup> Os dados do VAB se referem-se ao ano de 2002.

Estado são produzidos na Região. As jazidas de carvão permitem a produção de energia termo-elétrica e há ocorrência de granito e mármore, com potencial de crescimento. O sistema local de produção mais completo do Brasil, de couro e calçados do Vale do Rio dos Sinos, concentra, 78,3% do Valor Adicionado da indústria calçadista gaúcha e quase 71% da produção de couros e peles. A cadeia do petróleo é outro arranjo importante, na qual estão localizados o Pólo Petroquímico e a Refinaria Alberto Pasqualini. A partir desses dois empreendimentos, a Região responde por 88% do VAB total da cadeia do petróleo, com destaque para os subsetores de tintas e vernizes (93% do VAB estadual) e de produtos petroquímicos (99%). Tem tradição também na indústria mecânica, possuindo um parque expressivo, onde destacam-se a fabricação de componentes automotivos (52% do VAB estadual), máquinas e implementos agrícolas (47%) e montadoras de veículos automotores (32%). Nesse último segmento, cabe destacar a implantação da GM em Gravataí, que não só significou uma nova trajetória para a cadeia automotiva do Estado, como também novas orientações em relação à ocupação do território na área metropolitana.

Os dados do VAB estadual mostram que 72% do Valor Adicionado dos segmentos de alta tecnologia são gerados na Região Funcional 1. Entre esses segmentos promissores, destacam-se a produção de equipamentos para telecomunicações (98% do VAB estadual) e os equipamentos hospitalares e odontológicos (96%). A Região sobressai-se, ainda, na produção de máquinas, com pouco mais da metade da produção estadual, e no setor ligado à informática e à microeletrônica, com 38% do VAB estadual. Esses setores de alta tecnologia são, ainda, de pequeno porte, mas altamente promissores, inclusive como suporte à introdução de inovações nos segmentos mais tradicionais, tendo em vista o caráter de tecnologias “*general purpose*” de parte substancial desse novo parque.

Mesmo não tendo uma produção agrícola expressiva, destaca-se no processamento de carnes, óleo vegetal de soja e farinha de trigo, com participações no VAB estadual variando entre 34% e 41%. Esse fato pode ser atribuído a decisões de localização das plantas de processamento tomadas em décadas anteriores que, principalmente no caso da soja, colocaram-nas junto aos terminais de exportação ou aos locais de consumo. Entre os principais produtos agrícolas do Estado, a Região tem algum destaque somente em frutas (cítricos, morangos, pêssegos), com 20% da produção total, e no fumo, com quase 18%.

**Desempenho Demográfico e da Rede Urbana:** A Região Funcional 1 é composta por 70 municípios e uma população total de 4,1 milhões de habitantes (2000), que correspondem a quase 40% da população do Rio Grande do Sul. Cerca de 93% da população é urbana, observando-se que a Região conta com nove dos 15 municípios gaúchos com mais de 100 mil habitantes (Figura 2.1.3).

Porto Alegre é não-somente pólo dessa Região, mas também possui influência, com grau de centralidade máxima (IBGE, 2000), sobre todo o território gaúcho. A Região é composta de dois grandes blocos urbanos: o Metropolitano, com 31 municípios, e o perimetropolitano, com os 39 restantes.

Mesmo que a metrópole não cresça mais a taxas exponenciais, mantém a tendência a concentrar a população do Estado. Em 1991, a RF1 respondia por 38,26% da população estadual, tendo crescido entre aquele ano e 2000 a uma taxa de 2,54% a.a., atrás somente das Regiões Funcionais 3 e 4, e bem acima da média do Estado (1,83% a.a.). O desempenho em relação à população total não se repete quando se trata da população urbana. A Região vem perdendo participação na população urbana, tendo crescido, entre 1991 e 2000, a uma taxa de 2,62% a.a., em quinta posição, e abaixo da média estadual (2,80% a.a.). De fato, paradoxalmente, a Região 1 foi a única a apresentar crescimento positivo da população rural, tendo aumentado sua participação no total do Estado de 12,17% para 14,88%, entre os dois últimos censos.

Nos movimentos migratórios internos à Região, pode estar parte da explicação desse fenômeno. Os dados censitários mostram que ela está entre as maiores receptoras de migrantes, com saldo positivo, em 2000, de mais de 53 mil pessoas. Em contrapartida, Porto Alegre apresenta o maior saldo migratório negativo do Estado. No Censo de 2000, a capital acusou a perda de mais de 30 mil habitantes, que se realocalizaram na sua vizinhança. Cerca de 60% da emigração da Região 1 teve como destino a própria Região. Os dados referentes aos saldos migratórios positivos dos municípios de Cachoeirinha, Alvorada, Viamão e Gravataí, com mais de 29 mil

imigrantes, parecem indicar o destino dos que deixaram a capital. Dessa forma, a metrópole ocupa cada vez mais espaços não-urbanos, transformando-os e gerando novas necessidades.

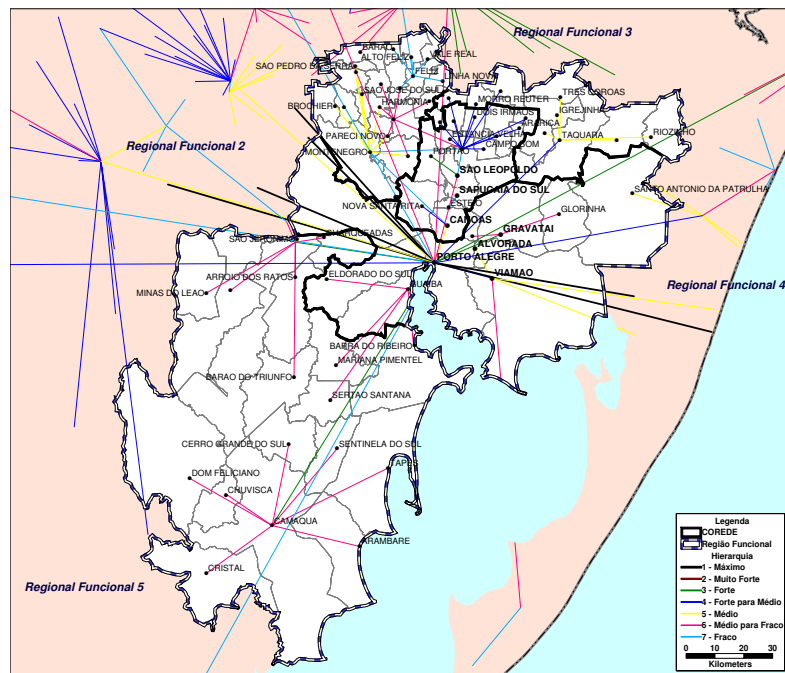
**Desempenho do Emprego e Renda:** O desempenho econômico e demográfico refletiu-se nos níveis de absorção da população por postos de trabalho e na renda por ela apropriada. A evolução da população ocupada (PO), entre 1991 e 2000, alcançou taxas de 1,85% a.a., maior que o crescimento populacional (1,2% a.a.), indicando uma ampliação significativa do mercado de trabalho regional. Os trabalhadores com carteira assinada e os por conta própria eram dominantes na Região, aumentando de 40%, em 1991, para 43%, em 2000. Mas a maior absorção no período ocorreu nos postos sem carteira assinada e nos sem remuneração (10% a.a.), refletindo a ampliação da fragilidade de vínculos empregatícios e a informalidade. Setorialmente, a indústria recuou substancialmente (de 27% para 23% da PO), sendo que os setores de serviços (de 56% da PO da Região para 60%) e da construção civil ampliaram seus postos de trabalho.

Especialmente, a Região pertence a uma bacia de emprego polarizada por Porto Alegre, que extrapola sua influência para além da própria Região, como registra a **Figura 2.1.4**, estendendo-se a parcelas do COREDE Vale do Taquari e do Hortênsias.

Esse bom desempenho do mercado de trabalho refletiu-se em pequenos aumentos dos níveis de renda per capita regional, de 0,5% a.a. entre, 1991 e 2000 e, embora a participação na renda média gaúcha tenha decrescido nesse período (de 29% a mais que a renda média estadual, passou para 23% a mais), alcançou R\$ 438,92, que persiste como a mais alta entre as rendas médias regionais.

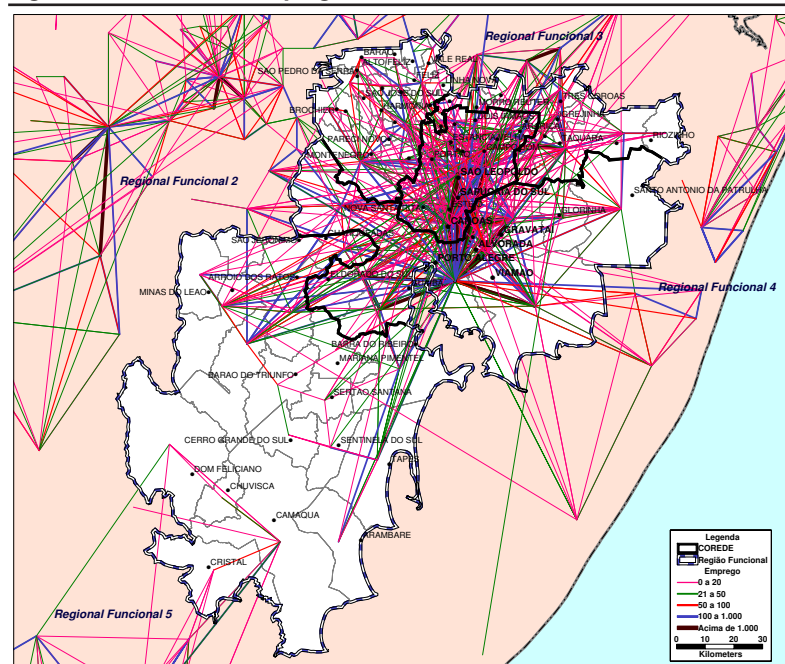
Cerca de 30% das famílias não possuíam, na mesma época, rendimento per capita de até dois salários mínimos, tendo regredido 40% entre 1991 a 2000, indicando uma situação favorável em relação à média do Estado. Entretanto, dentro desse percentual, as famílias sem rendimento mais que dobraram, o que, em parte, explica que mais de 80% das habitações subnormais no Rio Grande do Sul concentram-se na Região Metropolitana de Porto Alegre.

**Figura 2.1.3 – Polarização e Hierarquia Urbana na RF 1**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Figura 2.1.4 – Bacias de Emprego na RF 1**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

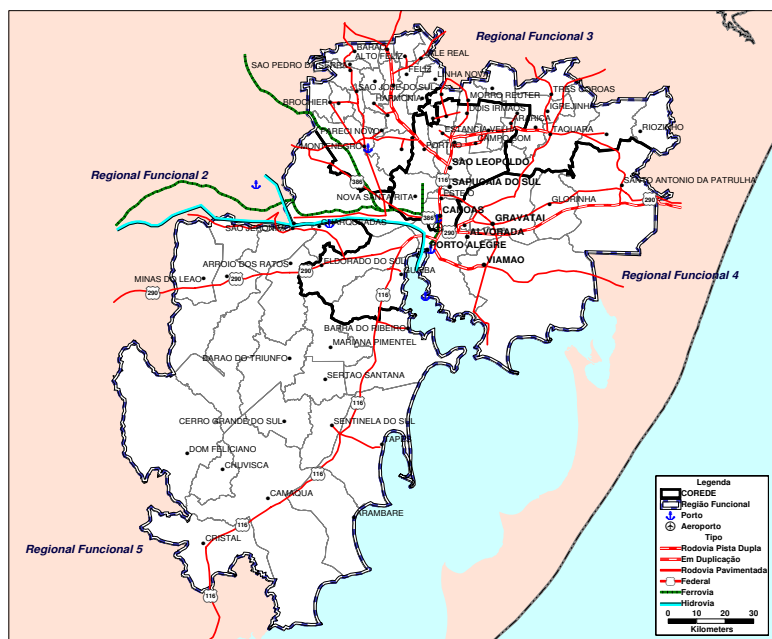
**Desenvolvimento Social:** Em relação às condições de saneamento domiciliar (água, esgoto e lixo), a Região tem uma situação igualmente favorável em relação às médias estaduais. Assim, 86% dos domicílios estão ligados à rede geral de abastecimento de água e 31% à rede de esgoto, sendo que cerca de 96% do lixo domiciliar é coletado pelo serviço público. Os níveis de atendimento dos domicílios rurais são bastante altos. Exemplo disso é o lixo recolhido em 52% dos domicílios rurais, enquanto que a média no Estado está abaixo de 21%. A situação da disposição do lixo encontra pontos críticos em vários municípios da Região, destacando-se Alvorada e Sapucaia.

A situação regional em relação à educação é mais ambígua. Apesar de se colocar dentro da média do Estado no que se refere à taxa de escolarização bruta dos ensinos infantil, fundamental e médio, apresenta uma das piores situações em relação à distorção idade-série. No ensino fundamental, esse indicador tem melhorado, mas ainda está cerca de 10% acima da média estadual. No caso do ensino médio, a situação é mais crítica, visto que a distorção idade-série tem resistido a baixar, ao contrário da média do Estado que, apesar de tênue, tende a ceder.

**Desempenho das Infra-estruturas:**

As infra-estruturas de transporte são essenciais no desenvolvimento da Região, tendo em vista seu caráter de grande pólo urbano estadual, com grandes volumes de tráfego de pessoas e cargas. A saturação e as deseconomias de urbanização podem implicar na perda de competitividade regional. Os gargalos e os elos faltantes de infra-estrutura de transportes vão desde a inadequada extensão da pista do Aeroporto Salgado Filho até a falta de cartas eletrônicas de navegação da Laguna dos Patos, passando por trechos rodoviários ou ferroviários, como a ligação Eldorado-Triunfo ou o Anel Metropolitano.

**Figura 2.1.5 – Estrutura Viária da RF 1**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipec – HLC

**Transportes:** A estrutura rodo-ferro-hidroviária regional, visualizada na **Figura 2.1.5**, é fortemente radial, com epicentro em Porto Alegre, como é de se esperar, dado o papel de “core” estadual que a metrópole mantém. Assim, as principais rotas de acesso a todas as demais regiões do Rio Grande do Sul aos demais Estados e às fronteiras passam por ela, sendo as destacadas:

- ◆ BR-116, vinda do Sudeste brasileiro, passando pela Região Funcional 3 e por Porto Alegre, rumo ao sul e Porto de Rio Grande.
- ◆ RS-240, RS-122 e RS-324, rumo a noroeste, na Região 9, passando por Passo Fundo em direção a Erechim e, de lá, para Santa Catarina.
- ◆ BR-386 (Rodovia da Produção), rumo às Regiões 9 e 7, passando em Soledade, Carazinho, Frederico Westphalen em direção à Santa Catarina.
- ◆ BR-287, rumo às Regiões 2, 6 e 8, no centro e oeste do Estado, passando por Santa Cruz do Sul e Santa Maria e alcançando Uruguaiana, em direção à Argentina.
- ◆ BR-290, que também passa pelas Regiões 2 e 8 e destina-se a Uruguaiana, articulando-se com a BR-153, rumo à Região 6, passando por Bagé, em direção à fronteira uruguaia, em Aceguá e Santana do Livramento.
- ◆ RS-040, RS-030 e BR-290, rumo ao litoral, na Região 4.
- ◆ RS-020, rumo à Região Funcional 3.

Reforçando a estrutura radial, estão:

- ♦ As hidrovias Jacuí e Taquari, que rumam à Laguna dos Patos para acessar a Região e ao Porto de Rio Grande.
- ♦ Os ramais ferroviários, que vêm do Sudeste brasileiro para Porto Alegre, em direção a Uruguaiiana.

Concêntricos a esses eixos, tornando a acessibilidade equânime em todo o território, há apenas segmentos que articulam dois ou mais desses eixos radiais, formando pequenos anéis a leste da metrópole:

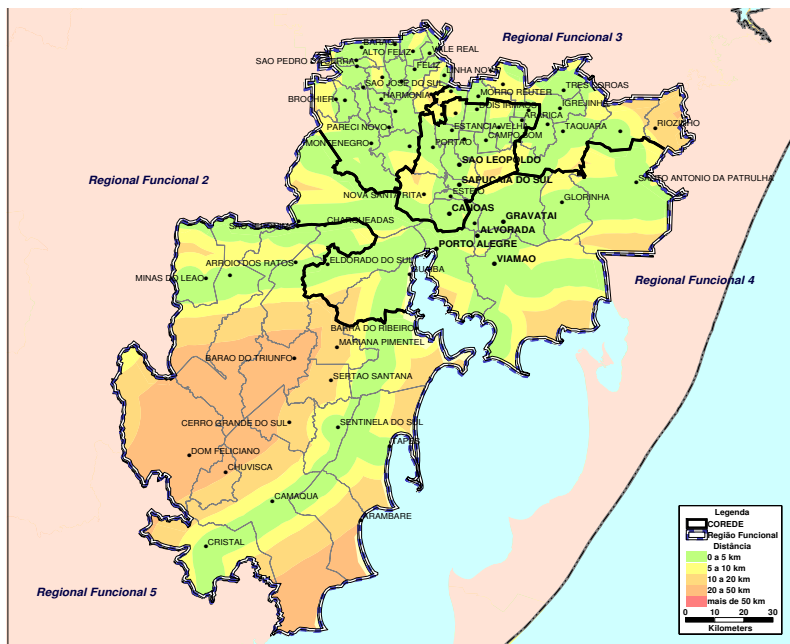
- ♦ RS-118, que articula a BR-040 em Viamão, a BR-290, em Gravataí, e a BR-116, em Esteio.
- ♦ RS-474 e RS-239, ligando a BR-290, em Santo Antônio da Patrulha, à BR-116, em Estância Velha.

A oeste, não há nenhuma via concêntrica. Dos eixos rodoviários radiais principais saem os acessos aos 70 municípios regionais, conformando estruturas em espinha-de-peixe em relação a cada um deles. Assim, embora o sistema viário regional seja considerado eficiente em grande parte (não-eficiente na parcela do Paranhana-Encosta da Serra e Centro-Sul), são deficientes as conexões intermunicipais, que exigem percursos maiores para acessar municípios adjacentes. Grandes porções ao sul e no extremo leste do Paranhana-Encosta da Serra têm distâncias a eixos principais, que variam de 20 a 50 quilômetros, como registra a **Figura 2.1.6**, tendo dificuldades de acesso a mercados e serviços.

Os fluxos originados na Região e com destino a ela e os que passam pela rumo a outros destinos ocasionam muitas linhas de desejo, como registra a **Figura 2.1.7**, onde estão mapeadas as viagens equivalentes de ônibus, caminhões e automóveis que ocorrem entre as várias origens e destinos na Região e fora dela.

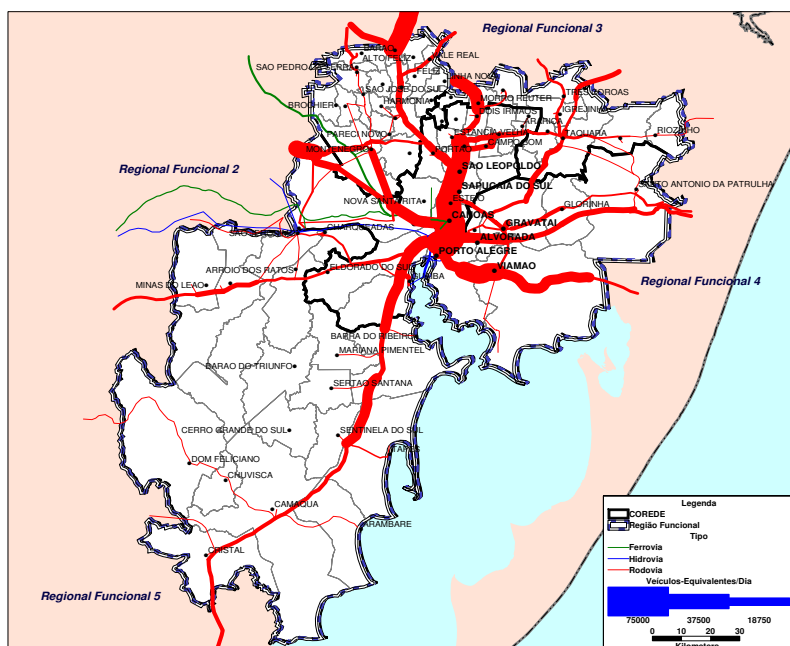
Verifica-se que os fluxos com maiores intensidades ocorrem no eixo até Caxias do Sul, ao norte; até Lajeado e Estrela, a oeste; até Glorinha, a leste, e rumo à Região 5 ao sul, até Sentinela do Sul, especialmente. Essas rotas ocasionam carregamentos de transportes

**Figura 2.1.6 – Acessibilidade a Rodovias Principais na RF 1**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Figura 2.1.7 – Carregamentos Rodo-Ferro-Hidroviários na RF 1 (Veículos-Equivalentes/Dia)**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

rodo-hidro-ferroviários da Região, como observa-se na **Figura 2.1.8**, onde aparecem gargalos.

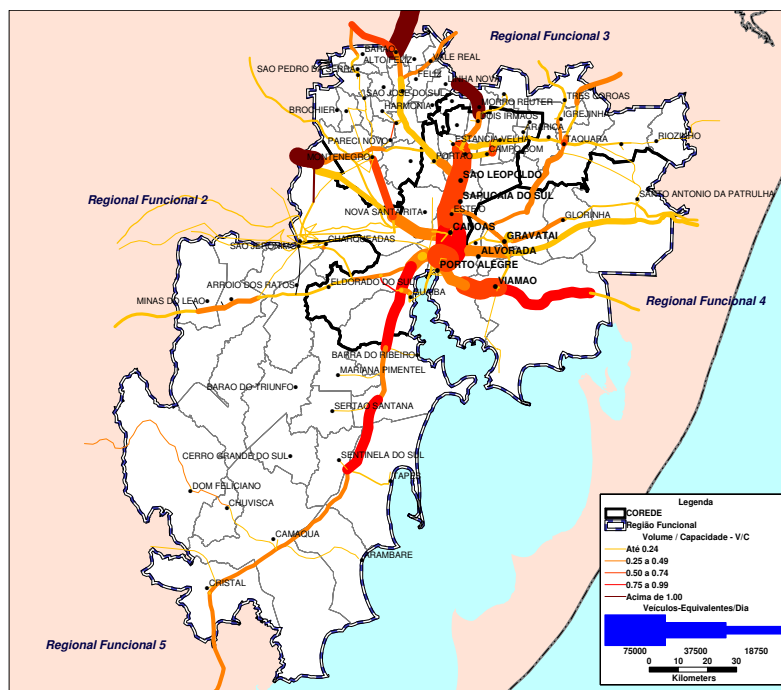
Por conta desses grandes fluxos e também pela topografia mais ondulada ou montanhosa, alguns trechos estão próximos ao limite das capacidades, como registra o **Quadro 2.1.1**. Entre esses gargalos, destacam-se o anel rodoviário metropolitano, articulando os vários eixos radiais, como conexões inter-regionais ferroviárias e rodoviárias com as Regiões 2 e 5.

Além desses gargalos operacionais, há 10 sedes municipais sem acesso asfaltado, o que representa 14% das cidades, dificultando a integração regional às ligações intermunicipais em busca de serviços e o escoamento de produções.

Dessas, sete estão no COREDE Centro-Sul (Arambaré, Barão do Triunfo, Cerro Grande do Sul, Chувиска, Dom Feliciano, Mariana Pimentel e Sertão Santana), duas no Paranhana-Encosta da Serra (Riozinho e Santa Maria do Herval) e uma no Vale do Caí (Tupandi).

Na Região Funcional 1, há o Aeroporto Internacional Salgado Filho, movimentando 35 mil toneladas em cargas e 2,8 milhões de passageiros, que também se constitui em gargalo para o transporte de cargas de alto valor agregado produzidas na Região. Em termos de armazenagem, é apenas o quinto destaque estadual em armazéns convencionais para cargas ensacadas (com 10% da capacidade estadual), e apenas 5% da capacidade de armazenagem de grãos.

**Figura 2.1.8 – Carregamentos Rodo-Hidro-Ferroviários Regionais: Gargalos na RF 1 (Veículo/ Capacidade)**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Quadro 2.1.1 – Gargalos em Transportes – RF 1**

Trechos com volumes acima da capacidade		
Rodoviário	Regional	Acesso à RS-239 (Trecho Sapiranga – Campo Bom)
Rodoviário	Regional	BR-116 (Trecho Guaíba – Barra do Ribeiro)
Rodoviário	Regional	BR-116 (Trecho Sertão Santana – Sentinela do Sul / Tapes)
Rodoviário	Regional	BR-386 (Trecho Tabaí – Triunfo)
Rodoviário	Regional	BR-386 (Trecho Triunfo – Montenegro)
Rodoviário	Regional	BR-386 (Trecho Pólo Petroquímico – Nova Santa Rita)
Rodoviário	Regional	BR-386 (Trecho Nova Santa Rita – Canoas)
Rodoviário	Regional	RS-440 (Trecho Gil – Tabaí)
Rodoviário	Regional	Anel Rodoviário Metropolitano
Rodoviário	Regional	RS-118 (Trecho Gravataí – Glorinha)
Rodoviário	Regional	RS-239 (Trecho Rolante – Riozinho)
Rodoviário	Regional	RS-715 (Trecho Sentinela do Sul – Sentinela do Sul)
Rodoviário	Regional	RS-287 (Trecho Montenegro – Triunfo)
Ferrovário	Inter-regional	Trecho Roca Sales-General Luz
Rodoviário	Inter-regional	BR-287 (Trecho Triunfo – Tabáí)
Ferrovário	Inter-regional	Trecho General Luz – Pelotas
Rodoviário	Inter-regional	Ponte Rodoferroviária sobre o Rio Jacuí

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Energia:** Do ponto de vista da geração, a integração dos mercados por linhas de transmissão faz com que a Região precise gerar a energia requisitada. Portanto, embora conte com usinas térmicas, há vários projetos de hidrelétricas e parques eólicos previstos no Estado que, com as linhas de transmissão existentes e projetadas, se efetivadas, poderão suprir as demandas.

Do ponto de vista da transmissão, várias linhas de alta capacidade (500 kV) a média e baixa capacidade (de 230 kV a 69 kV) atravessam seu território, suprimindo adequadamente os consumos que estão sendo decrescentes (de cerca de 10,2 milhões de MWh em 2000, para 10,1 milhões de MWh em 2003), talvez reflexo da progressiva mudança da estrutura setorial e regional da indústria para comércio e serviços. Os altos consumos concentram-se nos municípios do COREDE Metropolitano Delta do Jacuí (Triunfo, Canoas, Gravataí) e Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo e Novo Hamburgo), sendo altos também em Montenegro, no Vale do Caí, como registra a **Figura 2.1.9**.

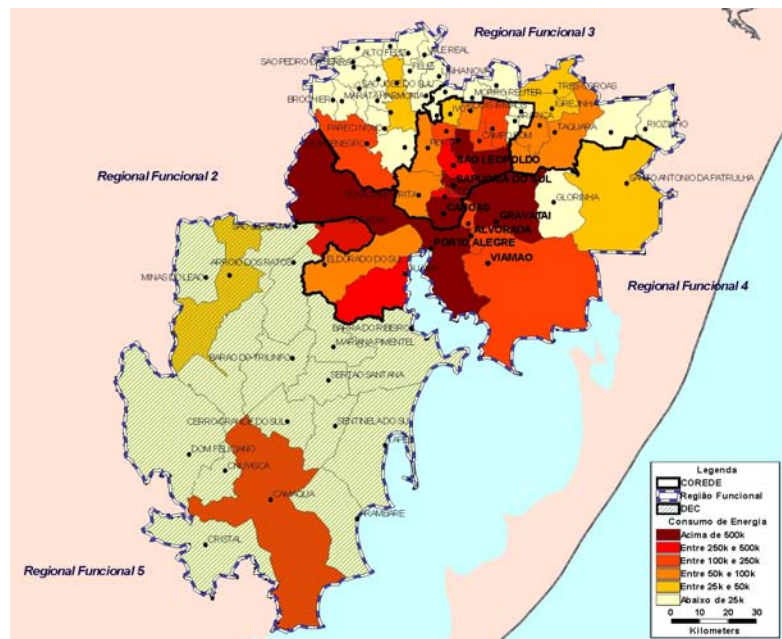
O nível de serviço no suprimento energético está dentro dos padrões aceitáveis pela Aneel, com exceção do Centro-Sul, onde registram-se durações de interrupções de suprimento acima dos padrões aceitáveis, o que pode desestimular novas indústrias.

A garantia do fornecimento de energia ao Pólo Petroquímico de Triunfo e à Região Metropolitana representa o principal desafio. Isso porque todos os trechos das duas linhas (138 kV) entre as subestações Scharlau (São Leopoldo) e Cidade Industrial (Canoas) estão operando com sua capacidade máxima, assim como entre Cidade Industrial e Gravataí 2, em Gravataí, como registra a **Figura 2.1.10**.

A oferta de gás natural da Bolívia é insuficiente para atender a toda a demanda existente, pois metade é consumida pela Termocanoas e a outra, por 71 clientes industriais, restando uma pequena parcela, consumida por postos de combustíveis e pequenos clientes. O desafio é a viabilização do gasoduto Uruguaiana-Porto Alegre, que ampliaria a oferta atual.

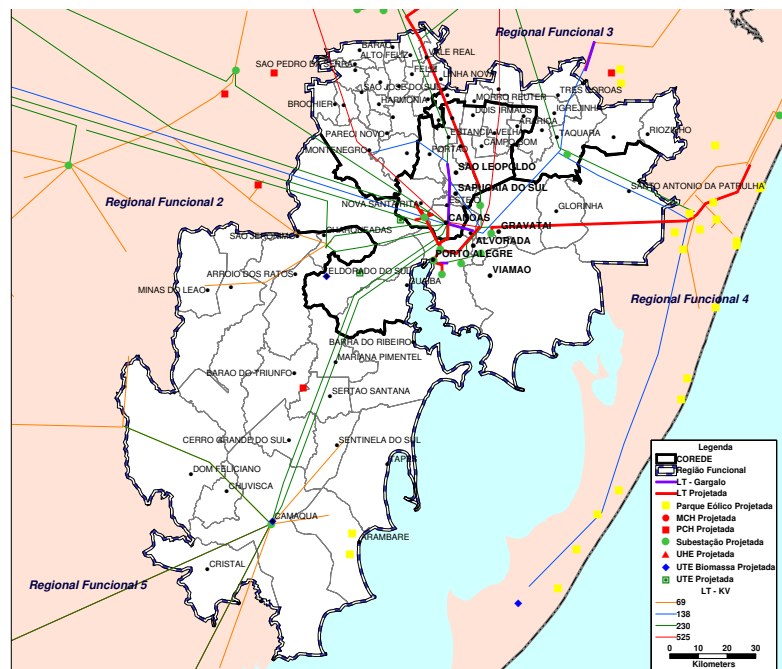
Finalmente, seria necessário viabilizar, junto às concessionárias, o rápido fornecimento de energia elétrica a muitos domicílios em áreas rurais. No Centro-Sul, notadamente, o índice de eletrificação na zona rural era de apenas 86%, abaixo da média estadual de 91%.

**Figura 2.1.9 – Consumo de Energia na RF 1**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Figura 2.1.10 – Linhas de Transmissão e Unidades de Geração na RF 1**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC



**Telecomunicações:** Em termos de telefonia, a análise divide-se em fixa e móvel, embora a primeira seja mais importante pela possibilidade de uso da internet em bases mais acessíveis. A densidade de telefonia fixa apresenta-se média em quase toda a Região. Na telefonia móvel, a área de registro da Região apresenta a maior densidade do Estado. O acesso a conhecimento e informações também pode ser focado pela existência de linhas de transmissão de dados. Neste ponto, todas as redes têm como centro Porto Alegre.

**Macrossaneamento:** A Região está em situação crítica, pois apresenta os maiores problemas quanto à falta de tratamento de esgotos e resíduos sólidos. Todos os grandes municípios do entorno metropolitano apresentam problemas: Porto Alegre tem apenas 48% dos domicílios com coleta de esgotos. Desse total, apenas 9% são tratados; situação que se repete em Canoas (30% coletados e 100% tratados), Gravataí (33% coletados e 100% tratados), Viamão (25% coletados), Alvorada (30% coletados e nenhum tratamento). Na destinação adequada de resíduos, são graves os casos de Alvorada, Gravataí e Viamão, com lixão a céu aberto, contaminando rios e águas subterrâneas.

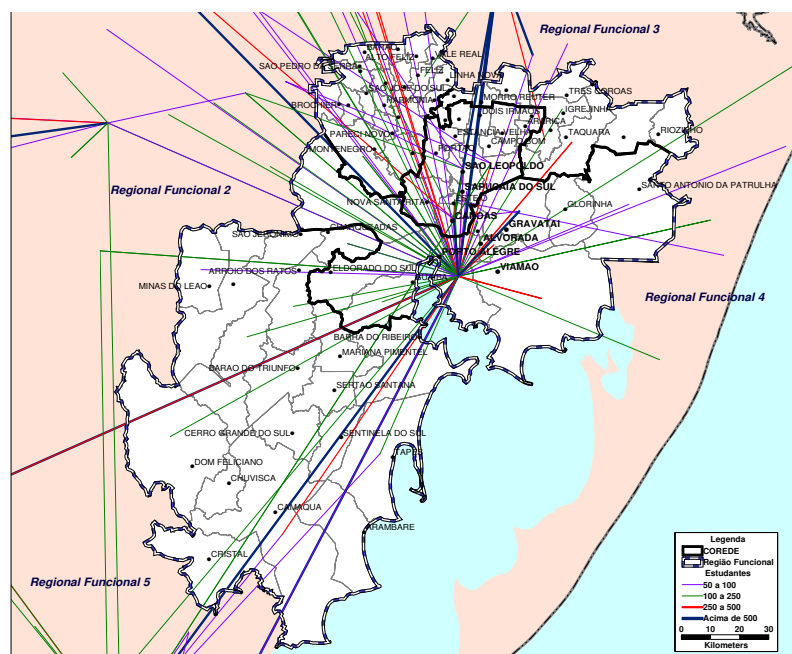
**Potencial de Produção de Conhecimento:** A Região tem indicadores referentes à informação e ao conhecimento muito superiores às médias gaúchas. Na participação nos grupos de pesquisa do CNPq, no número de pessoas freqüentando universidade (9%), com acesso a computadores (16%), em atividades de informática (0,5%) e formadas em áreas técnicas e comerciais (3%). No ensino superior, distingue-se das demais de forma contundente. A taxa de escolarização bruta nesse nível de ensino atinge 27%. A Região concentra 51% das matrículas no ensino superior gaúcho. A polarização exercida pelas universidades nos COREDES Metropolitano Delta do Jacuí e Vale do Rio dos Sinos estende-se a todo o Estado, sendo mais forte nas Regiões 2, 3 e 5, adjacentes, como registra a **Figura 2.1.11**, com origem e destinos de alunos nesse nível de ensino.

Essa posição se reforça quando analisada a capacidade de pesquisa das IES regionais (especialmente UFRGS, PUCRS, Unisinos e Ulbra). Entre os 1.717 grupos de pesquisa gaúchos cadastrados no CNPq (2002), 974 pertenciam a instituições sedeadas na Região. Dos 450 grupos de pesquisa consolidados, 369, ou 82%, são regionais.

Além das IES, a Região conta com vários centros tecnológicos e escolas técnicas, tanto ligados ao Senai, quanto ao governo estadual ou, ainda, constituídos como organizações não-governamentais. Como exemplos desses estabelecimentos estão o Cientec, Escola Parobé, Cetepo, Cetemp e CTCCA.

Indicador de inovações, Porto Alegre contabiliza grande número de patentes registradas. Entre 1991 e 2001, foram cerca de 740 (2,16 per capita), superada apenas pelas quatro metrópoles do Sudeste.

**Figura 2.1.11 – Polarização de Estudantes do Ensino Superior na RF 1**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Potencial Financeiro, Empreendedor e Atrativo:** Quanto aos indicadores de finanças municipais, a grande maioria dos municípios da Região classifica-se como pobres e independentes (75%), ou seja, tem menor dependência dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Por essa razão, os investimentos públicos per capita realizados entre 1999 e 2003 são principalmente de origem municipal (76%), embora os investimentos estaduais e federais sejam expressivos para esta Região em relação ao Estado. Na atratividade empresarial, representada

pela fruição do Fundopem, a Região recebeu cerca de 52% dos recursos totais do Estado.

No empreendedorismo, apresentou indicadores bons em termos de criação de empresas, liderados pelo Vale do Caí, que se posiciona no segundo lugar em relação ao número de empresas criadas per capita entre 2002 e 2004, sendo exceção regional o Centro-Sul, que ocupa a décima oitava posição no Estado; e mesmo no atendimento pelo Sebrae, com o Metropolitano Delta do Jacuí assumindo a primeira posição em número de atendimentos por 1.000 habitantes.

**Potencialidades e Restrições Ambientais:** A maioria da Região está incluída no bioma Mata Atlântica, embora uma porção ao sul pertença ao Pampa. As potencialidades ambientais são bastante diversificadas, como registra a **Figura 2.1.12**, sendo o potencial para uso agrícola de médio a baixo, o que não compromete sua dinamicidade devido à baixa participação da agropecuária, registrando-se a ocorrência de jazidas de carvão em toda a porção central.

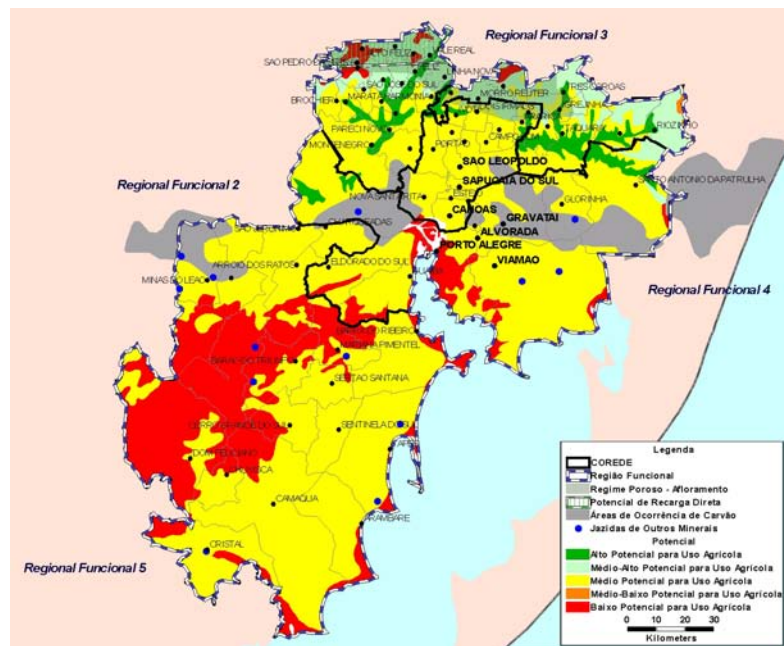
As restrições ambientais são médias, porém, concentram-se nos centros urbanos, onde os processos de urbanização acelerada resultaram na falta de tratamento de esgotos domésticos, inadequada disposição dos resíduos industriais e do lixo doméstico e poluição do ar.

Na área rural, ocorre também o desmatamento, o uso da água para irrigação e a mineração desordenada. As áreas às margens da Laguna dos Patos são especialmente frágeis do ponto de vista ambiental e sofrem os impactos da agricultura intensiva (**Figura 2.1.13**).

**Condições de “Governança” Regional:** A baixa coincidência de regionalizações setoriais nesse território, causando dificuldades de governança, é grande. No Metropolitano Delta do Jacuí, por exemplo, seus 10 municípios pertencem a 61 regionais setoriais, que fragmentam seu território para efeito de planejamento. O mesmo ocorre com os demais COREDES.

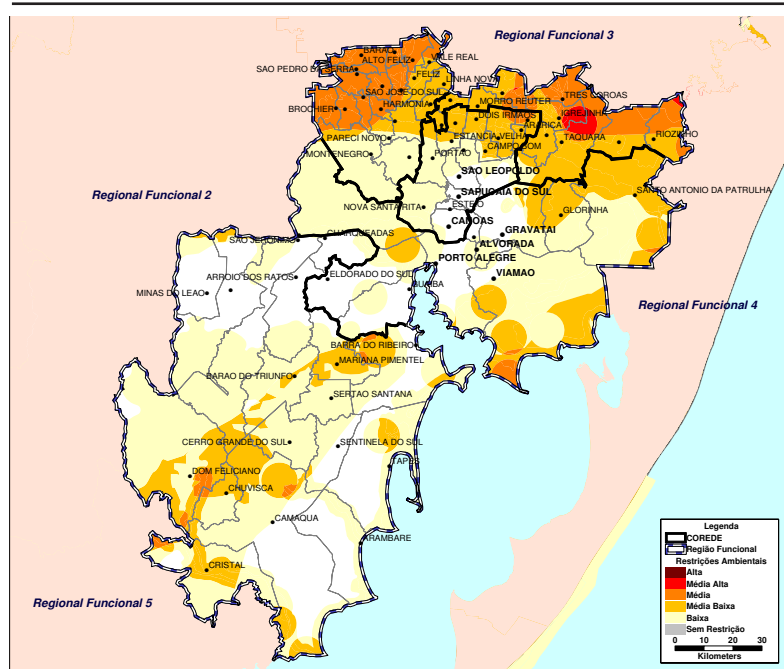
O desenvolvimento regional para crescimento socioeconômico e superação de desigualdades exige que ações sejam empreendidas simultânea e concomitantemente, para que as sinergias possam ocorrer, causando um “salto” na qualidade dos serviços e bens oferecidos. Por essa razão, a uniformidade nos territórios de planejamento setorial é desejável, de modo que

**Figura 2.1.12 – Potencialidades Ambientais na RF 1**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Figura 2.1.13 – Restrições Ambientais na RF 1**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

possam ocorrer ações concentradas e inter-relacionadas. Assim, um esforço do Estado para uniformizar essas regionalizações será desejável.

Por outro lado, o bom nível de empreendedorismo e associativismo regional, ao mesmo tempo que desencadeia várias iniciativas em diversos setores, revela falta de coordenação, liderança ou comando delas por um ator principal, perdendo-se os participantes em falta de objetividade e de esforços coincidentes ou inexistência de interlocução que leve às ações desejáveis. Assim, vários atores e participantes são importantes no desenvolvimento da Região e devem ser envolvidos na gestão para o desenvolvimento, como as associações de municípios, de vereadores, instituições de ensino superior, sindicatos de trabalhadores e patronais, ONGs, comitês de bacias, além de Agências de Desenvolvimento e o Porto Alegre Tecnópole.

Finalmente, outro fator concorrente à governança regional refere-se ao grau de êxito dos COREDEs em suas tarefas de articular essas várias estruturas setoriais governamentais, assim como os vários agentes presentes. O grau de êxito dos COREDEs constituintes da Região alcançou desempenho distinto na avaliação, baseada na aplicação de questionário (Capítulo 2, Volume 1): médio superior, no Centro-Sul; médio inferior, no Paranhana-Encosta da Serra, e inferior, no Metropolitano Delta do Jacuí. Os COREDEs Vale dos Sinos e Vale do Caí não responderam ao questionário encaminhado. Os COREDEs, até por decreto estadual, têm atuação reconhecida no planejamento regional, porém, dificultado, tanto pela diversidade territorial de agentes governamentais intervenientes, como pelo único papel solicitado a eles, de elaboração dos orçamentos anuais, o que encaminha seus esforços apenas para a seleção e alocação de recursos e não para um planejamento estratégico na busca de soluções e recursos fora da esfera estadual.

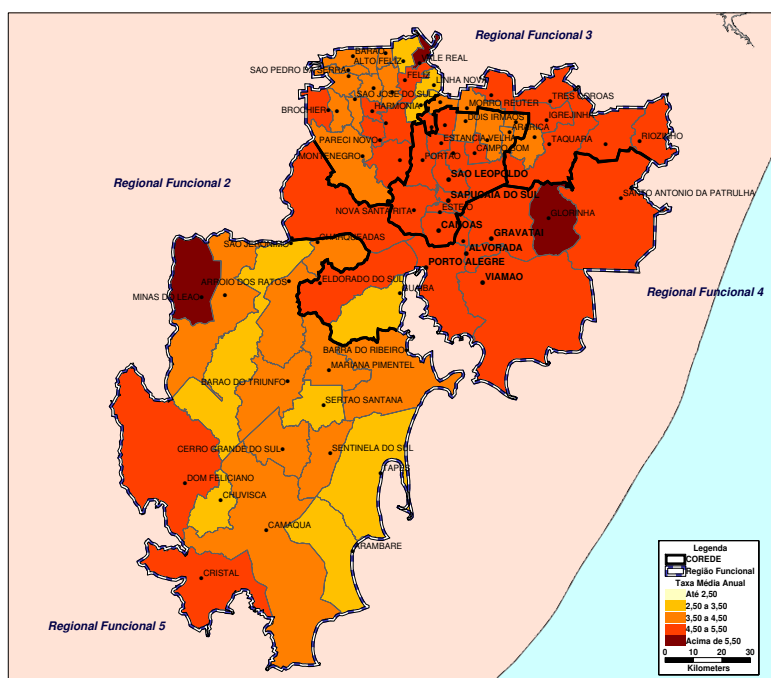
## Futuro Tendencial da Região Funcional 1

A persistirem as tendências socioeconômicas e demográficas recentes, as perspectivas para o futuro da Região apontam para um leve aumento da sua participação no PIB estadual e, embora o PIB per capita permaneça acima da média estadual, tende a convergir para essa média, além de ampliarem-se as desigualdades na renda, a par de um crescimento acelerado da urbanização, como registram as análises na seqüência.

**Desempenho Econômico:** A Região Funcional 1 aumentará sua participação no PIB estadual, ao mesmo tempo em que seu PIB per capita deverá convergir em direção à média estadual, num movimento que atinge todas as Regiões, com exceção da 4 e 6. A distribuição espacial da evolução do PIB per capita regional é visualizada na **Figura 2.1.14**.

Nas projeções de PIB do Cenário Tendencial, a Região crescerá a 4,1% a.a., contra 4,0% a.a. do Rio Grande do Sul. Comparando-se setorialmente, apenas o setor agropecuário ganha participação no Rio Grande do Sul, crescendo a 3,9% a.a. (contra 2,5% do Estado). Assim, os setores de serviços (3,8% a.a. contra 4,0% do Estado), comércio (4,6% a.a. contra 5,1% do Estado) e industrial (4,2% a.a. contra 4,3% do Estado) perdem participação no total geral do Estado.

**Figura 2.1.14 – PIB Municipal per capita – 2003-2015 – RF 1 (Taxa Média de Crescimento Anual)**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

No desempenho esperado projetado pelo Cenário Tendencial, estão computados investimentos nos setores produtivos de aproximadamente R\$ 152 milhões (37% do total do Estado), objetos de incentivos e financiamentos por órgãos do governo, conforme está apresentado na **Tabela 2.1.1**.

**Tabela 2.1.1 – Investimentos Produtivos Confirmados – RF 1 (Em R\$)**

Segmento Produtivo	Centro-Sul	Metropolitano Delta do Jacuá	Paranhana-Encosta da Serra	Vale do Caí	Vale do Rio dos Sinos	Total
Agropecuária, e atividades correlatas		3.597.195				3.597.195
Atividades Associativas			1.609.626			1.609.626
Atividades de Informática e Conexas			2.235.218			2.235.218
Construção	129.309					129.309
Artigos de Borracha e Plástico	13.987			2.329.482		2.343.469
Máquinas e Equipamentos	13.570.961					13.570.961
Móveis E Indústrias Diversas		819.210				819.210
Outros Equipamentos de Transporte		471.000				471.000
Produtos Alimentícios e Bebidas	8.042.744	33.133.537		1.903.448		43.079.728
Produtos Químicos		26.568.086				26.568.086
Produtos Têxteis		16.055.360				16.055.360
Fabricação e Montagem de Veículos		113.440			12.418.207	12.531.647
Metalurgia Básica		700.000				700.000
Preparação e Fabricação de Couros		24.200.046	3.788.000		45.000	28.033.046
<b>Total</b>	<b>21.757.002</b>	<b>105.657.874</b>	<b>7.632.844</b>	<b>4.232.930</b>	<b>12.463.207</b>	<b>151.743.857</b>

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Setores Promissores:** A análise de especialização e competitividade mostrou que a Região desponta nos segmentos fabricação e manutenção de máquinas e tratores, indústria de material de transporte, indústria de papel e gráfica, demais indústrias alimentares<sup>2</sup> e serviços.

Quando se analisa a evolução do pessoal ocupado nesses segmentos em relação ao total do Estado, observa-se uma perda de participação em máquinas e tratores, papel e gráfica e demais indústrias alimentares. A Região somente aumenta sua participação nos outros dois setores nos quais se mostra especializada e competitiva. Material de transportes ainda será um segmento de médio porte, contando com menos de 12 mil pessoas ocupadas, enquanto que fabricação e manutenção de máquinas e tratores estará empregando 48 mil pessoas em 2015.

**Tabela 2.1.2 – VAB Setorial em 2003 e 2015 – RF 1**

Setores	2003		2015	
	% do Total da Região	% do RS	% do Total da Região	% do RS
Agropecuária	2.3%	6.9%	2.3%	8.0%
Indústria Metalúrgica	3.3%	51.0%	3.5%	51.8%
Máquinas e Equipamentos / Tratores	2.6%	53.3%	3.4%	51.8%
Material Elétrico	0.6%	57.0%	0.9%	57.9%
Material de Transportes	0.8%	35.5%	0.8%	38.1%
Serrarias, Madeira e Móveis	0.7%	31.1%	0.7%	28.7%
Papel e Gráfica	1.7%	63.8%	1.8%	61.9%
Química	13.6%	81.0%	11.9%	76.1%
Calçados e Couros	6.7%	79.9%	6.2%	70.8%
Produtos de Origem Vegetal	0.4%	7.1%	0.4%	8.4%
Abate e Preparação de Carnes	1.2%	23.5%	0.9%	22.9%
Leite e Laticínios	0.3%	23.9%	0.3%	25.2%
Óleos Vegetais	0.9%	32.1%	0.9%	40.1%
Demais Ind. Alimentares	1.3%	42.5%	1.1%	42.4%
Demais Indústrias	4.6%	52.9%	6.7%	57.6%
Serviços Utilidade Pública	2.3%	52.4%	2.3%	44.5%
Construção Civil	5.7%	52.5%	5.0%	48.7%
Comércio	11.1%	50.4%	11.8%	47.8%
Transporte	1.5%	35.2%	2.1%	39.6%
Comunicações	3.4%	59.0%	3.2%	52.6%
Instituições Financeiras	6.0%	44.4%	5.8%	40.5%
Serviços Prestados às Famílias	6.7%	40.8%	9.7%	47.0%
Aluguel de Imóveis	11.0%	55.4%	8.0%	51.0%
Administração Pública	10.3%	37.1%	9.6%	37.6%
Serviços Privados Não-mercantis	1.0%	35.8%	0.8%	35.8%
<b>Total</b>	<b>100.0%</b>	<b>42.9%</b>	<b>100.0%</b>	<b>43.3%</b>

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

<sup>2</sup> Ou seja: aquelas que não produzem alimentos de origem vegetal, laticínios, abates e óleos vegetais.

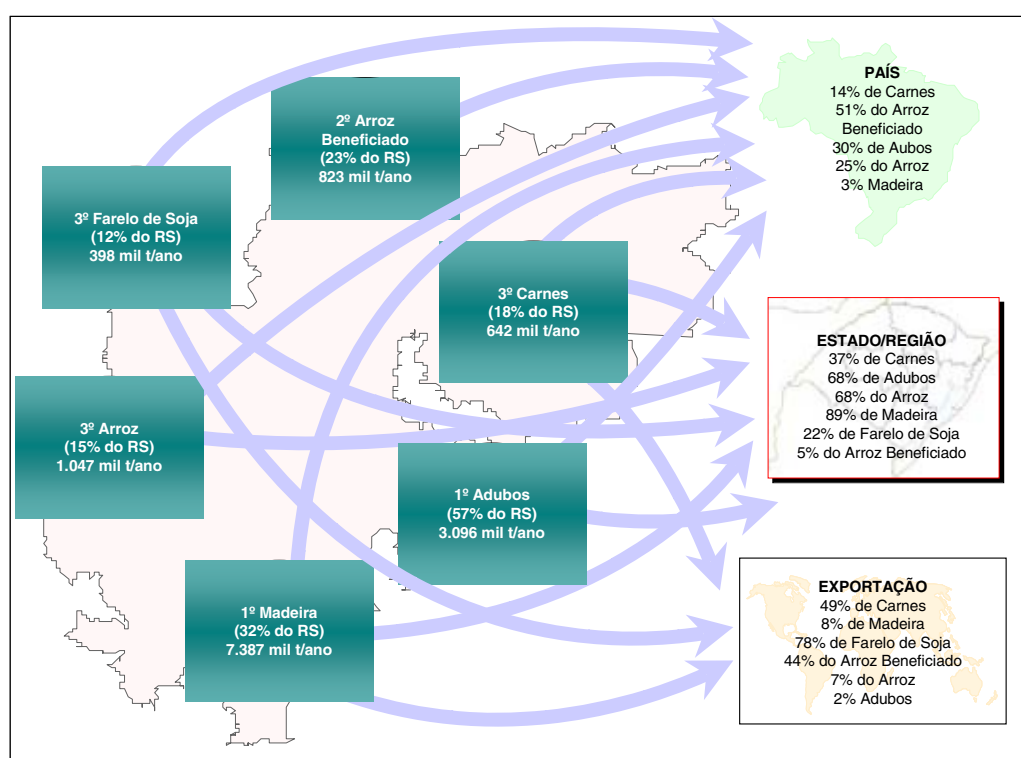
O outro setor competitivo em que a Região aumenta sua participação relativa, o de serviços, é bastante heterogêneo, chamando atenção a importância dos serviços prestados às famílias (educação, saúde, limpeza, lazer, etc), que ocupam quase 52% do pessoal empregado em serviços.

Material elétrico e de comunicações, calçados e couros e química também perdem peso em relação ao resto do Estado. A participação do pessoal ocupado na Região em material elétrico e de comunicações recua de 57%, em 2003, para 51%, em 2015; calçados passa de quase 76% a 73%, e química vai de 73% para 67%. Esses resultados espelham a queda generalizada nos coeficientes de localização calculados para o Rio Grande do Sul entre 2003 e 2015, significando uma menor concentração espacial da maioria dos setores. Uma das exceções à desconcentração é exatamente material de transportes, um dos poucos em que a Região aumenta sua participação no total do pessoal ocupado do Estado.

Entretanto, de maneira geral, a RF1 mantém sua posição de coração econômico do Estado. A **Tabela 2.1.2** mostra a participação estimada da Região no VAB de 2015 do Rio Grande do Sul nos 25 setores analisados. Observa-se que o setor de químicos/petroquímicos (o mais relevante da Região em 2003) permanece em destaque em 2015, mesmo que sua participação no VAB da Região e no VAB do setor no Estado tenha caído. A agropecuária ganha participação no Estado, por estar crescendo na Região mais do que a média do Estado (3,9% contra 2,5%, respectivamente). O setor de calçados e couros – um dos mais relevantes da Região – perde 10% de sua participação no VAB Setorial do Estado, crescendo 3,4% a.a. contra 4,3% da média da indústria no Estado. No setor de serviços, destacam-se os transportes e os serviços prestados às famílias, crescendo mais do que 7% a.a. (contra os 4% médios do setor no Estado), e, especialmente, no segundo caso, adquirindo participação ainda mais relevante na economia regional. No geral, a RF 1 permanece como a mais relevante em termos de VAB para o Rio Grande do Sul, com uma participação em torno de 43%.

**Estimativa de Produtos de Grandes Volumes e Fluxos Inter-regionais:** Segundo as projeções do Componente 2 (Logística de Transportes), realizadas de acordo com a matriz origem-destino dos produtos de grande volume, é possível verificar a produção e o destino dos principais produtos de grande volume para cada Região. As estimativas para 2015 das principais produções regionais estão na **Figura 2.1.15** e a estimativa de cada produto, nas **Figuras 2.1.16 a 2.1.24**.

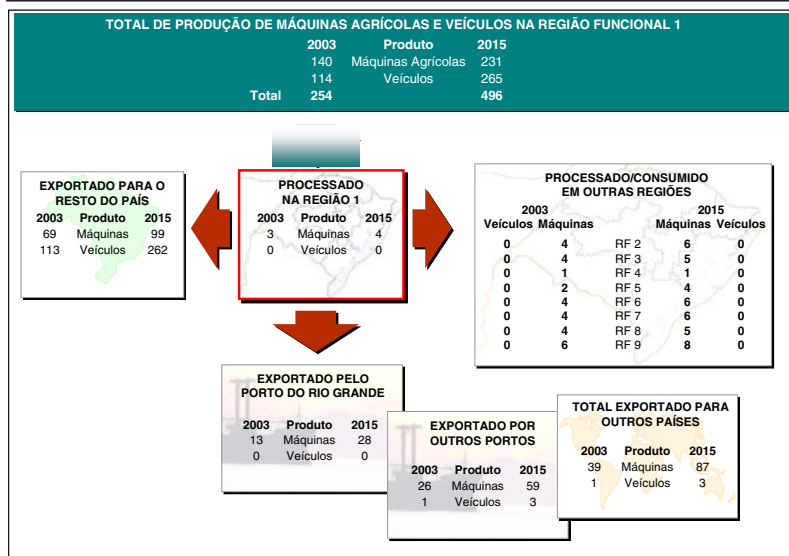
**Figura 2.1.15 – Estimativa das Principais Produções e Movimentações de Produtos de Grandes Volumes da RF 1 em 2015 (Produtos de Grande Volume – Componente 2)**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Figura 2.1.16 – Estimativa de Produção e Movimentações de Máquinas Agrícolas e Veículos RF 1 (1.000 t)**

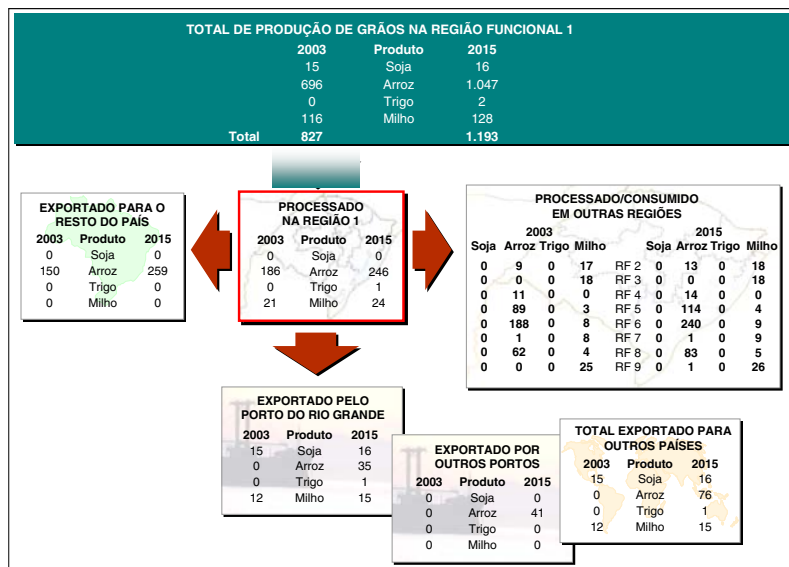
Nas Máquinas Agrícolas e Veículos, o crescimento da produção deve quase duplicar na Região, passando de 254 mil t/ano para 496 t/ano e representando 58% da produção no Rio Grande do Sul. Do total estimado, 73% deverão ser exportados para o país e 18% para outros países, sendo apenas 9% consumidos no Estado.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Figura 2.1.17 – Estimativa de Produção e Movimentações de Grãos RF 1 (1.000t)**

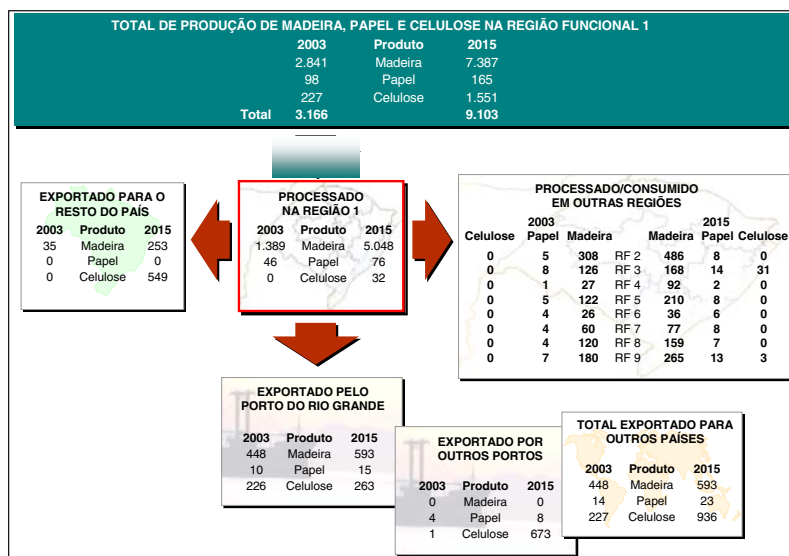
Na produção de Grãos, apenas o arroz atinge volumes expressivos, posicionando a Região em terceiro lugar no Estado, com 1.047 mil t/ano. A maior parte desta produção será voltada para processamento na própria Região ou no restante do Estado.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

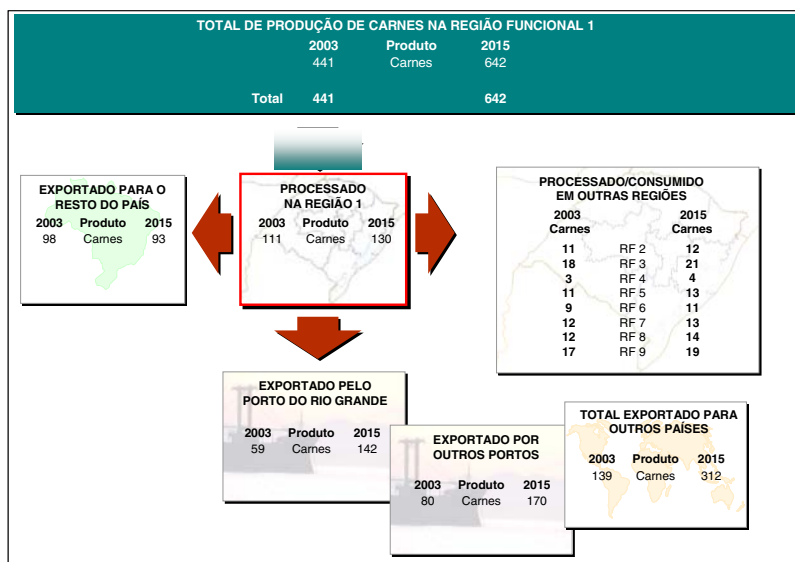
**Figura 2.1.18 – Estimativa de Produção e Movimentações de Madeira RF 1 (1.000t)**

Na produção de Madeira, por sua vez, a Região será o maior produtor do Estado, atingindo 7.387 mil t/ano em 2015, voltando a maior parte desta produção para processamento ou consumo no Rio Grande do Sul, embora a exportação atinja 8% do total.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

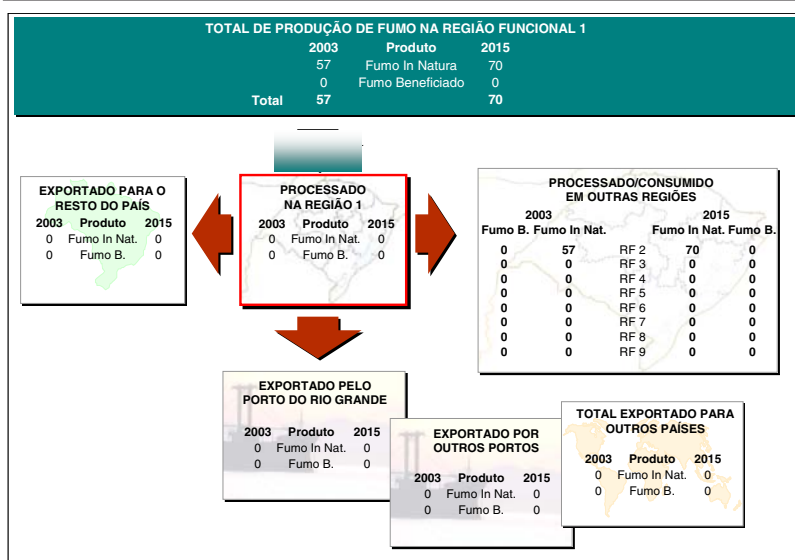
**Figura 2.1.19 – Estimativa de Produção e Movimentações de Carnes RF 1 (1.000t)**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

No setor de Carnes, a Região estará na terceira posição do Estado em volume produzido (642 mil t/ano), sendo quase metade deste total voltada à exportação.

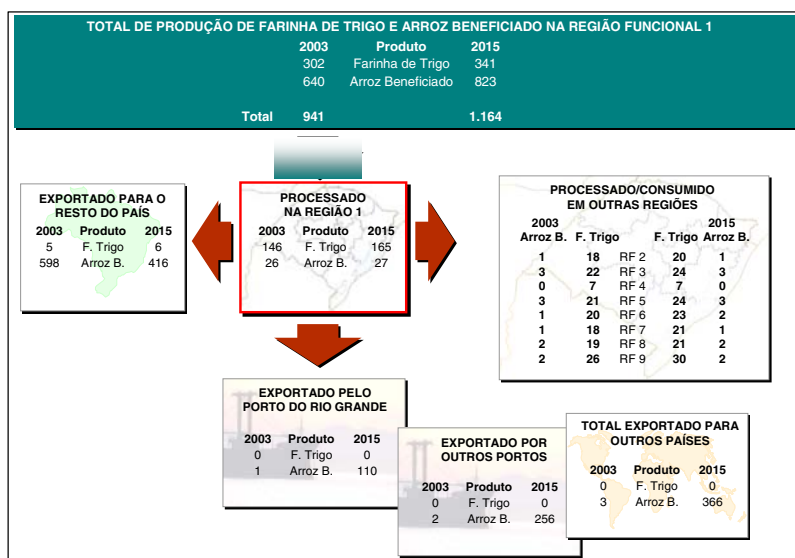
**Figura 2.1.20 – Estimativa de Produção e Movimentações de Fumo RF 1 (1.000 t)**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Na produção de Fumo, a Região estará em segundo lugar no Estado, em 2015, com 70 mil t/ano, sendo todo o volume processado na Região Funcional 2.

**Figura 2.1.21 – Estimativa de Produção e Movimentações de Farinha de Trigo e Arroz Beneficiado RF 1 (1.000 t)**

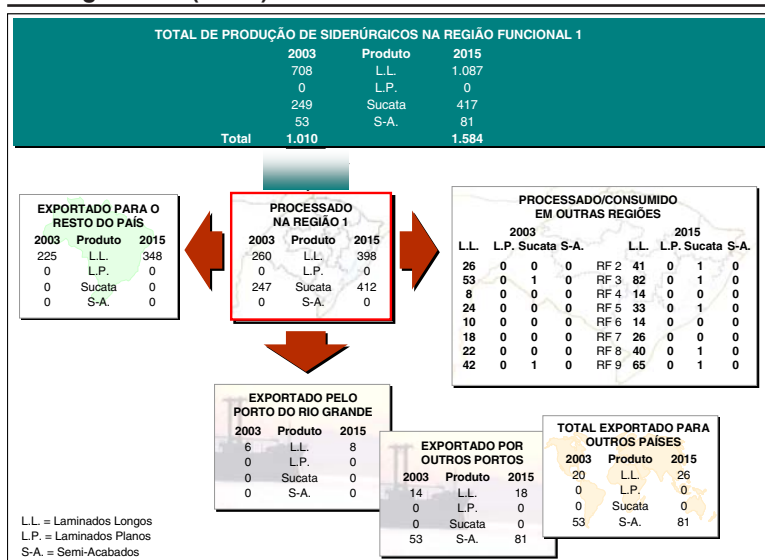


Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

No processamento de Trigo, será o maior produtor de farinha de trigo, com 341 mil t/ano, fortemente voltado para abastecimento intra-estadual. Já no beneficiamento de arroz, estará em segundo lugar no Estado, com 823 mil t/ano, e tendo essa produção quase que integralmente voltada para o abastecimento de mercados externos nacionais e internacionais.

**Figura 2.1.22 – Estimativa de Produção e Movimentações de Produtos Siderúrgicos RF 1 (1.000 t)**

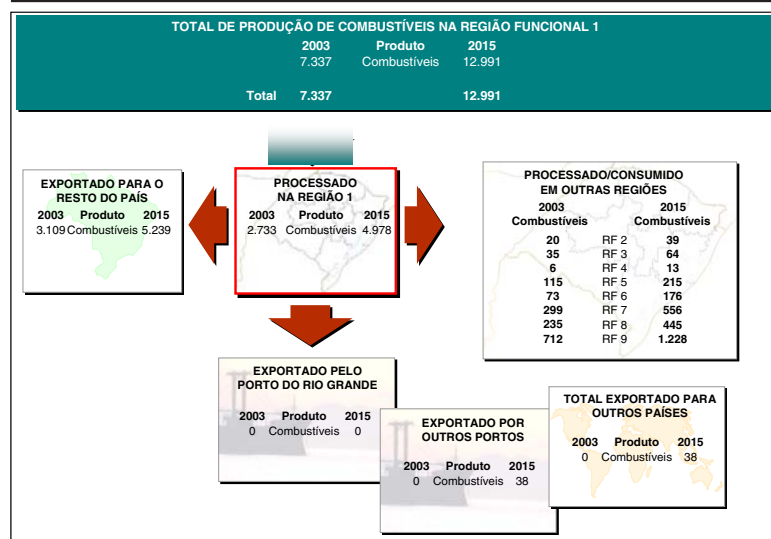
Nos Produtos Siderúrgicos, a Região será a maior produtora nas quatro categorias destacadas, totalizando 1.584 mil t/ano. A maior parte dessa produção será voltada para o abastecimento do mercado nacional, intra e extra-estadual – exceção feita aos Semi-acabados, de participação reduzida em relação aos demais produtos, mas que são completamente voltados à exportação.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Figura 2.1.23 – Estimativa de Produção e Movimentações de Combustíveis RF 1 (1.000 t)**

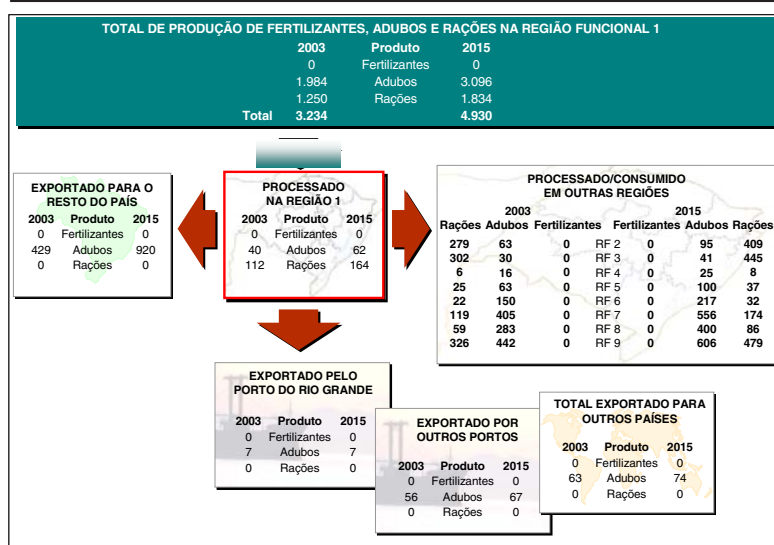
Na Movimentação de Combustíveis, a Região será o maior produtor, com cerca de 70% da produção estadual, sendo esta dividida entre o mercado estadual e de outros Estados do país, com pequena participação de exportações.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Figura 2.1.24 – Estimativa de Produção e Movimentações de Adubos, Rações e Fertilizantes na RF 1 (1.000 t)**

Por fim, na Produção de Adubos, também será o maior produtor do Estado, com cerca de 60% da produção, atendendo principalmente às produções agrícolas de outras regiões do Estado e, em menor escala, de outros Estados. Da mesma forma, a produção de rações deverá abastecer especialmente as demais regiões do Estado, mas, nesse caso, a Região será o quarto produtor, com 1.834 mil t/ano.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC



**Qualidade Social do Crescimento:** Os dados indicam aumento da produtividade na Região, que, de acordo com as estimativas, não se traduzirão em diminuição significativa da pobreza. O COREDE que mais diminui o percentual de pobres é o Centro-Sul, que reduz um ponto percentual, mantendo-se, assim, abaixo da média regional de pobreza. Acompanhando a tendência estadual, a Região 1 aumenta, entre 2003 e 2015, a desigualdade medida pelos índices de *Gini* e de *Theil*<sup>3</sup>.

Estima-se que, em 2015, a Região Funcional 1 atinja quase 5 milhões de habitantes, aumentando sua participação na população total do Estado dos atuais 40% para 42%. Essa evolução é resultado de um crescimento anual estimado de 3,45% entre 2000 e 2015, que a coloca em terceiro lugar entre as Regiões Funcionais que mais crescem. A urbanização da população deverá avançar ainda mais, atingindo 97% da população regional, com taxa de crescimento anual de 4,19%, significando, entretanto, a manutenção da tendência verificada no período anterior de lenta diminuição de sua participação no total da população urbana gaúcha. Por outro lado, as estimativas dão conta de uma reversão em relação à população rural, pois está prevista sua diminuição em termos absolutos, passando dos atuais 278 mil para 136 mil, com uma taxa anual de crescimento de -11%, no período 2000-2015.

Em contrapartida, a população ocupada deverá crescer a taxas médias anuais de 3,1%, no período considerado, enquanto a do Estado crescerá a 2,7%, chegando ao final dele com 2,4 milhões e a seguinte composição:

- ◆ Agropecuária – 6,5%
- ◆ Indústria – 20,1%
- ◆ Comércio – 16,1%
- ◆ Serviços – 57,3%

Essa composição mostra o avanço do setor de serviços e o recuo dos demais em relação a suas posições em 2003. Nesse movimento, a Região perde participação em relação ao pessoal ocupado no total da indústria gaúcha, passando de 48,48% para 46,82% entre 2003 e 2015.

### **Elementos para a Construção da Visão Estratégica da Região Funcional 1**

A Região Funcional 1 é o coração econômico do Rio Grande do Sul. As análises das sessões anteriores mostram sua importância em relação aos setores mais dinâmicos e promissores da economia, com base bastante diversificada e complexa, com diversos setores de elevada sofisticação tecnológica e com relevante posição em relação à produção de conhecimento e à formação de pessoal altamente qualificado.

Possui, dessa forma, muitas potencialidades vinculadas a essas características. Um estudo<sup>4</sup> mostra que Porto Alegre destaca-se como “centro econômico diferenciado”, que conjuga tamanho da população, importância econômica e qualidade da formação. A Região é responsável por parte importante da competitividade da indústria gaúcha. Os setores de tecnologia madura, especialmente de couro e calçados, que deverão empregar 5% da população ocupada total em 2015 (aproximadamente 1,9 milhão de pessoas), devem enfrentar os novos concorrentes no mercado internacional com realinhamentos de mercado e tecnológicos. Esse movimento pode significar o crescimento mais lento em termos de pessoal ocupado, ao mesmo tempo em que avança em relação à produtividade, de modo a manter o tamanho desses setores na formação do PIB.

As fraquezas da economia regional estão ligadas, de um lado, à perda de competitividade de setores dominantes (como no caso do APL calçadista) e, de outro lado, ao pequeno porte dos segmentos de alta tecnologia. Entre esses, destacam-se os equipamentos e suprimentos para a

<sup>3</sup> Índice de *GINI*: Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda. Seu valor varia de 0 quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor) a 1 quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Índice de *Theil*: Mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda per capita. Considera em seu cálculo o logaritmo da razão entre as renda de cada indivíduo da população e a renda média desta população, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre os indivíduos e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo.

<sup>4</sup> Mapeamento da Inovação no Brasil, publicado no Radar da Inovação, de abril de 2004, do Instituto Inovação, [www.institutoinovacao.com.br](http://www.institutoinovacao.com.br), citado por Lahorgue (2004).

área da saúde, eletroeletrônicos, além da tecnologia de informação.

Outras fraquezas da Região são típicas de áreas densamente ocupadas de países de economia menos desenvolvida, como a presença de habitações subnormais, problemas de saneamento, de poluição e de saturação do sistema viário, por exemplo.

**Potencialidades, Restrições, Oportunidades e Ameaças:** Para a identificação mais específica das potencialidades, restrições, oportunidades e ameaças à Região, utilizou-se o instrumento da Matriz SWOT (**Quadro 2.1.2**). Construída para a Região, congrega o conjunto de potencialidades, oportunidades, restrições e ameaças que incidem e tendem a continuar incidindo no Cenário Tendencial, já traçado e apresentado no Volume 1, cujas principais implicações são expostas na seqüência.

**Elementos Estratégicos da Região Funcional 1:** A avaliação da matriz SWOT permite ressaltar alguns aspectos relevantes que merecem maior foco de análise para fins de planejamento regional, como apresentados a seguir:

- A) Relevante capacidade de inovação e desenvolvimento tecnológico.
- B) Crescimento acentuado e desordenado da ocupação da Região Metropolitana de Porto Alegre.
- C) Forte polarização de todas as regiões do Estado.
- D) Relevantes desigualdades internas.
- E) Importantes gargalos de infra-estrutura.

#### **A) Relevante Capacidade de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico**

O conjunto de IES e de centros tecnológicos da Região representa importante potencialidade. Um estudo<sup>5</sup> mostra que Porto Alegre está situada no grupo “mais avançado das cidades brasileiras que sediam a inovação”. Efetivamente, a cidade detém o terceiro lugar em número absoluto de mestres e doutores, atrás somente de São Paulo e Rio de Janeiro. É a quinta cidade na relação de mestres e doutores na população economicamente ativa e destaca-se quanto ao PIB per capita em comparação com a média brasileira” (*Lahorgue, 2004, p. 33*). Além da quantidade e da qualidade dessas infra-estruturas, há presença de novos instrumentos de transferência de tecnologia, como incubadoras e parques tecnológicos.

Outro aspecto relevante é a cultura de trabalho em rede dos atores vinculados à área de I&C. O Projeto Porto Alegre Tecnópolis (PAT), envolvendo nove parceiros regionais<sup>6</sup>, foi criado em 1995 e, desde então, tem cumprido o papel de articulador das ações regionais. Os quatro Pólos de Inovação Tecnológica da Região seguem a mesma filosofia de parceria entre os vários atores governamentais, acadêmicos e empresariais. A capacidade de mobilização favorecida por essas estruturas multiinstitucionais não é desprezível, como pode ser observado no caso da atração do Ceitec ou na montagem de redes de inovação<sup>7</sup>.

Apesar dessa cultura de parceria, não há uma verdadeira integração entre as políticas locais e estaduais de C&T, o que diminui os possíveis efeitos sinérgicos dos projetos. Alguns municípios possuem fundos ou conselhos municipais de C&T, e o governo do Estado atua através do Programa de Pólos de Inovação Tecnológica, do Programa de Redes e do Procoredes, além de possuir suas próprias estruturas de transferência tecnológica (como o Parque Tecnológico da Região Metropolitana, da Cientec). Até agora, essas ações e políticas têm focalizado o âmbito microrregional, não ocorrendo a definição de estratégias mais amplas.

Apesar de a Região concentrar a maior parte da capacidade científico-tecnológica do Estado, as instituições de C&T regionais padecem dos crônicos problemas de financiamento do ensino superior e da pesquisa do país. A questão do financiamento deficiente ou restritivo das universidades e suas pesquisas científico-tecnológicas pesa como uma ameaça sobre o sistema

<sup>5</sup> Mapeamento da Inovação no Brasil, publicado no Radar da Inovação, de abril de 2004, do Instituto Inovação, [www.institutoinovacao.com.br](http://www.institutoinovacao.com.br), citado por Lahorgue (2004).

<sup>6</sup> Governo do Estado, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, UFRGS, PUCRS, Unisinos, FIERGS, Federasul, Sebrae-RS e CUTRS.

<sup>7</sup> O Ceitec (Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada) é um centro de formação, pesquisa e desenvolvimento de semicondutores. As redes tecnológicas constituem uma ação da SCT/RS, que reúne empresas, universidades e governo para o desenvolvimento de fornecedores ou para a melhoria da qualidade ou, ainda, para o desenvolvimento de produtos de uma determinada cadeia.



local de inovação, pois as IES são elementos fundamentais para seu funcionamento. Do lado das IES públicas (UFRGS e Uergs), a primeira questão que se coloca é o volume de financiamento necessário aos planos de aumento do número de estudantes de graduação. Caso os governos aportem recursos insuficientes para isso, as IES poderão ser obrigadas a realocar dotações, com possível prejuízo dos programas de pós-graduação e pesquisa. Do lado das IES privadas, a sociedade parece estar indicando, por meio do baixo aproveitamento das vagas privadas oferecidas no vestibular, o esgotamento de sua capacidade de pagamento do ensino superior. Por sua vez, a atual forma do financiamento federal da pesquisa, por meio dos fundos setoriais, delimita o escopo possível, restringindo os grupos de pesquisadores capazes de sustentabilidade. No que se refere à atuação da Fapergs, a maior constância aparece na falta de recursos para o fomento à pesquisa.

A cultura de trabalho em parceria das instituições pode se tornar a forma efetiva para buscar suprir deficiências individuais em termos de infra-estrutura e de pessoal científico (arranjos semelhantes são encontrados nos Estados Unidos).

Tendo em vista a importância das infra-estruturas de C&T e do ensino superior, a Região pode entrar como *player* no mercado de *outsourcing*<sup>8</sup> tecnológico das empresas transnacionais. Algumas implantações de unidades de desenvolvimento em Porto Alegre, especialmente as fábricas de *softwares*, mostram as possibilidades regionais neste campo. Outra oportunidade interessante é o *outsourcing* da pesquisa e desenvolvimento (P&D) de empresas transnacionais. Em recente estudo da Economist Intelligence Unit sobre a internacionalização da pesquisa e desenvolvimento<sup>9</sup>, o Brasil apareceu em sexto lugar, entre 54 países, em relação ao local onde as empresas investiriam o maior volume de recursos em P&D, com 11% das respostas. Os entrevistados declararam que os quatro mais importantes fatores de atração são a disponibilidade de executivos locais, a *expertise* local no setor respectivo, a disponibilidade de cientistas com capacitação apropriada e o custo da contratação do pessoal de P&D. Ainda são consideradas importantes as concentrações de P&D (como parques tecnológicos) e a *expertise* em produção.

No caso dos setores emergentes de alta tecnologia, o desafio é crescer de forma sustentável, face aos igualmente fortes concorrentes internacionais. Algumas das “janelas de oportunidade” criadas pelas novas tecnologias já começam a se fechar. Exemplo disso é a análise que alguns fazem sobre o papel fundamental de Taiwan na economia mundial, considerando que a indústria eletrônica daquele país é o principal *hub* mundial, onde são produzidos 72% dos computadores portáteis, 66% dos monitores de cristal líquido, 33% dos servidores, 34% das câmeras fotográficas digitais, 79% dos computadores de mão e fundidos 70% dos chips do mercado<sup>10</sup>.

Por outro lado, como importante parcela da base econômica da Região é aberta em relação às demais do Estado, do país e ao resto do mundo, possuindo coeficientes de vazamento bastante expressivos, parte importante das oportunidades e ameaças tem origem nos contornos do comércio exterior (aumento da demanda mundial, política cambial e novos concorrentes internacionais). Para superar esses desafios, mantendo e aumentando a competitividade de setores maduros, a inovação tecnológica tem papel central. As oportunidades abertas pela recente legislação de incentivo às inovações representam uma via para a valorização e a integração da infra-estrutura de C&T ao esforço competitivo regional, apoiando os setores tradicionais e as empresas emergentes de alta tecnologia.

Os setores de alta tecnologia já presentes na Região (equipamentos para a área da saúde, equipamentos para comunicações, entre outros) cresceram muitas vezes de forma espontânea, cabendo ainda esforços para sua consolidação e expansão, definindo, desde logo, padrões mundiais de qualidade, avanço tecnológico e preço.

Nos últimos anos, houve um aumento sustentado das iniciativas de criação de incubadoras de empresas e de parques tecnológicos. A Região conta atualmente com 16 incubadoras de empresas de base tecnológica e sete parques em operação, implantação ou projeto. Conforme observado acima, apesar dessas iniciativas reconhecerem sua articulação com o PAT, não há um plano diretor que oriente seu desenvolvimento.

<sup>8</sup> *Outsourcing* consiste na transferência da responsabilidade de parte ou de toda uma atividade de uma empresa a outra (terceirizada), usualmente especializada na execução daquela tarefa.

<sup>9</sup> *Sattering the seeds of invention*, publicado em setembro de 2004 pela Economist Intelligence Unit.

<sup>10</sup> Revista *Business Week* de 16/05/05

## **B) Crescimento Acentuado e Desordenado da Ocupação da Região Metropolitana de Porto Alegre**

A análise tendencial mostra que a Região continuará crescendo, aumentando sua participação no total da população gaúcha. Não há razão para se prever uma reversão na forma desconcentrada como se dá atualmente esse crescimento. Assim, a mancha urbana deve continuar expandindo, passando a competir pelo uso do solo com a agricultura.

Em torno das áreas mais urbanizadas, há um cinturão de zonas onde predominam as atividades rurais. Observa-se, entretanto, que entre as manchas urbanas e as eminentemente rurais ocorrem áreas rurais ocupadas por pessoas cujas atividades são urbanas. Na zona rural da Região Funcional 1, são produzidos arroz, frutas e flores, além de culturas típicas da agricultura familiar.

As vulnerabilidades são ligadas à urbanização e ao uso desordenado do solo: poluição hídrica e dos solos, ocupação de áreas de risco, assoreamento de cursos de água, insuficiente tratamento de esgotos sanitários, falta de correta disposição e tratamento de resíduos domésticos e industriais. As restrições à expansão física e de intensidade de uso dos recursos ambientais são compostas pela existência de áreas de uso restrito, como as UCs e as TIs, pelo fato de a Região ser área de recarga do Aquífero Guarani e pela existência de ecossistemas frágeis, como as margens da Laguna dos Patos, dunas e banhados.

O controle da expansão física da metrópole passa, então, a ser um item importante da agenda de desenvolvimento. Aliás, tal preocupação tem permeado as políticas de desenvolvimento e de ordenamento territorial de diversos governos nacionais e locais. O caso mais antigo e duradouro é o de Londres, onde o cinturão verde é mantido por regulamentações rígidas, que impedem qualquer tipo de construção em sua área. Outros países adotaram sistema semelhante, sendo que o uso de normas é, geralmente, complementado por projetos estratégicos, que buscam apoiar o desenvolvimento agrícola sustentável e o uso dos espaços verdes para esportes e lazer.

## **C) Forte Polarização de Todas as Regiões do Estado**

A economia urbana da Região é caracterizada pela importância na formação do PIB estadual, que lhe confere substancial estabilidade e atratividade. Sua capacidade empreendedora é, certamente, um dos produtos dessa característica de “atrator”. A rede de cidades, com a presença de nove dos 15 municípios com mais de 100 mil habitantes do Estado, consolida na Região um pólo de comércio e serviços com influência em todo o território gaúcho. Mesmo os serviços de saúde, que não apresentam concentração quando medidos em leitos hospitalares, são polarizados por Porto Alegre em relação aos procedimentos de maior complexidade, em razão da localização de importantes hospitais de ensino (HCPA/UFRGS, PUCRS, Ulbra e Santa Casa).

A Região possui características que, ao mesmo tempo em que são estruturadoras da competitividade da economia gaúcha, representam risco de aumento da polarização do resto do espaço do Estado pela área metropolitana.

O eventual desenvolvimento do Mercosul pode gerar novas oportunidades para a Região na medida em que pode se antever um papel importante de Porto Alegre como metrópole na rede urbana do Mercosul. Entretanto, tal papel não pode ser obtido às expensas do enfraquecimento das demais economias regionais gaúchas. Ao contrário, ela necessita encontrar contrapartida na distribuição dos ganhos de produtividade entre as diferentes regiões e grupos sociais, revertendo a tendência hoje observada.

## **D) Relevantes Desigualdades Internas**

Uma importante fraqueza reside na desigualdade interna da Região, que gera fortes pressões sociais. Na medida em que amplia sua atração para parcelas da população do Estado mais desprovidas de recursos, a Região atrai muitos migrantes, predominantemente adultos jovens, cerca de dois terços dos quais têm até nove anos de escolaridade. Sem estratégias adequadas de integração dos migrantes, agrega mais problemas aos que já tem, pois, apesar de deter a maior renda média do Estado, a desigualdade de renda vem se mantendo, com perspectivas de continuar crescendo até 2015.

Esse fato se traduz na elevada população vivendo em situação de pobreza. Com cerca de

90% de todas as habitações subnormais do Estado, é preciso levar em conta que esse é um problema que afeta principalmente as grandes cidades. Assim, Porto Alegre tinha, de acordo com o Censo de 2000, quase 2/3 do total da população residente em setores subnormais, com mais de 140 mil pessoas nesta situação.

A base econômica da Região, caracterizada por forte presença de setores modernos, coexiste com outra fraqueza na dimensão social, a distorção série-idade no ensino médio. Com a universalização do ensino básico, esse fato adquire maior gravidade, pois significa maior pressão sobre o sistema de ensino médio. Dada a crônica insuficiência de recursos, o aumento das matrículas no ensino médio sem harmonia com a classe de idade (tendo em vista os “retidos” e os que entraram tarde neste nível de ensino) leva à deterioração da qualidade das escolas e à precária formação de profissionais, frente às demandas do mercado de trabalho.

Além das desigualdades decorrentes da expansão urbana, a Região também apresenta desigualdades marcantes entre espaços intra-regionais, principalmente quando se considera o contraste existente entre o COREDE Centro-Sul e o resto da Região. No que se refere à frágil base econômica, o Centro-Sul apresenta quadro social deteriorado e ausência de melhoras recentes em seu território.

### **E) Importantes Gargalos de Infra-estrutura**

Sendo pólo para onde converge grande parte dos fluxos de produtos e pessoas do Estado, apresenta-se bem-servida por diversos modais de transporte (rodoviário, hidroviário, ferroviário, aeroviário) e terminais (porto, aeroporto, etc.), além de possuir elevada acessibilidade a todos os modos de transporte e média capacidade de armazenagem. Oferece, também, eficiência na transmissão de dados de alta velocidade, alta cobertura em telefonia móvel, alta densidade em telefonia fixa, bom nível de distribuição de energia (elétrica e de gás natural).

Existem, entretanto, problemas de saturação e de elos faltantes no sistema de transportes, especialmente em relação à ligação com o Porto de Rio Grande e à restrita interconectividade entre os vários modais de transporte, bem como gargalos e baixa capacidade de atendimento ao aumento da demanda na área da energia e baixa penetração da telefonia nas zonas rurais.

Os principais problemas referem-se aos gargalos rodoviários e ao acesso ao Porto de Rio Grande. No sentido do interior do Estado, a BR-386 apresenta-se como um gargalo em praticamente toda sua extensão, incluindo todo o trecho pertencente a esta Região, desde o entroncamento com a BR-470 para Triunfo, até o município de Canoas.

No sentido de Santa Catarina, a BR-116 não se mostra como um gargalo efetivo para o transporte de cargas, mas o Anel Viário Metropolitano é um elo faltante que desafogaria especialmente o tráfego de pessoas entre municípios do Vale do Rio dos Sinos e de Porto Alegre. Finalmente, no sentido sul, visando o transporte até o Porto de Rio Grande, a BR-116 representa um gargalo significativo desde o município de Guaíba até o entroncamento com a RS-717, levando a Tapes. Nesse caso, identificou-se outro importante elo faltante, a ferrovia General Luz–Pelotas, que justamente facilitaria o transporte de cargas diretamente até o Porto, sem a necessidade de contornar a região Sul pelas cidades de Santa Maria, Cachoeirinha e Bagé.

No setor energético, a garantia do fornecimento de energia ao Pólo Petroquímico de Triunfo e à Região Metropolitana representa o principal desafio. Além disso, hoje a oferta de gás natural da Bolívia é insuficiente para atender a toda a demanda existente na Região, e a alternativa de viabilização do gasoduto Uruguaiana–Porto Alegre ampliaria a oferta atual.

No setor de macrossaneamento, a ampliação do tratamento de esgoto nos centros urbanos é fundamental para garantir o crescimento sustentável. Além disso, iniciativas para a adequada disposição de resíduos sólidos devem ser tomadas, visto que a situação é alarmante. Alguns municípios sequer possuem áreas para aterros ou lixões. O aterro Santa Tecla, por exemplo, está atingindo sua capacidade sem que já exista alternativa para os municípios que o utilizam (Gravataí, Cachoeirinha, Esteio e Porto Alegre).

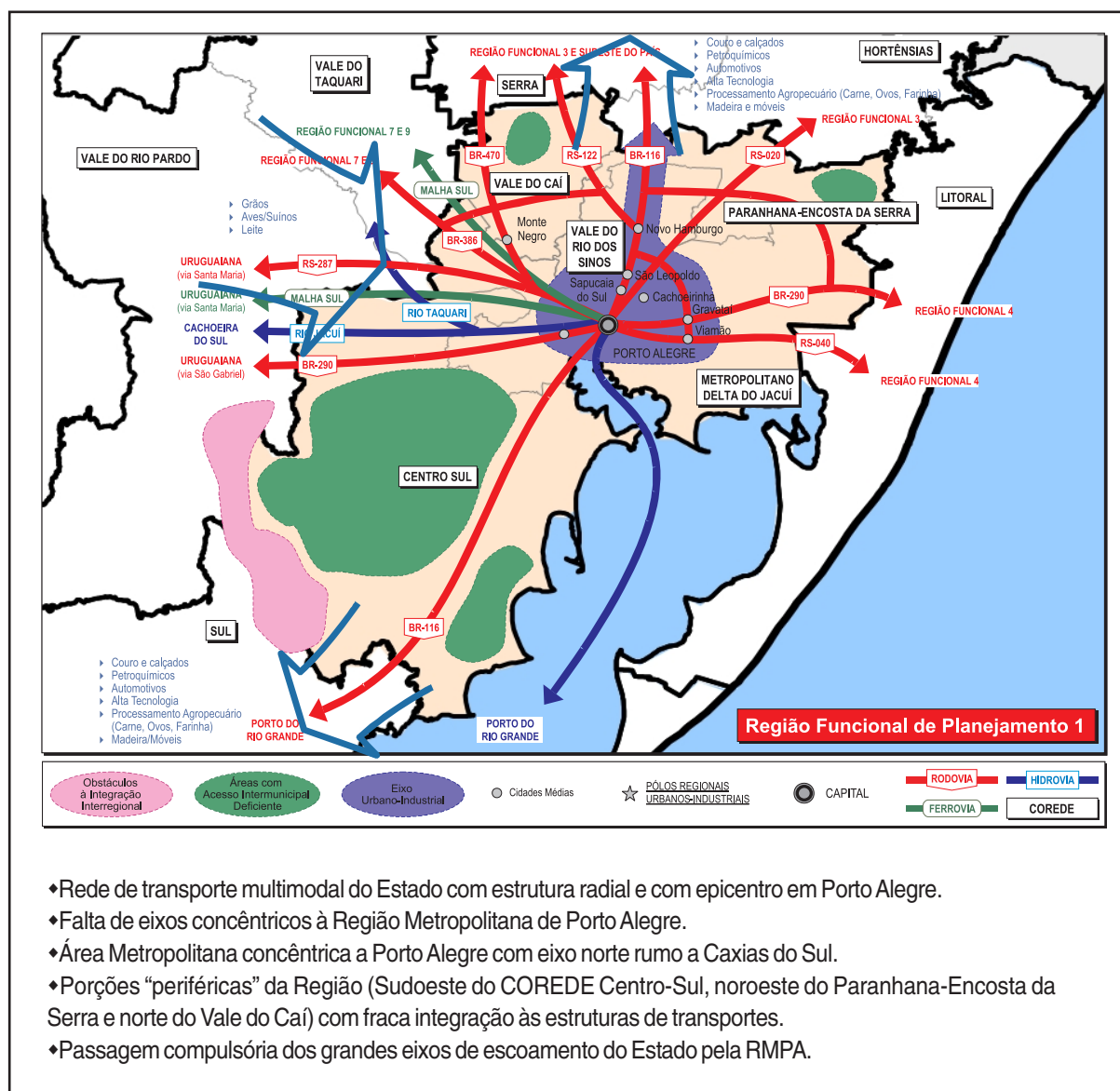
## Visão Estratégica da Região Funcional 1

A visão estratégica para a Região Funcional 1 consiste em consolidá-la como o grande pólo de desenvolvimento e de inovação do Estado, reforçando-a como metrópole do Mercosul e, ao mesmo tempo, irradiando seu dinamismo às demais Regiões, de modo a reduzir as desigualdades inter-regionais e internas.

A Região possui características que, ao mesmo tempo em que são estruturadoras da competitividade da economia gaúcha, representam risco de aumento da polarização do resto do espaço do Estado pela área metropolitana. Um papel forte de Porto Alegre como metrópole na rede urbana do Mercosul pode ser essencial para a definição de estratégias de integração que preservem empregos e renda do Estado. Entretanto, tal papel não pode ser obtido às expensas do enfraquecimento das demais economias regionais gaúchas. Ao contrário, ela necessita encontrar contrapartida na distribuição dos ganhos de produtividade entre as diferentes Regiões e grupos sociais, revertendo a tendência observada.

A **Figura 2.1.25** apresenta, através da infra-estrutura de transportes, como a Região Metropolitana de Porto Alegre representa um polarizador da economia gaúcha.

Figura 2.1.25 – Fatores Estratégicos na RF 1

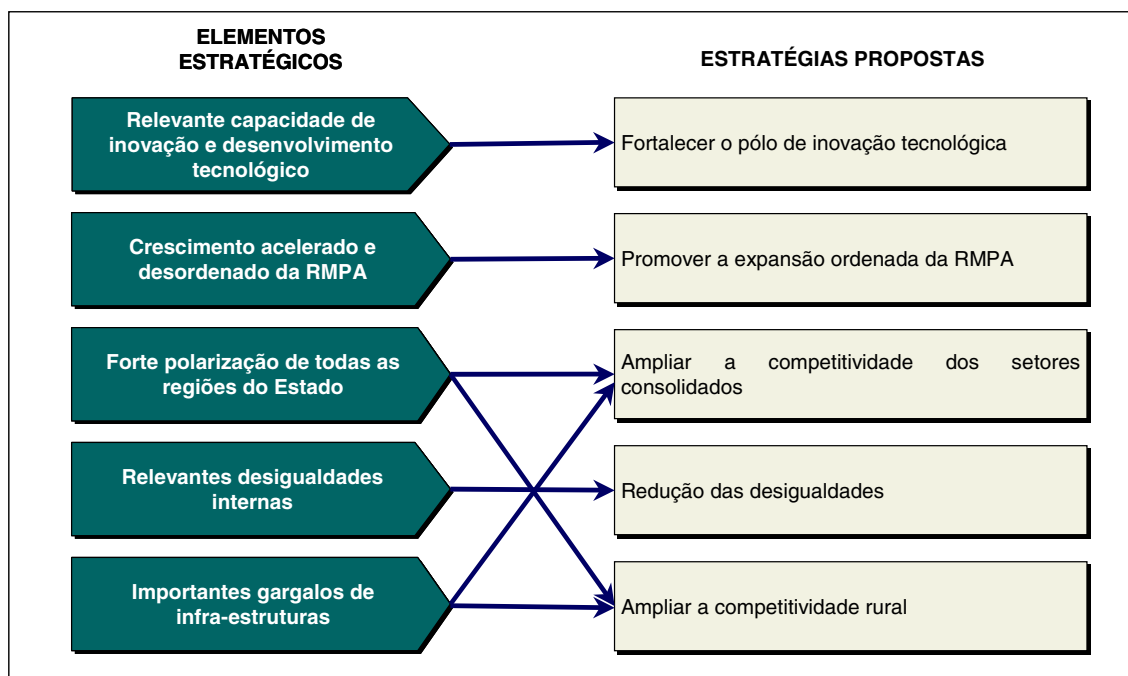


Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe– HLC

## Estratégias Propostas para a Região Funcional 1

Para atingir o objetivo de consolidar a RF1 como o grande pólo de desenvolvimento e inovação do Estado, reforçando-a como metrópole do Mercosul e, ao mesmo tempo, irradiando seu dinamismo às demais Regiões, de modo a reduzir as desigualdades inter-regionais e internas, cinco estratégias regionais são propostas, para as quais concorrem, simultaneamente, os vários elementos estratégicos, como registra a **Figura 2.1.26**.

**Figura 2.1.26 – Elementos Estratégicos x Estratégias para a RF 1**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

### ESTRATÉGIA 1 – FORTALECER O PÓLO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Esta estratégia visa aumentar a participação da Região na Ciência, Tecnologia e Inovação nacional, consolidando-a como pólo de inovação tecnológica. Os setores de alta tecnologia já presentes (equipamentos para a área da saúde, para comunicações, entre outros) cresceram muitas vezes de forma espontânea. Sua consolidação e expansão dependem da definição de padrões mundiais de qualidade, avanço tecnológico e preço, apoiados por programas de fomento e incentivos adequados. As áreas da Saúde, Eletroeletrônica, Informática e Biotecnologia Vegetal são as que apresentam grande potencialidade. São áreas de rápido desenvolvimento e de crescente sofisticação, o que repercute na necessidade cada vez maior de recursos para manter a pesquisa competitiva. Nesse contexto, os motivos expostos na justificativa abaixo poderão destacar a Região em relação a outras metrópoles de mesmo porte e com as mesmas aspirações, como Campinas, Curitiba e Recife.

#### Justificativas para a Estratégia 1

O conjunto de IES e de centros tecnológicos da Região representa uma importante potencialidade. Além da quantidade e da qualidade dessas infra-estruturas, deve ser salientada a presença na Região de novos instrumentos de transferência de tecnologia, como incubadoras e parques tecnológicos. Nos últimos anos, houve um aumento sustentado das iniciativas de criação de incubadoras de empresas e parques tecnológicos. Hoje, a Região conta com 19 incubadoras de empresas de base tecnológica e sete parques em operação, implantação ou projeto. As decisões de implantação desses projetos foram tomadas de forma descentralizada e financiadas com recursos próprios das instituições gestoras, agências de fomento ou linhas de estímulos governamentais. Até agora, não houve uma estratégia regional orientadora dos investimentos, fazendo com que haja proliferação de iniciativas focando os mesmos segmentos e sem uma preocupação com complementaridades e maior sinergia.



### **Objetivos para a Estratégia 1**

- ◆ Crescimento dos setores da alta tecnologia. As exportações gaúchas têm, em sua maior parte, baixa agregação de tecnologia. Efeito dessa característica é o baixo valor das exportações quando medidas em dólares/quilo, conforme visto na etapa de Avaliação do Rumos 2015. O objetivo para os próximos 10 anos será atingir um nível de contribuição de 18% dos setores de alta e média-alta tecnologias às exportações, atingindo a média mundial de 2000<sup>11</sup>.
- ◆ Ampliação da quantidade de empresas emergentes de base tecnológica nas áreas da Saúde, Eletroeletrônica, Informática e Biotecnologia Vegetal. Tendo em vista que a base existente é reduzida<sup>12</sup>, o objetivo proposto é fomentar a criação de empresas nesses segmentos a uma taxa de 20% anuais.
- ◆ Ampliação da quantidade de grupos de pesquisa consolidados cadastrados no CNPq. A Região conta com 974 grupos de pesquisa cadastrados no CNPq (base 2002) dos quais 369 são considerados consolidados, isto é, possuem produção contínua e de qualidade. O objetivo proposto para 2015 é elevar essa proporção de grupos consolidados sobre o total de grupos cadastrados, que hoje é de 38%, para 50%.
- ◆ Crescimento da quantidade de patentes per capita. Porto Alegre tem (1999-2001) 2,16 patentes registradas por 10 mil habitantes, de acordo com os dados da etapa de Avaliação. O objetivo é aumentar esse valor para três patentes registradas por 10 mil habitantes.

**Ações para a Estratégia 1:** Estão sintetizadas na **Figura 2.1.29** e serão detalhadas no Plano Estratégico para a Região, no item subsequente, de modo funcional à programação orçamentária.

### **ESTRATÉGIA 2 – PROMOVER A EXPANSÃO ORDENADA DA RMPA**

Visa adensar a ocupação urbana na Região Metropolitana de Porto Alegre, diminuindo custos para o setor público e garantindo a preservação dos espaços abertos.

Um exemplo recente desse tipo de ação é do governo francês, que lançou um programa visando à “cooperação metropolitana”, justificando-o pela necessidade de aperfeiçoar a governança metropolitana, com vistas ao fortalecimento das cidades francesas no cenário europeu, mediante variadas formas de cooperação, desde as mais institucionalizadas até as mais flexíveis. O processo lançado prevê três fases: um edital visando apoiar a montagem de iniciativas de cooperação, um projeto metropolitano preparado pelas comunidades e um contrato metropolitano, a partir de 2006, sobre ações estruturantes e baseado em cooperações estratégicas.

Além disso, a gestão da expansão urbana necessita de instrumentos que permitam salvar os espaços rurais, ao mesmo tempo em que os valorizam. Os exemplos de políticas nesse sentido são vários. Nos Estados Unidos, em 2000, havia 14 Estados que adotavam legislações sobre o uso do solo, numa notável reversão da filosofia localista do planejamento territorial americano<sup>13</sup>. O foco desse esforço é o ordenamento do crescimento metropolitano, com um maior adensamento e menores descontinuidades. Na Europa, a União Européia desenvolve projeto denominado Interreg IIC – Franja das Metrôpoles, que objetiva dar resposta a questões<sup>14</sup> como a definição de uma armadura verde metropolitana (a ser observada nos processos de planejamento integrado, conciliando o controle da expansão urbana, a gestão da pressão social pelo uso dos espaços abertos e a necessária proteção do meio ambiente); a passagem da proteção à gestão dos espaços abertos periurbanos, por meio de um conceito de parque natural; o controle imobiliário de espaços abertos periurbanos estratégicos, que exige instrumentos financeiros e regulatórios para preservar ou criar espaços agrícolas e naturais.

Na experiência holandesa da parte meridional do *Randstad*, o planejamento central definiu corredores verdes entre as cidades, que se unem numa rede de barreiras à conurbação. Para implementar essa política, o poder do governo central sobre as províncias foi aumentado, num movimento semelhante ao dos Estados Unidos, referido acima.

<sup>11</sup> MCT. **Livro verde**. Brasília: MCT, 2001

<sup>12</sup> Por exemplo, na área da Saúde, existem cerca de 60 empresas industriais na RMPA, todas de pequeno porte (entre 5 e 120 empregados) – Fonte: IBGE, 2001.

<sup>13</sup> CARRUTHERS, J. ULFARSSON, G. Fragmentation and sprawl: evidence from interregional analysis. **Growth and Change**. Vol. 33, pp. 312-340.

<sup>14</sup> Conforme [www.iaurif.org/projet/fr\\_action.html](http://www.iaurif.org/projet/fr_action.html), acesso em maio de 2005.

O Estatuto das Cidades determina que, até outubro de 2006, os municípios devam elaborar seus planos diretores, de acordo com os seguintes princípios (CEF/Polis, 2005)<sup>15</sup>:

- ◆ O direito às cidades sustentáveis, com ênfase ao saneamento ambiental para as presentes e futuras gerações.
- ◆ O planejamento como forma de desenvolvimento das cidades, de modo que a distribuição espacial da população e das atividades econômicas seja feita de maneira racional, evitando e corrigindo distorções do crescimento urbano, notadamente quanto aos efeitos negativos sobre o meio ambiente.
- ◆ O maior controle sobre o uso do solo, evitando-se: proximidades entre usos incompatíveis ou inconciliáveis (racional distribuição entre os usos residencial, comercial, industrial e institucional); construções ou parcelamentos excessivos em relação à infra-estrutura (equilíbrio entre densidade de ocupação e infra-estrutura); a deterioração de áreas urbanizadas; a poluição e degradação ambiental.
- ◆ A proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural, construído e cultural.
- ◆ A audiência da população para a implantação de empreendimentos e atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído.

A legislação aparece, assim, como oportunidade à consolidação de estratégias que transcendam os limites municipais, pois durante um período de quase dois anos (2005 e 2006), todos os municípios estarão envolvidos na elaboração de planos diretores, que deveriam, desde logo, integrar em suas estratégias as possibilidades dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, buscando dar maior sustentabilidade ambiental à Região.

### **Justificativas para a Estratégia 2**

A análise tendencial mostra que a Região continuará crescendo, aumentando sua participação no total da população gaúcha. Não há razão para se prever uma reversão na forma desconcentrada como se dá atualmente esse crescimento dentro da região. Assim, a mancha urbana deve continuar expandindo, passando a competir pelo uso do solo com a agricultura.

A ocupação urbana das zonas rurais nas grandes áreas metropolitanas é inexorável. Os exemplos desse movimento na Região 1 são muitos e atingem núcleos habitacionais de todos os níveis. A população de Viamão, por exemplo, cresceu mais rapidamente na fronteira com a capital do que no seu núcleo urbano. O município de Eldorado do Sul, cujo centro encontra-se a 10 minutos do de Porto Alegre, tem atraído novos loteamentos de grande porte, que nem sempre se localizam em sua área urbana. Dessa forma, a expansão da mancha urbana compete pelo uso do solo com as atividades rurais.

Apesar da RMPA ser definida em lei, não existe efetiva gestão metropolitana, assim como não há instrumentos legais que permitam o controle conjunto dos territórios municipais. Assim, qualquer tentativa de definir projetos semelhantes ao londrino depende essencialmente da adesão das comunidades locais e dos governos municipais. O controle da expansão física da metrópole passa, então, a ser um item importante da agenda de desenvolvimento.

### **Objetivos da Estratégia 2**

- ◆ Elaboração de planos diretores dos municípios da Região. O objetivo é atingir a elaboração dos planos diretores dos 70 municípios que compõem a Região até o final de 2006.
- ◆ Aumento da quantidade de projetos e consórcio intermunicipais tendo como objeto o controle do uso do solo e ambiental. Conforme já referido, compõem a Região nove dos 15 municípios gaúchos com mais de 100 mil habitantes. O objetivo é atingir o envolvimento desses nove municípios nos projetos e consórcios até 2015.

**Ações para a Estratégia 2:** Estão sintetizadas na **Figura 2.1.29** e serão detalhadas no Plano Estratégico para a Região, no item subsequente, de modo funcional à programação orçamentária

<sup>15</sup> Planejamento Territorial e Plano Diretor, CD elaborado pelo Instituto Polis e Caixa Econômica Federal, disponível no site do Ministério das Cidades, lançado em janeiro de 2005.

### **ESTRATÉGIA 3 – AMPLIAR A COMPETITIVIDADE NOS SETORES CONSOLIDADOS**

Esta estratégia visa manter a competitividade dos setores consolidados, descritos a seguir, tanto por sua importância na economia do Estado, quanto pelo fato de que estão enfrentando condições de concorrência que podem colocá-los em situação de risco. Esta competitividade se dará através do aumento do conteúdo tecnológico nessas indústrias.

Estes setores consolidados se constituem em 55% do PIB industrial e em 27% de todo o PIB da Região. Sua eventual perda de competitividade terá grande impacto na economia da metrópole, com conseqüências no setor terciário, e, desta forma, também com conseqüências sociais, como o desemprego e a queda de renda no setor terciário.

#### **Justificativa para a Estratégia 3**

A Região é responsável por parte importante da competitividade da indústria gaúcha. Os setores de tecnologia madura devem enfrentar os novos concorrentes nos mercados nacional e internacional com realinhamentos de mercado e tecnológicos. Esse movimento pode significar o crescimento mais lento em termos de pessoal ocupado, ao mesmo tempo em que avança em relação à produtividade, de modo a manter o tamanho desses setores na formação do PIB.

A Região possui uma das principais centrais petroquímicas do país, baseada em Triunfo, que juntamente com o setor químico, é o principal responsável pelo PIB Industrial da Região (28% do PIB industrial e 13% de todo o PIB regional). A manutenção da importância relativa deste pólo dentro da petroquímica/química nacional é, portanto, fundamental para a economia local. A expansão desse pólo dentro da indústria petroquímica nacional dependerá de sua atratividade e competitividade.

O APL de couros e calçados da Região, que deverá empregar 5% da população ocupada em 2015, costuma ser identificado como um dos mais completos do mundo. A cadeia está densamente integrada, abrangendo todas as atividades de concepção, fabricação, comercialização e distribuição. A exportação está na base do negócio calçadista da Região, sofrendo diretamente os efeitos da política cambial e dos novos concorrentes no mercado internacional. Ao longo da última década, o setor reestruturou-se para diversificar seus mercados, diminuindo a dependência do mercado americano, e direcionando esforços para atingir consumidores de maior renda. Entretanto, a concorrência chinesa coloca, estruturalmente, em xeque os esforços realizados.

A indústria automotiva aparece como oportunidade, pois, a Região já conta com um grande empreendimento no setor (GM) e com um parque industrial de autopeças razoavelmente desenvolvido. A atração de novos investimentos nesse setor, aproveitando a área já designada no município de Guaíba, poderá potencializar as oportunidades não só para a Região 1, como para as demais produtoras de autopeças, especialmente a Região Funcional 3.

#### **Objetivos da Estratégia 3**

- ◆ Ampliação da participação da Região no comércio exterior brasileiro, com cerca de 42% das exportações do Estado, que, por sua vez, representam em torno de 10,2% das exportações brasileiras. O objetivo é aumentar em 20% até o final do período sua participação, sem prejuízo das demais regiões gaúchas.
- ◆ Aumento das relações interfirmas nas cadeias dos setores já consolidados. Conforme dados apresentados na etapa de Avaliação, a cadeia automotiva, por exemplo, adquire 52% (2002) de suas compras no Estado. Fortalecendo os elos desta cadeia, é possível aumentar essa proporção de compras. O mesmo é válido para os demais setores consolidados. A meta nesse caso é aumentar o volume de compras internas ao Estado entre 5 e 15% ao ano.
- ◆ Ampliação da participação de engenheiros e cientistas na PEA regional. Nos países da OCDE, engenheiros e cientistas respondem por uma faixa que vai de 5% a 12% do emprego. No Brasil, no final da década de 1990, somente 0,5% dos empregos eram ocupados por engenheiros e cientistas<sup>16</sup>. O objetivo proposto para 2015 é que este número se aproxime de 2%, também através do aumento do atual percentual de pessoas com nível superior na população total, que hoje é de 9,8% (Censo Demográfico 2000).
- ◆ Ampliação de engenheiros e cientistas empregados nas empresas. No Brasil, somente

<sup>16</sup> MCT. Livro verde. Brasília: MCT, 2001.

8% dos engenheiros e cientistas estão empregados em empresas. Nos países da OCDE, dois terços dos cientistas estão no setor empresarial (2001)<sup>17</sup>. Países como Espanha, França, Nova Zelândia e Eslováquia têm uma proporção menor desses profissionais empregada nas empresas: entre 20 e 25%. O objetivo proposto para 2015 é que 20% dos engenheiros e cientistas sejam empregados pelas empresas até o fim do período.

**Ações para a Estratégia 3:** Estão sintetizadas na **Figura 2.1.29** e serão detalhadas no Plano Estratégico para a Região, no item subsequente, de modo funcional à programação orçamentária.

#### **ESTRATÉGIA 4 – REDUÇÃO DE DESIGUALDADES**

Esta estratégia visa à redução das desigualdades internas, através da diminuição da pobreza, e a inverter a tendência ao aumento da desigualdade social na Região. Este é um problema que afeta principalmente as grandes cidades.

Entre as fraquezas da Região na dimensão social, destaca-se a distorção idade-série no ensino médio, que vem diminuindo muito lentamente. Com a universalização do ensino fundamental, esse fato adquire maior gravidade, pois significa maior pressão sobre o sistema de ensino médio. Com a crônica insuficiência de recursos, o aumento das matrículas no ensino médio sem harmonia com a classe de idade (tendo em vista os “retidos” e os que entraram tarde neste nível de ensino), a tendência é de deterioração da qualidade das escolas.

#### **Justificativa para a Estratégia 4**

Apesar da importância da Região e do fato de deter a maior renda média do Estado, a desigualdade de renda vem se mantendo, com perspectivas de crescimento até 2015. Esse fato se traduz na ocorrência de habitações subnormais, nas precárias condições de esgotamento sanitário e nas distorções idade-série já referidas. Cerca de 90% de todas as habitações subnormais do Estado estão na Região Funcional 1, o que representa 54 mil habitações. Porto Alegre, por sua vez, de acordo com o Censo de 2000, tinha aproximadamente 2/3 da população residente em setores subnormais. Agravando esse quadro, a Região atrai muitos migrantes, predominantemente adultos jovens, cerca de dois terços dos quais têm até nove anos de escolaridade.

#### **Objetivos da Estratégia 4**

- ◆ Diminuição da população residente em aglomerados subnormais. O investimento no setor habitacional é prioritário, tendo em vista seu impacto social e econômico, tanto para a indústria local, como na geração de empregos para a força de trabalho menos qualificada. O objetivo é erradicar os aglomerados subnormais até o fim de 2015.
- ◆ Ampliação da coleta e tratamento do esgoto. O esgotamento sanitário é o principal problema do Estado na área de saneamento, e os objetivos aqui são a ampliação do número de ligações à rede coletora de esgoto, em quantidade equivalente ao aumento dos domicílios urbanos, decorrente do crescimento demográfico e do equacionamento do déficit habitacional urbano e a redução em 50% do déficit absoluto.
- ◆ Aumento da capacidade de disposição dos resíduos sólidos, com a definição de áreas e meios de disposição dos resíduos suficientes para um horizonte de 20 anos.
- ◆ Aumento da escolaridade média do pessoal ocupado. O objetivo é expandir o patamar de Porto Alegre registrado no Censo de 2000, isto é, sete anos, como uma média para toda a Região.
- ◆ Ampliação das matrículas no ensino profissional. Em 2004, havia cerca de 560 mil matrículas iniciais nos ensinos médio e profissional no Estado, sendo que as matrículas do ensino profissional correspondiam a pouco menos de 13% desse total. O objetivo é expandir essas matrículas, especialmente dos setores secundário e terciário, de modo que se atinja uma participação de 15% nas matrículas iniciais das duas modalidades, significando um acréscimo de 15 mil matrículas iniciais até 2015.

<sup>17</sup> OCDE, Science and innovation policy. Paris: OCDE, 2004.

♦ Diminuição das distorções idade-série. Políticas de correção de fluxo, que levam à eliminação da distorção e à redução do número de anos para o percurso de cada nível de ensino, apóiam-se no pressuposto de que todos os alunos conseguem desenvolver as competências requeridas pela escola, se lhes forem dadas as oportunidades de aprendizagem. Programas de reforço escolar, na forma de atividades pedagógicas diversificadas, em turno contrário ao da escola, aumentam as probabilidades de sucesso dos alunos com dificuldades de aprendizagem e são parte importante das políticas de correção do fluxo. O objetivo é atingir 50% da população escolar do nível fundamental nas suas oito séries.

**Ações para a Estratégia 4:** Estão sintetizadas na **Figura 2.1.29** e serão detalhadas no Plano Estratégico para a Região, no item subsequente, de modo funcional à programação orçamentária

### **ESTRATÉGIA 5 – AMPLIAR A COMPETITIVIDADE RURAL**

Esta estratégia visa garantir a viabilidade da continuidade da produção agrícola, através da manutenção da competitividade das principais culturas.

#### **Justificativa para a Estratégia 5**

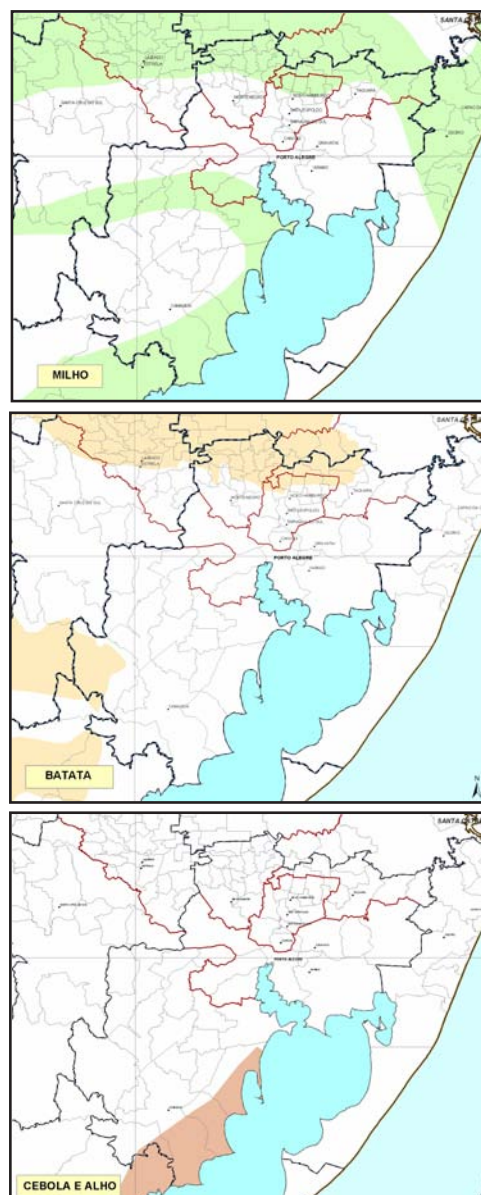
Em torno das áreas mais urbanizadas, há um cinturão de zonas onde predominam as atividades rurais. Observa-se, entretanto, que entre as manchas urbanas e as eminentemente rurais, ocorrem áreas rurais ocupadas por pessoas cujas atividades são urbanas.

Na zona rural da Região, são produzidos arroz (sul e nordeste), frutas e flores (noroeste), além de culturas típicas da agricultura familiar (milho, aves, suínos, leite). As **Figuras 2.1.27** e **2.1.28** ilustram as áreas aptas para a produção agrícola regional, cujas alternativas cobrem todo seu território.

#### **Objetivos da Estratégia 5**

- ♦ Manutenção da área ocupada pela produção agrícola atualmente existente.
- ♦ Aumento dos níveis de produtividade agrícola. A orizicultura do COREDE Centro-Sul é a mais produtiva entre as regiões produtoras do Estado. Sua produtividade, de 5,37 ton/ha, está cerca 12% abaixo da produtividade chinesa e 165% acima da média brasileira. O COREDE Metropolitano Delta do Jacuí produz 5,07 ton/ha, numa posição também destacada. A Região Funcional 1 produz aproximadamente 15% do arroz gaúcho. A meta neste caso é repetir, em toda a área, o desempenho do Centro-Sul no período de 1990-2003, quando a produtividade cresceu em torno de 1,5% a.a. No caso das frutas, o objetivo é elevar sua participação no total da produção agrícola de 16,6% para 20%, até 2015, especialmente através do aumento da área cultivada, mas também buscando o aumento de produtividade. Também há projetos para

**Figura 2.1.27 – Áreas aptas para Milho, Batata, Cebola e Alho**

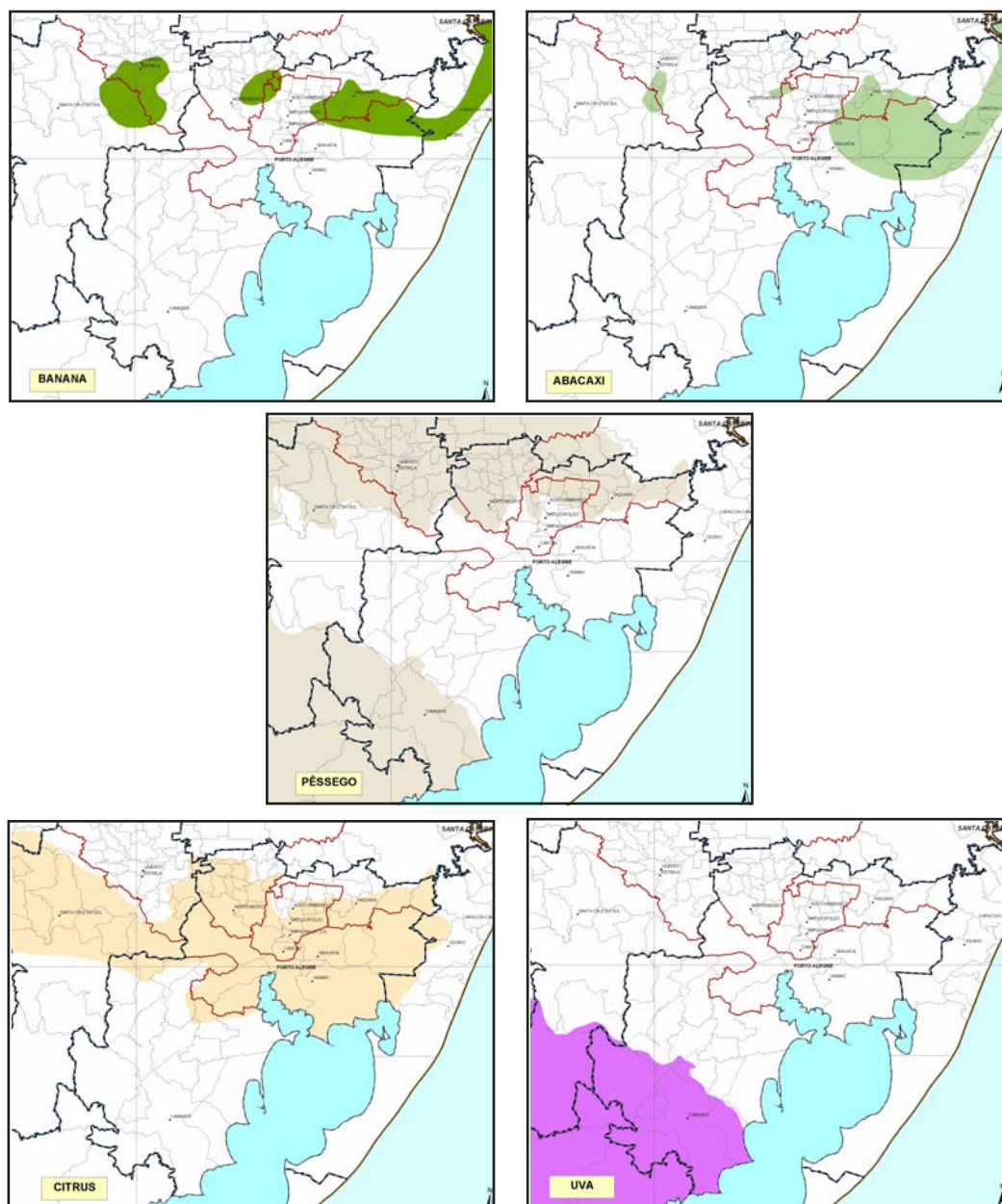


Fonte: Governo do Estado do RSI, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico – Volume II, 1994

o aumento da produção e processamento de carnes, com o objetivo de superar em 5% as 642 mil ton de produção, estimadas pelo Componente 2, e processar, pelo menos, 90% desta produção na Região.

**Ações para a Estratégia 5:** Estão sintetizadas na **Figura 2.1.29** e serão detalhadas no Plano Estratégico para a Região, no item subsequente, de modo funcional à programação orçamentária.

**Figura 2.1.28 – Áreas aptas para frutas: Banana, Abacaxi, Pêssego, Cítricos e Uva**

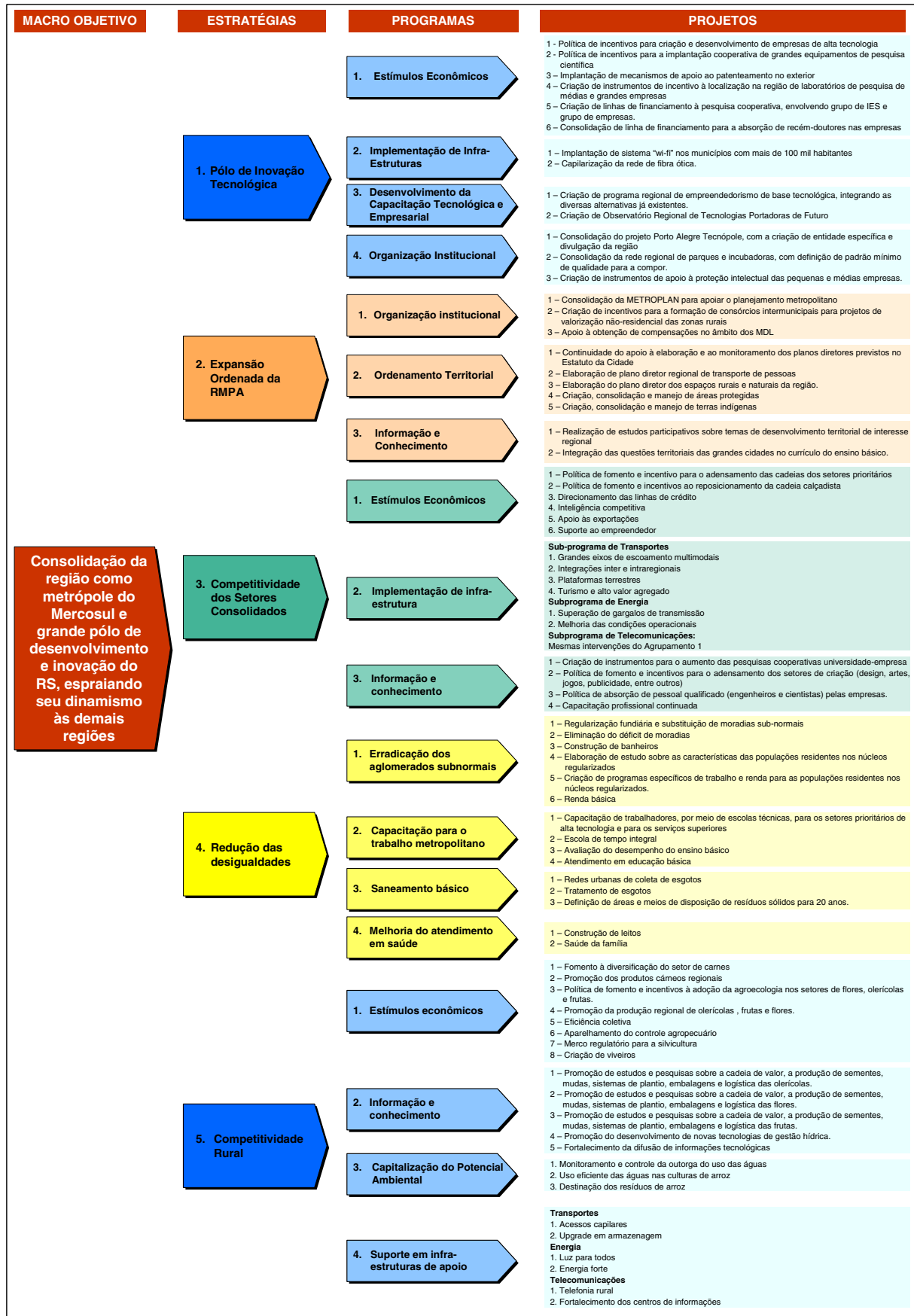


Fonte: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico – Volume II, 1994

## Plano Estratégico para a Região Funcional 1

Foram definidas, conforme explicitado anteriormente, cinco estratégias fundamentais para a Região: Pólo de Inovação; Expansão Ordenada da Região Metropolitana de Porto Alegre; Competitividade dos Setores Consolidados; Redução das Desigualdades; e Competitividade Rural. O conjunto de programas e projetos que compõem estas estratégias responde ao macroobjetivo ou visão, como registra a **Figura 2.1.29**, na qual podem ser visualizadas todas as propostas para a Região. Na seqüência serão delineados os programas e projetos que compõem as cinco estratégias. A organização dessas propostas segue a lógica demonstrada no Capítulo 5 do Volume I, que rege a estrutura do presente documento.

Figura 2.1.29 – Gráfico de Objetivos e Meios para a Região Funcional 1



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Os programas e projetos constituintes dessas estratégias delineados na seqüência requisitam investimentos da ordem de R\$ 12,3 bilhões.

Deve-se ressaltar que muitas das propostas, especialmente em áreas que operam em redes, como infra-estruturas de transportes, energia ou telecomunicações, empreendimentos que se situam em outras Regiões beneficiam ou impactam negativamente esta Região. É o caso, por exemplo, de rodovias que atravessam o Estado conectando várias regiões à metrópole, ou linhas de transmissão que trazem energia de outras áreas. Portanto, os benefícios e custos regionais dessas propostas não podem ser apreendidos apenas pelos volumes de recursos das propostas incidentes na Região. Somente serão devidamente apreendidos pelo resultado conjunto do Cenário Propositivo para o Estado e Regiões.

Além desse conjunto de projetos que respondem à visão e às estratégias regionais, outros programas são recomendáveis para seu desenvolvimento pelas estratégias do Estado, registrados na **Tabela 2.1.3**.

**Tabela 2.1.3 – Outros Projetos de Interesse para a RF 1 (R\$ Mil)**

Área	Programa	Subpro-grama	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
Inclusão Social	1 – Melhoria do Atendimento em Educação Básica		1 – Eliminação do Analfabetismo	1.883	7.532	7.532	16.947	
			2 – Escola de Tempo Integral	5.756	24.154	30.454	60.363	
			3 – Avaliação de Desempenho	12	26	27	65	
			4 – Atendimento à Demanda por Ensino Básico	128.760	203.123	320.601	652.484	
				<i>Total do Programa</i>	<i>136.411</i>	<i>234.834</i>	<i>358.613</i>	<i>729.859</i>
	2 – Melhoria do Atendimento em Saúde		1 – Ampliação de Empregos Médicos	19.867	62.624	63.488	145.979	
			2 – Ampliação de Empregos de Enfermeiros	21.219	42.437	54.530	118.186	
			3 – Expansão do Programa Saúde da Família	12.816	36.960	74.304	124.080	
				<i>Total do Programa</i>	<i>53.902</i>	<i>142.022</i>	<i>192.322</i>	<i>388.245</i>
	3 – Melhoria das Condições de Habitação		1 – Redução do Déficit Habitacional Urbano	314.930	284.376	310.608	909.914	
			2 – Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios	4.061	4.132	-	8.192	
			3 – Redução do Número de Domicílios com Densidade Excessiva	2.589	5.178	5.178	12.944	
			4 – Substituição de Aglomerados Subnormais	2.359	4.727	4.727	11.813	
				<i>Total do Programa</i>	<i>323.939</i>	<i>298.413</i>	<i>320.513</i>	<i>942.863</i>
	4 – Atendimento do Atendimento por Saneamento Básico		1 – Rede de Distribuição de Água	139.959	125.498	126.706	392.163	
			3 – Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos	36.149	64.828	65.452	166.430	
						<i>Total do Programa</i>	<i>176.109</i>	<i>190.326</i>
	5 – Combate à Pobreza		1 – Renda Básica	106.241	212.482	212.482	531.205	
				<i>Total do Programa</i>	<i>106.241</i>	<i>212.482</i>	<i>212.482</i>	<i>531.205</i>
	Manutenção do Potencial Ambiental		1 – Proteção e Criação de Unidades de Conservação nos Afloramentos Porosos do Aquífero Guarani	5.000	12.500	7.500	25.000	
			<i>Total do Programa</i>	<i>5.000</i>	<i>12.500</i>	<i>7.500</i>	<i>25.000</i>	
				<b>Total Geral</b>	<b>801.602</b>	<b>1.090.577</b>	<b>1.283.589</b>	<b>3.175.765</b>

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC



## ESTRATÉGIA 1 – PÓLO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Reúne o conjunto de programas e projetos registrados na **Tabela 2.1.4**, destinados a consolidar e expandir a indústria de alta tecnologia e a capacidade científico-tecnológica da Região, envolvendo os governos estadual e municipais, as ICTs e o setor empresarial.

**Tabela 2.1.4 – Programas e Projetos da Estratégia Pólo de Inovação Tecnológica (R\$ Mil)**

Estratégia	Programa	Sub-programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
1 – Pólo de Inovação Tecnológica	1 – Estímulos Econômicos		1 – Incentivos a segmentos promissores – Criação e desenvolvimento de empresas de alta tecnologia	429.452	858.904	858.904	2.147.260	
			2 – Gestão integrada de pesquisas regionais – Incentivos para a implantação cooperativa de grandes equipamentos de pesquisa científica	9.885	23.725	28.470	62.080	
			3 – Programa de apoio ao registro de marcas e patentes – Implantação de mecanismos de apoio ao patenteamento no exterior	4.600	9.200	9.200	23.000	
			4 – Incentivos a segmentos promissores – Criação de instrumentos de incentivo à localização na região de laboratórios de médias e grandes empresas	Previstos no Projeto 1				
			5 – Incentivos para a implantação cooperativa de grandes equipamentos de pesquisa científica	Previstos no Projeto 2				
			6 – Consolidação de linha de financiamento para a absorção de recém-doutores nas empresas	4.217	16.867	4.217	25.300	
	<i>Total do Programa</i>				<b>448.154</b>	<b>908.696</b>	<b>900.790</b>	<b>2.257.640</b>
	2 – Implementação de Infra-Estrutura			1 – Inclusão na sociedade de informações (wi-fi)	-	600	-	600
				2 – Suprimento Regional de Redes de Transmissão de Dados de Alta Velocidade	-	-	-	-
				<i>Total do Programa</i>				<b>-</b>
	3 – Desenvolvimento da Capacitação Tecnológica e Empresarial			1 – Suporte ao Empreendedor – Criação de programa regional de empreendedorismo de base tecnológica, integrando as diversas iniciativas já existentes	1.670	4.000	4.800	10.470
				2 – Inteligência Competitiva – Criação do Observatório Regional de Tecnologias Portadoras de Futuro	1.561	3.022	3.022	7.605
				<i>Total do Programa</i>				<b>3.231</b>
	4 – Organização Institucional			1 – Consolidação do projeto Porto Alegre Tecnópolis, com a criação de entidade específica e divulgação da região	598	1.200	1.200	2.998
				2 – Criação do selo de qualidade da rede regional de incubadoras e parques tecnológicos	-	-	-	-
				3 – Programa de apoio ao registro de marcas e patentes – Criação de instrumentos de apoio à proteção intelectual das pequenas e médias empresas	5.198	10.396	10.396	25.990
				<i>Total do Programa</i>				<b>5.796</b>
<b>Total da Estratégia</b>				<b>457.181</b>	<b>927.914</b>	<b>920.208</b>	<b>2.305.303</b>	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Esse conjunto de programas e projetos é especificado na seqüência, nos **Quadros 2.1.3 a 2.1.6**.

## PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

**Justificativa:** O crescimento dos setores de alta tecnologia e pesquisa científico-tecnológica, tendo em vista sua rápida evolução e processos de reconcentração e a carência de recursos financeiros, necessita orientar-se para ações cooperativas, maior interação entre ICTs e as empresas e maior internacionalização. Os projetos deste programa buscam ser orientadores dessas ações.

**Quadro 2.1.3 – Projetos do Programa Estímulos Econômicos (RF 1)**

Programa: Estímulos Econômicos				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Incentivos a Segmentos Promissores – Criação e Desenvolvimento de Empresas de Alta Tecnologia	Programa estadual para empresas de base tecnológica, com 10% do total previsto dos recursos do Fundopem para a Região	Apoiar 50 empresas por ano no período	Sedai e SCT	As fruições do Fundopem
Gestão Integrada de Pesquisas Regionais – Incentivos à Implantação Cooperativa de Grandes Equipamentos de Pesquisa Científica	Análise e avaliação das lacunas existentes na infra-estrutura de C&T, definição de um plano para implantação de acordo com as prioridades estaduais, lançamento de editais para consórcios de ICTs	Apoiar dois grandes equipamentos de uso multiinstitucional a cada dois anos no período de 2007-2015	SCT, Fapergs e ICTs	Orçamento do Estado
Programa de Apoio ao Registro de Marcas e Patentes – Implantação de Mecanismos de Apoio ao Patenteamento no Exterior	Criação de fundo de risco para patenteamento no exterior para universidades e PMEs de base tecnológica, com recursos da Fapergs (50%) e da Finep (50%)	Apoiar o patenteamento e licenciamento no exterior de 100 tecnologias/ano entre 2006 e 2015	Fapergs, Finep, ICTs e PMEs	Orçamento do Estado e Finep
Incentivo a Segmentos Promissores – Criação de Instrumentos de Incentivo à Localização na Região de Laboratórios de Mídias e Grandes Empresas	Elaboração de plano diretor de atração de atividades internacionais de <i>outsourcing</i> . Utilização do Fundopem (3% do total previsto para a Região por ano)	Implantar 10 laboratórios de grande porte no período de 2006 a 2015	Sedai, SCT e ICTs	Fruições do Fundopem
Gestão Integrada de Pesquisas Regionais – Linhas de Financiamento à Pesquisa Cooperativa, envolvendo grupos de ICTs e grupos de empresas	Lançamento de editais pela Fapergs para promover a pesquisa cooperativa, no modelo Pappé, envolvendo grupos de ICTs e de empresas. Aplicar 20% dos recursos previstos para a Região	Apoiar 10 projetos cooperativos por ano no período 2006-2015	Fapergs	Orçamento do Estado
Consolidação de Linha de Financiamento para a Absorção de recém-Doutores nas Empresas	Linha de incentivo financeiro para cobrir os encargos sociais das empresas vinculados à contratação de recém-doutores, durante três anos (100% no ano 1; 75% no ano 2; e 50% no ano 3). Projeto-piloto de seis anos de duração	Atingir a contratação de 1.700 recém-doutores no período 2007-2012	Sedai, Secretaria da Fazenda, SCT e SEC	Orçamento do Estado

## PROGRAMA 2 – IMPLEMENTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA

**Justificativa:** A expansão do acesso à Internet e a facilitação da criação de redes corporativas são elementos essenciais para a inclusão digital e atração de negócios de alta tecnologia. A implantação de redes *wi-fi* nas cidades com mais de 100 mil habitantes e a capilarização da rede de fibra ótica nas demais justificam-se, dessa forma, duplamente.

**Quadro 2.1.4 – Projetos do Programa de Implementação de Infra-estrutura (RF 1)**

Programa: Implementação de Infra-estrutura				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Implantação de sistema <i>wi-fi</i> nos Municípios com mais de 100 mil Habitantes	Implantação, via PPP, de sistemas <i>wi-fi</i> nas cidades com mais de 100 mil habitantes e de serviços de banda larga nas demais localidades	Implantar sistemas <i>wi-fi</i> nas nove cidades com mais de 100 mil habitantes de 2007-2011	Semc, Procergs, prefeituras e iniciativa privada	PPP - Orçamento do Estado e iniciativa privada
Suprimento Regional de Redes de Transmissão de Dados de Alta Velocidade	Formação de arcabouço institucional estadual que incentive o desenvolvimento e implementação de redes de transmissão de dados de alta velocidade	Formar o comitê de gerenciamento de recursos até 2007	RNP (além da AsRNP e Rede Tchê); MCT; MEC; Semc e outros	

### PROGRAMA 3 – DESENVOLVIMENTO DA CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA E EMPRESARIAL

**Justificativa:** Empreendimentos de alta tecnologia são de alto risco. Assim, os empreendedores necessitam ser incentivados e receber as informações pertinentes sobre o desenvolvimento de seus mercados. Sem novos empreendedores e um eficiente sistema de informações, os setores de alta tecnologia têm grande dificuldade de expansão, situação que este programa visa sanar.

**Quadro 2.1.5 – Projetos do Programa Desenvolvimento da Capacitação Tecnológica e Empresarial (RF 1)**

Programa: Desenvolvimento da Capacitação Tecnológica e Empresarial				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Suporte ao Empreendedor – Criação de Programa Regional de Empreendedorismo de Base Tecnológica	Criação de prêmios aos melhores planos de negócio de caráter regional, divulgação dos certames e avaliação dos diversos programas	Realizar um concurso regional por ano, no período 2007-2012	SCT e SEC	Orçamento do Estado
Inteligência Competitiva – Criação do Observatório Regional de Tecnologias Portadoras de Futuro	Organização de sistema de inteligência competitiva, aproveitando a capacidade instalada nos centros de pesquisa e nas IES, que oriente o esforço de P&D regional	Implantar o Observatório, no período 2007-2012, com a célula de acompanhamento do mercado para o setor de alta tecnologia	Sedai, SCT, Sebrae, universidades e SEC	Orçamento do Estado e iniciativa privada

### PROGRAMA 4 – ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

**Justificativa:** Nos últimos anos, houve um aumento sustentado das iniciativas de criação de incubadoras de empresas e parques tecnológicos. Conforme observado acima, apesar dessas iniciativas reconhecerem sua articulação com o PAT, não há um plano diretor que oriente seus desenvolvimentos. As decisões de implantação de incubadoras e parques tecnológicos foram tomadas de forma descentralizada e financiadas com recursos próprios das instituições gestoras, agências de fomento ou linhas de estímulos governamentais.

A implementação de um plano estratégico necessitará da criação de estímulos que induzam a cooperação entre as instituições gestoras. Outra questão que impõe necessidade de equacionamento é o apoio à proteção da propriedade intelectual das pequenas empresas. De maneira geral, as PMEs protegem insuficientemente sua propriedade intelectual, muitas vezes por falta de capacitação. No caso das EBTs, essa situação não é aceitável, pois uma parte importante dos ativos destas empresas são intangíveis e ligados ao seu capital intelectual. O conjunto de projetos deste programa prevê uma maior sustentação institucional para o desenvolvimento das EBTs e dos seus ambientes de apoio, representados pelos parques e incubadoras.

**Quadro 2.1.6 – Projetos do Programa de Organização Institucional (RF 1)**

Programa: Organização Institucional				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Consolidação do Projeto Porto Alegre Tecnópole, com a Criação de Entidade Específica e Divulgação da Região	Criação e operação de estrutura de gerenciamento do Porto Alegre Tecnópole	Implantar a estrutura de gerenciamento do Porto Alegre Tecnópole	SCT, prefeituras e outros	Orçamento do Estado e prefeituras
Criação do Selo de Qualidade da Rede Regional de Incubadoras e Parques Tecnológicos	Definição de padrões mínimos para reconhecimento de uma incubadora ou parque pela rede	Criar e implantar o selo de qualidade até 2007	SCT, prefeituras, ICTs e outros	Orçamento do Estado
Criação de Instrumentos de Apoio à Proteção Intelectual das PMEs	Criação de rede de organizações para apoiar as PMEs. O Observatório Regional de Tecnologias Portadoras de Futuro pode ser o <i>hub</i> da rede	Atingir 200 PMEs por ano, no período 2007-2015	Sedai, SCT, ICTS, Senai e escolas técnicas	Orçamento do Estado; ICTs, empresas, Senai e escolas técnicas

## ESTRATÉGIA 2 – EXPANSÃO ORDENADA DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

Reúne o conjunto de programas e projetos destinados a ordenar o crescimento físico da RMPA, buscando o seu adensamento e a preservação de espaços livres para a produção rural e para o lazer (Tabela 2.1.5). Os projetos estão descritos nos Quadros 2.1.7 a 2.1.9.

Tabela 2.1.5 – Programas e Projetos da Estratégia Expansão Ordenada da RMPA (R\$ Mil)

Estratégia	Programa	Sub-programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
2 – Expansão Ordenada da Região Metropolitana de Porto Alegre	1 – Organização Institucional		1 – Capacitação para o planejamento e ordenamento territorial – Consolidação da Metroplan para apoiar o planejamento metropolitano	2.872	5.744	5.744	14.360	
			2 – Capacitação de Pessoal para o Planejamento e Ordenamento Territorial	757	1.513	1.513	3.783	
			3 – Criação de incentivos para formação de consórcios intermunicipais para projetos de valorização não-residencial das zonas rurais	920	3.680	3.680	8.280	
			4 – Apoio à obtenção de compensação no âmbito dos MDL	-	-	-	-	
	<b>Total do Programa</b>			<b>4.549</b>	<b>10.937</b>	<b>10.937</b>	<b>26.423</b>	
	2 – Ordenamento Territorial			1 – Continuidade do apoio à elaboração e ao monitoramento dos planos diretores previstos no Estatuto da Cidade	-	-	-	-
				2 – Elaboração do plano diretor regional de transporte de pessoas	3.450			3.450
				3 – Elaboração do plano diretor dos espaços rurais e naturais da Região	4.600			4.600
				4 – Criação, Consolidação e Manejo de Áreas Protegidas	1.300	3.250	1.950	6.500
				5 – Criação, Consolidação e Manejo de Terras Indígenas	1.800	4.500	2.700	9.000
	<b>Total do Programa</b>			<b>11.150</b>	<b>7.750</b>	<b>4.650</b>	<b>23.550</b>	
	3 – Informação e Conhecimento			1 – Realização de conferência Metropolitana				
				2 – Integração das questões territoriais das grandes cidades no currículo do Ensino Básico	189	377	377	943
<b>Total do Programa</b>			<b>189</b>	<b>377</b>	<b>377</b>	<b>943</b>		
<b>Total da Estratégia</b>			<b>15.888</b>	<b>19.064</b>	<b>15.964</b>	<b>50.916</b>		

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

### PROGRAMA 1 – ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

**Justificativa:** Apesar de a RMPA ser definida em lei, não existe efetiva gestão, assim como não há instrumentos legais que permitam o controle conjunto dos territórios municipais. Assim, qualquer tentativa de definir projetos de adensamento urbano e de preservação dos espaços livres depende essencialmente da adesão das comunidades locais e dos governos municipais. O conjunto de projetos deste programa busca fornecer respostas a essas necessidades.

Quadro 2.1.7 – Projetos do Programa Organização Institucional (RF 1)

Programa: Organização Institucional					
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos	
Capacitação das Estruturas Regionais para o Planejamento e Ordenamento Territorial	Reaparelhamento da Metroplan, com renovação de equipamentos e softwares e ampliação do quadro de pessoal, de acordo com o Programa de Estruturação da Governança	Atingir e manter o reaparelhamento da Metroplan no período 2007-2015	Metroplan, Secretaria da Fazenda e Sehadur	Metroplan, Fazenda e Sehadur	
Capacitação do Pessoal para o Planejamento e Ordenamento Territorial	Definição, por edital, IES ou consórcio do IES responsável por assegurar a realização de ciclos de formação para técnicos	Capacitar técnicos dos quadros estadual e municipal	SCP	Orçamento do Estado; Ministério das Cidades; BID, Bird	

Programa: Organização Institucional				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Criação de Incentivos para a Formação de Consórcios Intermunicipais para Projetos de Valorização Não-residencial das Zonas rurais	Projeto de parceria do GE com as prefeituras para o desenvolvimento de projetos estruturantes na zona rural da RF1	Implantar um projeto em cada um dos COREDEs Paranhana-Encosta da Serra e Vale do Cai no período 2006-2015	Metroplan, SAA e prefeituras	Orçamento do Estado e prefeituras
Apoio à Obtenção de Compensações no Âmbito dos MDL	Apoio a prefeituras e o setor empresarial regional a elaborar projetos para a obtenção de compensações dentro dos MDL para implantação de projetos ambientalmente sustentáveis	Financiar 5% das ações de conservação e preservação com MDL, no período 2007-2015	Metroplan	Orçamento do Estado

## PROGRAMA 2 – ORDENAMENTO TERRITORIAL

**Justificativa:** A expansão da mancha urbana tende a ocorrer de forma descontinuada e com baixas densidades. Nesse movimento, a ocupação urbana das zonas rurais nas grandes áreas metropolitanas é inexorável. Os exemplos desse movimento na Região 1 atingem núcleos habitacionais de todos os níveis, como foi mostrado acima. A gestão da expansão urbana necessita de instrumentos que permitam salvaguardar os espaços rurais, ao mesmo tempo em que os valorizam. Há várias políticas nesse sentido, que demandam novos instrumentos regulatórios e a ação cooperativa entre os municípios e os demais níveis de governo. Os projetos desse programa buscam, assim, constituir o instrumental de planejamento para levar a bom termo uma política de ordenamento territorial da RMPA e da zona perimetropolitana da Região 1, que preserve os espaços abertos, rurais ou naturais.

### Quadro 2.1.8 – Projetos do Programa Ordenamento Territorial (RF 1)

Programa: Ordenamento Territorial				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Continuidade do Apoio à Elaboração e ao Monitoramento dos Planos diretores Previstos no Estatuto das Cidades	Tarefa em andamento com recursos do Orçamento do Estado. O monitoramento será atividade da Metroplan, não havendo necessidade de recursos adicionais	Atingir 70 planos diretores municipais	Metroplan e prefeituras	Orçamento do Estado
Elaboração do Plano Diretor Regional de Transporte de Pessoas	O plano diretor deverá abranger toda a Região Funcional 1 e ter horizonte até 2015	Elaborar o Plano Diretor de Transportes no período 2006-2007	Metroplan	Orçamento do Estado
Elaboração do Plano Diretor dos Espaços Rurais e Naturais da Região	Elaboração do plano diretor, com as respectivas propostas de marco regulatório e estratégias de implementação, dos espaços não-urbanizados da RF1	Elaborar o Plano Diretor dos Espaços Rurais e Naturais da RF1 no período 2006-2007	Metroplan	Orçamento do Estado
Criação, Consolidação e Manejo de Áreas Protegidas	Estabelecimento de uma rede de informações sobre biodiversidade, manter e criar áreas de proteção	Desenvolver e implantar planos de manejo nas Unidades de Conservação	Sema, Fepam e FZB	Programas de biodiversidade
Projeto Criação, Consolidação e Manejo de Terras Indígenas	Fortalecimento da criação, implantação e manejo de áreas indígenas	Desenvolver e implantar planos de manejo nas Terras Indígenas	Sema, Funai, Conselho dos Povos Indígenas	Sema, Funai e Conselho Povos Indígenas

## PROGRAMA 3 – INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

**Justificativa:** Os planos diretores e as demais legislações de ordenamento do uso do solo na Região somente terão eficácia se as comunidades se apropriarem das questões inerentes ao desenvolvimento metropolitano e aderirem às propostas de planejamento. O conjunto de projetos deste programa busca abordar essa questão em dois níveis: um vinculado à população adulta e outro dirigido aos alunos do ensino básico.

**Quadro 2.1.9 – Projetos do Programa de Informação e Conhecimento (RF 1)**

Programa: Informação e Conhecimento				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Realização de Conferência Metropolitana	Realização de estudos participativos sobre temas de desenvolvimento territorial de interesse regional e discussão em assembleias com a comunidade	Realizar uma Conferência Metropolitana a cada dois anos no período 2006-2015	Metroplan e prefeituras	Orçamento do Estado
Integração das Questões Territoriais das Grandes Cidades no Currículo do Ensino Básico	Integração das questões territoriais das grandes cidades nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio	Atingir 100% do quadro docente no período 2007-2015	Metroplan, SEC e prefeituras	Orçamento do Estado

**ESTRATÉGIA 3: COMPETITIVIDADE DOS SETORES CONSOLIDADOS**

Reúne os programas e projetos (Tabela 2.1.6), destinados a preservar e expandir as partes de mercado dos setores consolidados da Região, especialmente indústria metalúrgica, máquinas e equipamentos, material elétrico, papel e gráfica, química e calçados e couros. Os programas e projetos estão descritos nos Quadros 2.1.10 e 2.1.11 e nas Tabelas 2.1.7 a 2.1.12.

**Tabela 2.1.6 – Programas e Projetos da Estratégia Competitividade dos Setores Consolidados (R\$ Mil)**

Estratégia	Programa	Sub-programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total		
3 – Competitividade dos Setores Consolidados	1 – Estímulos Econômicos		1 – Incentivos a segmentos promissores nas Regiões menos dinâmicas do Estado – Adensamento das cadeias dos setores prioritários	10.048	18.660	-	28.708		
			2 – Incentivos a segmentos promissores – Reposicionamento da cadeia calçadista	Previstos na Estratégia 1					
			3 – Direcionamento das linhas de crédito e financiamento	188.065	376.132	376.132	940.329		
			4 – Inteligência competitiva	Previstos na Estratégia 1					
			5 – Apoio à exportação	240	360	-	600		
			6 – Suporte ao empreendedor	Previstos na Estratégia 1					
	<i>Total do Programa</i>				<i>198.353</i>	<i>395.152</i>	<i>376.132</i>	<i>969.637</i>	
	2 – Implementação de Infra-estrutura	1 – Transportes		1 – Grandes eixos de escoamento da produção e exportações	663.250	261.990	681.270	1.606.510	
				2 – Eixos de integração inter-regional	2.726	5.452	5.452	13.630	
				3 – Eixos de integração regional internos	5.980	-	47.670	53.650	
				4 – Plataformas terrestres	-	270.000	-	270.000	
				5 – Turismo e exportações de alto valor agregado – aeroportos	165.600	-	-	165.600	
		2 – Energia		1 – Superação de gargalos em linhas de transmissão	384.000	197.000	44.000	625.000	
				2 – Melhoria das condições operacionais do suprimento	-	-	-	-	
				3 – Telecomunicações	Intervenções já incorporadas na estratégia “Pólo de Inovação Tecnológica”				
		1 – Suporte à industrialização – Implantação/consolidação de áreas industriais				3.000	6.000	6.000	15.000
		<i>Total do Programa</i>				<i>1.224.556</i>	<i>740.442</i>	<i>784.392</i>	<i>2.749.390</i>
	3 – Informação e Conhecimento			1 – Gestão integrada de pesquisas regionais – Criação de instrumentos para o aumento das pesquisas cooperativas universidade-empresa vinculadas aos setores consolidados	4.000	9.600	11.520	25.120	
				2 – Gestão integrada de pesquisas regionais – Incentivos para o adensamento dos setores de criação	1.115	2.675	3.210	7.000	
				3 – Política de absorção de pessoal qualificado pelas empresas	1.912	7.647	1.912	11.470	
				4 – Criação de Sistema Técnico Universitário Progressivo – Capacitação técnica continuada nos setores dominantes	4.056	8.112	8.112	20.280	
				<i>Total do Programa</i>				<i>11.082</i>	<i>28.034</i>
	<b>Total da Estratégia</b>				<b>1.433.991</b>	<b>1.163.628</b>	<b>1.185.278</b>	<b>3.782.897</b>	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

## PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

**Justificativa:** A Região concentra parte importante da indústria gaúcha. Seus segmentos mais importantes enfrentam desafios competitivos, configurados na presença de novos concorrentes internacionais e na necessidade de aumentar a produtividade de forma sustentável. Esses desafios podem ser vencidos pelo reposicionamento na cadeia de valor respectiva, pelo adensamento da própria cadeia e pela introdução de inovações organizacionais e tecnológicas. O conjunto de projetos deste programa busca apoiar as empresas da Região na viabilização de melhores condições de competitividade.

**Quadro 2.1.10 – Projetos do Programa Estímulos Econômicos (RF 1)**

Programa: Estímulos Econômicos				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Incentivos a Segmentos Promissores nas Regiões menos Dinâmicas do Estado – Adensamento das Cadeias dos Setores Prioritários	Programa estadual para empresas dos segmentos automotivo, químico, petroquímico, máquinas e equipamentos, indústria metalúrgica e papel e gráfica, com utilização de 40% do total do Fundopem previsto para a Região	Apoiar 100 projetos por ano no período 2007-2015	Sedai, SCP, Banco Mundial, governo do Estado, prefeituras e Banrisul	Fruições do Fundopem e outras
Incentivos a Segmentos Promissores – Reposicionamento da Cadeia Calçadista	Apoio a ações de reposicionamento na cadeia de valor, com consolidação de marcas e <i>design</i> , entre outras	Atingir 30% da comercialização com marca própria, mantendo o <i>market-share</i> de 2005	Sedai, Caixa RS, BRDE e BNDES	Fruições do Fundopem e outras
Direcionamento das Linhas de Crédito e Financiamento	Direcionamento de linhas de crédito a segmentos especializados e com vantagens competitivas, inspirado nos critérios do Fundopem – Integrar RS	Garantir uma distribuição espacial mais equânime dos recursos de financiamentos	SCP, Sedai, BNDES, BRDE, Caixa RS	Recursos já disponíveis nas instituições envolvidas
Inteligência Competitiva	Criação do Sistema Estadual de Inteligência Competitiva (Seic), formado por uma rede integrada de células de vigília regionais e setoriais, apoiada pela tecnologia da informação e por uma metodologia comum de captura, processamento, armazenamento e distribuição de informações	Implantar três células de vigília na Região – auto-peças, calçados e alta tecnologia, além da central do Sistema Estadual de Inteligência Competitiva do Estado	SCP, Caixa RS, Sedai, Sebrae e outros	70% do Estado (Caixa RS, Sedai e SCP), 30% de Contrapartida local
Apoio às Exportações	Desenvolvimento de uma agência que execute e apóie o desenvolvimento e a implementação de projetos gaúchos de exportação	Implantar, até 2007, três células regionais	Sedai e empresas	Orçamento estadual e empresas
Suporte ao Empreendedor	Criação de um banco de dados estruturado sobre as potencialidades e requisitos existentes na Região, assim como informações sobre facilidades de incentivos, créditos, legislações, logísticas, que apóiem a localização industrial	Cursos de capacitação de empreendedorismo, apoio a projetos empreendedores, incubadoras, parques tecnológicos, entre outros	Sedai, Sebrae, agência de fomento e universidades	Sedai e Caixa RS

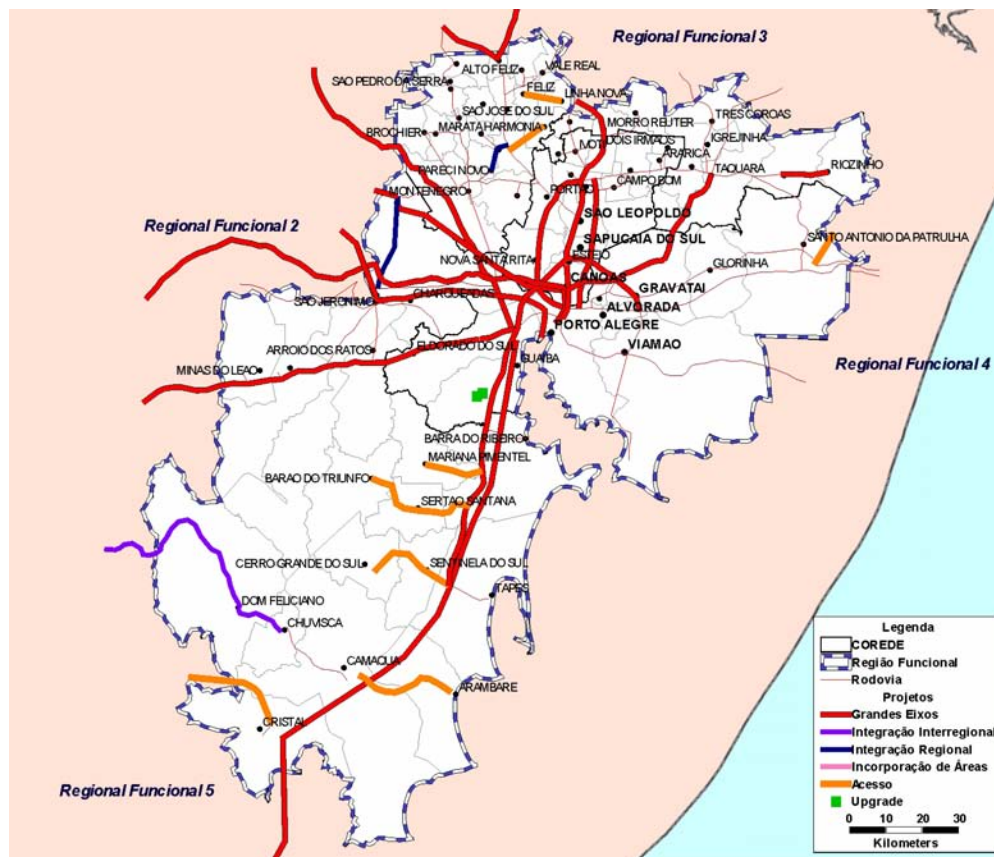
## PROGRAMA 2 – IMPLEMENTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA

**Justificativa:** A Região tem boas condições de infra-estrutura, conforme visto anteriormente. Entretanto, apresenta vários gargalos em transportes, energia e telecomunicações. A solução desses problemas é condição para um melhor desempenho competitivo. As intervenções propostas buscam trazer melhorias nas ligações internas e externas da Região, além de acrescentar capacidade de armazenagem e movimentação de cargas, com ganhos de produtividade e maior segurança. O sistema regional de segurança e otimização logística, por exemplo, visa solucionar o déficit esperado (horizonte 2015) de capacidade estática de armazenagem de grãos, que se situa em, no mínimo, cerca de 1,2 milhão de toneladas (considerando a recuperação de instalações interdidas) e oferecer duas plataformas terrestres (Triunfo e Guaíba), mais um centro logístico urbano em Porto Alegre e um terminal de contêineres no Aeroporto Salgado Filho.

## SUBPROGRAMA DE TRANSPORTES

As propostas de transportes para a Região estão registradas na **Figura 2.1.30**.

**Figura 2.1.30** – Intervenções em Transportes na RF 1



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

### PROJETO 1 – GRANDES EIXOS DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO E EXPORTAÇÕES

**Escopo:** São as principais rodovias, ferrovias ou hidrovias por onde se movimentam as produções de todo o Estado, para distribuição interna ou para outros Estados ou exportações, e caracterizam-se pela grande capacidade. São projetos para duplicação de rodovias, pois já estão superadas em suas capacidades, ou melhorias e novos ramais ferroviários de cargas ou ainda hidrovias como alternativas para transportes de grandes volumes.

Deve-se ressaltar que as propostas de empreendimentos que operam em redes, como a de transportes, extrapolam a Região, conectando-se com toda a malha de transportes do Estado. Portanto, os investimentos previstos referem-se apenas à etapa de implantação. Na etapa de operação, esses trechos tornam-se viáveis e beneficiam-se de investimentos realizados em outras Regiões, já que uma rodovia de escoamento pelo Porto de Rio Grande, por exemplo, transpassa várias áreas para exercer seu papel de captadora e encaminhadora a esse destino.

No caso de transportes, a viabilidade e os benefícios das propostas foram estimados em relação ao conjunto de obras de um Agrupamento setorial, que conecta várias Regiões (por exemplo, a BR-386, que vai da divisa de Santa Catarina ao Porto de Rio Grande) e, portanto, de nada adianta viabilizar apenas o trecho inserido nesta Região, sem que a continuidade dessa ligação fique assegurada. (Ver Plano Estadual - Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 1 – Projeto 1, no Volume 1)



Tabela 2.1.7 – Eixos Principais de Escoamento e Exportações RF 1 (R\$ Milhões)

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG001	FC002*	Linha Ferroviária General Luz – Pelotas	Construção linha singela	254	600,00	66,14	396,84
AG001 AG002	RC007*	EN-007	Ponte sobre o Rio Jacuí – Ligação entre a BR-386 (Triunfo) e a BR-290 (Eldorado do Sul)	1,76	187,40	100	187,40
AG002	RA006	BR-116 1/5	2 para 4 faixas de tráfego no trecho entre Eldorado do Sul e Barra do Ribeiro	28,26	83,88	100	83,88
AG002	RA133	BR-116 2/5	2 para 4 faixas no trecho entre Barra do Ribeiro e Tapes	77,29	198,59	100	198,59
AG003	HD003	Hidrovia do Rio Taquarí	Dragagem do Rio Taquarí e Manutenção da Eclusa de Bom Retiro	80	3,00	34,50	1,03
AG004	RA117*	BR-386 2/6	4 para 6 faixas de tráfego no trecho entre BR-116 e Tabaiá	61,14	147,11	95,50	58,39
AG008 a	RA104	RS-122 2/3	2 para 4 faixas entre Farroupilha e São Vendelino	18,09	24,52	89,50	21,94
AG008 a	RA123	BR-470 2/2	2 para 4 faixas entre Bento Gonçalves e São Vendelino	77,75	272,84	96,96	264,55
AG014	RA007*	BR-290 1/4	2 para 4 faixas entre Eldorado do Sul e Pantano Grande	103,76	258,08	76,62	197,74
AG017 AG020	RA005	RS-118 (S.R.M. 1 e 2)	2 para 4 faixas entre Sapucaia do Sul (BR-116) e BR-290	39,3	37,47	100	37,47
AG017 AG020	RA115	RS-020 2/2 (S.R.M. 1 e 2)	2 para 4 faixas entre Cachoeirinha e Taquara	39,88	41,31	100	41,31
AG017 AG020	RC102	EN-003 (S.R.M. 1 e 2)	2 faixas de tráfego entre BR-290 e BR-386	12	147,00	100	147,00
AG017 AG020	RC103	EN-005 (S.R.M. 1 e 2)	2 faixas entre Cachoeirinha e BR-386	11	157,00	100	157,00
AG017	RC104	BR-386 4/6 (S.R.M. 1)	2 faixas de tráfego no trecho entre BR-116 e RS-118	12,3	26,57	100	26,57
AG017	RC108	EN-004 (S.R.M. 1)	2 faixas de tráfego no trecho entre BR-386 e Sapucaia do Sul	11,19	8,73	100	8,73
AG017 AG020	RP126	RS-239 (S.R.M. 1 e 2)	2 faixas entre Rolante e Riozinho	11,78	10,95	100	10,95
AG019	FR103	Linha Roca Sales e General Luz	Estabilização de aterros no trecho Montenegro-General Luz	95,55	62,11	53,5	33,23
AG019	FR105	Linha Ferroviária Porto Alegre – Uruguaiana	Reforço estrutural de pontes de 18 para 25 t/eixo	548,25	40,10	9,67	3,88
AG017 AG020	RA142	BR-116 3/3	2 para 3 faixas entre Novo Hamburgo-Nova Petrópolis e viadutos no trecho Porto Alegre-Novo Hamburgo	86,2	114,9	100	86,2
AG020	RA114	EN-002 (S.R.M. 2)	2 para 4 faixas entre RS-240 e Estância Velha	8,7	8,20	100	8,20
AG020	RC105	EN-001 (S.R.M. 2)	2 faixas entre a BR-386 e RS-240	29,7	246,00	100	246,00
AG020	RC107	RS-010 ½ (S.R.M. 2)	2 faixas entre RS-118 e RS-239	29,7	217,00	100	217,00
AG020	RC109	EN-006 (S.R.M. 2)	2 faixas entre BR-386 e BR-290	18,81	12,98	100	12,98

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

\*Intervenção a ser realizada após 2015

## PROJETO 2 – EIXOS DE INTEGRAÇÃO INTER-REGIONAL

**Escopo:** Uma das necessidades de transportes identificadas no Estado são as lacunas de ligações viárias entre suas várias regiões, ocorrendo casos onde porções de território têm maiores ligações com outras regiões e Estados. Esse fator determina uma falta de integração de fluxos de mercadorias e pessoas que afetam a dinâmica socioeconômica regional e do Estado. (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 1 – Projeto 3)

**Tabela 2.1.8 – Eixos de Integração Inter-regional (R\$ Milhões)**


AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG002	RP065*	RS-350	2 faixas entre Encruzilhada e Dom Feliciano	46,3	106,44	63,28	67,35
AG030	RP150	Acesso rodoviário Dom Feliciano**	trecho entre Dom Feliciano e Chuvisca	16,1	13,63	100	13,63

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

\* Intervenção a ser realizada após 2015

\*\* Prioridade 2 do Daer

 Com Viabilidade Econômica pelo Componente 2

 Identificados como Necessários pelo Componente 1

## PROJETO 3 – EIXOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL INTERNOS

**Escopo:** Vias que promovem a maior articulação interna das regiões entre suas várias porções territoriais. (Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 1 – Projeto 4)

**Tabela 2.1.9 – Eixos de Integração Regional Internos (R\$ Milhões)**

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG004	RP050	RS-440	2 faixas de tráfego no trecho Triunfo e BR-386	24,5	47,67	100	47,67
AG013	RP122	RS-124	2 faixas entre São Sebastião do Caí e Pareci Novo	7,67	5,98	100	5,98

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

## PROJETO 4 – PLATAFORMAS TERRESTRES

**Escopo:** A logística para transportes vem crescentemente requisitando a consolidação de cargas em certos pontos, onde podem encontrar maiores facilidades, segurança e menores custos para transporte aos destinos. Isso é especialmente importante nas cargas de baixos volumes e alto valor agregado.

**Tabela 2.1.10 – Plataformas Terrestres (R\$ Milhões)**

AGR	RF	Código	Projeto	Descrição	Extensão	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG001 AG002 AG003 AG017 AG020	1	TI124	Plataforma Terrestre Tipo IV – Triunfo (S.R.M. 1 e 2)	Plataforma Logística em Triunfo	NA	135,0	100	135,0
AG010 AG012 AG017 AG020	1	TI001	Plataforma Terrestre Tipo IV – Guaíba/Triunfo (S.R.M. 1 e 2)	Plataforma Logística em Guaíba/Triunfo	NA	135,0	100	135,0
AG017 AG020	1	TI108*	Plataforma Terrestre Tipo II – Porto Alegre (S.R.M. 1 e 2)	Centro Logístico Urbano em Porto Alegre	NA	45,0	100	45,0

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

\* Intervenção a ser realizada após 2015

## PROJETO 5 – TURISMO E EXPORTAÇÕES DE ALTO VALOR AGREGADO – AEROPORTOS


**Escopo:** Tratam-se das propostas para aeroportos, novos ou ampliações, por onde escoam passageiros e cargas para o restante do país e exterior.

Tabela 2.1.11 – Turismo e Exportações de Alto Valor Agregado (R\$ Milhões)

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG026	AC003	Aeroporto Salgado Filho 1/3	Ampliação do Terminal de Cargas Aeroporto Salgado Filho	NA	17,92	100	17,92
AG026	AM001	Aeroporto Salgado Filho 2/3	Aumento da pista em 1.000 m para decolagem de aeronaves de carga de grande porte	NA	132	100	132
AG026	AM002	Aeroporto Salgado Filho 3/3	Implantação do Sistema de Aproximação de Precisão Categoria II para a pista de Pouso e Decolagem 11	NA	15,68	100	15,68

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

 Com Viabilidade Econômica pelo Componente 2

 Identificados como Necessários pelo Componente 1

### Fontes de recursos para transportes

Serão melhor explicitadas no Plano de Implementação. No entanto, elenca-se preliminarmente como alternativas:

♦ **Rodovias:** empréstimos multilaterais (Bird, BID, CAP), Tesouro federal e estadual, setor privado (PPPs), BNDES e fundos constitucionais.

♦ **Ferrovias:** Infra-estruturas: setor público; superestruturas: setor privado. Ambos com alternativas de financiamentos por organismos multilaterais, Tesouro federal e estadual e BNDES;

♦ **Hidroviás:** via navegável: setor público estadual ou federal. Embarcações: via FMM administrado pelo Ministério dos Transportes; BNDES e captações.

♦ **Plataformas:** PPPs para as de maior porte e captações privadas para as de Tipo I.

♦ **Aerportos:** infra-estrutura: setor público federal e estadual, eventualmente PPPs.

♦ **Terminais:** setor público, via modelo Infraero, setor privado e financiamentos.

## SUBPROGRAMA DE ENERGIA

### PROJETO 1 – SUPERAÇÃO DE GARGALOS EM LINHAS DE TRANSMISSÃO

**Escopo:** Superação dos gargalos de transmissão na RMPA existentes e os estimados para as demandas crescentes até 2015.

**Metas:** Solucionar os gargalos de transmissão no período 2006-2007 e implantar as melhorias das condições operacionais de suprimento no período 2008-2011.

**Órgãos intervenientes:** Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, concessionárias, Aneel e Agergs.

**Recursos:** R\$ 625 milhões até 2015 (ver Plano Estadual, Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma de Energia – Projeto 1)

**Fontes de recursos:** Orçamento do Estado, Concessionárias e governo federal

### PROJETO 2 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES OPERACIONAIS DO SUPRIMENTO

**Escopo:** As falhas de suprimento energético e suas durações vêm alcançando níveis acima dos padrões máximos exigidos pela Aneel no COREDE Centro-Sul. Assim, há necessidade de melhoria do nível de serviço do suprimento energético regional, colocando-o nos padrões da Aneel. O projeto consiste em designar à Agergs a máxima instância em decisões administrativas relacionadas ao cumprimento de indicadores de qualidade do serviço, agilizando as decisões e aproximando o órgão responsável pelo monitoramento das empresas fiscalizadas.

**Metas:** O projeto está estimado para ser executado no período 2008-2011, dada a necessidade de detalhamento técnico da obra e busca por recursos para sua execução.

**Recursos:** Os investimentos dentro do escopo de atuação do governo estadual estão ligados basicamente ao esforço no atingimento dos objetivos desejados, via negociações com a esfera

federal e empresas envolvidas, e realocação/contratação de pessoal para composição das equipes de trabalho dentro dos órgãos estaduais (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 2 – Projeto 2).

**Órgãos intervenientes:** Concessionárias de energia, Semc, Aneel e Agergs.

**Fontes de recursos:** Os eventuais investimentos em equipamentos seriam feitos pelas concessionárias, na medida de suas necessidades internas, estando fora do escopo governamental. No âmbito da esfera estadual, os investimentos, como descrito acima, não são de natureza de aporte de capital, mas de realocação de recursos humanos e demanda de tempo.

### SUBPROGRAMA DE TELECOMUNICAÇÕES

As ações necessárias já foram previstas na Estratégia do Pólo de Inovação.

### SUBPROGRAMA DE SUPORTE À INDUSTRIALIZAÇÃO

#### PROJETO 1 – IMPLANTAÇÃO / CONSOLIDAÇÃO DE ÁREAS INDUSTRIAIS

**Escopo:** O projeto consiste na implantação/consolidação de áreas industriais em centros urbanos destacados na Região Funcional, com potencial para atração de atividade produtiva. Para a Região Funcional 1, trata-se de implantação/consolidação de área industrial no município de Montenegro (COREDE Vale do Caí).

**Órgãos intervenientes:** Sedai, prefeitura e iniciativa privada.

**Recursos necessários:** Estimam-se recursos de R\$ 15 milhões até 2015 (ver Plano Estadual – Estratégia 2 – Programa 1 – Projeto 2).

**Fontes de Recursos:** Sedai, prefeituras municipais e empresas.

Tabela 2.1.12 – Recursos para o Programa 2 (R\$ Mil)

Projetos	2006/2007	2008/2011	2012/2015	Total
<b>Transportes</b>				
1 – Grandes Eixos de Escoamento da Produção e Exportações	663.250	261.990	681.270	1.606.510
2 – Eixos de Integração Inter-regional	2.726	5.452	5.452	13.630
3 – Eixos de Integração Regional Internos	5.980	-	47.670	53.650
4 – Plataformas Terrestres	-	270.000	-	270.000
5 – Turismo e Exportações de Alto Valor Agregado – Aeroportos	165.600	-	-	165.600
<b>Energia</b>				
1 – Superação de Gargalos em Linhas de Transmissão	384.000	197.000	44.000	625.000
2 – Melhoria das Condições Operacionais do Suprimento	-	-	-	-
<b>Telecomunicações</b>				
Intervenções já incorporadas na Estratégia Pólo de Inovação Tecnológica	Previstos na Estratégia 1			
Suporte à industrialização				
1. Implantação / consolidação de áreas industriais	3.000	6.000	6.000	15.000
<b>Total</b>	<b>1.224.556</b>	<b>740.442</b>	<b>784.392</b>	<b>2.749.390</b>

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

### PROGRAMA 3 – INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

**Justificativa:** A agregação de conhecimento aos produtos da Região, necessária para a expansão de sua competitividade, passa por políticas de incentivo à interação universidade-empresas, pelo crescimento dos serviços superiores baseados em criação e pela absorção de pessoal qualificado pelas empresas. O conjunto de projetos deste programa busca acelerar esses processos.

**Quadro 2.1.11 – Projetos do Programa Informação e Conhecimento (RF 1)**

Programa: Informação e Conhecimento				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Gestão integrada de Pesquisas Regionais – Instrumentos para Aumentar Pesquisas Cooperativas Universidade-Empresa	Lançamento de editais pela Fapergs para promover a pesquisa cooperativa, no modelo Pappe, direcionados à solução de gargalos dos setores consolidados	Apoiar 25 projetos por ano no período 2007-2015	Fapergs, Sedai e SCT	Orçamento do Estado
Gestão Integrada de Pesquisas Regionais – Incentivos para o Adensamento dos Setores de Criação (Design, Artes, Jogos, Publicidade, entre outros)	Lançamento de editais pela Fapergs, com recursos para projetos na área de criação vinculada a setores consolidados, com bolsas para novos empreendedores e seus tutores, equipamentos e softwares para entidades gestoras	Apoiar 40 novos empreendedores por ano no período 2006-2015	Fapergs, Sedai e SCT	Orçamento do Estado
Política de Absorção de Pessoal Qualificado pelas Empresas	Linha de incentivo para cobrir encargos sociais de empresas para contratar engenheiros e cientistas	Contratar 1.700 engenheiros e cientistas no período 2007-2012	Sedai, Sefaz e SCT	Orçamento do Estado
Criação de Sistema Técnico Universitário Progressivo – Capacitação Técnica Continuada nos Setores Dominantes	Criação de rede de ensino de escolas técnicas no Estado, cobrindo os setores primário, secundário e terciário, integrada à Uergs para qualificação profissional para trabalhadores jovens e adultos	Capacitar cerca de 7,3 mil alunos até o ano-horizonte	SEC, escolas técnicas, Uergs, Sedai e SCT	SEC, Uergs e SCT

#### ESTRATÉGIA 4: REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

A **Tabela 2.1.13** reúne o conjunto de programas e projetos destinados a sanar problemas habitacionais, educacionais e de saneamento, além de oferecer às camadas mais desfavorecidas melhores condições de inserção no mercado de trabalho. Os programas estão detalhados nos **Quadros 2.1.13 a 2.1.16**.

**Tabela 2.1.13 – Programas e Projetos da Estratégia de Redução das Desigualdades (R\$ Mil)**

Estratégia	Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total
4 – Redução das Desigualdades	1 – Substituição e Prevenção de Aglomerados Subnormais	1 – Regularização fundiária e substituição de aglomerados subnormais	46.607	93.199	93.199	233.004
		2 – Construção de novos domicílios urbanos	88.524	177.049	177.049	442.623
		3 – Construção de unidades sanitárias nos domicílios	1.998	7.985	-	9.983
		4 – Elaboração de estudo sobre as características das populações residentes nos núcleos regularizados	200	400	400	1.000
		5 – Criação de programas de trabalho e renda para as populações residentes nos núcleos regularizados	2.300	9.220	9.200	20.720
		6 – Renda básica	59.018	118.036	118.036	295.090
	<b>Total do Programa</b>		<b>198.646</b>	<b>405.888</b>	<b>397.884</b>	<b>1.002.420</b>
	2 – Capacitação para o Trabalho Metropolitano	1 – Criação de Sistema Técnico Universitário Progressivo – Capacitação de trabalhadores pela consolidação do ensino profissional vinculado a setores dominantes (alta tecnologia e serviços superiores)	Previstos na Estratégia 3			
		2 – Escola de Tempo Integral	23.392	91.788	117.190	232.370
		3 – Avaliação de Desempenho	63	125	126	314
		4 – Atendimento à Demanda Ensino Básico	471.570	734.042	1.184.850	2.390.462
	<b>Total do Programa</b>		<b>495.025</b>	<b>825.955</b>	<b>1.302.166</b>	<b>2.623.146</b>
	3 – Saneamento Básico	1 – Coleta de esgoto domiciliar	127.051	196.854	184.961	508.866
		2 – Tratamento de esgotos urbanos	32.070	80.174	48.104	160.348
		3 – Definição de áreas e meios de disposição de resíduos sólidos para 20 anos (Tratamento e destinação final de resíduos sólidos)	10.534	26.336	15.801	52.671
	<b>Total do Programa</b>		<b>169.655</b>	<b>303.364</b>	<b>248.866</b>	<b>721.885</b>
	4 – Melhorias de Saúde	1 – Construção de leitos	11.613	68.166	128.488	208.266
		2 – Expansão do Programa Saúde da Família	10.224	31.584	9.024	50.832
	<b>Total do Programa</b>		<b>21.837</b>	<b>99.750</b>	<b>137.512</b>	<b>259.098</b>
<b>Total da Estratégia</b>		<b>885.163</b>	<b>1.634.957</b>	<b>2.086.428</b>	<b>4.606.549</b>	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

## PROGRAMA 1 – ERRADICAÇÃO E PREVENÇÃO DE AGLOMERADOS SUBNORMAIS

**Justificativa:** Com cerca de 90% de todas as habitações subnormais do Estado, a Região necessita de um plano de erradicação e controle das áreas de risco, assim como ações preventivas para que essa situação não continue ocorrendo sob a pressão de novos contingentes migratórios. Existem levantamentos realizados no início dos anos 1980, com informações sobre as características das habitações e das infra-estruturas desses aglomerados, assim como da sua população, importantes para definir projetos que integrem a regularização com oportunidades de trabalho e renda. A formação de cooperativas para a prestação de serviços e para a produção de bens de consumo é uma das possíveis estratégias para melhor expandir e qualificar a criação de emprego e renda. Por outro lado, as contínuas imigrações de populações de baixa renda, somadas aos déficits habitacionais existentes e à precariedade sanitária, também colocam esses moradores em situação precária. A prioridade será atender às cidades médias e grandes da Região, registradas no **Quadro 2.1.12**.

**Quadro 2.1.12 – Rede de Cidades a Fortalecer na RF1**

COREDEs	Cidades
<b>Metropolitano Delta do Jacuí</b>	Alvorada, Gravataí, Porto Alegre, Viamão e Cachoeirinha
<b>Vale do Caí</b>	Montenegro
<b>Vale do Rio dos Sinos</b>	Canoas, Novo Hamburgo, São Leopoldo e Sapucaia do Sul
<b>Paranhana-Encosta da Serra</b>	Taquara, Três Coroas, Igrejinha e Parobé
<b>Centro-Sul</b>	Camaquã

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Quadro 2.1.13 – Projetos do Programa Erradicação e Prevenção de Aglomerados Subnormais (RF 1)**

Programa: Erradicação e Prevenção de Aglomerados Subnormais				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Regularização Fundiária e Substituição de Moradias Subnormais	Atendimento do direito da população à moradia digna. As dimensões, ainda razoáveis, em que o problema da moradia subnormal apresenta no Rio Grande do Sul incentivam uma intervenção forte do setor público para sua eliminação	Construir 16,9 mil moradias até 2015 para redução dos aglomerados subnormais nos pólos principais, que representam mais de 95% da meta	Sehadur e Cohab	Orçamento do Estado e Sistema Financeiro de Habitação
Redução do Déficit de Moradias e Construção de Novos Domicílios Decorrente do Crescimento Populacional para Famílias com Renda per Capita Mensal até 5 Salários Mínimos	Atendimento gradual do déficit atual de moradias e à demanda por moradia das novas famílias resultantes do crescimento demográfico	Construir unidades residenciais nas zonas urbanas para eliminar 35% do déficit existente até 2015. Construir 32,1 mil habitações até 2015	Metroplan, Sehadur e Cohab	Orçamento do Estado e governo federal
Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios	Garantia de acesso das populações urbana e rural à moradia com qualidade e conforto mínimos, vinculada a serviços de infra-estrutura básica (água, esgoto e energia)	Eliminar 35% do déficit existente até 2011, com a construção de 3,4 mil unidades sanitárias nos domicílios	Sehadur e Cohab	Orçamento estadual
Elaboração de Estudo sobre as Características das Populações Residentes nos Núcleos Regularizados	Realização de pesquisa nos núcleos subnormais objetos de regularização para identificação das características dos ocupantes (escolaridade, capacitações profissionais, entre outras)	Investigar 100% dos núcleos regularizados, no período 2007-2015	Metroplan, prefeituras e Ministério das Cidades	Metroplan, prefeituras e Ministério das Cidades
Criação de Programas Específicos de Trabalho e Renda para Populações Residentes nos Núcleos Regularizados	Criação de cooperativas e redes de microempresas, envolvendo as populações residentes nos núcleos regularizados	Envolver, pelo menos, 10% da população residente nos núcleos regularizados, no período 2007-2015	Metroplan, STCAS, prefeituras e Ministério das Cidades	Orçamento do Estado e governo federal
Renda Básica	Criação de um programa de repasse de renda, denominado Renda Básica, visando garantir um salário mínimo às pessoas acima de 10 anos de idade sem rendimento ou com rendimento menor que ¼ do salário mínimo oficial	Atender às demandas anuais para a renda básica, nos principais pólos, que atualmente situam-se na ordem de 4 mil pessoas anuais	STCAS e prefeituras	Orçamento estadual e prefeituras

## PROGRAMA 2 – CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO METROPOLITANO

**Justificativa:** A expansão e qualidade da educação em todos os níveis são estratégias fundamentais para uma Região com funções complexas. O ensino profissional tem papel importante, da mesma forma que a educação continuada. Consolidar os setores de alta tecnologia e os serviços qualificados prestados às empresas requer população ocupada com alta escolaridade. Entre as fraquezas da Região na dimensão social, destaca-se a distorção série-idade no ensino médio, que vem diminuindo muito lentamente. Com a crônica insuficiência de recursos, o aumento das matrículas no ensino médio sem harmonia com a classe de idade (tendo em vista os “retidos” e os que entraram tarde neste nível de ensino), a tendência é de deterioração da qualidade das escolas.

**Quadro 2.1.14 – Projetos do Programa Capacitação para o Trabalho Metropolitano (RF 1)**

Programa: Capacitação para o Trabalho Metropolitano				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Criação do Sistema Técnico Universitário Progressivo – Capacitação de Trabalhadores pela Consolidação do Ensino Profissional Vinculado aos Setores Dominantes (Incluindo Alta Tecnologia e Serviços Superiores)	Criação de novos cursos e oferecimento de educação continuada para atender à demanda do setor produtivo de capacitação de trabalhadores para setores dominantes	Attingir 7.330 alunos no período 2007-2015	Sedai, SCT, SEC e STCAS	Orçamento do Estado
Escola de Tempo Integral	Expansão as matrículas de tempo integral, favorecendo o aprendizado e, em consequência, reduzindo as distorções série-idade	Incluir, até 2015, 50% da população de 7 a 14 anos em tempo integral na escola	SEC	Orçamento do Estado
Avaliação de Desempenho	Implantação de um processo de avaliação externa das escolas estaduais, através da aplicação de instrumentos de medida de desempenho dos alunos em provas baseadas em competências e questionários de avaliação para alunos, pais e comunidade escolar	Ensino Fundamental – 114,7 mil alunos até 2015 Ensino Médio – 42,6 mil alunos até 2015		
Atendimento à Educação Básica	A oferta de matrículas no Ensino Fundamental é dever do Estado. A oferta de matrículas no Ensino Médio é imperativa do desenvolvimento pessoal e inserção no mercado de trabalho, direito individual garantido pela Constituição	Atender 100% das crianças de 7 a 14 anos pelo Ensino Fundamental e de 80% dos jovens de 15 a 17 anos pelo Ensino Médio nos pólos principais	SEC e secretarias municipais de educação	Orçamento do Estado e prefeituras

## PROGRAMA 3 – SANEAMENTO BÁSICO

**Justificativa:** Apesar da situação relativamente boa do saneamento na Região, a população convive com gargalos na coleta dos esgotos e na disposição e tratamento dos resíduos sólidos.

**Quadro 2.1.15 – Projetos do Programa Saneamento Básico (RF 1)**

Programa: Saneamento Básico				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Rede de Coleta de Esgoto Domiciliar	Implantação de ligações de esgoto domiciliar nas cidades-pólo	Reduzir 40% do déficit apurado em 2003 até o ano de 2015. Atender 203,5 mil ligações até 2015	Sops e concessionárias	Orçamento do Estado, governo federal e financiamentos
Tratamento de Esgotos Urbanos	Tratamento de esgotos urbanos	Implantar progressivamente redes de coleta e estações de tratamento de esgotos nos 15 municípios-pólo até 2015	Sops, Corsan, Sema e prefeituras	Pró-Saneamento – Prosanear
Definição de Áreas e Meios de Disposição de Resíduos Sólidos para 20 Anos (Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos)	Elaboração de plano diretor, edição de norma legal disponível sobre áreas de disposição dos resíduos sólidos por 20 anos e implantação de áreas de destinação/ tratamento	Elaborar o Plano Diretor de Disposição de Resíduos Sólidos no período 2006-2007 e implantar as áreas de destinação/tratamento a partir de 2007 até 2010	Metroplan, Fepam, Sema, Sops, Sehadur e prefeituras	Orçamento do Estado

## PROGRAMA 4 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE

**Justificativa:** A melhoria do atendimento em saúde compreende tanto a construção e operação de leitos nas cidades principais, que permitam atendimentos especializados à população regional, como o atendimento de serviços básicos e preventivos às famílias, como forma de reduzir as desigualdades regionais no acesso à saúde.

**Quadro 2.1.16 – Projetos do Programa de Melhoria das Condições de Saúde (RF 1)**

Programa: Melhoria das Condições de Saúde				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Construção de Leitos	Provimento, até 2015, do número de leitos compatíveis com as metas de supressão do déficit existente e atendimento das populações adicionais	Construir 1,6 mil leitos até 2015	SUS, orçamento estadual e prefeituras	Orçamento estadual e SUS
Expansão do Programa de Saúde da Família	Atendimento de 80% da população urbana por ações básicas de saúde familiar	Criar 636 grupos de saúde familiar até 2015	SES e secretarias municipais de saúde	SUS, Orçamento estadual e prefeituras

## ESTRATÉGIA 5 – COMPETITIVIDADE RURAL

A **Tabela 2.1.14** reúne o conjunto de programas e projetos destinados a apoiar o aumento sustentado da competitividade do meio rural, particularmente estratégico para a expansão da agroindústria. Os programas estão descritos nos **Quadros 2.1.17 a 2.1.20**.

**Tabela 2.1.14 – Programas e Projetos da Estratégia de Competitividade Rural (R\$ Mil)**

Estratégia	Programa	Sub-programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total
5 – Competitividade Rural	1 – Estímulos Econômicos		1 – Fomento à diversificação no setor de carnes	Previstos na Estratégia 1			
			2 – Programa de apoio ao registro de marcas e patentes – Promoção de produtos cárneos	400	800	800	2.000
			3 – Fortalecimento da extensão rural acoplada a financiamentos agropecuários	108.528	375.176	583.523	1.067.227
			4 – Incentivos à produção agroecológica – Setores de flores, olerícolas e frutas	1.300	3.250	1.950	6.500
			5 – Programa de apoio ao registro de marcas e patentes – Promoção da produção regional de olerícolas, frutas e flores	600	1.200	1.200	3.000
			6 – Eficiência Coletiva – Incentivo ao associativismo e cooperativismo	664	866	866	2.396
			<b>Total do Programa</b>			<b>111.492</b>	<b>381.292</b>
	2 – Capitalização do Potencial Ambiental		1 – Aparentamento do controle agropecuário	3.382	8.455	5.073	16.910
			2 – Marco Regulatório – Regulamentação ambiental da silvicultura	1.680	4.200	2.520	8.400
			3 – Implantação de viveiros	240	300	100	640
			4 – Monitoramento hidrológico para controle e outorga do uso da água	516	1.297	767	2.580
			5 – Sistemas de captação, armazenamento e distribuição de águas pluviais	374	141	353	868
			<b>Total do Programa</b>			<b>6.192</b>	<b>14.393</b>
	3 – Informação e Conhecimento		1 – Gestão integrada de pesquisas regionais - Estudos e pesquisas sobre a cadeia de valor, produção de sementes, mudas, sistemas de plantio, embalagens e logística das olerícolas	2.000	4.800	5.760	12.560
			2 – Gestão integrada de pesquisas regionais - Estudos e pesquisas sobre a cadeia de valor, produção de sementes, mudas, sistemas de plantio, embalagens e logística de flores	1.000	2.400	2.880	6.280
			3 – Gestão integrada de pesquisas regionais - Estudos e pesquisas sobre a cadeia de valor, a produção de sementes, mudas, sistemas de plantio, embalagens e logística das frutas	2.000	4.800	5.760	12.560
			4 – Fortalecimento da difusão de informações tecnológicas	9.734	19.468	19.468	48.670
			5 – Certificação de qualidade e apoio à inovação	859	1.718	1.718	4.295
			<b>Total do Programa</b>			<b>15.593</b>	<b>33.186</b>



Estratégia	Programa	Sub-programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total
5 – Competitividade Rural (Cont..)	4 – Manutenção do Potencial Ambiental		1 – Incentivos a sistemas de plantio eficientes no uso da água	452	1.129	678	2.259
			2 – Destinação adequada de resíduos de arroz	2.210	5.533	3.309	11.052
			3 – Melhorias tecnológicas para a destinação de dejetos de origem animal	732	1.829	1.097	3.658
			4 – Redução do uso de agroquímicos	924	2.310	1.386	4.620
			5 – Restauração de matas ciliares	700	1.750	1.050	3.500
	<i>Total do Programa</i>			<i>5.018</i>	<i>12.551</i>	<i>7.519</i>	<i>25.088</i>
	5 – Suporte em Infra-Estruturas	1 – Transportes	1 – Acessos capilares a municípios	26.710	21.360	47.850	95.920
			2 – Melhorias em armazenamento	-	286.250	-	286.250
		2 – Energia	1 – Universalização do suprimento rural adequado (Luz para Todos)	20.600	-	-	20.600
			2 – Melhoria do suprimento rural (Energia Forte)	-	4.600	-	4.600
		3 – Telecomunicações	1 – Universalização da telefonia rural	1.200	-	-	1.200
			2 – Fortalecimento de centros de difusão de informações tecnológicas	-	3.500	-	3.500
	<i>Total do Programa</i>			<i>48.510</i>	<i>315.710</i>	<i>47.850</i>	<i>412.070</i>
	<b>Total da Estratégia</b>			<b>186.804</b>	<b>757.132</b>	<b>688.107</b>	<b>1.632.044</b>

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

## PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

**Justificativa:** Para atingir os objetivos propostos, será necessário introduzir melhorias substanciais em parte importante da produção agrícola regional. O conjunto de projetos deste programa busca viabilizar o fomento e os incentivos que possam acelerar as transformações que se impõem.

**Tabela 2.1.14 – Projetos do Programa Estímulos Econômicos (RF 1)**

Programa: Estímulos Econômicos				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Fomento à Diversificação do Setor de Carnes	Direcionamento de linhas de financiamento existentes para industrialização de carnes e de carnes especiais (javali, perdiz, avestruz, peixes) e novos produtos e cortes de carnes tradicionais (exemplo: lingüiça de carne de ovelha)	Atingir 30% do processamento de carnes com produtos não-tradicionais até 2015	Sedai, Caixa RS e bancos	Bancos e Caixa RS
Programa de Apoio ao Registro de Marcas e Patentes – Promoção de Produtos Cárneos	Criação e promoção de marca regional	Registrar a marca em 2007 e divulgá-la de forma permanente no período 2007-2015	Sedai e SAA	Orçamento do Estado
Fortalecimento da Extensão Rural Acoplada a Financiamentos Agropecuários	Ampliação de linhas de financiamento existentes, com uma distribuição entre regiões que beneficie a predominância de pequenos proprietários. Fortalecimento da assistência técnica – extensão rural – à pequena e média unidade pela Emater	Ampliar em 20% os financiamentos rurais até 2015, com assistência técnica rural anual a pequenos proprietários	Bancos financiadores, Caixa RS, BRDE, Emater e SAA	Bancos financiadores e Emater
Incentivos à Produção Agroecológica – Setores de Flores, Olerícolas e Frutas	Direcionamento de parte das linhas de financiamento, com incentivos específicos (prazos e/ou taxas), para as produções agroecológicas	Atingir produtores das áreas prioritárias (Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba), de acordo com o Programa Ambiental elaborado para o Estado no período 2007-2015	SAA, Caixa RS e bancos	Bancos e Caixa RS
Promoção da Produção Regional de Olerícolas, Frutas e Flores	Criação e promoção permanente da marca regional	Registrar a marca em 2007 e divulgá-la no período 2007-2015	Sedai e SAA	Sedai e SAA
Eficiência Coletiva – Estímulos ao Associativismo e Cooperativismo	Instrumento jurídico que permita linhas de créditos a associações e manutenção de aposentadoria rural a associados e cooperados. Assistência técnica a associações e cooperativas	Ampliar as associações dos pequenos produtores rurais	SCP, Sedai, Sebrae, Emater, e Caixa RS	Caixa RS, Sedai, SCP, Sebrae, Emater e empresas

## PROGRAMA 2 – CAPITALIZAÇÃO DO CAPITAL AMBIENTAL

**Justificativa:** Problemas sanitários têm restringido a circulação de mercadorias entre municípios, Estados e exportação, requisitando o fortalecimento do controle e defesa agropecuária, de modo que esse fator não restrinja acessos a mercados. Há necessidade de reformulação e reforço da política de defesa sanitária que permita a circulação de mercadorias. O gerenciamento dos recursos hídricos também é questão estratégica, dada a crescente escassez hídrica, especialmente nesta Região, onde o cultivo do arroz irrigado é dominante. Entretanto, não há suporte institucional adequado, e o setor de gerenciamento e outorga das águas, que se relaciona com os Comitês de Bacias, não conta com um sistema de informações hidrológicas de ofertas e demandas, o que inviabiliza sua capacidade de gerenciar os recursos hídricos do Estado. Também a falta de um enquadramento legal claro quanto à silvicultura desestimula esses plantios, pois as restrições ambientais na época do corte podem inviabilizar os investimentos realizados. Finalmente, o apoio à reconversão agrícola para culturas de maior valor, como frutas e a silvicultura, necessitam de viveiros de mudas controladas e adequadas às regiões, que supram essas exigências.

**Quadro 2.1.18 – Projetos do Programa Capitalização do Capital Ambiental (RF 1)**

Programa: Capitalização do capital ambiental				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Aparelhamento do controle agropecuário	Instrumento jurídico e fiscalização técnica que estructure novas formas de defesa sanitária no Estado, em convênios com municípios	Informatização das Inspetorias Veterinárias Zootécnicas e Vegetal. Regulamentação da defesa e controle agropecuário. Fiscalização de viveiros clandestinos	SAA, Emater, Anvisa, Secretaria da Saúde e municípios	Fundo Estadual de Sanidade Animal e Fnd de Apoio ao Setor Primário
Marco Regulatório – Regulamentação ambiental para a Silvicultura	Reformulação da legislação que permita a silvicultura e a compensação pela preservação ambiental – matas ciliares e vegetações	Zoneamento ambiental e marco regulatório elaborado. Divulgação e acompanhamento	SAA/DPV, Emater, SEMCT, Sema/Defap	SAA/DPV, Emater, SEMCT, Sema/Defap
Criação/Fortalecimento de Viveiros de Frutas e Silvicultura	Criação/Fortalecimento de Viveiros de Frutas e Silvicultura	Implantaçãoe/ou fortalecimento de quatro viveiros de frutas e dois de silvicultura	Grac, SAA, Emater e Embrapa	Fundeflor - Profruta
Monitoramento e controle da outorga do uso das águas	Monitoramento das vazões disponíveis nas bacias, assim como um gerenciamento e outorga do uso dessas vazões	Implementar a rede de monitoramento e o sistema de controle e outorga do uso das águas em seis das bacias incidentes na Região até 2015	Sema/DRH, SAA, Sops, Comitês de Bacias	Fundo de Recursos Hídricos
Sistemas de captação, armazenamento e distribuição de águas pluviais	Implantação de reservatórios de captação de águas pluviais em propriedades de agricultura familiar, localizadas em região de maior escassez	Definição de áreas prioritárias e financiamentos para produtores	SAA, Sema, Sops, Fepam, Emater	Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e Conservação de Solos na Agricultura

## PROGRAMA 3 – INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

**Justificativa:** Um maior desenvolvimento de olerícolas, flores e frutas, com maiores retornos para os produtores, demanda um melhor conhecimento sobre os vários elos dessas cadeias e o desenvolvimento de sementes e mudas, que diminuam a dependência de grandes fornecedores internacionais. Os projetos deste programa buscam oferecer aos produtores um maior adensamento e controle da cadeia de valor.

**Quadro 2.1.19 – Projetos do Programa Informação e Conhecimento (RF 1)**

Programa: Informação e Conhecimento				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Gestão Integrada de Pesquisas Regionais – Promoção de Estudos e Pesquisas sobre a Cadeia de Valor, a Produção de Sementes, Mudanças, Sistemas de Plantio, Embalagens e Logística das Olerícolas	Lançamento de editais pela Fapergs (10% do total previsto para a Região) para promover a pesquisa cooperativa, no modelo Pappe, entre produtores e ICTs	Apoiar 15 projetos por ano no período 2007-2015	Fapergs, SAA, SCT e ICTs	Orçamento do Estado

Programa: Informação e Conhecimento				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Gestão Integrada de Pesquisas Regionais – Promoção de Estudos e Pesquisas sobre a Cadeia de Valor, a Produção de Sementes, Mudanças, Sistemas de Plantio, Embalagens e Logística das Flores	Lançamento de editais pela Fapergs (5% do total previsto para a Região) para promover a pesquisa cooperativa, no modelo Pape, entre produtores e ICTs	Apoiar 10 projetos por ano no período 2007-2015	Fapergs, SAA, SCT e ICTs	Orçamento do Estado
Promoção de Estudos e Pesquisas sobre a Cadeia de Valor, a Produção de Sementes, Mudanças, Sistemas de Plantio, Embalagens e Logística das Frutas	Lançamento de editais pela Fapergs (10% do valor previsto para a Região) para promover a pesquisa cooperativa, no modelo Pape, entre produtores e ICTs	Apoiar 15 projetos por ano, no período 2007-2015	Fapergs, SAA, SCT e ICTs	Orçamento do Estado
Fortalecimento da Difusão de Informações Tecnológicas	Sistematização de informações sobre melhores práticas nos vários segmentos primários dominantes na economia gaúcha com vistas a melhorar sua capacitação produtiva	Construir <i>site</i> com informações demandadas por cada região e <i>links</i> com outros sites de entidades de pesquisa e cadeias produtivas	SAA, Embrapa, Fapergs, Sebrae, Sedai e Emater	Fapergs, Secretaria da Agricultura, Emater, Embrapa, Sebrae e Sedai
Certificação de Qualidade e Apoio à Inovação	Fortalecimento dos procedimentos para obtenção de certificação de qualidade, em parceria com o PGQP	Realizar um evento anual por Região Funcional e divulgar os casos de sucesso via Internet, em portal específico	PGQP e Sedai	Orçamento do Estado e ABDI

#### PROGRAMA 4 – MANUTENÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL

**Justificativa:** A crescente escassez hídrica tem causado perdas na competitividade rural, exigindo medidas de controle de outorgas do uso das águas e racionalização dos sistemas de irrigação, especialmente no Centro-Sul com a cultura do arroz.

##### Quadro 2.1.20 – Projetos do Programa Manutenção do Potencial Ambiental (RF 1)

Programa: Manutenção do Potencial Ambiental				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Sistemas de Plantio de Arroz Eficientes no uso da Água	Desenvolvimento e implementação de programas mais eficientes para melhoria do manejo, avaliação de novos cultivares de arroz, fomento à experimentação de novos programas de cultivo com redução do uso da água na irrigação	Incentivar a adotar técnicas de melhor uso da água na cultura do arroz	SAA, Sema, Fepam e Emater	Orçamento do Estado e Emater
Incentivar a Desinação, Transporte e Reutilização de Resíduos da Atividade Agrícola	Incentivo a associação de produtores, capacitação de técnicos, desenvolvimento e divulgação de pesquisas e estudos referentes aos aspectos econômicos e ambientais desta atividade, propor e estabelecer condições logísticas de carregamento e transporte dos resíduos	Instrumentalizar os produtores para a reutilização do subproduto do beneficiamento do arroz. Elaborar mapeamento de áreas e estações de transbordo dos resíduos para abastecimento das usinas termoeletricas existentes nas Regiões 5 e 6 e viabilizar a sua implantação	SAA, Sema, Fepam, Emater, Farsul, Senar e Sema	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica Recursos externos decorrentes MDL- Mecanismos de Desenvolvimento Limpo
Melhorias Tecnológicas para a Destinação de Dejetos de Origem Animal	Desenvolvimento de cursos e treinamentos para capacitação de suinocultores e avicultores em técnicas ambientalmente sustentáveis adotando práticas de manejo e instalação de equipamentos adequadas à transformação de resíduos orgânicos em fertilizantes	Realizar cursos e treinamentos para capacitação de suinocultores e avicultores	SAA e Sema	Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMA II

Programa: Manutenção do Potencial Ambiental				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Redução do Uso de Agroquímicos	Controle e fiscalização das atividades que exijam forte demanda de agroquímicos para o cultivo, sendo predominante nesta Região o cultivo de fumo e a fruticultura	Implementar controle de uso de agroquímicos em cerca de 50% das propriedades rurais até 2015	SAA, Emater e Sema	Vários programas existentes com esse fim
Restauração de Matas Ciliares	Restauração da vegetação às margens e no entorno dos corpos hídricos em Bacias Hidrográficas do Estado	Restaurar a mata ciliar ao longo dos cursos d'água das duas principais bacias hidrográficas da Região	Sema/Defap, Fepam, SAA e Emater	Recursos de Reposição florestal

## PROGRAMA 5 – SUPORTE EM INFRA-ESTRUTURAS

**Justificativa:** A possibilidade dos pequenos produtores, especialmente, de acessar novas produções e mercados para comercializar seus excedentes depende de redes de infra-estruturas capilares, seja de suprimento energético, telefonia e acessos por transportes, em todos os municípios. O asfaltamento a todas as sedes municipais, assim como a universalização do suprimento energético e da telefonia rural são condições importantes para a modernização agrícola e acesso a mercados.

### SUBPROGRAMA DE TRANSPORTES

#### PROJETO 1 – ACESSOS ASFALTADOS MUNICIPAIS

As propostas de intervenções para acessos asfaltados a nove municípios estão na **Tabela 2.1.15**. As prioridades foram estabelecidas pelo Daer com base no custo per capita, entendendo que o número de habitantes é uma boa aproximação para os benefícios sociais. Assim, quanto maior a população, maiores os benefícios obtidos. Ao calcular o custo per capita, é obtido um indicador do tipo menor melhor. Ou seja, quanto menor o custo per capita, maiores os benefícios obtidos por unidade de investimento gasto. (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 1 – Projeto 6).

**Órgãos intervenientes:** Daer

**Fontes de Recursos:** Alternativas: empréstimos multilaterais (Bird, BID, CAF), Tesouro federal e estadual, BNDES e fundos constitucionais.

**Tabela 2.1.15 – Acessos Capilares a Municípios – RF 1 (R\$ Milhões)**

AGR	RF	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF	Prioridade
AG030	1	RP024	Acesso rodoviário Arambaré	2 faixas de tráfego no trecho entre BR-116 e Arambaré	30,84	19,95	100	19,95	4
AG030	1	RP052	Acesso rodoviário Cerro Grande do Sul	2 faixas no trecho Sentinela do Sul – Cerro Grande do Sul	24,4	7,58	100	7,58	1
AG030	1	RP131	Acesso rodoviário Barão do Triunfo	trecho entre Barão do Triunfo e Mariana Pimentel	20,4	11,4	100	11,4	2
AG030	1	RP172	Acesso rodoviário Linha Nova	trecho entre Linha Nova e Feliz	11,45	6,53	100	6,53	3
AG030	1	RP173	Acesso rodoviário Mariana Pimentel	trecho entre Mariana Pimentel e BR116	16,81	9,96	100	9,96	2
AG030	1	RP199	Acesso rodoviário São José do Hortêncio	trecho entre São José e São Sebastião do Caí	13,2	7,39	100	7,39	1
AG030	1	RP206	Acesso rodoviário Sertão Santana	trecho entre Sertão Santana e entr. BR116	14,6	6,42	100	6,42	1

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

## PROJETO 2 – MELHORIAS EM ARMAZENAMENTO

A ampliação da produção e produtividade esperada no Rio Grande do Sul, especialmente para grãos, em função de medidas tomadas no âmbito deste estudo que apóiam essa expansão, exige a ampliação da capacidade de armazenagem no Estado. (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 1 – Projeto 7).

**Órgãos intervenientes:** Cesa, SAA e empresas

**Fontes de Recursos:** Orçamento estadual e empresas privadas

Tabela 2.1.16 – Melhorias em Armazenamento – RF 1 (R\$ Milhões)

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG023	ZC001	Armazéns da RF 1 2/2	Nova instalação de armazéns da RF 1 (737,0 mil toneladas)	NA	221,1	100	221,1
AG023	ZM001	Armazéns da RF 1 ½	Upgrade dos armazéns da RF 1 (651,5 mil toneladas)	NA	65,15	100	65,15

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

## SUBPROGRAMA DE ENERGIA

### PROJETO 1 – UNIVERSALIZAÇÃO DO SUPRIMENTO RURAL ADEQUADO (LUZ PARA TODOS)

**Escopo:** Promover o acesso à energia elétrica no meio rural, como alternativa de modernização da produção agropecuária e melhoria das condições de vida, pela expansão de programas de financiamento de linhas de distribuição, a longo prazo ou a fundo perdido, aproveitando e incentivando as cooperativas existentes.

**Metas:** Atendimento às 40,2 mil propriedades rurais e seus domicílios internos.

**Órgãos intervenientes:** Comitê Gestor Estadual de Universalização – distribuidoras, governo estadual, prefeituras e sociedades civil.

**Recursos:** Estimam-se recursos de R\$ 20,6 milhões, até 2007 (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 2 – Projeto 3).

**Fontes de recursos:** 50% dos recursos aportados pelo governo federal, utilizando a Conta de Desenvolvimento Energético), 20% do governo estadual, 15% das concessionárias de energia e 15% dos recursos aportados pelo governo federal, via Reserva Global de Reversão.

### PROJETO 2 – MELHORIA DO SUPRIMENTO RURAL (ENERGIA FORTE)

**Escopo:** Reforço da rede de energia elétrica rural (trifásica), possibilitando a ligação de máquinas agrícolas para melhoria das condições de produção rural.

**Meta:** O programa Energia Forte segue os mesmos cronogramas, na medida em que as ligações trifásicas vão sendo efetuadas/convertidas conforme avança o Programa Luz para Todos.

**Órgãos intervenientes:** Secretaria de Energia, Minas e Comunicações e prefeituras.

**Recursos:** R\$ 4,6 milhões até 2015 (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 2 – Projeto 4).

**Fontes de recursos:** governo estadual.

## SUBPROGRAMA DE TELECOMUNICAÇÕES

### PROJETO 1 – UNIVERSALIZAÇÃO DA TELEFONIA RURAL

**Escopo:** Universalizar o acesso à telefonia fixa ou móvel rural, como forma de inserir os produtores em sistemas de informação e conhecimento que modernizem processos agropecuários e ampliem as alternativas de comercialização, por meio de financiamentos a longo prazo ou a fundo perdido.

**Meta:** Ampliar a cobertura de telefonia rural para 100% até 2015, dos atuais 0,4 % da população e 7,1% dos municípios atendidos.

**Órgãos Intervenientes:** Secretaria de Energia, Minas e Comunicações do Estado do Rio Grande do Sul, Anatel, Ministério das Comunicações e empresas operadoras de telefonia celular.

Já em relação ao projeto Telefone no Campo, a instituição interveniente é a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações.

**Recursos:** R\$ 1,2 milhão até 2007 (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 3 – Projeto 2).

**Fontes de recursos:** Os investimentos iniciais para os estudos da ampliação da rede de telefonia móvel devem ser de responsabilidade do governo estadual, centralizados na Secretaria de Energia, Minas e Comunicações. Já em relação à ampliação da rede, após os estudos, financiamentos a longo prazo ou a fundo perdido, com aporte significativo dos governos estadual e federal serão necessários. No Projeto Telefone no Campo, o investimento será feito pelo governo Estadual.

## PROJETO 2 – FORTALECIMENTO DE CENTROS DE DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS (INFRA-ESTRUTURA INFORMATIZADA)

**Escopo:** Fortalecer a rede de centros de informações informatizadas nas sedes dos 70 municípios da Região, como forma de promover a inserção de produtores rurais na sociedade de informações, em parceria com Emater, Embrapa e Cooperativas. Trata-se de fortalecer o sistema informatizado em centros existentes ou novos, onde funcionaria o Sistema de Informações Tecnológicas, para os setores primário e secundário.

**Meta:** Implantação e/ou fortalecimento de 70 centros em todos os municípios da Região.

**Órgãos Intervenientes:** Emater, Embrapa, prefeituras e cooperativas.

**Recursos:** R\$ 3,5 milhões até 2007 (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 3 – Projeto 3).

**Fontes de recursos:** governo estadual.

## Outros Projetos de Interesse da Região Funcional 1

O Plano Estadual contempla um conjunto de outros projetos, não diretamente ligados às estratégias regionais definidas, mas que também suprem suas necessidades. Esses Programas e Projetos pertencem a duas áreas, como registra a **Tabela 2.1.3** e os **Quadros 2.1.21 a 2.1.26**.

### Inclusão Social:

Estes projetos constam da Estratégia 3 do Plano Estadual. As demandas e recursos estimados não incluem os pólos urbanos anteriormente incluídos e descritos nas Estratégias para a Região. Trata-se do atendimento do restante das populações urbanas e rurais. Ou seja, as demandas e os recursos totais para inclusão social para a Região são o somatório destes ora estimados e daqueles dos pólos urbanos.

**Quadro 2.1.21 – Projetos de Interesse – Melhoria do Atendimento em Educação Básica RF 1**

Programa: Programa Melhoria do Atendimento em Educação Básica				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Eliminação do Analfabetismo	Eliminação do analfabetismo ainda existente em parte da população da Região	Atender a demandas de 151,3 mil pessoas até 2015	SEC e prefeituras	Orçamentos dos governos federal, estadual e municipal
Escola em Tempo Integral	Eliminação da distorção série/idade e redução do número de anos para o percurso de cada nível de ensino. Programas de reforço escolar, na forma de atividades pedagógicas diversificadas, em turno contrário ao da escola aumentam as probabilidades de sucesso dos alunos com dificuldades de aprendizagem	Demandas estimadas de 132,2 mil até 2015	SEC e prefeituras	Orçamentos estadual e municipais
Avaliação de Desempenho	Eliminação da repetência. Devem ter sua eficiência monitorada por um sistema de avaliação de desempenho dos alunos, a fim de verificar se, além de serem promovidos, os alunos estão desenvolvendo as competências requeridas pela escola	Implantar um processo de avaliação externa das escolas estaduais no ensino fundamental (31,3 mil alunos até 2015) e Médio (800 alunos até 2015)	SEC e universidades	

**Quadro 2.1.22 – Projetos de Interesse – Melhoria do Atendimento em Saúde RF1**

Programa: Programa Melhoria do Atendimento em Saúde				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Ampliação de Empregos Médicos	Bons indicadores de leitos, médicos e enfermeiros de nível superior permitem estender e aprofundar programas e ações em saúde pública	Atingir o coeficiente de 10,3 Empregos Médicos por 10 mil habitantes, média do Estado, em todos os COREDEs	Ministério da Saúde, Secretaria Estadual da Saúde e prefeituras	Orçamentos dos três níveis de governo
Ampliação de Empregos de Enfermeiros	A disponibilidade de enfermeiros de nível superior convive com boa oferta de auxiliares de enfermagem de nível médio, profissionais absolutamente necessários aos programas de atenção à saúde da população	Atingir o coeficiente de 5,6 Empregos de Enfermeiros por 10 mil habitantes, média do Estado, em todos os COREDEs. 1,2 mil até 2015	Ministério da Saúde, SES e prefeituras	Orçamentos dos três níveis de governo
Expansão do Programa Saúde da Família	O PSF permite ampliar e qualificar a atenção básica prestada no Rio Grande do Sul pelos municípios	Aumentar a cobertura do programa para 50% da população em 2007, 70% em 2011 e 80% em 2015	Ministério da Saúde, SES e prefeituras	Orçamentos dos três níveis de governo

**Quadro 2.1.23 – Projetos de Interesse – Melhoria das Condições de Habitação RF1**

Programa: Programa Melhoria das Condições da Habitação				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Redução do Déficit Habitacional Urbano	Atendimento à demanda por moradia das famílias resultantes do crescimento demográfico, com renda per capita mensal até cinco salários mínimos	Construir unidades residenciais nas zonas urbanas de forma a eliminar 35% do déficit existente até 2015. Acompanhar os números da variação demográfica: 66 mil domicílios até 2015	Sehadur e Cohab	Orçamento estadual, Sistema Financeiro de Habitação
Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios	Garantia de acesso das populações urbana e rural à moradia com qualidade e conforto mínimos, vinculada aos serviços de infra-estrutura básicos (água, esgoto e energia elétrica)	Eliminar 35% do déficit existente até 2011 e 100% até 2015. Construir aproximadamente 2,8 mil até 2011	Sehadur e Cohab	Orçamento estadual
Redução do Número de Domicílios com Densidade Excessiva	Garantia de acesso das populações urbana e rural à moradia com qualidade e conforto mínimos, com redução de densidade onde há mais de três moradores por dormitório	Reduzir 17,5% do número, sendo 20% até 2007, 20% até 2011 e 60% até 2015. Atender a demandas de 3 mil até 2015	Sehadur e Cohab	Orçamento estadual
Substituição de Aglomerados Subnormais	Atendimento do direito da população à moradia digna. As dimensões, ainda razoáveis, em que o problema da moradia subnormal apresenta no RS incentivam uma intervenção forte do setor público	Construir moradias para erradicação dos aglomerados subnormais. Atender a demanda de 826 moradias	Sehadur e Cohab	Orçamento estadual

**Quadro 2.1.24 – Projetos de Interesse – Ampliação do Atendimento em Saneamento Básico RF1**

Programa: Ampliação do Atendimento em Saneamento Básico				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Rede de Distribuição de Água	Ampliação da rede para atender aos novos domicílios urbanos decorrentes do equacionamento do déficit habitacional e do crescimento demográfico	Acompanhar os números da variação demográfica. Demandas de 333,2 mil domicílios até 2015	Sops, Sema, Corsan e prefeituras	Orçamento estadual e cobrança pelo uso da água recentemente regulamentada
Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos	Trata-se de programa essencial para a qualidade de vida da população	Manter a taxa de cobertura em índices próximos a 100% nas zonas urbanas do Estado, mediante inclusão nos roteiros de coleta dos novos domicílios urbanos decorrentes do crescimento demográfico e equacionamento do déficit habitacional	Sops e prefeituras	Orçamento estadual e municipais

**Quadro 2.1.25 – Projetos de Interesse – Combate à Pobreza RF1**

Programa: Combate à Pobreza				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Combate à Pobreza	Um programa de repasse de renda com foco na população que se situa abaixo da linha de indigência	Complementar os rendimentos das pessoas acima de 10 anos de idade, com renda inferior a ¼ do salário mínimo, a fim de que alcancem o piso de um salário mínimo per capita	STCAS	

**Quadro 2.1.26 – Projetos de Interesse – Manutenção do Potencial Ambiental RF1**

Programa: Manutenção do Potencial Ambiental				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Criação de APAs nos afloramentos porosos do Aquífero Guarani	Elaboração e implementação conjunta de marcos técnicos e institucionais comuns para o conhecimento, gerenciamento e preservação desse Aquífero, que extrapola o Rio Grande do Sul e o país	Controlar usos e atividades impactantes ao Aquífero. Criar unidades de conservação nas áreas de afloramento poroso. Desenvolver planos de manejo para estas áreas	Sema, Fepam, FZB e Sops (Pro-Rio Uruguai)	Probio, Fundo Brasileiro para Biodiversidade e Projeto Sistema Aquífero Guarani



## 2.2 – Região Funcional de Planejamento 2

É formada por dois COREDEs (Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo) e representa um espaço de transição entre a área do entorno de Porto Alegre, com forte vocação metropolitana, e o interior do Estado. Apresenta uma relativa ambigüidade, pois ora liga-se fortemente com a metrópole, como no transbordamento industrial e em viagens de transportes, ora polariza vastas porções diferenciadas do *hinterland*, seja em empregos, universidades e centros de pesquisa, seja em rede urbana.

Esta dicotomia também comparece internamente à Região 2, pois o Vale do Taquari é um dos COREDEs considerados “Dinâmicos” do Estado, com alto crescimento e dinamismo econômico, alta potencialidade socioeconômica e ambiental e condições sociais acima da média estadual. Já o Vale do Rio Pardo posicionou-se no grupo classificado como “Emergente”, pois, apesar de contar com uma potencialidade socioeconômica e ambiental abaixo da média estadual e baixas condições sociais, apresentou crescimento e dinamismo econômico quase equivalente ao do Vale do Taquari. Cabe destacar, no entanto, que tal desempenho deve-se essencialmente ao setor fumageiro, transnacional e exportador, que se encontra em situação de incerteza pela iminente entrada em vigor da Convenção Quadro do Tabaco, o que colocaria toda a agricultura familiar integrada a essa produção em situação de risco.

Figura 2.2.1 – Homogeneidades e Polaridades na RF 2

<b>VALE DO TAQUARI Dinâmico</b> (alto dinamismo, potencialidade e condições sociais)	<b>VALE DO RIO PARDO Emergente</b> (alto dinamismo econômico e médias potencialidades e condições sociais)
8,9% PIB estadual – 2,7% a.a. (acima média estadual)	
PIB industrial dominante – 48%	
5 produtos dominantes: fumo, milho, arroz, soja e mandioca	
Cadeia milho/aves/suínos	
Corredores multimodais de transportes do Mercosul/Exportações	
Hidrovias interiores	
2º PIB/capita estadual até 2015	
Proximidade da RMPA e fortes ligações de transportes	
Polarizações internas: emprego, transportes, universidades e saúde	

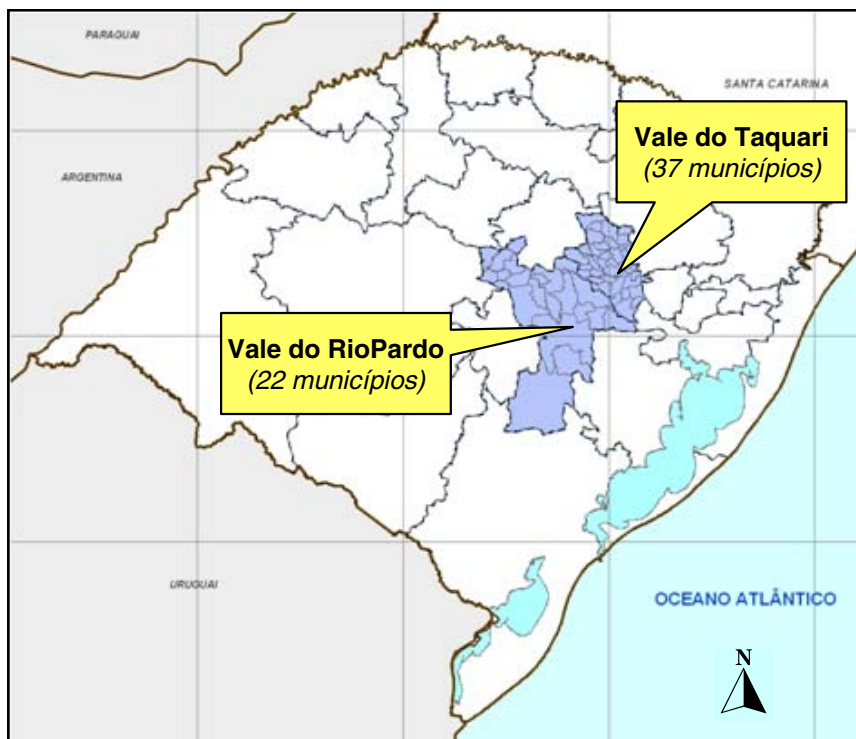
Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Apesar das diferenças no território regional, algumas características são comuns aos COREDEs componentes: a participação semelhante no PIB estadual (em torno de 4%), uma estrutura econômica semelhante, com primazia do setor industrial, uma base agrícola fundada em cinco produtos dominantes (fumo, milho, arroz, soja e mandioca), ambos são cortados por importantes corredores de transportes multimodais do Mercosul (ferrovias e BR-386 e BR-290), têm hidrovias interiores únicas no Estado, ainda que com baixa expressão nos transportes, são próximos à RMPA, têm fortes ligações em transportes rodoviários e contam com universidades com expressiva produção e participação regional.

Adicionalmente a esses fatores comuns, no Cenário Tendencial traçado até 2015, além de

ter ampliado seu PIB total em relação a 2003, será uma das regiões do Estado com maior PIB per capita e ampliará suas condições de criação de empregos, alcançando uma segunda posição estadual nesse quesito. Situada quase totalmente na Bacia do Guaíba, a Região destaca-se pelas presenças do Rio Taquari, longitudinal ao COREDE de mesmo nome, e o Rio Jacuí, transversal ao COREDE Vale do Rio Pardo, ambos navegáveis e juntando-se, na fronteira leste da Região, pa- ra formar o Lago Guaíba, que se conecta a Porto Alegre e à Laguna dos Patos, rumo ao Porto de Rio Grande (**Figura 2.2.2**).

**Figura 2.2.2 – Municípios e COREDEs da RF 2**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

## Tendências Recentes da Região Funcional 2

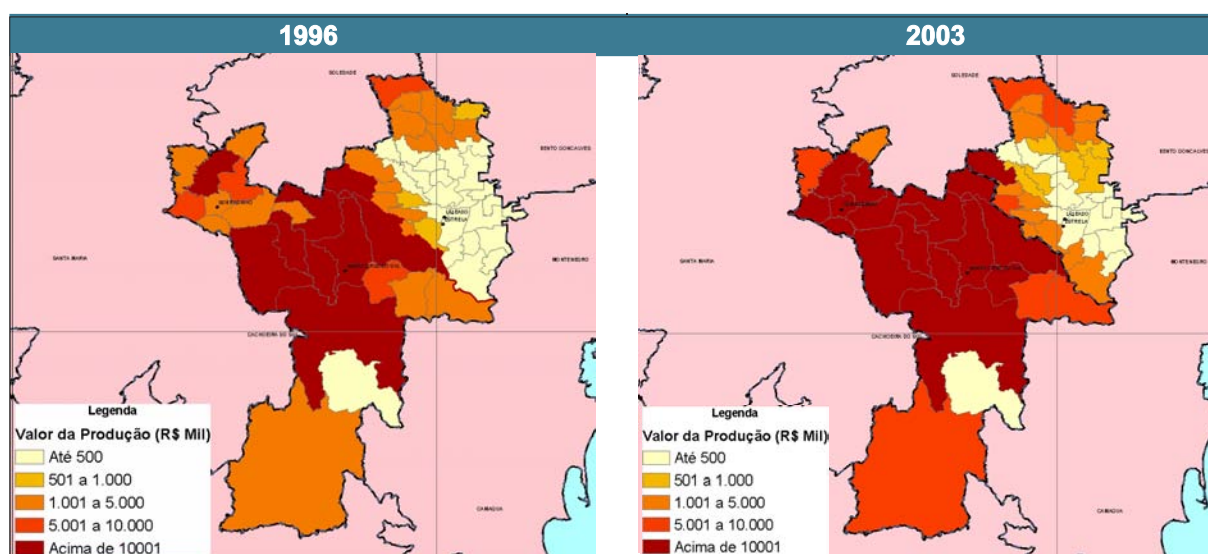
São analisados os desempenhos recentes da Região no que diz respeito à dinâmica econômica, demográfica e de urbanização, às infra-estruturas disponíveis, ao grau de desenvolvimento social, às potencialidades ambientais e quanto à informação e ao conhecimento, às disponibilidades financeiras, empreendedorismo e atratividade, e às condições de “governança”, como síntese das aptidões e restrições identificadas como relevantes e que se constituirão nos fatores que contribuirão para seu desempenho futuro.

**Desempenho Econômico:** A evolução do PIB total da Região Funcional 2 de 1990 a 2002 foi a terceira maior do Estado, com taxas de crescimento de 2,7% a.a., maior que a média estadual, o que fez aumentar sua participação no PIB estadual, de 8,5% para 8,9%. Porém, assinala-se que entre 1990 e 1996 alcançou a mais alta taxa de crescimento do Rio Grande do Sul – 9,3% a.a., tendo decrescido abruptamente no período posterior até 2002, com uma evolução anual (1,2% a.a.) muito menor que a média estadual (1,8% a.a.), mostrando um arrefecimento recente. Como a população aumentou consideravelmente no período, a evolução do PIB per capita foi de apenas 1,6% ao ano.

A estrutura produtiva regional apóia-se no setor industrial – 48% do PIB regional, com boa evolução desde 1990 (2% a.a.) seguido do setor de comércio e serviços, com 32%, evoluindo a taxas de 3% a.a., e a agropecuária, com 20%, com forte evolução recente: 5% a.a. Apesar do menor crescimento, o setor industrial na Região permaneceu com cerca de 10% do PIB estadual do setor. O subsetor de fumo manufaturado predomina na matriz produtiva regional – 54% –

fortemente interligado à produção agrícola. No COREDE do Vale do Taquari, os subsetores industriais de maior relevância são calçados, couros e peles (33% da produção industrial do COREDE), produtos de origem animal (11%) e químicos (10%). A produção de laticínios ocupa apenas a quarta posição, mas o Vale do Taquari é responsável por 30% da produção gaúcha. Dentre estes subsetores, apenas o de produtos de origem animal obteve taxas de crescimento medíocres. No COREDE Vale do Rio Pardo, o segmento de fumo manufaturado é responsável por mais de 80% do produto industrial e por quase a totalidade da produção gaúcha. A cultura apresentou crescimento de 146% entre 1999 e 2002, estendendo-se por grande parte da Região, como registra a **Figura 2.2.3**. Recentemente, a produção de fertilizantes e químicos tem se desenvolvido, mas ainda ocupa posição marginal no COREDE.

**Figura 2.2.3 – Evolução do Fumo na RF 2**



Fonte: PAM, 2003

No turismo, embora a Região não tenha nenhum centro classificado como localidade importante na movimentação de passageiros em transportes interestaduais e internacionais, terrestres e aeroviários, vem assistindo a uma ampliação expressiva de sua base de infra-estruturas de alojamentos e alimentação, o que reflete maior procura turística. Assim, ampliaram-se de 8% para 11% as empresas regionais e as pessoas ocupadas nesse ramo (em alojamento e alimentação, as taxas foram de 4,1% a.a. entre 2000 e 2003).

Apesar do patrimônio histórico-cultural proporcionado pelas múltiplas manifestações étnico-culturais existentes na Região, a fragilidade desse segmento ainda é grande, como atesta a infraestrutura hoteleira existente para o setor: os cerca de 565 quartos de hospedagem permaneceram praticamente os mesmos de 1996 a 2001 e representam uma das menores participações no total do Estado: apenas 3,4% das hospedagens turísticas existentes no Rio Grande do Sul.

Na agropecuária, a participação no PIB regional ampliou-se de 15% em 1990 para aproximadamente 20% em 2002, alcançando valor de cerca de R\$ 1,9 bilhão. No setor, destaca-se como segmento dominante o fumo – primaz – responsável por cerca de 50% do valor da produção agrícola regional em 2002, tendo apresentado alto crescimento desde 1990 (18,2% a.a.) e estendendo-se para 88% dos municípios. Destacam-se, além dele, o milho e a mandioca, disseminados em todos os municípios, o arroz, em porção menor ao sul, e a soja que, juntos, representam cerca de 90% do valor da produção agrícola regional.

Na silvicultura, a Região é a primeira produtora do Rio Grande do Sul, com cerca de 564 milhões de kg (52% do RS) e valor da produção de R\$ 150 milhões (54% do RS), como registra a **Tabela 2.2.1**.

O principal produto é a acácia negra, utilizada especialmente para lenha, comum na Região na queima do fumo, mas também exportada para outras regiões; 36% da madeira produzida na Região é exportada para a RF 1; 20% permanece no próprio território e 44% abastece outras regiões do Estado ou pequena parcela é exportada. Verifica-se a importância desse produto

**Tabela 2.2.1 – Produção e Valor da Silvicultura na RF 2**

Nome do Produto	Região Funcional 2	
	Quantidade produzida (kg) – 2002	Valor da produção (R\$) – 2002
Acácia-negra (casca) (Silvicultura)	548.486.000	58.303.925
Carvão Vegetal	51.535	16.324
Carvão Vegetal (Silvicultura)	6.860.036	2.047.383
Erva-mate cancheada	8.904.331	2.144.286
Lenha	-	3.461.169
Lenha (Silvicultura)	-	76.476.699
Madeira em tora	-	162.415
Madeira em tora para outras finalidades (Silvicultura)	-	4.782.763
Madeira em tora para papel e celulose (Silvicultura)	-	2.915.333
Pinhão	101.865	89.273
<b>Total</b>	<b>564.403.767</b>	<b>150.399.568</b>

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

regional para o abastecimento da metrópole<sup>1</sup>.

No COREDE Vale do Taquari, o principal cultivo é o milho, responsável por mais de um terço do valor da produção agrícola, impulsionado pela cadeia de aves e suínos, seguido do fumo (13%), da mandioca (11%) e da soja (12%). A produtividade física do milho entre 1990 e 2003 mostrou notáveis avanços, o mesmo não ocorrendo com o fumo, que apresentou queda de produtividade. Alguns tipos de frutas, como melancia, pêssego e caqui, assim como a cana-de-açúcar, registraram aumentos de produção expressivos recentemente, embora representem menos de 1% do valor da produção agrícola regional. Na pecuária, destacam-se os rebanhos de aves e suínos, que representam, respectivamente, 24% e 15% do Estado, tendo alcançado participações crescentes nos últimos anos.

Essa produção repousa em uma estrutura fundiária de pequenas propriedades – 94% dos estabelecimentos tem até 50 ha e ocupam 50% da área agrícola – sendo que no Vale do Taquari e norte do Rio Pardo esse percentual chega a 97%, 72% delas sendo próprias.

Também são representativas as atividades de extração mineral, especialmente ágata e ametista (município de Progresso), embora sejam exportadas de forma ainda bruta, com pouca laminação que agreguem valor.

No COREDE do Vale do Rio Pardo, a atividade fumageira é responsável por 57% da produção agrícola do COREDE e 44% do total do Rio Grande do Sul, com crescimento da quantidade produzida de 1,2% a.a. entre 1990 e 2003, em que pese a queda na produtividade: de 1,8 para 1,6 ton/ha. A produção de fumo ocorre em muitas propriedades com agricultura familiar, integradas às indústrias, e que geram rendas pessoais muito baixas (estimadas em R\$ 60,00/mês<sup>2</sup>). Assim, o território do COREDE mantém grandes desigualdades internas quando se considera o dinamismo das cidades industriais ligadas ao setor dominante e as pequenas propriedades rurais integradas.

Muito abaixo do valor da produção do fumo, vêm o milho, a mandioca, o arroz e a soja, que, juntos, respondem por 36% deste valor no setor agrícola do COREDE. Cinco produtos apresentam alta dinâmica regional, embora com baixíssima participação (0,3%) no valor da produção agrícola: ervilha, marmelo, amendoim, melão e cevada. Na pecuária, os bovinos e bubalinos respondem por 23% do rebanho do Rio Grande do Sul.

Em termos de eficiência, a Região é *benchmark* nacional em fumo, apesar dessa cultura gerar pouco valor de produção por unidade de insumos. Em milho, a eficiência da região atinge apenas 55% do *benchmark* nacional. A eficiência regional na produção de mandioca está acima das médias brasileiras e do Rio Grande do Sul (75%, abaixo apenas do COREDE Serra, onde

<sup>1</sup> Cfe. Origem e destinos dos principais produtos – Componente 2 – Logística de Transportes

<sup>2</sup> Mariza Christoff – COREDE VRP – Marília Ramos – Unisc

alcança 100%). Na produção de arroz, em que o COREDE Sul é o *benchmark* nacional, a Região situa-se em 70% de eficiência. Em soja, é superada pelo COREDE Fronteira Oeste, mantendo-se com competitividade superior à média do Rio Grande do Sul e inferior à média brasileira, estas puxadas pelos produtores do Centro-Oeste do país. Para os produtos dinâmicos regionais – frutas especialmente – a eficiência situa-se no patamar do Rio Grande do Sul – cerca de 18% do obtido por Goiás (com tomate).

Nas cadeias agroindustriais presentes, destacam-se o fumo – com 49% da produção agrícola estadual e 96% do processamento – e o milho, com 12% da produção agrícola estadual e 13% da industrial. Nas demais, a soja e o trigo destacam-se com produções agrícolas pouco significativas no contexto estadual, mas boa participação no processamento industrial – respectivamente, 7% e 5% do estadual – indicando a base industrial consolidada da região; o leite conta com 10% da produção, mas 30% do processamento; aves e suínos, com efetivos de mais de 20% do Estado e com 13% do processamento estadual. Mas, outras cadeias estão presentes: madeira e móveis, com 6% da extração, 18% do processamento, porém 35% em móveis no contexto estadual; calçados e couros, com 14% do Estado em processamento de couros, mas apenas 9% dos calçados; e alguns segmentos do petróleo – plásticos (6% do Estado) e borracha (11%).

Os desafios econômicos para a Região estão fortemente ligados ao futuro da cultura fumageira, assim como à ampliação da produtividade e diversificação industrial e agropecuária, impulsionada pela descentralização metropolitana e pela ampliação de seus mercados.

**Desempenho Demográfico e da Rede Urbana:** A população regional, de 697 mil habitantes em 2000, representava 6,8% da estadual, mantendo praticamente a mesma participação de 1991, sendo a segunda menor participação regional estadual. No período, a Região apresentou um crescimento anual de 1,14%, pouco inferior à média estadual de 1,2%. Internamente à Região, o Vale do Rio Pardo apresentava nesse ano população de 407 mil habitantes, com crescimento populacional de 1% a.a. e densidades médias de 30,1 hab/km<sup>2</sup>, enquanto o Vale do Taquari tinha cerca de 114 mil habitantes, com 1,3% a.a. de crescimento, ambas inferiores à média estadual, mas com densidade de 64,4 hab/km<sup>2</sup>, mais do que o dobro do COREDE Vale do Rio Pardo.

**Migrações:** Os movimentos migratórios foram intensos: cerca de 22,5 mil pessoas saíram da Região, enquanto 29,8 mil entraram. Outras 23,6 mil pessoas se deslocaram internamente, o que representa uma movimentação aproximada de 12% de seu contingente populacional total em 2000. A Região apresentou saldo migratório bruto positivo de 6,4 mil habitantes, sendo que recebeu 7,3 mil imigrantes do próprio Rio Grande do Sul e enviou 913 pessoas para outros Estados. Cerca de 25,6% dos imigrantes vêm da RF 1 (entorno da metrópole) e outros 13,7% da porção noroeste do Estado. Dos emigrantes, 24% têm como destino a Região Funcional 1, ressaltando suas fortes ligações com a metrópole. Na área rural, o movimento migratório causou perdas populacionais de 1,1% ao ano, mas a ampliação dos mercados de trabalho urbanos garantiu os números regionais apresentados. Assim, embora os movimentos migratórios sejam intensos, as trocas populacionais ocorrem especialmente com a região do entorno metropolitano, resultando em crescimentos populacionais positivos.

**Rede Urbana:** A rede urbana apresenta dois centros regionais – Santa Cruz do Sul e Lajeado – que concentram 34,7% da população urbana regional. Os 40 pequenos municípios (até 5.000 habitantes) concentram apenas 10,7% da população urbana; os 7 municípios entre 5.000 a 10.000 habitantes concentram 11,2%, e os 10 municípios entre 10 000 e 50 000 habitantes concentram 43,4%. Cabe destacar que, pela estrutura fundiária de menores propriedades, são em maior número os pequenos municípios do COREDE Vale do Taquari, conformando uma rede urbana mais densa e descentralizada que no Vale do Rio Pardo. Deve-se ressaltar que dois municípios do COREDE Vale do Rio Pardo têm fortes ligações com COREDEs vizinhos, sendo que no Vale do Taquari apenas o município de Taquari, ao sul, não é polarizado pelo centro regional de Lajeado (Figura 2.2.4).

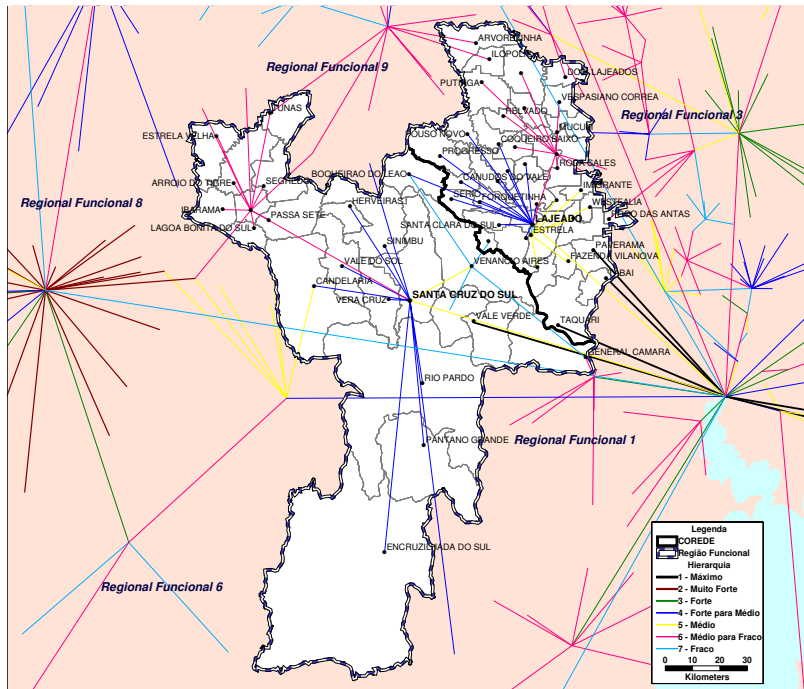
## Desempenho do Emprego e Renda:

O desempenho econômico se reflete nos níveis de absorção da população por postos de trabalho e na renda por ela apropriada. A evolução da população ocupada (PO) entre 1991 e 2000 alcançou taxas de 1,7% a.a., maior que o crescimento populacional (1,14% a.a.), indicando uma ampliação significativa do mercado de trabalho regional. Os trabalhadores com carteira assinada e os por conta própria eram dominantes na Região, aumentando de 66,8%, em 1991, para 67,4% em 2000, o que é explicável pela participação alta de pequenos proprietários rurais. No entanto, a maior absorção no período ocorreu nos postos sem carteira assinada, refletindo a ampliação da fragilidade de vínculos empregatícios e a informalidade. Setorialmente, a agropecuária recuou substancialmente (de 45% da PO da região em 1991 para 38,4% em 2000), embora ainda importante, o mesmo ocorrendo, com menor intensidade, na indústria (de 21,4% para 20%), sendo que os setores de serviços, em especial (de 26,8% da PO da Região para 33% nesse período), e os da administração pública e construção civil ampliaram seus postos de trabalho.

Especialmente, a Região pertence a uma bacia de emprego polarizada pelos pólos urbanos de Santa Cruz do Sul, Estrela e Lajeado, abrangendo todo o território e extrapolando para Cachoeira do Sul, no vizinho Jacuí Centro, com quem mantém fortes relações, como registra a **Figura 2.2.5**.

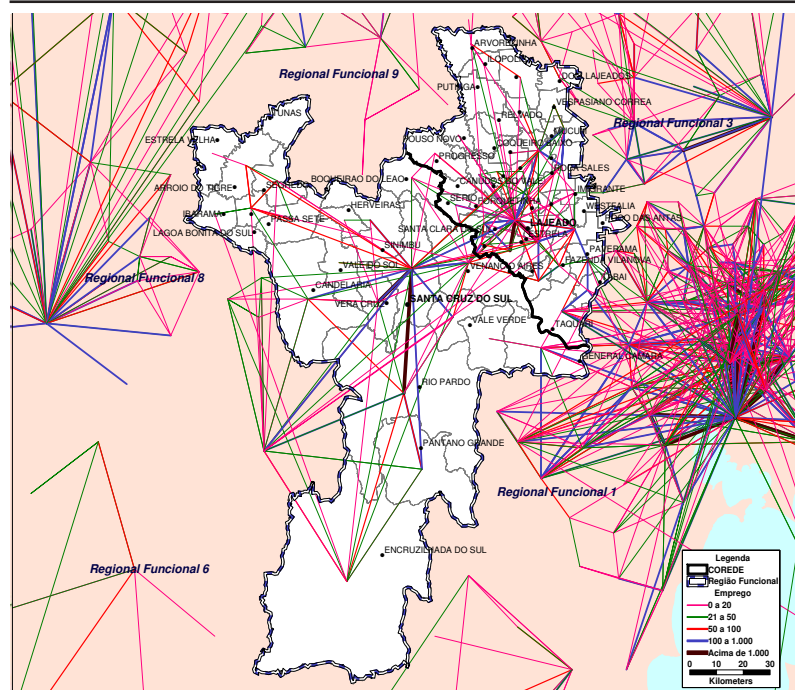
Este bom desempenho do mercado de trabalho refletiu-se em pequenos aumentos dos níveis de renda per capita regional: de 78% da renda média estadual em 1991, passou para 81% em 2000, alcançando R\$ 291,00. Essa ampliação da renda per capita, assim como políticas públicas compensatórias empreendidas, influenciou a diminuição dos níveis de pobreza (famílias com renda até 2 SM) de 73 mil famílias (40% da população) em 1991 para 66 mil (30%) em 2000. No entanto, confirmando a ampliação da informalidade no trabalho, duplicou-se no período, o número de pessoas sem rendimento (de 2 mil para 5,8 mil) e o poder de compra do salário mínimo caiu: os R\$ 250,00 de 1991, equivaliam a R\$ 216,00 em 2000.

Figura 2.2.4 – Polarização e Hierarquia Urbana na RF 2



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Figura 2.2.5 – Bacias de Emprego na RF 2



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Desenvolvimento Social:** Os desafios no desenvolvimento social da Região permanecem para a educação, com medidas para a regularização do fluxo e permanência dos alunos na escola, assim como na ampliação de capacidades para o ensino infantil e médio. Na saúde, deve se ampliar o atendimento básico que suporta ações de saúde, menos complexas mas cotidianas, em substituição ao atendimento hospitalar, em queda acentuada na Região. No saneamento básico, a expansão das redes coletoras de esgotos urbanos é prioridade à situação de saúde e condições sanitárias e ambientais dos centros urbanos em grande expansão.

**Educação:** As distorções série-idade em todas as etapas de ensino, do fundamental ao médio, são o principal sintoma das dificuldades educacionais da RF 2, estando, porém, em queda. No analfabetismo, a Região obteve ganhos significativos, reduzindo de 12% sua população de 15 anos e mais de analfabetos, para 8%, com alguma diferença sub-regional: no Vale do Taquari eles representam 6%, enquanto no Vale do Rio Pardo são 9%. No ensino superior, as universidades regionais garantiram que 13% da população, em 2000, e 16%, em 2002, freqüentassem esse nível de ensino, muito abaixo, porém, da média estadual de 23%.

**Saúde:** O índice de mortalidade infantil na região diminuiu cerca de 12% apenas na última década, passando de 16 para 14 crianças mortas por mil nascidas vivas. Houve também queda no percentual de mortes por causas mal definidas, de 7%, em 1998, para 5% em 2002, o que pode ser resultante de melhorias no atendimento de saúde. O número de leitos credenciados pelo SUS diminuiu em 10% no período, restringindo as oportunidades de atendimento público. É insuficiente a proporção de leitos e médicos por mil habitantes, abaixo da média do Estado, e pequena a presença de hospitais públicos, o que denota forte dependência de convênios, via SUS ou empresas particulares, para o atendimento da população.

**Habitação e Saneamento Urbano:** A Região apresentou pequena queda na proporção de municípios com mais de três moradores por dormitório (de 4,6% para 4,2%). No entanto, há um déficit habitacional aproximado de 13 mil moradias urbanas, além de cerca de 10 mil inadequadas sob o ponto de vista sanitário (20% do total de moradias). Embora o atendimento por rede de água tenha aumentado em 4,6% a.a. na última década, chegando a 91% dos domicílios urbanos, e a coleta de resíduos urbanos tenha também se ampliado, alcançando 96% destes, ambos superando as médias estaduais, a rede de esgotos ainda apresenta alta precariedade. Apesar de um crescimento de 26% a.a. no período, atinge apenas 12% dos domicílios urbanos, menos da metade da média estadual, representando o maior desafio à melhoria das condições sanitárias e ambientais urbanas.

**Desempenho das Infra-estruturas:** Os desafios em infra-estruturas situam-se especialmente nos transportes, pois as redes não permitem comunicações físicas internas e externas à Região em muitas porções do território, comprometendo a produção econômica, a busca de mercados e o acesso a serviços urbano-sociais. Mas há também limitações em energia, com deficiências no suprimento rural comprometendo a modernização do campo. Este atendimento rural também é muito deficiente em termos de telecomunicações, dificultando o acesso a novas informações e conhecimentos.

**Transportes:** A estrutura viária regional, visualizada na **Figura 2.2.6**, apóia-se em dois eixos paralelos leste-oeste: a BR-290, ao sul, e a RS-287, ao centro, ambas com origem em Porto Alegre e destino em Uruguaiana, tendo continuidade na Argentina. Entre esses eixos rodoviários, e paralelos a eles, há a hidrovia do Rio Jacuí, navegável desde Cachoeira do Sul (no COREDE Jacuí Centro), porto principal, passando por Rio Pardo, Santa Clara até Porto Alegre, que na porção mais a jusante, é utilizada especialmente para o transporte de carvão de Charqueadas, (COREDE Centro-Sul) para Santa Clara; e a ferrovia, que também liga Porto Alegre a Uruguaiana, importante linha troncal ferroviária do Estado, e não tem terminal de carga significativo na Região.

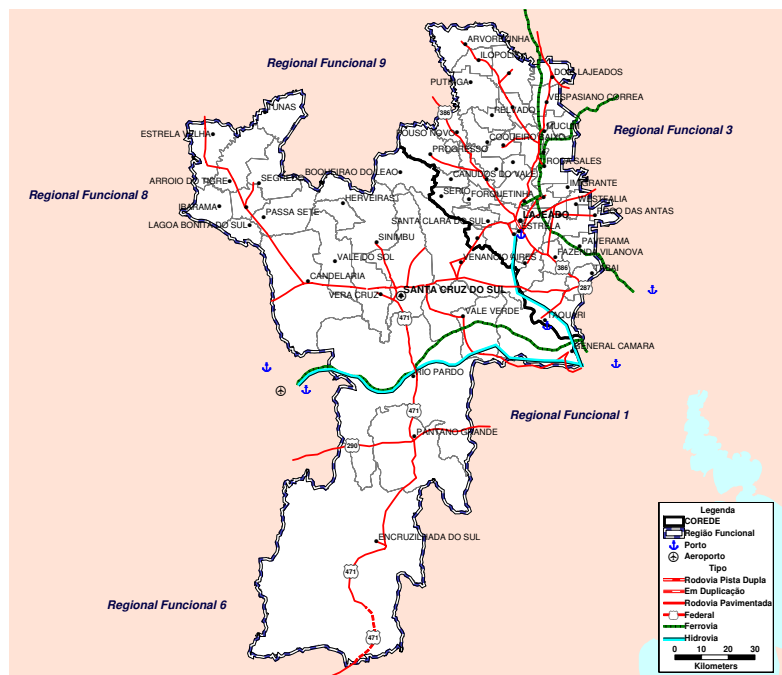
Desses eixos leste-oeste saem, a partir da BR-287, transversalmente e no sentido norte-sul, três outros eixos rodoviários: a BR-386 – rodovia da produção – que ruma para o noroeste do Estado, interligando-se com Santa Catarina; a RS-130, a nordeste, alcançando a RS-129, em direção a Passo Fundo, e rumo ao sul, a BR-471, na altura de Santa Cruz do Sul e que tem

término na Região pouco além de Encruzilhada do Sul. No sentido norte, há ainda a hidrovia do Taquari, que se articula com a do Jacuí na altura de General Câmara/Triunfo, sendo importante rota hidroviária desde Lajeado/Estrela, que se constitui em terminal ferro-rodoviário, embora não seja integrado de forma intermodal, passando por Taquari rumo a Rio Grande, transportando grãos, farelos e óleo de soja para o porto e, de volta, cavacos de madeira. Nela, situam-se os portos de Estrela, com cais público e terminais privados (Fecotrigo, Motasa) e de Taquari, da Cesa. A ferrovia operada pela ALL, que forma um “Y” na área, tem uma rota saindo de Porto Alegre rumo à região Sudeste do país, passando por Passo Fundo, e um ramal, também seguindo para região Sudeste, passando por Vacaria, importantes rotas de transportes do Rio Grande do Sul, tendo na Região o terminal em Roca Sales, de baixa concentração de cargas.

Desses eixos principais, saem os acessos aos 59 municípios da Região (22 no COREDE Vale do Rio Pardo e 37 no Vale do Taquari), conformando estruturas em espinha-de-peixe, que dão acesso apenas às sedes municipais. Assim, são deficientes as ligações inter-municipais. Esta é uma das razões pelas quais a rede rodoviária regional é considerada ineficiente, com baixas densidades rodoviárias, quilometragem per capita, percentual de rodovias com pavimentos, entre outros fatores. Grandes porções ao sul, a leste e ao norte da Região têm distâncias a eixos principais que variam de 20 km a 50 km, como registra a **Figura 2.2.7**, implicando em dificuldades de acesso a mercados e serviços.

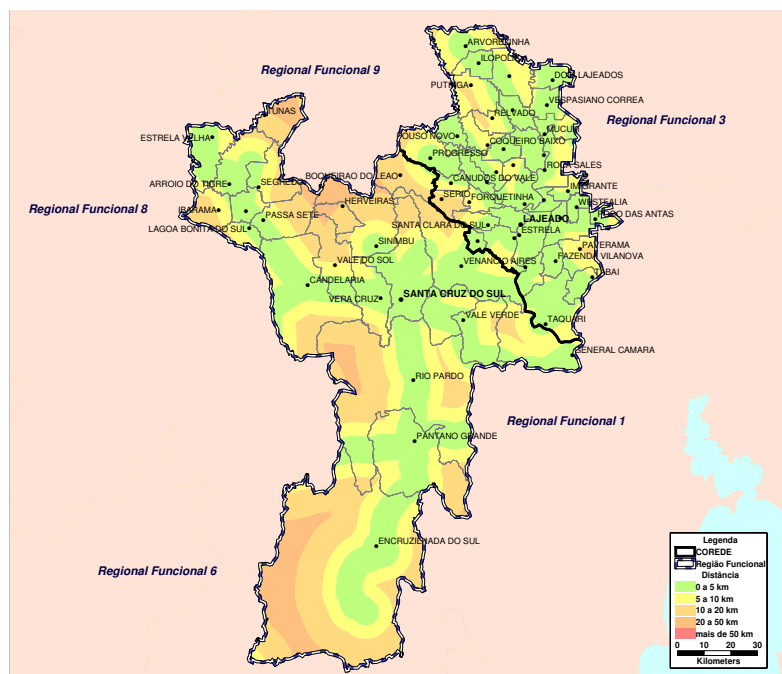
Em termos de acessibilidade do VAB industrial a ferrovias, rodovias, portos e aeroportos, verifica-se que 74% do VAB industrial do Vale do Rio Pardo leva até 2 horas para alcançar ferrovias, enquanto no Vale do Taquari (com VAB 20% menor), o tempo reduz-se a 1 hora para a totalidade do VAB. Para produtos agropecuários, 50% do VAB do Vale do Rio Pardo está a cerca de 2 horas de terminais ferroviários, estando os 50% restantes e 94% do Vale do Taquari, a até 1 hora. A quase totalidade dos VABs industrial e agropecuário leva de 5 a 7 horas para acessar o Porto de Rio Grande, dada a inexistência de ligação direta e o acesso passa por Porto Alegre. Adicionalmente, a totalidade do VAB industrial e agropecuário leva de 2 a 3 horas para acessar o

**Figura 2.2.6 – Estrutura Viária na RF2**



Fonte: Secretaria Estadual de Transportes, 2004

**Figura 2.2.7 – Acessibilidade a Rodovias Principais na RF2**



Fonte: Secretaria dos Transportes, 2005; Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC



Aeroporto de Porto Alegre.

Os fluxos originados na Região e os que passam por ela rumo a outros destinos ocasionam muitas linhas de desejo, registradas na **Figura 2.2.8**, onde estão mapeadas as viagens equivalentes de ônibus, caminhões e automóveis que ocorrem entre as várias origens e destinos na Região e fora dela. Verifica-se que os fluxos com maiores intensidades ocorrem do Vale do Taquari – Estrela e Lajeado – em direção à metrópole, entre estas cidades e Encantado (acima de 250 veículos/dia). Porém, os fluxos com todos os demais COREDEs adjacentes também são expressivos, seja com Santa Maria, a leste, com Soledade a noroeste, com Serafina Corrêa ao norte, e com Bento Gonçalves e Novo Hamburgo, a leste.

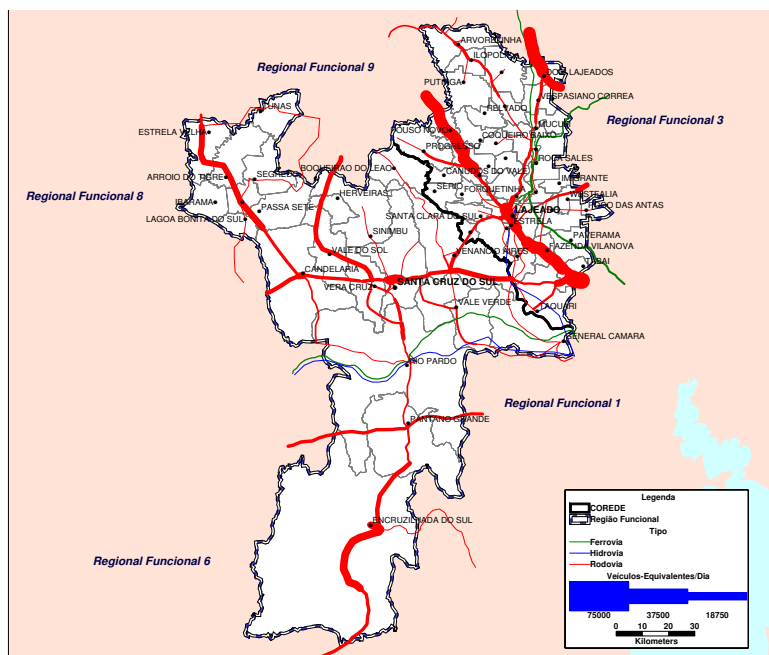
Apesar da ineficiência interna e externa constatada, a Região é atravessada por duas das principais rotas rodoferroviárias de transportes do Estado: a rota Região Sudeste–Argentina via Uruguaiana, transportando, principalmente, cereais brutos e processados, adubos, veículos, papel, madeiras e laminados; e a rota Norte do Rio Grande do Sul rumo a Porto Alegre/Rio Grande, transportando, principalmente, cereais brutos e processados, adubos e combustíveis. Essas rotas ocasionam carregamentos de transportes das rotas rodoferroviárias da Região, registrados na **Figura 2.2.9**, na qual observam-se alguns gargalos.

Por conta desses grandes fluxos e também pela topografia mais ondulada ou montanhosa, alguns trechos estão próximos ao limite das capacidades, como registra o **Quadro 2.2.1**.

Além desses gargalos operacionais, há nada menos que 11 sedes municipais sem asfalto (27% dos municípios e 8% da população), sendo três no Vale do Rio Pardo – Ibarama, Lagoa Bonita do Sul e Passa Sete (4,6% da população do COREDE), e oito no Vale do Taquari – Canudos do Vale, Capitão, Coqueiro Baixo, Relvado, Santa Clara do Sul, Sério, Doutor Ricardo e Travesseiro (12% da população do COREDE), o que dificulta a integração regional, as ligações intermunicipais em busca de serviços e o escoamento de produções.

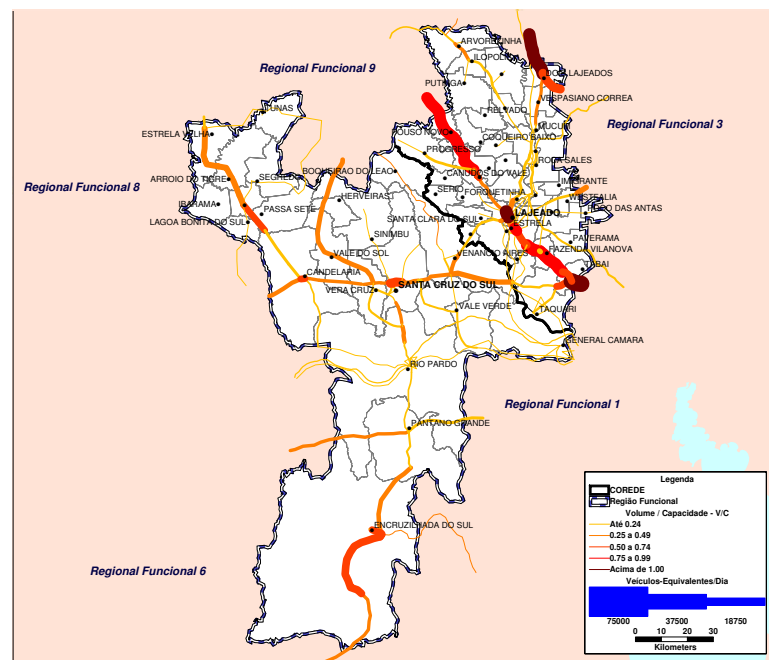
Não há aeroportos de âmbito regional, apenas Santa Cruz do Sul tem aeroporto local. Em

**Figura 2.2.8 – Carregamentos Rodo-Ferro-Hidroviário na RF 2 (Veículos-Equivalentes/Dia)**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Figura 2.2.9 – Carregamentos Rodoferroviários Regionais: Gargalos na RF 2 (Veículo/Capacidade)**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

## Quadro 2.2.1 – Gargalos em Transportes – RF2

Trechos com volumes acima da capacidade		
Rodoviário	Regional	BR-386 (Trecho São José do Herval – Progresso)
Rodoviário	Regional	BR-386 (Trecho Forquetinha – Lajeado)
Rodoviário	Regional	BR-386 (Trecho Bom Retiro do Sul – Teutônia)
Rodoviário	Regional	BR-386 (Trecho Teutônia – Paverama)
Rodoviário	Regional	RS-400 (Trecho Vila União – Sobradinho)
Rodoviário	Regional	RS-287 (Trecho Sobradinho – Novo Cabrais)
Rodoviário	Regional	RS-287 (Trecho Monte Alverne – Sinimbu)
Rodoviário	Regional	RS-287 (Trecho Sinimbu – Santa Cruz do Sul)
Rodoviário	Regional	RS-481 (Trecho Salto do Jacuí – Vila Progresso)
Rodoviário	Regional	RS-481 (Trecho Vila Progresso – Arroio do Tigre)
Rodoviário	Regional	RS-481 (Trecho Arroio do Tigre – Sobradinho)
Rodoviário	Inter-regional	BR-287 (Trecho Triunfo – Tabaí)
Trechos em más condições		
Rodoviário	Regional	RS-421 (Trecho Lajeado – Forquetinha)
Ferroviário	Inter-regional	Trecho Roca Sales – General Luz (aterros)

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

termos de armazenagem, a Região tem menor destaque no Estado: apenas 3% da capacidade em armazéns convencionais para cargas ensacadas estão nela situados (85 milhões de ton) e 6% dos armazéns de grãos (1 milhão de ton).

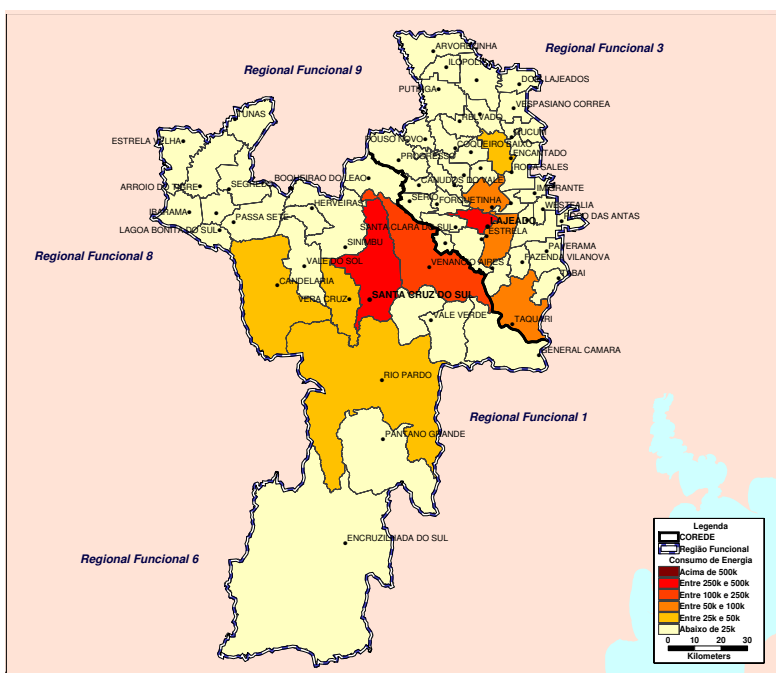
**Energia:** Do ponto de vista da geração, a integração dos mercados por linhas de transmissão não requer mais que a própria Região gere a energia requisitada. Portanto, embora ela não conte atualmente com usinas geradoras, sejam hidrelétricas ou térmicas, há vários projetos de pequenas hidrelétricas previstas (PCH), especialmente no Vale do Taquari, e as linhas de transmissão existentes e projetadas, se efetivadas, poderão suprir suas demandas.

Do ponto de vista da transmissão, várias linhas de alta capacidade (500 KV no Vale do Taquari) até média e baixa capacidade (de 230 KV a 69 KV) atravessam seu território, suprimindo adequadamente o consumo crescente – cerca de 1.430MWh, em 2000, para 1.540 MWh em 2003 (2,5% a.a.), crescimento semelhante ao do PIB regional (2,7% a.a. 1990/2002). Os altos consumos concentram-se nas cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Estrela/Lajeado, como registra a **Figura 2.2.10**. Apesar desse crescimento, tanto a duração de falhas de suprimento como sua freqüência têm valores dentro dos padrões aceitáveis pela Aneel, o que reflete atendimentos adequados.

Há várias linhas de transmissão, tanto de média capacidade (230 KV), uma para o Vale do Taquari e outra para o Vale do Rio Pardo, como de baixa capacidade (69 KV), estas com epicentro em Santa Cruz do Sul, de onde saem para os municípios do entorno e para o COREDE Jacuí Centro; e também de Lajeado/Estrela, com ramificação para Roca Sales, mas não há gargalos identificados (**Figura 2.2.11**).

Do ponto de vista da rede de distribuição, 99% dos domicílios urbanos contam com atendimento na Região, embora este número caia na área rural: na média, 92% no Vale do Rio

Figura 2.2.10 – Consumo de Energia na RF2



Fonte: FEE, 2003

Pardo e 97% no Vale do Taquari. Porém, espacialmente, há municípios, tais como Sobradinho, Segredo, Passa Sete, Herveiras e Sinimbu (Vale do Rio Pardo) e Forquetinha e Putinga (Vale do Taquari), onde os atendimentos urbanos e rurais estão bem abaixo dessas médias.

Há duas grandes cooperativas de eletrificação rural no Vale do Taquari – Certel, em Teutônia, atendendo 47 municípios e 40 mil consumidores e Certaja, em Taquari, atendendo 19 municípios e 15 mil consumidores, extrapolando o âmbito regional; no Vale do Rio Pardo, há a Cosel, em Encruzilhada do Sul, atendendo dois municípios e apenas 1.200 consumidores.

O futuro tronco do gasoduto Uruguiana-Porto Alegre, de difícil viabilização, traria essa facilidade de fonte energética e suprimento industrial à porção sul da Região, especificamente ao sul do Vale do Rio Pardo, pois passaria paralelo ao eixo da BR-290, na altura de Pantano Grande, sendo uma das prioridades elencadas pela Região.

**Telecomunicações:** Em termos de telefonia, a análise se divide em fixa e móvel, embora a primeira seja mais importante pela possibilidade de uso da internet em bases mais acessíveis. A densidade de telefonia fixa apresenta-se baixa em quase toda a Região, exceção aos municípios de Santa Cruz do Sul e Estrela/Lajeado, com situação significativamente melhor, ainda que no meio rural ela seja baixa em quase toda a Região (27% dos domicílios rurais do Vale do Taquari e 8% do Vale do Rio Pardo contam com esse serviço).

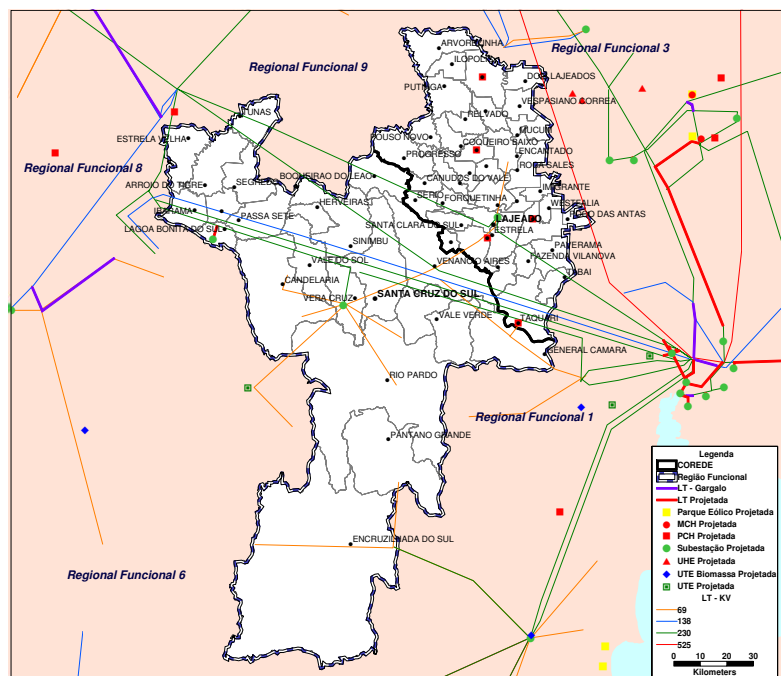
Na telefonia móvel, a área de registro da Região Funcional 2, que agrega também o Metropolitan Delta do Jacuí, Litoral e Centro-Sul, apresenta a maior densidade do Estado. Embora este atendimento melhore o nível de comunicações da Região, para efeito social e de negócios, ressalta-se que neste tipo de telefonia o acesso à internet ainda é praticamente impossível pelos altos custos, reduzindo-se as oportunidades de acesso ao conhecimento e inovações.

O acesso ao conhecimento e informações na Região também pode ser focado pela existência de linhas de transmissão de dados. Neste ponto, os centros urbanos regionais – Santa Cruz do Sul e Lajeado/Estrela – contam com *backbones* comerciais que as interligam a Porto Alegre e a outros centros, como Uruguiana, Santa Maria, Caxias do Sul e Bento Gonçalves, assim como a Rede Tchê que interliga-se às demais e também às universidades regionais situadas nesses dois centros urbanos regionais.

**Macrossaneamento:** Em termos de macrossaneamento, apenas o centro urbano de Santa Cruz do Sul e o de Lajeado/Estrela e Venâncio Aires, pelas suas dimensões, apresentam problemas de poluição ambiental pelas condições de saneamento. Quanto ao tratamento de esgotos, embora o município de Santa Cruz do Sul conte com 100% dos esgotos coletados tratados, estes representam apenas 11% dos domicílios existentes atendidos por rede de coleta pública, o que permite dizer que aproximadamente 90% dos esgotos domiciliares e industriais da cidade são jogados *in natura* nos rios.

**Potencial de Produção de Conhecimento:** A Região tem indicadores referentes a informação e conhecimento inferiores às médias gaúchas. Na participação nos grupos de pesquisa do CNPq, no número de pessoas freqüentando universidade (6,1%), com acesso a computadores (7,7%), em

Figura 2.2.11 – Linhas de Transmissão e Unidades de Geração Energética RF 2



Fonte: Ceee, 2005; AES-Sul, 2005 e RGE, 2005

atividades de informática (0,05%), formadas em áreas técnicas e comerciais (1%), a Região está em posição inferior ao restante do Estado.

No entanto, quando se considera os aspectos qualitativos, há que se destacar o papel das universidades regionais. No Vale do Rio Pardo, a Unisc, com mais de 11 mil alunos e ampla integração com o entorno, destaca-se na formação de recursos para o desenvolvimento regional, tendo cerca de 71 grupos de pesquisa financiados pelo CNPq e Fapergs. Santa Cruz do Sul destaca-se pelo número de patentes obtidas *per capita*: 0,77. Cabe salientar que a Universidade está realizando um bem-sucedido Programa de Pós-graduação voltado exatamente para a discussão de desenvolvimento regional.

Há um Pólo de Modernização Tecnológica ligado à Unisc, dedicando-se a pesquisas de produtos da bananeira, embalagens, águas de poços, cárneos e reciclagem.

No Vale do Taquari, a presença da Univates, com quase 7 mil alunos, é marcante no COREDE. Trata-se de uma universidade comunitária bastante integrada com o seu entorno, articulando vários agentes regionais e promovendo a produção e disseminação de conhecimento para a sociedade e setor produtivo. Possui unidades em Lajeado, Encantado, Taquari e Teutônia, um Banco de Dados Regional, produção de *software* livre para gestão de ensino superior e empresarial, museus e 50 projetos em diferentes linhas de pesquisa. Lidera o Pólo de Modernização Tecnológica, com pesquisas em flores, tratamentos de efluentes e cultivo de erva-mate. A Uergs também tem um campus na Região, com atuação na área de desenvolvimento rural e gestão agroindustrial.

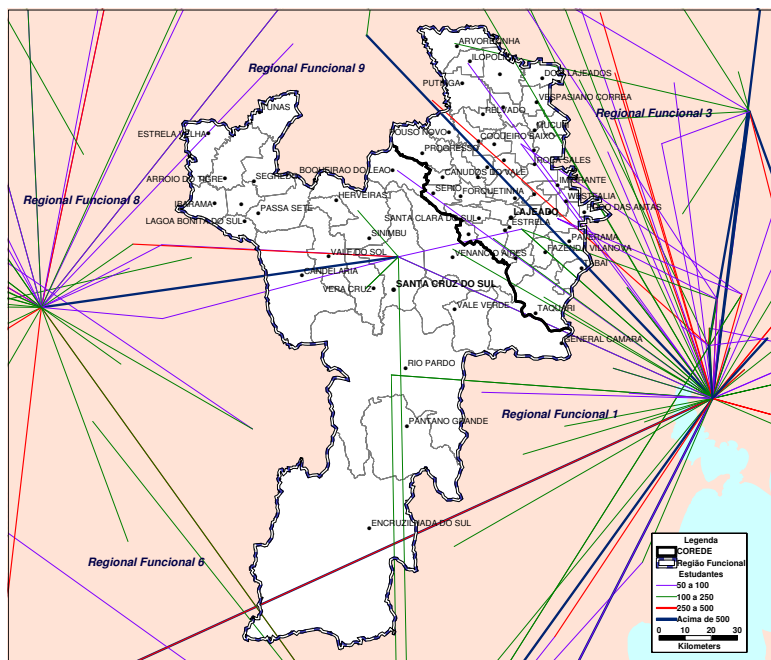
Também destaca-se o centro de pesquisa da Fepagro Fruticultura em Taquari e os vários grupos de pesquisa financiados pelo CNPq (29) e pela Fapergs (65), que atestam o alto grau de geração de conhecimento na Região.

A polarização exercida por esses centros universitários e de pesquisas extrapola os limites regionais, como registra a **Figura 2.2.12**, exercendo polarização em porções dos COREDEs adjacentes de Jacuí-Centro e Central.

**Potencial Financeiro, Empreendedor e Atrativo:** Quanto aos indicadores de finanças municipais, a grande maioria dos municípios da Região classifica-se como pobre e independente (58%), ou seja, tem menor dependência dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios. No entanto, cerca de 29% deles, sendo 43% concentrados no COREDE Vale do Taquari, classificam-se como ricos e dependentes, ou seja, dispõem de altas receitas e investimentos per capita, mas são dependentes de transferências recebidas. Os investimentos públicos per capita obtidos entre 1999 e 2003 são muito distintos entre os dois COREDEs constituintes da Região, especialmente por conta de repasses estaduais: no Vale do Rio Pardo, os investimentos per capita no período foram de R\$ 244,00, enquanto no Vale do Taquari alcançaram apenas R\$ 141,00, sendo os aportes dos municípios semelhantes, cerca de R\$ 40 milhões. No primeiro caso, os investimentos estaduais de R\$ 56,8 milhões realizados no período, bastante superiores à média gaúcha per capita, contribuíram para essa quase duplicação de taxa de investimentos.

No dinamismo empresarial e empreendedorismo, a Região apresentou indicadores baixos, seja em termos de criação de empresas ou de atendimento no Sebrae, com desem-

**Figura 2.2.12 – Polarização de Estudantes do Ensino Superior na RF 2**



Fonte: IBGE, 2000; Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

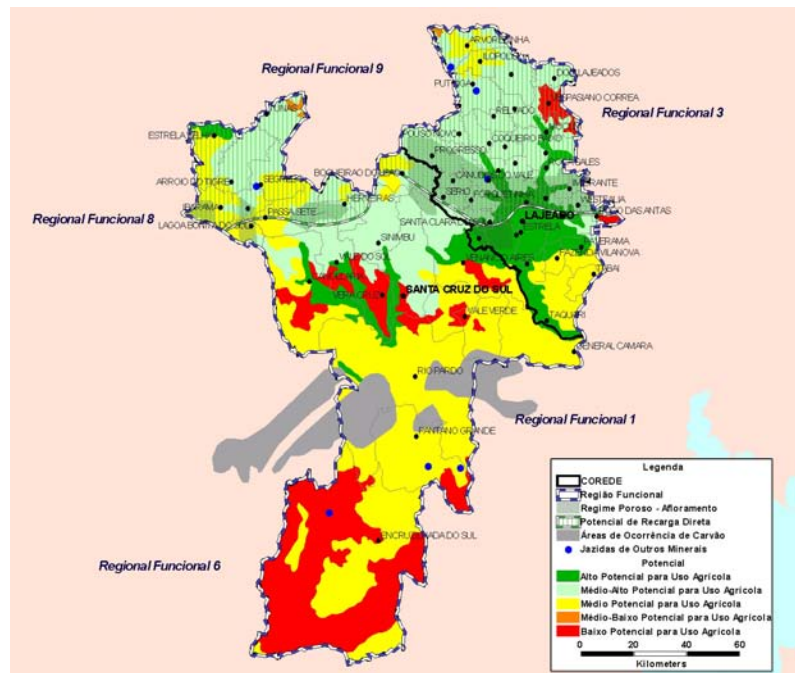
penho pior para o Vale do Rio Pardo. A atividade fumageira contribuiu para que o Vale do Rio Pardo obtivesse 28% do total dos investimentos do Fundopem entre 1995 e 2004, enquanto o Vale do Taquari recebeu apenas 2,8% do total estadual, inferior à sua participação no PIB gaúcho. É relevante apontar que as estimativas sugerem que o Vale do Rio Pardo teve o mais elevado custo da geração de um emprego adicional dentro do Estado (R\$ 66,5 mil). Mesmo na nova modalidade do Fundopem para áreas menos desenvolvidas – Integrar/RS, o Vale do Rio Pardo já tem projetos confirmados que respondem por 3% dos empregos adicionais totais previstos para o Estado.

**Potencialidades e Restrições Ambientais:** A maioria da Região está incluída no bioma Mata Atlântica, embora uma porção ao sul do Vale do Rio Pardo pertença ao Bioma Pampas. As potencialidades ambientais são bastante diversificadas, como registra a **Figura 2.2.13**: na porção norte, é de médio a alto o potencial para uso agrícola; na porção central do Vale do Taquari, o potencial é alto; na porção sul do Taquari e central do Pardo, o potencial é médio e na porção sul do Pardo, a potencialidade é baixa. Há jazidas minerais de argila e rochas ornamentais no noroeste do Vale do Taquari e no sul do Vale do Rio Pardo e neste também ocorrem jazidas de carvão na porção central.

Todo o Vale do Taquari e parcelas do norte do Rio Pardo estão sujeitas a médias-baixas restrições ambientais, em função da reserva do Bioma da Mata Atlântica a preservar, sendo que apenas 30% da área tem florestas nativas. As restrições são de médias a altas nas fronteiras do Vale do Taquari com os COREDES Serra e Vale do Caí (**Figura 2.2.14**), em função da necessidade de proteção de encostas e matas. Problemas de poluição causados pela indústria fumageira (Vale do Rio Pardo), calçadista e extrativa mineral (Taquari) ocorrem em porções distintas.

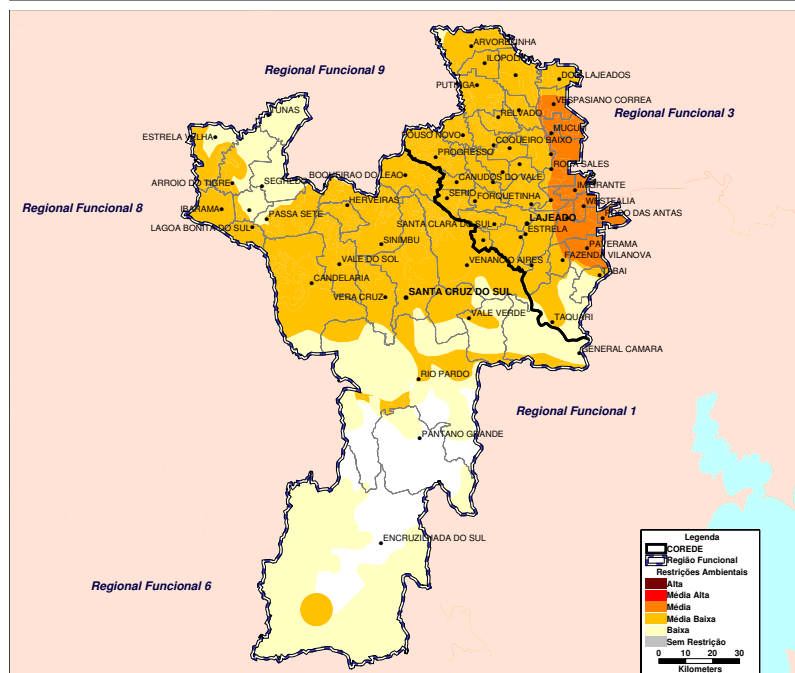
**Condições de Governança Regional:** A baixa coincidência de regionalizações setoriais nesse território causa dificuldades de governança acen-

**Figura 2.2.13 – Potencialidades Ambientais na RF2**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Figura 2.2.14 – Restrições Ambientais na RF2**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

tuadas: no Vale do Rio Pardo, seus 22 municípios pertencem a 54 regionais setoriais do governo estadual, tendo que articular, no mínimo, 104 participantes para planejar e agir em seu espaço. No Vale do Taquari, os 37 municípios que o constituem pertencem a 35 regionais setoriais do governo estadual, tendo que articular, no mínimo, 115 participantes para planejar e agir em seu espaço, índice entre os maiores do Estado.

O desenvolvimento regional para o crescimento socioeconômico e a superação de desigualdades exige que ações sejam empreendidas simultânea e concomitantemente no espaço, para que as sinergias entre elas possam ocorrer, causando um “salto” na qualidade dos serviços e bens oferecidos. Por essa razão, a uniformidade nos territórios de planejamentos setoriais é desejável, de modo que possam ocorrer ações concentradas e inter-relacionadas. Assim, um esforço do Estado para uniformizar essas regionalizações será desejável.

No entanto, esta situação de diversidade de estruturas setoriais de planejamento do Estado pode se ampliar, pois há três Casas de Governo previstas para a Região, todas sem âmbito regional: no Vale do Rio Pardo, em Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Encruzilhada do Sul; enquanto no Vale do Taquari está prevista a criação de uma Casa de Governo em Lajeado, também sem âmbito regional.

Se as Casas de Governo objetivam apenas constituir-se em *locus* administrativo, de liberação de procedimentos e papéis de diversas secretarias, concentrando o atendimento público aos cidadãos, essa diversidade não complicará a governança regional. Porém, se as mesmas, além desse papel administrativo, pretendem também se constituir em *locus* de planejamento integrado intersetorial nos territórios, o que parece ser o caso das Casas de âmbito regional, elas deverão ser melhor pensadas em termos de localização, funções, participantes, papéis desempenhados, pois poderão tornar-se o interlocutor governamental para os diversos atores da sociedade civil, fortemente presentes em todo o Estado gaúcho.

Soma-se a essa diversidade espacial de regionalizações setoriais, a falta de papéis e responsabilidades claras entre várias secretarias, especialmente entre aquelas recém-criadas e outras de atuação muito recente, como a de Meio Ambiente, Agricultura, Ciência e Tecnologia. Assim, duas ou mais dessas Secretarias poderão ter ações ou projetos semelhantes ou ser responsável apenas por parcelas de um projeto mais amplo, sem que haja coordenação, sintonia e interlocução entre elas, o que causa desconexão espacial na ação.

Por outro lado, o bom nível de empreendedorismo e associativismo regional, ao mesmo tempo que desencadeia várias iniciativas em diversos setores, carrega, no bojo dessas iniciativas, a falta de coordenação, liderança ou comando delas por um ator principal, perdendo-se os participantes em falta de objetividade, esforços coincidentes e fragmentados ou falta de interlocução que leve às ações desejáveis.

Assim, vários atores e participantes são importantes no desenvolvimento dessa Região: as associações de municípios – Amcserra e Amvat; as associação de vereadores – Avat, Avevarp e Câmaras do Centro-Serra; as universidades – Unisc e Univates; as associações de comércio e serviços em Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Pantano Grande, Candelária, Lajeado, Estrela, Teutônia e Pouso Novo; os sindicatos de trabalhadores nessas cidades; os sindicatos setoriais – do fumo, vestuário, alimentos; as ONGs – Arco Íris, Sobradinho; cooperativas; comitês de bacias e duas agências de desenvolvimento do Pólo RS – Século XXI e Rio Pardo.

Mas há necessidade de que, na definição de ações conjuntas, um desses atores pilote os demais nas iniciativas e passos a desencadear para atingir os objetivos almejados, sob risco de se duplicar ações e se perder eficiência, em termos de tempo, recursos humanos e financeiros, na trajetória de alcance desses objetivos.

Finalmente, outro fator concorrente à governança regional refere-se ao grau de êxito dos COREDEs em suas tarefas de articular essas estruturas setoriais governamentais, assim como os agentes presentes. O desempenho do COREDE Vale do Rio Pardo alcançou patamar médio superior, especialmente pela existência da Unisc, que conduz seu planejamento e ação; o COREDE do Vale do Taquari foi considerado com desempenho médio inferior, em que pese a existência do Centro Universitário Univates, que contribui para o processo de planejamento regional. Os COREDEs, por decreto estadual, têm uma atuação reconhecida no planejamento regional, porém, dificultada, tanto pela diversidade de agentes intervenientes, como pelo único papel solicitado a eles, de elaboração dos orçamentos anuais, o que encaminha seus esforços apenas para a seleção e alocação desses recursos, escassos, e não para um planejamento estratégico na busca de soluções e recursos fora da esfera estadual.

## Futuro Tendencial da Região Funcional 2

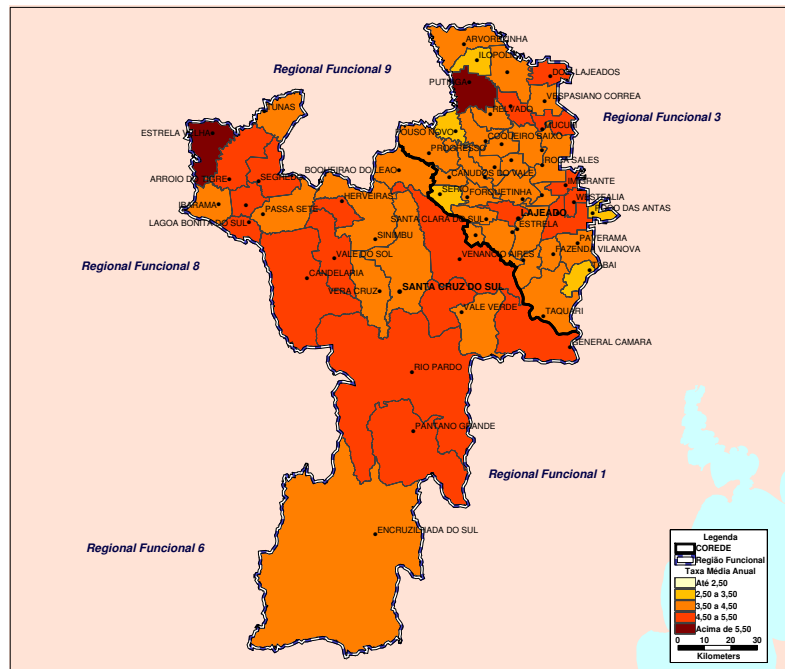
A persistirem as tendências socioeconômicas e demográficas recentes, as perspectivas para o futuro da Região apontam para uma leve queda na participação da região no PIB estadual e, embora o PIB per capita permaneça bem acima da média estadual, que tende a decrescer, ampliam-se as desigualdades na renda e assiste-se a um crescimento acelerado da urbanização, como registram as análises na seqüência. Os riscos associados a esse cenário, além da dependência do fumo, estão registrados na **Figura 2.2.15**.

### Desempenho Econômico:

As estimativas de desenvolvimento para a Região apontam para taxas anuais de crescimento do PIB sempre pouco menores que as médias estaduais: 4% entre 2004/2007 (contra 4,3% do Estado); 3,5% entre 2008/2011 (contra 3,9%) e 3,6% entre 2012 e 2015 (contra 3,8% estadual).

O PIB regional aponta uma tendência de pequena queda em sua participação no PIB estadual: de 8,9%, em 2003, para 8,6%, em 2015. Com esse desempenho, o PIB per capita mantém-se, no entanto, em ascensão e superior à média estadual, superando-a em 26%, em função do declínio da população. Os principais aspectos da evolução tendencial estão na **Figura 2.2.16**.

**Figura 2.2.15 – PIB Municipal per capita, 2003-2015 – RF 2 (Taxa Média de Crescimento Anual)**



Fonte: Cenário Tendencial – Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Figura 2.2.16 – Distribuição Espacial da Evolução do PIB per capita Regional**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Nesse desempenho futuro, estão computados investimentos produtivos de cerca de R\$ 43 milhões já confirmados para a Região (10% do previsto para o Estado), objetos de incentivos e financiamentos, como registra a **Tabela 2.2.2.**, sendo que as maiores inversões ocorrem nos segmentos de alimentos e bebidas e eletroeletrônicos, dois dos que apresentam vantagens competitivas na Região.

**Tabela 2.2.2 – Investimentos Produtivos Confirmados – RF2 (Em R\$)**

Segmentos produtivos	Vale do Rio Pardo	Vale do Taquari	Total
Agropecuária e serviços correlatos	197.231		197.231
Comércio atacado e intermediários		250.000	250.000
Eletricidade, água quente e gás	15.198.800		15.198.800
Máquinas e aparelhos elétricos	6.625.437		6.625.437
Material eletrônico e de comunicações		4.563.998	4.563.998
Produtos alimentícios e bebidas	15.428.147	440.172	15.868.319
Produtos de madeira	111.973		111.973
Silvicultura e serviços relacionados	449.947	8.000	457.947
<b>Total</b>	<b>38.011.535</b>	<b>5.262.170</b>	<b>43.273.705</b>

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Os multiplicadores internos na Região indicam que para cada unidade de recursos nela investidos, ocorrem vazamentos para todas as demais regiões do Estado. Os segmentos onde os efeitos são mais internalizados, ou seja, onde os investimentos mais permanecem internamente à Região, são os de serraria e artigos de madeira e mobiliário, papel e gráfica, calçados e couros, preparação de carnes, serviços industriais de utilidade pública e no comércio.

**Setores Promissores:** No Cenário Tendencial, a Região apresentou vantagem competitiva e especialização nos setores industriais de fabricação de material eletroeletrônico (com investimentos previstos), material de transporte, química, papel e gráfica, no Vale do Rio Pardo: e nos segmentos de serraria e fabricação de artigos de madeira e mobiliário (com investimentos previstos) e fabricação e refino de óleos vegetais e gorduras para alimentação no Vale do Taquari.

Embora a Região apresente especialização nos 16 setores analisados, refletindo a diversificação industrial prevalente, em muitos deles os crescimentos são menores que as médias estaduais, o que atesta a menor competitividade. São os casos, por exemplo, de metalúrgicas, máquinas e tratores, calçados e couros, abate e preparação de carnes, beneficiamento de produtos de origem vegetal, inclusive fumo, leite e laticínios e demais indústrias alimentares (com investimentos previstos).

O relativo bom desempenho do complexo do fumo garantiu que a Região seguisse dinâmica. Ela apresenta alta competitividade nesse setor e sua evolução tem sido expressiva (18% a.a. de 1998 a 2003). Observa-se concentração espacial nesta Região, tratando-se de setor que não se relaciona com outras cadeias e que responde por 57% do valor da produção do Vale do Rio Pardo (primeiro produto) e 24% do Vale do Taquari (segundo produto). Há o risco de que esta especialização torne a região muito sensível a choques que possam atingir o setor fumageiro.

Os serviços também aparecem com vantagens competitivas, especialmente no Vale do Rio Pardo, onde deve ser fortalecido o papel de pólo regional de Santa Cruz do Sul. Na agropecuária, nos demais produtos dominantes – milho, mandioca, arroz e soja – apresenta desvantagem competitiva. Cresce menos que a média estadual e brasileira, sendo, portanto, menos competitiva e eficiente, dependendo fortemente da flutuação positiva dos mercados nacionais e internacionais

Alguns produtos como ervilha e algumas frutas – marmelo, melão, figo, tomate, uva, caqui e goiaba – vêm apresentando expressivo crescimento da produção e, embora tenham pouca significância na economia e sejam pouco disseminadas nos municípios, poderão ser incentivados como forma de fortalecimento da agricultura familiar das pequenas propriedades, em crise. Também o amendoim, mais distribuído na Região, e igualmente apresentando crescimento expressivo, poderá ser incentivado.

Na pecuária, os efetivos de bovinos e bubalinos representam, respectivamente, 7% e 18%



do Estado. A Região tem vantagens competitivas na produção de leite e derivados, embora decrescente. A produção de aves (26% do Estado) e suínos (21%) vem apresentando crescimento, ainda que não tenha vantagens competitivas frente a regiões próximas mais eficientes.

A **Tabela 2.2.3** mostra a participação estimada da Região no VAB de 2003 e 2015 nos 25 setores analisados no Cenário Tendencial. Na Região, o setor de Produtos de Origem Vegetal (o mais relevante em 2003) permanece em destaque em 2015, mesmo com sua participação no VAB da Região e do setor no Estado tendo caído. A Agropecuária ganha participação no Estado, por estar crescendo na RF mais do que a média do Estado (3,3% contra 2,5%, respectivamente), o mesmo acontecendo com o setor químico. O setor de Abate e Preparação de Carnes (um dos mais relevantes da RF) tem ligeiramente reduzida sua participação no VAB Setorial estadual, crescendo 1,8% a.a. Os setores de Material de Transporte e Móveis apresentam alto crescimento (superior a 12% a.a.).

**Tabela 2.2.3 – VAB Setorial em 2003 e 2015 – RF 2 (R\$ milhões de 2003)**

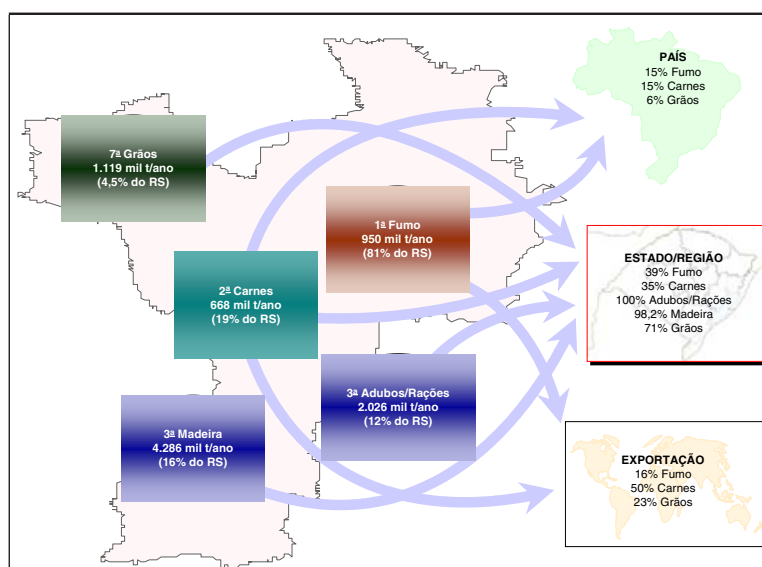
Setores	2003		2015	
	% do Total da RF	% do RS	% do Total da RF	% do RS
Agropecuária	16.6%	10.2%	15.9%	11.2%
Indústria Metalúrgica	2.2%	7.0%	2.0%	5.8%
Máquinas e Equipamentos/Tratores	0.9%	3.7%	0.7%	2.3%
Material Elétrico	0.2%	2.8%	0.2%	2.3%
Material de Transportes	0.3%	2.9%	0.8%	7.3%
Serrarias, Madeira e Móveis	1.0%	9.0%	2.6%	20.9%
Papel e Gráfica	0.9%	6.9%	1.0%	7.1%
Química	2.9%	3.6%	3.1%	3.9%
Calçados e Couros	3.8%	9.6%	3.9%	8.8%
Produtos de Origem Vegetal	23.8%	80.3%	16.3%	71.0%
Abate e Preparação de Carnes	5.7%	24.1%	4.6%	22.9%
Leite e Laticínios	2.1%	33.3%	1.7%	31.7%
Óleos Vegetais	0.4%	3.1%	0.6%	5.1%
Demais Ind. Alimentares	1.5%	10.2%	1.3%	9.5%
Demais Indústrias	3.3%	7.8%	4.2%	7.1%
Serviços Utilidade Pública	1.2%	5.9%	1.8%	6.9%
Construção Civil	4.4%	8.5%	4.7%	9.1%
Comércio	4.4%	4.2%	5.9%	4.7%
Transporte	1.5%	7.5%	1.9%	7.3%
Comunicações	1.1%	4.1%	1.6%	5.4%
Instituições Financeiras	4.9%	7.5%	5.5%	7.7%
Serviços Prestados às Famílias	5.0%	6.3%	6.0%	5.8%
Aluguel de Imóveis	3.1%	3.2%	3.3%	4.2%
Administração Pública	7.7%	5.7%	9.5%	7.3%
Serviços Privados Não Mercantis	1.0%	7.5%	0.9%	7.6%
Total	100.0%	8.9%	100.0%	8.6%

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

### Estimativas de Produção e Fluxos de Produtos de Grandes Volumes:

Para alguns produtos de grandes volumes, foram estimadas produções em 2015, objetivando prever as demandas para transportes nesse ano-horizonte, segundo as análises do Componente 2 (Logística de Transportes): grãos, madeira, papel e celulose, transportes, óleos e rações, siderúrgicos e fertilizantes, adubos, fumo, combustíveis e carnes. Assim, a Região persistirá com papel importante na produção agrícola e agroindustrial do Estado, com maiores movimentações internas, estaduais e de exportação, visualizadas na **Figura 2.2.17**. As estimativas dos produtos encontram-se nas **Figuras 2.2.18 a 2.2.22**.

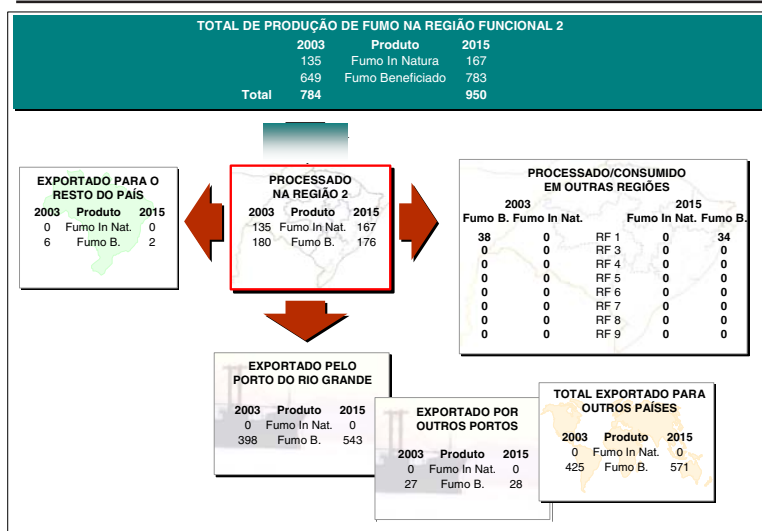
**Figura 2.2.17 – Posição das Principais Produções e Movimentações da RF 2 Produto de Grande Volume – Componente 2**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Figura 2.2.18 – Estimativa Produção e Movimentação Fumo RF 2 (1.000 t)**

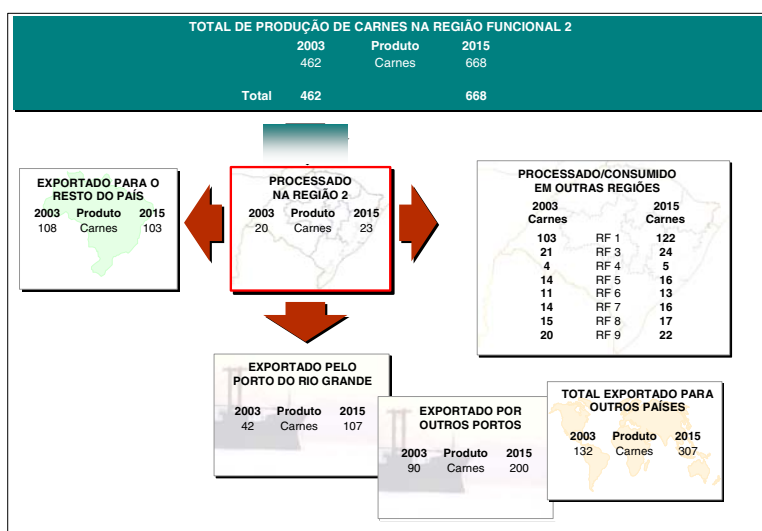
No Fumo, a Região tende a permanecer como primeira produtora estadual, tanto *in natura* (167 mil t/ano) como em beneficiado (783 mil t/ano). Todo o fumo *in natura* é beneficiado na Região, que também exporta mais de 70% de seu fumo beneficiado para outros países, sendo a maior parte pelo Porto do Rio Grande. Recebe ainda 217 t/ano de fumo *in natura* de outras Regiões, especialmente da 1, 5, 8 e 9, que são processadas em suas indústrias (Figura 2.2.18).



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Figura 2.2.19 – Estimativa Produção e Movimentação Carnes RF 2 (1.000 t)**

Na produção de Carnes (aves e suínos especialmente), estará posicionada como segunda região produtora estadual, com cerca de 670 mil t/ano. Pouco mais de 3% são processados/consumidos internamente, enquanto 16% são exportados pelo Porto de Rio Grande, 30% por outros portos, 15% para o país e os restantes 36% são exportados para outras regiões (para consumo ou processamento), especialmente a 1 (Figura 2.2.19).



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Figura 2.2.20 – Estimativa Produção e Movimentação de Fertilizantes, Adubos e Rações RF 2 (1.000 t)**

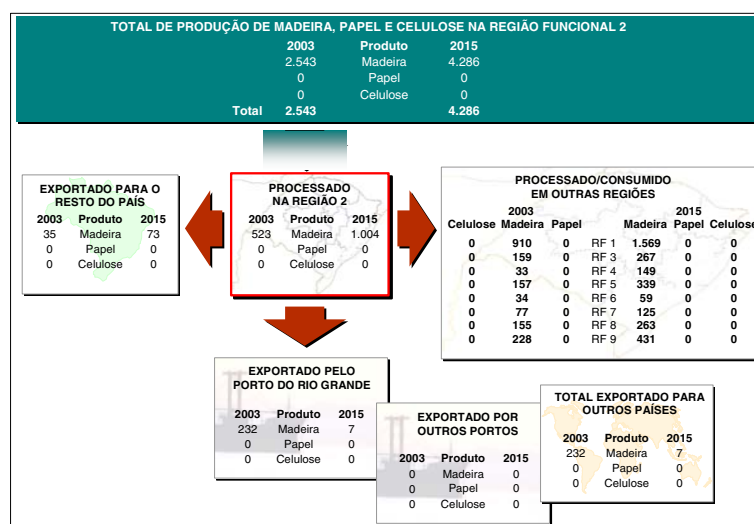
Confirmando sua produção de Carnes, também nas Rações estima-se que persistirá como a terceira Região produtora do Estado, com cerca de 2 milhões de t/ano, sendo cerca de 32% consumidos na Região e o restante exportado, especialmente para a RF a 3 e 9 (Figura 2.2.20).



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Figura 2.2.21 – Estimativa de Produção e Movimentação de Madeira, Papel e Celulose RF 2 (1.000 t)**

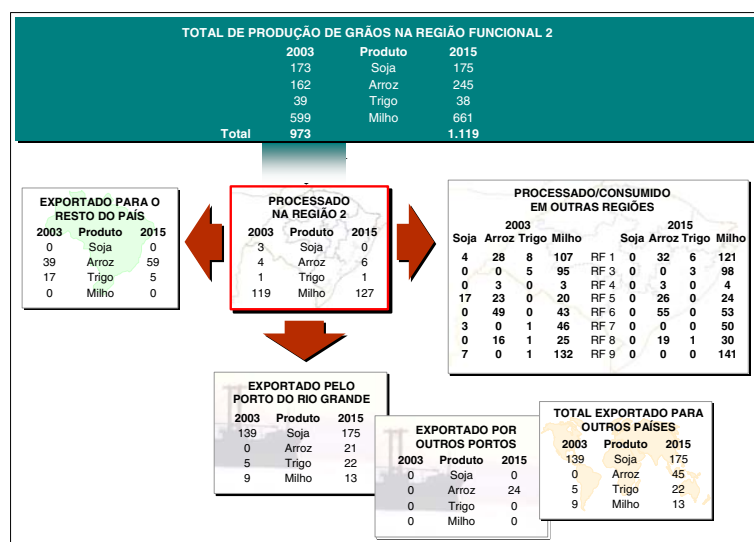
A Região ocupará a terceira posição entre os produtores de Madeira, Papel e Celulose do Estado – 4,3 milhões de toneladas/ano em 2015 – processando apenas cerca de 23% desse total localmente, embora receba cerca de 2 milhões de t/ano de outras Regiões (especialmente 1 e 3) e exporte principalmente para a 1 (37%), conforme apresentado na **Figura 2.2.21**.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Figura 2.2.22 – Estimativa de Produção e Movimentação de Grãos RF 2 (1.000 t)**

Nos Grãos, deve posicionar-se no sétimo lugar entre as nove Regiões de planejamento produtoras, com um total de 1,1 milhão de toneladas (**Figura 2.2.22**), sendo preponderante o milho (60%), no apoio à cadeia de aves e suínos. Embora tenda a produzir 661 milhões de toneladas em milho em 2015, processará apenas cerca de 20%. Será importadora de grãos de outras Regiões em 910 mil t/ano, especialmente milho, da 7 e 9.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Qualidade Social do Crescimento:** O Cenário Tendencial prevê aumento do pessoal ocupado em relação ao total populacional da Região: de 55%, em 2003, para 67%, em 2015, com maior absorção no setor agropecuário (43%), seguido do terciário (40%). As estimativas apontam um ligeiro agravamento da situação de concentração da renda, com aumento das desigualdades no mercado de trabalho, em função do desempenho setorial diferenciado. As mudanças estruturais favorecem setores com renda média por trabalhador superior à renda média da economia, ampliando o grau de assimetria da distribuição dos rendimentos. O crescimento da economia regional pouco favorece a redução da pobreza, pois dos 43% da população nessa situação em 2003, estarão em 2015, em torno de 42%, sendo maior no Vale do Rio Pardo (46%) do que no Vale do Taquari (39%).

**Evolução Demográfica:** As estimativas populacionais apontam para taxas anuais inferiores à média estadual entre 2000 e 2015 – 0,96%, contra 1,01% da estadual, diminuindo ligeiramente a participação da população no Estado, de 6,84% em 2000 para 6,79% em 2015. A população estará em torno de 805 mil habitantes, sendo 626 mil urbanas (78%) e apenas 179 mil rurais (22%). Assim, nesse crescimento, destaca-se preponderantemente a população urbana, com taxas de 2,36% a.a., enquanto a rural deverá decrescer aos mesmos 2,36% a.a.

## Elementos para a Construção da Visão Estratégica da Região Funcional 2

A Região vem sendo progressivamente beneficiada pelo processo de descentralização concentrada que ocorre na metrópole gaúcha de Porto Alegre, em função de eixos intermodais de transportes importantes que a interconectam a ela: o eixo rodo-hidro-ferroviário formado pelo Rio Taquari, BR-386 (Rodovia da Produção) e traçados ferroviários, com destinos no norte do Estado e na região Sudeste do país, e o eixo rodo-hidro-ferroviário formado pelo Rio Jacuí, RS-287 e BR-290 e a ferrovia, rumo a Uruguaiana, o que determina uma boa acessibilidade aos mercados regionais, estaduais, nacionais e externos.

Certamente, por sua localização próxima à Região Metropolitana tem se aproveitado do processo de descentralização concentrada dessa região, condicionando positivamente sua ampliação e diversificação industrial, conformando um eixo urbano-industrial, que se estende de Lajeado/Estrela a Santa Cruz do Sul. Esse processo metropolitano está criando novas concentrações industriais tanto nessa como em outras regiões próximas, ampliando a concorrência aos mesmos mercados.

Aliado a esse processo de absorção das deseconomias da metrópole, sua posição em relação aos COREDEs adjacentes e menos desenvolvidos do Alto da Serra do Botucaraí, ao norte, e Jacuí Centro e Central, a oeste, tende a ampliar sua polarização sobre esses territórios, no que diz respeito a empregos e serviços diversos.

Entraves a esse papel polarizador constituem-se nos vários pontos em que não há conexões entre a região e as vizinhas, destacando-se:

- ♦ Ao norte, a falta de ligação entre o município extremo de Arvorezinha (Vale do Taquari) e as rotas rumo a noroeste (Soledade) ou a Passo Fundo, que estancam as relações com a Região 9.
- ♦ O mesmo ocorre com Estrela Velha (norte do Vale do Rio Pardo) e municípios adjacentes, que não se interconectam com o Alto Jacuí e Produção.
- ♦ Também na porção sudoeste, as conexões viárias com Cachoeira do Sul são indiretas, não favorecendo a integração.
- ♦ Toda a porção ao sul não se conecta diretamente com o COREDE Sul, exigindo sempre o contorno pela Região Metropolitana.

As potencialidades regionais estão ligadas aos seus setores produtivos promissores, todos apresentando taxas positivas de crescimento, assim como à sua capacidade de atrair da metrópole investimentos nesses e em outros setores e ampliar a produtividade regional, assim como a uma boa acessibilidade regional multimodal. A boa capacitação de produção de conhecimento, propiciada pelas universidades regionais e centros e pólos de pesquisa, pode ser fator relevante para contribuir para essa maior produtividade, por meio de inovações adequadas às condições regionais.

**Potencialidades, Restrições, Oportunidades e Ameaças:** Para a identificação mais específica das potencialidades, restrições, oportunidades e ameaças à Região, utilizou-se do instrumento da Matriz SWOT, que pode ser visualizada no **Quadro 2.2.2**.

Quadro 2.2.2 – Matriz Swot – RF-2

		OPORTUNIDADES (Externas)		POTENCIALIDADES (Internas)		RESTRIÇÕES (Internas)	
AMEÇAS (Externas)	Proximidade da metrópole – atração industrial						
	Condições da metrópole – mercados						
	Competitividade em Materiais de Transportes						
	Papel/Gráfica intermediário						
	Serra/Mobilidade Intermediário						
	Competitividade em Ocio/Ordura Alimentação						
	2º produtor de cursos/categorias intermediário						
	Competitividade no processamento de leite						
	2º criador aves/suínos intermediário						
	Diversificação Industrial						
	Potencial para extração/raptação de pedras semipreciosas						
	Alta eficiência no fugo e mandoca						
	Pequena diversificação agrícola com amendoim/cervada e hortifrut (melão, mamão, ervilha)						
	Potencial para cerâmica						
	Faixa reativa no turismo (7º do Estado em população ocupada) mas com maior taxa de crescimento						
Maior contingente de pequenas propriedades do RS (94%) Grande contingente de população ocupada na indústria do RS (1% a.a.)							
Contingente agrícola em declínio e predominante na região (38%)							
Potencial de criação de empregos							
2ª maior taxa de urbanização do RS							
78% da população urbana em 12 centros urbanos							
Atividade populacional							
Diminuição na pobreza							
Situação de saúde média do Estado							
Potencial para a multimodalidade (frio – rodovias)							
Interação nas principais rotas de transportes do Estado							
Boa base universitária (UNIVALDES, UNISC, UFRGS) (18 mil alunos – 120 grupos de pesquisa) 2 pólos de moderniz. tecnológica (florez, carne, erva-mate, embalagem, efluentes, peço) e FEPAQHD-industrial							
Existência de transmissão de dados de alta capacidade							
Baixa dependência de transferências governamentais							
Alta fuga do FUNDOPEM (FP)							
Alto empreendedorismo (TE)							
2 agências de desenvolvimento							
Valores altos regionais mobilizados							
Mantendo da 4ª posição no RS na projeção do PIB							
Competitividade declinante no fumo – cultura dominante na Região							
Tendência a Concentração de renda							
Fendas médias regionais equivalentes a 8% da estadual (5º do Estado)							
Baixa eficiência no arroz, soja e uva							
Menor atendimento em esportos do Estado							
Baixa taxa de atendimento no ensino médio e superior							
3º crescimento da informalidade no Estado							
Baixo atendimento por telefonia rural							
Gargalos em transportes							
Ineficiência de transportes							
Falta de integração com o Alto Jacuí, (Cruz Alta), Sul, (Rio Grande) e Alto da Serra do Bonfante (Saldade)							
Falta de integração intermunicipal ao Norte							
Falta de rotas diretas com Rio Grande (5 a 7 horas)							
Áreas rurais com baixo atendimento energético							
Problemas de macroordenamento em Santa Cruz do Sul							
Dificuldades de governança							
Periférica do Vale do Rio Pardo aos Programas Federais – Medade Sul – Grande Fronteira do Mercosul							
Crescimento dos Mercados nacionais Exterimos							
Deseconomias da metrópole para indústrias							
Rede Sudeste – Argentina							
Rota Norte – Porto Alegre/Rio Grande							
Crescimento da economia brasileira							
Continuação da integração econômica mundial							
PPP							
Demanda por biodiversidade							
MCL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo							
Exploração de novas fontes de energia (Gás)							
Expansão das culturas empresariais							
Fragmentação do território do Vale do Rio Pardo por 2 programas (Medade sul e Fronteira Mercosul							
Restrições ao cultivo (processamento de fumo)							
Concorrência de outras regiões							
Perda de atratividade pela deterioração das condições urbanas							
Falta de recursos para investimentos							
Altos custos energéticos prejudicando competitividade / atratividade industrial							
Falta de políticas de apoio à pequenos produtores							
Expansão das culturas empresariais							
Falta de investimentos em P&D							
Falta de recursos para universidades e centros de treinamento							
Marco regulatório hidroportuário não consolidado							

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Elementos Estratégicos da Região Funcional 2:** A análise da Matriz SWOT permitiu identificar as principais implicações, explanadas na seqüência, que deverão ser foco do planejamento regional:

A) Elevado potencial de benefícios advindos da descentralização concentrada industrial e do suprimento da Região Metropolitana de Porto Alegre.

B) Riscos e perda de competitividade em setores dominantes e surgimento de novos setores promissores.

C) Perda de competitividade do pequeno produtor rural.

D) Deficiências de integração e heterogeneidades internas.

#### **A) Elevado Potencial de Benefícios Advindos da Descentralização Concentrada Industrial e do Suprimento da Região Metropolitana de Porto Alegre**

A maior potencialidade regional está associada à sua localização estratégica, perto e acessível à Região Metropolitana, de onde vem recebendo os benefícios, seja do “processo de desconcentração concentrada” pela qual ela vem passando – o que se expressa pela ampliação da sua base industrial, seja da proximidade dos mercados de maior poder econômico da metrópole, que requisitam suas produções industriais ou agropecuárias, podendo se constituir em região supridora de hortifrutigranjeiros e silvicultura, papel que incentivaria os pequenos produtores rurais predominantes na Região. O crescimento de mercados nacionais e internacionais e a continuidade da integração econômica mundial, assim como a boa acessibilidade regional proporcionada pela Rota Principal Norte do Rio Grande do Sul–Porto Alegre–Rio Grande tendem a acentuar esta potencialidade. A ameaça a este papel absorvedor reside nas demais regiões lindeiras à metrópole, que também podem ter esses atrativos.

A esse posicionamento estratégico alia-se a existência de infra-estruturas de transportes que, embora deficientes, interligam-se aos principais centros de atração e difusão de cargas; disponibilidade energética e bons níveis de serviço e disponibilidades de telefonia fixa e móvel, além de linhas de transmissão de dados de alta capacidade, que a tornam atrativa para investimentos produtivos.

Na produção agrícola, produtos hortifrutigranjeiros, de maior valor agregado, destinados ao abastecimento da metrópole e mesmo a exportações, têm emergido, especialmente a ervilha, tomate, cebola, batata-doce e mandioca – com produtividades altas – e também frutas, como marmelo, melão, figo, caqui, goiaba, estas com produtividades em queda, que estão exigindo pesquisas locais, já que plantios não extensivos exigem maior uso de tecnologia não disponível. Também na silvicultura a Região é a principal fornecedora da metrópole – 36% de sua produção tem esse destino – podendo ampliar este fornecimento tanto em madeira em toras para a indústria moveleira (com a melhoria de qualidade nas serrarias), como em carvão e lenha.

Este papel de fornecedor da metrópole e exportador de produtos agrícolas de maior valor agregado vai exigir, progressivamente, requisitos de infra-estruturas de transportes mais eficientes, assim como investimentos em pesquisas, mas será benéfico na manutenção da base dominante de pequenos agricultores regionais.

Entretanto, a atratividade locacional e de recursos físicos, de infra-estruturas e capacitações, encontra-se também em outras regiões do Estado, próximas à metrópole, tais com as Regiões 1 e 3. Nelas também há segmentos produtivos dominantes ou emergentes semelhantes aos desta Região, demandando um conjunto de fatores – recursos, empreendedorismo, capacitações – para sua consolidação e competitividade.

Os gargalos de transportes já identificados – na Hidrovia do Taquari, na ferrovia de Roca Sales a General Luz, na RMPA, quatro trechos rodoviários no eixo da BR-386 e outros quatro na RS-287 – tendem a se ampliar, conforme as relações da Região com a metrópole evoluam.

#### **B) Perda de Competitividade em Setores Dominantes e Surgimento de Novos Setores Promissores**

Os ramos tradicionais regionais, tais como o fumo (maior produtor estadual, mas com produtividades decrescentes), couro e calçados, serrarias e mobiliário, cadeia de aves e suínos e máquinas e implementos agrícolas, embora apresentando altas taxas de crescimento da produção, têm a tendência de, no cenário 2015, apresentarem taxas de crescimento menores que as médias estaduais, refletindo menor competitividade. No caso particular do fumo, o risco decorre das pressões pela suspensão desse tipo de cultura pelos apelos nacionais e mundiais

antitabagistas, que representarão dificuldades a médio prazo, enquanto nos demais deve-se à concorrência de outros mercados do próprio Rio Grande do Sul, mais consolidados ou em emergência (Serra, Vale do Rio dos Sinos, Produção e Norte).

Entretanto, outros segmentos estão emergindo com taxas altas de crescimento e parecem apresentar vantagens competitivas até o horizonte do estudo, 2015, tais como os materiais de transportes, cadeia de petróleo (borrachas e plásticos), eletroeletrônicos, fertilizantes e papel e gráfica, aliados a ramos mais tradicionais, que persistem com altas taxas de crescimento, como os óleos alimentícios e o leite e derivados. Tais segmentos beneficiam-se da descentralização da metrópole e da expansão e integração dos mercados mundiais e nacionais. A implantação do gasoduto poderá ser uma fonte energética adicional para essas indústrias, constituindo-se em ameaças, tanto à concorrência de outras regiões como à falta de investimentos nesses ramos.

Nos segmentos de couros e calçados e no de serrarias e mobiliário, os recursos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento serão necessários, como forma de diferenciar produtos regionais e imprimir qualidade diferenciada à produção regional.

Na produção agropecuária e agroindustrial, destaca-se, além do leite e derivados onde é o primeiro colocado no Estado no processamento, o milho, em função da cadeia de aves e suínos, o trigo e mandioca, que apresentam boa eficiência no contexto estadual e brasileiro, também surgindo como oportunidades, e com produtividades e rentabilidades crescentes. Já para a soja, além de ineficiente no contexto do Rio Grande do Sul e Brasil, sua produção vem sendo lenta, embora tenha quase duplicado a produtividade na última década.

Destaca-se na agroindústria o maior percentual de processamento em relação à produção agrícola (**Tabela 2.2.4**), em produtos tais como o leite, milho, aves e suínos, processamento de madeira, soja, milho e trigo, confirmando o perfil industrial que a região vem assumindo e que tem condições de ampliar. A localização regional, nas rotas que vêm da porção norte do Estado, assim como a proximidade da metrópole, contribuem nessa inserção crescente nos processamentos agroindustriais.

A ampliação de mercados nacionais e internacionais, com aumento de exportações, deve beneficiar todos os segmentos industriais e agropecuários presentes.

As reservas de ágata e ametista (município de Progresso) poderão, com a criação de um *shopping* para comercialização dos produtos minerais e com a formação de uma cadeia (garimpeiros, lapidadores, artesãos, joalheiros), assim como de uma escola técnica e a formação de uma associação, impulsionar a atividade na Região. A exploração de basalto e argila é uma perspectiva, especialmente se o gasoduto vindo da Argentina for viabilizado.

Tanto os vários segmentos industriais em expansão como os produtos cerâmicos, que representam cerca de 10% da produção do Rio Grande do Sul e vêm alcançando também altos crescimentos na Região (6% a.a.), poderão beneficiar-se da provisão energética por gás, representada pelo gasoduto previsto de Uruguaiana a Porto Alegre, que atravessará transversalmente a Região.

Outro grande potencial regional é representado pela intermodalidade, já que há ferrovias, hidrovias e rodovias importantes. A Região poderá se ressentir da falta de marcos regulatórios hidroportuários e da falta de investimentos que eliminem gargalos e elos faltantes, especialmente nas ligações com o Porto de Rio Grande, acessado somente pela passagem obrigatória e mais extensa por Porto Alegre.

A diversificação produtiva agroindustrial e o terciário exigirão capacitações crescentes que a boa base de universidades e centros de treinamentos existentes poderá suprir. Entretanto, um risco a esse desenvolvimento de inovações situa-se nas eventuais limitações de recursos que as universidades e centros de pesquisa, dadas as limitações orçamentárias do Estado e país, tenderão a sofrer, reduzindo-se as oportunidades de pesquisas.

**Tabela 2.2.4 – Produção Agropecuária e Processamentos**

Produto	Produção Agropecuária	Processamento	Elos no RS
Fumo	50%	96%	-
Laticínios	10%	30%	-
Aves/Suínos	26% e 20%	13%	-
Madeira/Móveis	6% (2º)	18%	6% Móveis
Calçado/Couro	-	14%	9% Calçados
Milho	12%	13%	-
Petroquímico	-	6% Plásticos	11% Borracha

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

### C) Perda de Competitividade do Pequeno Produtor Agrícola

A maior ameaça à Região reside na crise associada às pequenas propriedades rurais, que se constituem em 94% das empresas agrícolas regionais, o maior percentual do Estado, concentrando-se, especialmente, no Vale do Taquari e norte do Vale do Rio Pardo. Ao mesmo tempo em que esses pequenos produtores rurais representaram, historicamente, a base do desenvolvimento agrícola, urbano, industrial, associativista e cultural do Estado, atualmente são pressionados pela expansão das culturas empresariais, caracterizadas pela mecanização, grandes extensões e capital, que restringem seus ganhos produtivos, e pelas dificuldades de acesso a novas tecnologias e financiamentos que ampliem suas produções e, em alguns casos às imposições de multinacionais.

Os financiamentos agropecuários para a Região mantiveram-se em torno de 10% do total de créditos do Estado entre 2002 e 2003, alcançando cerca de R\$ 565 mil neste último ano, sendo a sexta região do Estado, em termos de volume de recursos. No entanto, em termos de número de contratos, posiciona-se como a segunda colocada, com 109 mil (21%), o que resulta nos menores valores médios estaduais por empréstimo – R\$ 5,1 mil – sendo 63% desse valor para custeio agrícola e a maioria (82%) para o COREDE Vale do Rio Pardo, onde a dominância é de fumo (**Tabela 2.2.5**).

**Tabela 2.2.5 – Financiamentos Agropecuários na RF2**

COREDEs	Número de contratos	Participação no Estado (%)	Valor (R\$ 2003)	Valor médio dos contratos (R\$ 2003)	Participação no Estado (%)
Pardo	81.356	16	405.271	5.000,00	7,3
Taquari	28.079	5	159.765	5.700,00	2,9
<b>Total</b>	<b>109.435</b>	<b>21</b>	<b>565.036</b>	<b>5.180,00</b>	<b>10,1</b>

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Esses baixos montantes de financiamentos agrícolas apontam para sua utilização por pequenos produtores rurais, sendo um dos responsáveis pela sobrevivência desse tipo de propriedade rural, familiar, proporcionando capital de giro anual.

A criação de um novo modelo para os contingentes de pequenos proprietários, em geral envolvidos em produções familiares, nesta e em outras regiões, será o desafio do Estado, incentivando produções menos extensivas, de maior valor agregado, adaptadas tecnologicamente e voltadas para o mercado interno e exportações. A continuidade das linhas de créditos e financiamentos para os pequenos agricultores, associadas à assistência técnica que amplie a base produtiva diversificada; o desenvolvimento de tecnologias e inovações regional, inserindo fortemente as três universidades, dois Pólos de Inovação Tecnológica e centros e grupos de pesquisas; o fortalecimento da assistência técnica e das infra-estruturas que proporcionem alta acessibilidade, são requisitos para a continuidades dessa pequena produção.

### C) Deficiências de Integração e Heterogeneidades Internas

Com todo o potencial industrial em expansão e proximidade da metrópole e pontos de exportações, a Região tenderá a manter-se na quarta posição no *ranking* dos PIBs regionais gaúchos, com rendas per capita equivalentes a 80% da média gaúcha, altos níveis de pobreza e tendências à concentração de renda, o que restringe seus mercados internos quanto ao desenvolvimento dos setores importantes de comércio e serviços. Além disto, a demanda por novas tecnologias, industriais ou agropecuárias, para tornar seus segmentos, de forma progressiva, mais eficientes, principalmente nas pequenas empresas dominantes, encontra severas restrições na baixa escolaridade, especialmente no ensino médio e superior, que reduz o pessoal disponível para concepção e implantação de inovações.

A concentração de renda e a pequena redução da pobreza esperada persistirão como obstáculos à entrada de alunos nas universidades, em especial, porque são pagas. A diversificação produtiva agroindustrial e o terciário exigirão capacitações crescentes, cujos desafios repousam no acionamento da boa base de universidades e centros de treinamentos existentes.

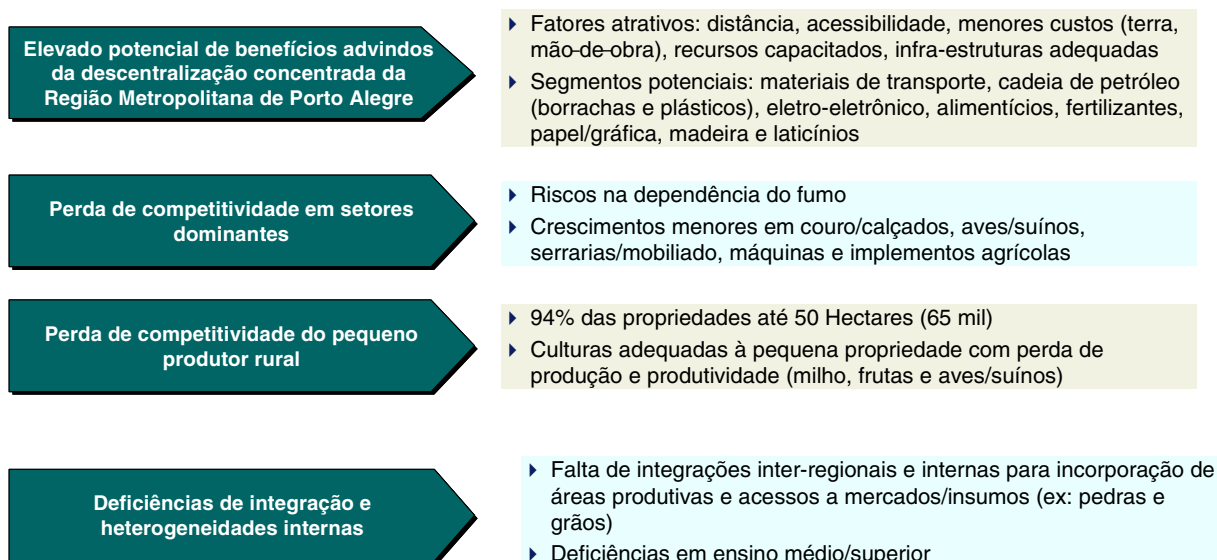
Mas a maior restrição às oportunidades regionais situa-se nas deficiências de comunicações



físicas, que podem restringir maiores trocas intermunicipais. A falta de integração com regiões adjacentes prejudica a ampliação do intercâmbio comercial e do acesso, assim como a falta de conexões intermunicipais e asfaltamento de alguns de seus acessos dificultam o escoamento de produções, especialmente se a Região perseguir uma de suas potencialidades, de fornecedora de hortifrutigranjeiros para a metrópole, boa opção para os pequenos produtores, mas que requer deslocamentos ágeis.

Essa falta de integração é grande em quatro porções: todo o território entre os eixos da RS-400/481 (Rio Pardo), a oeste, e a BR-386, a leste (Taquari), onde os vários municípios ou não têm acessos asfaltados ou não têm conexão entre si e com os do vizinho COREDE Alto da Serra do Botucaraí e Alto Jacuí. O mesmo ocorre na porção entre o eixo da BR-386 e a ferrovia a leste (Taquari), e, especialmente ao sul, onde as ligações com o Porto de Rio Grande têm que se desviar, compulsoriamente, pela RMPA. Existem outros gargalos rodoviários regionais que dificultam a integração intra-regional, na RS-481 (3 trechos), na RS-400, na RS-421, além das 24 sedes municipais sem acessos asfaltados. As principais questões decorrentes desses elementos estratégicos são visualizados na **Figura 2.2.23**.

**Figura 2.2.23 – Principais Questões dos Elementos Estratégicos da Região 2**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

## Visão Estratégica da Região Funcional 2

A visão estratégica para a Região é posicioná-la como a absorvedora da desconcentração industrial, decorrente das deseconomias de escala da região metropolitana e fornecedora de bens de consumo, promovendo as trocas entre essas regiões, de modo a descentralizar a metrópole e promover o desenvolvimento dessa área próxima, especialmente em suas potencialidades industriais e agropecuárias e de silvicultura, apoiadas em pequenos produtores, reconvertendo sua grande dependência no fumo, grande ameaça regional.

Destaca-se de um lado, o maior percentual de processamento existente em relação à produção agrícola, em produtos como o leite e derivados (4º produtor gaúcho de leite e 1º no processamento, com crescimento de 14% a.a.), milho (3º produtor e processador gaúcho, com crescimento de 22% a.a.), aves e suínos (2º produtor de aves e suínos e 4º processador gaúcho, com crescimentos acima de 5% a.a.), além do fumo (1º produtor e processador gaúcho, com crescimentos acima de 16% a.a.).

Nesses produtos, há integração entre os pequenos produtores e as indústrias, que fornecem assistência técnica e insumos, mas, também, na madeira, soja e trigo, confirmando o perfil industrial que a Região vem assumindo e que tem condições de ampliar, tanto com produções de gran-

de escala para os mercados da metrópole e externos, como com produções diferenciadas – marca regional – com base em suas características socioculturais marcantes. De outro lado, subsetores como metalúrgicos, químicos, eletroeletrônicos e de transportes vêm crescendo a altas taxas, confirmando a descentralização metropolitana. A localização regional, nas rotas provenientes da porção norte e noroeste do Estado, assim como a proximidade da metrópole contribuem nessa inserção crescente nos processamentos agropecuários e industriais.

A Região deve ser progressivamente beneficiada pelo processo de descentralização industrial que ocorre na metrópole gaúcha de Porto Alegre, em função de eixos intermodais de transportes importantes que a interconectam: o eixo rodo-hidro-ferroviário formado pelo Rio Taquari, BR-386 (Rodovia da Produção) e traçados ferroviários, com destinos no norte do Estado e na região Sudeste do país; e o eixo rodo-hidro-ferroviário formado pelo Rio Jacuí, RS-287 e BR-290 e a ferrovia, rumo a Uruguaiana, o que determina uma boa acessibilidade aos mercados regionais, estaduais, nacionais e externos.

Certamente, sua localização próxima à RMPA tem se aproveitado do processo de descentralização concentrada, condicionando positivamente sua ampliação e diversificação industrial, conformando um eixo urbano-industrial, que se estende de Lajeado/Estrela a Santa Cruz do Sul. Essa proximidade e acessibilidade metropolitana também posicionam a Região como supridora de produtos hortifrutigranjeiros (não-perecíveis) e produtos de consumo diversificados e especiais a esses mercados, embora, hoje, seja importadora do Ceasa-Porto Alegre.

Porém, tanto o processo metropolitano de desconcentração como o de suprimento, estão criando novas demandas e concentrações industriais seja nessa como em outras regiões próximas, ampliando a concorrência aos mesmos mercados. Assim, a Região manterá um diferencial na medida que consiga manter:

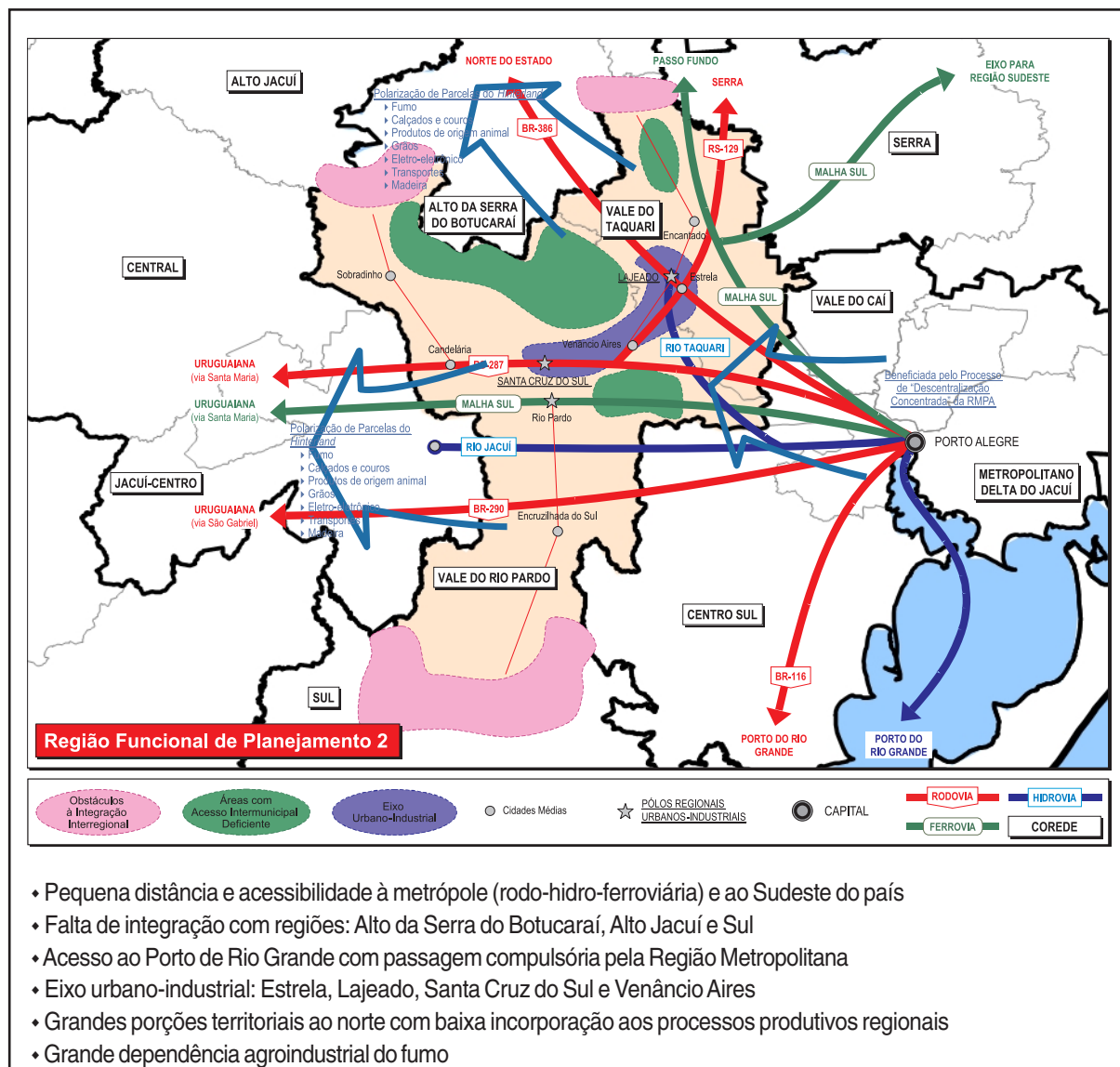
- ♦ Produção de grande escala para suprimento metropolitano, a par de produtos alimentícios industrializados e diferenciados de marca, aproveitando seu potencial étnico-cultural diversificado (alemães, italianos, portugueses, que produzem lácteos, balas, bebidas/cachaças, embutidos e conservas de aves e suínos).
- ♦ Atratividade por centros urbanos estruturados, com serviços de apoio urbano-rurais adequados e mão-de-obra qualificada.
- ♦ Boa comunicação física e virtual com as demais regiões e externas.
- ♦ Manutenção do empreendedorismo.
- ♦ Sistemas de inovações e de informações produtivas (disseminação de novas tecnologias e prospecção de mercados).

Aliado a esse processo de absorção das deseconomias da metrópole, sua posição em relação aos COREDEs adjacentes e menos desenvolvidos do Alto da Serra do Botucaraí (grãos e pedras preciosas) e Jacuí Centro e Central (grãos) tende a ampliar sua polarização sobre esses territórios nos processamentos industriais, empregos e serviços. Entraves a esse papel polarizador constituem-se nos pontos em que não há conexões com as regiões vizinhas, destacando-se:

- ♦ Ao norte, a falta de ligação entre o município extremo de Arvorezinha (Vale do Taquari) e as rotas rumo a noroeste (Soledade) ou a Passo Fundo, que estancam as relações com a Região 9 em relação, por exemplo, à cadeia de pedras preciosas.
- ♦ O mesmo ocorre com Estrela Velha (norte do Rio Pardo) e municípios adjacentes, que não se interconectam com o Alto Jacuí e Produção, estancando a capacidade de processamento de grãos.
- ♦ Também na porção sudoeste, as conexões viárias com Cachoeira do Sul são indiretas, não favorecendo a integração.
- ♦ Toda a porção ao sul não se conecta diretamente com o COREDE Sul, exigindo o contorno pela RMPA, o que dificulta importações e exportações de produções de madeira, móveis, calçados, produtos de origem animal e alimentícios, além do fumo manufaturado.

Outro fator que prejudica seu desenvolvimento é a deficiência de integração interna à Região, que permitiria maiores trocas intermunicipais e incorporação de territórios aos processos produtivos promissores. Essa falta de integração é grande em três porções: todo o território entre os eixos da RS-400/481 (Rio Pardo), a oeste, e a BR-386, a leste (Taquari), onde os vários municípios ou não têm acessos asfaltados ou não têm conexão entre si e com os do vizinho COREDE Alto da Serra do Botucaraí. O mesmo ocorre na porção entre o eixo da BR-386 e a ferrovia a leste (Taquari). Os fatores estratégicos regionais são visualizados na **Figura 2.2.24**.

**Figura 2.2.24 – Fatores Estratégicos na RF2**

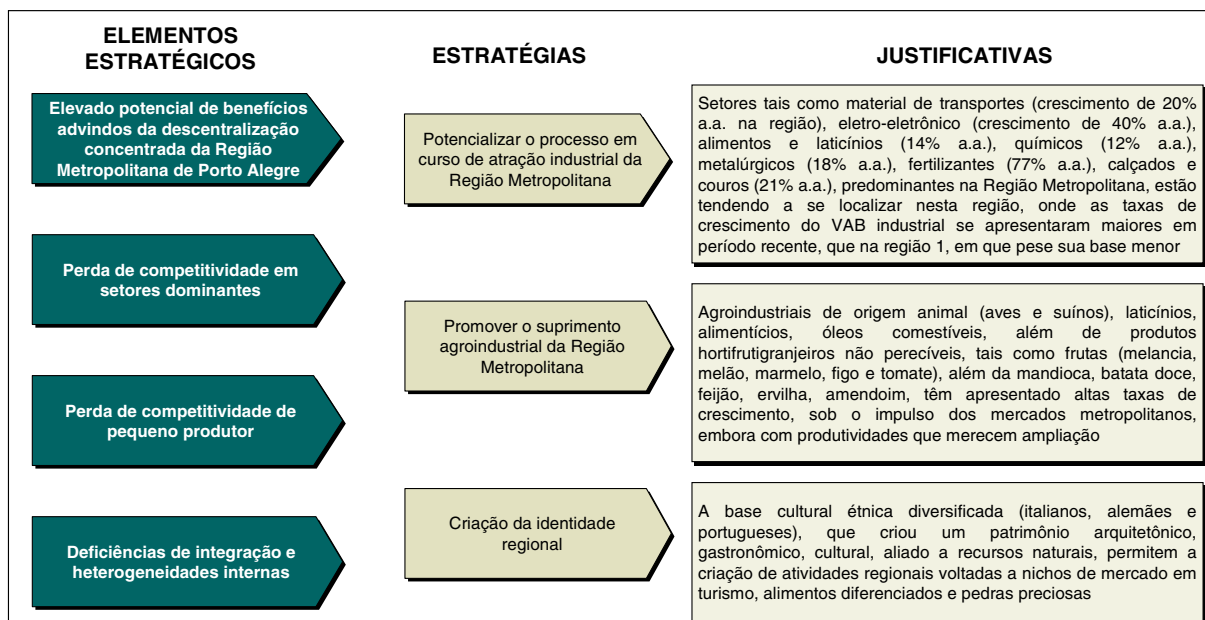


Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

## Estratégias Propostas para a Região Funcional 2

Para atingir o objetivo de posicionar a Região como absorvedora de deseconomias da região metropolitana e grande fornecedora de bens de consumo, promovendo as trocas entre elas, ao mesmo tempo que promove a reconversão de sua grande dependência no fumo, três estratégias regionais são propostas, para as quais concorrem, simultaneamente, os vários elementos estratégicos, como registra a **Figura 2.2.25**.

Figura 2.2.25 – Elementos Estratégicos x Estratégias para a Região 2



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

A aprovação pelo Brasil da Convenção-Quadro sobre o Controle e Uso do Tabaco, pelo Decreto Legislativo nº. 1 012, de 27/10/20115, foi precedido de amplo debate e pressões dos produtores, os quais resultaram em pareceres que, embora reconheçam os benefícios do controle sobre o fumo, consideram também as dificuldades dos produtores agrícolas e agroindustriais, em reverter essa cultura altamente integrada e de alta produção, produtividade e valor, sob o risco de prejudicar os vastos contingentes de trabalhadores que sobrevivem dessa cultura. Em vista disto consideraram, como pressuposto à aprovação da Convenção-Quadro, a criação, pelo Governo Federal, do Programa de Apoio à Diversificação das Áreas Cultivadas com Fumo, que deverá conter quatro linhas de ação, registradas na Figura 2.2.26.

Figura 2.2.26 – Programa de Apoio à Diversificação das Áreas Cultivadas com Fumo

<i>Linhas de Ação</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ <b>Financiamentos</b> – Pronaf a juros de investimento de 3,0% a.a.</li> <li>▶ <b>Acesso à Tecnologia:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pesquisas em outros segmentos agropecuários</li> <li>- Assistência técnica (Embrapa, Emater, universidades)</li> </ul> </li> <li>▶ <b>Organização e Agregação de Valor à Produção Local:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cooperativismo / Associativismo</li> <li>- Novas agroindústrias</li> <li>- Novos mercados</li> </ul> </li> <li>▶ <b>Garantia de comercialização</b> – Programa de Aquisição de Alimentos</li> </ul>

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Financiamentos:** Abertura de linhas de financiamento para investimentos especiais do Pronaf a juros de 3% a.a. e continuidade das linhas de financiamento para custeio a 4% a.a. para culturas que não sejam fumageiras. Esta linha de ação deve ampliar as alternativas de financiamento para agricultores que adotarem novo perfil produtivo, devendo ser acompanhada com medidas semelhantes no Estado, tanto em incentivos como em créditos especiais dos bancos financiadores.

**Acesso à tecnologia:** Pesquisa agropecuária em segmentos tão rentáveis e aptos às regiões como o fumo, assistência técnica nos plantios e difusão de informações tecnológicas. A Embrapa já tem iniciativas de culturas alternativas (fruticultura, olericultura, avicultura e suinocultura, bovinos, floricultura, entre outras), que devem ser divulgadas junto às comunidades fumageiras. A Emater tem importante papel na assistência técnica aos agricultores, o que deverá ser acompanhado de iniciativas conjuntas com as universidades regionais.

**Organização e agregação de valor à produção local:** Trata-se de apoiar o associativismo e cooperativismo para obtenção de escalas produtivas e de vendas, além do apoio à abertura de novas agroindústrias (carnes, ovos, leite e laticínios, frutas, flores) e a capacitação para a entrada em novos mercados, principalmente os produtos especiais com certificação de qualidade, selo social e dirigidos a consumidores diferenciados.

**Garantia de comercialização:** Garantia da compra de novos produtos dos agricultores fumageiros pelo Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, ação estruturante do Fome Zero.

Estas linhas de ação foram incorporadas e ampliadas nas Estratégias, Programas e Projetos propostos para a Região, como segue.

## ESTRATÉGIA 1 – ATRAÇÃO INDUSTRIAL

A Estratégia 1 visa potencializar o processo em curso de atração industrial da Região Metropolitana, conforme mostrado na **Figura 2.2.27**. Setores como material de transportes (crescimento de 20% a.a. na Região), eletro-eletrônico (40% a.a.), alimentos e laticínios (14% a.a.), químicos (12% a.a.), metalúrgicos (18% a.a.), fertilizantes (77% a.a.), calçados e couros (21% a.a.) predominantes na RMPA, estão tendendo a se localizar nesta Região, onde as taxas de crescimento do VAB industrial se apresentaram maiores em período recente, do que na Região 1, em que pese sua base ainda menor. Esta atração de atividades industriais da metrópole, aliada à ampliação de atividades agroindustriais existentes – cadeia de base florestal, aves/suínos, leite e laticínios –, deve ser aproveitada como fator para reconversão progressiva da dependência na indústria fumageira (58% do VAB regional em 2002), conforme representado na **Figura 2.2.27**.

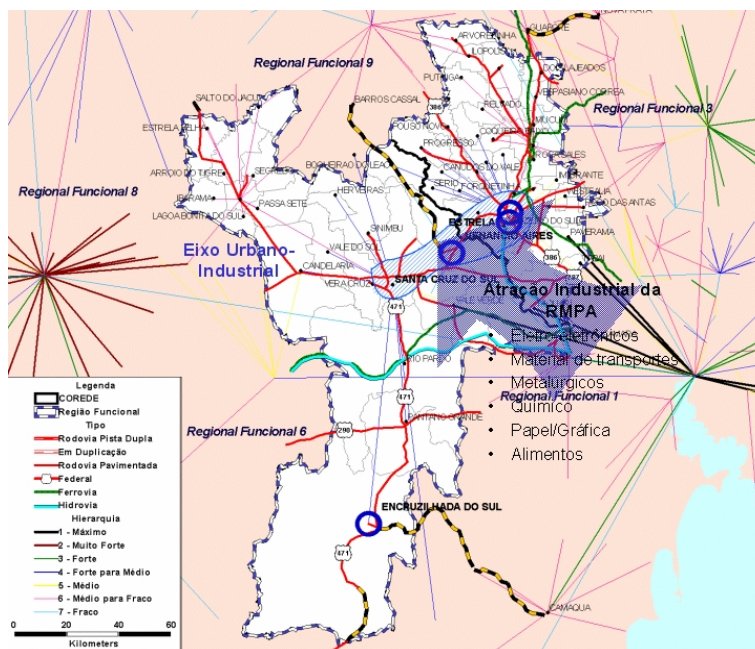
### Justificativa para a Estratégia 1

A descentralização das metrópoles é um processo inexorável que vem ocorrendo em todo o país e também no Rio Grande do Sul. No entanto, essa descentralização tende a migrar para áreas próximas onde as vantagens sejam compatíveis às perdas das economias de aglomeração. Na metrópole gaúcha, essa descentralização concentrada tende a ocorrer tanto para áreas mais periféricas da própria Região 1 (como, por exemplo, o COREDE Centro-Sul), como para a Região 3, cujo parque industrial já é o segundo do Estado. Assim, para que esta Região 2 se beneficie desse processo, é necessário torná-la crescentemente atrativa a essas localizações. A manutenção dos fatores atrativos para as indústrias da RMPA (menor custo de terras, mão-de-obra capacitada, qualidade urbana e de serviços, disponibilidades de infra-estruturas) e a ampliação de fatores que façam a Região fortemente acessível a mercados internos e externos, ou seja, boas ligações com a metrópole, com outras regiões portadoras de insumos e com os portos de exportação são fundamentais para a estratégia.

### Objetivos para a Estratégia 1

O principal objetivo é a ampliação aproximada do VAB industrial de segmentos passíveis de descentralização da metrópole em 20% acima do Cenário Tendencial para 2015 da RF 1. No entanto, para aqueles setores nos quais a Região 2 já cresce acima de 20% da RF 1, manteve-se o crescimento previsto no Cenário Tendencial. A **Tabela 2.2.6** detalha por setor as metas de crescimento para a Região.

**Figura 2.2.27 – Atração Industrial**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

### Ações para a Estratégia 1

As ações para implementar esta estratégia são de âmbito econômico, de infra-estrutura, desenvolvimento e capacitação tecnológica e fortalecimento dos centros urbano-industriais. Estas são sintetizadas na **Figura 2.2.34** e serão detalhadas no Plano Estratégico para Região, no item subsequente deste capítulo, de modo funcional à programação orçamentária.

Tabela 2.2.6 – Objetivos de Crescimento para a RF 2

Setor	Cresc. Cenário Tendencial RF 2	Cresc. Cenário Tendencial RF 1	Meta de Crescimento para RF 2
Material de Transportes	12,1%	4,4%	12,1%
Material Elétrico	4,9%	6,9%	8,2%
Produtos de Origem Vegetal	0,5%	3,0%	3,1%
Leite e Laticínios	1,7%	2,6%	2,8%
Química	4,3%	2,9%	4,3%
Indústria Metalúrgica	2,9%	4,6%	4,8%
Calçados e Couros	3,8%	3,4%	4,0%

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

### ESTRATÉGIA 2 – SUPRIMENTO AGROINDUSTRIAL DA RMPA

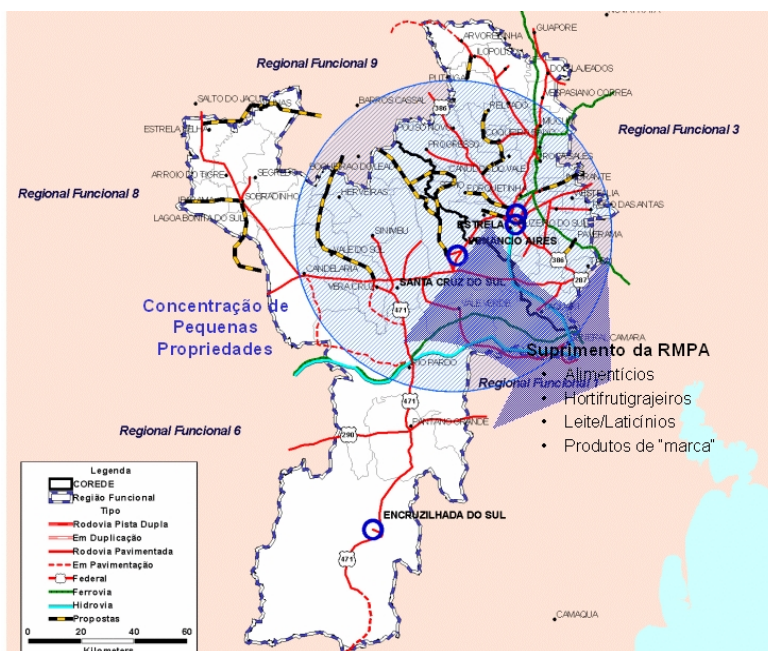
Busca promover atividades que visem ao suprimento agroindustrial da Região Metropolitana de Porto Alegre. Produtos agroindustriais de origem animal (aves e suínos), laticínios, alimentícios, óleos comestíveis, madeira, além de produtos hortifrutigranjeiros, como frutas (melancia, melão, marmelo, figo, tomate) e ainda mandioca, batata-doce, feijão, ervilha, amendoim, têm apresentado altas taxas de crescimento, sob o impulso dos mercados metropolitanos, embora com produtividades que merecem ampliação. A Região tem tradição de suprimento da RMPA em alguns produtos – bebidas, metalúrgicos, madeira (carvão, lenha, toras, casca para resinas), produtos de origem animal e alimentícios (balas, bebidas, embutidos, conservas, laticínios) – que devem ser ampliados e diversificados, como forma de diminuir a dependência do fumo e fortalecer a produção de hortifrutigranjeiros (feijão, batata, amendoim, frutas, ervilha, etc. já em expansão) e silvicultura dos pequenos produtores rurais e urbanos (**Figura 2.2.28**).

Assim, esta estratégia visa não só ampliar produções e mercados para a Região, como fortalecer os pequenos produtores rurais, que representam 95% das propriedades rurais, integrando-os em cadeias alimentares. A proximidade desse grande mercado deve ser aproveitada como fator de garantia de comercialização dos produtos.

### Justificativa para a Estratégia 2

A produção agroindustrial da Região destina-se, em cerca de 50% (do Vale do Rio Pardo) a 70% (do Vale do Taquari), ao mercado interno do Rio Grande do Sul, o restante se destinando ao resto do país ou exportação, o que comprova a importância regional no abastecimento estadual e metropolitano, o maior mercado<sup>3</sup>. Em horticultura e floricultura, a Região contribui com cerca de 6% da produção estadual pelo Vale do Rio Pardo e 4% pelo Vale do Taquari<sup>4</sup>. As áreas aptas para fruticultura e culturas anuais distribuem-se por toda a Região, como registram as **Figuras 2.2.29** e **2.2.30**.

Figura 2.2.28 – Suprimento Agroindustrial da Metrópole

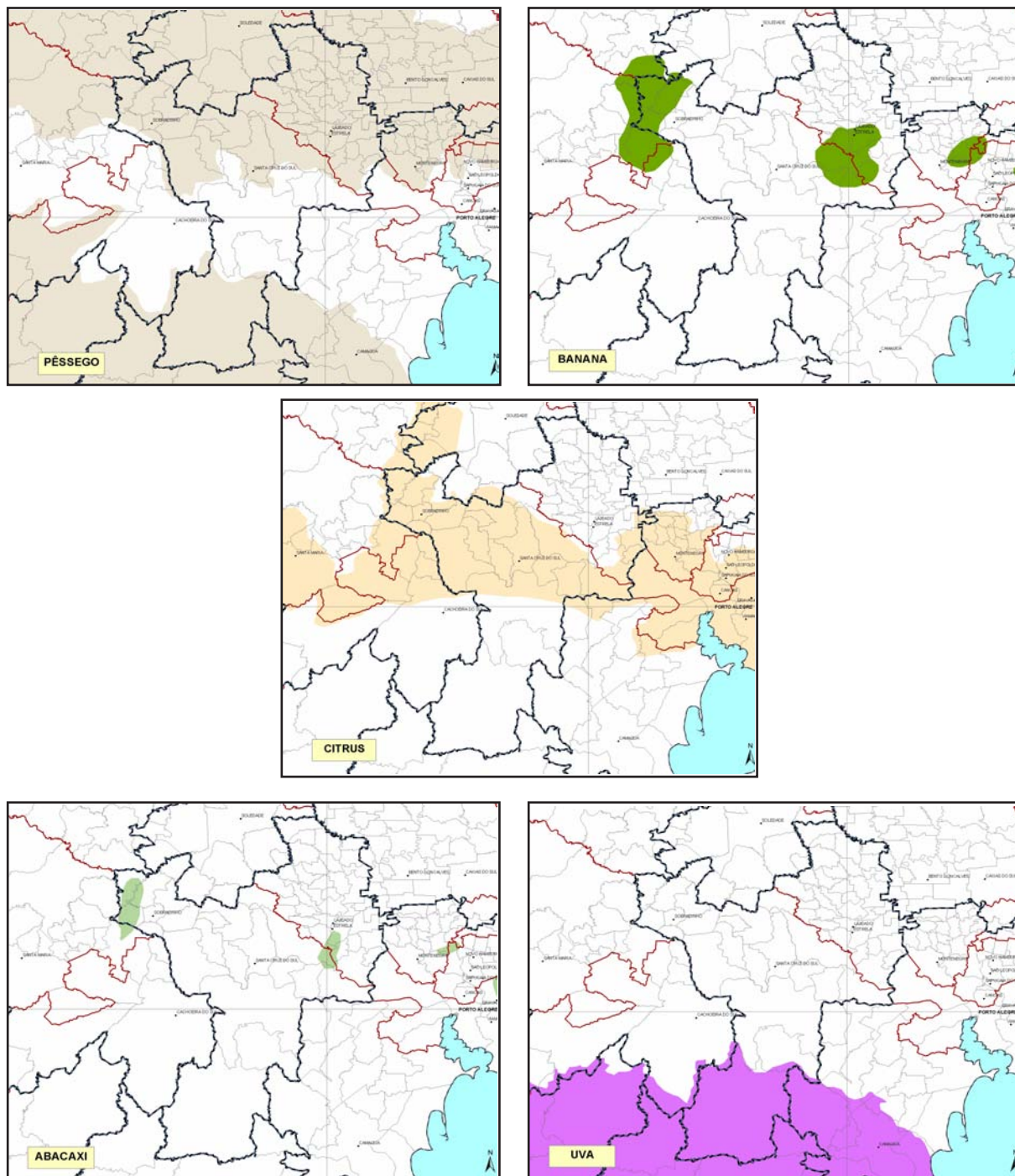


Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

<sup>3</sup> Desenvolvimento e Desequilíbrios Regionais no RS – Joal A. Rosa e Rogério O. Porto – 2005 – pg. 98

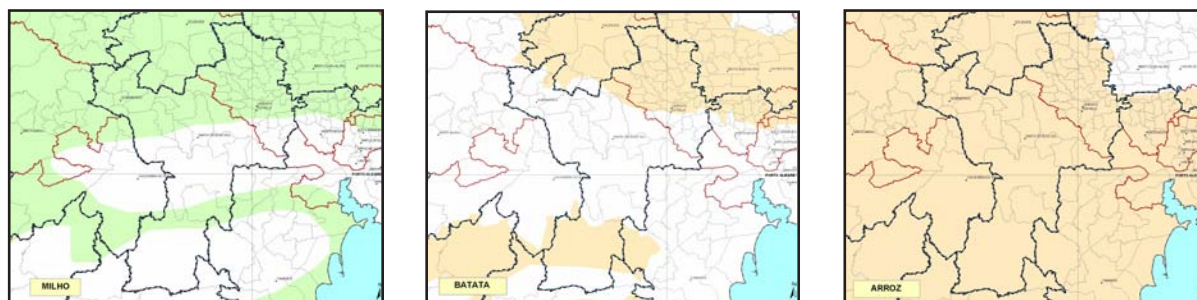
<sup>4</sup> Desenvolvimento e Desequilíbrios Regionais no RS – Joal A. Rosa e Rogério O. Porto – 2005 – pg. 223

**Figura 2.2.29 – Áreas Aptas a Plantios de Frutas: Pêssego, Banana, Cítricos, Abacaxi e Uva**



Fonte: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico – Volume II, 1994

**Figura 2.2.30 – Áreas Aptas a Plantios Anuais de Milho, Batata e Arroz**



Fonte: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico – Volume II, 1994

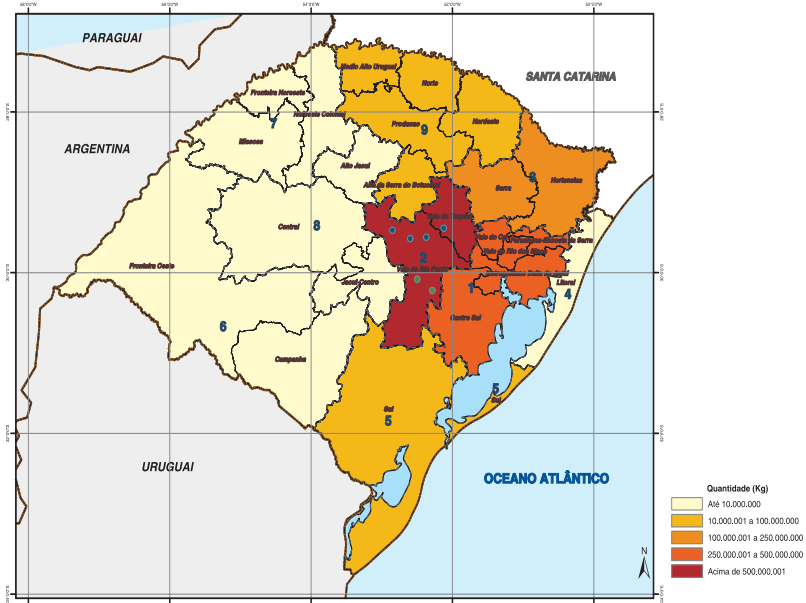
A Região é ainda grande produtora de suínos (segundo produtor estadual) e aves (terceiro produtor), assim como frutas (melancia, melão, figo, tomate, uva, caju, goiaba), ervilha, batata-doce, mandioca e amendoim e a silvicultura, adequadas às pequenas propriedades e requisitadas pelos mercados metropolitanos, integradas a agroindústrias – grandes ou pequenas.

Na silvicultura, destaca-se na primeira posição do Estado (**Figura 2.2.31**) e fornece vários produtos à metrópole, como madeira em toras (celulose e móveis), carvão, lenha e a casca para a produção de

tanino e resinas. A dominância do fumo, com as restrições ao seu cultivo crescentes, impõe grandes riscos aos pequenos produtores rurais, integrados a essa indústria.

A manutenção e progressiva reconversão da produção agropecuária com constância e ampliação de produção e produtividades é fator fundamental para a permanência da população no meio rural, assim como pelo potencial surgimento de agroindústrias associadas. Para que esse processo ocorra, as atividades agropecuárias tradicionais e emergentes em substituição ao fumo devem ser incentivadas. As pequenas produções rurais na Região são responsáveis pela grande população rural ainda presente (37% em 2000) e talvez, pela aferição de renda não-montária na agricultura familiar, que contribui para a baixa renda média prevalente na Região (81% da renda média do Rio Grande do Sul). O fortalecimento do eixo urbano-industrial da estratégia anterior não deverá incrementar ainda mais as grandes imigrações urbanas que estão ocorrendo (2,7% a.a. na última década), em detrimento do esvaziamento rural (-2,4% a.a.).

**Figura 2.2.31 – Produção de Madeira no RS**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

## Objetivos da Estratégia 2

- ◆ Manutenção da participação dos setores de Abate e Preparação de Carnes e de Leite e Laticínios no total do VAB da Região até 2015. Assim, o objetivo é ampliar o crescimento previsto no Cenário Tendencial de apenas 1,8% a.a. e 1,7% a.a., respectivamente, para 3,7% a.a., em ambos os casos, equivalente ao crescimento previsto para o VAB total da Região, preservando assim a participação do setor no total do VAB da RF.
- ◆ Manutenção da população rural presente na Região (37% do total), de modo a não perder produção ou mesmo competitividade agrícola.
- ◆ Ampliação do VAB das agroindústrias em 20% acima do Cenário Tendencial – 4,0% de crescimento frente aos atuais 3,3%.
- ◆ Dobrar a área colhida de frutas de 2,6% da área da Região (12.194 hectares) para 5,2%. Dessa forma, assumindo que o crescimento das demais produções agrícolas mantenha-se semelhante entre si, a participação da produção de frutas seria o dobro da atual, no total da produção agrícola. Sendo assim, considerando um pequeno aumento de produtividade, almeja-se ampliar a participação da produção de frutas para 8,0% do valor da produção agrícola da Região, frente aos 3,8% atuais.
- ◆ Ampliar a participação estadual da produção regional de madeira dos 36% atuais para 40% no ano-horizonte.



**Ações para a Estratégia 2:** Estão sintetizadas na **Figura 2.2.34** e serão detalhadas no Plano Estratégico para a Região.

### ESTRATÉGIA 3 – CRIAÇÃO DE IDENTIDADE REGIONAL

Criar uma identidade regional em segmentos emergentes, que podem fortalecer a economia de pequenos produtores, criando alternativas especiais para produtos de maior valor, certificados, de marca, destinados a consumidores diferenciados, como forma de reverter a cultura do fumo.

#### Justificativa da Estratégia 3

A Região tem especificidades em três vertentes: produtos alimentícios industrializados (laticios, embutidos, conservas, metalúrgicos); pedras preciosas (ágata e ametista) e potencial turístico, especialmente para suprir o turismo interno metropolitano, em busca de alternativas à Serra, apoiado por sua base étnica e cultural diversa (alemães, italianos e portugueses) que produz padrões urbanos, arquitetônicos, gastronômicos, culturais, diferenciados no território. Assim, a busca de uma identidade regional deverá trabalhar com essas três vertentes (**Figura 2.2.32**).

#### Objetivos da Estratégia 3

Considerando o turismo, o objetivo é manter a taxa de crescimento da população ocupada com alojamento e alimentação em 8% a.a., alcançando cerca de 33 mil empregos em 2015. Com isso, a participação no total de empregos regionais passará dos 3% em 2000 para 8% em 2015.

**Figura 2.2.32 – Roteiros Turísticos – Atrativos como Alternativa para Habitantes da RMPA**

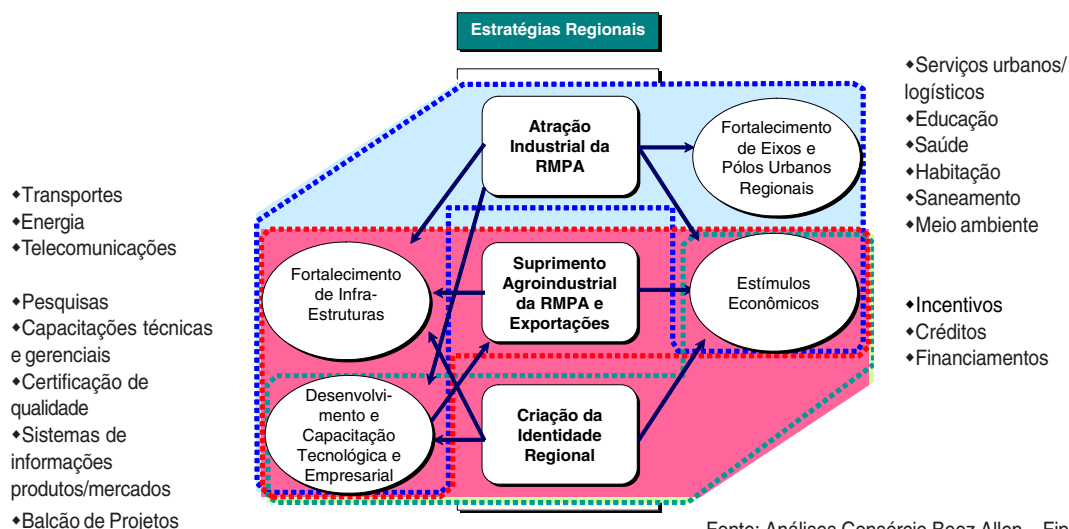


Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

## Plano Estratégico para a Região Funcional 2

As ações destinadas a implementar essas estratégias são visualizados na **Figura 2.2.33**.

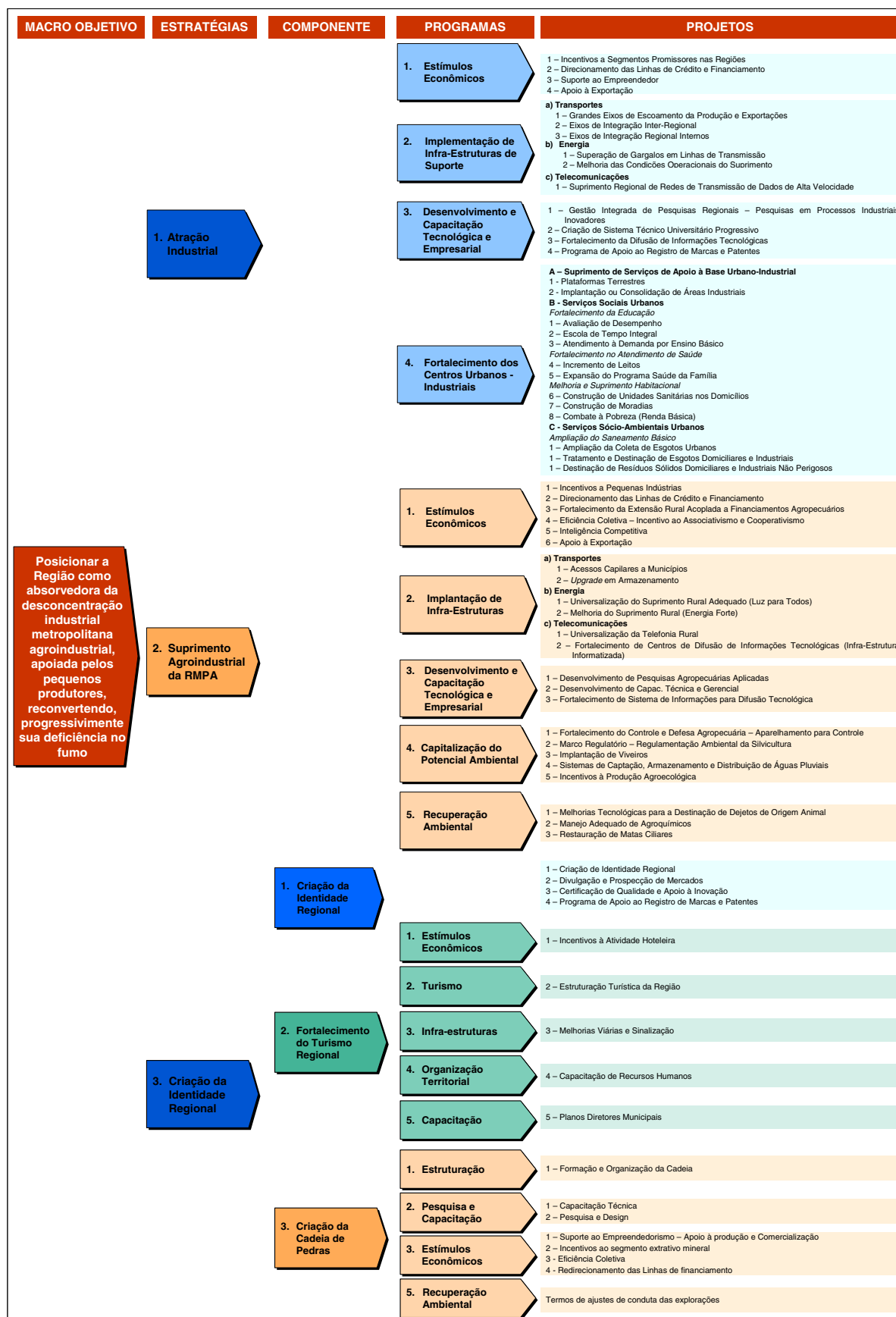
**Figura 2.2.33 – Ações Multissetoriais Exigidas pelas Estratégias Regionais**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

O conjunto de programas e projetos que compõem estas estratégias responde ao macro-objetivo ou visão estabelecida para esta Região, como registra a **Figura 2.2.34**, na qual podem ser visualizadas todas as propostas. Na seqüência, são delineados todos os programas e projetos que constituem as três estratégias definidas.

**Figura 2.2.34 – Gráfico de Objetivos e Meios para a RF 2**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Os programas e projetos constituintes destas Estratégias requisitam investimentos da ordem de R\$ 4,2 bilhões até 2015. Deve-se ressaltar que, em muitas das propostas, especialmente em áreas que operam em redes, como infra-estruturas de transportes, energia ou telecomunicações, existem empreendimentos que se situam em outras regiões e beneficiam ou impactam negativamente a Região em exame. É o caso, por exemplo, de rodovias que atravessam o Estado conectando várias regiões à metrópole ou Rio Grande, ou linhas de transmissão que trazem energia de outra região. Portanto, os benefícios e custos regionais destas propostas não podem ser apreendidos apenas pelos volumes de recursos das propostas inseridas na região, mas só serão devidamente apreendidos pelo resultado conjunto do Cenário Propositivo para o Estado e regiões, que leva em conta essa conectividade.

Além do conjunto de projetos que respondem à visão e às estratégias regionais, outros projetos são recomendáveis por constituírem um apoio importante ao desenvolvimento regional, ainda que provenientes das estratégias para o Estado, conforme a **Tabela 2.2.7**.

**Tabela 2.2.7 – Outros Projetos de Interesse para a RF 2 (R\$ Mil)**

Área	Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
1 – Inclusão Social	1 – Melhoria do Atendimento em Educação Básica	1 – Eliminação do Analfabetismo	501	2.004	2.004	4.509	
		2 – Escola de Tempo Integral	2.831	12.068	15.396	30.294	
		3 – Avaliação de Desempenho	8	17	17	41	
		4 – Atendimento à Demanda por Ensino Básico	68.739	105.744	167.342	341.825	
	2 – Melhoria do Atendimento em Saúde	1 – Ampliação de Empregos Médicos	5.111	15.836	15.692	36.639	
		2 – Ampliação de Empregos de Enfermeiros	5.319	10.525	13.549	29.393	
		3 – Expansão do Programa Saúde da Família	4.800	13.056	18.144	36.000	
	3 – Melhoria das Condições de Habitação	1 – Redução do Déficit Habitacional Urbano	60.673	106.874	106.474	274.020	
		2 – Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios	2.694	5.259	-	7.953	
		3 – Redução do Número de Domicílios com Densidade Excessiva	911	1.818	1.818	4.547	
	4 – Ampliação do Atendimento em Saneamento Básico	1 – Rede de Distribuição de Água	18.183	30.329	30.182	78.694	
		2 – Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos	4.696	12.492	15.591	32.779	
	5 – Combate à pobreza	1 – Renda Básica	29.015	58.030	58.030	145.075	
	<i>Subtotal</i>			<b>205.839</b>	<b>378.777</b>	<b>448.964</b>	<b>1.033.581</b>
	2 – Manutenção e Capitalização do Potencial Ambiental		1 – Proteção e Criação de Unidades de Conservação nos Afloramentos Porosos do Aquífero Guarani	5.000	12.500	7.500	25.000
2 – Monitoramento Hidrológico para Controle e Outorga do Uso da Água			430	1.075	645	2.150	
3 – Incentivos a Sistemas de Plantio Eficientes no Uso da Água para Arroz Irrigado			108	270	162	540	
4 – Destinação Adequada de Resíduos de Arroz			1.621	4.052	2.431	8.104	
<i>Subtotal</i>			<b>7.159</b>	<b>17.897</b>	<b>10.738</b>	<b>35.795</b>	
3 – Estruturação da Governança Moderna e Participativa		1 – Capacitação para o Planejamento e Ordenamento Territorial	492	985	985	2.462	
		2 – Capacitação de Pessoal para o Planejamento e Ordenamento Territorial	122	245	245	612	
	<i>Subtotal</i>			<b>614</b>	<b>1.230</b>	<b>1.230</b>	<b>3.074</b>
<b>Total Geral</b>			<b>213.612</b>	<b>397.905</b>	<b>460.932</b>	<b>1.072.450</b>	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

## ESTRATÉGIA 1 – ATRAÇÃO INDUSTRIAL

Reúne os programas e projetos (Tabela 2.2.8) destinados a fortalecer os principais centros urbanos (Santa Cruz do Sul, Estrela, Lajeado e Venâncio Aires), onde localiza-se o parque industrial e agroindustrial regional, para torná-los atrativos à manutenção e atração dessas atividades, em termos econômicos, urbanos, de infra-estruturas, sociais, de pesquisas e mão-de-obra capacitada, ao mesmo tempo que supera passivos socioambientais existentes ou evita outros decorrentes da atração populacional.

**Tabela 2.2.8 – Programas e Projetos da Estratégia Atração Industrial (R\$ Mil)**

Estratégia	Programa	Subpro-grama	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
1 – Atração Industrial	1 – Estímulos Econômicos		1 – Incentivos a Segmentos Promissores	88.987	177.974	177.974	444.935	
			2 – Direcionamento das Linhas de Crédito e Financiamento	62.641	125.284	125.284	313.209	
			3 – Suporte ao Empreendedor	1.670	4.000	4.800	10.470	
			4 – Apoio à Exportação	240	360	-	600	
			5 – Eficiência Competitiva	781	1.511	1.511	3.803	
	<i>Total do Programa</i>				<i>154.319</i>	<i>309.129</i>	<i>309.569</i>	<i>773.017</i>
	2 – Implementação de Infra-estruturas de Suporte	1 – Transportes		1 – Grandes Eixos de escoamento da Produção e Exportações	21.420	269.550	195.860	486.830
				2 – Eixos de Integração Inter-regional	2.060	4.120	142.640	148.820
				3 – Eixos de Integração Regional Internos	-	-	32.000	32.000
		2 – Energia		1 – Superação de Gargalos em Linhas de Transmissão	58.000	31.000	7.000	96.000
				2 – Melhoria das Condições Operacionais do Suprimento	-	-	-	-
		3 – Telecomunicações		1 – Suprimento Regional de Redes de Transmissão de Dados de Alta Velocidade	-	-	-	-
		<i>Total do Programa</i>				<i>81.480</i>	<i>304.670</i>	<i>377.500</i>
	3 – Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica e Empresarial			1 – Gestão Integrada de Pesquisas Regionais – Pesquisas em Processos Industriais Inovadores	8.300	20.000	24.000	52.300
				2 – Criação de Sistema Técnico Universitário Progressivo	684	1.371	1.371	3.426
				3 – Fortalecimento da Difusão de Informações Tecnológicas	1.645	3.290	3.290	8.225
				4 – Programa de Apoio ao Registro de Marcas e Patentes	2.080	4.160	4.160	10.400
				<i>Total do Programa</i>				<i>12.709</i>
	4 – Fortalecimento dos Centros Urbano-Industriais Regionais	1 – Serviços de Apoio à Base Urbano-Industrial		1 – Plataformas Terrestres	-	-	90.000	90.000
				2 – Implantação ou Consolidação de Áreas Industriais	10.000	20.000	20.000	50.000
		2 – Serviços Sociais Urbanos		1 – Fortalecimento da Educação – Avaliação de Desempenho	4	7	7	18
				2 – Fortalecimento da Educação – Escola de Tempo Integral	1.779	5.957	7.287	15.022
				3 – Fortalecimento da Educação – Atendimento à Demanda por Ensino Básico	26.404	40.110	64.128	130.643
				4 – Fortalecimento no Atendimento de Saúde – Incremento de Leitos	1.105	6.289	11.692	19.086
				5 – Fortalecimento no Atendimento de Saúde – Expansão do Programa Saúde da Família	768	3.072	864	4.704
				6 – Melhoria e Suprimento Habitacional – Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios	64	256	-	320
				7 – Melhoria e Suprimento Habitacional – Construção de Moradias	4.149	8.302	8.302	20.752
8 – Combate à Pobreza (Renda Básica)				3.737	7.474	7.474	18.685	
3 – Serviços Socio-ambientais Urbanos			1 – Ampliação do Saneamento Básico – Ampliação da Coleta de Esgotos Urbanos	8.158	13.022	11.897	33.077	
			2 – Ampliação do Saneamento Básico – Tratamento e Destinação de Esgotos Domiciliares e Industriais	1.830	4.575	2.745	9.149	
			3 – Ampliação do Saneamento Básico – Destinação de Resíduos Sólidos	601	1.503	902	3.006	
<i>Total do Programa</i>				<i>58.597</i>	<i>110.567</i>	<i>225.297</i>	<i>394.461</i>	
<b>Total da Estratégia</b>				<b>306.324</b>	<b>751.678</b>	<b>943.676</b>	<b>2.001.676</b>	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

## PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

**Justificativa:** Objetiva desencadear projetos que incentivem atividades econômicas industriais promissoras na Região, sejam indústrias que tendem a sair da metrópole ou agroindústrias com base na agropecuária regional: elétrico-eletrônico e informática, material de transportes, químico, serraria, madeira e móveis, couro e calçados, produtos de origem animal, alimentos, bebidas, laticínios e metalúrgicos.

**Quadro 2.2.3 – Projetos do Programa Estímulos Econômicos (RF2)**

Programa Projeto	Estímulos econômicos			Fonte de recursos
	Escopo	Metas	Órgão interviente	
Incentivos a Segmentos Promissores	Continuidade do Fundopem com políticas de incentivos, créditos e financiamentos aos segmentos com vantagens comparativas na Região: eletroeletrônicos, material de transportes, metalúrgicos, química, papel e gráfica, madeira, serrarias e móveis, alimentos, laticínios e calçados	Adotar o critério de participação no total estadual de 8,9%		As fruições do Fundopem com dotações orçamentárias específicas e retorno dos financiamentos concedidos
	Abertura de linhas de crédito para os segmentos promissores na Região – elétrico-eletrônico e informática, material de transportes, químico, serraria, madeira e móveis, couro e calçados, produtos de origem animal, alimentos, bebidas, laticínios, metalúrgicos – nos bancos de financiamento econômico	Adotar o critério de participação no total de recursos de financiamento estadual de 7%		Bancos financiadores
	Integrar e fortalecer atuação da universidade e centro universitário – Unisc e Univates – com agências de desenvolvimento em Lajeado e Rio Pardo e com o Sebrae, na estruturação e divulgação de banco de dados para o balcão de projetos e no apoio ao empreendedorismo	Atender a demandas mínimas de 25 cursos de capacitação em empreendedorismo e modelagem de negócios ao ano, apoiar 25 projetos empreendedores ao ano e implantar 15 centros (balcão de projetos, incubadoras, parques tecnológicos, casa de negócios) até o ano horizonte	Sedai, SCP, Sebrae, Univates e Unisc, agências de desenvolvimento de Lajeado e Rio Pardo	Orçamento estadual, através da Sedai, agências de desenvolvimento, universidades e Sebrae
	Implementar uma célula regional, como parcela local de um sistema estadual de apoio a projetos gaúchos de exportação, tanto em sua fase de estudo e concepção, quanto em sua fase de implementação	Implantar, até 2007, da célula regional do sistema estadual de apoio às exportações, articulada aos principais produtores, cooperativas e associações da Região	Sedai, universidades e empresas	Orçamento estadual e empresas
	Implementar células de vigília de inteligência de mercados, como parcelas de um projeto estadual, que permita, continuamente, obter e disseminar informações tecnológicas, legais e institucionais sobre mercados emergentes para esses segmentos	Implementar células de vigília de inteligência de mercados, como parcelas de um projeto estadual, que permita, continuamente, obter e disseminar informações tecnológicas, legais e institucionais sobre mercados emergentes para esses segmentos	SCP, Sedai, Sebrae, COREDEs, universidades, agências de desenvolvimento, cooperativas e empresas	Orçamento Estadual e contrapartida de empresas

## PROGRAMA 2 – IMPLEMENTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE SUPORTE

**Justificativa:** Implementação de infra-estruturas de transportes que tornem a Região melhor ou equivalente à RMPA, em termos de ligações de transportes com a metrópole, Mercosul, Sudeste brasileiro e Porto de Rio Grande. As disponibilidades energéticas e de telecomunicações, fatores atrativos à industrialização pretendida, encontram-se em situação satisfatória na Região, embora requeiram intervenções para suprir demandas adicionais até 2015.

### SUBPROGRAMA 1 – TRANSPORTES

As intervenções de transportes nesta estratégia buscam ampliar a acessibilidade regional à RMPA, ao Mercosul (via Uruguaiana) e ao Porto de Rio Grande, assim como com regiões adjacentes, como fator de atração dos investimentos industriais pretendidos.

Deve-se ressaltar que as propostas de empreendimentos que operam em redes, como a de transportes, extrapolam a Região, conectando-se com toda a malha de transportes do Estado.

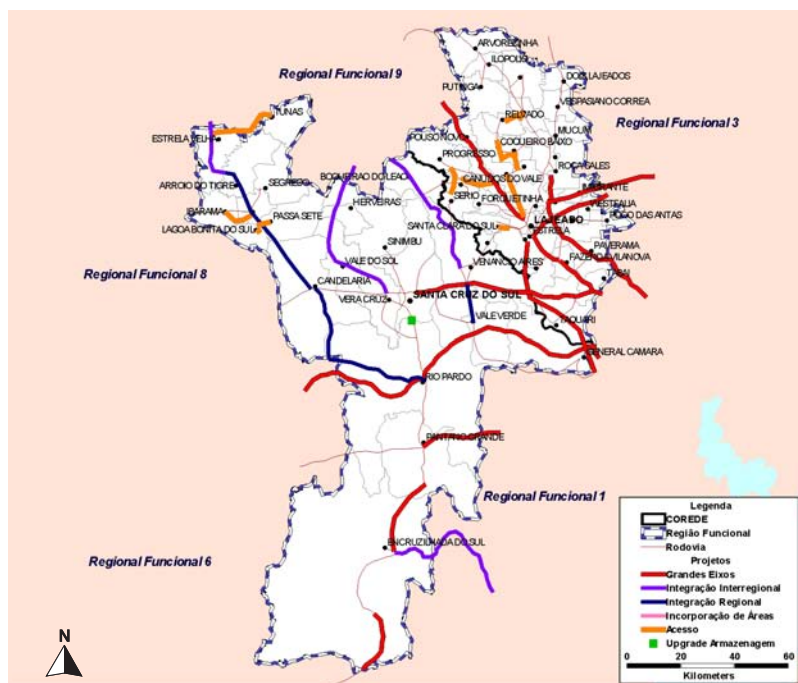
Portanto, os investimentos previstos na Região referem-se apenas à etapa de implantação. Na etapa de operação, esses trechos se tornam viáveis e se beneficiam de investimentos realizados em outras regiões, já que uma rodovia de escoamento pelo Porto de Rio Grande, por exemplo, transpassa várias regiões para exercer seu papel de captadora e encaminhadora a esse destino. No caso de transportes, a viabilidade e benefícios das propostas foram estimadas em relação ao conjunto de obras de um Agrupamento setorial, que transpassa várias regiões (por exemplo a BR-386 que vai da divisa de Santa Catarina ao Porto do Rio Grande) e, portanto, de nada adianta viabilizar apenas o trecho inserido nesta Região, sem que a continuidade dessa ligação fique assegurada. As intervenções previstas na Região que apóiam esta estratégia estão registradas na **Figura 2.2.35**.

Essas intervenções, embora sistêmicas, podem ser agrupadas em quatro tipologias principais quanto às funções que cumprem, como descrito na seqüência.

### PROJETO 1 – GRANDES EIXOS DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO E EXPORTAÇÕES – MELHORIA DE ACESSOS A GRANDES MERCADOS: RMPA, MERCOSUL E SUDESTE DO PAÍS

**Escopo e recursos:** São os grandes eixos de acesso a mercados internos e exportação que, necessariamente, extrapolam a territorialidade regional. Além disso, são necessários eixos ligando a Região Funcional 2 diretamente ao Porto de Rio Grande, sem a atual travessia compulsória pela RMPA. Os trechos dessas vias que necessitam intervenções na Região estão registrados na **Tabela 2.2.9**. (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 1 – Projeto 1, no Volume 1).

Figura 2.2.35 – Intervenções em Transportes na RF 2



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Tabela 2.2.9 – Eixos Principais de Escoamento e Exportações – RF 2 (R\$ Milhões)**

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG003	HD003	Hidrovia do Rio Taquari	Dragagem do Rio Taquari e Manutenção da Eclusa de Bom Retiro	80	3,00	65,50	1,97
AG003	RA105*	RS-453 2/2	2 para 4 faixas de tráfego no trecho entre RS-470 e Estrela	45,82	53,35	61,11	32,60
AG004	RA003	BR-386 1/6	2 para 4 faixas de tráfego no trecho entre Estrela e Tabaiá (BR-287)	30,05	84,02	100	84,02
AG004	RA101	BR-386 3/6	2 para 4 faixas de tráfego no trecho entre Lajeado e Soledade	86,3	289,57	51,33	148,64
AG004	RA117*	BR-386 2/6	4 para 6 faixas de tráfego no trecho entre BR-116 e Tabaiá	61,14	147,11	4,50	88,72
AG011	RP001	BR-471 4/5	2 faixas de tráfego no trecho entre Boa Esperança e Rio Camaquã	12,2	12	100	12
AG011	RR128	BR-471 5/5	2 faixas de tráfego trecho entre Pantano Grande e Encruzilhada do Sul	46	7,45	100	7,45
AG013	RA106	BR-287 2/7	2 para 4 faixas de tráfego no trecho entre BR-386 e Santa Cruz do Sul	68,07	195,86	100	195,86
AG014	RA007*	BR-290 1/4	2 para 4 faixas de tráfego no trecho entre Eldorado do Sul e Pantano Grande	103,76	258,08	23,28	60,34
AG019	FC101*	Ramal Ferroviário Colinas-Caxias	Construção linha singela	73	262,20	23,29	61,07
AG019	FR103	Linha Roca Sales e General Luz	Estabilização de sterros no trecho Montenegro-General Luz	95,55	62,11	46,50	28,88
AG019	FR105	Linha Ferroviária Porto Alegre-Uruguaiana	Reforço estrutural de pontes de 18 para 25 t/leixo	548,25	40,10	19,99	8,01

## PROJETO 2 – INTEGRAÇÕES INTER-REGIONAIS

**Escopo e recursos:** Eixos de integração com regiões adjacentes, favorecendo trocas de produções e acessos a mercados de outras regiões do Estado. (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 1 – Projeto 3)

**Tabela 2.2.10 – Eixos de Integração Inter-regional – RF 2 (R\$ Milhões)**

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG002	RP 065*	RS-350	2 faixas de tráfego no trecho entre Encruzilhada e Dom Feliciano	46,3	106,44	36,72	39,09
AG011	RP 004	BR-471 3/5	2 faixas de tráfego no trecho entre Herveiras e Vera Cruz	37	30,00	78,38	23,51
AG012	RP 101	BR-481 1/3	2 faixas de tráfego no trecho entre Salto Jacuí e Arroio do Tigre	23,59	71,91	89,02	64,01
AG013	RP 016	RS-422	2 faixas de tráfego no trecho Linha Brasil – Linha Cachoeira	36,6	51,00	100	51,00
AG031	RP 138	Acesso rodoviário Boqueirão do Leão**	trecho entre Boqueirão do Leão e Sério	21,6	10,3	100	10,3

Com viabilidade Econômica pelo Componente 2

Identificados como necessários pelo Componente 1

## PROJETO 3 – EIXOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL INTERNA

**Escopo e recursos:** Promovem ou melhoram a integração entre municípios da Região (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 1 – Projeto 4).

Tabela 2.2.11 – Eixos de Integração Regional – RF2 (R\$ Milhões)

AGR	RF	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG012	2	RA140*	BR-481 3/3	2 para 3 faixas de tráfego no trecho entre BR-287 e Passa Sete	54,32	23,54	100	23,54
AG012	2	RP020	RS-410	2 faixas de tráfego no trecho entre Candelária e Bexiga	27,86	22	100	22
AG012	2	RP049	RS-403	2 faixas de tráfego no trecho entre Cachoeira do Sul e Rio Pardo	24,4	10	100	10
AG013	2	RP041*	RS-244	2 faixas de tráfego no trecho Venâncio Aires e Vila Melos	16,78	21	100	21

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

\* Intervenção a ser realizada após 2015

**Fontes de recursos para transportes:** As fontes de financiamento serão melhor explicitadas no Plano de Implementação. No entanto, elenca-se, preliminarmente, como alternativas:

♦ **Rodovias:** empréstimos multilaterais (Bird, BID, CAP), Tesouro federal e estadual, setor privado (PPP), BNDES e fundos constitucionais.

♦ **Ferrovias:** Infra-estruturas – setor público; superestruturas – setor privado, ambos com alternativas de financiamentos por organismos multilaterais, tesouro federal e estadual, BNDES.

♦ **Hidroviás:** via navegável – setor público estadual ou federal; embarcações – via FMM administrado pelo Ministério dos Transportes; BNDES e captações.

## SUBPROGRAMA 2 – ENERGIA

### PROJETO 1 – SUPERAÇÃO DE GARGALOS EM LINHAS DE TRANSMISSÃO

**Escopo:** Superação dos gargalos de transmissão estimados para as demandas crescentes até 2015.

**Metas:** Solucionar os gargalos de transmissão no período 2006-2007 e implantar as melhorias da condições operacionais de suprimento no período 2008-2011.

**Órgãos intervenientes:** Semc, concessionárias, Aneel e Agergs.

**Recursos:** R\$ 96 milhões até 2015 (Plano Estadual, Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 2 – Projeto 1)

**Fontes de recursos:** Orçamento do Estado, concessionárias e governo federal.

### PROJETO 2 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES OPERACIONAIS DO SUPRIMENTO

**Escopo:** As falhas de suprimento energético e suas durações vêm alcançando níveis acima dos padrões máximos exigidos pela Aneel em algumas áreas do Estado. Assim, há necessidade de melhoria do nível de serviço do suprimento, colocando-o nos padrões da Aneel. O projeto consiste em designar à Agergs a máxima instância em decisões administrativas relacionadas ao cumprimento de indicadores de qualidade do serviço, agilizando as decisões e aproximando o órgão responsável pelo monitoramento das empresas fiscalizadas.

**Metas:** Deve ser executado no período 2008-2011, dada a necessidade de detalhamento técnico da obra e busca por recursos para sua execução.

**Recursos:** Os investimentos no escopo de atuação do governo estadual estão ligados ao esforço no atingimento dos objetivos desejados, via negociações com a esfera federal e empresas envolvidas, e realocação/contratação de pessoal para composição das equipes de trabalho nos órgãos estaduais (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprojeto 2 – Projeto 2).

**Órgãos intervenientes:** Concessionárias de energia elétrica, Semc, Aneel e Agergs.

**Fontes de recursos:** Eventuais investimentos em equipamentos seriam feitos pelas conces-



sionárias de energia elétrica, na medida de suas necessidades internas, estando fora do escopo governamental. No âmbito da esfera estadual, os investimentos, como descrito acima, não são de aporte de capital, mas de realocação de recursos humanos e demanda de tempo.

### SUBPROGRAMA 3 – TELECOMUNICAÇÕES

#### PROJETO 1 – SUPRIMENTO REGIONAL DE REDES DE TRANSMISSÃO DE DADOS DE ALTA VELOCIDADE

**Escopo:** Formação de arcabouço institucional que incentive o desenvolvimento e implementação de redes de transmissão de dados de alta velocidade, através de regulamentação de práticas de mercado, centralização de informações e consolidação de equipe de acompanhamento (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma de Telecomunicações – Projeto 1).

**Metas:** Formação do comitê de gerenciamento de recursos até 2007. Consolidação do arcabouço institucional até 2011.

**Órgãos intervenientes:** RNP (além da AsRNP e Rede Tchê), MCT, MEC, Semc e empresas atuantes em setores de infra-estrutura (administradoras de rodovias, concessionárias de energia elétrica, etc.).

**Recursos necessários:** Projeto de natureza político-institucional, que não requer investimento de capital (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 3 – Projeto 1).

### PROGRAMA 3 – DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA E EMPRESARIAL

**Justificativa:** A manutenção e instalação de indústrias no Rio Grande do Sul depende, cada vez mais, da incorporação de inovações em produtos e processos, que tornem seus produtos diferenciados e competitivos. Assim, os segmentos promissores na Região devem estar em contínua renovação, o que requer pesquisas aplicadas e capacitações nesses segmentos.

**Quadro 2.2.4 – Projetos do Programa de Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica e Empresarial (RF2)**

Programa:	Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica e Empresarial			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
	Desenvolvimento de pesquisas aplicadas nos segmentos promissores de abate e preparação de carnes, produtos de origem vegetal, eletrônico-eletrônico, material de transportes, químico, serraria, madeira e móveis e demais produtos da indústria alimentar. Desenvolver soluções tecnológicas inovadoras aos problemas existentes, a exemplo da Universidade do Milênio, da Universidade de São Carlos, em São Paulo	Desencadear 150 pesquisas até 2015, sendo 30 até 2007, 60 entre 2008 e 2011 e 60 entre 2012 e 2015		SCT e Fapergs
	Incremento de programas de capacitação profissional, especialmente nos setores de eletrônico-eletrônico, material de transportes, químico, serraria, madeira e móveis, papel e gráfica e demais produtos da indústria alimentar, especialmente fabricação e refino de óleos vegetais	Formar cursos de tecnológicos e não-formais de 905 alunos até 2007, 1,8 mil entre 2008 e 2011 e 1,8 mil entre 2012 e 2015	Uergs, Univates, Unisc, entidades empresariais e escolas técnicas	SEC, Senai e universidades
	Estruturação de um sistema de informações de mercados e safras, de pesquisas tecnologias e melhores práticas, aos setores primário e secundário	Implementar o sistema de informações de pesquisas tecnológicas e de melhores práticas, voltados aos segmentos industriais promissores	Sedai, Univates, Unisc, Agências de Desenvolvimento	Sedai, Univates, Unisc e agências de desenvolvimento
	Apoio a projetos de criação de marcas e patentes de produtos regionais, no país e exterior, protegendo a propriedade intelectual (PI) especialmente de pequenas e médias empresas (PMEs)	Apoiar cerca de 60 iniciativas de propriedade intelectual e licenciamentos no exterior por ano	PGQP, Fapergs, Univates, Unisc, Sedai e SCP	Orçamento estadual, ICTs, associações empresariais, escolas técnicas e Senai

## PROGRAMA 4 – FORTALECIMENTO DOS CENTROS URBANO-INDUSTRIAIS REGIONAIS

Tem como objetivo fortalecer os centros urbano-industriais de Estrela, Lajeado, Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul, tornando-os atrativos à localização industrial (serviços urbanos e sociais, áreas industriais, capacitações, qualidade urbana), evitando a ampliação de impactos decorrentes dessas atividades e da atração populacional que a industrialização carrega.

**Justificativas:** Proporcionar, nos centros urbano-industriais principais de Estrela, Lajeado, Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul, com maiores chances de recepção industrial, formas de dinamizar esses centros por meio de serviços associados a infra-estruturas continentais e centros regionais de consolidação e distribuição de cargas, como plataformas terrestres ou centros multi-modais (rodo-hidro-ferroviários), que consolidem cargas e as distribuam no espaço gaúcho, utilizando-se dos modais disponíveis na Região. Também são objetos deste programa prover áreas industriais que atraiam atividades industriais e fortalecer as condições sócio-urbano-ambientais desses centros, recuperando passivos sociais e ambientais, assim como suprindo serviços sociais e ambientais para novas demandas emergentes até 2015, de modo a capacitar a população e imprimir condições urbanas atrativas à localização industrial. Assim, serão necessárias ações concomitantes em investimentos urbanos, educação (capacitação), saúde, saneamento básico, habitação, combate à pobreza e recuperação ambiental.

**Quadro 2.2.5 – Projetos do Subprograma Suprimento de Serviços de Apoio à base Urbano-Industrial (RF2)**

Programa	Fortalecimento dos Centros Urbano-Industriais Regionais			
Subprograma	Suprimento de Serviços de Apoio à Base Urbano-Industrial			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Plataformas Terrestres	A Região conta com elementos para funcionar como concentradora e distribuidora de cargas	Centro Logístico Integrado em Estrela – Plataforma Terrestre		Orçamento do Estado e empresas
Implantação ou Consolidação de Áreas Industriais	Venâncio Aires, uma das cidades-pólo, já vem recebendo incentivos da Sedai para implementação de distrito industrial entre 2000 e 2005. A isso, devem se somar as implantações ou consolidações de áreas industriais em Estrela, Lajeado e Santa Cruz do Sul	Implantar/consolidar quatro áreas industriais nos quatro pólos urbanos importantes	Sedai, prefeituras e empresários	Sedai, prefeituras e iniciativa privada

**Quadro 2.2.6 – Projetos do Subprograma Serviços Socioambientais Urbanos (RF2)**

Programa	Fortalecimento dos Centros Urbano-Industriais Regionais			
Subprograma	Serviços Socioambientais Urbanos			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Ampliação do Saneamento Básico – Ampliação da Coleta de Esgotos Urbanos	Atendimento à população urbana por rede de coleta de esgotos, com redução de 40% do déficit apurado em 2003 até o ano de 2015 e ligações adicionais em função do crescimento populacional	Realizar 3,3 mil ligações até 2007; 5,2 mil entre 2008/2011 e 4,8 mil entre 2012/2015	Corsan e órgãos municipais de saneamento	Prosaneamento – Prosanear e financiamentos externos
Ampliação do Saneamento Básico – Tratamento e Destinação de Esgotos Domiciliares e Industriais	Implementação de lagoas de estabilização para tratamento dos esgotos domiciliares e industriais coletados das cidades-pólo regionais	Implementar tratamento de esgotos em quatro cidades	Corsan e prefeituras	Prosaneamento – Prosanear e financiamentos externos
Ampliação do Saneamento Básico – Destinação de Resíduos Sólidos Domiciliares e Industriais Não-perigosos	Destinação dos resíduos domiciliares e industriais não-perigosos em aterros sanitários	Implantar/consolidar de quatro aterros sanitários nas cidades-pólo regionais	Prefeituras, Sops, Corsan e Sema	Programa de Ação Social em Saneamento. Pró-Saneamento – Prosanear, financiamentos externos e Projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo

**Quadro 2.2.7 – Projetos do Subprograma de Serviços Sociais Urbanos (RF2)**

Programa	Fortalecimento dos Centros Urbano-Industriais Regionais			
Subprograma	Serviços Sociais Urbanos			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Fortalecimento da Educação – Avaliação de Desempenho	Avaliação do desempenho dos alunos do ensino médio e fundamental visando à melhoria de qualidade do ensino	Avaliar bianualmente todos os alunos da rede pública: Ensino Fundamental: 1,3 mil alunos até 2007; 2,5 mil de 2008 a 2011; 2,5 mil de 2012/2015; Ensino Médio: 483 alunos até 2007; 935 alunos de 2008 a 2011; 937 de 2012 a 2015	SEC e secretarias municipais de educação	Orçamento estadual
Fortalecimento da Educação – Escola de Tempo Integral	Ampliação da qualidade da formação no Ensino Fundamental	Incluir, até 2015, de 50% da população de sete a 14 anos em tempo integral na escola: até 2007, 7,1 mil alunos; de 2008 a 2011, 11,9 mil alunos; e, de 2012 a 2015, 14,6 mil alunos	SEC e secretarias municipais de educação	Orçamento estadual
Fortalecimento da Educação – Atendimento na Educação Básica	Abertura de novas vagas para os alunos que demandarão a escola, produto do crescimento populacional desses centros urbanos	Incluir 100% de crianças e adolescentes de sete a 14 anos na Educação Fundamental: 25,6 mil alunos até 2007; 24,8 mil entre 2008/2011 e 25,1 mil entre 2012/2015 Incluir 100% da população de 15 a 17 anos no Ensino Médio: 7,7 mil até 2007; 7,4 mil de 2008 a 2011; 7,5 mil até 2015	SEC e secretarias municipais de educação	Orçamento estadual
Fortalecimento no Atendimento de Saúde – Construção de Leitos	Provimento, até 2015, do número compatível de novos leitos no sentido de reduzir o déficit existente e prover o atendimento de populações adicionais	Construir 151 leitos até 2015	Secretarias estadual e municipais de saúde	SUS
Fortalecimento no Atendimento de Saúde – Expansão do Programa de Saúde da Família	Atendimento de 80% da população urbana por ações básicas de saúde familiar	Criar 16 grupos de saúde familiar até 2007; 32 grupos entre 2008/2011 e nove grupos entre 2012/2015	Secretarias estadual e municipais de saúde	SUS
Melhoria e Suprimento Habitacional – Construção de Banheiros	Garantia de acesso das populações urbana e rural à moradia com qualidade e conforto mínimos	Eliminar 35% do déficit existente até 2011. Construir 109 unidades sanitárias	Sehadur, Cohab e secretarias municipais de habitação	Orçamento estadual
Melhoria e Suprimento Habitacional – Construção de Moradias	Atendimento à demanda por moradia das novas famílias resultantes do crescimento demográfico	Construir 1,5 mil moradias até 2015	Sehadur, Cohab e secretarias municipais de habitação	Orçamento estadual
Combate à Pobreza – Renda Básica	Complementação da renda das pessoas situadas abaixo da linha de indigência com recursos necessários para atingir o piso de rendimento de um salário mínimo	Complementar a renda de 520 pessoas até 2007 e a previsão do mesmo quantitativo bienal até 2015		Orçamento estadual

**Tabela 2.2.12 – Recursos para o Programa 4 (R\$ Mil)**

Projetos	2006/2007	2008/2011	2012/2015	Total
<b>Suprimento de Serviços de Apoio à Base Urbano-Industrial</b>				
1 – Plataformas Terrestres	-	-	90.000	90.000
2 – Implantação ou Consolidação de Áreas Industriais	10.000	20.000	20.000	50.000
<b>Serviços Sociais Urbanos</b>				
1 – Fortalecimento da Educação - Avaliação de Desempenho	4	7	7	18
2 – Fortalecimento da Educação - Escola de Tempo Integral	1.779	5.957	7.287	15.022
3 – Fortalecimento da Educação - Atendimento à Demanda por Ensino Básico	26.404	40.110	64.128	130.643
4 – Fortalecimento no Atendimento de Saúde - Incremento de Leitos	1.105	6.289	15.692	19.086
5 – Fortalecimento no Atendimento de Saúde - Expansão do PSF	768	3.072	864	4.704
6 – Melhoria e Suprimento Habitacional - Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios	64	266	-	320
7 – Melhoria e Suprimento Habitacional - Construção de Moradias	4.149	8.302	8.302	27.572
8 – Combate à Pobreza (Renda Básica)	3.737	7.474	7.474	18.685
<b>Serviços Socioambientais Urbanos</b>				
1 – Ampliação do Saneamento Básico - Ampliação da Coleta de Esgotos Urbanos	8.158	13.022	11.897	33.077
2 – Ampliação do Saneamento Básico - Tratamento e Destinação de Esgotos Domiciliares e Industriais	1.830	4.575	2.745	9.149
3 – Ampliação do Saneamento Básico - Destinação de Resíduos Sólidos Domiciliares e Industriais Não-perigosos	601	1.503	902	3.006
<b>Total</b>	<b>58.597</b>	<b>110.567</b>	<b>225.297</b>	<b>394.461</b>

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

## ESTRATÉGIA 2 – DE SUPRIMENTO AGROINDUSTRIAL DA RMPA

A Região tem tradição de suprimento da RMPA em alguns produtos – bebidas, metalúrgicos, produtos de origem animal e alimentícios (balas, bebidas, embutidos, conservas, laticínios) – além da madeira, que devem ser ampliados e diversificados, como forma de diminuir a dependência do fumo e fortalecer a produção de hortifrutigranjeiros (feijão, batata, amendoim, frutas, ervilha, etc., já em expansão), dos pequenos produtores rurais e urbanos, dominantes. Assim, esta estratégia de programas e projetos visa não só ampliar produções e mercados para a Região, como fortalecer os pequenos produtores rurais, que representam 95% das propriedades rurais, integrando-os em cadeias alimentares e de base florestal. O conjunto de programas e projetos desta estratégia, registrado na **Tabela 2.2.13**, é especificado na seqüência.

**Tabela 2.2.13 – Programas e Projetos da Estratégia Suprimento Agroindustrial (R\$ Mil)**

Estratégia	Programa	Sub-programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
2 – Suprimento Agroindustrial da RMPA	1 – Estímulos Econômicos		1 – Incentivos a Pequenas Indústrias	Incluídos na Estratégia 1				
			2 – Direcionamento das Linhas de Crédito e Financiamento	Incluídos na Estratégia 1				
			3 – Fortalecimento da Extensão Rural Acoplada a Financiamentos Agropecuários	194.443	671.826	1.044.030	1.910.299	
			4 – Eficiência Coletiva – Incentivo ao Associativismo e Cooperativismo	885	1.155	1.155	3.194	
			5 – Inteligência Competitiva	Incluídos na Estratégia 1				
			6 – Apoio à Exportação	Incluídos na Estratégia 1				
				<i>Total do Programa</i>	<i>195.328</i>	<i>672.981</i>	<i>1.045.185</i>	<i>1.913.493</i>
	2 – Implementação de Infra-estruturas	1 – Transportes		1 – Acessos Capilares a Municípios	10.610	10.700	78.950	100.260
				2 – Upgrade em Armazenamento	-	54.280	-	54.280
		2 – Energia		1 – Universalização do Suprimento Rural Adequado (Luz para Todos)	18.300	-	-	18.300
				2 – Melhoria do Suprimento Rural (Energia Forte)	4.100	-	-	4.100
		3 – Telecomunicações		1 – Universalização da Telefonia Rural	3.000	900	-	3.900
				2 – Fortalecimento de Centros de Difusão de Informações Tecnológicas (Infra-estrutura Informatizada)	3.000	-	-	3.000
				<i>Total do Programa</i>	<i>39.010</i>	<i>65.880</i>	<i>78.950</i>	<i>183.840</i>

Estratégia	Programa	Sub-programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
2 – Suprimento Agroindustrial da RMPA (Cont.)	3 – Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica e Empresarial		1 – Desenvolvimento de Pesquisas Agropecuárias Aplicadas	Incluídos na Estratégia 1				
			2 – Desenvolvimento de Capac. Técnica e Gerencial	Incluídos na Estratégia 1				
			3 – Fortalecimento de Sistema de Informações para Difusão Tecnológica	Incluídos na Estratégia 1				
	<i>Total do Programa</i>				-	-	-	-
	4 – Capitalização do Potencial Ambiental			1 – Fortalecimento do Controle e Defesa Agropecuária – Aparelhamento para Controle	2.850	7.126	4.276	14.252
				2 – Marco Regulatório – Regulamentação Ambiental da Silvicultura	1.680	4.200	2.520	8.400
				3 – Implantação de Viveiros	240	300	100	640
				4 – Sistemas de Captação, Armazenamento e Distribuição de Águas Pluviais	706	1.764	1.058	3.528
				5 – Incentivos à Produção Agroecológica	2.430	6.076	3.646	12.152
	<i>Total do Programa</i>				7.906	19.466	11.600	38.972
	5 – Recuperação Ambiental			1 – Melhorias Tecnológicas para a Destinação de Dejetos de Origem Animal	2.096	5.239	3.143	10.478
				2 – Manejo Adequado de Agroquímicos	741	1.853	1.112	3.706
				3 – Restauração de Matas Ciliares	500	1.250	750	2.500
	<i>Total do Programa</i>				3.337	8.342	5.005	16.684
	<b>Total da Estratégia</b>				<b>246.362</b>	<b>768.180</b>	<b>1.142.250</b>	<b>2.156.792</b>

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

## PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

**Justificativas:** Objetiva incentivar pequenas produções agroindustriais que agreguem valor às produções agropecuárias regionais, assim como introduzir produtos agropecuários e silvícolas de maior valor e produtividade, reconvertendo, progressivamente, as culturas de fumo. A integração e rendimentos hoje obtidos pelos pequenos produtores nesta cultura dificulta reconversões e, para isso, além de estímulos econômicos, também deve ser fortalecido o associativismo como forma de superar os problemas de pequena escala (na compra de insumos, uso de equipamentos, comercialização) decorrentes dessa estrutura fundiária (**Quadro 2.2.8**).

**Quadro 2.2.8 – Projetos do Programa de Estímulos Econômicos (RF2)**

Programa: Estímulos Econômicos				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
	O processamento de produtos agropecuários pelos pequenos produtores requer incentivos especiais, promovendo o associativismo e cooperativismo nessas produções, por meio de linhas de crédito especiais	Reduzir a participação do fumo no valor da produção regional de 34% para 25% em 10 anos. Ampliar a participação regional no valor da produção agrícola estadual dos atuais 9,3% para 15% em 10 anos		
	Abertura de linhas de crédito para agricultores e associações aos segmentos agropecuários e silvícolas promissores (frutas, madeira, aves e suínos e bovinos), nos bancos regionais de financiamento econômico	Adotar o critério de participação no total de recursos de financiamento estadual de 6,6%		
	Estímulos à reconversão dos plantios (hortifrutigranjeiros e silvicultura) como forma de reduzir a dependência regional do fumo. Fortalecimento da assistência técnica à pequena e média unidade rural pela Emater	Ampliar em 20% os valores médios dos financiamentos rurais, liberados mediante plano de reconversão de plantios elaborados pela Emater		

Programa: Estímulos Econômicos				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Eficiência Coletiva – Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo	As pequenas escalas de produção e comercialização, decorrentes da estrutura fundiária de pequenas propriedades, exige cada vez mais, para sua competitividade, que se ampliem as escalas de compras e utilização de insumos e maquinários, assim como busca e escoamento para mercados por meio da agregação de produtores	Eficiência Coletiva – Fortalecimento do cooperativismo e associativismo	Sedai, Sebrae, Emater e Caixa RS	Caixa RS, Sedai, SCP, Sebrae, Emater e empresas
Inteligência Competitiva	Implementação de células de vigília de inteligência de mercados, como parcelas de um projeto estadual, que permita, continuamente, obter e disseminar informações tecnológicas, legais e institucionais sobre mercados emergentes para esses segmentos	Implementar células de vigília em três segmentos dominantes na Região e disseminar as informações por meio de agentes diversos regionais	SCP, Sedai, Sebrae, agências de desenvolvimento, COREDEs, universidades, cooperativas e empresas	Orçamento estadual e contrapartida de empresas
Apoio às Exportações	Implementação de uma célula regional, como parcela local de um sistema estadual de apoio a projetos gaúchos de exportação, em sua fase de estudo e concepção e implementação	Implantar, até 2007, a célula regional do sistema estadual de apoio às exportações, articulada aos principais produtores	Sedai e empresas	Sedai e empresas

## PROGRAMA 2 – IMPLEMENTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS

**Justificativa:** O suprimento de hortifrutigranjeiros para a metrópole, Estado e mesmo exportação exige tanto a acessibilidade ágil com a metrópole e o Porto de Rio Grande – transportes e comunicações – como redes capilares na Região de suprimento energético, telefonia e acessos por transportes, ramificados em todos os municípios e pequenos produtores rurais.

### SUBPROGRAMA DE TRANSPORTES

#### PROJETO 1 – ACESSOS ASFALTADOS MUNICIPAIS

**Escopo, Recursos e Metas:** Não há acessos asfaltados a três sedes de municípios no Vale do Rio Pardo (Ibarama, Lagoa Bonita do Sul e Passa Sete) e oito municípios no Vale do Taquari (Canudos do Vale, Capitão, Coqueiro Baixo, Relvado, Santa Clara do Sul, Sério, Doutor Ricardo e Travesseiro). Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 1 – Projeto 6).

**Órgãos intervenientes:** Daer e prefeituras.

**Fontes de Recursos:** Orçamento do Estado e prefeituras.

Tabela 2.2.14 – Acessos Capilares a Municípios – RF 2 (R\$ Milhões)

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF	Prioridade
AG031	RP043	Acesso rodoviário Sério	2 faixas de tráfego entre RS-421 e Sério (frente da Prefeitura Municipal)	22,8	13,63	100	13,63	4
AG038	RP028	Acesso Tunas	2 faixas no acesso Tunas (rua Oscar Kaufmann – RST 481)	31,9	16,22	100	16,22	4
AG031	RP061	Acesso Relvado	2 faixas no trecho entre Relvado (sede) e RS-332	16,6	12,6	100	12,6	4
AG031	RP062	Acesso Capitão	2 faixas no trecho entre Capitão e Arroio do Meio	16,53	10,73	100	10,73	4
AG031	RP064	Acesso Canudos do Vale	2 faixas no trecho de acesso a Canudos do Vale	16,2	11,7	100	11,7	4
AG031	RP145	Acesso Coqueiro Baixo	trecho entre Coqueiro Baixo e Nova Brésia (dep de NB-Encan)	9,6	6,5	100	6,5	3
AG031	RP152	Acesso Doutor Ricardo	trecho entre doutor Ricardo e Gruta Nossa Senhora de Lourdes	2,78	1,78	100	1,78	1
AG031	RP170	Acesso Lagoa Bonita do Sul	trecho entre Lagoa Bonita do Sul e RS400	6,82	3,49	100	3,49	1
AG031	RP185	Acesso Passa Sete	trecho entre Passa Sete e RS400	2,43	1,34	100	1,34	1
AG031	RP207	Acesso Travesseiro	trecho entre Travesseiro e VRS311 em Vila Forqueta	9,49	7,57	100	7,57	3
AG031	RP223	Acesso Ibarama	trecho entre Ibarama e BR481	11,5	10,7	100	10,7	2
AG031	RP224	Acesso Santa Clara do Sul	trecho entre Santa Clara do Sul e RS453	4,3	4,00	100	4,00	1

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe– HLC

## **PROJETO 2 – MELHORIAS EM ARMAZENAGEM**

**Escopo:** A ampliação da produção de diversos produtos agropecuários na Região, até 2015, aponta para uma escassez de formas de armazenagem. Haverá necessidade de uma melhoria dos armazéns da RF 2, em 542,8 mil toneladas (ZM002).

**Recursos:** R\$ 54,3 milhões (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 1 – Projeto 7).

**Órgãos Intervenientes:** SAA e empresários.

**Fontes de recursos:** empresários.

## **SUBPROGRAMA DE ENERGIA**

### **PROJETO 1 – UNIVERSALIZAÇÃO DO SUPRIMENTO RURAL ADEQUADO (LUZ PARA TODOS)**

**Escopo:** Universalizar o acesso à energia elétrica no meio rural, como alternativa de modernização da produção agropecuária e melhoria das condições de vida, pela expansão de programas de financiamento de linhas de distribuição, a longo prazo ou a fundo perdido, aproveitando e incentivando as cooperativas existentes.

**Metas:** Atendimento às cerca de 70 mil propriedades rurais da Região.

**Órgãos intervenientes:** Comitê Gestor Estadual de Universalização – distribuidoras, governo estadual, prefeituras e sociedade civil.

**Recursos:** Estima-se recursos de R\$ 18,3 milhões até 2007 (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 2 – Projeto 3).

**Fontes de recursos:** 50% dos recursos aportados pelo governo federal, utilizando a Conta de Desenvolvimento Energético, 20% aportados pelo governo estadual, 15% das concessionárias de energia e 15% do governo federal, via Reserva Global de Reversão para as concessionárias, financiados a taxas de 5% a.a. com carência de 2 anos.

### **PROJETO 2 – MELHORIA DO SUPRIMENTO RURAL (ENERGIA FORTE)**

**Escopo:** Reforço da rede de energia elétrica rural (trifásica), possibilitando a ligação de máquinas agrícolas para melhoria das condições de produção rural.

**Meta:** O Programa Energia Forte segue os mesmos cronogramas, na medida em que as ligações trifásicas vão sendo efetuadas/convertidas, conforme avança o Programa Luz para Todos.

**Órgãos intervenientes:** Semc e prefeituras

**Recursos:** R\$ 4,1 milhões até 2007 (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 2 – Projeto 4).

**Fontes de recursos:** governo estadual.

## **SUBPROGRAMA DE TELECOMUNICAÇÕES**

### **PROJETO 1 – UNIVERSALIZAÇÃO DA TELEFONIA RURAL**

**Escopo:** Universalizar o acesso à telefonia fixa ou móvel rural, como forma de inserir os produtores em sistemas de informação e conhecimento que modernizem processos agropecuários e ampliem as alternativas de comercialização, por meio de financiamentos a longo prazo ou a fundo perdido.

**Meta:** Ampliar a cobertura de telefonia rural para 100% até 2015, dos atuais 8,8% da população e 35,6% dos municípios atendidos.

**Órgãos Intervenientes:** A expansão da telefonia móvel demanda intervenção da Semc, Anatel, Ministério das Comunicações e empresas operadoras de telefonia celular. Já em relação ao Projeto Telefone no Campo, a instituição interveniente é a Semc.

**Recursos:** R\$ 3,9 milhões entre 2008 e 2011 (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 3 – Projeto 2).

**Fontes de recursos:** Os investimentos iniciais para os estudos da ampliação da rede de telefonia móvel devem ser de responsabilidade do governo estadual, centralizados na Secretaria

de Energia, Minas e Comunicações. Já em relação à ampliação da rede, após os estudos, serão necessários financiamentos a longo prazo ou a fundo perdido, com aporte significativo dos governos estadual e federal. Em termos do projeto Telefone no Campo, o investimento deverá ser feito pelo governo estadual.

### **PROJETO 2 – FORTALECIMENTO DE CENTROS DE DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS (INFRA-ESTRUTURA INFORMATIZADA)**

**Escopo:** Fortalecer a rede de centros de dados informatizados nas sedes dos 59 municípios da Região, como forma de promover a inserção de produtores rurais na sociedade de informações, em parceria com Emater, Embrapa e cooperativas. Trata-se de fortalecer o sistema informatizado em centros existentes ou novos, onde funcionaria o Sistema de Informações Tecnológicas (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 3 – Projeto 3).

**Meta:** Implantação e/ou fortalecimento de 59 centros em todos os municípios da Região.

**Órgãos Intervenientes:** Emater, Embrapa, prefeituras e cooperativas.

**Recursos:** R\$ 3 milhões até 2007 (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 3 – Projeto 3).

**Fontes de recursos:** governo estadual.

### **PROGRAMA 3 – DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA E EMPRESARIAL**

**Justificativa:** A reconversão da cultura de fumo predominante, substituindo-a por culturas tão rentáveis quanto ela, e a ampliação do suprimento hortifrutícola para a RMPA exigirão um grande esforço em pesquisas e capacitações nesses cultivos e na gestão das pequenas propriedades para serem eficientes e rentáveis. O conjunto de projetos de pesquisas e capacitações necessários são apresentados na sequência.

**Quadro 2.2.9 – Projetos do Programa de Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica e Empresarial (RF2)**

<b>Programa Projeto</b>	<b>Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica e Empresarial</b>			
	<b>Escopo</b>	<b>Metas</b>	<b>Órgão interveniente</b>	<b>Fonte de recursos</b>
Desenvolvimento de Pesquisas Agropecuárias Aplicadas	Pesquisas em cultivos adequados à Região, especialmente em frutas e silvicultura	Desenvolver, no mínimo, 100 pesquisas ao longo de 10 anos	Emater e Embrapa	SCT, Fapergs e Embrapa
Desenvolvimento de Capacitação Técnica e Gerencial	A gestão dos pequenos negócios deve ser eficiente, de modo ampliar a renda do campo, reduzindo custos, ampliando produtividades, reconvertendo para culturas mais rentáveis, buscando comercializações. A capacitação gerencial deve abranger esses aspectos	Capacitar 50% dos pequenos proprietários rurais até 2015 (3 000 anuais)	Emater e Sedai	SEC
Fortalecimento do Sistema de Informações para Difusão Tecnológica	Fortalecimento do sistema de informações aos produtores rurais de plantios segundo potenciais de mercados e sistema de informações de melhores práticas agrícolas e industriais, em centros de informações em rede, espalhados pelas 59 sedes municipais da Região, em parceria com Emater e órgãos de pesquisa	Fortalecer sistema de informações aos produtores rurais de plantios segundo potenciais de mercados e sistema de informações de melhores práticas agrícolas e industriais, em centros de informações em rede, nas 59 sedes municipais em parceria com Emater e órgãos de pesquisa	Fepagro - Fruticultura em Taquari, SAA, Emater e Sedai	Fapergs, SAA e Sedai

### **PROGRAMA 4 – CAPITALIZAÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL**

**Justificativas:** Problemas sanitários têm restringido a circulação de mercadorias entre municípios, Estados e a exportação, requisitando o fortalecimento do controle e defesa agropecuária, de modo que esse fator não restrinja acessos a mercados. Há necessidade de reformulação e reforço da política de defesa sanitária que permita a circulação de mercadorias entre municípios, fortalecendo-os em convênios com o Estado.



Por outro lado, o gerenciamento dos recursos hídricos no Estado é questão estratégica, dada a crescente escassez hídrica, especialmente nesta Região onde o cultivo do arroz irrigado é dominante. Entretanto, não há suporte institucional adequado a esse controle. O setor de gerenciamento e outorga das águas, que se relaciona com os Comitês de Bacias, é restrito e não conta com um sistema de informações hidrológicas de ofertas e demandas, o que inviabiliza sua capacidade de gerenciar os recursos hídricos do Estado. Também a falta de um enquadramento legal claro quanto à silvicultura desestimula esses plantios, pois as restrições ambientais na época do corte podem inviabilizar os investimentos realizados. Finalmente, o apoio à reconversão agrícola para culturas de maior valor, como frutas e silvicultura, necessita de viveiros de mudas controladas e adequadas às regiões que supram essas exigências. Os projetos ambientais para esse suporte econômico são descritos na seqüência.

**Quadro 2.2.10– Projetos do Programa Capitalização do Potencial Ambiental (RF2)**

Programa: Capitalização do Potencial Ambiental				
Projeto	Escopo	Metas	Orgão interveniente	Fonte de recursos
Fortalecimento do Controle Agropecuário	Instrumento jurídico que estructure novas formas de defesa sanitária no Estado, em convênios com municípios e entre eles, de modo a assegurar a defesa agropecuária, ao mesmo tempo que permita maior agilização da circulação de mercadorias entre eles e os demais Estados	Informatizar as Inspetorias Veterinárias e Zootécnicas e dos escritórios do Departamento de Produção Vegetal. Regulamentação da defesa e controle agropecuário que insira municípios nas estruturas de controle, definindo competências e atribuições. Fiscalização e erradicação de viveiros clandestinos	SAA, Emater, Anvisa, SES e municípios	Fundo Estadual de Sanidade Animal e Feasp (constam no PPA 2004/2007)
Marco Regulatório – Regulamentação Ambiental para a Silvicultura	Reformulação da legislação ambiental que permita a silvicultura e a compensação pela preservação ambiental – matas ciliares e vegetações. Divulgação, orientação e fiscalização da silvicultura na Região	Efetuar divulgação e acompanhamento do zoneamento ambiental e marco regulatório já elaborados	SAA/DPV, Emater, Semc e Sema/Defap	Recursos orçamentários
Implantação de Viveiros	Criação de viveiros de frutas e silvicultura adequadas à Região, em associação com pesquisas de novos cultivares	Implantar e/ou fortalecer 4 viveiros de frutas e 2 de silvicultura, distribuídos espacialmente na Região	Grac, SAA, Emater e Embrapa	Fundeflor e Profruta
Sistemas de Captação, Armazenamento e Distribuição de Águas Pluviais	Implantação de reservatórios de captação de águas pluviais em propriedades de agricultura familiar, visando contribuir para a dessedentação de animais, irrigação em casos específicos e, sob tratamento, para uso humano em situações emergenciais	Implantar cisternas, açudes e correlatos e redes de distribuição nas propriedades rurais onde existam condições físicas de captação	SAA, Sema, Sops, Fepam e Emater	Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e Conservação de Solos e Fundo de Recursos Hídricos-FRH
Incentivo à Produção Agroecológica	Fomento de uma nova geração de produtos menos agressivos ao meio ambiente e de maior valor comercial, que pode aumentar a renda do produtor rural, especialmente a agricultura familiar	Ampliar a produção agroecológica em cerca de 3 mil pequenas propriedades (5%)	Sema, Fepam e Emater	Programa Primeiro Empréstimo Programático para a Sustentabilidade Ambiental e Projeto de Desenvolvimento de Tecnologia Agrícola

### PROGRAMA 5 – RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

**Justificativas:** O aumento da produtividade de suínos, especialmente em pequenas propriedades rurais, ampliou as quantidades de dejetos das criações e o destino dos efluentes, que vêm causando poluição das águas e solos. Essa produção importante na Região tem conquistado mercados externos (cerca de 50% da produção regional de carnes é exportada) e, crescentemente,

serão exigidos padrões sanitários e ambientais de manejo, que necessitarão de uma destinação adequada desses rejeitos e efluentes. As exportações de carnes, estimadas em 307 mil t/ano, estarão sujeitas a crescentes pressões externas pela melhoria ambiental do processo produtivo. Entre as barreiras sanitárias potenciais, a destinação adequada de resíduos, como medida de redução da poluição, será solicitada, exigindo providências para futuras certificações de produtos. Por outro lado, a cultura de milho, disseminada na Região associada à cadeia de aves e suínos, tende a se ampliar e, também, o uso de agroquímicos, causando problemas de poluição. O maior controle no uso deste insumo será necessário, como forma de evitar a ampliação desse impacto.

**Quadro 2.2.11 – Projetos do Programa Recuperação Ambiental (RF2)**

Programa Projeto	Recuperação Ambiental Escopo	Metas	Órgão Interveniente	Fonte de recursos
Melhorias Tecnológicas para a Destinação de Dejetos de Origem Animal	A melhoria das tecnologias disponíveis para destinação final dos dejetos animais e sua validação são de fundamental importância para que possa ser fomentada e mantida a atividade de suinocultura no Estado. O projeto “Gestão de Ativos Ambientais”, do PNMA II/MMA, está em andamento, envolvendo Rio Grande do Sul e Santa Catarina	Desenvolver cursos e treinamentos para capacitação de suinocultores e avicultores em técnicas ambientalmente sustentáveis, adotando práticas de manejo e instalação de equipamentos adequados à transformação de resíduos orgânicos em fertilizantes (adubo)	SAA e Sema	Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMA II
Manejo Adequado de Agroquímicos	Implementação do controle e da fiscalização das atividades agrícolas que exijam forte demanda de agroquímicos para seu cultivo	Implementar o controle de uso de agroquímicos em cerca de 50% das propriedades rurais até 2015 (34 mil)	SAA, Emater e Sema	
Restauração de Matas Ciliares	Restauração da vegetação às margens e no entorno dos corpos hídricos em bacias hidrográficas do Estado	Restaurar a mata ciliar ao longo dos cursos d’água das duas principais bacias hidrográficas da Região	Sema/Defap, Fepam, SAA e Emater	Recursos de reposição florestal, previstos por legislação específica quanto às compensações pela implantação de grandes empreendimentos no Estado

### ESTRATÉGIA 3 – CRIAÇÃO DA IDENTIDADE REGIONAL

**Justificativas:** A Região tem especificidades em três vertentes: produtos alimentícios especiais, pedras preciosas e potencial turístico. Nos alimentos, poderá haver nichos de mercado em produtos especiais de laticínios, bebidas e condimentados.

No turismo, poderá haver alternativa de suprimento do turismo metropolitano, em busca de alternativas à Serra, apoiado por sua base étnica e cultural diversa, que produziu padrões urbanos, arquitetônicos, gastronômicos e culturais diferenciados. Essa é a tendência de grandes centros metropolitanos, que estendem o turismo regional a áreas adjacentes especializadas ou com atrativos, a exemplo de São Paulo. Assim, não se trata de turismo nacional ou internacional, mas apenas de alternativas da metrópole, para viagens de curta permanência.

Com relação aos produtos minerais, como pedras preciosas, a introdução do *design* poderá ampliar mercados hoje recebendo produtos brutos, como a China. Assim, a identidade regional deverá trabalhar com essas três vertentes. Os projetos que compõem esta Estratégia são especificados na seqüência, nas **Tabelas 2.2.15 a 2.2.17** e nos **Quadros 2.2.12 a 2.2.19**.

**Tabela 2.2.15 – Projetos da Estratégia Identidade Regional (R\$ Mil)**

Estratégia	Componente	Programa	Sub-Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total		
3 – Criação da Identidade Regional	1 – Criação da Identidade Regional			1 – Criação de Identidade Regional	2.000			2.000		
				2 – Divulgação e Prospecção de Mercados	1.000	1.000	1.000	3.000		
				3 – Certificação de Qualidade e Apoio à Inovação	178	356	356	890		
				4 – Programa de Apoio ao Registro de Marcas e Patentes	Incluídos na Estratégia 1					
	<i>Total do Componente</i>					<i>3.178</i>	<i>1.356</i>	<i>1.356</i>	<i>5.890</i>	
	2 – Fortalecimento do Turismo Regional				1 – Incentivos à Atividade Hoteleira	Incluídos na Estratégia 1				
					2 – Estruturação Turística da Região	1.000	1.000	1.000	3.000	
					3 – Melhorias Viárias e Sinalização	Incluídos na Estratégia 2				
					4 – Capacitação de Recursos Humanos	Incluídos na Estratégia 1				
					5 – Planos Diretores Municipais	-	1.000	-	1.000	
	<i>Total do Componente</i>					<i>1.000</i>	<i>2.000</i>	<i>1.000</i>	<i>4.000</i>	
	3 – Criação da Cadeia de Pedras				1 – Formação e Organização da Cadeia	1.000	2.000	2.000	5.000	
					Pesquisa e Capacitação	1 – Capacitação Técnica	Incluídos na Estratégia 1			
						2 – Pesquisa e Design	Incluídos na Estratégia 1			
					Estímulos Econômicos	1 – Suporte ao Empreendedorismo – Apoio à Produção e Comercialização	Incluídos na Estratégia 1			
						2 – Incentivos ao segmento extrativo mineral	Incluídos na Estratégia 1			
						3 – Eficiência Coletiva	Incluídos na Estratégia 1			
4 – Redirecionamento das Linhas de Financiamento						Incluídos na Estratégia 1				
Recuperação Ambiental		Termos de ajustes de conduta das explorações	1.000	1.000	1.000	3.000				
<i>Total do Componente</i>					<i>2.000</i>	<i>3.000</i>	<i>3.000</i>	<i>8.000</i>		
<b>Total da Estratégia</b>					<b>6.178</b>	<b>6.356</b>	<b>5.356</b>	<b>17.890</b>		

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

### PROGRAMA CRIAÇÃO DA IDENTIDADE REGIONAL

Os projetos que compõem este Componente são especificados na seqüência

**Quadro 2.2.12 – Projetos do Programa de Criação da Identidade Regional (RF 2)**

Programa	Criação da Identidade Regional			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Criação da Identidade Regional	Criação da identidade regional para a produção agroindustrial alimentícia diferenciada, de turismo e pedras preciosas, apoiada nas múltiplas manifestações étnico-culturais e recursos naturais. Inclui o levantamento dos produtos especiais, atrativos turísticos e pedras preciosas, criando fatores regionais que identifiquem essas produções	Desenvolver estudo que identifique, catalogue e elabore material de divulgação sobre os produtos especiais regionais, pontos e atrações turísticas e pedras preciosas	Universidades, Sedai, ST, COREDES e Sebrae	Sedai, Sebrae e universidades

Programa				
Criação da Identidade Regional				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Divulgação e Prospecção de Mercados	Prospecção e sistema de divulgação dos vários produtos regionais a mercados potenciais	Elaborar estudo que prospecte mercados para eles e os divulgue nesses mercados, com base na identificação e sistematização dos produtos regionais	Sedai, Sebrae e universidades	Sedai, Sebrae e universidades
Certificação de Qualidade e Apoio à Inovação	Estímulos à obtenção de certificação de qualidade (Comitê Regional de Qualidade), pela diferenciação de produtos regionais de marca – lácteos, embutidos, conservas, metalúrgicos, pedras e jóias	Realizar um evento anual por Região Funcional e divulgar os casos de sucesso via Internet, em portal específico	PGQP e Sedai	Orçamento estadual e Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
Programa de Apoio ao Registro de Marcas e Patentes	Criação de rede de organizações para apoiar as PMEs, oferecendo análises de mercado, buscas em bancos de patentes, conselhos, entre outros. Implantação de mecanismos de apoio ao patenteamento no exterior, na forma de um fundo de risco, beneficiando PMEs e ICTs	Apoiar 35 PMEs por ano em relação à proteção da propriedade intelectual. Apoiar 10 registros e licenciamentos no exterior por ano	Sedai, SCT, Senai, ICTs, universidades, escolas técnicas e associações empresariais. Em relação ao apoio ao patenteamento no exterior, Fapergs, Finep e universidades	Orçamento estadual, ICTs, associações empresariais, escolas técnicas e Senai

### COMPONENTE FORTALECIMENTO DO TURISMO REGIONAL

**Justificativa:** A população da Região Metropolitana, a exemplo de outras metrópoles brasileiras, especialmente São Paulo, buscará destinos próximos para o lazer de fim de semana. Esta Região, sendo próxima e com atrativos suficientes, pode se constituir em alternativa à Serra. Para isso o *marketing* de seus atrativos, com ações de infra-estruturas urbanas e de transportes, será necessário para divulgar e atrair essa população. Os projetos que compõem este Componente são especificados na seqüência.

**Quadro 2.2.13 – Projetos do Componente Fortalecimento do Turismo Regional (RF2)**

Programa: Estímulos Econômicos				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Incentivos a Atividades Hoteleiras	Incentivo a este segmento pelas linhas do Fundopem e créditos bancários	Duplicar o número de estabelecimento e quartos disponíveis na Região, assim como o pessoal ocupado	Setur, Sedai e SCP	Fundopem e bancos financiadores
Estruturação Turística da Região	Roteirização turística com base nos roteiros Germânico (Teutônia e Westphalen, gastronomia, arquitetura, artesanato, cabras e cogumelos), Caminho da Erva Mate (ecológico, por matas nativas e fazendas, em Encantado, Nova Bréscia, Doutor Ricardo, Relvado, Anta Gorda, Ilópolis, Putinga e Arvorezinha) e Delícias da Colônia (pedras preciosas, chocolates, degustação de cachaça e arquitetura enxaimel, em Estrela); Elaboração de guia turístico regional; instalação de postos de informação turística; sinalização turística	Elaborar guias segundo roteiros, implantar sinalização e instalar postos de informações	Universidade, Setur e prefeituras	

### PROGRAMA 3 INFRA-ESTRUTURA

#### Projeto 3 – Melhorias viárias e sinalização

**Escopo:** Acessos a municípios com potencial turístico, já descritos nos acessos municipais na Estratégia 2. (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 1 – Projeto 6).

**Órgãos intervenientes:** Daer e prefeituras.

**Fontes de recursos:** Daer e prefeituras.

Tabela 2.2.16 – Acessos com Potencial Turístico

Código	Projeto	Descrição	Extensão (km)
RP061	Acesso rodoviário Relvado	Acesso a Relvado	17,0
RP152	Acesso rodoviário Doutor Ricardo	Acesso a Doutor Ricardo	2,78

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe– HLC

Quadro 2.2.14 – Projetos do Componente Fortalecimento do Turismo Regional – Programa de Capacitação de Recursos Humanos (RF2)

Programa: Capacitação de Recursos Humanos				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Capacitação de Recursos Humanos	Capacitação de pessoas para atendimento de turistas (receptionistas, taxistas, guias, etc.)	Capacitar 50 pessoas por ano	Sesc, escolas técnicas, universidades e Sedai	Universidades, Sesc e SEC

Quadro 2.2.15 – Projetos do Componente de Fortalecimento do Turismo Regional – Organização Territorial (RF2)

Programa: Fortalecimento do Turismo Regional – Organização Territorial				
Subprograma: Organização Territorial				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Planos Diretores Municipais	Planos diretores municipais nas cidades mais atrativas e próximas à RMPA (Teutônia, Westfália, Estrela e Santa Cruz do Sul) deverão enfatizar a alternativa de áreas para loteamentos de fins de semana, atraindo moradores da metrópole	Elaborar quatro planos diretores municipais	Prefeituras, universidades e Metroplan	Prefeituras, universidades e Metroplan

## COMPONENTE CRIAÇÃO DA CADEIA DE PEDRAS

**Justificativa:** A Região tem uma grande produção de pedras brutas que são exportadas *in natura*, especialmente para a China, sendo processadas externamente, onde alcançam maior valores de venda. O tratamento dessas pedras na Região mudaria o perfil dos compradores e a renda gerada, exigindo um esforço principalmente de *design*. Os projetos que compõem este Componente são especificados na seqüência.

Tabela 2.2.17 – Programas e Projetos do Componente Cadeia de Pedras (R\$ Mil)

Estratégia	Componente	Programa	Sub-programa	Projeto	2006 – 2007	2008 – 2011	2012 – 2015	Total	
3 – Criação da Identidade Regional	3 – Criação da Cadeia de Pedras	Estruturação		1 – Formação e organização da cadeia	1.000	2.000	2.000	5.000	
		Pesquisa e Capacitação		1 – Capacitação técnica	Incluídos na Estratégia 1				
				2 – Pesquisa e <i>Design</i>	Incluídos na Estratégia 1				
		Estímulos Econômicos			1 – Suporte ao Empreendedorismo – apoio à produção e comercialização	Incluídos na Estratégia 1			
					2 – Incentivos ao segmento extrativo mineral	Incluídos na Estratégia 1			
					3 – Eficiência Coletiva	Incluídos na Estratégia 1			
					4 – Redirecionamento das linhas de financiamento	Incluídos na Estratégia 1			
Recuperação Ambiental			Termos de ajustes de conduta das explorações	1.000	1.000	1.000	3.000		
<i>Total do Componente</i>					<i>2.000</i>	<i>3.000</i>	<i>3.000</i>	<i>8.000</i>	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Quadro 2.2.16 – Projetos do Componente Cadeia de Pedras – Programa Estruturação (RF 2)**

Programa: Estruturação				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Formação e Organização da Cadeia	Formação de cadeia envolvendo garimpeiros, lapidadores, artesãos, joalheiros, com apoio da Univates e Sebrae. Formação de associação e cooperativa, com apoio do Sebrae, que integre pequenos produtores e comercialização	Formar a cadeia até 2011	Univates, Sedai, Sebrae e empresas	Sebrae, Sedai e Univates

**Quadro 2.2.17 – Projetos do Componente Cadeia de Pedras – Programa Capacitação Técnica (RF 2)**

Programa: Capacitação Técnica				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Capacitação Técnica	Implantação de escola técnica voltada a essa cadeia, com apoio do Senai, Sesc, Univates e Secretaria de Educação	Implantar a escola técnica	Univates, Senai, Sesc e SEC	SEC, Univates e Senai
Pesquisa e Design	Atualmente, as pedras extraídas são exportadas <i>in natura</i> , especialmente para a China, a baixos valores. Há necessidade de promover o uso dessas pedras brutas em artigos finais mais elaborados e adequados aos mercados, agregando valor a esse produto	Realizar pesquisas em cortes e <i>design</i> que agreguem valor às pedras, utilizando-se de vários materiais	Fapergs, Cientec, Ceitec, SCT (Pólos Tecnológicos) e universidade	SCT, Fapergs e universidades

**Quadro 2.2.18 – Projetos do Componente Cadeia de Pedras – Programa Estímulos Econômicos (RF 2)**

Programa: Estímulos Econômicos				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Suporte ao empreendedor – Apoio à Produção e Comercialização	Apoio a iniciativas para a formação da cadeia e arranjo produtivo de pedras e gemas, assim como a implementação de elos da cadeia de carvão	Criar cursos de capacitação técnico-gestional de empresários do segmento e apoio a projetos empreendedores no segmento de extração mineral	Sedai, Sebrae, Caixa RS e apoio das universidades	Orçamento do Estado através da Sedai
Incentivos ao segmento extrativo mineral	Direcionamento de linhas de incentivos à modernização do setor extrativo na Região, especialmente para empresas que aproveitem argilas oriundas da mineração de carvão e para micro e pequenas empresas de exploração de rochas ornamentais, gemas e jóias	Dar continuidade do Fundopem com políticas de incentivos voltadas a esses segmentos com vantagens comparativas especializadas	Sedai, SCP, MIN e COREDEs	As fruições do Fundopem com dotações orçamentárias específicas e retorno dos financiamentos concedidos
Eficiência Coletiva – Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo	É essencial para a manutenção do capital social e produtivo, que se busquem soluções conjuntas de ampliação de escalas, por meio de associações e cooperativas. Instrumental jurídico que permita linhas de créditos a associações, de modo a incentivar essas formas de organização que imprimem condições de escala às produções e comercializações. Assistência técnica do Sebrae a associações e cooperativas na busca de soluções de compras e vendas que reduzam custos	Ampliar as associações de produtores no segmento de pedras e gemas	Sedai, Sebrae e Caixa RS	Sedai, Sebrae e Caixa RS
Direcionamento das Linhas de Crédito e Financiamento	Direcionar crédito e financiamento, segmento de micro e pequenas empresas e a associações e cooperativas, tanto para implementação de empresas como para substituição de máquinas e equipamentos superados	Garantir uma distribuição espacial mais equânime dos recursos de financiamentos	SCP, Sedai, Bndes, Brde e Caixa RS	Recursos já disponíveis nas instituições envolvidas

**Quadro 2.2.19 – Projetos do Componente Cadeia de Pedras – Programa Recuperação Ambiental (RF 2)**

Programa: Recuperação Ambiental				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Termos de Ajustes de Conduta das Explorações Minerais	Estabelecimento do processo de discussão com os mineradores para, progressivamente, implementar Termos de Ajustes de Conduta, que levem à adoção paulatina de métodos extrativos menos impactantes, assim como destinação de rejeitos	Discutir e elaborar cerca de 35 Termos de Ajustes anuais	Sema, prefeituras, Sebrae e empresas	Orçamento estadual

## Outros Projetos de Interesse da Região Funcional 2

O Plano Estadual analisa um conjunto de outros projetos, não diretamente ligados às estratégias regionais definidas, mas que também suprem suas necessidades. O somatório desses recursos está na **Tabela 2.2.7**. Os Projetos constam dos **Quadros 2.2.20 a 2.2.26**.

### INCLUSÃO SOCIAL

Estes projetos constam da Estratégia 3 do Plano Estadual. As demandas e recursos aqui estimados não incluem os dos pólos urbanos, anteriormente descritos. Trata-se do atendimento do restante das populações urbanas e rurais da Região. Ou seja, as demandas e os recursos totais para a Região são o somatório destes ora estimados e daqueles dos pólos urbanos.

**Quadro 2.2.20 – Projetos de Interesse – Programa Melhoria do Atendimento em Educação Básica (RF 2)**

Programa: Melhoria do Atendimento em Educação Básica				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Eliminação do Analfabetismo	Eliminação do analfabetismo ainda existente em parte da população da Região	Atender a demandas de 40,3 mil pessoas até 2015		Orçamentos federal, estadual e municipal
Escola de Tempo Integral	Programas de reforço escolar, na forma de atividades pedagógicas diversificadas, em turno contrário ao da escola aumentam as probabilidade de sucesso dos alunos com dificuldades de aprendizagem e são uma parte importante das políticas de correção do fluxo	Atender a demandas estimada de 66,2 mil até 2015	SEC e prefeituras	Orçamentos estadual e municipais
Avaliação de Desempenho	Um sistema de avaliação de desempenho dos alunos, a fim de verificar se, além de serem promovidos, estão desenvolvendo as competências requeridas pela escola	Implantar um processo de avaliação externa das escolas estaduais	SEC e universidades	
Atendimento à Demanda por Ensino Básico	A oferta de matrículas no Ensino Fundamental é dever do Estado. A oferta de matrículas no Ensino Médio é imperativa do desenvolvimento pessoal, direito individual também garantido pela Constituição Brasileira	Atender 100% das crianças de 7 a 14 anos pelo Ensino Fundamental e de 80% dos jovens de 15 a 17 anos pelo Ensino Médio. Fundamental: 197,6 mil Médio: 58,9 mil, até 2015	SEC e Secretaria da Educação	

**Quadro 2.2.21 – Projetos de Interesse – Programa Melhoria do Atendimento em Saúde (RF 2)**

Programa: Melhoria do Atendimento em Saúde				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Ampliação de Empregos Médicos	Bons indicadores de leitos, médicos e enfermeiros de nível superior permitem estender e aprofundar programas e ações em saúde pública	Atingir o coeficiente de 10,3 Empregos Médicos por 10 mil habitantes, média do Estado, em todos os COREDES	Ministério da Saúde, SES e prefeituras	Orçamentos dos três níveis de governo
Ampliação de Empregos de Enfermeiros	A disponibilidade de enfermeiros de nível superior convive com boa oferta de auxiliares de enfermagem de nível médio, profissionais absolutamente necessários aos programas de atenção à saúde da população	Atingir o coeficiente de 5,6 Empregos de Enfermeiros por 10 mil habitantes, média do Estado, em todos os COREDES	Ministério da Saúde, SES e prefeituras	Orçamentos dos três níveis de governo
Expansão do Programa Saúde da Família	O Programa Saúde da Família permite ampliar e qualificar a atenção básica prestada no Rio Grande do Sul pelos municípios	Aumentar a cobertura do Programa para 50% da população em 2007; 70% em 2011; 80% em 2015 e 425 equipes até 2015	Ministério da Saúde, SES e prefeituras	Orçamentos dos três níveis de governo

**Quadro 2.2.22 – Projetos de Interesse – Programa Melhoria das Condições da Habitação (RF 2)**

Programa: Melhoria das Condições da Habitação				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Redução do Déficit Habitacional Urbano	O investimento no setor habitacional é prioritário, tendo em vista seu impacto social e econômico para a indústria e a geração de empregos para a força de trabalho menos qualificada. Atendimento à demanda por moradia das novas famílias resultantes do crescimento demográfico para famílias com renda até cinco SM	Eliminar 35% do déficit existente até 2015. Construir 19,8 mil habitações	Sehadur e Cohab	Orçamento do Estado e Sistema Financeiro de Habitação
Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios Sem Sanitário	Garantia de acesso das populações urbana e rural à moradia com qualidade e conforto mínimos, vinculada aos serviços de infraestrutura básicos (água, esgoto e energia elétrica)	Eliminar 35% do déficit existente até 2011. Construir 2,1 mil unidades	Sehadur e Cohab	Orçamento do Estado
Redução do Número de Domicílios com Densidade Excessiva	Garantia de acesso das populações urbana e rural à moradia com qualidade e conforto mínimos, com redução de densidade onde há mais de três moradores por dormitório	Reduzir em 17,5%, sendo 20% até 2007, 40% até 2011 e 40% até 2015. Atender a demandas de 8,8 mil até 2015	Sehadur e Cohab	Orçamento do Estado

**Quadro 2.2.23 – Projetos de Interesse – Programa de Ampliação do Atendimento em Saneamento Básico (RF 2)**

Programa: Ampliação do Atendimento em Saneamento Básico				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Rede de Distribuição de Água	Ampliação da rede para atender aos novos domicílios urbanos decorrentes do equacionamento do déficit habitacional e do crescimento demográfico	Acompanhar os números da variação demográfica. Demandas de 66,9 mil domicílios até 2015	Sops, Sema. Corsan e prefeituras	Orçamento estadual e cobrança pelo uso da água recentemente regulamentada
Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos	Trata-se de programa essencial para a qualidade de vida da população	Manutenção da taxa de cobertura em índices próximos a 100% nas zonas urbanas do Estado, mediante inclusão nos roteiros de coleta dos novos domicílios urbanos decorrentes do crescimento demográfico e equacionamento do déficit habitacional. Demandas de 61,6 mil domicílios até 2015	Sops, Sema. Corsan e prefeituras	Orçamentos estadual e municipais



**Quadro 2.2.24 – Projetos de Interesse – Programa de Combate à Pobreza (RF 2)**

Programa: Combate à Pobreza				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Renda Básica	Adicionalmente aos programas desenvolvidos pela Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social às ações de saúde pública e de educação básica com conteúdo de combate à pobreza, é justificável um programa de repasse de renda com foco na população que se situa abaixo da linha de indigência	Complementar os rendimentos das pessoas acima de 10 anos de idade com renda inferior a ¼ do salário mínimo, a fim de que alcancem o piso de um salário mínimo per capita. Nos anos subseqüentes a 2007, estimou-se que a população que receberá este apoio permanece nos mesmos patamares, havendo aumento de renda média, já que as populações urbanas tendem a crescer. Demandas de 12,1 mil pessoas até 2015	STCAS e prefeituras	

**Quadro 2.2.25 – Projetos de Interesse – Programa Manutenção e Capitalização do Potencial Ambiental (RF 2)**

Programa: Manutenção e Capitalização do Potencial Ambiental				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Criação de APAS nos Afloramentos Porosos do Aquífero Guarani	As águas subterrâneas do Aquífero Guarani estão presentes no território regional e são importantes recursos hídricos diante da escassez mundial. Essa preservação impõe-se especialmente pelas pressões das culturas empresariais, que utilizam intensa mecanização, agrotóxicos e irrigação, contaminando esses recursos. A proteção das áreas de recarga do Aquífero, onde ocorrem seus afloramentos porosos é prioridade para sua conservação	Criar unidades de conservação nas áreas de afloramento poroso, desenvolver planos de manejo para estas áreas e controlar usos e atividades impactantes ao Aquífero nessas áreas	Sema, Fepam, FZB e Sops (Pro-Rio Uruguai)	Programa de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira, Fundo Brasileiro para Biodiversidade e Projeto Sistema Aquífero Guarani
Monitoramento e Controle da Outorga do Uso das Águas	A escassez de água vai exigir um monitoramento das vazões disponíveis nas bacias e um gerenciamento e outorga do uso dessas vazões para os proprietários, especialmente para os grandes plantadores de arroz	Implementar a rede de monitoramento e o sistema de controle e outorga do uso das águas até 2015	Sema/DRH, SAA, Sops e Comitês de Bacias	Fundo de Recursos Hídricos
Incentivos a Sistemas de Plantio Eficientes no Uso da Água	Desenvolvimento e implementação de programas mais eficientes para melhoria do manejo e avaliação de novos cultivares de arroz e fomento à experimentação de novos programas de cultivo com redução do uso da água	Desenvolver e implementar programas de acordo com o Programa Ambiental elaborado para o Estado	SAA, Sema, Fepam e Emater	Orçamento do Estado e Emater
Destinação Adequada de Resíduos de Arroz	Incentivar a associação da criação de produtores, capacitação de técnicos, desenvolvimento e divulgação de pesquisas e estudos referentes aos aspectos econômicos e ambientais desta atividade, propor e estabelecer condições logísticas de carregamento e transporte dos resíduos	Instrumentalizar produtores para reutilização do subproduto do beneficiamento do arroz e fomentar a criação de cooperativas na busca de alternativas de investimentos para geração de energia (biomassa) como as experiências elencadas anteriormente. Elaborar mapeamento de áreas/estações de transbordo dos resíduos para abastecimento das usinas termoeletricas nas Regiões 5 e 6 e implantá-las	SAA, Sema, Fepam, Emater, Farsul e Semic	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Parcerias com indústrias de beneficiamento. Recursos externos decorrentes de MDLs

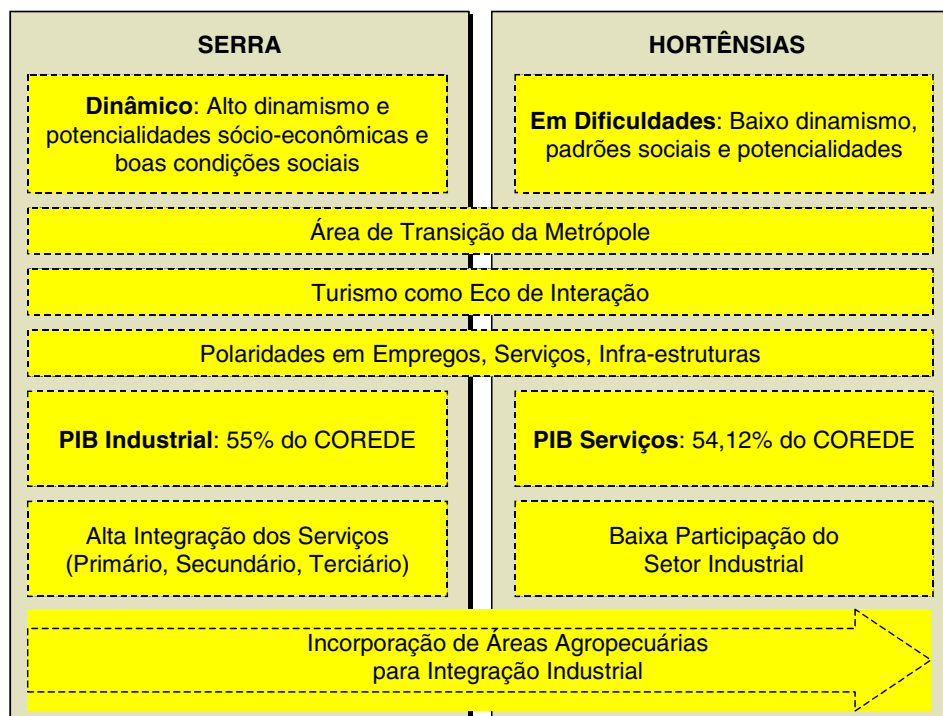
**Quadro 2.2.26 – Projetos de Interesse – Programa Estruturação de Governança Moderna e Participativa (RF 2)**

Programa: Estruturação de Governança Moderna e Participativa Fonte de Recursos				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	
Estruturação de Governança Moderna e Participativa	Reaparelhamento das instituições (incluindo renovação de equipamentos e <i>softwares</i> e ampliação do quadro de pessoal), de acordo com o Programa de Estruturação da Governança	Atingir e manter o reaparelhamento no período 2007-2015	Metroplan, Fazenda, Sehadur e SCP	
Capacitação do Pessoal para o Planejamento e Ordenamento Territorial	Definição, por edital, IES ou consórcio de IES responsável por assegurar a realização de ciclos de formação para técnicos	Capacitar técnicos dos quadros estadual e municipal	SCP	

## 2.3 – Região Funcional de Planejamento 3

É formada pelos COREDEs Serra e Hortênsias, que, apesar de estarem em uma região similar em termos topográficos e possuírem laços sociais e econômicos em comum (turismo, por exemplo), apresentam estágios e características diferentes em sua dinâmica de desenvolvimento. Na classificação estadual dos COREDEs, enquanto o Serra foi considerado “Dinâmico”, Hortênsias foi categorizado no extremo oposto, como “Em Dificuldades” (**Figura 2.3.1**). A localização da Região é demonstrada na **Figura 2.3.2**.

**Figura 2.3.1 – Homogeneidades e Polaridades da RF3**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Como característica principal, constituem-se em áreas de transição metropolitana, formando uma certa unidade que pode perseguir um projeto comum, por várias razões: ambos têm no turismo um forte elo de interação; possuem fortes inter-relações nos empregos, na hierarquia e rede urbana, nas infra-estruturas de acessos a universidades e centros de pesquisas, nas bacias de estudantes universitários, de migrações e de saúde e têm potencial médio e baixo para uso agrícola e médias a altas restrições ambientais. Na Região, existem pólos de produção industrial, de prestação de serviços, de atividade primária, áreas de elevada e de baixa renda per capita, constituindo-se em particularidades que devem ser consideradas para a elaboração de propostas estratégicas.

**Figura 2.3.2 – Municípios e COREDEs da RF3**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

### Tendências Recentes da Região Funcional 3

Inicialmente, deve-se salientar que na Região existem diferentes estágios de desenvolvimento, observados pela evolução dos dados econômicos recentes. Enquanto na microrregião com pólo em Caxias do Sul o setor industrial é bastante dinâmico, na região mais ao norte, com pólo em Vacaria, é o setor de serviços que apresenta maior domínio, juntamente com o primário.

No COREDE Hortênsias, a renda familiar está abaixo da média estadual em cerca de 15%, enquanto no Serra este valor está bem acima da média estadual, em torno de 30%, o que perfaz uma diferença entre as duas regiões de quase 50%. Apesar disso, a dinâmica recente das Hortênsias foi bastante superior (entre 1990 e 2002), chegando a um crescimento de 1,8% ao ano, em média, para a renda familiar, bem acima da média estadual, contra um crescimento, para o COREDE Serra, de apenas 1,0% ao ano.

De fato, estes dados mostram que a explicação para a diferença entre as duas regiões não reside apenas no fato de que em uma o setor industrial é predominante. Na Serra, o processo de desenvolvimento industrial começou muito antes do que o desenvolvimento do setor primário e de serviços nas Hortênsias. O COREDE Serra já apresentava dinâmica elevada de desenvolvimento desde o início da década de 70, enquanto no Hortênsias a explosão do setor de serviços (turismo) e a descoberta do setor primário ocorreram apenas a partir da segunda metade da década de 80.

Outra diferença muito importante entre as duas regiões é o fato de que os setores primário, secundário e de serviços estão bastante integrados no caso do COREDE Serra, o que não ocorre no Hortênsias, principalmente pelo baixo grau de presença do setor industrial nesta região. Essa diferença precisa ser corrigida e, para tanto, a visão da Região Funcional como uma entidade de planejamento única deve ser oportuna, pois pode-se identificar oportunidades de desenvolvimento que venham a integrar o setor industrial (com pólo em Caixas do Sul), com o setor de serviços (em toda a Região, mas com ênfase no pólo de Gramado) e com o setor primário (em toda a Região, mas com pólo em Vacaria). Portanto, entre as oportunidades e tendências recentes identificadas nas avaliações realizadas na primeira etapa do Rumos 2015, serão priorizadas, a seguir, aquelas que tenham maior capacidade de integrar, econômica e socialmente os pólos de Caxias do Sul, Gramado e Vacaria.

**Desempenho Econômico:** Existem atividades econômicas, com boa dinâmica recente, que podem exercer de forma mais efetiva o papel de integração dos diferentes pólos da Região:

**Sector Primário:** Ambos os COREDEs apresentaram elevada dinâmica neste setor, mas ainda não obtiveram uma participação significativa em seu PIB. Entretanto, é importante notar que os produtos em que há maior representatividade ou dinâmica na Região, são aqueles de elevado valor agregado para o setor primário. Nestes produtos, a estrutura fundiária de boa parte da Região, baseada em pequenas propriedades, é bastante sustentável e configura-se em uma oportunidade de desenvolvimento, principalmente se for associada ao setor de produção de alimentos e turismo.

Conforme pode ser observado na **Tabela 2.3.1**, este é o caso, em especial, de algumas frutas temperadas e de hortigranjeiros. Contudo, apenas o Serra possui o setor de processamento de frutas e grãos dinâmico. Assim, para o desenvolvimento equilibrado da Região, o adensamento da cadeia produtiva, com os elos de mudas, produção e processamento, espalhados pelos pólos de Caxias do Sul, Gramado e Vacaria, é importante. No Hortênsias, a boa evolução do setor de bebidas pode ser um importante indicativo de que existe possibilidade de desenvolvimento do setor de processamento de frutas, principalmente pela evolução obtida com a cultura de uva.

Na pecuária, o destaque fica por conta da criação de aves e suínos, segmento dominante e dinâmico no COREDE Serra, mas pouco relevante no Hortênsias. De fato, a cadeia produtiva de aves e suínos do Serra é bem equilibrada, pois ela também é dinâmica e dominante no processamento de milho, o que leva o setor industrial de farinhas e rações a ser um dos dinâmicos.

Já no COREDE Hortênsias o milho obteve seu maior índice de evolução estadual entre 1998 e 2003, além de possuir melhor rendimento do que o obtido no Serra, demonstrando que há potencial para o desenvolvimento de elos da cadeia na Região. De fato, no COREDE Hortênsias, milho, soja e trigo obtiveram excelente evolução no período.

**Tabela 2.3.1 – Produtos com Dinâmica Recente nos COREDEs Serra e Hortênsias**

Cultura	Serra				Hortênsias			
	% RS	Eficiência	Rendimento	Evolução	% RS	Eficiência	Rendimento	Evolução
Soja	Pouco Relevante				0,84	7	1.660	10,4 (1)
Process. Soja	<b>Dinâmico</b>				Pouco Relevante			
Milho	7,68	10	1.000	1,8	2,30	6	1.455	7,5 (1)
Process. Milho	<b>Dinâmico e Dominante</b>				Pouco Relevante			
Trigo	0,41	8	902	10,3 (4)	0,74	2	1.166	12,8 (2)
Process. Trigo	<b>Dominante</b>				<b>Dinâmico</b>			
Fumo	0,36	1	3.133	0,4	Pouco Relevante			
Uva	84,00	1	13.685	-0,8	1,51	3	12.400	3,4% (1)
Process. Uva	<b>Dominante</b>				Pouco Relevante			
Maçã	22,1	3	18.300	5,7	62,7	2	17.900	5,2
Pêssego	50,48	2	1.193	9,9	1,19	5	7.974	1,8
Laranja	8,64	9	7.978	0,1	0,91	8	6.825	2,8
Tangerina	8,98	7	7.079	0,5	0,49	4	6.391	10,5 (1)
Caqui	70,81	1	13.076	8,7	1,65	13	4.575	-2,5
Figo	21,31	7	6.809	-4,9	5,56	2	6.504	-7,7
Goiaba	34,55	3	11.355	12,6	4,46	5	4.288	10,2
Prod. Fruta	<b>Dominante</b>				<b>Dominante</b>			
Process. Fruta	<b>Dominante</b>				Pouco Relevante			
Tomate	63,69	1	58.867	3,6	2,25	4	31.696	7,3
Feijão	Pouco relevante				3,64	1	1.957	0,8
Alho	54,68	2	19.084	11,7	16,56	3	24.235 (1)	27,9
Batata Inglesa	10,5	5	7.921	-6,5	28,06	1	9.663	18,0
Cebola	36,58	1	10.549	5,5	pouco relevante			
Leite	8,84	<b>Dominante e Dinâmico</b>		29,3 (2)	2,60	<b>Dinâmico</b>		27,2 (3)
Process. Leite	<b>Dinâmico</b>				<b>Dinâmico</b>			
Bovinos	Pouco Relevante				<b>Dinâmico</b>			
Process. Bovinos	Pouco Relevante				Pouco Relevante			
Aves e Suínos	<b>Dominante e Dinâmico</b>				Pouco Relevante			
Process. Aves e Suínos	<b>Dominante</b>				Pouco Relevante			
Madeira	Pouco Relevante				<b>Dominante e Dinâmico</b>			
Process. Madeira	<b>Dominante</b>				<b>Dominante</b>			
Móveis	<b>Dominante</b>				Pouco Relevante			
Calçados	<b>Dinâmico</b>				Pouco Relevante			
Automotivo	<b>Dominante e Dinâmico</b>				Pouco Relevante			
Plástico	<b>Dominante</b>				Pouco Relevante			
Borracha	Média Relevância				<b>Dinâmico</b>			
Process. Alimentos	<b>Dominante</b>				Pouco Relevante			
Informática	<b>Dominante e Dinâmico</b>				Pouco Relevante			

Fonte: FEE, 2002; IBGE, 2003; Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Notas: As informações sobre o setor industrial (processamento) referem-se ao ano de 2003 e a evolução é feita sobre o ano de 1998. Já as informações do setor primário referem-se ao ano de 2002. O número apresentado na coluna "Evolução" diz respeito à taxa de crescimento anual no período. A coluna "% RS" diz respeito ao percentual representado pelo valor da produção do COREDE em relação ao valor produzido no Estado. A coluna "Rendimento" se refere ao valor, em Reais, que se gera com um hectare da cultura, em média, na Região. A coluna "Eficiência" aponta a posição do COREDE entre os principais produtores da cultura, em termos de volume produzido por hectare (produtividade).

Em termos de rebanho bovino, existe alguma dinâmica nas regiões dos Aparados da Serra e Campos de Cima da Serra, mas sem maiores impactos regionais. Já os setores de produção de leite e da indústria de laticínios são dinâmicos em toda a Região. O bom desempenho encontrado pelo setor primário leva a um importante desenvolvimento da indústria de alimentos e de tecnologias de processamento de alimentos, dois setores dinâmicos no Serra e que poderiam ser estimulados no Hortênsias.

Por fim, com importante vínculo com o setor industrial, há elevada dinâmica de produção de madeira no Hortênsias, demonstrando o potencial de uma maior integração com a cadeia moveleira, com pólo em Bento Gonçalves e pólo de comercialização de móveis em Gramado. Contudo, grande parte da madeira produzida é destinada à produção de celulose e papel, o que não parece muito coerente.

**Setor Secundário:** No setor industrial, como pode ser observado nas Tabelas 2.3.2 e 2.3.3, existem duas realidades distintas. No COREDE Serra, setores industriais de elevada competitividade configuram-se como *clusters* regionais, como é o caso de material de transportes, metalúrgico e móveis. Já no Hortênsias, os valores absolutos gerados pelos setores industriais são bem menores, apesar de as taxas de evolução serem, em média, mais altas. Ou seja, a indústria é bem mais desenvolvida no COREDE Serra, mas apresenta alguns setores com elevada dinâmica no Hortênsias, com bom potencial de integração econômica regional. Esse é o caso dos setores de madeira, móveis, laticínios, bebidas, farinhas e rações, que, além de encontrarem respaldo nos *clusters* já desenvolvidos na Serra, fazem parte de cadeias produtivas onde a Região possui vantagens comparativas em seus elos de produção primária. Além disso, os pólos comerciais regionais, impulsionados pelo crescente desenvolvimento da indústria do turismo, podem fazer bom uso desses resultados, pois o turismo gastronômico e de compras é forte na Região, especialmente no Hortênsias, com pólo em Gramado.

**Tabela 2.3.2 – Setores Industriais Dinâmicos no COREDE Serra (2002)**

SERRA	Abs	% sobre Total RS	Evol % s/ 1998	Destinos		
				% no RS	% Out UF	% Exterior
Material de Transporte	4.452.768	46,862	133,1	30,4	53,6	16,0
Metalúrgicos	1.855.932	42,450	93,8	36,0	48,5	15,5
Móveis	1.897.200	68,404	85,4	31,2	51,8	16,9
Máquinas, Equipamentos e Tratores	1.028.323	14,169	90,8	28,8	57,2	14,0
Bebidas	1.004.862	29,296	101,4	37,3	62,2	0,5
Madeira, Papel e Celulose	585.497	19,390	96,3	61,2	29,4	9,4
Têxtil e Confecções	639.595	30,526	57,2	55,4	41,6	3,0
Calçados, Couros e Peles	524.340	3,876	88,1	31,3	65,7	3,0
Material Elétrico e Eletrônico	444.031	21,522	23,9	45,9	47,5	6,7
<b>Dinâmicos, mas não-dominantes</b>						
Óleos Comestíveis	150.233	6,636	277,0	75,5	3,4	21,1
Produtos de Origem Vegetal	98.221	2,437	483,2	17,8	81,8	0,4
Laticínios	98.091	5,343	157,2	91,9	8,1	0,0
Outros Minerais Não-Metálicos	129.364	17,317	109,5	82,0	17,2	0,8
Farinhas e Rações	746.236	15,971	170,2	86,6	13,3	0,0
Siderúrgicos e Sucatas	198.523	11,445	107,6	69,4	30,6	0,0
Químicos	140.106	3,239	129,8	65,7	33,5	0,8
Demais Produtos da Indústria Alimentícia	369.274	20,299	72,5	45,7	39,1	15,2

Fonte: Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, 2003 / Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Tabela 2.3.3 – Setores Industriais Dinâmicos no COREDE Hortênsias (2002)**

HORTÊNSIAS	Abs	% sobre Total RS	Evol % s/ 1998	Destinos		
				% no RS	% Out UF	% Exterior
Madeira, Papel e Celulose	187.824	6,220	163,2	48,2	25,6	26,2
Calçados, Couros e Peles	218.030	1,612	-15,8	39,1	54,1	6,8
Móveis	112.945	4,072	114,8	30,4	62,4	7,2
Metalúrgicos	111.583	2,552	83,0	42,1	40,1	17,8
Laticínios	77.128	4,201	169,2	82,7	17,3	0,0
Demais Produtos da Indústria Alimentícia	46.184	2,539	49,9	86,2	13,8	0,0
Produtos de Origem Vegetal	58.123	1,442	172,1	64,3	34,8	0,9
Têxtil e Confecções	37.418	1,786	73,7	81,9	18,1	0,0
Material de Transporte	16.692	0,176	75,6	23,1	72,1	4,8
Óleos Comestíveis	10.722	0,474	121,4	1,5	90,6	7,9
<b>Dinâmicos, mas não-dominantes</b>						
Material Elétrico e Eletrônico	462	0,022	657,4	85,1	14,9	0,0
Flores e Plantas Ornamentais	34	2,831	750,0	82,4	17,6	0,0
Farinhas e Rações	21.143	0,452	152,7	43,3	56,7	0,0
Bebidas	7.996	0,233	619,7	93,9	6,1	0,0
Siderúrgicos e Sucatas	49	0,003	716,7	100,0	0,0	0,0
Produtos Cerâmicos	624	0,334	-10,9	99,0	1,0	0,0
Petroquímicos	2.484	0,014	298,1	98,0	2,0	0,0

Fonte: Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul / Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Setor de Serviços e Comércio:** A recente integração das rotas e dos programas turísticos regionais talvez seja o elemento com maior potencial de integração, a partir do qual os pólos comerciais ganharam grande impulso. O *cluster* turístico da Serra engloba três pólos: Aparados da Serra (com o ecoturismo e parques), dos Vinhedos (com o turismo gastronômico aliado ao turismo de negócios) e a região de Canela-Gramado (com pólos secundários em São Francisco de Paula e Nova Petrópolis), onde ocorre o turismo de eventos, de lazer e de compras. Portanto, a Região possui vários apelos para incrementar seu potencial turístico. A ligação com a indústria de bebidas e de processamento de alimentos (principalmente com base em frutas e aves) pode ser incrementada, da mesma forma que a ligação com a indústria de móveis, malhas (vestuário) e artigos de couro.

Além disso, é importante notar que o grande fluxo de fora do Estado, durante a semana, ocorre em torno de Caxias do Sul, onde os hotéis dão descontos nas diárias de finais de semana, exatamente o contrário do que ocorre no pólo de Gramado, a pouco mais de uma hora de viagem de carro. Obviamente, a integração destes roteiros, com o incremento do número de dias de permanência do turista de negócios na Região, traria grande incremento na geração de renda. Esta seria, inclusive, uma solução para as limitações ambientais que a atividade primária encontra, pois, a partir da sua vinculação com o turismo e do fortalecimento de marcas regionais, poderia obter maior valor agregado com menores volumes de produção.

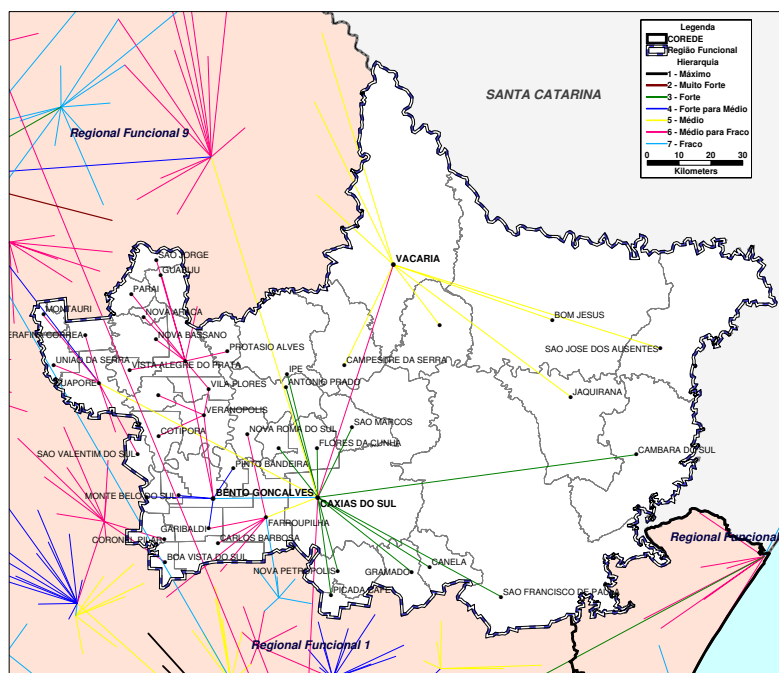
É importante frisar que a ligação entre os setores primário, industrial e de serviços é a principal explicação para a boa dinâmica econômica obtida nos últimos anos. Como não se tem maiores áreas de expansão agrícola na Serra, esta reserva é estratégica e precisa ser bem utilizada.

### Desempenho Demográfico e da Rede Urbana

**Migrações:** A Região é alvo de um grande fluxo migratório, apresentando uma das mais elevadas taxas de evolução populacional do Estado. Este aspecto é preocupante, principalmente se for levado em consideração que a Região apresenta um dos menores investimentos públicos per capita do Estado.

**Rede Urbana:** As taxas de crescimento urbano elevado (o maior crescimento do Estado, com 3% a.a. na última década) têm representado uma alta urbanização na Região, resultando na ampliação dos 45 centros urbanos que a compõem. A rede urbana hierarquizada comparece com cinco níveis de tamanho de municípios constituintes: a maior parte são de 26 pequenos municípios até 5 mil habitantes, que concentram apenas 4,7% da população urbana. A seguir, três municípios entre 5 000 a 10 000 habitantes concentram também um baixo contingente (3,3% da população urbana). No terceiro nível, 12 municípios entre 10.000 e 50 000 habitantes concentram 31% da população urbana; dois municípios entre 50 e 100 mil habitantes (Bento Gonçalves e Vacaria) concentram 17,5%, e, finalmente, o pólo urbano de Caxias do Sul concentra 43,6% da população urbana regional. Destaca-se que, pela estrutura fundiária de menores propriedades, são em maior número os pequenos municípios do COREDE Serra, conformando uma rede urbana mais densa e descentralizada do que no Hortênsias.

Figura 2.3.3 – Polarização e Hierarquia Urbana na RF3



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

A **Figura 2.3.3** registra a polarização urbana, destacando-se Caxias do Sul como pólo principal, tendo fortes relações não só com o Serra, como com a porção sul e central do Hortênsias e com parcelas de regiões adjacentes (Vale do Taquari e Vale do Cai). Bento Gonçalves polariza toda a porção oeste do Serra e Vacaria, toda a porção nordeste do Hortênsias, extrapolando sua influência para parcelas do Nordeste adjacente. Trata-se de uma rede urbana bastante capilarizada, mas também com três centros urbanos de atuação regionais claros, dominantes e em expansão em termos populacionais. Por essa polarização, a situação quanto à homogeneidade é díspar entre os COREDEs: enquanto o Serra tem nível elevado de polarização e homogeneidade, o Hortênsias é considerado com grau baixo, já que seu território é fragmentado por Vacaria ou por Caxias do Sul.

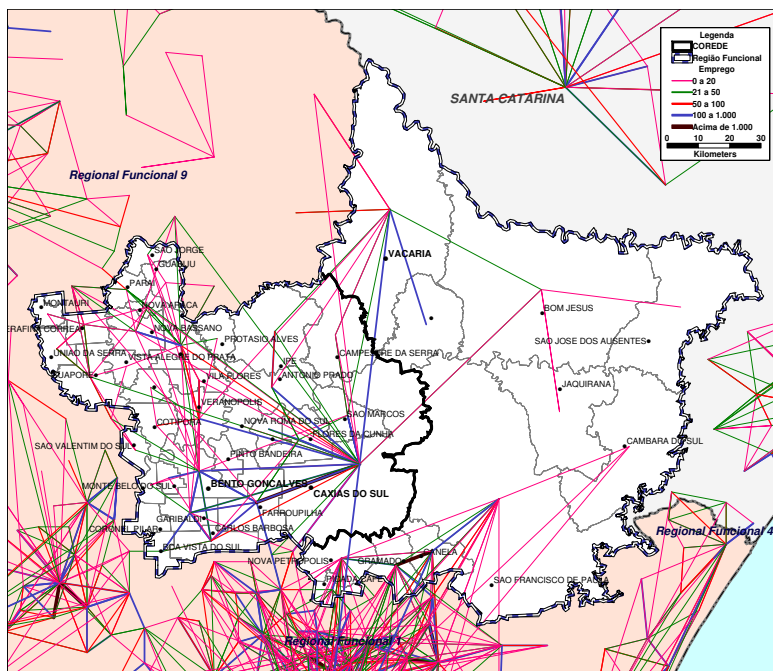
### Desempenho do Emprego e Renda:

Grande parte da população ocupada da Região está dedicada ao setor industrial, apesar do COREDE Hortênsias apresentar o maior índice de população ocupada no setor de alojamento e alimentação (turismo). Na população ocupada observa-se, entre 1991 e 2000, uma acentuada retração na participação na agropecuária (de 19% para 15%) e, na indústria (de 38% para 32%), em favor do comércio e serviços (de 46% para 52%). Na posição por ocupação, embora o percentual de trabalhadores com carteira assinada permaneça predominante na composição regional (cerca de 50%), assistiu-se no período a um aumento do percentual de trabalhadores sem carteira assinada e sem remuneração (de 12% para 19%), indicando uma maior vulnerabilidade do mercado de trabalho.

Especialmente, a Região pertence a três bacias de emprego, fortemente relacionadas, como registra a **Figura 2.3.4**: a polarizada por Caxias do Sul que, por sua vez, polariza a de Vacaria, que se estende pela porção norte do Hortênsias e do Nordeste adjacente; e a porção centro-sul do Hortênsias, que tem fortes relações de empregos com a Região Metropolitana.

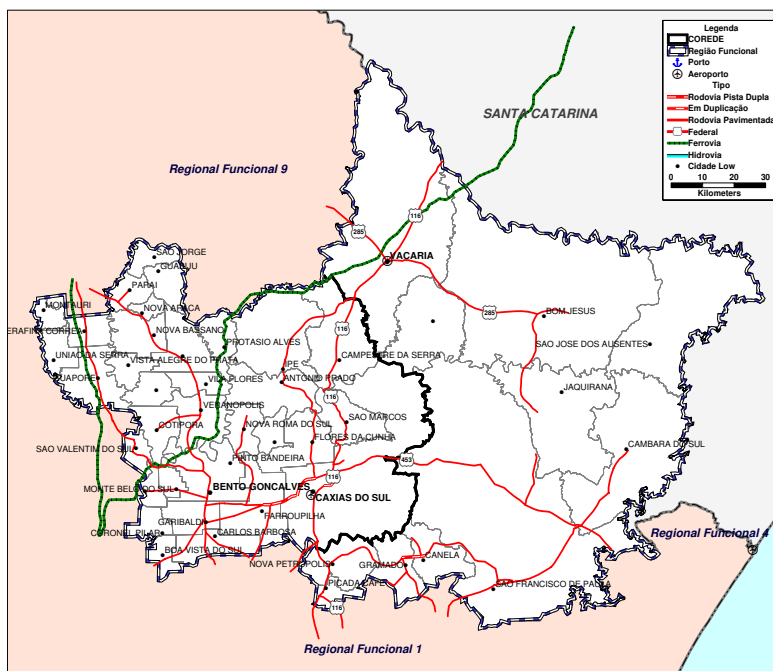
**Desempenho Social:** Os indicadores de educação, saúde, moradia e renda são muito bons no Serra, enquanto no Hortênsias são deficitários. Com isso, o índice

**Figura 2.3.4 – Bacias de Emprego na RF 3**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Figura 2.3.5 – Estrutura Viária na RF 3**



Fonte: Secretaria Estadual de Transportes, 2004

de *Gini* tende a aumentar um pouco nas Hortênsias. Um *gap* de desenvolvimento social encontra-se em torno do pólo de Vacaria, com indicadores de saúde e educação bem abaixo da média regional, o que precisa ser corrigido para que se reduzam as desigualdades regionais.

## Desempenho das Infra-estruturas

**Transportes:** A estrutura viária regional caracteriza-se por ser fortemente radial, com epicentro em Porto Alegre, de onde saem os quatro eixos principais norte-sul, que a atravessam rumo ao norte do Estado e Santa Catarina, como registra a **Figura 2.3.5:**

- ◆ RS-124/470/324, desde Triunfo, passando por Garibaldi e Bento Gonçalves, que se interliga com a RS-324, rumo a Passo Fundo.
- ◆ RS-122, desde São Leopoldo, na Região Metropolitana, rumo a Farroupilha.
- ◆ BR-116, desde Porto Alegre rumo à região Sudeste do país, passando por Caxias do Sul e Vacaria.
- ◆ A RS-020, também com origem na metrópole, bifurca-se em Taquara, na RS-115, que acessa Gramado e Canela, e segue rumo ao norte. Deste eixo, parte a saída para o litoral, pela Rota do Sol.

Entre estes eixos radiais, no entanto, as interligações entre eles no sentido leste-oeste são poucas e constituídas de fragmentos ou trechos, não conformando redes quadrangulares que imprimiriam acessibilidade equânime à Região:

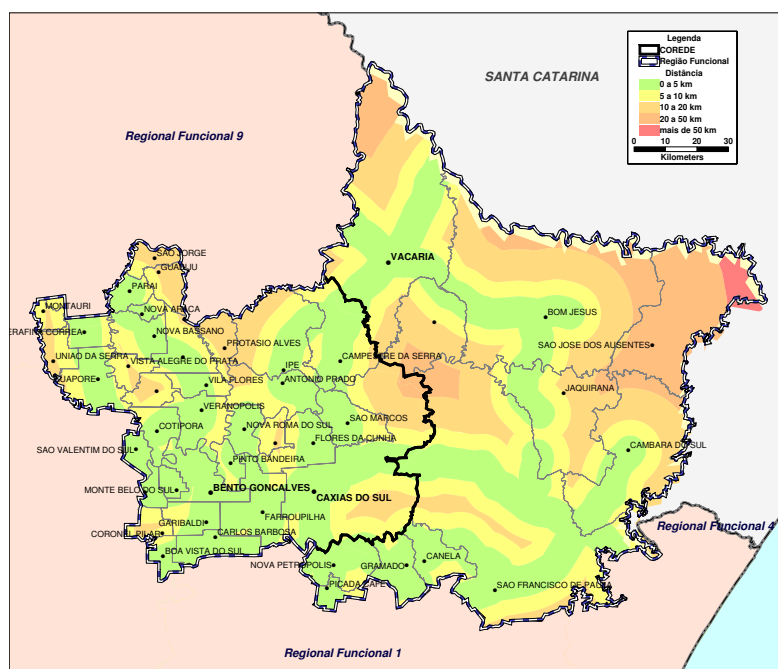
- ◆ A RS-453 é a mais importante, pois interliga a Região 2 (Estrela), passando por Garibaldi, Farroupilha e Caxias do Sul.
- ◆ A RS-431, entre Bento Gonçalves e Dois Lajeados, interna à Região.
- ◆ A RS-235, ligação entre a BR-116 e a RS-020, passando por Canela e Gramado.

Destes eixos principais, saem os acessos aos 45 municípios, conformando estruturas em espinha-de-peixe, que dão acesso apenas às sedes municipais. Assim, as ligações intermunicipais, quando necessárias, só são possíveis através dos eixos principais. Apesar disto, a rede rodoviária regional é considerada eficiente, com altas densidades rodoviárias, quilometragem per capita, percentual de rodovias com pavimentos, entre outros fatores. No entanto, grandes porções, especialmente no norte das Hortênsias, têm distâncias a eixos principais, que variam de 20 km a mais de 50 km, como registra a **Figura 2.3.6**, dificultando acessos a mercados e serviços.

Além dessa estrutura rodoviária, cabe destacar o tramo sul ferroviário, que vem do Sudeste do país, atravessando a Região, passando por Vacaria e se articulando com a Região 2 em Lajeado.

A maioria do VAB industrial a agropecuário regional leva entre 1 e 2 horas para acessar terminais ferroviários e o Aeroporto de Porto Alegre; e entre 2 horas (Serra) e 4 horas (Hortênsias) para acessar o

**Figura 2.3.6 – Acessibilidade a Rodovias Principais na RF 3**

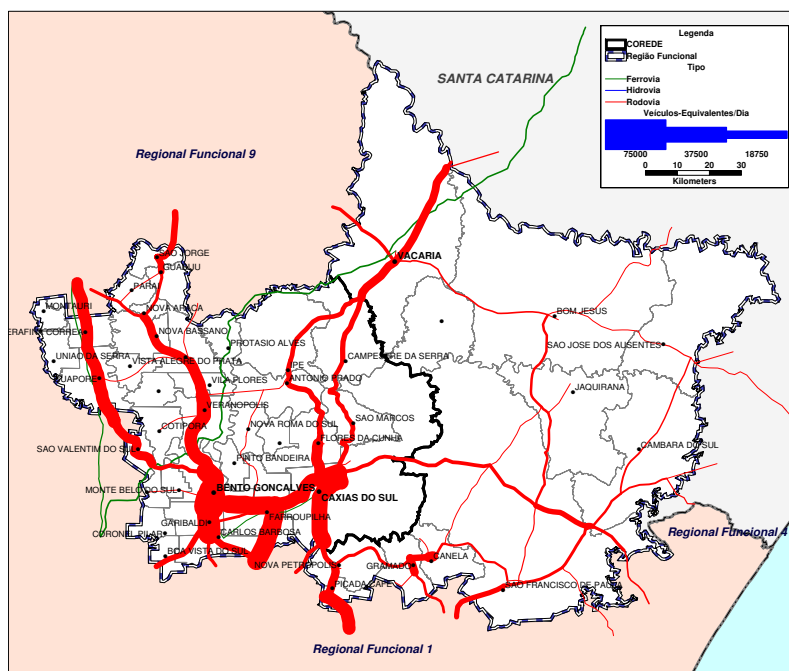


Fonte: Secretaria dos Transportes, 2005; Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC



Porto de Rio Grande. Os fluxos originados na Região e os que passam por ela rumo a outros destinos ocasionam muitas linhas de desejo, registradas na **Figura 2.3.7**, onde estão mapeadas as viagens equivalentes de ônibus, caminhões e automóveis que ocorrem entre as várias origens e destinos na Região e fora dela. Verifica-se que os fluxos com maiores intensidades ocorrem entre os quatro centros regionais principais (Caxias do Sul, Farroupilha, Bento Gonçalves e Garibaldi) e destes centros rumo a Passo Fundo, a noroeste, rumo à metrópole e, em menor intensidade, rumo a Vacaria e Sudeste do país. Estas rotas ocasionam carregamentos de transportes das rotas rododiferroviárias, registrados na **Figura 2.3.8**, onde observam-se alguns gargalos. Por conta desses grandes fluxos e também pela topografia mais ondulada ou montanhosa, alguns trechos estão próximos ao limite das capacidades, como registra o **Quadro 2.3.1**, caracterizando gargalos que têm abrangência regional, inter-regional e nacional.

**Figura 2.3.7 – Carregamentos Rodo-Ferroviários-Hidroviário na RF3 (Veículos-Equivalentes/Dia)**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Quadro 2.3.1 – Gargalos em Transportes – RF3**

Trechos com Capacidade Esgotada		
Rodoviário	Nacional	BR-116 (Trecho Rio Pelotas – Vacaria)
Rodoviário	Nacional	BR-116 (Entrada para Vila Cristina)
Rodoviário	Regional	RS-122 (Trecho Caxias do Sul – Linha 40)
Rodoviário	Regional	RS-122 (Trecho Linha 40 – Flores da Cunha)
Rodoviário	Regional	RS-122 (Trecho São Vendelino – Farroupilha)
Rodoviário	Regional	RS-129 (Trecho Dois Lajeados – Guaporé)
Rodoviário	Inter-regional	RS-129 (Trecho Guaporé – Serafina Corrêa)
Rodoviário	Regional	RS-324 (Trecho Nova Bassano – Vista Alegre do Prata)
Rodoviário	Nacional	RS-429 (Trecho próximo à saída para Cambará do Sul - Itaimbezinho)
Rodoviário	Nacional	SC-285 (Trecho Serra da Rocinha – Encruzilhada das Antas)
Rodoviário	Regional	RS-470 (Trecho Garibaldi – Bento Gonçalves)
Rodoviário	Regional	RS-453 (Trecho Bento Gonçalves – Farroupilha)
Rodoviário	Regional	RS-453 (Trecho Farroupilha – Vila São Marcos)
Rodoviário	Regional	RS-453 (Trecho Vila São Marcos – Caravaggio)
Rodoviário	Regional	RS-470 (Trecho Nova Prata – Antônio Prado)
Rodoviário	Regional	RS-470 (Trecho Antônio Prado – Fagundes Varela)
Rodoviário	Regional	RS-470 (Trecho Fagundes Varela – Veranópolis)
Rodoviário	Regional	RS-470 (Trecho Veranópolis – São Valentim do Sul)
Rodoviário	Regional	RS-470 (Trecho São Valentim do Sul – Monte Belo do Sul)
Rodoviário	Regional	RS-470 (Trecho Monte Belo Sul – Bento Gonçalves)
Rodoviário	Regional	RS-470 (Trecho Bento Gonçalves – Farroupilha)
Rodoviário	Regional	RS-470 (Trecho Garibaldi – Farroupilha)
Rodoviário	Regional	RS-470 (Trecho Farroupilha – Carlos Barbosa)
Trechos com pavimentação precária		
Rodoviário	Regional	RS-110 (Trecho Jaquirana – Alziro Ramos)
Rodoviário	Regional	RS-324 (Trecho Vista Alegre do Prata – Nova Prata)
Rodoviário	Regional	RS-470 (Trecho Nova Prata – Antônio Prado)
Hidroviário	Inter-regional	Rio Taquari

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

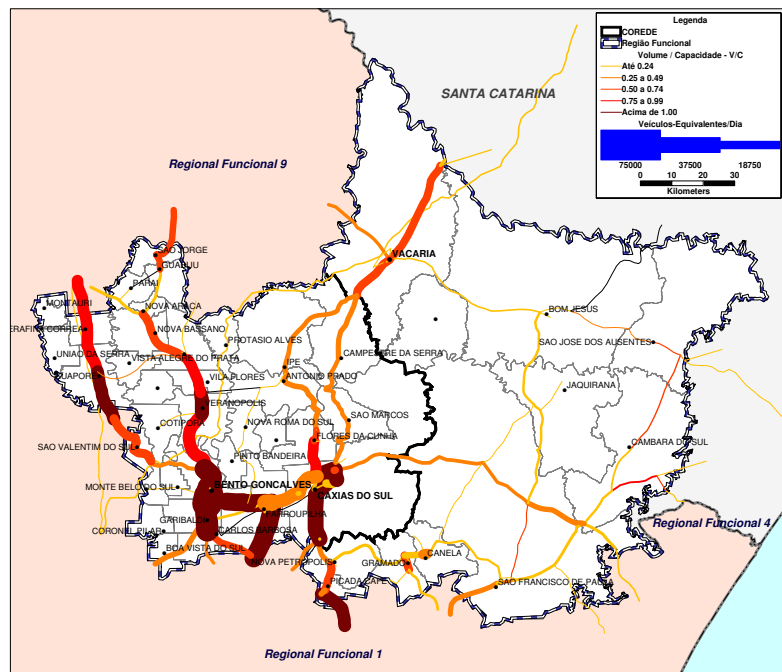
Além desses gargalos operacionais, há 10 sedes municipais sem asfalto (22% dos municípios), o que dificulta a integração regional, as ligações intermunicipais em busca de serviços e o escoamento de produções. Duas são no COREDE Hortênsias (Jaquirana e São José dos Ausentes) e oito no Serra (Coronel Pilar, Fagundes Varela, Guabijú, Montauri, Protásio Alves, São Jorge, União da Serra e Vista Alegre do Prata). A ligação rodoviária dentro do Hortênsias necessita ser desenvolvida, principalmente entre a região dos Aparados da Serra e a BR-101 (Rota do Sol) e entre o pólo de Gramado-Canela e Vacaria.

O aeroporto de Caxias do Sul, classificado como nacional, possui uma demanda de carga importante, pela existência de setores que produzem materiais de alto valor agregado. Porém, seu pequeno terminal de cargas não permite o atendimento das demandas e tem dificuldade de ampliação por sua localização urbana, tendo apresentado decréscimo nas movimentações de cargas, aeronaves e passageiros. O projeto, em estudo, de implantação de um novo aeroporto regional em Canela é estratégico para a Região pelos mesmos motivos. Neste modal de transporte, o crescente volume e demanda sobre o aeroporto de Caxias do Sul é merecedor de novos investimentos no sentido de aparelhamento do sistema de apoio ao pouso e à decolagem dos aviões. Muitos vôos são desviados a Porto Alegre pela constante dificuldade climática por falta de um sistema de controle de tráfego mais desenvolvido.

Como a Serra possui forte ligação com o Sudeste do país, este investimento é bastante importante. Em termos de armazenagem, nela concentra-se 95% da capacidade instalada do Estado para líquidos e 100% para vinhos, enquanto que para carga geral e grãos sua participação é irrisória.

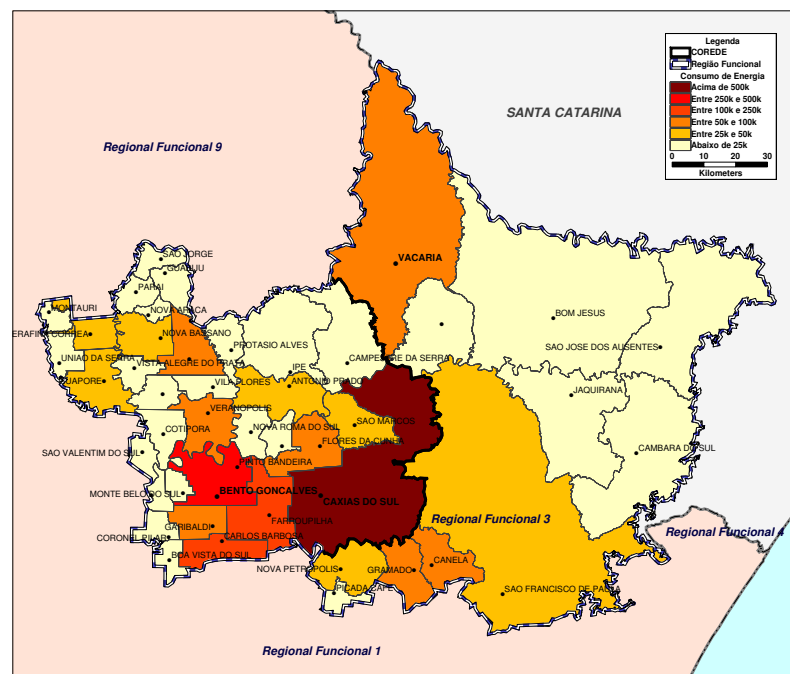
**Energia:** Do ponto de vista da geração, a integração dos mercados por linhas de transmissão não requer mais que a própria Região gere a energia requisitada. Portanto, embora ela conte atualmente com usinas geradoras, sejam hidrelétricas ou mini e microgeradoras, há vários projetos de hidrelétricas previstos no Estado e as linhas de transmissão existentes e projetadas, se

**Figura 2.3.8 – Carregamentos Rodoferroviários Regionais: Gargalos na RF 3 (Veículo/Capacidade)**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Figura 2.3.9 – Consumo de Energia na RF 3**



Fonte: FEE, 2003

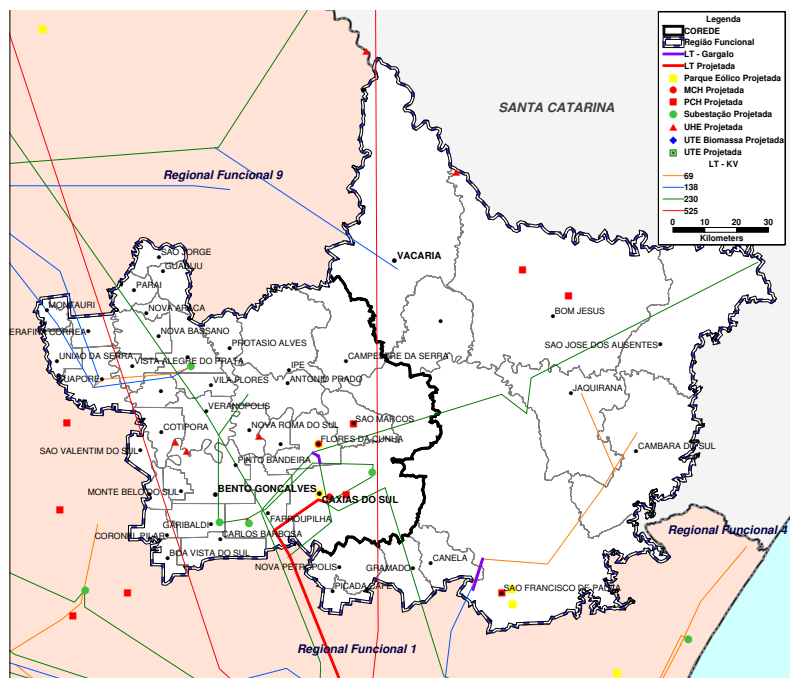
efetivadas, poderão suprir suas demandas.

Do ponto de vista da transmissão, há linhas de alta capacidade (500 kV) a média e baixa capacidade (de 230 kV a 69 kV), que atravessam seu território, suprindo adequadamente os consumos crescentes (de cerca de 2,4 milhões de MWh, em 2000, para 2,6 milhões de MWh, em 2003), crescimento (3,7% a.a.) semelhante ao do PIB regional (3,3% a.a.). Os altos consumos concentram-se principalmente em Caxias do Sul e Bento Gonçalves, como registra a **Figura 2.3.9**.

No entanto, há gargalos na capacidade de trechos de linhas de transmissão, especialmente no entorno de Caxias do Sul e de São Francisco de Paula. Tanto a duração de falhas

de suprimento como sua frequência têm valores dentro dos padrões aceitáveis pela Aneel, o que reflete níveis de serviço adequados. Para o setor primário, um investimento necessário é na eletrificação rural nas Hortênsias, onde este indicador ainda é deficitário, prejudicando a utilização de uma importante reserva de área agricultável da Região **Figura 2.3.10**.

**Figura 2.3.10 – Linhas de Transmissão e Unidades de Geração Energética RF 3**



Fonte: Ceee, 2005; AES-Sul, 2005 e RGE, 2005

**Telecomunicações:** Em termos de telefonia, a análise divide-se em fixa e móvel, embora a primeira seja mais importante pela possibilidade de uso da internet em bases mais acessíveis. A densidade de telefonia fixa apresenta-se alta especialmente na porção do Serra e sul do Hortênsias, onde situa-se acima de 20 telefones por 100 habitantes. Em porções do norte do Hortênsias, o índice alcança até 10/100 habitantes.

Estas médias baixas de densidades, porém, ainda escondem as grandes diferenças entre os atendimentos domiciliares urbanos e rurais: enquanto no meio urbano o percentual de atendimento domiciliar está em 60%, no atendimento domiciliar rural estas cifras caem para 36%.

Na telefonia móvel, a área de registro da Região, que agrega também a porção norte do Estado, apresenta uma densidade de 48,6 pontos de acesso/100 habitantes, a segunda menor do Rio Grande do Sul, inferior à média estadual de 55/100 habitantes. Embora este atendimento melhore o nível de comunicações, para efeito social e de negócios, ressalta-se que neste tipo de telefonia o acesso à internet ainda é praticamente impossível pelos altos custos, reduzindo-se as oportunidades de acesso ao conhecimento e inovações.

O acesso a conhecimento e informações também pode ser focado pela existência de linhas de transmissão de dados. Neste ponto, a Região é bem-servida, com várias linhas comerciais que a interligam com Porto Alegre e restante do país, além da Rede Tchê, entre as universidades de Caxias do Sul e as demais do Estado.

**Macrossaneamento:** O centro urbano de Caxias do Sul, pelas suas dimensões, representa o maior problema de poluição ambiental, pelas condições de saneamento. Não só a rede coletora urbana atende apenas 74% dos domicílios urbanos, como o esgoto coletado não tem praticamente tratamento, pois, só 2% recebe algum destino adequado. Nos resíduos sólidos, a cidade está servida por aterro sanitário adequado. Além deste centro, os demais (Bento Gonçalves e Vacaria), pelo porte e crescimento populacional acelerado, assim como Gramado e Canela, pela atratividade turística, também se constituem em problema sanitário.

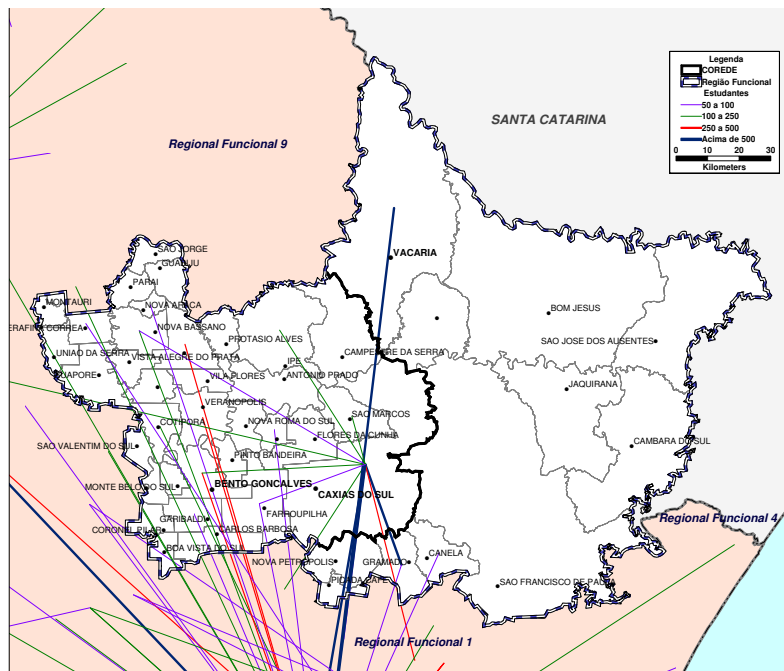
**Potencial de Produção de Conhecimentos:** Uma tendência recente é a expansão das universidades regionais, em especial da Universidade de Caxias do Sul, que já possui nove *campi* localizados nos principais pólos regionais (Caxias do Sul, Farroupilha, Bento Gonçalves, Vacaria e Canela), polarizando vastas porções regionais, como registra a **Figura 2.3.11**.

**Potencial Financeiro, Empreendedor e Atrativo:** Os municípios da Região classificam-se em duas categorias: pobres e independentes (49%), ou seja, têm menor dependência dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios; e ricos e dependentes, ou seja, dependem de repasses de outras esferas. Os investimentos per capita obtidos entre 1999 e 2003 são dos mais baixos entre as Regiões Funcionais (R\$ 97,00), considerando que desse total, 80% provêm dos municípios, sendo o restante estadual ou, em pequena monta, federal.

No dinamismo empresarial, o Serra ocupa a quinta posição entre os COREDEs, com cerca de 13 empresas criadas por 1.000 habitantes, em 2003. Nos atendimentos pelo Sebrae, outro indicador de empreendedorismo, a Região ocupa a segunda posição no Estado, com 163 atendimentos por 1000 habitantes, entre 2000 e 2004. Em termos de atratividade empresarial em busca de incentivos, ela atraiu cerca de 8% dos recursos do Fundopem entre 1995 e 2004, quarta parcela estadual. Mesmo na nova modalidade do Fundopem para áreas menos desenvolvidas – o Integrar/RS, a Região já tem projetos confirmados, que respondem pelo maior número de empregos adicionais totais previstos para o Estado (24%).

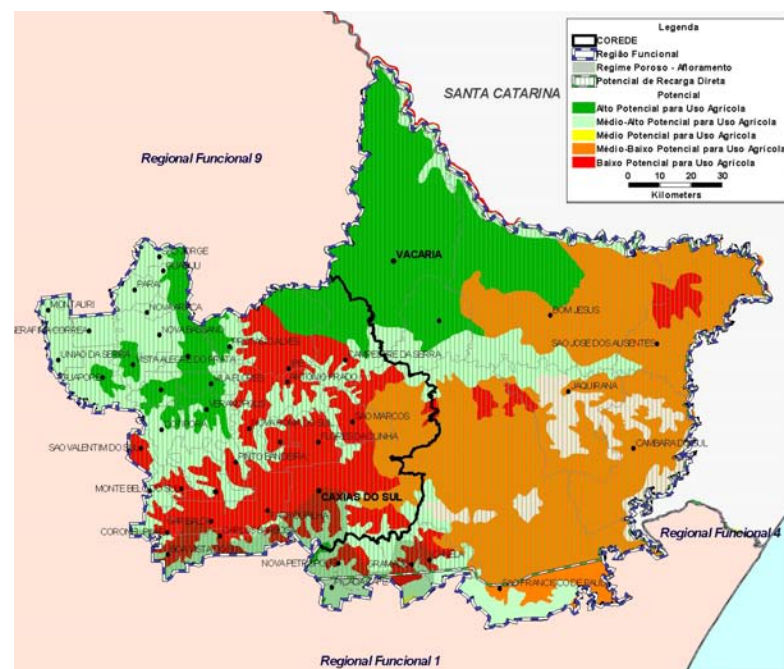
**Potencialidades e Restrições Ambientais:** Por sua topografia, possui restrições ambientais, agravadas pelo incremento da atividade industrial, principalmente na Serra. Ainda existem recursos naturais subutilizados ao norte, junto aos pólos de Gramado-Canela (Aparados da Serra) e Vacaria (Campos de Cima da Serra). O uso sustentável destes recursos é estratégico para a Região. Por um lado, para garantir a dinâmica do setor primário regional e, por outro, para alavancar o desen-

**Figura 2.3.11 – Polarização de Estudantes do Ensino Superior**



Fonte: IBGE, 2000; Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Figura 2.3.12 – Potencialidades Ambientais na RF 3**

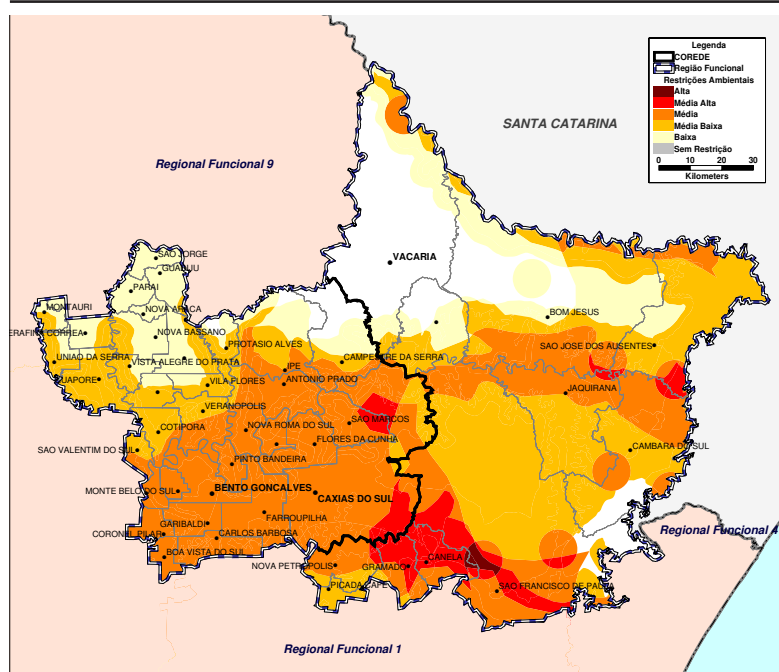


Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

volvimento do setor de turismo, comércio e serviços (Figura 2.3.13).

**Condições de Governança Regional:** As baixas coincidências de regionalizações setoriais causam dificuldades de governança, sendo grandes e distintas: na Serra, seus 34 municípios pertencem a 61 regionais setoriais distintas do governo estadual, tendo que articular cerca de 135 participantes para planejar e agir em seu espaço; nas Hortênsias, os 11 municípios pertencem a 44 regionais setoriais distintas do governo estadual, tendo que articular, no mínimo, 72 participantes para planejar e agir em seu espaço.

Figura 2.3.13 – Restrições Ambientais na RF3



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Vários atores e participantes são importantes no seu desenvolvimento e devem atuar conjuntamente, como as associações de municípios (Amesne e Amcserra); a associação de vereadores (Ascamesne); as universidades (UCS, UFRGS, Ulbra, Uergs, Senai-Cetemo e Mecatrônica); as associações de comércio e indústrias (Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Veranópolis, Paraí, Vacaria, Canela, Gramado e Bom Jesus); os sindicatos patronais e de trabalhadores nessas cidades (Simecs, Sindmadeira, Movergs, Simplas, Calçados, Sindmóveis, Fecovinho, SHRBS/RH, Tecelagem, Mobiliário e Rural); a Agência de Desenvolvimento da Pólo RS – Visão e o Centro de Inovação Moveleiro; os APLs de Turismo, Móveis, Calçados, Vitivinicultura, Flores, Subcontratação do Metal-mecânico, Malharia, Petróleo; os comitês de bacias e as ONGs.

Finalmente, outro fator concorrente à governança regional refere-se ao grau de êxito dos COREDEs em suas tarefas de articular essas várias estruturas setoriais governamentais, assim como os vários agentes presentes, o que se constitui num desafio regional.

O grau de êxito dos COREDEs constituintes alcançou desempenho médio superior, especialmente pela existência das universidades que comandam seu planejamento e ação. Os COREDEs têm atuação reconhecida no planejamento regional, porém, dificultado pela diversidade territorial de agentes governamentais intervenientes e pelo papel solicitado a eles, de elaboração dos orçamentos anuais, o que encaminha seus esforços apenas para a seleção e alocação desses recursos e não para um planejamento estratégico na busca de soluções fora da esfera estadual.

### Futuro Tendencial da Região Funcional 3

O Cenário Tendencial aponta como principal conclusão um leve aumento no processo de desigualdade regional pela polarização existente em torno de Caxias do Sul em termos de empregos e investimentos industriais. Na Serra, os *clusters* já encontram-se em estágios de desenvolvimento elevados, o que, naturalmente, diminui seu ritmo de crescimento. Este fator, associado a uma crescente integração, via turismo, entre os pólos Vacaria–Gramado–Bento Gonçalves, aponta para um crescimento acelerado do emprego industrial nas Hortênsias.

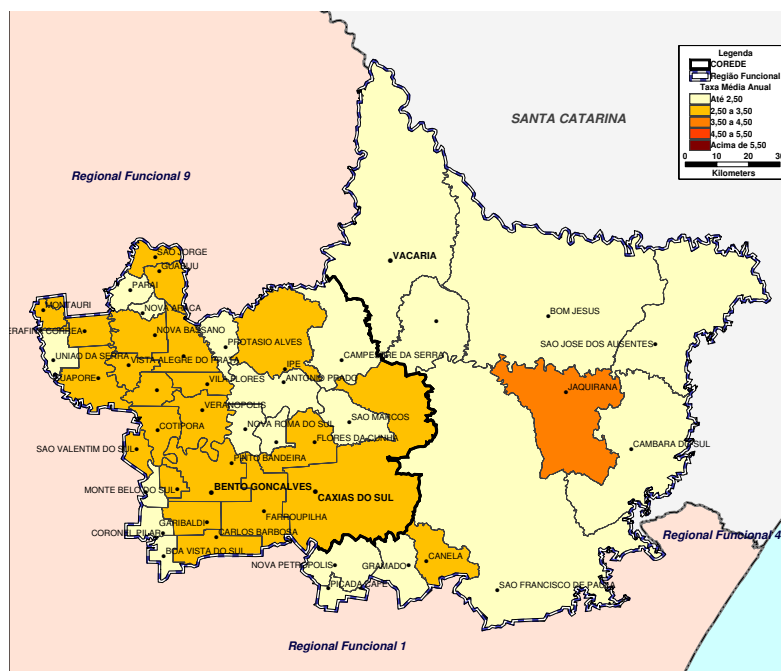
**Desempenho Econômico:** De forma geral, a Região apresentará um aumento em sua participação no PIB total do Estado, crescendo cerca de 5% acima do Rio Grande do Sul (4,2% contra

4,0% a.a.). Esse crescimento deve refletir-se no aumento do PIB per capita, que alcançará, em 2015, o valor mais alto do Estado: de R\$ 16 mil, em 2003, para R\$ 22 mil, em 2015, embora decresça em relação à média estadual (de 138% para 134%). A distribuição espacial da evolução do PIB per capita regional é visualizada na **Figura 2.3.14**.

Comparando setorialmente, os setores industrial e de serviços ganham participação no Estado: o primeiro crescendo a 5,1% a.a. (contra 4,3% a.a. do Rio Grande do Sul) e o segundo, a 4,1% a.a. (contra 4,0% a.a.). O setor agropecuário deverá perder participação no total estadual, crescendo a 1,5% a.a. (contra 2,5% do Estado), assim como o setor de comércio, que cresce a 4,9% a.a. (contra 5,1%).

No desempenho esperado projetado pelo Cenário Tendencial, estão computados investimentos nos setores produtivos de aproximadamente R\$ 74 milhões (18% do total do Estado), objetos de incentivos e financiamentos por órgãos do governo, conforme a **Tabela 2.3.4**.

**Figura 2.3.14 – PIB Municipal per capita, 2003-2015 – RF 3 (Taxa Média de Crescimento Anual)**



Fonte: Cenário Tendencial – Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Tabela 2.3.4 – Investimentos Produtivos Confirmados – RF 3 (em R\$)**

Segmento Produtivo	Hortênsias	Serra	Total
Agropecuária e atividades correlatas	650.000	78.000	728.000
Alojamento e alimentação	2.000.000		2.000.000
Comércio		2.450.000	2.450.000
Cultivo de frutas	5.890.383		5.890.383
Edição, impressão e reprodução de gravações		511.061	511.061
Artigos de borracha e plástico		10.860.993	10.860.993
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos		35.000	35.000
Produtos alimentícios e bebidas		26.928.690	26.928.690
Produtos de metal	1.250.762	1.206.960	2.457.722
Produtos químicos		3.434.489	3.434.489
Produtos têxteis		743.750	743.750
Montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias		14.226.874	14.226.874
Preparação e fabricação de couros		3.177.652	3.177.652
Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados	180.960	121.235	302.195
Transporte terrestre		578.770	578.770
<b>Total</b>	<b>9.972.105</b>	<b>64.353.473</b>	<b>74.325.578</b>

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Setores Promissores:** Na Região Funcional 3, o setor agropecuário (o mais relevante em 2003) permanece em destaque em 2015, mesmo com sua participação no VAB da região e do setor no Estado caindo. As indústrias Metalúrgica, Química e de Calçados e Couros aumentam suas participações no VAB do Estado e ganham participação setorial na economia gaúcha, chegando a crescer, no caso dos Calçados e Couros, 7,8% a.a. contra os 4,3% a.a. da média da indústria no Estado (**Tabela 2.3.5**).

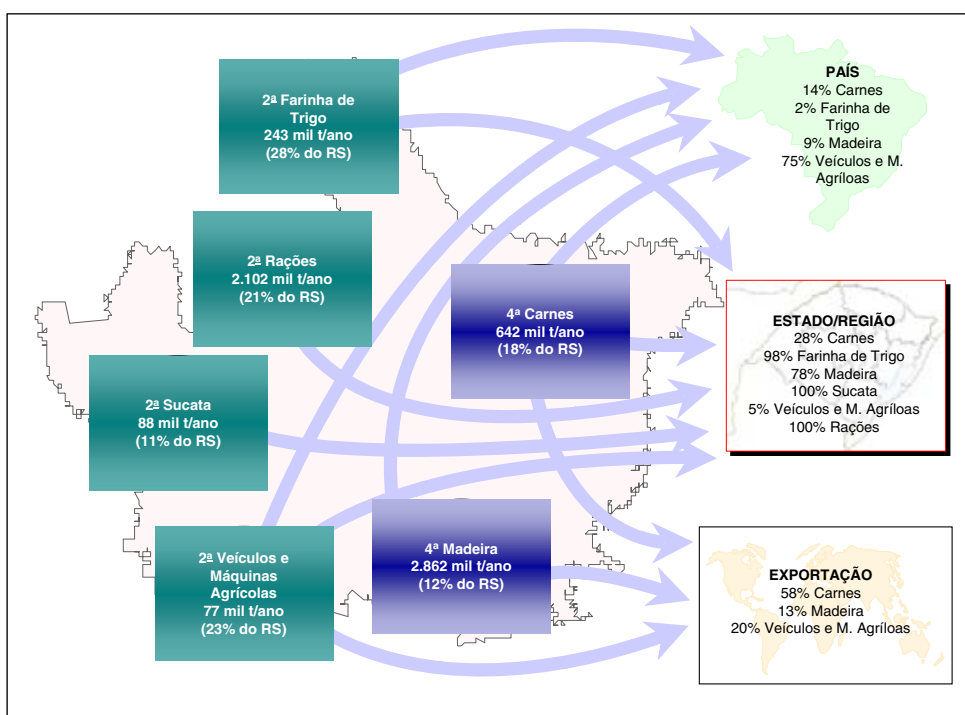
Tabela 2.3.5 – VAB Setorial em 2003 e 2015 – RF 3

Setores	2003		2015	
	% do Total da Região	% do RS	% do Total da Região	% do RS
Agropecuária	16.0%	14.3%	11.7%	12.6%
Indústria metalúrgica	5.9%	27.2%	6.6%	29.2%
Máquinas e equipamentos / tratores	3.8%	23.6%	4.7%	22.1%
Material elétrico	1.2%	31.8%	1.4%	27.3%
Material de transportes	4.1%	54.0%	3.5%	48.4%
Serrarias, madeira e móveis	3.1%	42.1%	2.6%	30.8%
Papel e gráfica	1.3%	14.6%	1.4%	15.5%
Química	1.7%	3.1%	2.4%	4.7%
Calçados e couros	2.1%	7.5%	3.1%	10.8%
Produtos de origem vegetal	0.4%	2.1%	0.3%	2.1%
Abate e preparação de carnes	3.1%	18.7%	2.3%	17.8%
Leite e laticínios	0.4%	8.1%	0.3%	7.7%
Óleos vegetais	0.2%	2.5%	0.2%	2.9%
Demais ind. Alimentares	2.0%	19.4%	1.8%	20.0%
Demais indústrias	6.5%	22.2%	8.6%	22.5%
Serviços utilidade pública	1.3%	8.7%	1.9%	11.1%
Construção civil	5.3%	14.8%	5.7%	16.6%
Comércio	7.6%	10.3%	8.3%	10.2%
Transporte	2.8%	20.2%	2.9%	17.1%
Comunicações	1.7%	9.1%	2.0%	9.9%
Instituições financeiras	6.5%	14.3%	6.7%	14.2%
Serviços prestados às famílias	7.3%	13.5%	8.2%	12.1%
Aluguel de imóveis	7.0%	10.5%	5.8%	11.2%
Administração pública	7.6%	8.3%	6.7%	7.9%
Serviços privados não-mercantis	1.1%	11.6%	0.9%	12.2%
Total	100.0%	12.9%	100.0%	13.1%

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC, 2005

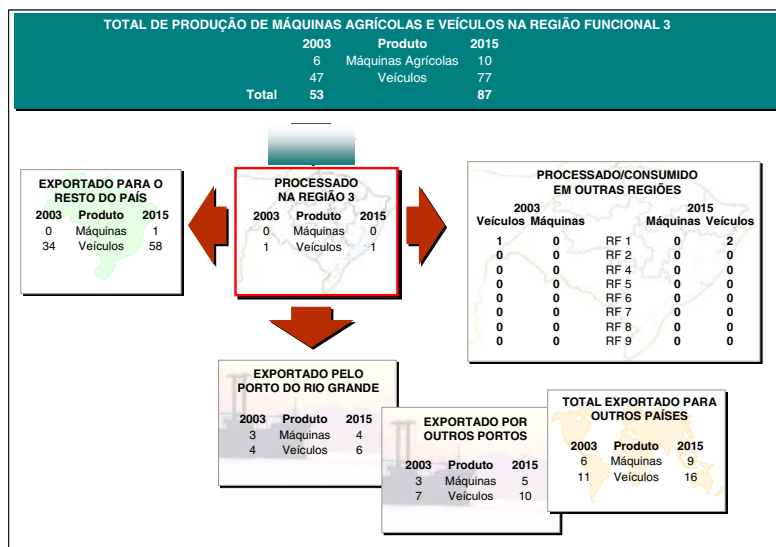
**Estimativa de Produtos de Grandes Volumes e Fluxos Inter-regionais:** Segundo as projeções do Componente 2 – Logística de Transportes, realizadas de acordo com a matriz origem-destino dos produtos de grande volume, é possível verificar a produção e o destino dos principais produtos de grande volume para cada Região (Figura 2.3.15). As estimativas para 2015 das principais produções regionais são visualizadas nas Figuras 2.3.16 a 2.4.21).

Figura 2.3.15 – Estimativa das Principais Produções e Movimentações da RF 3 em 2015 (Produtos de Grande Volume – Componente 2)



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC, 2005

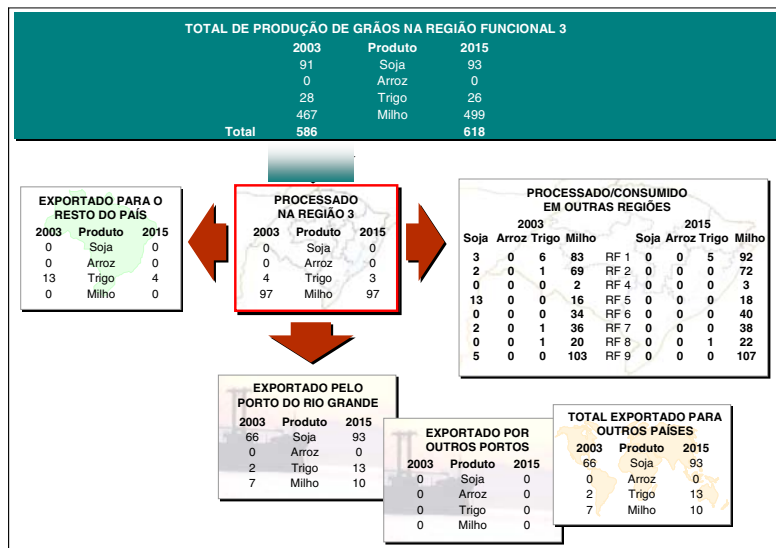
**Figura 2.3.16 – Estimativa de Produção e Movimentações de Veículos e Máquinas Agrícolas RF 3 (1.000t)**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC, 2005

Na produção de Veículos e Máquinas Agrícolas, setor em que a Região participa com 12% da produção gaúcha, os volumes para 2015 (87 mil t/ano) serão quase totalmente (97%) exportados para o Brasil e outros países.

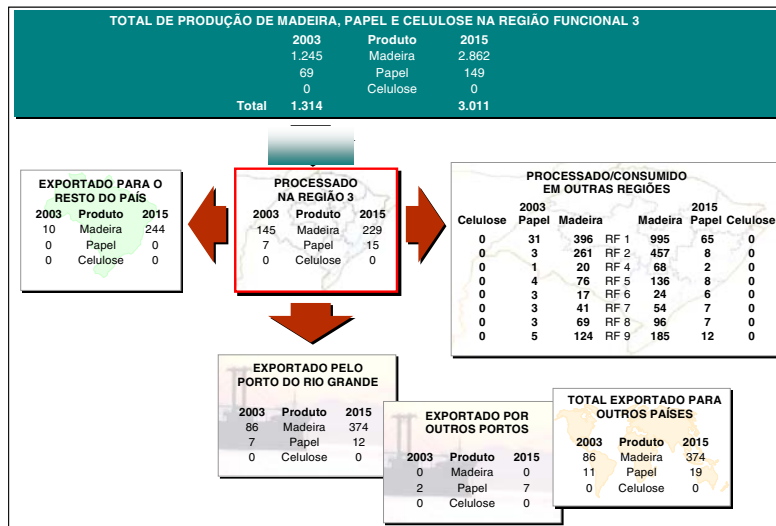
**Figura 2.3.17 – Estimativa de Produção e Movimentações de Grãos RF 3 (1.000t)**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC, 2005

Na produção de Grãos, apenas o milho atinge volumes expressivos, posicionando a Região em quinto lugar no Estado, com 499 mil toneladas. A maior parte dessa produção será voltada para processamento na própria Região ou no restante do Estado.

**Figura 2.3.18 – Estimativa de Produção e Movimentações de Madeira RF 3 (1.000t)**



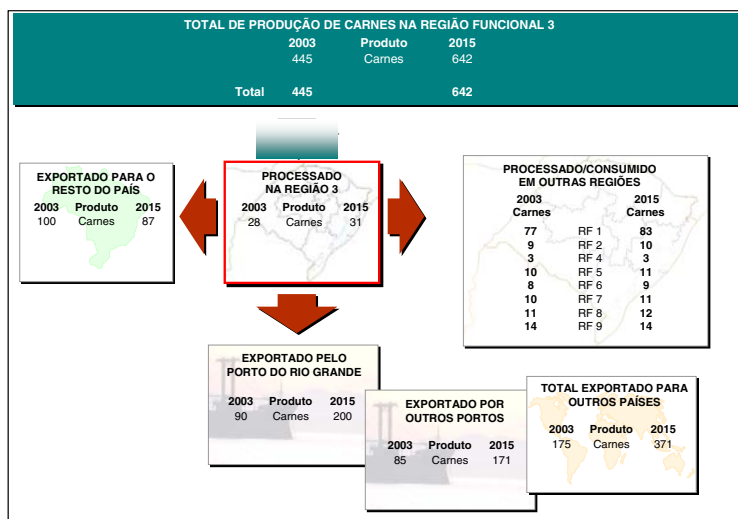
Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC, 2005

Na produção de Madeira, por sua vez, a Região será o quarto produtor do Estado, atingindo 2.862 mil toneladas em 2015, voltando a maior parte desta produção para processamento ou consumo no Rio Grande do Sul, embora a exportação atinja 13% do total.



**Figura 2.3.19 – Estimativa de Produção e Movimentações de Carnes RF 3 (1.000 t)**

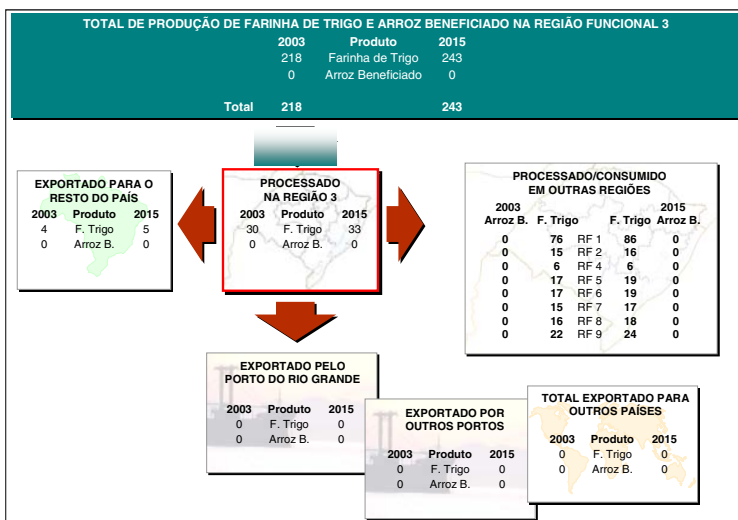
No setor de Carnes, a Região Funcional 3 estará na quarta posição do Estado em volume produzido (642 mil toneladas), sendo quase metade deste total voltada à exportação.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC, 2005

**Figura 2.3.20 – Estimativa de Produção e Movimentações de Farinha de Trigo e Arroz Beneficiado RF3 (1.000t)**

No processamento de Trigo, será o segundo produtor de farinha de trigo, com 243 mil toneladas, fortemente voltado para abastecimento intra-estadual.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC, 2005

**Figura 2.3.21 – Estimativa de Produção e Movimentações e Fertilizantes, Adubos e Rações RF 3 (1.000 t)**

Em Rações, a Região será, em 2015, o segundo maior produtor do Estado, totalizando 2.102 mil toneladas. A maior parte desta produção será voltada para abastecimento do mercado estadual.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC, 2005

**Qualidade Social do Crescimento:** Outro aspecto de extrema relevância para a formulação de estratégias regionais é a tendência apontada de que se tenha um dos maiores fluxos migratórios, positivo, do Estado, acompanhado do maior crescimento populacional previsto para o período 2002-2015. Também é importante salientar a tendência de que essa nova parcela de população se localize em torno dos pólos urbanos, pois, a Região apresenta a tendência de possuir a terceira menor parcela de população rural do Estado em 2015. Portanto, além do crescimento populacional e do aumento do fluxo migratório, ainda se deverá enfrentar o fluxo de população rural para os pólos urbanos regionais.

Esse aumento populacional, em especial de uma população que, possivelmente, possui menor qualificação do que a hoje residente na Região, coloca questões importantes na infraestrutura de educação e saúde, além da necessidade de geração elevada de novos empregos.

Como a Região possui um dos menores índices de investimento público per capita e como os espaços para crescimento, principalmente do setor agroindustrial, são reduzidos, a absorção dessa nova parcela populacional, sem prejuízo dos atuais indicadores sociais, é um grande desafio. Além disso, grande parte do crescimento regional tem sido obtida em função de uma evolução da abertura econômica, baseada em fluxos crescentes de exportações. Esse fato, associado às crescentes dificuldades cambiais enfrentadas pelos exportadores, coloca outra questão crítica à manutenção do atual estado de bem-estar obtido.

### **Elementos para a Construção da Visão Estratégica da Região Funcional 3**

O aumento na demanda interna e externa possui forte relação positiva com as atividades onde a Região é dominante ou dinâmica, pela grande diversidade econômica, o que, associado ao elevado nível de empreendedorismo, acaba por causar uma boa “capacidade de resposta” às oportunidades de mercado existentes. Pela forte integração econômica existente entre os setores primário, secundário e terciário, esses incrementos acontecem de forma equilibrada entre diferentes setores, perfis populacionais e microrregiões.

Por outro lado, o aumento de requisitos técnicos de mercado, por questões tecnológicas, ambientais ou sociais, encontra na Região capacidade em criar soluções apropriadas, respondendo a essas oportunidades com a geração de novos negócios. Como possui um excelente nível de qualificação, organização social e empreendedorismo, o aumento de tecnicidades competitivas configura-se numa oportunidade, pois limita a concorrência puramente por preço de regiões menos organizadas e qualificadas.

**Potencialidades, Restrições, Oportunidades e Ameaças:** Para a identificação mais específica das potencialidades, restrições, oportunidades e ameaças à Região, utilizou-se do instrumento da Matriz SWOT, que congrega o conjunto de potencialidades, oportunidades, restrições e ameaças, que incidem e tendem a continuar incidindo no Cenário Tendencial já traçado (**Quadro 2.3.2**).

**Elementos Estratégicos da Região Funcional 3:** A avaliação da Matriz SWOT permite ressaltar alguns aspectos relevantes que merecem maior foco de análise para fins de planejamento regional, como apresentados a seguir:

- A) Base econômica diversificada, integrada e competitiva.
- B) Elevada e diversificada atratividade turística.
- C) Heterogeneidade interna com potencial complementaridade das atividades econômicas regionais.

#### **A) Base Econômica Diversificada, Integrada e Competitiva**

Quando se considera sua base econômica, verifica-se a relação forte existente entre o aumento esperado de demanda de mercados internos e várias potencialidades da Região (produção de hortifrutigranjeiros), a diversidade e complementaridade econômica regional, a produção e processamento de grãos, a integração entre o processamento de grãos, a produção de leite e de carnes, *cluster* automotivo, moveleiro e turísticos, a produção de plásticos e de madeira e o



processamento de frutas, o que leva muitos setores e atividades a serem beneficiados com a continuidade do aumento de demanda do mercado interno.

Além disso, percebe-se que a Região possui elevado índice de abertura econômica, sendo uma das que mais se beneficia das oportunidades decorrentes do aumento da demanda externa, que, associada ao elevado nível de empreendedorismo, acaba por gerar uma boa capacidade de resposta que se converte em produção e crescimento. Pela forte integração econômica existente entre os setores primário, secundário e terciário, esses incrementos acontecem de forma equilibrada entre diferentes setores, perfis populacionais e diferentes regiões.

A diversidade econômica reflete-se também numa maior diversidade de mercados atendidos, o que torna a Região menos vulnerável a eventuais crises em setores ou mercados específicos. A única exceção é a China, com a qual vem se desenvolvendo uma maior dependência direta e indireta (aço, plásticos e exportação de grãos), o que torna o desempenho da Região suscetível a mudanças bruscas do mercado chinês.

Entretanto, estas potencialidades podem ser restringidas pela dificuldade para garantir a dinâmica do setor primário pela limitação das áreas cultiváveis, pelos impactos ambientais das atividades de extração de madeira, de produção de aves e suínos e pela vulnerabilidade do solo, associados a um baixo investimento em pesquisa aplicada para obtenção de ganhos de produtividade. Este cenário não é positivo, pois, é exatamente na vinculação do setor primário com os setores secundário e terciário que reside boa parcela da dinâmica econômica e social da Região. Nesse sentido, o aumento de investimentos em pesquisa aplicada, especialmente voltados à tecnologia de produção limpa, no setor primário, com aumentos de produtividade, é condição desejada para o desenvolvimento regional.

Uma restrição enfrentada pela Região diz respeito à dificuldade do acesso a portos e aeroportos, apesar da proximidade com Porto Alegre, com deficiências operacionais no aeroporto de Caxias do Sul e gargalos de transporte para escoamento da produção, com diversos pontos de saturação da malha rodoviária, dificultado pelo relevo montanhoso, que também impõe dificuldades à expansão da ferrovia. Desta forma, importante oportunidade pode ser aproveitada se os governos federal e estadual forem capazes de viabilizar o modelo de Parcerias Público-Privadas (PPPs), pois os investimentos necessários podem gerar um retorno propício para direcionar a efetivação de PPPs regionais.

Outra ameaça ao dinamismo econômico reside no risco de aumento das dificuldades de acesso a novos mercados por barreiras comerciais ou pela manutenção, por períodos muito longos, de taxas de câmbio desfavoráveis. Assim, também a relativa fragilidade financeira das empresas locais pode se constituir em empecilho para a manutenção dos indicadores de competitividade necessários para atuação no comércio internacional. A organização efetiva de alguns APLs (moveleiro, metal-mecânico) tem levado a uma forte atuação junto a organismos de financiamento para suprir, como grupo, as dificuldades que as empresas individualmente poderiam enfrentar para obtenção de financiamentos e apoio.

Outra fonte de risco para reduzir tal dinamismo surge como reflexo da lacuna entre demanda e oferta de pessoal técnico, adequadamente qualificado para suportar atividades econômicas regionais, e a deficiência de desenvolvimento de tecnologia alinhada às necessidades da Região. As boas condições sociais e a elevada qualidade de vida da Região constituem-se em ativo para atrair os profissionais e pesquisadores demandados.

**B) Elevada e Diversificada Atratividade Turística:** A Região dispõe de variados pólos turísticos, com incidência elevada de parques, contando com diferentes tipos de atrativos, destacando-se Gramado, Bento Gonçalves, Garibaldi, Cambará do Sul e São José dos Ausentes, com distintas atrações naturais e gastronômicas, além de Caxias do Sul, com o turismo de negócio. Tem sido competente em integrar a atividade turística com outras econômicas (cadeia de vinhos, por exemplo) e dispõe de condições climáticas favoráveis à produção de carnes especiais e peixes nobres, que podem estimular e o turismo gastronômico. A tendência à maior adoção de hábitos de consumo de especiarias (carnes especiais) e interesse crescente pelo ecoturismo são oportunidades que podem aumentar a demanda do turismo.

Entretanto, a deficiente infra-estrutura hoteleira (em número de leitos) em alguns destes pólos, como Caxias do Sul durante a semana (negócios), e em Gramado, durante o fim de semana, e dificuldades de acesso constituem-se numa fraqueza importante para o desenvolvimento desta

atividade, tendo ainda problemas com o aeroporto e a difícil ligação com a BR-101.

A implementação da primeira fase do Prodetur Sul é uma importante oportunidade para a superação dessas deficiências, prevendo a pavimentação do acesso a várias cidades e a construção do aeroporto de Canela, além de projetos de saneamento em diversos municípios. Também neste caso, a viabilização de PPPs pode se converter em oportunidade para a Região. Outro fator de risco ao turismo é a concorrência com outras atividades econômicas pelo uso do meio ambiente, que pode implicar em restrição de áreas para desenvolvimento de atividades produtivas ou degradação dos atrativos naturais, que são a base do turismo da Região.

### C) Heterogeneidade Interna com Potencial Complementar das Atividades Econômicas Regionais:

A Região possui uma clara heterogeneidade interna não apenas quando se analisa o COREDE Serra com o Hortênsias, mas também internamente ao próprio Hortênsias, entre suas partes sul e norte. Esta heterogeneidade não apenas se caracteriza pelos perfis distintos dos COREDEs, como também se reforça pela estrutura da malha rodoviária, que dificulta a integração dessas áreas. Mais que a heterogeneidade, é a integração deficiente que deve ser vista, sob a ótica do planejamento regional, como um ponto fraco. Entretanto, esta heterogeneidade gera para a Região uma oportunidade. O COREDE Serra soube explorar a complementaridade entre seus setores primário, secundário e terciário, integrando-os de forma produtiva.

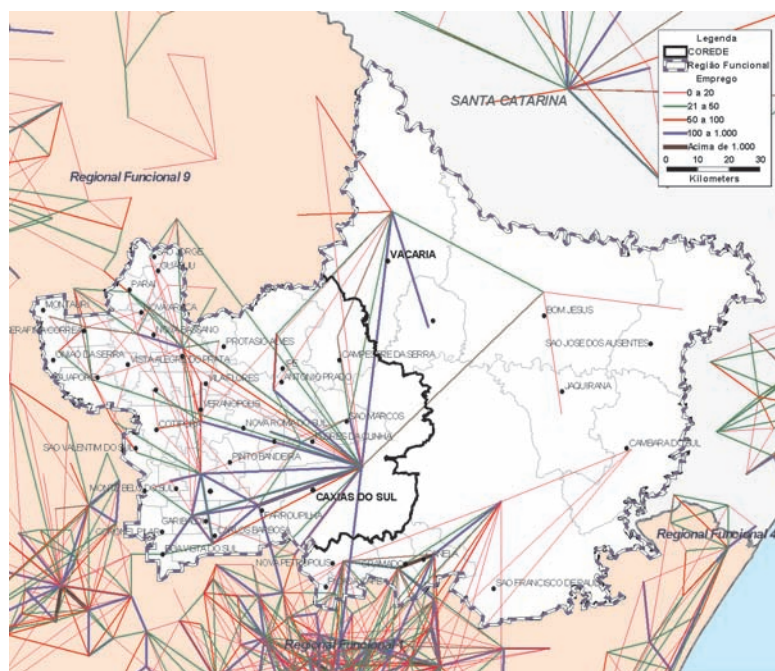
As regiões do COREDE Hortênsias oferecem as mesmas oportunidades. As atividades primárias principais (fruticultura), seu potencial turístico e a potencialidade da agropecuária em Vacaria podem constituir-se fatores para maior integração entre os setores primário e terciário, além de induzir o desenvolvimento de um setor industrial voltado ao processamento de alimentos.

## Visão Estratégica da Região Funcional 3

Consiste na ampliação da abrangência territorial e social do desenvolvimento, através do aprofundamento das vantagens competitivas e do adensamento de cadeias produtivas líderes, como turismo, metal-mecânico, frutas, uva e vinho, aves e suínos, grãos, farinhas, rações e carnes, madeira e móveis e vestuário, ligando, através destas cadeias, os principais pólos regionais (Vacaria, Gramado, Caxias do Sul e Cambará do Sul).

Nesse contexto, alguns assuntos críticos devem ser abordados. O primeiro diz respeito a como ampliar a abrangência, em termos geográficos e populacionais, do processo de desenvolvimento que caracteriza os pólos urbanos mais dinâmicos. Como pode ser observado na **Figura 2.3.22**, existe no entorno de Caxias do Sul, em direção a Bento Gonçalves e Canela, um eixo já bem desenvolvido e dinâmico. Contudo, no entorno de Cambará do Sul (em direção a São José dos Ausentes) e no entorno de Vacaria (em direção a São José dos Ausentes) o mesmo não acontece. Portanto, a maior parcela do território desta Região e uma parcela considerável de sua população, não usufruem deste pro-

Figura 2.3.22 – Bacias de Emprego na RF3



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

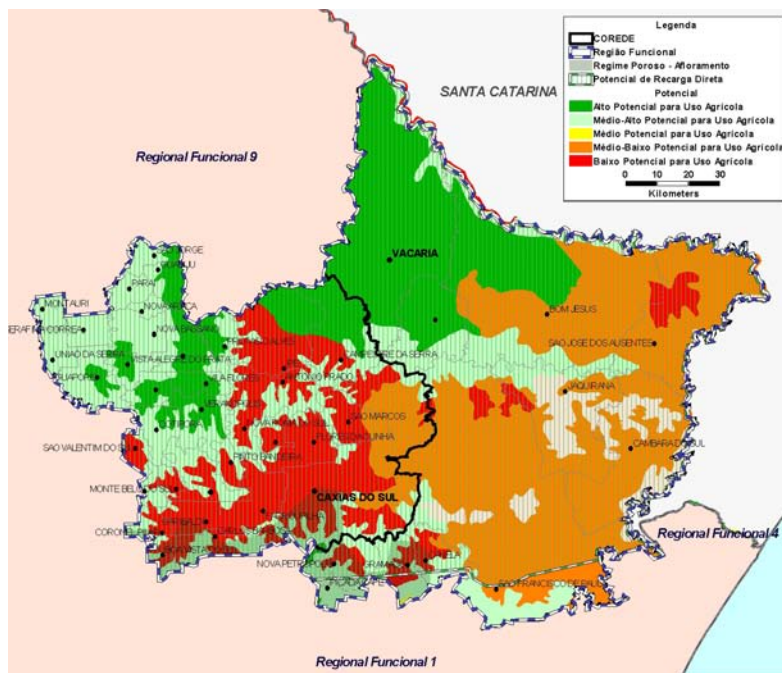
cesso de desenvolvimento localizadamente concentrado.

Por outro lado, o segundo assunto crítico diz respeito à manutenção da atual dinâmica de desenvolvimento, no pólo do entorno de Caxias do Sul. Esse processo depende do correto equacionamento de algumas situações complexas. A primeira diz respeito ao fato deste pólo estar apoiado sobre a integração existente entre os setores primário e industrial, mas existem poucas áreas de expansão agrícola nestas localidades mais dinâmicas, como pode ser observado na **Figura 2.3.23**. Seria muito importante o desenvolvimento de áreas agrícolas ao norte, noroeste e leste da Região, integrando-as aos pólos agroindustriais já instalados no entorno de Caxias do Sul.

A segunda questão refere-se à dinâmica obtida com o setor industrial, apoiado em *clusters* de elevada competitividade (metal-mecânico, automotivo, moveleiro, bebidas), que causou uma das mais elevadas taxas de migração. Atualmente, a Região recebe muitas pessoas (grande parte do meio rural), atraídas pelo progresso, principalmente do setor industrial. Mas, a manutenção do ritmo de desenvolvimento destes *clusters* é difícil, pois os pólos industriais regionais passam a um novo patamar de atuação, mais dependente de inserção internacional e mais exigente em termos de tecnologia e eficiência.

Pode-se dizer que a fase de expansão dos *clusters* regionais, observada nas décadas de 80 e 90, foi “fácil” e que agora passa-se a uma fase “difícil”, na qual o ritmo de expansão tende a diminuir. Este cenário é agravado pelo fato de a Região ser uma das que menos recebe verbas públicas estaduais e federais (até mesmo por sua capacidade de geração interna de riqueza). O desafio regional situa-se na manutenção do atual estágio de bem-estar no entorno de Caxias do Sul e, ao mesmo tempo, na expansão deste estágio às localidades mais ao norte (entorno de Cambará do Sul e Vacaria), como registra a **Figura 2.3.25**.

**Figura 2.3.23 – Potencialidades Ambientais na RF3**

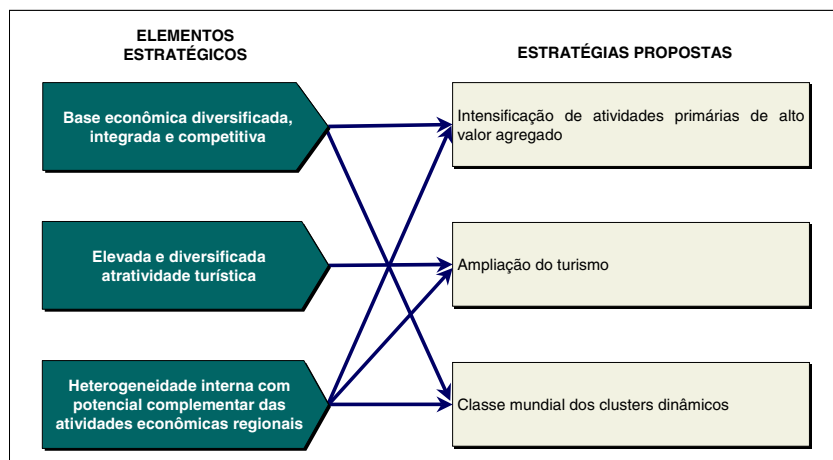


Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

### Estratégias Propostas para a Região Funcional 3

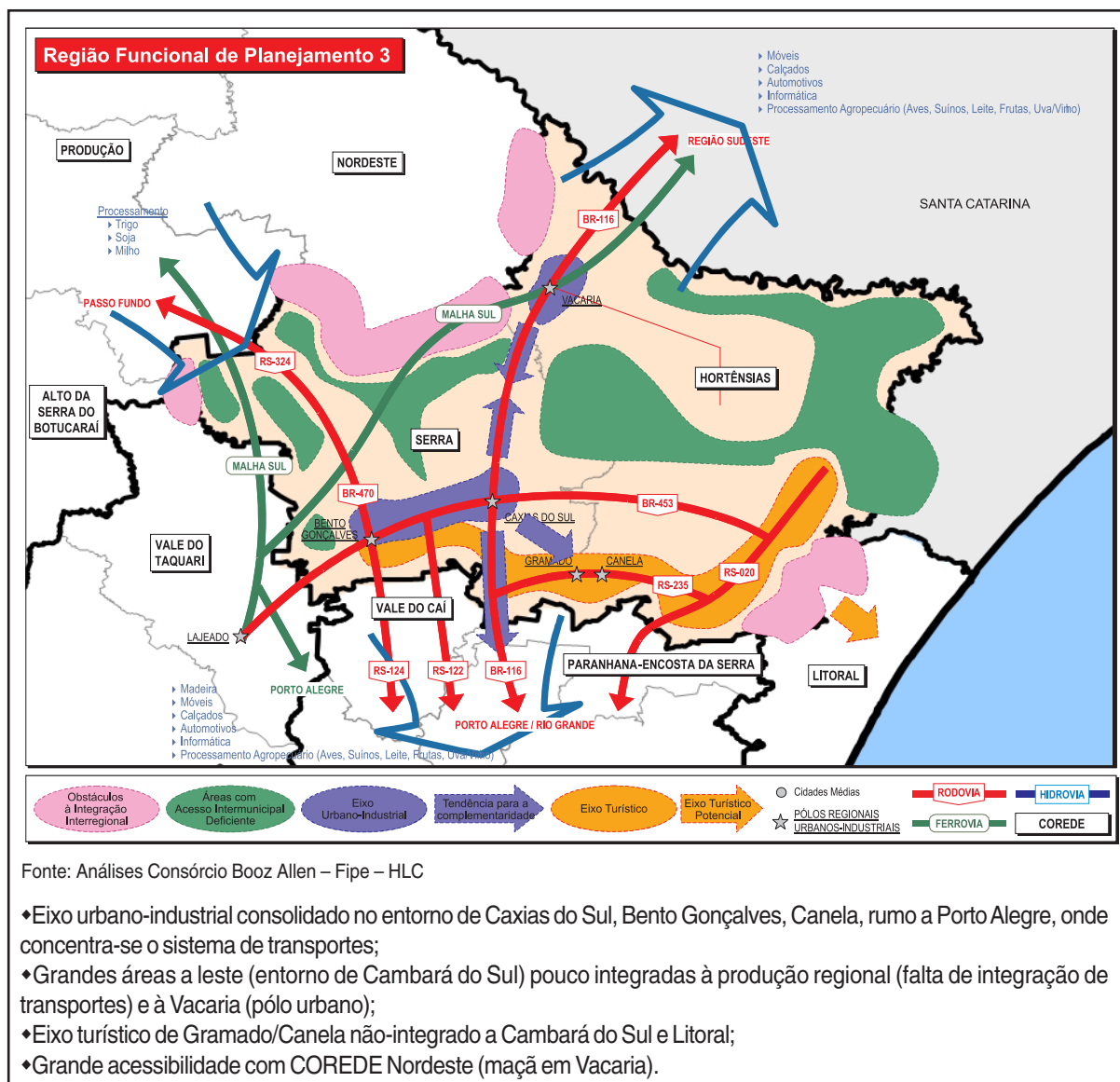
Para que sejam alcançados os objetivos previstos na Visão Estratégica da Região Funcional 3, três estratégias foram propostas pelo Rumos 2015, para as quais concorrem, simultaneamente, os vários elementos estratégicos delineados (**Figura 2.3.25**). Estas definições podem ser observadas na **Figura 2.3.24**.

**Figura 2.3.24 – Elementos Estratégicos x Estratégias para a RF3**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Figura 2.3.25 – Elementos Estratégicos da RF 3



### ESTRATÉGIA 1 – INTENSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES PRIMÁRIAS DE ALTO VALOR AGREGADO:

A ampliação dos pólos agropecuários deve priorizar produtos que possuam três características: elevado valor agregado, pois não existe grande disponibilidade de área e a estrutura fundiária é propícia a esse tipo de atividade; potencial integração com a indústria e/ou com o turismo já desenvolvido e bons índices de produtividade na Região.

Enquadram-se nestas características frutas como maçã, caqui, uva, goiaba, tomate e pês-sego, de elevado rendimento e eficiência e com potencial para integração industrial. Podem ser produzidas no entorno de Vacaria e Cambará do Sul, juntando-se às frutas já produzidas no entorno de Caxias do Sul, integrando a agroindústria de processamento, adensando e gerando maior escala para a cadeia produtiva regional. Isso pode ocorrer com a madeira, que pode ser produzida nos pólos menos desenvolvidos, integrando-se ao *cluster* moveleiro já bem desenvolvido ao sul. Além disso, o reflorestamento, ao manter as extensas áreas verdes, contribui para o ecoturismo, atividade em expansão. O setor de carnes, produzidas em todos os pólos, pode envolver desde a carne de gado bovino (Vacaria), incluindo a produção de leite, a carne de aves e suínos (Serra e Hortênsias) e as carnes especiais (javali, coelho, ovelha, capivara). Esta produção pode se unir à agroindústria de processamento, já instalada em torno de Caxias do Sul, com o setor de turismo, na área de turismo gastronômico. Os grãos produzidos em maior escala na área

de Vacaria podem integrar as cadeias produtivas de carnes (farinhas e rações) e produtos de origem vegetal (óleos) e leite (farinhas e rações), já desenvolvidas principalmente na microrregião circundante a Caxias do Sul, mas com boa dinâmica recente em todo o COREDE Hortênsias.

### Justificativa para a Estratégia 1

O setor primário foi o mais dinâmico nos dois COREDEs. Existe, porém, uma limitação à expansão da atividade primária em alguns dos pólos regionais mais dinâmicos (principalmente no entorno de Caxias do Sul), o que leva, inclusive, a uma diminuição do PIB deste setor no Cenário Tendencial. Para que isso não ocorra, estratégias vinculadas ao setor são muito importantes.

Nesse sentido, a integração entre os pólos de atividades primárias, além de aproveitar a maior disponibilidade de área existente em pólos menos desenvolvidos, como o entorno de Vacaria e Cambará do Sul, também funciona como elemento de reequilíbrio do desenvolvimento regional, uma vez que a integração com a agroindústria situada no entorno de Caxias do Sul pode dotar essas outras regiões de igual dinâmica de desenvolvimento, diminuindo a pressão urbana e fixando famílias, de forma qualificada, no meio rural.

Na região demarcada pelos eixos Cambará do Sul-São José dos Ausentes e Vacaria-São José dos Ausentes, existe uma extensa área com aptidão agrícola média, que pode ser mais explorada para a produção de frutas, madeira, grãos e carnes. De fato, pelas dificuldades de acesso, pela baixa densidade demográfica e até mesmo pela inexistência de cidades, grandes porções do território regional ainda são subexplorados.

Nestas regiões, a vocação da população e a estrutura fundiária são propícias à implementação desta estratégia. Enquanto no COREDE Serra aproximadamente 92% das propriedades têm até 50 hectares, no Hortênsias somente 61% das propriedades estão nesta faixa. As de porte médio (entre 50 e 500 hectares), por sua vez, equivalem a 34% do total no Hortênsias e representam um estoque estratégico para a Região, principalmente se esta produção estiver integrada à produção de rações, carnes e frutas processadas. A **Tabela 2.3.6** descreve a estrutura fundiária dos COREDEs que compõem a Região Funcional e permite visualizar esta situação.

Regiões que se especializaram na produção e no processamento de frutas, como o interior paulista, no caso da laranja, por exemplo, demonstram de forma clara o elevado potencial mercadológico existente nestes casos. A Região Funcional 3 apresentou taxas de evolução, tanto no processamento de frutas, quanto na produção *in natura*, que ultrapassam, em muitos casos, a casa de 10% ao ano, indicando a existência de espaços de mercado a serem ocupados, principalmente no segmento de frutas temperadas, onde o país ainda não apresenta completa auto-suficiência. Na **Figura 2.3.26**, há uma visão espacial das regiões onde algumas dessas culturas, de maior valor agregado, poderiam ser estimuladas.

Cabe ressaltar que, segundo o Macrozoneamento Agroecológico Econômico do Rio Grande do Sul (1994), a Região possui média aptidão para cultivo da uva, que, por razões históricas da colonização italiana, é o principal produto agrícola. Também concentra 30% do processamento estadual de aves, com elevada dinâmica, o que demonstra o potencial de integração desta capacidade instalada com os elos de fabricação de rações e de produção de grãos, assim como o processamento de carnes. Com isso, a produção de outras carnes, de forma intensiva, também se torna viável e competitiva.

**Tabela 2.3.6 – Estrutura Fundiária na RF 3**

Tamanho da Propriedade		COREDE		Total
		Serra	Hortênsias	
Até 5 hectares	Total	3.684	986	<b>4.670</b>
	% do COREDE / RF	13.8%	9.3%	<b>12.5%</b>
De 5 a 50 hectares	Total	20.956	5.494	<b>26.450</b>
	% do COREDE / RF	78.6%	51.8%	<b>71.0%</b>
De 50 a 500 hectares	Total	1.963	3.605	<b>5.568</b>
	% do COREDE / RF	7.4%	34.0%	<b>14.9%</b>
De 500 a 5000 hectares	Total	65	519	<b>584</b>
	% do COREDE / RF	0.2%	4.9%	<b>1.6%</b>
Acima de 5000 hectares	Total	1	5	<b>6</b>
	% do COREDE / RF	< 0.1%	< 0.1%	<b>&lt; 0.1%</b>
<b>Total Geral</b>		<b>26.669</b>	<b>10.609</b>	<b>37.278</b>

Fonte: Censo Agropecuário 1996 – IBGE, Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC, 2005



**Figura 2.3.26 – Áreas Aptas para Cultivo de Frutas (RF 3)**



Fonte: Macrozoneamento Agroecológico Econômico do Rio Grande do Sul (1994)

### Objetivos da Estratégia 1

Aumentar a produção e o processamento de frutas e hortigranjeiros de clima temperado, provenientes das regiões do entorno de Vacaria e de Cambará do Sul. Em 2015, como objetivo principal, a produção agrícola deverá alcançar o valor de R\$ 2,5 bilhões (representando um crescimento de 6,55% a.a.). O processamento, por sua vez, chegará a R\$ 1,5 bilhão (representando um crescimento de 9,72% ao ano até 2015). A quantificação deste objetivo baseia-se em dados de 2002 e 2003 (FEE), que mostram uma produção agrícola de R\$ 1,17 bilhão e R\$ 493 milhões para o processamento. Esse objetivo pode ser desdobrado em objetivos específicos, cujo balizamento será determinado pelas informações da **Tabela 2.3.7**:

**Tabela 2.3.7 – Balizamento de Objetivos da Estratégia 1 (Frutas e Uvas)**

Produto	Período de Referência	CAGR (%) – Período de Referência	Valor Final (2002 / 2003 – R\$ MM)	CAGR (%) Projetado	Valor 2015 (R\$ MM)
Produção de Frutas	1996 – 2003	10,15%	368,2	8,68%	1.000
Processamento de Frutas	1998 – 2002	17,65%	72,3	16,04%	500
Produção de Uvas	1996 – 2003	18,47%	392,2	8,11%	1.000
Processamento de Uvas	1998 – 2002	15,31%	267,1	7,69%	700

Fonte: Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, Produção Agrícola Municipal – IBGE, Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC, 2005

Assim, são definidos os seguintes objetivos específicos:

- ♦ Alcançar, em 2015, o patamar de R\$ 1 bilhão no valor da produção de uvas e de R\$ 700 milhões com o seu processamento.
- ♦ Alcançar, em 2015, o patamar de R\$ 1 bilhão no valor da produção de frutas e de R\$ 500 milhões com o seu processamento.
- ♦ Aumentar a produção de grãos e de farinhas e rações para abastecimento da cadeia produtiva regional de carnes (principalmente aves e suínos), alcançando, em 2015, o valor de R\$ 700 milhões com a produção agrícola (milho, trigo e soja) e de R\$ 570 milhões com o processamento de grãos. Neste sentido, os objetivos específicos podem ser balizados pela **Tabela 2.3.8**.

**Tabela 2.3.8 – Balizamento de Objetivos da Estratégia 1 (Grãos)**

Produto	Período de Referência	CAGR (%) – Período de Referência	Valor Final (2002 / 2003 – R\$ MM)	CAGR (%) Projetado	Valor 2015 (R\$ MM)
Produção de Milho <sup>(1)</sup>	1996 – 2003	21,80%	467 mil toneladas	5,30%	868 mil toneladas
Processamento de Milho	1998 – 2002	898,61%	29,8	11,30%	120
Processamento de Soja	1998 – 2002	133,69%	36,7	13,01%	180
Processamento de Trigo	1998 – 2002	28,81%	86,9	9,11%	270

(1) Todos os valores em R\$ MM, exceto Produção de Milho (em mil toneladas)

Fonte: Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, Produção Agrícola Municipal – IBGE, Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC, 2005

Assim, são definidos os seguintes objetivos específicos:

- ♦ Aumentar a participação estadual na produção de milho dos atuais 10% para 15% até 2015.
- ♦ Alcançar, em 2015, o patamar de R\$ 120 milhões com o processamento de milho, R\$ 180 milhões com o processamento de soja e R\$ 270 com o processamento de trigo.
- ♦ Aumentar a produção e o fornecimento regional de madeira (processada) ao *cluster* moveleiro com pólo em Bento Gonçalves, principalmente.

Nesse sentido, os objetivos específicos – definidos pela **Tabela 2.3.9** – são:

**Tabela 2.3.9 – Balizamento de Objetivos da Estratégia 1 (Madeira)**

Produto	Período de Referência	CAGR (%) – Período de Referência	Valor Final (2002 – R\$ MM)	CAGR (%) Projetado	Valor 2015 (R\$ MM)
Extração e Produção de Madeira	1998 – 2002	17,60%	97,2	9,06%	300
Processamento de Madeira	1998 – 2002	15,66%	102,6	12,04%	450

Fonte: Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, Pesquisa Extração Vegetal e Pesquisa Silvicultura – IBGE, Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC, 2005

Assim, são definidos os seguintes objetivos específicos:

- ♦ Alcançar, em 2015, o patamar de R\$ 300 milhões com a produção e extração de madeira, obtendo uma participação de 50% neste elo da cadeia produtiva estadual.
- ♦ Alcançar, em 2015, o patamar de R\$ 450 milhões com o processamento de madeira, aumentando a participação regional neste elo da cadeia produtiva estadual dos atuais 33%, para 45%.
- ♦ Aumentar a produção e o processamento de carnes, tanto os segmentos tradicionais (aves e suínos), quanto os incipientes, mas ligados à alta gastronomia (carnes especiais – coelho, ovelha, javali, faisão, truta, carpa, salmão).

A **Tabela 2.3.10**, para balizamento, revela os respectivos objetivos específicos:

**Tabela 2.3.10 – Balizamento de Objetivos da Estratégia 1 (Leite e Carnes)**

Produto	Período de Referência	CAGR (%) Período de Referência	Valor Final (2002 / 2003)	CAGR (%) Projetado	Valor 2015
Rebanho de Aves	2001 – 2003	3,39%	41.7 milhões de cabeças	0,64%	45 milhões de cabeças
Rebanho de Suínos	2001 – 2003	5,07%	565,1 mil cabeças	1,80%	700.000 cabeças
Processamento de Aves e Suínos	1998 – 2002	6,65%	R\$ 130,5 MM	10,89%	R\$ 500 MM
Produção de Leite	2001 – 2003	13,48%	263,8 milhões de litros	7,09%	600 milhões de litros

Fonte: Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, Pesquisa Produção Pecuária – IBGE, Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC, 2005

Assim, são definidos os seguintes objetivos específicos:

- ♦ Alcançar, em 2015, um rebanho de 45 milhões de cabeças de aves e de 700 mil de cabeças de suínos, chegando a uma participação no rebanho estadual de 33% e 15% respectivamente.

- ♦ Retornar à participação de 1998 (25%), no elo estadual de processamento de aves e suínos, atingindo um VAB, em 2015, de R\$ 500 milhões.
- ♦ Alcançar, em 2015, uma produção de 600 milhões de litros de leite, atingindo uma participação superior a 20% da produção estadual.

**Ações para a Estratégia 1:** Estão sintetizadas na **Figura 2.3.27**, a seguir, e serão detalhadas no Plano Estratégico para a Região, no item subsequente, de modo funcional à programação orçamentária.

## **ESTRATÉGIA 2 – AMPLIAÇÃO DO TURISMO**

Na Região, há várias localidades e atrações turísticas que, caso integradas sob a forma de roteiros e pacotes turísticos, poderiam ajudar no processo de desenvolvimento de maneira mais equilibrada e sustentável. Além disso, a Região já foi definida como prioritária para o Prodetur no Estado. Neste sentido, pode-se destacar:

- ♦ Há pólos de atração turística com base na gastronomia: é o caso de Gramado e das cidades de colonização italiana, principalmente as que possuem ainda a atribuição de contar com vinícolas preparadas para receber turistas (Carlos Barbosa, Garibaldi, Bento Gonçalves e Flores da Cunha).
- ♦ Existem pólos de atração de turistas de negócio, como de Caxias do Sul e Gramado, no caso de convenções e congressos.
- ♦ Pólos de atração turística com base em recursos naturais, com destaque para a Região dos Aparados da Serra, que se estende de São José dos Ausentes, passando por Cambará do Sul, até Gramado. Nessas regiões, também pode ser mais desenvolvido o turismo de aventura e lazer, dada a topografia local.
- ♦ Pólos de atração turística com base em aspectos culturais: esse é o caso de pequenas colônias e cidades onde as tradições italianas (interior do pólo de Caxias do Sul), alemãs (interior de Nova Petrópolis) e gaúchas (interior de Vacaria) poderiam servir de reforço aos roteiros turísticos já existentes e desenvolvidos.

Estes pólos turísticos, que cruzam a Região em uma diagonal de nordeste a sudoeste, poderiam servir de eixo de desenvolvimento e integração regional. Hoje, o turista que chega a Caxias do Sul para uma reunião de negócios, possui poucos atrativos e facilidades para ficar mais tempo na Região e aproveitar as ofertas dos demais pólos. A maior permanência aumentaria, obviamente, os gastos dos turistas, e o PIB do setor seria incrementado. É importante frisar que este incremento seria quase que integralmente internalizado na Região, ou seja, seria convertido em renda gerada e aplicada na Região, servindo como ótimo elemento de alavancagem de áreas deprimidas, mas com potencial turístico.

### **Justificativa para a Estratégia 2**

O setor de turismo, no mundo inteiro, é um dos maiores propulsores para a geração de empregos e renda, tendo sido aquele com maior ritmo de crescimento em várias regiões desenvolvidas. Países europeus como França, Itália e Espanha têm no turismo uma das principais, senão a principal, atividade econômica.

Na Região 3, é a atividade econômica principal em potencial de geração de emprego e renda, sendo que a Serra foi considerada região estratégica e prioritária no Prodetur RS. Além disso, já possui uma marca “Serra Gaúcha” reconhecida nacionalmente.

Além destes aspectos, há uma base instalada muito boa, em termos de meios de hospedagem, eventos e alimentação, existente no pólo Gramado-Canela. Contudo, bem como os roteiros, é bastante concentrada em termos territoriais neste pólo, ocasionando certas deseconomias de escala durante épocas sazonais de “pico”. Países como a França conseguiram expandir, há cerca de 50 anos, pólos com deseconomias de escala (Região Metropolitana de Paris, Costa Azul) para outras regiões, como, por exemplo, de Paris para a Borgonha, e da Costa Azul para Provence.

De fato, o setor de serviços é apontado no Cenário Tendencial como sendo responsável, em 2015, por 52,3% do emprego regional, apresentando elevação em sua participação, que em

2000 já era de 51,6%. Para isso, o desenvolvimento do turismo é fundamental, não só consolidando os pólos já existentes, mas os integrando e desenvolvendo roteiros mais ricos e diversos.

### Objetivos da Estratégia 2

♦ O principal objetivo é atingir, em 2015, o patamar de R\$ 5 bilhões de PIB do setor turístico, apresentando um avanço superior a 500% em relação aos valores de hoje, sendo que, conseqüentemente, o setor de turismo deverá ampliar de forma significativa a oferta de empregos na Região (atualmente, são 17 mil empregos diretos).

♦ Aumento do tempo de permanência de turistas, dos atuais 3,6 dias, para 7,0 dias, através da ampliação da abrangência regional do turismo, com aumento da diversidade da oferta turística regional, integrando os três pólos (Gramado/Canela, Bento Gonçalves/Garibaldi e Cambará do Sul). Esse valor se compara à média de permanência do turista estrangeiro no Brasil, que foi de 13 dias em 2003.

♦ Aumentar o gasto diário médio per capita dos turistas, através da ampliação temática dos roteiros e dos atrativos e da inclusão de opcionais efetivos aos pacotes turísticos comercializados, saindo do atual patamar de R\$ 97 (excluindo gastos com transporte) para R\$ 154; o racional para esse crescimento é o de levar o gasto médio dos turistas na Região ao gasto médio dos turistas vindos de países sul-americanos no Brasil em 2001, conforme mostra a **Tabela 2.3.11**:

**Tabela 2.3.11 – Balizamento de Objetivos da Estratégia 2 (Gasto Médio Diário de Turistas)**

País de Origem	Gasto Médio Diário per capita (US\$)	Taxa de Câmbio (R\$ / US\$) (*)	Gasto Médio Diário per capita (R\$)
Paraguai	41,10	2,65	108,92
Argentina	63,96		169,49
Chile	69,37		183,83
<b>Média Geral</b>			<b>154,08</b>

(\*) Fechamento Dólar PTAX – 2004; exclui gastos com transporte

Fonte: Anuário Estatístico de Turismo – Embratur (2003), Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC, 2005

♦ Aumento da capacidade de internalização de renda dos *clusters* turísticos, diminuindo seus custos de transação (sistemas de informação e logística) e a dependência de intermediários e aumentando o gasto médio dos turistas. O objetivo específico principal seria o de diminuir o atual nível de participação das grandes operadoras nacionais de 52% para 40%, ou seja, atingindo o patamar já existente em países como Espanha e Itália.

**Ações para a Estratégia 2:** Estão sintetizadas na **Figura 2.3.27**, a seguir, e serão detalhadas no Plano Estratégico para a Região, no item subsequente, de modo funcional à programação orçamentária.

### ESTRATÉGIA 3 – CLASSE MUNDIAL DOS CLUSTERS DINÂMICOS

A Região já conta com cadeias produtivas de elevada competitividade, que, por já serem dominantes e competirem em mercados de acirrada concorrência, precisam ser apoiadas no sentido de manterem o atual ritmo de crescimento. Esta não é tarefa fácil, pois as vantagens que trouxeram estes *clusters* ao atual estágio de desenvolvimento não são as mesmas que os levarão até o próximo estágio. Novas capacitações deverão ser desenvolvidas. Dentre as cadeias produtivas que se encontram nesta situação, as mais relevantes são: Madeira e Móveis, Metal-mecânica (Material de Transporte), Frutas (Uva e Vinho) e Aves e Suínos.

Uma parcela crescente das vendas das cadeias é destinada ao mercado internacional e à região Sudeste do país. Porém, existem dificuldades de acesso a esses mercados, visto que tais cadeias produtivas são formadas, em sua maioria, por empresas de médio porte e de origem local, ou seja, com limitações financeiras e tecnológicas, apesar do elevado crescimento obtido nas últimas décadas.

### Justificativa para a Estratégia 3:

Os *clusters* já desenvolvidos e competitivos da Região, particularmente nos elos ligados ao setor industrial, foram o grande impulsionador do desenvolvimento do COREDE Serra, explicando, por sua menor participação, as diferenças de resultado obtidas pelo Hortênsias. O setor industrial, de forma geral, e estes *clusters* de forma específica, foram os principais geradores de emprego e renda nos últimos anos. Com a elevada taxa prevista de aumento populacional, a manutenção da capacidade de crescimento do setor é fundamental para a continuidade do processo de desenvolvimento regional.

O modelo de produção, que explica a expansão destes *clusters* regionais, esteve até então baseado na venda de produtos padronizados, em larga escala, para o varejo nacional, no qual a competição com base no preço é muito grande. Desvantagens competitivas importantes, como as dificuldades logísticas, custo de mão-de-obra, diferenças tributárias, entre outras, têm levado à necessidade de alteração deste modelo de produção para um modelo mais voltado ao mercado externo, com produtos de maior valor agregado, sendo que novas capacitações e competências precisam ser rapidamente desenvolvidas.

Além disso, o adensamento das cadeias produtivas tanto para trás (elos primários), quanto para frente (comércio e serviços), pode trazer novo impulso de desenvolvimento para localidades hoje deprimidas. Quanto mais integrado estiver o setor industrial com o setor primário, e regionalmente mais abrangente, podendo chegar até o norte, e com o setor de comércio e serviços (turismo), maior será a capacidade de internalização de efeitos multiplicadores do seu elevado estágio de desenvolvimento. Também quanto mais integrado estiver o setor industrial com os setores primário e de serviços, maior será sua eficiência coletiva, diminuindo seus atuais custos de transação, o que é muito importante para a manutenção de sua competitividade no cenário nacional. Portanto, neste novo estágio de desenvolvimento, o adensamento regional das cadeias produtivas e agregação de valor aos atuais produtos e serviços é fundamental, mas, da mesma forma, o domínio do mercado externo, de seus canais de distribuição, de suas tendências e de suas características comerciais também é fundamental.

### Objetivos da Estratégia 3:

♦ O objetivo principal será aumentar o valor agregado aos produtos e serviços dos principais *clusters* regionais, através do desenvolvimento de novas capacidades comerciais, estéticas (*design*) e tecnológicas (pesquisa e desenvolvimento). Para tanto, deve-se elevar o valor médio por quilograma exportado de suas principais cadeias produtivas (automotivo e móveis) em 30% até 2015.

Os objetivos específicos são:

♦ Elevação, até 2015, dos atuais US\$ 4,4/Kg exportados de produtos automotivos para US\$ 5,7/Kg exportados; e elevação, até 2015, dos atuais US\$ 1,2/Kg exportado de móveis para US\$ 1,6/Kg exportado.

♦ Aumentar as exportações dos *clusters* acima, fortalecendo seu processo de internacionalização. Deve-se alcançar, até 2015, nos principais elos das cadeias produtivas de móveis e automotiva, o percentual médio de 25% de participação das exportações nas vendas totais (vis-à-vis os valores atuais que estão entre 15% e 17%, conforme descrito adiante), alcançando o valor de R\$ 3 bilhões em exportações. Os objetivos específicos são mostrados na **Tabela 2.3.12**.

♦ Manter o atual nível de crescimento dos *clusters* mais competitivos da Região (sobretudo móveis e cadeia automotiva, montadoras, implementos agrícolas e componentes), aumentando sua eficiência coletiva, agregando maior valor a seus produtos e serviços, ganhando maior controle sobre os canais de comercialização e gerando um maior ritmo de inovações (**Tabela 2.3.13**). Assim, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

**Tabela 2.3.12 – Exportações (como % das Vendas Totais por Segmento)**

	2003	2015
Material para Transporte	17%	25%
Metalúrgicos	16%	25%
Máquinas, Equipamentos e Tratores	15%	25%
Móveis	17%	25%

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC, 2005

**Tabela 2.3.13 – Balizamento de Objetivos da Estratégia 3 (Madeira / Móveis e Cadeia Automotiva)**

Produto	Período de Referência	CAGR (%) – Período de Referência	Valor Final (2002 – R\$ MM)	CAGR (%) Projetado	Valor 2015 (R\$ MM)
Fabricação de Móveis – VAB	1998 – 2002	16,20%	776,9	5,19%	1.500
Componentes, Montadoras e Implementos Agrícolas	1998 – 2002	20,40%	1.439,0	9,17%	4.500

Fonte: Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC, 2005

♦ Alcançar, em 2015, o VAB de R\$ 1,5 bilhão no elo de fabricação de móveis, chegando a uma participação de 80% da produção estadual desse elo da cadeia produtiva; e alcançar, em 2015, o VAB de R\$ 4,5 bilhões no *cluster* automotivo (montadoras, componentes e implementos), alcançando uma participação de 45% no VAB estadual desta cadeia produtiva.

♦ A geração de renda dos *clusters* será aumentada buscando a qualificação dos empregos gerados nos mesmos. Conseqüentemente, espera-se a elevação do salário médio da população ocupada na Região dos atuais R\$ 424,42 para R\$ 550,00 até 2015, bem como a geração de 60 mil novos empregos diretos no setor industrial até 2015.

♦ Aumentar o grau de adensamento das cadeias produtivas, principalmente nos elos primários (diminuindo custos logísticos) e nos seus elos mais intensivos em tecnologia, aumentando sua capacidade de diferenciação competitiva e de internalização de renda. Deve-se alcançar o patamar médio de 40% para a relação entre as compras totais das principais cadeias produtivas (automotiva e móveis) em relação as suas vendas totais em 2015. (Tabela 2.3.14)

**Tabela 2.3.14 – Compras Totais (como % das Vendas Totais por Segmento)**

Produto	2003	2015
Material para Transporte	66%	40%
Metalúrgicos	54%	40%
Máquinas, Equipamentos e Tratores	57%	40%
Móveis	61%	40%

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC, 2005

### Ações da Estratégia 3 – Classe Mundial dos *Clusters* Dinâmicos

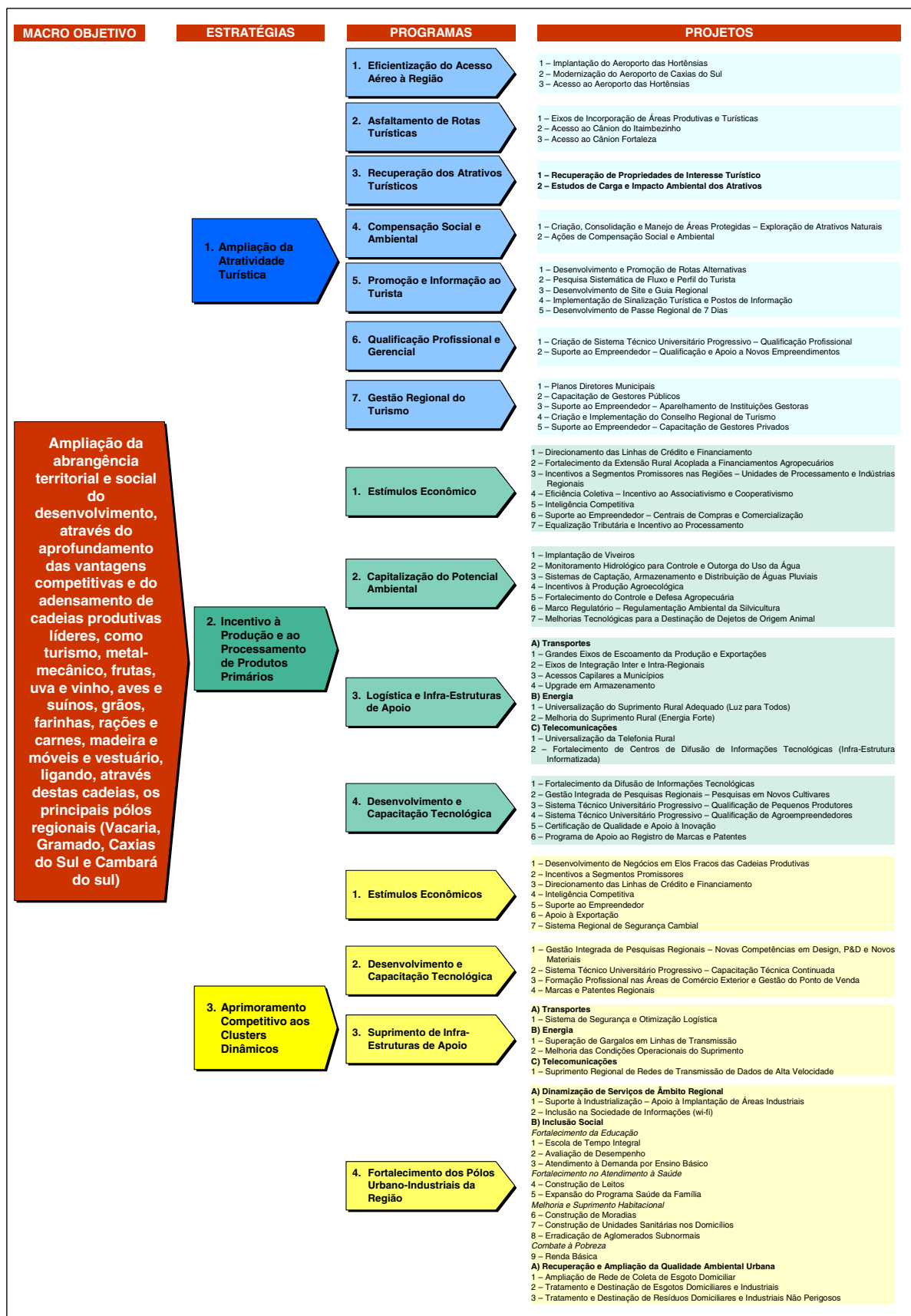
As ações multissetoriais identificadas para concretizar esta estratégia são apenas relacionadas a seguir, sendo detalhadas no Plano Estratégico para a Região, no item subseqüente deste relatório, de modo funcional à programação orçamentária.

## Plano Estratégico para a Região Funcional 3

Foram definidas três estratégias fundamentais para a Região: Incentivo à Produção e ao Processamento de Produtos Primários; Ampliação da Atividade Turística e Aprimoramento Competitivo aos *Clusters* Dinâmicos. O conjunto de programas e projetos que compõem estas estratégias respondem ao macroobjetivo ou visão estabelecidos para a Região, como registra a **Figura 2.3.27**, na qual podem ser visualizadas todas as propostas. Na seqüência, são delineados todos os programas e projetos que compõem as três estratégias.

Deve-se ressaltar que muitas das propostas, especialmente em áreas que operam em redes, como infra-estruturas de transportes, energia ou telecomunicações e empreendimentos, que situam-se em outras regiões, beneficiam ou impactam negativamente esta. É o caso, por exemplo, de rodovias que atravessam o Estado conectando várias regiões a esta e à metrópole, ou linhas de transmissão que trazem energia de outra Região. Portanto, os benefícios e custos regionais destas propostas não podem ser apreendidos apenas pelos volumes de recursos das propostas incidentes na Região, mas só serão devidamente apreendidos pelos resultados conjuntos

Figura 2.3.27 – Gráfico de Objetivos e Meios da RF3



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

do Cenário Propositivo, apresentado no Volume 1.

Além deste conjunto de projetos que respondem à visão e estratégias regionais, outros projetos são recomendáveis para seu desenvolvimento pelas estratégias do Estado, registrados na **Tabela 2.3.15**.

**Tabela 2.3.15 – Outros Projetos de Interesse para a RF 3 (R\$ Mil)**

Área	Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
1 – Inclusão Social	1 – Melhoria do Atendimento em Educação Básica	1 – Eliminação do Analfabetismo	417	1.668	1.668	3.753	
		2 – Escola de Tempo Integral	1.652	7.521	10.399	19.572	
		3 – Avaliação de Desempenho	6	9	9	24	
		4 – Atendimento à Demanda por Ensino Básico	44.458	69.010	116.209	229.676	
	2 – Melhoria do Atendimento em Saúde	1 – Ampliação de Empregos Médicos	1.296	3.311	3.455	8.062	
		2 – Ampliação de Empregos de Enfermeiros	2.239	4.591	5.823	12.653	
		3 – Expansão do Programa Saúde da Família	5.232	12.768	24.864	42.864	
	3 – Melhoria das Condições de Habitação	1 – Redução do Déficit Habitacional Urbano	37.060	50.760	52.757	140.577	
		2 – Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios	755	1.162	-	1.917	
		3 – Redução do Número de Domicílios com Densidade Excessiva	339	678	678	1.696	
	4 – Ampliação do Atendimento em Saneamento Básico	1 – Rede de Distribuição de Água	19.661	26.325	27.445	73.431	
		2 – Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos	5.078	13.599	14.177	32.854	
	5 – Combate à pobreza	3 – Renda Básica	25.677	51.354	51.354	128.385	
	<i>Total do Programa</i>			143.869	242.755	474.529	695.464
	2 – Manutenção do Potencial Ambiental		1 – Redução do Uso de Agroquímicos	273	682	409	1.363
2 – Restauração de Matas Ciliares			700	1.750	1.050	3.500	
3 – Proteção e Criação de Unidades de Conservação nos Afloramentos Porosos do Aquífero Guarani			10.000	25.000	15.000	50.000	
4 – Incentivos a Sistemas de Plantio Eficientes no Uso da Água para Arroz Irrigado			123	308	185	615	
<i>Total do Programa</i>			11.096	27.739	16.644	55.478	
3 – Capacitação para o Planejamento Territorial		1 – Capacitação para o Planejamento e Ordenamento Territorial	660	1.319	1.319	3.298	
		2 – Capacitação de Pessoal para o Planejamento e Ordenamento Territorial	176	351	351	878	
	<i>Sub-Total</i>			836	1.670	1.670	4.176
<i>Total Geral</i>			155.801	272.164	492.842	755.119	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

## ESTRATÉGIA 1 – DE AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES TURÍSTICAS

O turismo, além de ser o segmento que mais cresce no mundo, é a principal atividade da Região Funcional 3, sendo responsável, no Cenário Tendencial, por 52% do emprego regional em 2015. Esta é a atividade capaz de ampliar regionalmente a abrangência do crescimento econômico observado nos últimos anos, bastante concentrada em poucos municípios.

Assim, este grupo objetiva ampliar regionalmente a atividade turística, aumentando a renda da atividade e sua internalização, através da inclusão de localidades hoje secundárias ao fluxo principal da atividade (Aparados da Serra, Vacaria e pequenas localidades da colônia italiana e alemã).

O conjunto de programas e projetos, registrado na **Tabela 2.3.16**, é especificado nas **Tabelas 2.3.17 e 2.3.18**, nos **Quadros 2.3.3 a 2.3.8** e na **Figura 2.3.28**.



**Tabela 2.3.16 – Programas e Projetos da Estratégia de Ampliação da Atividade Turística (R\$ Mil)**

Estratégia	Programa	Projeto	2006 - 2007	2008 - 2011	2012 - 2015	Total	
1 – Ampliação de Atividades Turísticas	1 – Eficientização do Acesso Aéreo à Região	1 – Implantação do Aeroporto das Hortênsias	84.000			84.000	
		2 – Modernização do Aeroporto de Caxias do Sul	2.600	5.200	5.200	13.000	
		3 – Acesso ao Aeroporto das Hortênsias	1.000	1.000		2.000	
			<i>Total do Programa</i>	<i>87.600</i>	<i>6.200</i>	<i>5.200</i>	<i>99.000</i>
	2 – Asfaltamento de Rotas Turísticas	1 – Eixos de Incorporação de Áreas Produtivas e Turísticas	28.856	17.712	32.692	79.260	
		2 – Acesso ao Cânion do Itaimbezinho	2.400			2.400	
		3 – Acesso ao Cânion Fortaleza	2.000			2.000	
			<i>Total do Programa</i>	<i>33.256</i>	<i>17.712</i>	<i>32.692</i>	<i>83.660</i>
	3 – Recuperação dos Atrativos Turísticos	1 – Recuperação de Propriedades de Interesse Turístico	2.000	9.000		11.000	
		2 – Estudos de Carga e Impacto Ambiental dos Atrativos	6.600	13.300	13.300	33.200	
			<i>Total do Programa</i>	<i>8.600</i>	<i>22.300</i>	<i>13.300</i>	<i>44.200</i>
	4 – Compensação Social e Ambiental	1 – Criação, Consolidação e Manejo de Áreas Protegidas – Exploração de Atrativos Naturais	1.900	4.750	2.850	9.500	
		2 – Ações de Compensação Social e Ambiental	13.000	8.000	8.000	29.000	
			<i>Total do Programa</i>	<i>14.900</i>	<i>12.750</i>	<i>10.850</i>	<i>38.500</i>
	5 – Promoção e Informação ao Turista	1 – Desenvolvimento e Promoção de Rotas Alternativas	2.100	3.000		5.100	
		2 – Pesquisa Sistemática de Fluxo e Perfil do Turista	500	1.000	1.000	2.500	
		3 – Desenvolvimento de Site e Guia Regional	395	760	760	1.915	
		4 – Implementação de Sinalização Turística e Postos de Informação	1.260	800	800	2.860	
		5 – Desenvolvimento de Passe Regional de 7 Dias	2.500	4.000	4.000	10.500	
			<i>Total do Programa</i>	<i>6.755</i>	<i>9.560</i>	<i>6.560</i>	<i>22.875</i>
	6 – Qualificação Profissional e Gerencial	1 – Criação de Sistema Técnico Universitário Progressivo – Qualificação Profissional	140	100	-	240	
		2 – Suporte ao Empreendedor – Qualificação e Apoio a Novos Empreendimentos	685	1.943	2.332	4.960	
			<i>Total do Programa</i>	<i>825</i>	<i>2.043</i>	<i>2.332</i>	<i>5.200</i>
	7 – Gestão Regional do Turismo	1 – Planos Diretores Municipais	900			900	
		2 – Capacitação de Gestores Públicos	270			270	
		3 – Suporte ao Empreendedor – Aparelhamento de Instituições Gestoras	200			200	
		4 – Criação e Implementação do Conselho Regional de Turismo	100			100	
5 – Suporte ao Empreendedor – Capacitação de Gestores Privados		60			60		
		<i>Total do Programa</i>	<i>1.530</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>1.530</i>	
		<b>Total da Estratégia</b>	<b>153.466</b>	<b>70.565</b>	<b>70.934</b>	<b>294.965</b>	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

### PROGRAMA 1 – EFICIENTIZAÇÃO DO ACESSO AÉREO À REGIÃO

**Justificativa:** Este programa abrange desde a etapa de projeto e regulamentações de um novo aeroporto regional até a construção de novos aeroportos, vias de acesso ao novo aeroporto e a implantação de seus equipamentos. Atualmente, a Região das Hortênsias é o maior ponto de atração turística do Estado, mas não possui um aeroporto que facilite o acesso de turistas. O aeroporto de Caxias do Sul é subutilizado, pois, além de estar em uma região com constantes problemas climáticos, conta com pista curta e equipamentos de apoio a pouso e decolagem pouco adequados. Um acesso aéreo mais eficiente traria um impacto positivo na atividade turística, não só ampliando o fluxo de turistas de elevado poder aquisitivo, mas, principalmente, disponibilizando mais tempo para os mesmos explorarem rotas turísticas alternativas, ampliando os gastos médios.

**Quadro 2.3.3 – Projetos do Programa de Eficientização do Acesso Aéreo à Região**

Programa	Eficientização do Acesso Aéreo à Região			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Implantação do Aeroporto das Hortênsias	Definição e regulamentação do local para implantação do novo aeroporto das Hortênsias, elaboração de projeto, construção do aeroporto (pistas e instalações), implantação, com os equipamentos necessários a seu uso eficiente	Aumentar em 200% o número de turistas que acessa a Região por via aérea nos primeiros três anos de uso do aeroporto. Reduzir o tempo de deslocamento aeroporto-hotel para no máximo 30 minutos na região turística primária (pólo em Gramado)	SCP, Sedai, Fepam e Infraero	
Implantação de Novo Aeroporto de Caxias do Sul	Implantação de novo aeroporto na Vila Oliva	Manter um nível máximo de 10% de vôos não completados	Infraero e Sedai	Governos estadual e federal
Acesso ao Aeroporto das Hortênsias	Elaboração de projeto e construção das vias de acesso ao aeroporto	Elaborar projeto e construção de vias de acesso	Sedai, SCP e ST	Sedai, SCP e ST

## PROGRAMA 2 – ASFALTAMENTO DE ROTAS TURÍSTICAS

**Justificativa:** Este projeto prevê a implantação de ligação asfáltica entre municípios da Região dos Aparados da Serra. Existe uma série de localidades com bom potencial turístico, que atualmente encontram-se fora do eixo principal da atividade por estarem com dificuldades de ligação rodoviária. Para a descentralização do turismo e da ampliação da atividade na Região, é de suma importância que tais localidades contem com boa ligação rodoviária.

## PROJETO 1 – EIXOS DE INCORPORAÇÃO DE ÁREAS PRODUTIVAS E TURÍSTICAS

**Escopo:** Toda a porção norte do COREDE Hortênsias não conta com eixos viários de acesso asfaltado, sendo extremamente precário o acesso aos atrativos turísticos e ao aproveitamento agropecuário regional. O município de Cambará do Sul observou crescimento elevado na atividade turística nos últimos anos. Com a ligação com esta região, mais ao norte, onde estão os principais atrativos turísticos naturais, Cambará do Sul tende a se consolidar como um pólo turístico regional, o que viria a diminuir muito os desequilíbrios atualmente observados na Região. Este crescimento do turismo em Cambará do Sul, assim como na região da Serra do Rio do Rastro, em Santa Catarina, adicionados ao fato da duplicação da BR-101 Sul e do crescimento do fluxo de turistas nacionais e internacionais entre São Paulo, Florianópolis e Porto Alegre, apontam que a ligação entre os dois Estados, através deste percurso, poderá consolidar uma rota turística de elevada atratividade, complementar ao turismo do litoral, o que não só viria a diminuir os desequilíbrios regionais como resolver parte do problema da sazonalidade turística (Figura 2.3.28).

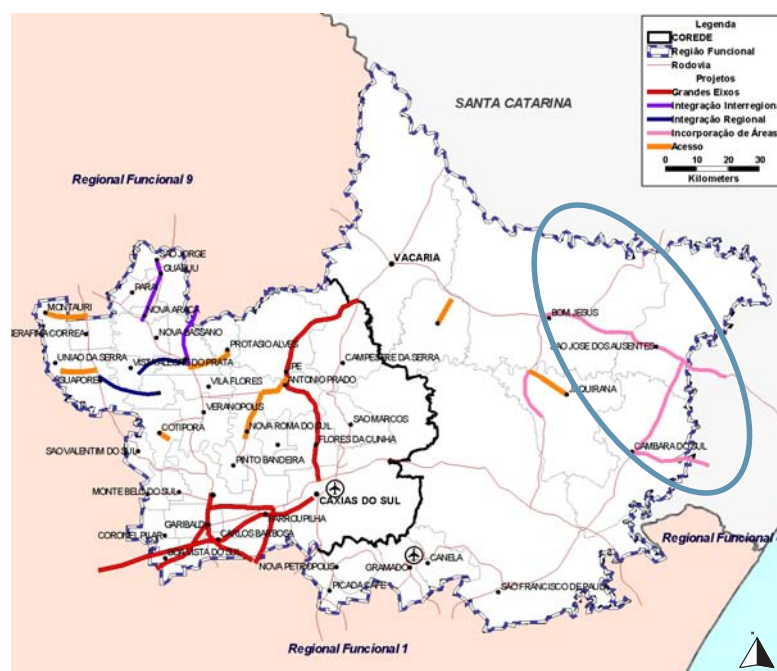
### Órgãos Intervenientes:

Daer e Setur.

### Fontes de Recursos:

Alternativas de PPPs, orçamento estadual, recursos federais e financiamentos externos.

**Figura 2.3.28 – Eixos de Incorporação de Áreas Produtivas e Turísticas**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Tabela 2.3.17 – Eixos de Incorporação de Áreas Produtivas – RF 3**

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG018	RP009*	BR-285 1/4	2 faixas de tráfego no trecho entre a divisa dos Estados SC/RS e Bom Jesus	52,02	195,07	100	195,07
AG018	RP012	RS-020 1/2	2 faixas de tráfego entre Cambará do Sul e BR-285	40,5	20,0	100	20,0
AG018	RP014*	RS-427	2 faixas entre Cambará do Sul e divisa de SC/RS	22,5	12,0	100	12,0
AG018	RP113	RS-285	2 faixas entre Bom Jesus e Timbé do Sul	12,18	14,98	100	14,98
NA		RS-110	Trecho Auziro Ramos a Várzea do Cedro (RS-453)	36,0	44,28	100	44,28

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

\* Intervenção a ser realizada após 2015



Com Viabilidade Econômica pelo Componente 2

Identificados como Necessários pelo Componente 1

### PROJETO 2 – ACESSO AO CÂNION DO ITAIMBEZINHO

**Escopo:** Projeto, regulamentação, construção e sinalização do acesso. O acesso ao Cânion a partir dos eixos principais deve ser eficiente no que diz respeito à via de acesso e à informação e orientação ao turista de como acessar este atrativo natural. A padronização da via de acesso e o aumento do fluxo de turistas possibilitarão uma maior regulação de sua exploração e conservação.

**Metas:** Possibilitar o acesso eficiente ao cânion até 2008.

**Órgãos intervenientes:** Fepam, ST e Setur.

**Recursos necessários:** O asfaltamento está orçado em R\$ 2,4 milhões no PDITS/RS. Até 2007: R\$ 2,4 milhões. (Projeto de âmbito regional)

**Fontes de Recursos:** governo estadual.

### PROJETO 3 – ACESSO AO CÂNION FORTALEZA

**Escopo:** Projeto, regulamentação, construção e sinalização para tornar o acesso ao Cânion mais eficiente, aumentando o fluxo de turistas a este atrativo e possibilitando uma maior regulação de sua exploração e conservação.

**Metas:** Possibilitar o acesso eficiente ao cânion até 2008.

**Órgãos intervenientes:** Fepam, ST e Setur.

**Recursos necessários:** A melhoria do acesso está orçado em R\$ 2 milhões no PDITS/RS. Até 2007: R\$ 2 milhões. (Projeto de âmbito regional)

**Fontes de Recursos:** governo estadual.

**Tabela 2.3.18 – Recursos para o Programa 2 (R\$ Mil)**

Projetos	2006/2007	2008/2011	2012/2015	Total
1 – Eixos de Incorporação de Áreas Produtivas e Turísticas	28.856	17.712	32.692	79.260
2 – Acesso ao Cânion do Itaimbezinho	2.400			2.400
3 – Acesso ao Cânion Fortaleza	2.000			2.000
<b>Total</b>	<b>33.256</b>	<b>17.712</b>	<b>32.692</b>	<b>83.660</b>

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

### PROGRAMA 3 – RECUPERAÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS

**Justificativa:** Este programa abrange ações de recuperação do patrimônio histórico/cultural, de avaliação e compensação dos impactos ambientais e de regulação da exploração destes atrativos. Uma série de atrativos regionais está relacionada ao seu patrimônio histórico/cultural e natural. Devido ao crescente fluxo de turistas, é importante avaliar o impacto nestes atrativos, formas de compensação, de recuperação dos mesmos e de regulação da sua exploração pela atividade turística.

**Quadro 2.3.4 – Projetos do Programa de Recuperação dos Atrativos Turísticos**

Programa:		Recuperação dos Atrativos Turísticos		
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Recuperação de Propriedades de Interesse Turístico	Identificação, recuperação e inclusão de propriedades de interesse turístico aos pacotes regionais	Criar três roteiros turísticos alternativos, envolvendo 20 pequenas localidades regionais, sistematizados e implementados até 2008	Setur e Sedai	Governo estadual e iniciativa privada
Estudos de Carga e Impacto Ambiental nos Atrativos	Elaboração de estudos de carga e impacto nos atrativos naturais e histórico/culturais	Elaborar estudos de carga e impacto nos atrativos naturais e histórico/culturais	Fepam e Setur	Governos estadual e municipais

**PROGRAMA 4 – COMPENSAÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL**

**Justificativas:** A exploração turística de bens naturais traz impactos de natureza socio-ambiental, que necessitam ser evitados ou mitigados.

**Quadro 2.3.5 – Projetos do Programa de Compensação Social e Ambiental**

Programa:		Compensação Social e Ambiental		
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Áreas Protegidas – Criação, Consolidação e Manejo de Áreas Protegidas – Exploração dos Atrativos Naturais	Regulação das áreas circundantes aos atrativos naturais com exploração turística, com a elaboração e aprovação de planos de manejo para as mesmas	Possuir, até 2009, no mínimo 10 atrativos naturais com áreas reguladas e planos de manejo implementados	Fepam e Setur	Governo estadual, governo municipal e iniciativa privada
Ações de Compensação Social e Ambiental	Identificação, elaboração, aprovação e implementação de ações de compensação	Implementar, até 2009, 20 ações de compensação ambiental e 20 ações de compensação social nos municípios com maior impacto (Gramado, Canela, São Francisco de Paula, Cambará do Sul, Nova Petrópolis, Bento Gonçalves, Flores da Cunha)	ST, Setur, Sops, Stcas e Sema	Governo estadual e iniciativa privada

**PROGRAMA 5 – PROMOÇÃO E INFORMAÇÃO AO TURISTA**

**Justificativa:** Engloba ações de promoção dos atrativos turísticos alternativos e vizinhos à principal região turística no meio emissor e de informação aos turistas no meio receptor. Um dos principais fatores causadores da excessiva concentração turística ora observada é a desinformação do turista sobre as demais opções turísticas alternativas e vizinhas à região principal. Esta falta de informação acontece no meio emissor (formatação e divulgação dos pacotes turísticos) e receptor.

**Quadro 2.3.6 – Projetos do Programa de Promoção e Informação ao Turista**

Programa:		Promoção e Informação ao Turista		
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Desenvolvimento e Promoção de Rotas Alternativas	Definição, desenvolvimento e promoção de rotas turísticas alternativas	Criar, até 2008, 30% dos pacotes turísticos comercializados para a Região, incluindo atrativos e rotas alternativas aos pólos turísticos principais	Setur	Governo estadual
Pesquisa Sistemática de Fluxo e Perfil do Turista	Definição dos executores, da metodologia das pesquisas e do seu cronograma. Elaboração de sínteses executivas e de eventos de apresentação de resultados. Divulgação dos resultados	Realizar anualmente pesquisas de fluxo e perfil de turistas em quatro pólos: Gramado-Canela, Cambará do Sul, Caxias do Sul e Bento Gonçalves	Setur	Governo estadual

Programa:	Promoção e Informação ao Turista			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Desenvolvimento de Site e Guia Regional	Elaboração e implementação de um site e um guia turístico regional	Alcançar, até 2009, 40% dos turistas de fora do Estado viajando sem o intermédio de operadores nacionais	Setur	Governo estadual e empresas
Implementação de Sinalização Turística e Postos de Informação	Implementação de sistema regional de sinalização e informação ao turista, contemplando sinalização rodoviária, sinalização nos atrativos, meios de hospedagem e alimentação, bem como a implementação de postos de informação turística munidos de guias, mapas e meios de facilitação de serviços ao turista	Implementar, até 2009, o sistema de sinalização rodoviária nas vias principais de acesso a Gramado, Canela, Nova Petrópolis, São Francisco de Paula, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Nova Prata, Nova Pádua, Flores da Cunha, Cambará do Sul, São José dos Ausentes, Garibaldi, Carlos Barbosa, entre outros. Implementar, até 2010, o sistema de sinalização nas vias secundárias e vicinais. Implementar cinco novos postos de informações turísticas até 2009. Possuir 80% dos hotéis de três estrelas ou mais abastecidos de informações	Setur	Governo estadual, governos municipais e iniciativa privada
Desenvolvimento de Passe Regional de 7 Dias	Elaboração de projeto, aprovação e implementação e divulgação do Passe Regional de 7 Dias	Dobrar o tempo de permanência médio dos turistas adquirentes deste passe regional	Setur	Governo estadual e empresas

## PROGRAMA 6 – QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E GERENCIAL

**Justificativa:** Este programa envolve ações culturais e comportamentais, bem como ações de qualificação profissional da população dos pólos turísticos regionais. Turismo é serviço e para tanto a população das localidades turísticas devem estar preparadas, tanto tecnicamente, quanto emocionalmente, à boa recepção. Além disso, por depender normalmente de elevados investimentos, o turismo tende a ser uma atividade concentradora de renda, caso parte da sua população não seja adequadamente inserida nesta atividade, com requisitos profissionais específicos.

**Quadro 2.3.7 – Projetos do Programa de Qualificação Profissional e Gerencial**

Programa:	Qualificação Profissional e Gerencial			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Qualificação Profissional	Execução de cursos de formação técnica e profissional	Qualificar mil profissionais até o ano de 2008	Setur, Sebrae, Sesc e iniciativa privada	Setur, Sebrae, Sesc e iniciativa privada
Suporte ao Empreendedor – Qualificação e Apoio a Novos Empreendedores	Sensibilização, qualificação e apoio de novos empreendedores relacionados à atividade turística	Qualificar e apoiar 100 novos empreendedores até 2007	Sedai e Sebrae	Governo estadual e iniciativa privada

## PROGRAMA 7 – GESTÃO REGIONAL DO TURISMO

**Justificativa:** Esse programa abrange ações de elaboração de planos diretores municipais/regionais, de capacitação dos gestores municipais/regionais, do aparelhamento das esferas gestoras da atividade e da criação do conselho regional.

Diz respeito às ações necessárias ao desenvolvimento da capacidade regional de gestão da atividade turística, tanto no âmbito municipal, quanto regional. Este projeto justifica-se pelo fato da atividade turística ser uma atividade relativamente recente e complexa, para a qual a maior parte das administrações municipais, regionais e estaduais no Brasil não está adequadamente preparada.

**Quadro 2.3.8 – Projetos do Programa de Gestão Regional do Turismo**

Programa:	Gestão Regional do Turismo			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Planos Diretores Municipais	A elaboração de planos diretores municipais é fundamental para a regulação de investimentos e da própria atividade turística. Elaboração e revisão de planos diretores municipais	Elaborar 20 novos planos diretores municipais e revisar de 10 planos diretores já existentes até 2007	Setur	Governo estadual e governos municipais
Capacitação de Gestores Públicos	Identificação e elaboração dos planos pedagógicos dos cursos e execução dos cursos	Qualificar 100 gestores municipais em cursos de 40 horas até 2007	Setur e Sebrae	Governo estadual e governos municipais
Suporte ao Empreendedor - Aparelhamento de Instituições Gestoras	Identificação das instituições gestoras, avaliação de suas necessidades e implementação de melhorias tecnológicas	Aparelhar 20 instituições gestoras regionais até 2007	Setur	Governo estadual
Criação e Implementação do Conselho Regional de Turismo	Implementação do Conselho Regional	Implementar o Conselho Regional, com participação dos principais pólos turísticos regionais, até 2006	Setur e governos municipais	Governo estadual
Suporte ao Empreendedor – Capacitação de Gestores Privados	Elaboração pedagógica e execução dos cursos de qualificação	Qualificar 300 gestores privados regionais, com empreendimentos relacionados à atividade turística, até 2007	Setur e UCS	Setur e UCS

**ESTRATÉGIA 2 DE INCENTIVO À PRODUÇÃO E AO PROCESSAMENTO DE PRODUTOS PRIMÁRIOS (FRUTAS, HORTIGRANJEIROS, MADEIRA E CARNES ESPECIAIS)**

Este grupo engloba projetos que tratam do estímulo, da qualificação e da efficientização da produção e do processamento de produtos primários de alto valor agregado e com potencial complementaridade com as atividades industriais já dinâmicas e desenvolvidas da Região. Esta ação é importante, pois, o setor primário foi o mais dinâmico em ambos os COREDEs nos últimos anos. Portanto, a manutenção desta dinâmica, em um contexto de restrição ambiental, como o enfrentado pela Região, é muito importante e justifica o foco em atividades de elevado valor agregado e de baixa exigência em termos de extensão de propriedades. O conjunto de programas e projetos, registrado na **Tabela 2.3.19**, é especificado na seqüência, nas **Tabelas 2.3.20 a 2.3.25**, nos **Quadros 2.3.9 a 2.3.11** e na **Figura 2.3.29**.

**Tabela –2.3.19 – Programas e Projetos da Estratégia de Incentivo à Produção e ao Processamento de Produtos Primários (Frutas, Hortigranjeiros, Madeira e Carnes Especiais) (R\$ Mil)**

Estratégia	Programa	Projeto	2006-2007	2008 - 2011	2012 - 2015	Total
2 – Incentivo à Produção e ao Processamento de Produtos Primários (frutas, hortigranjeiros, madeira e carnes especiais)	1 – Estímulos Econômicos	1 – Direcionamento das Linhas de Crédito e Financiamento	30.000	60.000	60.000	150.000
		2 – Fortalecimento da Extensão Rural Acoplada a Financiamentos Agropecuários	88.174	305.964	478.746	872.883
		3 – Incentivos a Segmentos Promissores nas Regiões – Unidades de Processamento e Indústrias Regionais	13.000	26.000	26.000	65.000
		4 – Eficiência Coletiva – Incentivo ao Associativismo e Cooperativismo	664	866	866	2.396
		5 – Inteligência Competitiva	1.821	3.526	3.526	8.873
		6 – Suporte ao Empreendedor – Centrais de Compras e Comercialização	725	2.057	2.468	5.250
		7 – Equalização Tributária e Incentivo ao Processamento	200			200
		<i>Total do Programa</i>			<i>134.584</i>	<i>398.413</i>

Estratégia	Programa		Projeto	2006-2007	2008 - 2011	2012 - 2015	Total	
2 – Incentivo à Produção e ao Processamento de Produtos Primários (frutas, hortigranjeiros, madeira e carnes especiais) (Cont.)	2 – Capitalização do Potencial Ambiental		1 – Implantação de Viveiros	240	360	160	360	
			2 – Monitoramento Hidrológico para Controle e Outorga do Uso da Água	315	788	473	1.576	
			3 – Sistemas de Captação, Armazenamento e Distribuição de Águas Pluviais	215	538	323	1.076	
			4 – Incentivos à Produção Agroecológica	756	1.891	1.135	3.782	
			5 – Fortalecimento do Controle e Defesa Agropecuária	2.514	6.285	3.771	12.570	
			6 – Marco Regulatório – Regulamentação Ambiental da Silvicultura	1.680	4.200	2.520	8.400	
			7 – Melhorias Tecnológicas para a Destinação de Dejetos de Origem Animal	1.550	3.875	2.325	7.750	
	<b>Total do Programa</b>			<b>7.270</b>	<b>17.937</b>	<b>10.707</b>	<b>35.514</b>	
	3 – Logística e Infra-estruturas de Apoio	1 – Transportes	1 – Grandes Eixos de escoamento da Produção e Exportações	10.870	26.700	114.760	152.330	
			2 – Eixos de Integração Inter e Intra-regionais	9.460	18.920	33.880	62.260	
			3 – Acessos Capilares a Municípios	7.830	8.280	29.800	45.910	
			4 – Upgrade em Armazenamento	-	195.630	-	195.630	
		2 – Energia	1 – Universalização do Suprimento Rural Adequado (Luz para Todos)	7.000	-	-	7.000	
			2 – Melhoria do Suprimento Rural (Energia Forte)	-	1.600	-	1.600	
		3 – Telecomunicações	1 – Universalização da Telefonia Rural	3.900	1.800	-	5.700	
			2 – Fortalecimento de Centros de Difusão de Informações Tecnológicas (Infra-estrutura Informatizada)	-	2.300	-	2.300	
		<b>Total do Programa</b>			<b>39.060</b>	<b>255.230</b>	<b>178.440</b>	<b>472.730</b>
		4 – Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica		1 – Fortalecimento da Difusão de Informações Tecnológicas	1.037	4.473	4.473	11.183
	2 – Gestão Integrada de Pesquisas Regionais – Pesquisas em Novos Cultivares			8.300	20.000	24.000	52.300	
	3 – Sistema Técnico Universitário Progressivo – Qualificação de Pequenos Produtores			100			100	
	4 – Sistema Técnico Universitário Progressivo – Qualificação de Agroempreendedores			40			40	
5 – Certificação de Qualidade e Apoio à Inovação	258			516	516	1.290		
6 – Programa de Apoio ao Registro de Marcas e Patentes	3.230			6.460	6.460	16.150		
<b>Total do Programa</b>				<b>12.965</b>	<b>31.449</b>	<b>35.449</b>	<b>81.063</b>	
<b>Total da Estratégia</b>			<b>193.879</b>	<b>703.029</b>	<b>796.202</b>	<b>1.603.909</b>		

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

## PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

**Justificativa:** Este programa abrange ações de financiamentos, créditos e incentivos para a produção de hortifruticultura e silvicultura, bem como para a associação de pequenos produtores e ações de fomento para a instalação de unidades de processamento e viveiros. Prevê uma série de ações de incentivos, crédito e fomento necessários à ampliação, tanto em termos de área de abrangência, quanto em termos de volumes, da produção e do processamento de produtos primários de elevado valor agregado.

O setor primário foi o mais dinâmico em ambos os COREDEs, sendo que a sua integração com o setor secundário e com a atividade turística é fundamental para o desenvolvimento equilibrado da RF 3.

**Quadro 2.3.9 – Projetos do Programa de Estímulos Econômicos da Estratégia de Incentivo à Produção e ao Processamento de Produtos Primários**

Programa	Estímulos Econômicos			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Direcionamento das Linhas de Crédito e Financiamento	Definição e implementação de linhas de crédito com foco em pequenos produtores inseridos na hortifruticultura ou na silvicultura	Apoiar 500 pequenos produtos regionais por ano, durante três anos	Bancos financiadores e Emater	Bancos financiadores
Fortalecimento da Extensão Rural Acoplada a Financiamentos Agropecuários	Os financiamentos rurais são liberados apenas mediante garantias. Não há uma assistência técnica que oriente para novas culturas e tecnologias. Assim, além de ampliar os recursos para financiamentos, sua liberação deveria ser acoplada a orientações de uma assistência técnica efetiva da Emater para incentivar esta reconversão para frutas e silvicultura. Fortalecimento da assistência técnica à pequena e média unidade rural pela Emater, ampliando: a interação entre necessidade dos produtores e centros de pesquisa e vice-versa; a capacitação produtiva e empresarial e a certificação de qualidade dos produtos	Ampliar de 6,5% para 7% os valores dos financiamentos rurais para a Região, liberados mediante plano de reconversão de plantios elaborados pela Emater. Assistência técnica rural anual pela Emater a cerca de 31 mil pequenos proprietários (até 50 ha)	Bancos financiadores e Emater	Bancos estaduais e outros
Incentivos a Segmentos Promissores – Unidades de Processamento e Indústrias Artesanais	Para a agregação de valor no setor primário e integração entre produção e processamento é fundamental o incentivo a pequenas agroindústrias voltadas à produção de alimentos caseiros, em indústrias artesanais, por sua vinculação à estratégia de ampliação do turismo. Definição e implementação de política de apoio ao desenvolvimento de unidades de processamento e indústrias artesanais, especialmente vinculadas à hortifruticultura	Apoiar o estabelecimento e a expansão de 25 unidades de processamento de médio e grande porte e de 200 indústrias artesanais de pequeno porte, para a produção de alimentos caseiros, até o ano de 2010	Sedai, Emater, Banrisul e Banco do Brasil	Sedai e Fundopem
Eficiência Coletiva – Fomento para Associações e Cooperativas	Definição e implementação de incentivos para associações e cooperativas, especialmente em projetos para o estabelecimento de sistemas de certificação e de comercialização de produtos primários	Apoiar três cooperativas regionais até 2009	Sedai, Emater, Banrisul e Banco do Brasil	Governo estadual e iniciativa privada
Inteligência Competitiva	Implantação de duas células de vigília de mercado, para produtos agrícolas da Região	Implantar duas células de vigília do setor primário até 2007: hortifruticultura e silvicultura	SCP, Caixa RS, universidades, Sebrae, cooperativas/sindicatos, Pólo RS e COREDES	Governo estadual e iniciativa privada
Suporte ao Empreendedor – Planos, Centrais de Compras e Comercialização	Desenvolvimento e implementação de planos regionais de comercialização, centrais de compras e comercialização	Implementar cinco planos e centrais regionais de compras e comercialização até 2015. Divulgar os planos para mil produtores, 30 empresários e 30 pesquisadores do setor	Sedai, SCP, Emater e Senar	Governo estadual e iniciativa privada
Equalização Tributária e Incentivo ao Processamento	Principalmente para produtos processados (sucos, vinho), é importante que os produtos regionais possuam igualdade de condições de competição, em termos tributários, com os de outros Estados e países vizinhos (Mercosul). Definição, aprovação, regulamentação e implementação de política de incentivo tributário aos produtos processados regionalmente, em especial ao suco de uva, ao vinho e ao suco de maçã	Reduzir em 50% o impacto tributário sobre o custo dos produtos processados na Região até 2007	Sedai	Governo estadual e iniciativa privada

## PROGRAMA 2 – CAPITALIZAÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL

**Justificativas:** São projetos para ampliar o potencial de aproveitamento e controle dos recursos ambientais. Objetivam controlar o ingresso de pragas e doenças quarentenárias definidas em instrumentos legais e estabelecer normas para comercialização de produtos para o controle de pragas e doenças, de modo ágil à comercialização da produção; viabilizar o suprimento de mudas de frutas e silvicultura para ampliação da produção com espécies adequadas. É importante imprimir um marco



legal às atividades florestais, incentivar a produção agroecológica e os sistemas de captação e armazenamento de águas pluviais que regularizem o suprimento, superando períodos de escassez.

**Quadro 2.3.10 – Projetos do Programa de Capitalização do Potencial Ambiental**

Programa:	Capitalização do Potencial Ambiental			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Criação/ Fortalecimento de Viveiros	Definição e implementação de uma política de fomento para os viveiros estabelecidos, ou que venham a se estabelecer na Região, direcionando o uso dos recursos ao investimento em pesquisa e genética para as atividades de fruticultura e silvicultura	Criar e/ou fortalecer seis viveiros de frutas e 2 de silvicultura na região	Emater, Ufrgs, UCS, Banrisul, Banco do Brasil e Sedai	Governo estadual e iniciativa privada
Monitoramento e Controle de Outorga do Uso das Águas	A implantação de uma rede de monitoramento hidrológico é imperioso para o controle efetivo do uso de águas superficiais para fins de outorga e definição de demandas compatíveis com a destinação da água para abastecimento público, setor diretamente comprometido em períodos de estiagem. Implantar a rede de monitoramento hidrológico e avaliar continuamente a disponibilidade de água para subsidiar a elaboração de projetos de outorga de uso da água	Adquirir equipamentos, instalação de estações medidoras de níveis e vazões de rios e precipitações, operação e controle nas três bacias hidrográficas principais incidentes	Sema/DRH, SAA, Sops, Fepam e comitês das bacias	Fundo de Recursos Hídricos-FRH coordenado pelo Departamento Estadual de Recursos Hídricos-DRH
Captação e Armazenamento de Águas Pluviais	O projeto objetiva implantar reservatórios de captação de águas pluviais em propriedades de agricultura familiar, visando contribuir para a dessedentação de animais, irrigação em casos específicos e, sob tratamento, para uso humano em situações emergenciais	Construir cisternas, açudes e correlatos e redes de distribuição nas propriedades rurais onde existam condições físicas de captação	SAA, Sema, Sops, Fepam e Emater	Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e Conservação de Solos na Agricultura. Fundo de Recursos Hídricos-FRH coordenado pelo Departamento Estadual de Recursos Hídricos-DRH
Incentivo à Produção Agroecológica	Fomento a uma nova geração de produtos menos agressivos ao meio ambiente e de maior valor comercial pode aumentar a renda do produtor rural, especialmente a agricultura familiar	Ampliar a produção agroecológica em cerca de 3 mil pequenas propriedades (10%)	Sema, Fepam e Emater	Programa Primeiro Empréstimo Programático para a Sustentabilidade Ambiental Prodetab: Projeto de Desenvolvimento de Tecnologia Agrícola
Fortalecimento do Controle e Defesa Agropecuária	Instrumento jurídico que estructure novas formas de defesa sanitária no Estado, em convênios com municípios e entre eles, de modo a assegurar a defesa agropecuária, ao mesmo tempo que permita maior agilização da circulação de mercadorias entre eles e os demais Estados	Informatizar as Inspetorias Veterinárias e Zootécnicas e dos escritórios do Departamento de Produção Vegetal. Regulamentação da defesa e controle agropecuário que insira municípios nas estruturas de controle, definindo competências e atribuições. Fiscalizar e erradicar viveiros clandestinos	SAA, Emater, Anvisa, SES e prefeituras	Fesa, Feasp- Fundo Estadual de Apoio ao Setor Primário (constam no PPA 2004/2007)
Marco Regulatório para a Silvicultura	Reformulação da legislação ambiental que permita a silvicultura e a compensação pela preservação ambiental – matas ciliares e vegetações. Divulgação, orientação e fiscalização da silvicultura	Executar o zoneamento ambiental e marco regulatório elaborado. Divulgar e acompanhar.	SAA/DPV, Emater, Sema e Defap	Recursos orçamentários
Melhorias Tecnológicas para a Destinação de Dejetos de Origem Animal	A melhoria das tecnologias disponíveis para a destinação final dos dejetos animais bem como a sua validação é de fundamental importância para que possa ser fomentada e mantida a atividade de suinocultura na Região. Implantação e acompanhamento de programas de melhorias tecnológicas em sistemas de destinação de dejetos animais e incentivo à reciclagem	Desenvolver cursos e treinamentos para capacitação de suinocultores e avicultores em técnicas ambientalmente sustentáveis adotando práticas de manejo e instalação de equipamentos adequados para a transformação de resíduos orgânicos em fertilizantes (adubo)	SAA e Sema	Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMA II

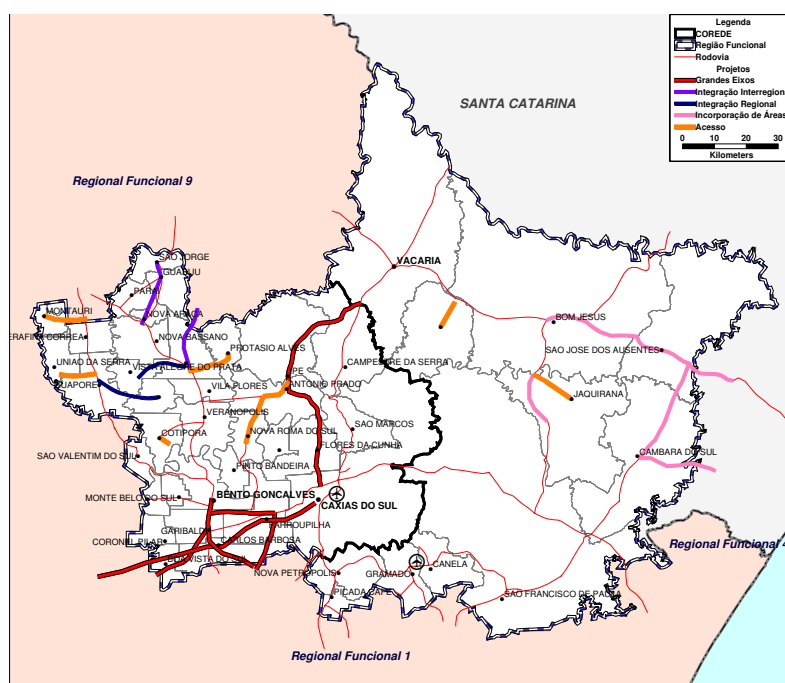
### PROGRAMA 3 – LOGÍSTICA E INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO

**Justificativa:** Este programa engloba ações de efficientização das soluções de transporte necessárias ao alcance dos mercados da região Sudeste do país e da metrópole, bem como infra-estruturas que possibilitem a modernização agrícola – energia e telecomunicações. Para a produção de produtos primários de elevado valor agregado, aspectos de infra-estrutura e de eficiência do sistema de transportes são de fundamental importância para a manutenção da atividade durante as diferentes estações do ano e para o escoamento da produção, com o conseqüente atingimento dos mercados consumidores em tempo hábil. É importante notar que estas culturas normalmente dependem de um determinado grau de controle do clima e do solo, bem como de mercados consumidores e elevado padrão de consumo, normalmente exigentes e distantes dos centros produtores.

#### SUBPROGRAMA DE TRANSPORTES

As propostas de transportes para a Região, funcionais a esta estratégia, estão registradas na **Figura 2.3.29**.

**Figura 2.3.29 – Intervenções em Transportes na RF 3**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

#### PROJETO 1 – GRANDES EIXOS DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO A MERCADOS

**Escopo:** Os produtos hortifrutícolas são bastante perecíveis e, normalmente, caso não sejam processados, precisam ser consumidos em poucos dias, o que torna o acesso ao mercado fator preponderante. Nesse sentido, como o maior mercado consumidor brasileiro está na região Sudeste, torna-se fundamental uma ligação eficiente com a BR-101. As vias propostas para melhoria da acessibilidade regional a mercados estão registradas na **Tabela 2.3.20**.

**Órgãos intervenientes:** ST/Daer

**Tabela 2.3.20 – Eixos Principais de Escoamento e Exportações – RF 3 (R\$ Milhões)**

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG003	RA103	RS-453 1/2	2 para 4 faixas entre Farroupilha e RS-470	19,18	26,70	100	26,70
AG003	RA105*	RS-453 2/2	2 para 4 faixas no trecho entre RS-470 e Estrela	45,82	53,35	38,89	20,75
AG008a	RA104	RS-122 2/3	2 para 4 faixas de tráfego no trecho entre Farroupilha e São Vendelino	18,09	24,52	10,50	2,58
AG008a	RA116	RS-122 1/3	2 para 4 faixas de tráfego no trecho entre BR-116 e Caxias do Sul	82,44	114,76	100	114,76
AG008a	RA123	BR-470 2/2	2 para 4 faixas de tráfego no trecho entre Bento Gonçalves e São Vendelino	77,75	272,84	3,04	8,29
AG019	FC101*	Ramal Ferroviário Colinas-Caxias	Construção linha singela	73	262,20	76,71	201,13

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

\* Intervenção a ser realizada após 2015

**Fontes de Recursos:** Rodoviárias: empréstimos multilaterais, tesouro federal e estadual, setor privado (PPP), BNDES e fundos constitucionais. Ferrovias: setor público e setor privado, ambos com alternativas de financiamentos por organismos multilaterais, tesouro federal e estadual, BNDES.

### PROJETO 2 – TRANSPORTES – EIXOS DE INTEGRAÇÃO INTER E INTRA-REGIONAIS

**Escopo:** A integração da Região com outras lindeiras, especialmente a metrópole, permitirá aos produtos não só acessar de forma rápida os mercados regionais e Porto Alegre, como também as unidades de processamento instaladas na Região. Especialmente a região do entorno de Nova Prata, possui grande potencial para a produção de hortifrutigranjeiros, mas deficiências nas ligações rodoviárias secundárias, entre os municípios do interior, o que dificulta bastante o desenvolvimento da atividade. A meta é possibilitar o acesso eficiente entre os municípios e regiões até 2015, com as intervenções registradas nas **Tabelas 2.3.21 e 2.3.22** (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 1 – Projeto 3 e 4).

**Órgãos intervenientes:** ST/Daer

**Fontes de Recursos:** empréstimos multilaterais (Bird, BID, CAF), tesouro federal e estadual, BNDES e fundos constitucionais.

**Tabela 2.3.21 – Eixos de Integração Inter-Regional – RF 3 (R\$ Milhões)**

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF	Prioridade
AG032	RP019	Acesso rodoviário André da Rocha	2 faixas de tráfego no trecho entre André da Rocha e Nova Prata	15,74	13,1	88,61	11,60	4
AG032	RP197	Acesso rodoviário São Jorge	trecho entre São Jorge e Guabiju e Nova Araçá	23,61	21,35	100	21,35	4

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

	Com Viabilidade Econômica pelo Componente 2
	Identificados como Necessários pelo Componente 1

**Tabela 2.3.22 – Eixos de Integração Regional – RF 3 (R\$ Milhões)**

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG008a	RP102	RS-441	2 faixas de tráfego no trecho entre Vista Alegre do Prata e Nova Prata	12,16	14,96	100	14,96
AG032	RP046	Acesso rodoviário Vista Alegre do Prata	2 faixas de tráfego no trecho entre Vista Alegre do Prata e Guaporé (acesso)	14,6	14,35	100	14,35
Total				<b>26,76</b>	<b>29,31</b>		<b>29,31</b>

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

	Com Viabilidade Econômica pelo Componente 2
	Identificados como Necessários pelo Componente 1

### PROJETO 3 – ACESSOS CAPILARES A MUNICÍPIOS

**Escopo:** Projeto, regulamentação e melhoria dos acessos aos municípios da Região.

**Metas e recursos necessários:** Possibilitar o trânsito eficiente pela Região até 2015, melhorando cerca de 133,46 Km em rodovias vicinais. (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 1 – Projeto 6).

**Órgãos intervenientes:** ST/Daer

**Fontes de Recursos:** governo estadual

**Tabela 2.3.23 – Acessos Capilares a Municípios – RF 3 (R\$ Milhões)**

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF	Prioridade
AG032	RP022	Acesso rodoviário União da Serra	2 faixas de tráfego no trecho entre Guaporé – Vila Oeste – Pulador	23,2	11,03	100	11,03	4
AG032	RP147	Acesso rodoviário Cotiporã	trecho entre Cotiporã e Veranópolis	19,1	2,65	100	2,65	3
AG032	RP169	Acesso rodoviário Jaquirana	trecho entre Jaquirana e RS110	10,7	8,28	100	8,28	2
AG032	RP177	Acesso rodoviário Monte Alegre dos Campos	trecho entre Monte Alegre dos Campos e entr. BR285	13,97	7,83	100	7,83	1
AG032	RP190	Acesso rodoviário Protásio Alves	trecho entre Protásio Alves e Nova Prata	15,79	9,62	100	9,62	4
NA	RP066	RS-448	2 faixas de tráfego no trecho entre São Marcos e Nova Roma do Sul	36	11	100	11	
AG038	RP176	Acesso rodoviário Montauri	trecho entre Montauri e Serafina Corrêa	14,7	6,5	100	6,5	3

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

#### PROJETO 4 – MELHORIA EM ARMAZENAMENTO

**Escopo:** A ampliação da produção de diversos produtos agropecuários na Região, até 2015, aponta para uma escassez de formas de armazenagem. Haverá necessidade de novas instalações com 610,2 mil toneladas e uma melhoria dos armazéns em 125,7 mil toneladas. (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 1 – Projeto 7)

**Órgãos Intervenientes:** Cesa, SAA e empresas.

**Fontes de recursos:** orçamento estadual e empresas privadas.

**Tabela 2.3.24 – Melhorias em Armazenamento – RF 3 (R\$ Milhões)**

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG023	ZC002	Armazéns da RF 3 2/2	Nova instalação de armazéns da RF 3 (610,2 mil toneladas)	NA	183,06	100	183,06
AG023	ZM003	Armazéns da RF 3 1/2	Upgrade dos armazéns da RF 3 (125,7 mil toneladas)	NA	12,57	100	12,57

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

#### SUBPROGRAMA DE ENERGIA

##### PROJETO 1 – UNIVERSALIZAÇÃO DO SUPRIMENTO RURAL ADEQUADO (LUZ PARA TODOS)

**Escopo:** Universalizar o acesso à energia elétrica no meio rural, como alternativa de modernização da produção agropecuária e melhoria das condições de vida, pela expansão de programas de financiamento de linhas de distribuição a longo prazo ou a fundo perdido, aproveitando e incentivando as cooperativas existentes.

**Metas:** Atendimento para cerca de 37,27 mil propriedades rurais da Região.

**Órgãos intervenientes:** Comitê Gestor Estadual de Universalização – distribuidoras, governo estadual, prefeituras, sociedades civil.

**Recursos necessários:** Estimam-se recursos de R\$ 7 milhões até 2007 (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 2 – Projeto 3)

**Fontes de recursos:** 50% dos recursos aportados pelo governo federal, utilizando a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), a fundo perdido; 20% dos recursos aportados pelo governo estadual; 15% dos recursos aportados pelas concessionárias de energia; 15% dos recursos aportados pelo governo federal via RGR (Reserva Global de Reversão) para as concessionárias, financiados a taxas de 5% a.a. com carência de dois anos.

## PROJETO 2 – MELHORIA DO SUPRIMENTO RURAL (ENERGIA FORTE)

**Escopo:** Reforço da rede de energia elétrica rural (trifásica), possibilitando a ligação de máquinas agrícolas para melhoria das condições de produção rural.

**Meta:** O Programa Energia Forte segue os mesmos cronogramas, na medida em que as ligações trifásicas vão sendo efetuadas/convertidas conforme avança o Programa Luz para Todos.

**Órgãos intervenientes:** Secretaria de Energia, Minas e Comunicações e prefeituras.

**Recursos necessários:** R\$ 1,6 milhão até 2011 (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 2 – Projeto 4)

**Fontes de recursos:** governo estadual

## SUBPROGRAMA DE TELECOMUNICAÇÕES

### PROJETO 1 – UNIVERSALIZAÇÃO DA TELEFONIA RURAL

**Escopo:** Universalizar o acesso à telefonia fixa ou móvel rural, como forma de inserir os produtores em sistemas de informação e conhecimento que modernizem processos agropecuários e ampliem alternativas de comercialização, por financiamentos a longo prazo ou a fundo perdido.

**Meta:** Ampliar a cobertura de telefonia rural para 100% até 2015, dos atuais 34,1% da população e 3,9% dos municípios não atendidos.

**Órgãos Intervenientes:** A expansão da telefonia móvel demanda intervenção das seguintes instituições: Secretaria de Energia, Minas e Comunicações do Estado, Anatel, Ministério das Comunicações e empresas operadoras de telefonia celular do Rio Grande do Sul. Já em relação ao projeto Telefone no Campo, a instituição interveniente é Secretaria de Energia, Minas e Comunicações.

**Recursos Necessários:** R\$ 5,7 milhões entre 2006 e 2011 (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 3 – Projeto 2).

**Fontes de recursos:** Os investimentos iniciais para os estudos da ampliação da rede de telefonia móvel devem ser de responsabilidade do governo estadual, centralizados na Secretaria de Energia, Minas e Comunicações. Já em relação à ampliação da rede, após os estudos, financiamentos a longo prazo ou a fundo perdido, com aporte significativo dos governos estadual e federal serão necessários. No Telefone no Campo, o investimento será feito pelo governo estadual.

### PROJETO 2 – FORTALECIMENTO DE CENTROS DE DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS (INFRA-ESTRUTURA INFORMATIZADA)

**Escopo:** Fortalecer a rede de centros de dados informatizados nos 45 municípios como forma de promover a inserção de produtores rurais na sociedade de informações, em parceria com Emater, Embrapa e cooperativas. Trata-se de fortalecer o sistema informatizado em centros existentes ou novos, onde funcionaria o Sistema de Informações Tecnológicas.

**Meta:** Implantação e/ou fortalecimento de 45 centros em todos os municípios da Região.

**Órgãos intervenientes:** Emater, Embrapa, prefeituras e cooperativas

**Recursos necessários:** R\$ 2,3 milhões até 2011 (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 3 – Projeto 3).

Tabela 2.3.25 – Recursos para o Programa 3 (R\$ Mil)

Projetos	2006/2007	2008/2011	2012/2015	Total
1 – Grandes Eixos de Escoamento da Produção e Exportações	10.870	26.700	114.760	152.330
2 – Eixos de Integração Inter e Intra-regionais	9.460	18.920	33.880	62.260
3 – Acessos Capilares a Municípios	7.830	8.280	29.800	45.910
4 – Melhoria em Armazenamento	-	195.630	-	195.630
1 – Universalização do Suprimento Rural Adequado (Luz para Todos)	7.000	-	-	7.000
2 – Melhoria do Suprimento Rural (Energia Forte)	-	1.600	-	1.600
1 – Universalização da Telefonia Rural	3.900	1.800	-	5.700
2 – Fortalecimento de Centros de Difusão de Informações Tecnológicas (Infra-estrutura Informatizada)	-	2.300	-	2.300
<b>Total</b>	<b>39.060</b>	<b>255.230</b>	<b>178.440</b>	<b>472.730</b>

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

## PROGRAMA 4 – DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA

**Justificativa:** A produção de alimentos de elevado valor agregado necessita de protocolos de manejo (produção primária) e técnicas de processamento modernas e adequadamente desenvolvidas para as condições de trabalho da Região. De fato, o valor agregado nestes alimentos se dá pelo nível de tecnologia utilizado na produção e no processamento, que deve ser desenvolvida de forma customizada. Este programa engloba ações de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para o setor primário, indústria de grande porte e o setor de produção caseira de alimentos.

**Quadro 2.3.11 – Projetos do Programa de Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica da Estratégia de Incentivo à Produção e Processamento de Produtos Primários**

Programa	Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Fortalecimento da Difusão de Informações Tecnológicas	Estudo, elaboração e divulgação de protocolos de manejo envolvendo temas como hortifruticultura, silvicultura, produção orgânica e irrigação	Elaborar 20 protocolos de manejo customizados à Região. Divulgar estes protocolos para mil produtores até 2008	Fapergs, Emater e Senar	Fapergs, Emater, Embrapa, Senar e SAA
Gestão Integrada de Pesquisas Regionais – Pesquisas em Novas Cultivares	Elaboração, aprovação e implementação de projetos para o desenvolvimento de pesquisas aplicadas ao setor	Desenvolver, até 2009, cinco novos cultivares e uma linha de pesquisa, com grupos maduros, elaborando pesquisas aplicadas ao setor	UFRGS, UCS, Emater e Fapergs	SCT/Fapergs
Sistema Técnico Universitário Progressivo – Qualificação de Pequenos Produtores	Qualificação dos produtos nos protocolos de manejo desenvolvidos, de acordo com a tecnologia mais adequada ao seu contexto, aumentando assim seus resultados. Execução de treinamentos	Qualificar 500 produtores rurais de pequeno porte até 2008	Emater e Senar	Governo estadual
Sistema Técnico Universitário Progressivo – Qualificação de Agroempreendedor	É necessário qualificar os elos de processamento e comercialização destes produtos primários, segundo as tecnologias consideradas mais adequadas ao contexto da atividade na Região. Os protocolos de processamento dos alimentos, de sanidade, de certificação, devem ser obedecidos pelos empresários do setor, em especial pelos de pequeno porte	Treinar, durante 160 horas, 200 gestores de agronegócios do setor	Emater e Sebrae	Governo estadual
Certificação de Qualidade e Apoio à Inovação	Mesmo a produção de produtos primários de elevado valor agregado na Serra necessita de um diferencial, pois a produtividade a ser obtida na Região, se depender das condições edafoclimáticas, não tende a ser das maiores. Neste sentido, a diferenciação dos produtos regionais, através de certificados de qualidade e origem, aproveitando a percepção de qualidade que a marca “Serra Gaúcha” passa, pode ser uma excelente alternativa. Desenvolvimento, aprovação e implementação do Sistema Regional de Certificação de Qualidade e Origem	Certificar 500 produtores regionais e seus produtos até 2008	PGQP, Sedai e Emater	Governo estadual e iniciativa privada
Apoio ao Registro de Marcas e Patentes	Definição, aprovação e implementação de marcas regionais para seus produtos primários	Possuir, até 2010, 50% das frutas e hortigranjeiros produzidos na Região comercializados com a marca regional Definir três marcas regionais até 2008	Emater	Governo estadual e iniciativa privada

## ESTRATÉGIA 3 – APRIMORAMENTO COMPETITIVO DOS CLUSTERS DINÂMICOS

Engloba projetos que tratam do estímulo, qualificação e eficiência da produção e do processamento de produtos primários de alto valor agregado e com potencial complementaridade com as atividades industriais já dinâmicas e desenvolvidas da Região. Esta ação é importante pois o setor primário foi o mais dinâmico em ambos os COREDEs nos últimos anos. Portanto, a

manutenção desta dinâmica, num contexto de restrição ambiental, como o enfrentado pela Região, é importante e justifica o foco em atividades de elevado valor agregado e de baixa exigência em termos de extensão de propriedades. Os programas e projetos estão na **Tabela 2.3.26** e detalhados na **Tabela 2.3.27** e nos **Quadros 2.3.12 a 2.3.16**.

**Tabela 2.3.26 – Programas e Projetos da Estratégia de Aprimoramento Competitivo aos Clusters Dinâmicos (R\$ Mil)**

Estratégia	Programa	Sub-programa	Projeto	2006 - 2007	2008 - 2011	2012 - 2015	Total	
3 – Aprimoramento Competitivo dos Clusters Dinâmicos	1 – Estímulos Econômicos		1 – Desenvolvimento de Negócios em Elos Fracos das Cadeias Produtivas	2.000	8.000		10.000	
			2 – Incentivos a Segmentos Promissores	115.999	231.997	231.997	579.993	
			3 – Direcionamento das Linhas de Crédito e Financiamento	60.807	121.615	121.615	304.037	
			4 – Inteligência Competitiva	Incluídos na Estratégia 2				
			5 – Suporte ao Empreendedor	Incluídos na Estratégia 2				
			6 – Apoio à Exportação	240	360	-	600	
			7 – Sistema Regional de Segurança Cambial	10.300	20.000		30.300	
	<i>Total do Programa</i>				<i>189.346</i>	<i>381.972</i>	<i>353.612</i>	<i>924.930</i>
	2 – Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica			1 – Gestão Integrada de Pesquisas Regionais – Novas Competências em <i>Design</i> , P&D e Novos Materiais	Incluídos na Estratégia 2			
				2 – Sistema Técnico Universitário Progressivo – Capacitação Técnica Continuada	552	1.864	1.864	4.280
				3 – Formação Profissional nas Áreas de Comércio Exterior e Gestão do Ponto de Venda	50	40		90
				4 – Marcas e Patentes Regionais	Incluídos na Estratégia 2			
	<i>Total do Programa</i>				<i>602</i>	<i>1.904</i>	<i>1.864</i>	<i>4.370</i>
	3 – Suprimento de Infra-estruturas de Apoio	1 – Transportes		1 – Sistema de Segurança e Otimização Logística	500	1.500		2.000
				2 – Energia	82.000	43.000	9.000	134.000
		3 – Telecomunicações		1 – Suprimento Regional de Redes de Transmissão de Dados de Alta Velocidade	-	-	-	-
				<i>Total do Programa</i>				<i>82.500</i>
	4 – Fortalecimento dos Pólos Urbano-industriais da Região	1 – Dinamização Serviços de Âmbito Regional		1 – Suporte à Industrialização – Apoio à Implantação de Áreas Industriais	6.000	12.000	12.000	30.000
				2 – Inclusão na Sociedade de Informações ( <i>wi-fi</i> )	-	51	-	51
		2 – Inclusão Social		1 – Fortalecimento da Educação – Escola de Tempo Integral	4.663	17.461	23.351	45.474
				2 – Fortalecimento da Educação – Avaliação de Desempenho	11	23	25	59
				3 – Fortalecimento da Educação – Atendimento à Demanda por Ensino Básico	85.946	133.344	227.558	446.848
				4 – Fortalecimento no Atendimento à Saúde – Construção de Leitos	2.120	12.261	23.074	37.455
				5 – Fortalecimento no Atendimento à Saúde – Expansão Saúde da Família	2.544	10.176	2.880	15.600
				6 – Melhoria e Suprimento Habitacional – Construção de Moradias	14.220	28.441	28.441	71.101
				7 – Melhoria e Suprimento Habitacional – Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios	170	687	-	857
		3 – Recuperação e Ampliação da Qualidade Ambiental Urbana		1 – Ampliação de Rede de Coleta de Esgoto Domiciliar	21.250	31.363	27.571	80.184
2 – Tratamento e Destinação de Esgotos Domiciliares e Industriais				6.131	15.327	9.196	30.654	
3 – Tratamento e Destinação de Resíduos Domiciliares e Industriais Não-perigosos				2.022	5.055	3.033	10.110	
<i>Total do Programa</i>				<i>159.476</i>	<i>294.989</i>	<i>692.979</i>	<i>979.756</i>	
<b><i>Total da Estratégia</i></b>				<b><i>431.924</i></b>	<b><i>723.365</i></b>	<b><i>1.057.455</i></b>	<b><i>2.045.056</i></b>	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

## PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

**Justificativa:** A Região concentra o segundo maior parque industrial do Estado e é responsável pela segunda maior participação no PIB industrial (16,3%), que representa 52% do PIB regional, o que demonstra a importância da manutenção deste segmento em condições competitivas. Assim, embora se busquem desconcentrar estímulos e incentivos no Estado, favorecendo regiões mais deprimidas, a necessidade de manter este parque industrial como fator de desenvolvimento competitivo do Rio Grande do Sul prevê que algumas ações persistam, embora com menor ênfase, voltadas à agregação de valor aos *clusters* dominantes, complementação dos elos das cadeias estimulando empreendedores, maior inserção no mercado externo e eficiência das cadeias através de ações coletivas, contemplando ações relacionadas às funções de compra, venda e transporte.

**Quadro 2.3.12 – Projetos do Programa Estímulos Econômicos da Estratégia Aprimoramento de Competitivo a *Clusters* Dinâmicos**

Programa	Estímulos Econômicos			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Desenvolvimento de Negócios em Elos Fracos das Cadeias Produtivas	Identificação, elaboração de projetos e apoio ao desenvolvimento de elos fracos nos <i>clusters</i> regionais	Desenvolver 10 elos fracos de cadeias produtivas regionais até 2009	UCS, Sebrae e Senai	Governo estadual e iniciativa privada
Incentivos a Segmentos Promissores	Mesmo com a neutralidade espacial dos benefícios do Fundopem, supondo que sua distribuição espacial reproduziria a mesma distribuição do PIB estadual, os recursos para incentivos à Região permanecerão grandes e devem ser direcionados a segmentos promissores. Além de incentivar os elos fracos das cadeias, devem voltar-se à diversidade dos segmentos promissores – com vantagens competitivas e crescimento: <b>Serra:</b> Silvicultura, Móveis, Metal-mecânico, Frutas, Sucos e Vinho, Turismo, Elétron-eletrônico, Plásticos, Hortigranjeiros, Aves e Suínos, Grãos e Rações, Ind. de Alimentos e transportes; <b>Hortênsias:</b> Silvicultura, Frutas, Sucos e Vinho, Turismo, Hortigranjeiros, Aves e Suínos, Grãos e Rações, Carnes Especiais, Ind. de Alimentos, Transportes e Móveis	Investir 12,9% dos recursos totais do Estado do Fundopem nos segmentos promissores da Região	Sistema Estadual de Atração e desenvolvimento de atividades produtivas – Sedai	As fruições do Fundopem com dotações orçamentárias específicas e retorno dos financiamentos concedidos
Direcionamento de Linhas de Crédito e Financiamento	Assim como os incentivos, as linhas de crédito e financiamento das agências financeiras do Estado devem voltar-se a segmentos especializados com vantagens competitivas, assim como os de grande crescimento recente	Investir cerca de 12,9% dos recursos totais do Estado para financiamentos e créditos na Região	SCP, Sedai, Bndes, BRDE e Caixa RS	Recursos já disponíveis nas instituições envolvidas
Inteligência Competitiva	Implementação e manutenção de células setoriais e regionais de vigília tecnológica e mercadológica, articuladas com o sistema estadual, nos segmentos de: Móveis, Autopeças, Uva e Vinho, além da Hortifruticultura, Aves e Suínos, Silvicultura e Turismo previstos nas estratégias anteriores	Implementar sete células de vigília	UCS, Simecs, Movergs e Fapergs	Governo Estadual e iniciativa privada
Suporte ao Empreendedor	Elaboração e implementação de política de crédito para desenvolvimento de projetos comerciais de empresas-chave dos <i>clusters</i> regionais. Identificação, desenvolvimento, implementação e manutenção de cooperativas de compras e vendas. Identificação, qualificação e apoio de novos empreendedores em elos de prestação de serviços aos <i>clusters</i>	Apoiar 10 projetos comerciais, com alvo no mercado nacional, de três diferentes <i>clusters</i> regionais, até 2010, através de implantação de centrais de compras e vendas	Sedai, Banrisul, Simecs, Movergs, Sedai, Sebrae e Banco do Brasil	Governo Estadual e iniciativa privada
Apoio à Exportação	Engloba ações relacionadas à segurança de informações dos mercados e de controle de variáveis-chave ao processo, como câmbio; domínio dos canais de exportação e sistemas logísticos eficientes. A exportação é questão de sobrevivência para os <i>clusters</i> regionais que deve ser promovida de forma mais sustentável, ou seja, com maior controle sobre as variáveis do comércio internacional e com maiores margens	Alcançar, até 2015, nos principais elos das cadeias produtivas de móveis e automotiva o percentual médio de 25% de participação das exportações nas vendas totais, vis-à-vis os valores atuais que estão entre 15% e 17%	Sedai e iniciativa privada	Orçamento estadual e iniciativa privada
Sistema Regional de Segurança Cambial	Elaboração, aprovação, regulação, implementação e divulgação de um sistema de segurança cambial para as empresas	Implementar o sistema até 2007	Sedai, Banrisul, Caixa RS e Banco do Brasil	Governo estadual e empresas



## PROGRAMA 2 – DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA

**Justificativas:** Durante as últimas três décadas os *clusters* mais dinâmicos da RF 3 obtiveram seu crescimento a partir de produtos de nível intermediário de qualidade, com preços competitivos devido aos grandes volumes de produção e intensivo uso de tecnologia. Contudo, o crescente aumento de custos de operação para a indústria gaúcha, bem como desvantagens operacionais em termos de logística, diminuem a capacidade destes *clusters* de manter esta posição competitiva. As empresas líderes, sabedoras desta situação, têm investido continuamente na agregação de valor a seus produtos, tornando, desta forma, suas vendas menos dependentes do fator preço. Este programa engloba ações relacionadas às principais etapas de agregação de valor em um produto – o desenvolvimento do produto, a sua aparência, o domínio do seu canal de distribuição ao mercado e a sua marca – além da capacitação profissional nestas tarefas.

### Quadro 2.3.13 – Projetos de Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica da Estratégia de Aprimoramento Competitivo dos *Clusters* Dinâmicos

Programa	Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Gestão Integrada de Pesquisas Regionais – Novas Competências em <i>Design</i> , P&D e Novos Materiais	Como os <i>clusters</i> regionais possuem crescente dificuldade de competir em preço com regiões menos onerosas do país, é imperativo o desenvolvimento de capacidades que possibilitem uma maior agregação de valor aos seus produtos. Neste caso, <i>design</i> , pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e a utilização de novos e diferenciados materiais são uma obrigação. Definição e implementação de pesquisas nas áreas de <i>design</i> , P&D e novos materiais	Desenvolver 150 projetos de pesquisas na Região nos <i>clusters</i> competitivos	Consórcio de instituições como a Fapergs, Cientec, Ceitec, Fepagro, SCT (Pólos Tecnológicos), UCS, Simecs e Movergs	SCT - Fapergs – e iniciativa privada
Sistema Técnico Universitário Progressivo – Capacitação Técnica Continuada	Incremento de programas de capacitação profissional, especialmente nos setores promissores. Esta capacitação está inserida no Projeto Estadual de Sistema Técnico-Universitário Progressivo	Atender cerca de 6 mil alunos até 2005	Universidades, Senai e escolas técnicas	Universidades, Senai e escolas técnicas
Formação Profissional nas Áreas de Comércio Exterior e Gestão do Ponto de Venda	Definição e implementação de ações de qualificação nas áreas de gestão do ponto-de-venda e comércio internacional para os <i>clusters</i> de Móveis, Turismo, Uva e Vinho e Automotivo	Qualificar 300 gestores até o ano de 2008	Simecs, Movergs, Ibravin e Sebrae	Governo estadual e iniciativa privada
Marcas e Patentes Regionais	Elaboração e implementação de um sistema regional de apoio ao desenvolvimento e ao registro de marcas e patentes. Criação de rede de organizações para apoiar as PMEs, oferecendo análises de mercado, buscas em bancos de patentes, conselhos, entre outros. As organizações de inteligência a serem implantadas nas regiões poderiam servir de <i>hubs</i> das redes regionais. Implantação de mecanismos de apoio ao patenteamento no exterior, na forma de um fundo de risco, beneficiando PMEs e ICTs	Implementar o sistema até 2007. Apoiar o desenvolvimento e o registro de 10 marcas regionais até 2009. Apoiar o desenvolvimento e o registro de 20 patentes, registros e licenciamentos no exterior anuais até 2015	No caso do apoio às PMEs para proteção da PI: Sedai, SCT, Senai, ICTs, universidades, escolas técnicas e associações empresariais. Em relação ao apoio ao patenteamento no exterior: Fapergs, Finep e universidades	No caso do apoio às PMEs para proteção da PI: Sedai, SCT, Senai, ICTs, universidades, escolas técnicas e associações empresariais. Para o apoio ao patenteamento no exterior: Fapergs, Finep e universidades

## PROGRAMA 3 – SUPRIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO

**Justificativa:** Diminuir desvantagens competitivas importantes, relacionadas aos excessivos custos com logística de aquisição e distribuição. Com o foco estratégico crescentemente voltado à elaboração de produtos de maior valor agregado, os *clusters* regionais perdem crescentemente capacidade de competir em preço, o que para a venda no mercado nacional é fator determinante. Como o processo de aumento da inserção internacional é lento e depende de variáveis macroeconômicas, é muito importante aumentar a eficiência operacional destes *clusters*, para que os mesmos consigam diminuir custos em áreas onde hoje existe desvantagem competitiva em relação a *clusters* competidores de outras regiões do país (SC, PR e SP principalmente). As intervenções de transportes de grandes eixos de escoamento da produção e integrações regionais e inter-regionais já foram descritas na estratégia anterior e são funcionais a este.

## SUBPROGRAMA DE TRANSPORTES

### PROJETO 1 – SISTEMA DE SEGURANÇA E OTIMIZAÇÃO LOGÍSTICA

Os custos e a ineficiência logística são alguns dos principais obstáculos ao desenvolvimento dos *clusters* regionais. Neste sentido, o desenvolvimento e a implementação de soluções que venham a otimizar a operação logística regional, como o estabelecimento de plataformas terrestres, do uso da multimodalidade e a efficientização das duas principais rotas (BR-101 e Porto de Rio Grande) são de extrema importância. Além disso, o uso da tecnologia da informação, tanto para a otimização do sistema logístico, quanto para dotar este sistema de maior segurança, é outra ação bastante viável e necessária.

**Escopo:** Desenvolvimento e implementação de um sistema regional de segurança e otimização logística.

**Metas:** Redução em 30% dos gastos com fretes das cargas movimentados através do sistema desenvolvido.

**Órgãos intervenientes:** Simecs, Movergs e ST.

**Recursos necessários:** O desenvolvimento e a implementação do sistema necessita de recursos da ordem de R\$ 2 milhões. Até 2007: R\$ 500 mil. Até 2011: R\$ 1.500 mil. (Projeto de âmbito regional).

**Fontes de Recursos:** Governo estadual e iniciativa privada.

## SUBPROGRAMA DE ENERGIA

### PROJETO 1 – SUPERAÇÃO DE GARGALOS DE LINHAS DE TRANSMISSÃO

**Escopo:** Embora a Região não apresente atualmente gargalo em linhas de transmissão de energia, eles tendem a ocorrer pelo aumento das demandas até o ano horizonte, e foram dimensionados de acordo com o que aponta o Plano Indicativo de Expansão de Transmissão da Região Sul. Essas soluções serão ou pela instalação de novas subestações e linhas entre essas cidades ou pela troca de condutores para capacidades acima dos atuais 69 kV.

**Metas:** Operação com carregamento adequado não excedendo faixa de segurança.

**Órgãos intervenientes:** RGE, Semc e Aneel

**Recursos necessários:** Estimados recursos da ordem R\$ 134 milhões em 10 anos para o plano de expansão (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 2 – Projeto 1)

**Fontes de recursos:** No que tange à expansão de redes de transmissão na faixa citada de tensão (entre 69 e 138 kV), estas pertencem às concessões de distribuição, que trabalham sob supervisão da Aneel. Assim, o governo do Estado não tem meios para interferência direta no tema, mas poderá agir via acordos com concessionárias e, no caso específico da Ceee, dada a participação majoritária do governo no controle da empresa, conformar alguma ação direta. Considera-se, assim, o investimento em sua totalidade, como de responsabilidade da concessionária atuante na região em que se localiza a linha, sendo o governo um agente indireto no projeto.

### PROJETO 2 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES OPERACIONAIS DO SUPRIMENTO

**Escopo:** As falhas de suprimento energético e suas durações vêm alcançando níveis acima dos padrões máximos exigidos pela Aneel em algumas áreas do Estado. Assim, há necessidade de melhoria do nível de serviço do suprimento energético, colocando-o nos padrões da Aneel. O projeto consiste em designar à Agergs a máxima instância em decisões administrativas relacionadas ao cumprimento de indicadores de qualidade do serviço, agilizando as decisões e aproximando o órgão responsável pelo monitoramento das empresas fiscalizadas.

**Metas:** O projeto está estimado para ser executado no período 2008-2011, dada a necessidade de detalhamento técnico da obra e busca por recursos para sua execução.

**Recursos Necessários:** Os investimentos dentro do escopo de atuação do governo estadual estão ligados basicamente ao esforço no atingimento dos objetivos desejados, via negociações com a esfera federal e empresas envolvidas, e realocação/contratação de pessoal para composição das equipes de trabalho dentro dos órgãos estaduais (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 2 – Projeto 2).

**Órgãos intervenientes:** Concessionárias de energia elétrica do Estado (RGE, Ceee e AES-Sul), Semc, Aneel e Agergs.

**Fontes de recursos:** Os eventuais investimentos em equipamentos seriam feitos pelas concessionárias de energia elétrica, na medida de suas necessidades internas, estando fora do escopo governamental. No âmbito da esfera estadual, os investimentos, como descrito acima, não são de natureza de aporte de capital, mas sim de realocação de recursos humanos e demanda de tempo.

## SUBPROGRAMA DE TELECOMUNICAÇÕES

### PROJETO 1 – SUPRIMENTO DE REDES DE TRANSMISSÃO DE DADOS DE ALTA VELOCIDADE

**Escopo:** Embora bem atendida por redes de transmissão de dados de alta capacidade, a Rede Nacional de Pesquisa (Rede Tchê) apresenta hoje uma capilaridade bastante interessante, e um cenário promissor em termos de novos investimentos (até o momento, a serem integralmente bancados pelo governo federal por meio das agências competentes). Propõe-se a abertura da Rede Tchê ao uso comercial pelo setor privado, aproveitando capacidade disponível instalada. Isso exigirá esforços estaduais tanto de mapeamento da rede, como de soluções legais e institucionais de atuação conjunta entre esses parceiros.

**Metas:** A formação de comitê de gerenciamento de recursos deve ocorrer ainda no biênio 2006-2007 e o arcabouço institucional desejado deverá estar concluído entre 2008 e 2011.

**Órgãos intervenientes:** RNP, ASRNP, MCT, MEC, Semc, Rede Tchê.

**Recursos necessários:** Trata-se basicamente de alocação de tempo de representantes dos órgãos competentes em estruturação das discussões, negociações e finalização dos produtos do comitê e institucionais (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 3 – Projeto 1).

**Fontes de recursos:** Órgãos e instituições intervenientes no Comitê.

**Tabela 2.3.27 – Recursos para o Programa 3 (R\$ Mil)**

Projetos	2006/2007	2008/2011	2012/2015	Total
Transportes				
1 – Sistema de Segurança e Otimização Logística	500	1.500		2.000
Energia				
1 – Superação de Gargalos em Linhas de Transmissão	82.000	43.000	9.000	134.000
2 – Melhoria das Condições Operacionais do Suprimento	-	-	-	-
Telecomunicações				
1 – Suprimento Regional de Redes de Transmissão de Dados de Alta Velocidade	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>82.500</b>	<b>44.500</b>	<b>9.000</b>	<b>136.000</b>

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

### PROGRAMA 4 – FORTALECIMENTO DOS PÓLOS URBANO-INDUSTRIAIS DA REGIÃO

Trata-se de fortalecer os centros urbano-industriais de Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Farroupilha, Garibaldi, Carlos Barbosa e Vacaria, cidades médias da Região, tornando-os atrativos à localização industrial (serviços, áreas industriais, capacitações, qualidade urbana) e mitigando ou evitando impactos decorrentes dessas atividades e da atração populacional que causam.

**Justificativas:** Proporcionar, nos centros urbano-industriais principais, com maiores chances de recepção industrial, formas de: implantar serviços associados a centros regionais de consolidação e distribuição de cargas, como plataformas terrestres, que consolidem cargas e as distribuam no espaço gaúcho, utilizando-se dos modais disponíveis na Região; prover áreas industriais que atraiam atividades industriais e fortalecer as condições sócio-urbano-ambientais destes centros, recuperando passivos sociais e ambientais, suprimindo serviços sociais e ambientais para novas demandas emergentes até o ano horizonte, de modo a capacitar a população e imprimir condições atrativas à localização industrial. Assim, serão necessárias ações concomitantes em investimentos urbanos, educação (capacitação), saúde, saneamento básico e habitação (atendimento de padrões urbanos-sanitários de qualidade), combate à pobreza e recuperação ambiental.

**Quadro 2.3.14 – Projetos do Subprograma Dinamização de Serviços de Âmbito Regional**

Programa:	Fortalecimento dos Pólos Urbano-industriais da Região			
Subprograma:	Dinamização de serviços de âmbito regional			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Suporte à Industrialização – Apoio à Implantação de Áreas Industriais	Implantação de distritos industriais nos pólos principais regionais. Já estão em planeamento, desde 2000, com apoio da Sedai, as áreas industriais nas cidades de Caxias do Sul e Garibaldi, dois dos centros urbanos principais da Região	Implantar e ampliar áreas industriais nos dois centros urbanos regionais	Sedai, prefeituras e iniciativa privada	Sedai e prefeituras
Inclusão na Sociedade de Informações	Uma nova tecnologia desenvolveu-se com rapidez nos últimos anos, permitindo o atingimento de um novo patamar na expansão eletrônica. Trata-se da tecnologia de comunicação sem fios, conhecida como “wi-fi”. Já é possível disponibilizar essa tecnologia para grandes áreas urbanas. Não mais dependendo das operadoras das redes de bandas largas, é possível aumentar o número de usuários, praticando, adicionalmente, políticas de inclusão, com tarifas diferenciadas por renda familiar, por exemplo.	Implantar redes “wi-fi” na cidade de Caxias do Sul, com mais de 100 mil habitantes	Metroplan e Procergs	Orçamento estadual e outra fonte poderá ser PPP

**Quadro 2.3.15 – Projetos do Subprograma de Inclusão Social**

Subprograma: Inclusão Social				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Fortalecimento da Educação – Escola de Tempo Integral	Ampliação da qualidade da formação no ensino fundamental	Incluir, até 2015, 50% da população de 7 a 14 anos em tempo integral na escola: 100,3 mil alunos até 2015 (69% das demandas regionais totais)	SEC e secretarias municipais de educação	Orçamento estadual e prefeituras
Fortalecimento da Educação – Avaliação de Desempenho	Avaliação do desempenho do alunado do ensino médio e fundamental visando à melhoria de qualidade do ensino	Avaliar bianualmente todos os alunos da rede pública nos dois níveis de ensino nesses centros urbanos. Ensino Fundamental: 21,2 mil alunos até 2015 (66% das demandas regionais totais) Ensino médio: 7,9 mil alunos até 2015 (83% das demandas regionais)	SEC e secretarias municipais de educação	Orçamento estadual
Fortalecimento da Educação – Atendimento à Demanda por Ensino Básico	Abertura de novas vagas para os alunos que frequentarão a escola, produto do crescimento populacional desses centros urbanos	Incluir de 100% de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos na Educação Fundamental: 254,9 mil alunos até 2015 (66% das demandas totais da região). Inclusão de 100% da população de 15 a 17 anos no ensino médio: 76,1 mil alunos até 2015 (66% das demandas totais)	SEC e prefeituras	Orçamento estadual e prefeituras
Fortalecimento no Atendimento de Saúde – Construção de Leitos	Provimento, até 2015, do número de leitos compatível com as metas de supressão do déficit existente e atendimento de populações adicionais	Prover 300 leitos até 2015	SUS e SES	SUS, Orçamento estadual e prefeituras
Fortalecimento no Atendimento de Saúde – Expansão do Programa de Saúde da Família	Atendimento de 80% da população urbana por ações básicas de saúde familiar	Criar grupos de saúde familiar até 2007: 189 grupos até 2015	SES e secretarias municipais de saúde	SUS, Orçamento estadual e prefeituras
Melhoria e Suprimento Habitacional – Construção de Moradias	Redução do déficit habitacional urbano e construção de novas moradias para acompanhar o crescimento populacional até 2015	Construir aproximadamente 5,2 mil moradias até 2015	Sehadur e prefeituras	
Melhoria e Suprimento Habitacional – Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios	Construção de unidades sanitárias nas habitações	Construir cerca de 292 unidades sanitárias até 2015	Sehadur	Orçamento estadual

Subprograma: Inclusão Social				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Melhoria e Suprimento Habitacional – Substituição / Urbanização de Aglomerados Subnormais	Atendimento do direito da população à moradia digna	Construir moradias para erradicação dos aglomerados subnormais: 779 moradias até 2015	Sehadur e Cohab	Orçamento estadual
Combate à Pobreza – Renda Básica	Complementação da renda das pessoas situadas abaixo da linha de indigência com recursos necessários para atingir o piso de rendimento de um salário mínimo	Atender 8,5 mil pessoas até 2015		Orçamento estadual

**Quadro 2.3.16 – Projetos do Subprograma Recuperação e Ampliação da Qualidade Ambiental Urbana**

Subprograma: Recuperação e Ampliação da Qualidade Ambiental Urbana				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Ampliação da Rede de Coleta de Esgoto Domiciliar	Redução de 40% do déficit apurado em 2003 até o ano de 2015 e ligações adicionais em função do crescimento populacional	Efetuar ligações domiciliares de esgotos em 32,1 mil moradias até 2015	Corsan e órgãos municipais de saneamento	Sops, Corsan, Sema e prefeituras
Tratamento e Destinação de Esgotos Domiciliares e Industriais	Tratamento e destinação de esgotos domiciliares e industriais	Tratar esgotos da rede domiciliar e industrial coletada em 100% dos domicílios e indústrias urbanas	Corsan e prefeituras	Pró-Saneamento – Prosanear
Tratamento e Destinação de Resíduos Domiciliares e Industriais Não-perigosos	Tratamento e destinação de resíduos domiciliares e industriais não perigosos	Coletar e destinar adequadamente 100% dos resíduos domiciliares e industriais não perigosos Implantar seis aterros sanitários	Sops, Corsan, Sema e prefeituras	Programa de Ação Social em Saneamento (PASS/BID), Pró-Saneamento – Prosanear, Financiamentos externos e projetos de MDL

## Outros Projetos de Interesse da Região

O Plano Estadual contempla um conjunto de outros projetos, não diretamente ligados às estratégias regionais definidas, mas que também suprem suas necessidades (**Quadros 2.3.17 a 2.3.23**). Estes Programas e Projetos pertencem a três áreas:

- ♦ Inclusão Social, com ações em educação, saúde, habitação, saneamento e combate à pobreza, que abrange a totalidade das demandas urbanas e rurais da Região, até o ano-horizonte de 2015.
- ♦ Manutenção do Potencial Ambiental, com ações de criação e consolidação de áreas protegidas e indígenas.
- ♦ Capacitação para o ordenamento territorial.

### INCLUSÃO SOCIAL

Estes projetos constam da Estratégia 3 do Plano Estadual. As demandas e recursos aqui estimados não incluem os projetos dos pólos urbanos, anteriormente descritos. Trata-se do atendimento do restante da população urbana e rural da Região. Ou seja, as demandas e os recursos totais para a Região são o somatório destes ora estimados e daqueles dos pólos urbanos.

**Quadro 2.3.17 – Projetos de Interesse – Programa Melhoria do Atendimento em Educação Básica**

Programa: Melhoria do Atendimento em Educação Básica				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Eliminação do Analfabetismo	A análise dos dados por faixa etária confirma que a universalização do Ensino Fundamental tem empurrado o analfabetismo para as idades mais avançadas, ou seja, o problema é de estoque e não mais de fluxo. Portanto, é possível ter por objetivo eliminar o analfabetismo existente em parte da população da Região	Atender às demandas de 33,57 mil pessoas até 2015		Orçamentos dos três níveis de governo: federal, estadual e municipal
Escola em Tempo Integral	As políticas de correção de fluxo, que levam à eliminação da distorção série/idade e à redução do número de anos para o percurso de cada nível de ensino apóiam-se no pressuposto de que todos os alunos conseguem desenvolver as competências requeridas pela escola, se lhes forem dadas as oportunidades de aprendizagem. Programas de reforço escolar, na forma de atividades pedagógicas diversificadas, em turno contrário ao da escola, aumentam as probabilidades de sucesso dos alunos com dificuldades de aprendizagem e são uma parte importante das políticas de correção do fluxo	Atender às demandas estimadas de 42,45 mil alunos até 2015	SEC e prefeituras	SEC e prefeituras
Avaliação de Desempenho	Implantação de um processo de avaliação externa das escolas estaduais, mediante a aplicação de instrumentos de medida de desempenho dos alunos em provas baseadas em competências e questionários de avaliação do contexto para alunos, pais e comunidade escolar, a cada dois anos, atingindo 5% dos alunos matriculados em cada COREDES	Avaliar, no Ensino Fundamental, 10,89 mil alunos até 2015 e no Médio, 1,67 mil alunos até 2015		
Atendimento à Demanda por Ensino Básico	A oferta de matrículas no Ensino Fundamental é dever do Estado. A oferta de matrículas no Ensino Médio é imperativa do desenvolvimento pessoal, direito individual também garantido pela Constituição Brasileira	Atender 100% das crianças de 7 a 14 anos pelo Ensino Fundamental (131,33 mil alunos até 2015) e de 80% dos jovens de 15 a 17 anos pelo Ensino Médio (39,15 mil até 2015)	Ministério da Educação, SEC e prefeituras	

**Quadro 2.3.18 – Projetos de Interesse – Programa Melhoria do Atendimento em Saúde**

Programa: Melhoria do Atendimento em Saúde				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Ampliação de Empregos Médicos	Bons indicadores de leitos, médicos e enfermeiros de nível superior permitem estender e aprofundar programas e ações em saúde pública	Atingir o coeficiente de 10,3 empregos médicos por 10 mil habitantes, média do Estado, em todos os COREDES; 65 empregos até 2015	Ministério da Saúde, SES e prefeituras	Orçamentos dos três níveis de governo
Ampliação de Empregos de Enfermeiros	A disponibilidade de enfermeiros de nível superior convive com boa oferta de auxiliares de enfermagem de nível médio, profissionais absolutamente necessários aos programas de atenção à saúde da população	Atingir o coeficiente de 5,6 empregos de enfermeiros por 10 mil habitantes, média do Estado, em todos os COREDES; 133 empregos até 2015	Ministério da Saúde, SES e prefeituras	Orçamentos dos três níveis de governo
Expansão do Programa Saúde da Família - PSF	O PSF permite ampliar e qualificar a atenção básica prestada no Rio Grande do Sul pelos municípios	Aumentar a cobertura do Programa para 50% da população em 2007; 70% em 2011; 80% em 2015; 501 equipes até 2015	Ministério da Saúde, SES e prefeituras	Ministério da Saúde, SES e prefeituras

**Quadro 2.3.19 – Projetos de Interesse – Programa Melhoria das Condições de Habitação**

Programa: Melhoria das Condições da Habitação				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Redução do Déficit Habitacional Urbano	O investimento no setor habitacional é prioritário, tendo em vista seu impacto social e econômico, tanto para a indústria local, como na geração de empregos para a força de trabalho menos qualificada. Atendimento à demanda por moradia das novas famílias resultantes do crescimento demográfico, destinados a famílias com renda per capita mensal de até cinco salários mínimos	Construir unidades residenciais nas zonas urbanas de forma a eliminar 35% do déficit existente até 2015. Acompanhar os números da variação demográfica, com construção de 10,2 mil habitações até 2015	Sehadur e Cohab	Orçamento estadual e SFH
Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios	Garantia de acesso das populações urbana e rural à moradia com qualidade e conforto mínimos, vinculada aos serviços de infra-estrutura básicos (água, esgoto e energia elétrica)	Eliminar 35% do déficit existente até 2011. Construir 652 unidades sanitárias até 2011	Sehadur e Cohab	Orçamento estadual
Redução do Número de Domicílios com Densidade Excessiva	Garantia de acesso das populações urbana e rural à moradia com qualidade e conforto mínimos, com redução de densidade onde há mais de três moradores por dormitório	Reduzir em 17,5%, sendo 20% até 2007, 40% até 2011 e 40% até 2015. Atender a demandas de 1,1 mil moradias até 2015	Sehadur e Cohab	Orçamento estadual

**Quadro 2.3.20 – Projetos de Interesse – Programa Ampliação do Atendimento em Saneamento Básico**

Programa: Ampliação do Atendimento em Saneamento Básico				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Rede de Distribuição de Água	Ampliação da rede para atender aos novos domicílios urbanos decorrentes do equacionamento do déficit habitacional e do crescimento demográfico	Acompanhar os números da variação demográfica. Demandas de 62,39 mil domicílios até 2015	Sops, Sema, Corsan e prefeituras	Orçamento estadual e cobrança pelo uso da água recentemente regulamentada
Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos	Trata-se de programa essencial para a qualidade de vida da população	Manter a taxa de cobertura em índices próximos a 100% nas zonas urbanas do Estado, mediante inclusão nos roteiros de coleta dos novos domicílios urbanos decorrentes do crescimento demográfico e equacionamento do déficit habitacional. Demandas de 62,39 mil domicílios até 2015	Sops e prefeituras	Orçamento estadual e municipais

**Quadro 2.3.21 – Projetos do Programa de Combate à Pobreza**

Programa: Programa Combate à Pobreza				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Renda Básica	Adicionalmente aos programas desenvolvidos, pela Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Rio Grande do Sul, às ações de saúde pública e de educação básica com conteúdo de combate à pobreza, é justificável um programa de repasse de renda com foco na população que se situa abaixo da linha de indigência	Complementar os rendimentos das pessoas, acima de 10 anos de idade, com renda inferior a ¼ do salário mínimo, a fim de que alcancem o piso de um salário mínimo per capita. Nos anos subsequentes a 2007, estimou-se que a população que receberá este apoio permanecerá nos mesmos patamares, o representando um aumento de renda média, já que as populações urbanas tendem a crescer. Demandas de 5,3 mil pessoas até 2015	STCAS e prefeituras	

**Quadro 2.3.22 – Projetos do Programa de Manutenção Ambiental**

Programa: Manutenção do Potencial Ambiental				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Redução do Uso de Agroquímicos	Redução sistemática do uso de agroquímicos em todas as culturas, prioritariamente em culturas mecanizadas de milho, seguidas da fruticultura, através de programas de capacitação de produtores para o cultivo de produtos satisfatórios ao mercado consumidor e que causem menos danos ao meio ambiente. Implementar o controle e a fiscalização das atividades agrícolas que exijam forte demanda de agroquímicos para o seu cultivo. Treinar agricultores para o uso correto de agroquímicos. Capacitar técnicos e responsáveis técnicos, com ênfase na legislação específica. Fiscalizar o cumprimento das normas que institui o receituário agrônomo no controle e uso de agroquímico. Desenvolver pesquisas para desenvolver o manejo integrado de pragas e doenças	Realizar cursos anuais de capacitação para técnicos Cursos continuados de capacitação para produtores. Contratar estudos específicos para demandas identificadas na região a respeito do controle de pragas e doenças com redução ou eliminação do uso de agroquímicos	SAA, Sema e outros	Programa: Agricultura Familiar no Contexto do Desenvolvimento Local Sustentável, Primeiro Empréstimo Programático para a Sustentabilidade Ambiental e Produtab
Restauração de Matas Ciliares	Restauração da vegetação às margens e no entorno dos corpos hídricos em bacias hidrográficas do Estado. Os recursos previstos para este projeto derivam das implantações de grandes empreendimentos nas bacias hidrográficas e os conflitos previamente identificados em cada uma delas. Plantio de mata ciliar ao longo dos principais cursos d'água da bacia hidrográfica. Termo de compromisso com empreendedor. Negociação com o agricultor. Monitoramento e fiscalização	Restaurar a mata ciliar ao longo dos cursos d'água das 3 bacias hidrográficas principais que ocorrem na região	Sema/Defap, Fepam, SAA e Emater	Recursos de Reposição Florestal, previstos por legislação específica quanto às compensações pela implantação de grandes empreendimentos no RS
Criação de APAS nos Afloramentos Porosos do Aquífero Guarani	Elaboração e implementação de marcos técnicos e institucionais comuns para o conhecimento, gerenciamento e preservação deste aquífero, que extrapola a região e o país. Esta preservação impõe-se em especial pelas pressões das culturas empresariais que utilizam intensa mecanização, agroquímicos e irrigação	Controlar usos e atividades impactantes ao aquífero Controlar usos e atividades impactantes ao aquífero Criar de APA nas áreas de afloramento poroso	Sema, Fepam, FZB e Sops (Pró-Rio Uruguai)	Probio, Funbio e Projeto Sistema Aquífero Guarani
Incentivos a Sistemas de Plantio Eficientes no Uso da Água	Desenvolvimento e implementação de programas mais eficientes para melhoria do manejo, avaliação de novos cultivos de arroz; fomento à experimentação de novos programas de cultivo com redução do uso da água na irrigação	Adequar com o Programa Ambiental elaborado para o Estado	SAA, Sema, Fepam e Emater	Orçamento Estadual e Emater

**Quadro 2.3.23 – Projetos do Programa de Capacitação para o Planejamento Territorial**

Programa: Capacitação Para o Planejamento Territorial				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Capacitação das Estruturas Regionais para o Planejamento Territorial	É importante capacitar melhor as estruturas regionais setoriais e COREDEs para viabilizar a continuidade das atividades de planejamento e ordenamento territorial durante a fase de implementação das propostas deste estudo	Implantar os projetos em 2006. Manter e monitorar dos projetos até 2015	Governo do Estado e IES	Orçamento estadual
Capacitação de Pessoal para o Planejamento Territorial	A contínua capacitação do capital humano dos órgãos setoriais e das prefeituras municipais para o planejamento e ordenamento territorial é condição para a manutenção da qualidade destas atividades	Realizar anualmente ciclo de formação para 50 participantes, com seminários e oficinas de trabalho, com encontros mensais de dois dias cada. Os encontros mensais deverão ser realizados de forma itinerante, buscando uma melhor percepção das diversas realidades regionais pelos participantes	SCP	Orçamento estadual, Ministério das Cidades e financiamentos externos (BID, Bird), dentro de um projeto amplo de modernização da administração, como o que beneficiou estruturas de arrecadação



## 2.4 – Região Funcional de Planejamento 4

A Região Funcional 4 é coincidente ao COREDE Litoral, que a compõe isoladamente, pois, embora situada no entorno metropolitano, guarda características peculiares quanto às fragilidades ambientais, de tendências à conurbação litorânea e de especialização como área turística. **(Figura 2.4.1)**. A Região é caracterizada por forte sazonalidade da atividade turística e pela presença marcante, na faixa litorânea, de residências secundárias.

A população visitante nos meses de verão é de mais de um milhão de pessoas, ou seja, o triplo da população permanente. O Censo de 2000 constatou a existência, nos principais balneários<sup>1</sup>, de 67,98% de domicílios desocupados. Comparando com os dados de 1991, observa-se um leve recuo na proporção de domicílios desocupados, pois, naquele ano, essa taxa era de 68,56%<sup>2</sup>. Assim, há dois tipos de turistas que buscam a Região: o viajante tradicional e o proprietário de residência secundária<sup>3</sup>.

Na classificação regional, foi considerada como área “Em Dificuldade”, pois apresenta grau de desenvolvimento baixo, menores potencialidades socioeconômicas e ambientais e situação social deficiente, todos com baixos valores frente às médias estaduais.

Situada totalmente na Bacia do Litoral, limita-se, ao norte, com as Regiões 1 e 3, e, da porção central rumo ao sul, conforma uma faixa terrestre contida entre o Atlântico, a leste, e a Laguna dos Patos, a oeste, tendo acessos descontínuos pela BR-101.

**Figura 2.4.1 – Municípios e COREDE da RF 4**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

<sup>1</sup> São eles: Capão da Canoa, Imbé, Tramandaí, Torres e Xangri-lá. Em 2000, nesses municípios, havia cerca de 72 mil domicílios desocupados (IBGE, 2000, citado por STROHAECKER, 2005).

<sup>2</sup> T. Strohaecker faz uma análise da urbanização do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, mostrando a forma como o mercado de residências secundárias evoluiu desde os anos 50 (STROHAECKER, T. A urbanização no Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul: subsídios para o gerenciamento costeiro integrado. Porto Alegre: UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Geociências, 2005. Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Geociências).

<sup>3</sup> O proprietário de residência secundária no Litoral é conhecido como veranista (“aquele que passa o verão num lugar aprazível”), devido à origem da ocupação da faixa litorânea, com loteamentos destinados a atender sua demanda e os hábitos de ali residir no período de dezembro a fevereiro.

## Tendências Recentes da Região Funcional 4

São analisados os desempenhos recentes da Região no que diz respeito à dinâmica econômica, demográfica e de urbanização, às infra-estruturas disponíveis, ao grau de desenvolvimento social, às potencialidades ambientais, à informação e conhecimento, às disponibilidades financeiras e à capacidade empreendedora e atrativa, como síntese das aptidões e restrições identificadas como relevantes e que se constituirão nos fatores que poderão contribuir ou obstaculizar seu desempenho futuro.

**Desempenho Econômico:** A Região é responsável por 1,46% do PIB do Rio Grande do Sul (2002). Sua participação nos PIBs setoriais do Estado está assim distribuída (2002):

- ◆ Agropecuária: 1,73%
- ◆ Indústria: 0,25%
- ◆ Comércio: 1,34%
- ◆ Serviços: 2,77%

Tem apresentado um dos piores desempenhos econômicos do Rio Grande do Sul. Detém a menor participação em relação ao PIB industrial do Estado, o mesmo se repetindo em relação ao comércio e aos serviços. A composição do PIB regional por setores é a seguinte:

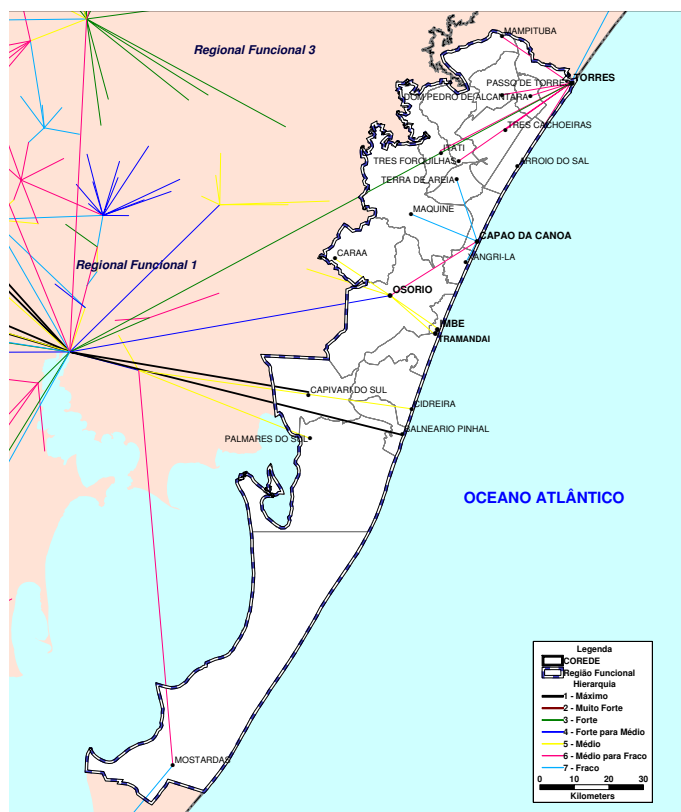
- ◆ Agropecuária: 17,76%
- ◆ Indústria: 7,08%
- ◆ Comércio: 8,26%
- ◆ Serviços: 66,90%

A indústria perdeu velocidade e responde, hoje, por pouco mais de 7% do PIB regional. Na cadeia petroquímica, há a presença da fabricação de plásticos, ou seja, de um dos elos menos demandantes de qualificação para a produção. Os demais segmentos industriais presentes são tecnologicamente maduros, como produtos cerâmicos, processamento de madeira e curtumes, além de ter participação reduzida no contexto estadual.

Na agricultura, destacam-se o arroz, com quase 8% da produção gaúcha, embora com produtividade e taxa de expansão em declínio; as frutas, com 4,53%, também com produtividade em declínio, embora com expansão; e a madeira, com 4,62% e em expansão.

**Desempenho Demográfico e da Rede Urbana:** A Região é composta por 21 municípios, contando com uma população total (2000) de 243.411 habitantes, que correspondem a 3,2% da população do Rio Grande do Sul. Cerca de 78% da população é urbana, distribuída em cidades de até 50 mil habitantes. A principal característica regional é a ocupação sazonal. Recentemente, em maio de 2004, por meio da Lei Complementar 12.100, foi criada a Aglomeração Urbana do Litoral Norte, abrangendo 20 municípios, com o objetivo de realizar a gestão de funções públicas,

Figura 2.4.2 – Polarização e Hierarquia Urbana na RF 4



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

como transporte, organização territorial e turismo, entre outras.

É a Região que mais cresce em termos populacionais no Estado. Na década de 1990, cresceu a uma taxa de 4,8% a. a.. Parte substancial desse crescimento deve-se à imigração de pessoas aposentadas para o litoral norte do Estado e de jovens com baixo rendimento à procura de empregos temporários. O saldo migratório foi positivo em quase toda a Região no período de 1995-2000. Do total de quase 40 mil imigrantes que entraram na Região, metade teve origem na Região Funcional 1. Do total das saídas, 34% tem como destino a própria Região e quase 40% a Região Funcional 1.

A urbanização tem alcançado as mais altas taxas positivas do Estado (4,4% a.a.), demonstrando uma ampliação dos 21 centros urbanos que a compõem.

A rede urbana hierarquizada comparece com três níveis de tamanho de municípios constituintes: a maior parte são 10 pequenos municípios até 5 mil habitantes, que concentram 8,4% da população urbana e têm papel no apoio à população rural. A seguir, seis municípios entre 5 mil a 10 mil habitantes, concentram 23,3% da população urbana; e, finalmente, no terceiro nível, cinco municípios entre 10 mil e 50 mil habitantes (Osório, Capão da Canoa, Tramandaí, Torres e Imbé) concentram 68,3% da população urbana. A **Figura 2.4.2** registra a polarização urbana na Região, onde destacam-se os cinco pólos principais.

#### Desempenho do Emprego e Renda:

O desempenho econômico reflete-se nos níveis de absorção da população em postos de trabalho e na renda por ela apropriada. O nível de formalização do trabalho está abaixo da média estadual em todos os setores. Os empregados com carteira assinada representam 39% de todo o pessoal ocupado no Estado, enquanto que na Região montam cerca de 27%.

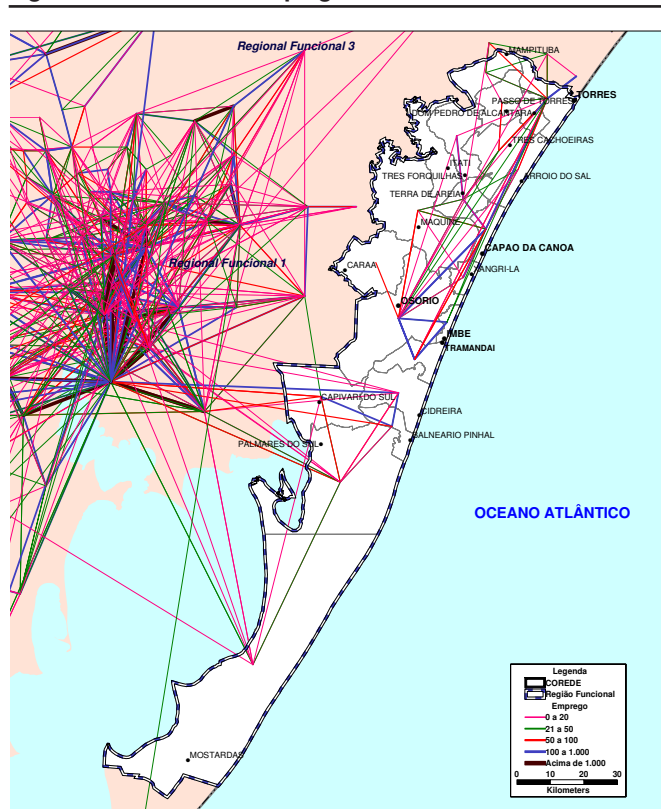
Como seria de se esperar numa Região eminentemente turística, metade do pessoal ocupado dedica-se ao comércio e serviços, tendo crescido a uma taxa anual de 5,64% entre 1991 e 2000. Grandes empreendimentos imobiliários devem impactar a ocupação de mão-de-obra na construção civil, o que ainda não está espelhado nos dados censitários.

Especialmente, incidem três bacias de emprego, como registra a **Figura 2.4.3**: a formada pela polarização de Osório, Capão da Canoa e Torres, ao norte; a formada pela porção central regional polarizada pela metrópole e a porção sul, polarizada por Pelotas-Rio Grande.

Em 2000, a renda média mensal da Região era de R\$ 288,02, ocupando o sexto lugar entre as rendas médias regionais. Cerca de 20% das famílias possuíam, na mesma época, rendimento per capita de até dois salários mínimos, indicando uma situação desfavorável em relação à média do Estado.

**Desenvolvimento Social:** Quando se analisa a existência de habitações subnormais na Região, verifica-se que os domicílios nesta situação correspondem a cerca de 0,2% dos domicílios totais. Em relação às condições de saneamento domiciliar (água, esgoto e lixo), a Região Funcional tem uma situação não-homogênea em comparação com as médias estaduais. Assim, menos de

Figura 2.4.3 – Bacias de Emprego na RF 4

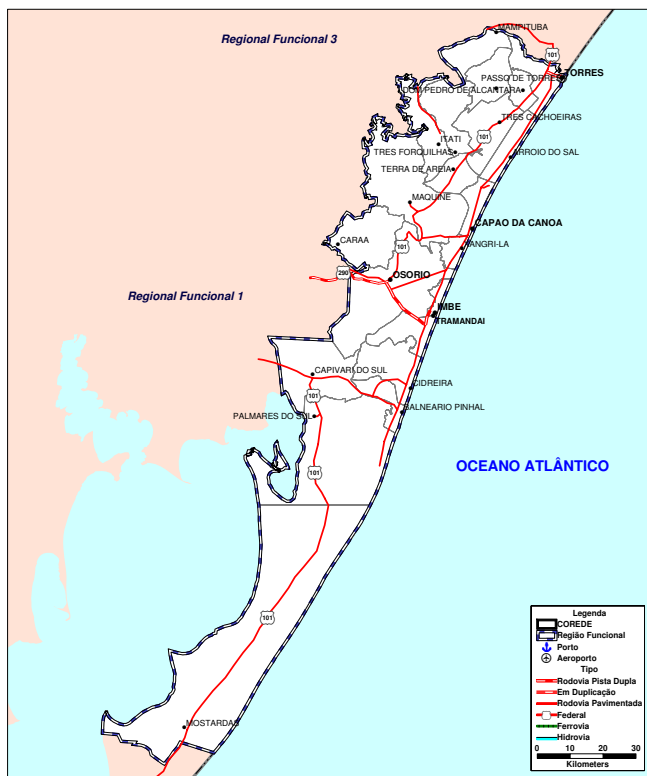


Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

66% dos domicílios estão ligados à rede geral de abastecimento d'água, 17% à rede de esgoto, enquanto que cerca de 87% do lixo domiciliar é coletado pelo serviço público.

A situação regional em relação à educação é mais ambígua. Apesar de se colocar dentro da média do Estado no que se refere à taxa de escolarização bruta dos ensinos infantil, fundamental e médio, apresenta uma das piores situações em relação à distorção série-idade, que, no ensino fundamental, tem permanecido estável, cerca de 10% acima da média estadual. No caso do ensino médio, a situação é mais crítica, visto que a distorção tem aumentado, ao contrário da média do Estado que, apesar de tênue, tende a ceder. No ensino superior, a Região apresenta a menor taxa bruta de escolarização, com 11%, tendo, em contrapartida, uma das maiores taxas de crescimento das matrículas nos últimos anos.

Figura 2.4.4 – Estrutura Viária na RF 4

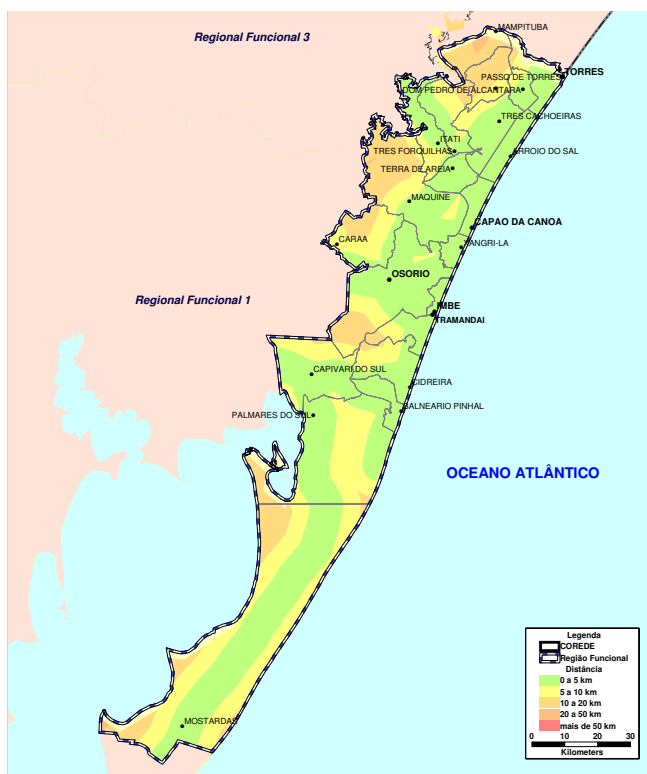


Fonte: Secretaria Estadual de Transportes, 2004

### Desempenho das Infra-estruturas:

**Transportes:** A estrutura viária regional forma, na porção norte, uma malha quadrangular, visualizada na **Figura 2.4.4**, apoiada por dois eixos norte-sul (a BR-101, vinda de Santa Catarina e se interrompendo em Osório, e a RS-389, mais litorânea, seguindo até a porção central, onde também se interrompe). Transversais a elas, estão as duas vias que conectam a Região à metrópole, de onde vêm os fluxos sazonais (a BR-290, que, chegando a Osório, se desdobra em três rumos – RS-407 para Capão da Canoa, RS-389 para Imbé e RS-030 para Tramandaí – e a RS-040, que serve de articulação entre a BR-101 e a RS-389, interrompidas). Está prevista a construção da RS-486 (Rota do Sol), que fará a conexão da Região à Região 3. Rumo ao sul, só há o eixo da BR-101, com trechos centrais sem asfaltação. A estrutura regional é considerada eficiente, já que a porção norte, onde se concentra a população, tem boa acessibilidade.

Figura 2.4.5 – Acessibilidade a Rodovias Principais na RF 4

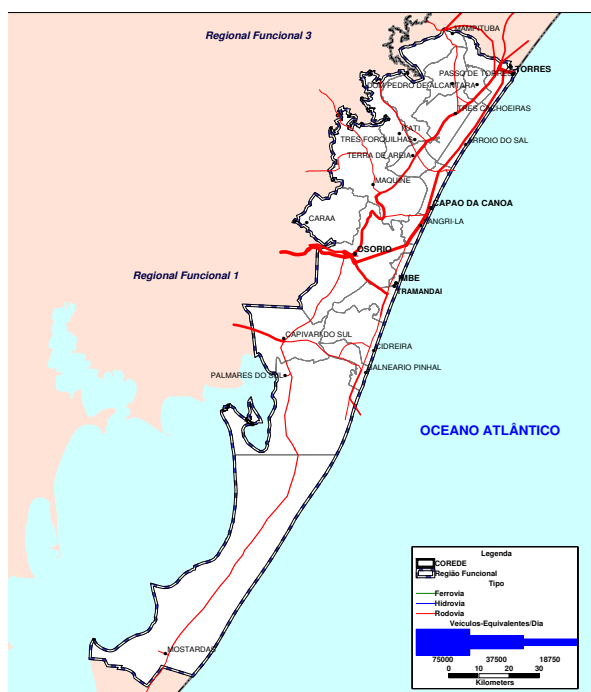


Fonte: Secretaria dos Transportes, 2005; Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Com essas estruturas, várias porções da Região, no norte e na área central, mas especialmente no sul, têm acessibilidade baixa, com distâncias de mais de 20 quilômetros para alcançar vias principais do Estado, como registra a **Figura 2.4.5**.

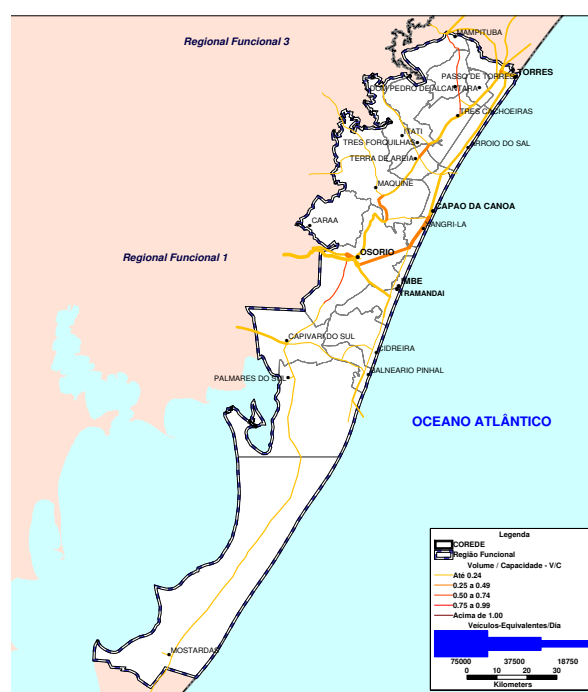
Os fluxos originados em direção à Região ocasionam muitas linhas de desejo, visualizadas

Figura 2.4.6 – Carregamentos Rodo-Ferro-Hidroviário na RF 4 (Veículos-Equivalentes/Dia)



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe– HLC

Figura 2.4.7 – Carregamentos Rodoferroviários Regionais: Gargalos na RF 4 (Veículo/Capacidade)



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe– HLC

na **Figura 2.4.6**, onde estão mapeadas as viagens equivalentes de ônibus, caminhões e automóveis que ocorrem entre as várias origens e destinos na Região e fora dela. Estas rotas ocasionam carregamentos de transportes das rotas rodoviárias da Região, registrados na **Figura 2.4.7**, onde observam-se alguns gargalos. Por conta desses grandes fluxos, alguns trechos estão próximos ao limite das capacidades, constituindo-se em gargalos de nível regional e mesmo nacional, como registra o **Quadro 2.4.1**.

Também há quatro municípios sem acesso asfaltado na Região: Dom Pedro de Alcântara, Três Forquilhas, Itati e Mampituba, no limite com Santa Catarina, e Caráá, na porção central.

Quadro 2.4.1 – Gargalos em Transportes – RF 4

Trechos com capacidade esgotada	
Regional	RS-453 (Trecho Praia Grande – BR-101)
Nacional	RS-494 (Trecho Três cachoeiras – Morro Azul)
Nacional	RS-494 (Trecho Morro Azul – Torres)
Nacional	RS-494 (Trecho Torres – Praia Grande)
Pavimentação precária	
Nacional	BR-101 (Trecho Palmares do Sul – Bacopari)
Nacional	BR-101 (Trecho Bacopari – Mostardas)
Regional	RS-486 (Trecho Aratinga – Itati)
Regional	RS-486 (Trecho Itati – Terra de Areia)
Regional	RS-786 (Trecho Pinhal – Quintão)
Regional	RS-786 (Trecho Jardim do Éden – Cidreira)
Regional	RS-786 (Trecho Cidreira – Pinhal)
Regional	BR-101 (Trecho Capivari – Palmares do Sul)

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe– HLC

**Energia:** Do ponto de vista da transmissão, várias linhas de média e baixa capacidade (de 230 kV a 69 kV) atravessam seu território, suprindo adequadamente os consumos crescentes de aproximadamente 494 mil MWh, em 2000, para 535 mil MWh, em 2003 (2,7% a.a.), positivos em relação ao decréscimo que o PIB regional apresentou no período 1990/2002 (-1,45% a.a.). Os maiores consumos concentram-se nos centros urbanos principais, como registra a **Figura 2.4.8**.

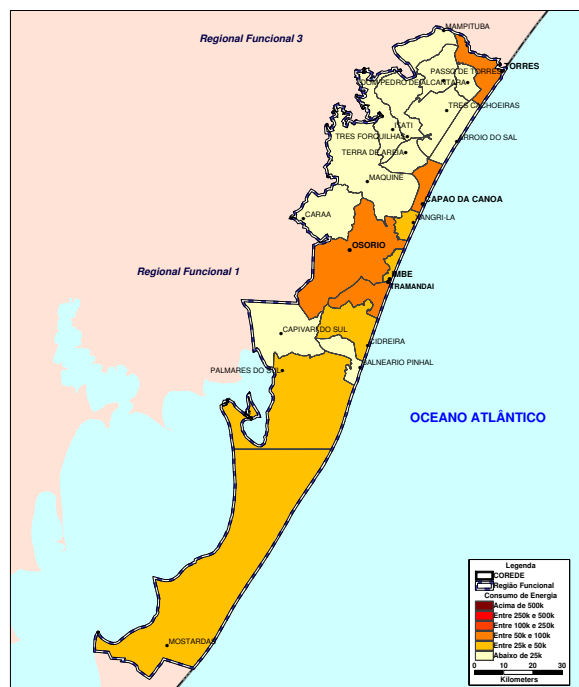
Do ponto de vista da rede de distribuição, 99% dos domicílios urbanos contam com atendimento na Região, com este indicador na área rural sendo próximo de 97%. Porém, espacialmente, há municípios onde os atendimentos urbanos e rurais estão bem abaixo dessas médias. No entanto, não há gargalos de linhas de transmissão para a Região e o nível de serviço de suprimento energético está dentro dos padrões estabelecidos pela Aneel. **(Figura 2.4.9)**

**Telecomunicações:** Em termos de telefonia, a análise se divide em fixa e móvel, embora a primeira seja mais importante pela possibilidade atual de uso da internet em bases mais acessíveis. A densidade de telefonia fixa apresenta-se baixa em quase toda a Região, exceção aos municípios da faixa litorânea ao norte, onde a atividade balneária tem pressionado por esses serviços. Assim, a densidade média é de 33 aparelhos/100 habitantes, acima da média estadual de 24,6/100, enquanto há porções territoriais que não alcançam 5/100. A situação agrava-se quando se considera as condições urbanas e rurais relativas a esse serviço: enquanto cerca de 54% dos domicílios urbanos contam com ele, apenas 11% dos rurais o tem.

Na telefonia móvel, a área de registro da Região, que agrega toda a porção metropolitana, apresenta uma densidade de 62,5 pontos de acesso/100 habitantes, a maior do Estado, superior à média estadual, de 55,8/100 habitantes. Embora esse atendimento melhore o nível de comunicações da Região, para efeito social e de negócios, ressalta-se que neste tipo de telefonia o acesso à internet, hoje, é praticamente impossível pelos altos custos, reduzindo-se as oportunidades de acesso ao conhecimento e inovações que possam modernizar o campo. O acesso a conhecimento e informações também pode ser focado pela existência de linhas de transmissão de dados. Neste ponto, a Região, apesar de contar com *backbone* comercial que vem de Porto Alegre e passa por Torres rumo a Santa Catarina, não dispõe do acesso deste aos seus principais centros urbanos.

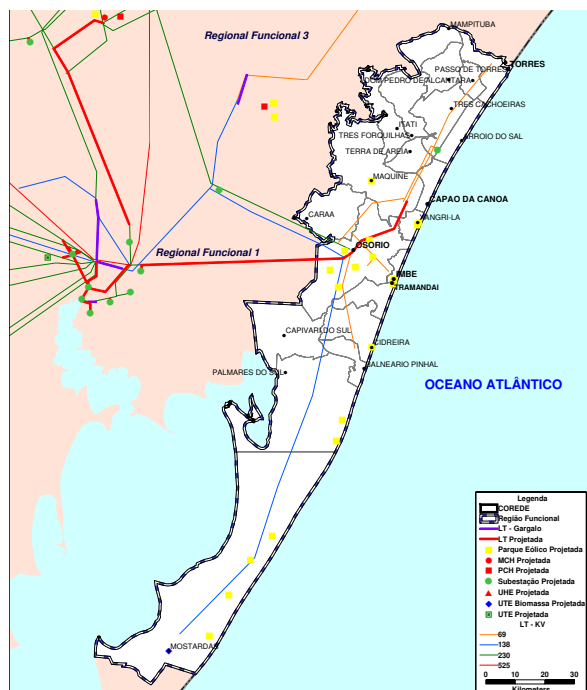
**Macrossaneamento:** Em termos de macrossaneamento, embora os quatro maiores centros urbanos regionais (Osório, Capão da Canoa, Torres e Tramandaí) contem com populações entre 56 e 67 mil habitantes, situando-se abaixo do limite prioritário do estudo para tratamentos de esgoto e resíduos, o rápido crescimento populacional destes centros vai exigir este serviço a curto prazo. A situação do saneamento básico já é crítica nos centros urbanos e, embora estas cidades recebam tratamento da totalidade dos esgotos coletados, o percentual coletado é muito baixo, de apenas 17,4% dos domicílios urbanos, entre os menores índices do Estado. Conseqüentemente, 83% deles ou dispõem de efluentes em fossas, com lençóis freáticos

**Figura 2.4.8 – Consumo de Energia na RF 4**



Fonte: FEE, 2003

**Figura 2.4.9 – Linhas de Transmissão e Unidades de Geração Energética na RF 4**



Fonte: Ceee, 2005; AES-Sul, 2005 e RGE, 2005

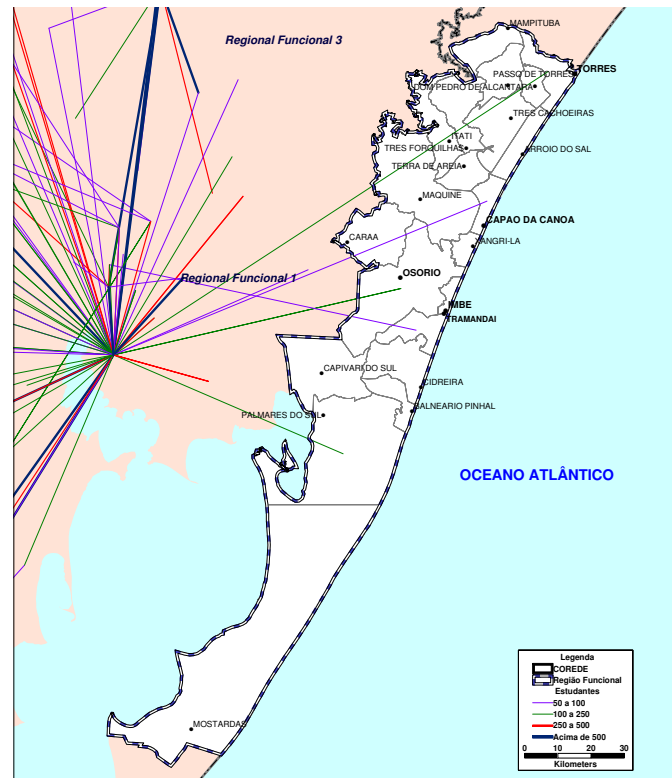
aflorantes, no caso do Litoral, o que impõe condições sanitárias precárias, ou são jogados *in natura* nos rios, ambos contribuindo para a deterioração das condições sanitárias. Processamentos intermunicipais de resíduos, inclusive os oriundos da rizicultura, serão recomendáveis.

**Potencial de Produção de Conhecimentos:** Os indicadores referentes a informação e conhecimento da Região são muito inferiores aos do restante do Estado, ficando abaixo das médias gaúchas. São baixos a participação nos grupos de pesquisa do CNPq, o número de pessoas formadas em áreas técnicas e comerciais (0,71%), o número de pessoas frequentando universidade (5,2%), com acesso a computadores (6,7%) e ocupadas em informática (0,05%). No entanto, quando se considera os aspectos qualitativos, há que se destacar o papel das IES presentes na Região: Facos, em Osório, Ulbra, em Torres, Unisc, em Capão da Canoa, e Uergs, em Cidreira. A UFRGS mantém, em Imbé, um centro de pesquisas e de formação de professores, o Ceclimar, e a Fepagro dispõe de uma unidade com sede em Maquiné e extensão em Terra de Areia. No entanto, apesar desses *campi*, a Região é fortemente polarizada pelas universidades metropolitanas, como registra a **Figura 2.4.10**.

**Potencial Financeiro, Empreendedor e Atrativo:** A capacidade empreendedora da Região é, em contrapartida, bastante expressiva, visto que cerca de 4% das novas empresas gaúchas são sediadas em seu território, de acordo com dados da Junta Comercial para o período 2002-2004. Ou seja, uma quantidade mais que proporcional à sua importância relativa. A análise da posição na atividade principal do pessoal ocupado da Região Funcional 4 mostra uma alta proporção relativa de empregadores e trabalhadores por conta própria, o que explica parcialmente o desempenho regional em relação ao empreendedorismo e reforça a imagem de uma economia pouco estruturada.

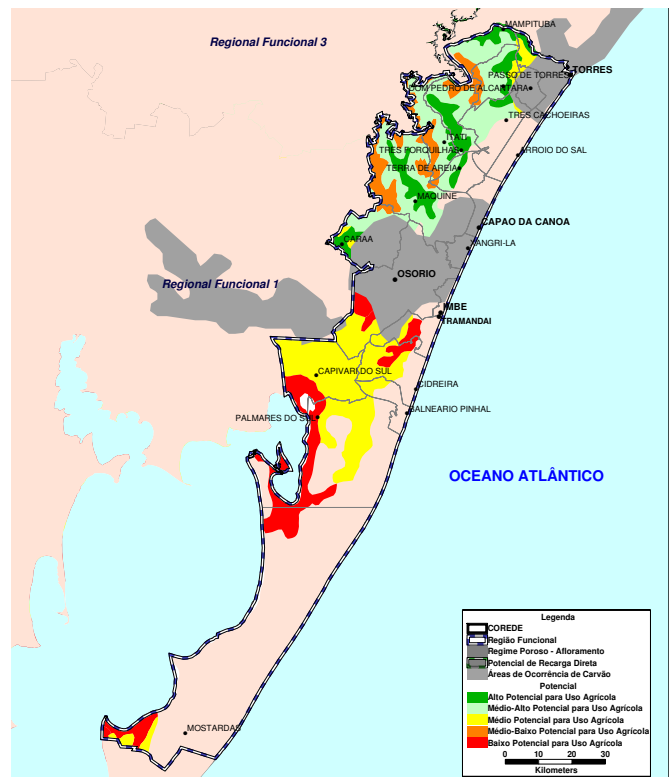
**Potencialidades e Restrições Ambientais:** É a área mais frágil do Estado. As lagoas, os banhados, as dunas e o Bioma da Mata Atlântica ocupam cerca de 35% do território e têm alto risco de poluição hídrica, mudança de regime das águas ou alteração de sua constituição física,

**Figura 2.4.10 – Polarização de Estudantes do Ensino Superior na RF4**



Fonte: IBGE, 2000; Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Figura 2.4.11 – Potencialidades Ambientais na RF4**



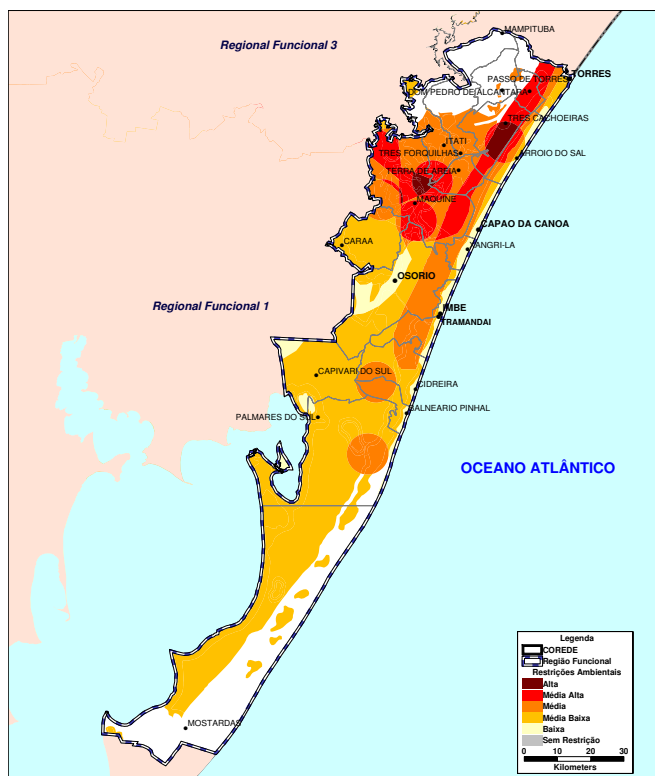
Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

pela destruição de coberturas vegetais e contaminações por esgotos e resíduos não tratados, provenientes de fortes pressões populacionais. As potencialidades e restrições ambientais estão registradas nas **Figuras 2.4.11 e 2.4.12**.

A destruição de vegetações vem eliminando dunas e drenando banhados. Apenas 18% do território ainda tem florestas nativas e 9% é ocupada por áreas protegidas ou indígenas, onde a preservação possui maiores condições de ocorrer. As pressões de ocupação que causam tais problemas tendem a se agravar pela duplicação da BR-101 e conclusão da Rota do Sol, exigindo prioridades no tratamento ambiental.

Unidades de conservação e áreas indígenas ocupam 9,45% do território, destacando-se o Parque Nacional da Lagoa do Peixe, a Reserva Ecológica da Ilha dos Lobos, o Parque da Guarita, a Reserva Biológica Serra Geral, o APA da Rota do Sol, o Banhado Chico Lomã, além das terras indígenas da Reserva Barra do Ouro, Fazenda Vargas, Varzinha, Três Forquilhas, Santo Antônio da Patrulha e três acampamentos indígenas.

**Figura 2.4.12 – Restrições Ambientais na RF 4**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Condições de Governança Regional:** A baixa coincidência de regionalizações setoriais nesse território é grande, causando dificuldades de governança. Os 21 municípios que compõem a Região pertencem a 33 diferentes regionais setoriais, que fragmentam seu território para efeito de planejamento e ação, requerendo, no mínimo, a participação de 81 agentes. É importante frisar, como em outras Regiões Funcionais, que o desenvolvimento regional para crescimento socioeconômico e superação de desigualdades exige ações empreendidas simultânea e concomitantemente no espaço para que as sinergias possam ocorrer. Por essa razão, a uniformidade nos territórios de planejamento setoriais é desejável, de modo que possam ocorrer ações concentradas e inter-relacionadas. Assim, um esforço do Estado para uniformizar essas regionalizações será desejável.

Por outro lado, o nível de empreendedorismo e associativismo regional deve ser ampliado, porém, imprimindo maior coordenação, liderança ou comando nas iniciativas por um ator principal, evitando-se falta de objetividade, esforços coincidentes e fragmentados ou falta de interlocução que leve às ações desejáveis. Assim, vários atores e participantes são importantes no desenvolvimento dessa Região e devem ser envolvidos em sua gestão para o desenvolvimento, como a associação de municípios (Amlinorte); associação de vereadores (Ascal); instituições de ensino superior (Unisc, Ulbra, Uergs, Facos e UFRGS); sindicatos de hotéis, de trabalhadores e patronais em Torres, Tramandaí e Osório; pescadores; ONGs (Anama, Onda Verde, Farol da Terra, Fundest); comitês de bacias (Mampituba, Tramandaí), além da Agência de Desenvolvimento do Litoral Norte.

Finalmente, outro fator concorrente à governança regional refere-se ao grau de êxito dos COREDEs em suas tarefas de articular essas várias estruturas setoriais governamentais, assim como os vários agentes presentes. O grau de êxito do COREDE Litoral alcançou desempenho médio inferior, o que requer fortalecimento de sua atuação. Os COREDEs, até por decreto estadual, têm atuação reconhecida no planejamento regional, porém, dificultado, tanto pela diversidade territorial de agentes governamentais intervenientes, como pelo único papel solicitado a eles, de elaboração dos orçamentos anuais, o que encaminha seus esforços apenas para a seleção e alocação destes recursos e não para um planejamento estratégico na busca de soluções e recursos fora da esfera estadual.



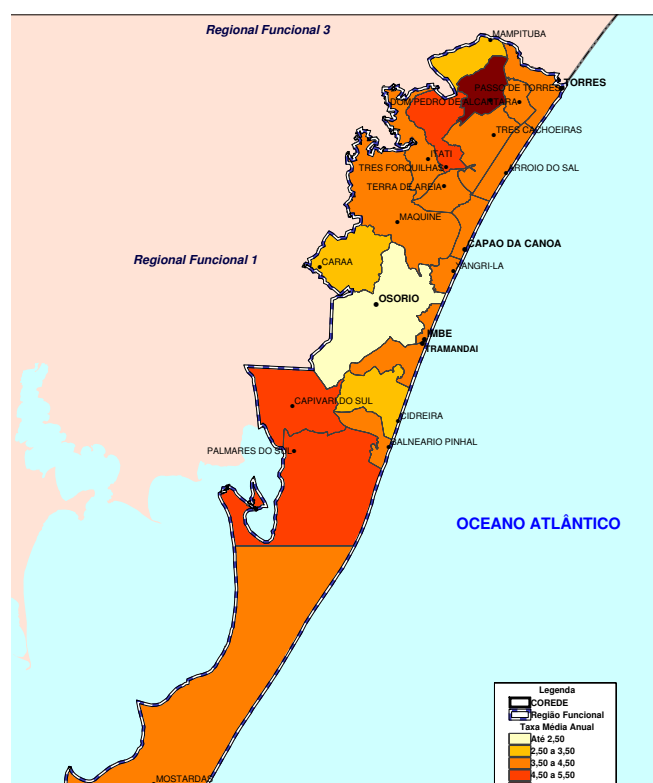
## Futuro Tendencial da Região Funcional 4

A persistirem as tendências socioeconômicas e demográficas recentes, as perspectivas para o futuro da Região apontam para uma pequena perda de participação da Região no PIB estadual e, devido ao forte fluxo migratório, o PIB per capita tende a cair ainda mais abaixo da média estadual, ampliando-se as desigualdades na renda.

**Desempenho Econômico:** O crescimento econômico do Rio Grande do Sul se traduzirá em aumento do PIB per capita em todas as Regiões, em termos absolutos, mas, quando se observa esse dado em relação à média estadual, verifica-se que a Região 4 aumenta sua desvantagem. De 57,7% em 2003, o PIB per capita regional passa a 49% da média estadual em 2015, cuja distribuição espacial é registrada na **Figura 2.4.13**.

Nas projeções de PIB do Cenário Tendencial, a Região crescerá abaixo da taxa do Rio Grande do Sul (3,6% a.a. contra 4,0% do RS). Comparando setorialmente, o setor agropecuário ganha participação em termos estaduais, crescendo a 4,9% a.a. (contra 2,5% do Rio Grande do Sul), assim como os setores de comércio (7,7% a.a. contra 5,1% do Estado) e industrial (15,6% a.a. contra 4,3%). No setor de serviços, porém, a Região crescerá a apenas 2,5% a.a., perdendo participação drasticamente no Estado, visto que este crescerá a 4,0%. Como este setor responde por 71% do PIB da Região, essa acaba perdendo participação no PIB estadual. No desempenho projetado, estão computados investimentos nos setores produtivos de cerca de R\$ 38 milhões (9% do total do Estado), objetos de incentivos e financiamentos por órgãos do governo, conforme a **Tabela 2.4.1**.

**Figura 2.4.13 – PIB Municipal per capita, 2003-2015 – RF 4 (Taxa Média de Crescimento Anual)**



Fonte: Cenário Tendencial – Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Tabela 2.4.1 – Investimentos Produtivos Confirmados – RF 4 (Em R\$)**

Segmento Produtivo	Litoral	Total
Agropecuária e atividades correlatas	200.000	200.000
Cultivo de Cereais	80.000	80.000
Fabricação e Montagem de Veículos	37.467.439	37.467.439
Total	37.747.439	37.747.439

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Setores Promissores:** A Região Funcional 4 é a de menor participação no VAB agregado do Estado, contribuindo com aproximadamente 1,5% deste valor. Por crescer menos que a média geral do Estado, tem sua participação reduzida em 2015 (para 1,4%). O setor mais relevante é o Agropecuário, que cresce 4,9% a.a. e tem sua participação no VAB Setorial aumentada em quase dois pontos percentuais. O setor de Serrarias, Madeira e Móveis experimenta um crescimento altíssimo entre 2003 e 2015 (27% a.a.), partindo de 0,3% e passando a contribuir com 2,5% do VAB deste setor no fim do período. Outro setor que cresce sensivelmente (17% a.a.) é o de Máquinas e Equipamentos, triplicando sua participação no VAB setorial, mas ainda tendo peso reduzido

dentro do Estado. No setor de serviços, destaca-se o Aluguel de Imóveis (setor com maior relevância dentro da Região, mas que apresenta a menor taxa média de crescimento anual dentre todos os setores da RF 4 – 0,6%). A **Tabela 2.4.2** mostra a participação estimada da Região no VAB de 2003 e de 2015 do Rio Grande do Sul nos 25 setores analisados no Cenário Tendencial.

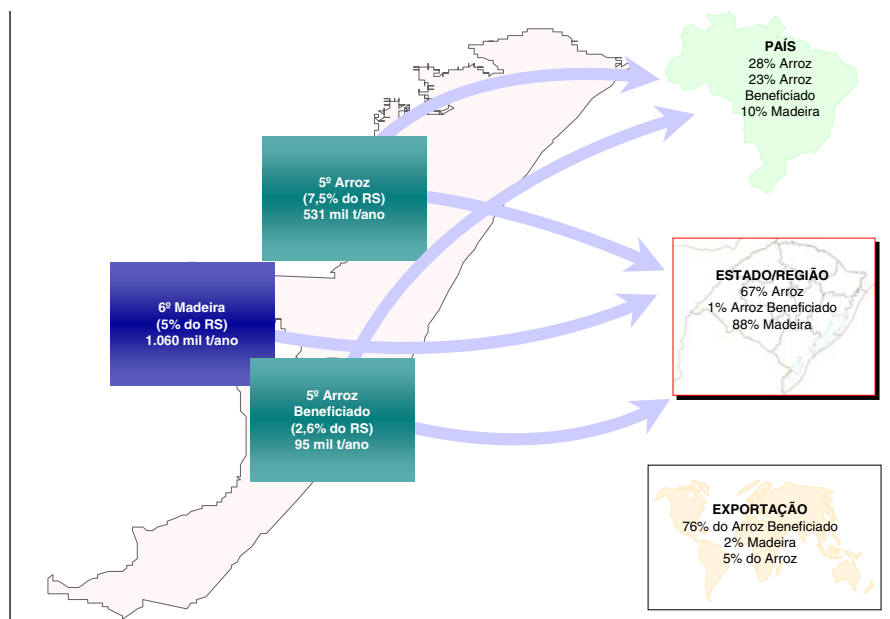
**Tabela 2.4.2 – VAB Setorial em 2003 e 2015 – RF 4**

Setores	2003		2015	
	% do Total da RF	% do RS	% do Total da RF	% do RS
Agropecuária	11.2	1.1	12.9	1.5
Indústria Metalúrgica	0.2	0.1	0.2	0.1
Máquinas e Equipamentos/Tratores	0.1	0.0	0.3	0.2
Material Elétrico	0.0	0.1	0.0	0.0
Material de Transportes	0.2	0.3	0.1	0.2
Serrarias, Madeira e Móveis	0.2	0.3	1.9	2.5
Papel e Gráfica	0.1	0.1	0.1	0.1
Química	0.3	0.1	0.5	0.1
Calçados e Couros	0.2	0.1	0.1	0.0
Produtos de Origem Vegetal	0.1	0.0	0.3	0.2
Abate e Preparação de Carnes	0.0	0.0	0.1	0.0
Leite e Laticínios	0.0	0.0	0.0	0.1
Óleos Vegetais	0.0	0.0	0.0	0.0
Demais Ind. Alimentares	0.1	0.1	0.1	0.1
Demais Indústrias	0.2	0.1	1.4	0.4
Serviços Utilidade Pública	0.2	0.2	1.5	0.9
Construção Civil	1.2	0.4	1.5	0.5
Comércio	5.9	0.9	9.4	1.2
Transporte	2.1	1.7	2.1	1.3
Comunicações	2.4	1.4	2.8	1.5
Instituições Financeiras	5.0	1.2	6.7	1.5
Serviços Prestados às Famílias	7.5	1.6	6.6	1.0
Aluguel de Imóveis	41.3	7.1	29.0	6.0
Administração Pública	20.2	2.5	21.1	2.7
Serviços Privados Não-Mercantis	1.5	1.9	1.4	1.9
Total	100.0	1.5	100.0	1.4

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Estimativa de Produtos de Grandes Volumes e Fluxos Inter-regionais:** Segundo as projeções do Componente 2 – Logística de Transportes, realizadas de acordo com a matriz origem-destino dos produtos de grande volume, as estimativas para 2015 das principais produções regionais são apresentadas nas **Figuras 2.4.14 a 2.4.17**

**Figura 2.4.14 – Estimativa das Produções e Movimentações de Produtos de Grandes Volumes da RF 4 em 2015 (Produtos de Grande Volume – Componente 2)**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Figura 2.4.15 – Estimativa Produção e Movimentações de Grãos RF 4 (1.000t)

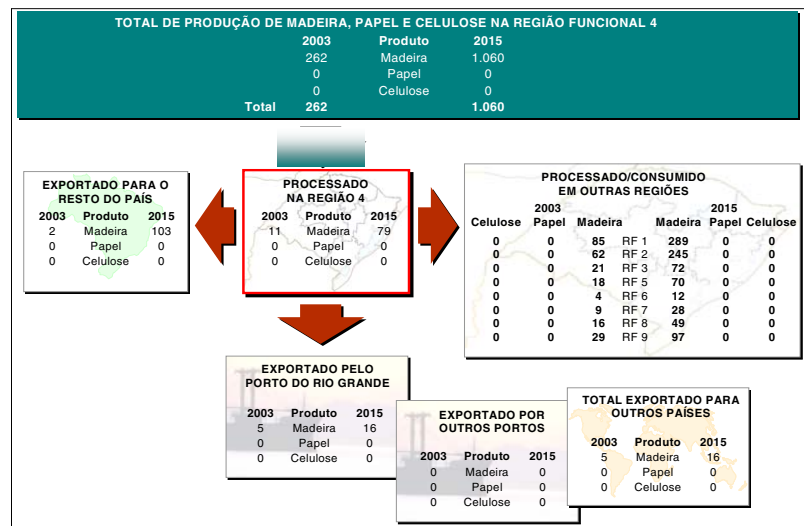
Na produção de Grãos, apenas o arroz atinge volumes expressivos, posicionando a Região em quinto lugar no Estado, com 531 mil t/ano. A maior parte desta produção será voltada para processamento no restante do Estado, mas 28% serão direcionados a outros Estados.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Figura 2.4.16 – Estimativa Produção e Movimentações de Madeira RF 4 (1.000t)

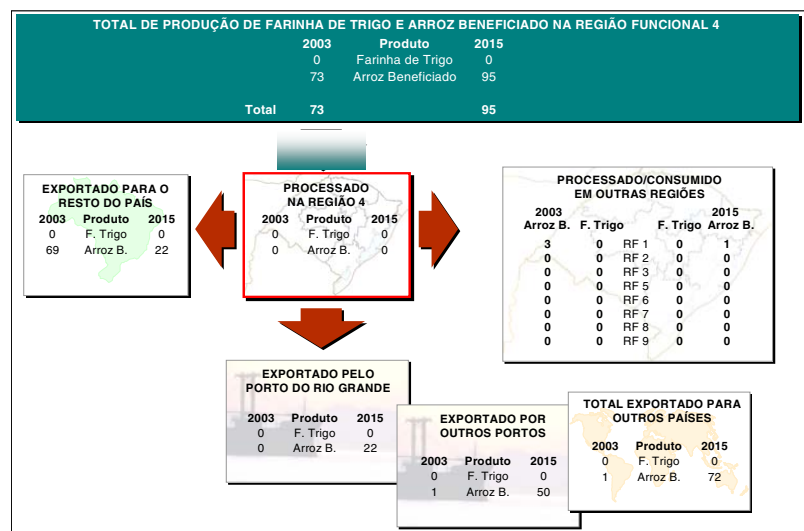
Na produção de Madeira, por sua vez, a Região será o sexto produtor do Estado, atingindo 1.060 mil t/ano em 2015, voltando a maior parte desta produção para processamento ou consumo no Rio Grande do Sul, mas também outras regiões.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Figura 2.4.17 – Estimativa Produção e Movimentações de Farinha de Trigo e Arroz Beneficiado RF 4 (1.000t)

No beneficiamento de Arroz, estará em quinto lugar no Estado, com 95 mil t/ano, e tendo essa produção integralmente voltada para o abastecimento de mercados externos, de outros Estados ou internacionais.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Qualidade Social do Crescimento:** No Cenário Tendencial traçado pelo Rumos 2015 para a Região, espera-se que, em 2015, conte com 337.255 habitantes, tendo, então, experimentado um crescimento de 2,0% ao ano. Tal taxa seria a maior do Estado, repetindo o atual desempenho demográfico da Região causado pela imigração de pessoas idosas da Região Metropolitana e de jovens com baixa qualificação à procura de emprego. Haveria uma aceleração da diminuição absoluta da população rural, chegando, no fim do período, a menos de 10% da população total.

Estes dados apontam para duas questões com desdobramentos em relação à sustentabilidade ambiental. Hoje, a Região já conta com vários municípios altamente urbanizados, principalmente os criados como balneários. O aumento da população urbana a taxas de mais de 8% a.a. aumentará a pressão sobre o meio ambiente, tornando-se premente a extensão das infra-estruturas de saneamento, sobretudo a coleta e tratamento de esgotos. A segunda questão refere-se ao envelhecimento da população do litoral, mantendo-se a atual tendência de imigração de aposentados, que pressionará os serviços de saúde, apesar da proximidade com a RMPA.

O pessoal ocupado, que atualmente é de 103 mil pessoas, deverá atingir quase 168 mil em 2015, destacando-se:

- ◆ Agropecuária: 35.835
- ◆ Serrarias e fabricação de artigos de madeira: 15.121
- ◆ Fabricação de calçados e artigos de couro: 1.631
- ◆ Construção civil: 14.604
- ◆ Comércio: 29.298
- ◆ Serviços prestados às famílias e empresas: 21.122
- ◆ Serviços privados não mercantis: 7.872

Esta distribuição é muito semelhante à atual, com deslocamento na direção de uma maior participação do segmento de serraria e fabricação de artigos de madeira. Aliás, um dos maiores coeficientes de redistribuição das atividades produtivas calculados para o período de 2003 a 2015 para o Estado foi este. Tal fato pode explicar a tendência apontada pelos dados da distribuição do pessoal ocupado, que se refletem no coeficiente de reestruturação projetado para a Região Funcional 4, para 2003-2015, o qual foi o maior do Estado. Reforçando a importância do setor na economia da Região, a análise estrutural-diferencial mostrou ser este o único em que a Região se mostra especializada e competitiva.

O percentual de pobres deve permanecer o mesmo até 2015, em torno de 51%. Também os índices de *Gini* e de *Theil* aumentam, indicando maior desigualdade. A duplicação da BR-101 deve trazer, ao lado da melhoria no transporte de passageiros e de cargas, um reforço da polarização da Região pela área metropolitana, especialmente no que se relaciona com as atividades terciárias. Dessa forma, poderá haver, dentro da Região, perdas maiores de dinamismo naqueles municípios menos ligados às atividades turísticas.

#### **Elementos para a construção da Visão Estratégica da Região Funcional 4**

A Região Funcional 4 acumula maus desempenhos em praticamente todas as dimensões, o que faz com que sua situação de baixo nível de desenvolvimento econômico e social persista ao longo do tempo, não sendo capaz de mobilizar as potencialidades para superar suas restrições. As maiores potencialidades estão vinculadas às atividades agrícolas (arroz e frutas, essencialmente), ao turismo, ao patrimônio natural e paisagístico e ao sistema viário integrador. As fraquezas são ligadas à fragilidade do meio ambiente, ao macrossaneamento deficiente, ao baixo dinamismo econômico e social, à baixa complexidade da estrutura produtiva e à ausência de capacidade tecnológica, entre outros elementos. A Análise Tendencial aponta para uma maior simplificação da estrutura industrial, com a predominância absoluta do setor de serrarias e fabricação de artigos de madeira, com quase 10% da população ocupada total na Região em 2015. Assim, dificilmente pode-se esperar que o principal motor da reversão do atraso regional seja a indústria.

**Potencialidades, Restrições, Oportunidades e Ameaças:** Para a identificação mais específica das potencialidades, restrições, oportunidades e ameaças, utilizou-se do instrumento da Matriz SWOT (**Quadro 2.4.2**), que congrega esse conjunto para a Região.

Quadro 2.4.2 – Matriz Swot – Região Funcional 4

REGIÃO FUNCIONAL 4		POTENCIALIDADES (internas)																RESTRICÇÕES (internas)															
		Alta atratividade ao turismo	Boa competitividade na produção de arroz	Competitivo na produção de banana e abacaxi	Aptidões (clima e solos) para produção de frutas tropicais – laranja e melancia	Estrutura fundiária alinhada com perfil agrícola	Proximidade física da Região Funcional 1 / vantagens locais	Presença de campi de várias universidades	Polo de Inovação Tecnológica alinhado com aptidões produtivas	Potencial para desenvolvimento da silvicultura	Sistema lagunar / Disponibilidade hídrica superficial	Atratividade à população jovem e à população idosa	Alta capacidade de armazenagem de grãos	Alto índice de eletrificação rural	Sistema rodoviário eficiente ao transporte de cargas	Sazonalidade da economia diversificada	Base produtiva fraca, pouco complexa e pouco formalizada	baixa formalização do trabalho	Baixa integração econômica com a Região Funcional 1	Ensino técnico não alinhado com aptidões (agricultura/turismo)	capacidade deficiente para o turismo	Baixa capacidade financeira das estruturas de I&C	Ocorrência de ecossistemas frágeis	Poluição hídrica	Crescimento populacional causando impactos negativos no meio ambiente (poluição hídrica, resíduos sólidos)	Mercado local pobre	Problemas para atendimento ao consumo de energia no verão	Excesso de telhados rodoviários com pavimento ruim					
OPORTUNIDADES (externas)	Desenvolvimento de atividades complementares à Região Funcional 1	3	2	3	3	3	2	2	2	3	3	2	2	2	3	3	2	2	2	3	3	3	2	2	2	3	3	2					
	Perfil associativo da produção agrícola – cooperativas																																
	Estatuto das Cidades																																
	Aumento da demanda por arroz																																
	Crescimento das exportações de frutas																																
	Exploração de novas fontes de energia																																
	Desenvolvimento de serviços para terceira idade																																
	MDL																																
	Apreciação cambial																																
	pressão populacional																																
Mudança do perfil setorial da região																																	
Dominância da Região Funcional 1																																	
Especulação imobiliária																																	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Forte Interação
  Média Interação
  Fraca/Nenhuma Interação

**Elementos Estratégicos da Região Funcional 4:** As observações da Matriz SWOT permitem concentrar as atenções de análise e proposições sobre os aspectos mais relevantes apresentados a seguir:

- A) Condições favoráveis à produção agrícola mal-exploradas.
- B) Exploração desordenada da potencialidade turística.
- C) Fragilidade ambiental potencializada pelo mau ordenamento do uso do solo

#### **A) Condições Favoráveis à Produção Agrícola Mal-exploradas**

O setor agrícola possui competitividade na produção de arroz, tanto quando é levado em conta somente o próprio produto, como quando comparado com outras culturas. A situação de competitividade da olericultura e da fruticultura também apresenta-se de forma positiva, acima da média estadual, mas sem a mesma expressão do arroz. De toda forma, a capacidade competitiva destes segmentos pode ser utilizada para sua própria dinamização. Um fator importante, nesse caso, é a proximidade da região mais desenvolvida e populosa do Estado, que representa um mercado potencial para produtos *in natura* e processados.

O Pólo de Inovação Tecnológica do Litoral Norte pode se converter em importante fator de impulso ao setor primário. Criado no âmbito do Programa de Pólos Tecnológicos da Secretaria de Ciência e Tecnologia (SCT), é recente, tendo iniciado em 2003. O pólo do Litoral beneficiará as áreas de agroindústria, agropecuária, meio ambiente, pesca, aqüicultura, indústria moveleira, indústria de malhas e confecções, tecnologia da informação e suporte de C&T ao turismo. A primeira linha de ação do pólo é voltada ao desenvolvimento de produtos derivados da banana. Em seguida, os produtores receberão suporte técnico e tecnológico para instalar as agroindústrias e iniciar a produção. O objetivo é expandir o mercado, incrementar os rendimentos e gerar novos postos de trabalho. De forma geral, as pesquisas são restritas às duas culturas dominantes: arroz e banana.

Este exemplo do Pólo de Inovação Tecnológica do Litoral Norte em relação à industrialização da banana pode ser estendido para outros produtos, investindo em capacitação e na organização da cadeia produtiva, desde a produção de mudas e sementes até o desenvolvimento dos canais de distribuição. Tal iniciativa pode vir a se constituir numa alavanca para a dinamização da economia local. Entretanto, a pouca capacidade regional em C&T impõe alguma reserva quanto aos resultados que se possam esperar. A cooperação inter-regional, aproveitando a proximidade da Região Funcional 1, pode ser uma forma de superar essa fragilidade.

A Região possui solos adequados à agricultura mecanizada, à fruticultura, à silvicultura e à pecuária. De acordo com a classificação adotada neste estudo dos resultados das ocorrências de potencial dos solos para uso agrícola, apresenta resultado médio.

Embora a estrutura fundiária seja adequada às culturas hoje existentes, não o é para exploração de outras culturas, como laranja e melancia (para que o solo também seja favorável e que não são hoje exploradas), que visariam à exportação. O processamento da produção da Região ocorre basicamente no caso do arroz, sendo insignificante nas demais culturas, mesmo na fruticultura.

#### **B) Exploração Desordenada da Potencialidade Turística**

O turismo é o setor de maior peso na economia regional. Os dados relativos ao pessoal ocupado e às empresas do setor de alojamento e alimentação mostram claramente essa importância. Em 2000, havia 4993 pessoas ocupadas no setor, representando 4,86% da população ocupada regional. Esta é a maior participação do setor alojamento e alimentação no pessoal ocupado entre todas as Regiões. A posição se repete quando é analisado o número de empresas: em 2002, havia 2.151 empresas no setor, representando 11,8% de todas as empresas regionais, maior percentual entre as Regiões Funcionais. A proximidade com a capital tem grande relevância neste desenvolvimento, sendo um importante fator positivo para este setor.

Além da sazonalidade, o turismo apresenta deficiências em relação à sua estrutura e capacitação. O aspecto sazonal da atividade turística no litoral, aliás, impõe grandes desafios à melhoria e à densificação do setor. A Região atrai, basicamente, dois tipos de migrantes: o aposentado e o adulto jovem pouco qualificado. O primeiro vai em busca de qualidade de vida, longe das grandes áreas urbanas. O outro vai em busca do emprego oferecido pelas atividades ligadas ao veraneio e acaba ficando, sem ter muitas outras oportunidades de ocupação.

Com empresas muito pequenas e pessoal pouco qualificado, o setor de turismo não tem atualmente o dinamismo necessário para reestruturar as atividades produtivas regionais, sendo necessário avançar na capacitação do setor como um todo. As instituições de ensino não têm focado o desenvolvimento de profissionais para o setor. O porte dessas empresas é reduzido, pois, em 2000, havia menos de três pessoas ocupadas por empresa<sup>4</sup>. Por outro lado, embora demonstrando grande aptidão para abertura de novos empreendimentos, os mesmos não têm conseguido ser sustentáveis, uma vez que surgem mais como alternativa de subsistência do que iniciativas empreendedoras reais. A duplicação da BR-101 deve se converter em novo impulso ao turismo, não só significando ganhos de custos e segurança, mas também renovando a atratividade das áreas de seu entorno. Entretanto, algumas deficiências de infra-estrutura constituem-se em ameaça ao turismo, deficiências relacionadas ao macrossaneamento e ao baixo índice de coleta de esgoto e ao atendimento aos picos de demanda de energia elétrica no verão, embora não se detectem gargalos específicos nas linhas de transmissão na Região.

### **C) Fragilidade Ambiental Potencializada pelo Mau Ordenamento do Uso do Solo**

A Região cresce e deverá continuar crescendo a taxas populacionais substancialmente maiores do que as demais. A maior população pode significar uma diminuição dos impactos do turismo sazonal, mas tem seu contraponto na pressão populacional sobre um ecossistema frágil e uma infra-estrutura de saneamento deficiente. Com o aumento da população e as melhorias do sistema rodoviário, instalou-se na Região um ciclo de implantação de empreendimentos imobiliários de médio e grande portes. Estes empreendimentos ocupam, geralmente, terrenos longe da faixa litorânea, mas próximos das lagoas e da Estrada do Mar. Se, por um lado, eles representam alternativas de ocupação e de diminuição da sazonalidade, por outro, são uma ameaça ao sistema lagunar e às águas subterrâneas.

As vulnerabilidades estão ligadas à urbanização e ao uso desordenado do solo, com situações muito preocupantes, quase todas derivadas da ocupação desordenada da Região, que não diminui, apenas aumenta: poluição hídrica e dos solos, ocupação de áreas de risco, desmatamentos, deficiente disposição dos resíduos sólidos urbanos, coleta e tratamento de esgotos sanitários insuficientes. As áreas de preservação permanente, as ocorrências de ecossistemas frágeis e a alta vulnerabilidade à contaminação dos solos são restrições estruturais da Região. É importante frisar, também, que, face à fragilidade do meio ambiente, a deficiência na infra-estrutura de saneamento (especialmente, esgotos e resíduos sólidos), generalizada no Estado, adquire na Região características estratégicas.

A sustentabilidade ambiental da Região, face ao rápido aumento da população e da ocupação integral da faixa entre o mar e o sistema lagunar, coloca-se como centro das preocupações. Esta questão mobiliza a comunidade local, visto que, conforme estudado na etapa de Avaliação do Rumos 2015, a Região possui várias entidades ambientais como, por exemplo, Anama (Associação Não-Governamental de Maquiné), Associação Onda Verde, ONG Farol da Terra e Associação de Desenvolvimento Sustentável de Torres (Fundest). Uma oportunidade de se reverter este quadro e organizar melhor o uso do solo é o Estatuto da Cidade, que determina que, até outubro de 2006, os municípios elaborarem seus planos diretores.

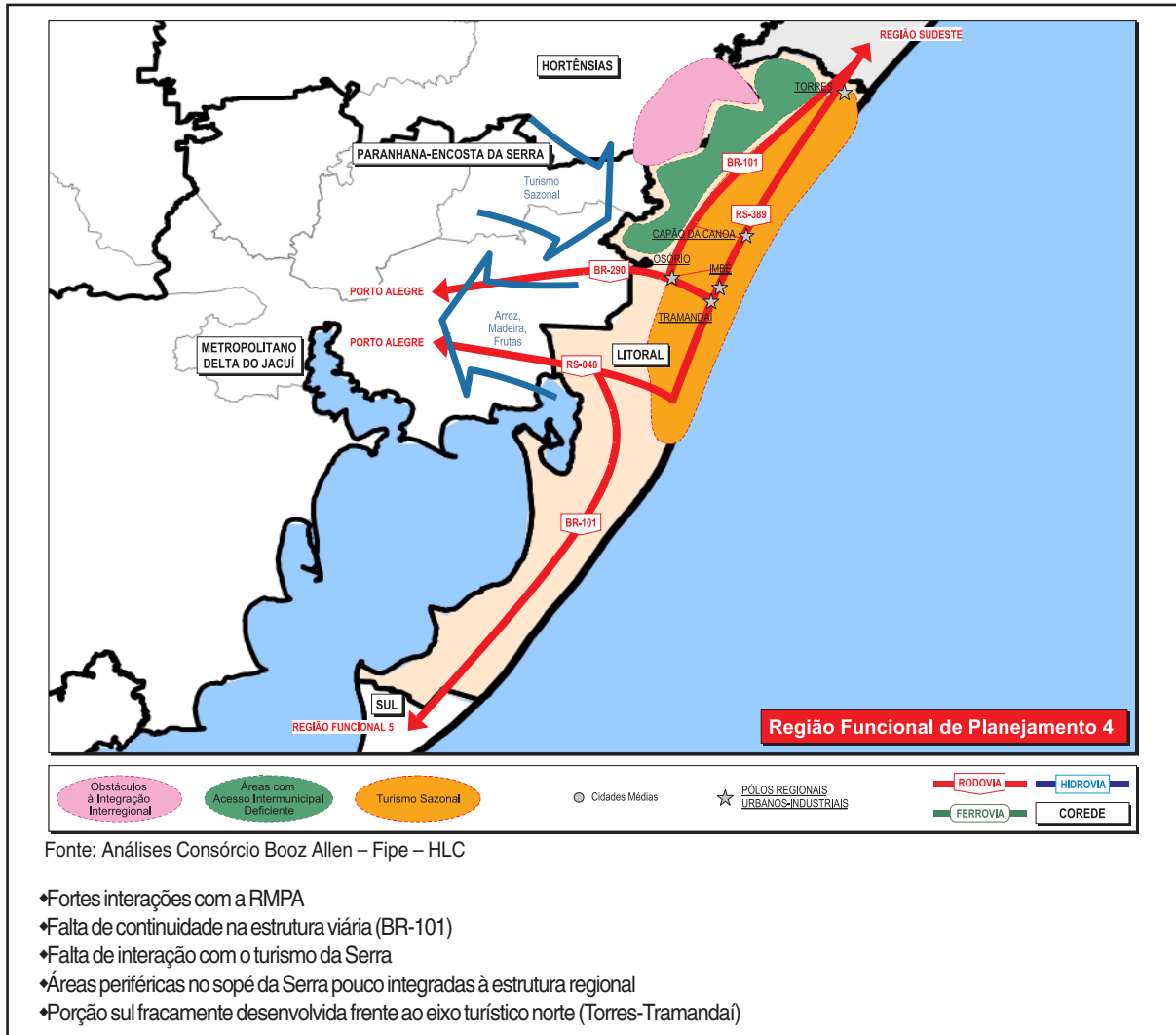
Considerando que os objetivos da criação da Aglomeração Urbana do Litoral Norte são de integrar os planos municipais, na construção de um plano de desenvolvimento e de ordenamento territorial, a obrigatoriedade definida pelo Estatuto pode estar oferecendo oportunidade para que haja estudos que permitam a visão complexa que tal tarefa demanda. Em relação às potencialidades ambientais, pode-se ressaltar, ainda, a existência de sete UC e três TI, a disponibilidade de água superficial e florestas nativas (18% da área total).

## **Visão Estratégica da Região Funcional 4**

A visão estratégica para a Região é tornar-se um pólo turístico e de lazer, baseado na sustentabilidade ambiental, superando sua situação de atraso em relação às demais Regiões do Estado. A RF 4 acumula maus desempenhos em praticamente todas as dimensões, persistindo seu baixo nível de desenvolvimento socioeconômico. Os fatores estratégicos são apresentados na **Figura 2.4.18**.

<sup>4</sup> As empresas no setor alojamento e alimentação somavam 1739 em 2000.

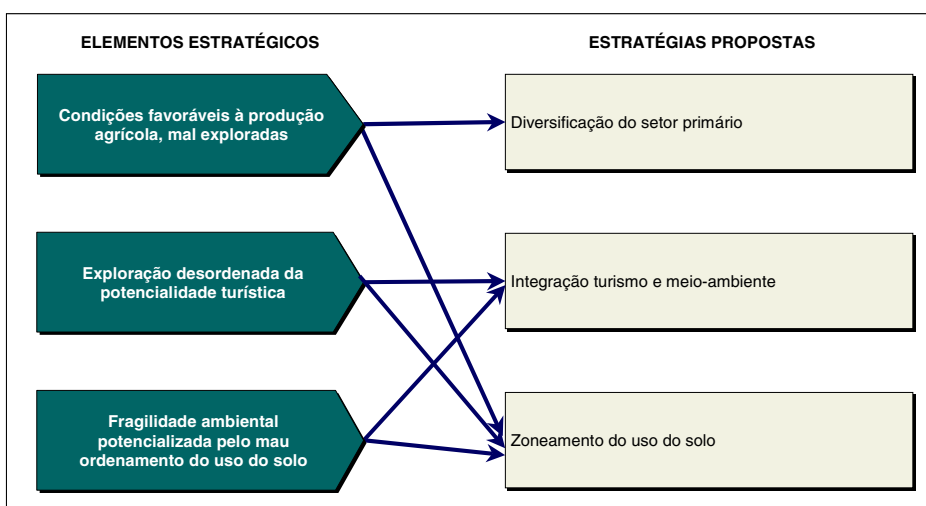
Figura 2.4.18 – Fatores Estratégicos da RF 4



## Estratégias Propostas para a Região Funcional 4

Para tornar-se um pólo turístico e de lazer baseado na sustentabilidade ambiental, superando a situação de atraso em relação às demais regiões, três estratégias são propostas na Figura abaixo:

Figura 2.4.19 – Elementos Estratégicos x Estratégias Regionais – RF 4



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC



## ESTRATÉGIA 1 – DIVERSIFICAÇÃO DO SETOR PRIMÁRIO

Esta estratégia visa dinamizar a economia regional, através da diversificação da produção agrícola, porém, com sustentabilidade ambiental. A proximidade da RF 1 e da RF 3, áreas mais populosas do Estado, e as condições de acessibilidade viária são potenciais a serem explorados na ampliação da produção de olerícolas e frutas. Tais produtos são bastante competitivos quando produzidos nesta Região. O Pólo de Inovação Tecnológica do Litoral Norte<sup>5</sup> pode ser utilizado para promover a expansão sustentável destas produções, tendo em vista a fragilidade ambiental da Região. Entre os riscos elencados pelo Projeto RS Biodiversidade, estão o uso de água e de agroquímicos pela produção de olerícolas e o avanço dos bananais sobre a Mata Atlântica, mostrando a necessidade da articulação entre o fomento à expansão, o uso do solo e os princípios da produção limpa, de modo a garantir a preservação da qualidade ambiental.

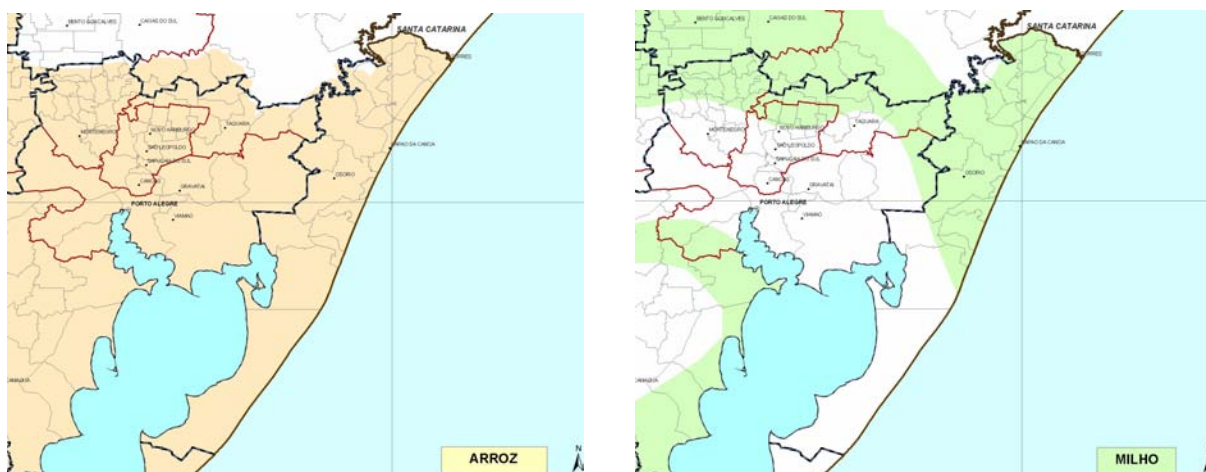
As frutas regionais, como pitanga ou goiaba serrana, mostram ganhos de produtividade quando cultivadas em sistemas agroflorestais, com espécies florestais nativas, que permitem a adequada insolação e previnem o ataque de pragas. Este tipo de sistema de produção e a diversificação das frutíferas, que ajudam a evitar a derrubada de árvores nativas para introdução de bananeiras, necessitam, entretanto, de adequados esquemas de capacitação e financiamento dos agricultores familiares.

A cultura do arroz permanece como uma das forças produtivas locais, tendo em vista seu posicionamento em relação à produtividade e às infra-estruturas pós-colheita, apresentando boa aptidão edoclimática para o cultivo, como registra a **Figura 2.4.20**.

Cumprido, entretanto, reduzir os riscos ambientais da irrigação e da utilização de agroquímicos, que podem colocar em xeque a estratégia geral de sustentabilidade ambiental como marca regional.

O Cenário Tendencial mostra que o segmento industrial que mais crescerá no Litoral é o de serrarias e artefatos de madeira. Para favorecer a consolidação da cadeia e sua qualificação, com o desenvolvimento de produtos ambientalmente responsáveis, a expansão do reflorestamento deverá ser realizada de acordo com as diretrizes da sustentabilidade, procurando preservar a biodiversidade do Litoral. Isso significa planejar a introdução de espécies e utilizar o macrozoneamento ambiental para orientar os locais a reflorestar. Atualmente, por exemplo, o pinus está se expandindo na planície costeira e a uva do Japão na encosta da serra de forma desordenada, colocando em risco a permanência de outras espécies florestais<sup>6</sup>.

**Figura 2.4.20 – Áreas Aptas para Grãos: Arroz e Milho – Região Funcional 4**



Fonte: Governo do Estado do RS, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico – Volume II, 1994

### Justificativa para a Estratégia 1

A Região contribui pouco para a formação do PIB estadual, cerca de 1,5%, enquanto detém 3,2% da população gaúcha. As atividades industriais têm baixa densidade e pouca

<sup>5</sup> O Pólo de Inovação Tecnológica do Litoral Norte, criado no âmbito do programa de Pólos Tecnológicos da SCT, é, ainda, recente, tendo sido iniciado em 2003. O pólo do Litoral beneficiará as áreas de agroindústria, agropecuária, meio ambiente, pesca, aquacultura, indústria moveleira, indústria de malhas e confecções, tecnologia da informação e suporte de C&T ao turismo.

<sup>6</sup> De acordo com o projeto RS Biodiversidade.

complexidade. A análise tendencial aponta para uma maior simplificação da estrutura industrial, com a predominância absoluta do setor de serrarias e fabricação de artigos de madeira, com quase 10% da população ocupada total na Região em 2015. Assim, dificilmente, pode-se esperar que o principal motor da reversão do atraso regional seja a indústria.

Os setores agrícolas e de serviços parecem estar em melhor posição para contribuir para a aceleração do desenvolvimento regional. A Região possui solos adequados à agricultura mecanizada, à fruticultura, à silvicultura e à pecuária. De acordo com a classificação adotada neste estudo dos resultados das ocorrências de potencial dos solos para uso agrícola, a Região apresenta resultado médio. O setor agrícola possui competitividade na produção de arroz, tanto quando é levado em conta somente o próprio produto, como quando comparado com outras culturas. A situação de competitividade da olericultura e da fruticultura também se apresenta de forma positiva, acima da média estadual, mas sem a mesma expressão do arroz.

De toda forma, a capacidade competitiva desses segmentos pode ser utilizada para sua própria dinamização. Um fator importante, nesse caso, é a proximidade da Região 1, a mais desenvolvida e populosa do Estado, que representa um mercado potencial para produtos *in natura* e processados.

### **Objetivos da Estratégia 1**

♦ Aumento da renda média da agricultura familiar. O objetivo é convergir a renda *per capita* da agricultura em geral na direção da regional. No litoral, a renda *per capita* do meio rural equivale a 59% da renda no meio urbano e a 65% daquela da Região como um todo. Dessa forma, o objetivo é elevar a renda per capita do meio rural para 70% da renda urbana, e, conseqüentemente, para aproximadamente 75% da renda per capita da Região (**Tabela 2.4.3**).

♦ Aumento da participação da produção de arroz regional no total da rizicultura estadual. A produção de arroz participa com cerca de 8% do valor da produção da cultura no Rio Grande do Sul, tendo produtividade de 4,94 t/ha. O objetivo é igualar a produtividade ao *benchmark* do Estado (Centro-Sul, 5,4 t/ha) e ampliar a área cultivada em 40%, de modo a atingir a produção de 531 mil toneladas projetada pelo Cenário Tendencial.

♦ Ampliação das espécies florestais comerciais. As florestas plantadas no sul da Região são essencialmente de *pinus*. As empresas do norte da Região, que utilizam como matéria-prima a madeira, necessitam de outras espécies. O objetivo é introduzir florestas de outras espécies, atingindo as 1.060 mil toneladas estimadas para 2015.

**Ações para a Estratégia 1:** As ações requisitadas por esta estratégia situam-se nos âmbitos econômico, de infra-estruturas, de informação e conhecimento, social e de gestão. Estão sintetizadas na **Figura 2.4.21** e serão detalhadas no Plano Estratégico para a Região, adiante, de modo funcional à programação orçamentária.

### **ESTRATÉGIA 2 – INTEGRAÇÃO TURISMO E MEIO AMBIENTE**

Esta estratégia visa tornar a Região um pólo turístico e de lazer ambientalmente sustentável.

De acordo com a Organização Mundial de Turismo (OMT), “o turismo sustentável atende às necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o futuro. É concebido como uma via em direção à gestão de todos os recursos de forma que podem satisfazer as necessidades econômicas, sociais e estéticas, respeitando ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida.”<sup>7</sup>

A OMT definiu, em 1994, uma série de requisitos considerados essenciais para a implantação da Agenda 21 nos centros turísticos: minimização dos resíduos; conservação e gestão da energia; gestão da água; controle das substâncias perigosas; transportes; planejamento urbanístico e gestão do uso do solo; compromisso com o meio ambiente por parte dos políticos e dos cidadãos;

<sup>7</sup> www.world-tourism.org, acesso em julho de 2005.

definição de programas para a sustentabilidade e colaboração para o desenvolvimento turístico sustentável.

Apesar de contar com excepcional diversidade de paisagens, o litoral explora quase que somente a faixa litorânea. A integração do sistema lagunar e da encosta da serra às atividades turísticas começa apenas a ser feita, seguindo o mesmo padrão da ocupação da faixa litorânea, isto é, de forma extensiva e desordenada. O conceito de turismo sustentável e o atendimento aos requisitos acima citados são oportunidades para a atividade turística regional, dando-lhe maior qualidade, capacidade de atração e de diminuição da sazonalidade.

Os empreendimentos turísticos da Região são caracteristicamente de pequeno porte e sujeitos a forte sazonalidade. Empreendimentos de maior porte, como *resorts*, poderão alterar essa situação, oferecendo ao mesmo tempo novos modelos de qualidade de turismo receptivo.

### **Justificativa para a Estratégia 2**

O turismo é o setor de maior peso na economia regional. Os dados relativos ao pessoal ocupado e às empresas do setor de alojamento e alimentação mostram claramente essa importância. Em 2000, havia 4.993 pessoas ocupadas no setor, representando 4,86% da população ocupada regional. Esta é a maior participação do setor de alojamento e alimentação no pessoal ocupado entre todas as regiões. A posição se repete quando é analisado o número de empresas. Em 2002, havia na Região 2.151 empresas no setor, representando 11,8% de todas as empresas regionais, maior percentual entre as Regiões Funcionais. O porte das empresas é reduzido, pois, em 2000, havia menos de três pessoas ocupadas por empresa<sup>8</sup>.

Além da sazonalidade, o turismo apresenta deficiências em relação a sua estrutura e capacitação. O aspecto sazonal da atividade turística no litoral, aliás, impõe grandes desafios à melhoria e ao adensamento do setor.

A Região atrai, basicamente, dois tipos de migrantes: o aposentado e o adulto jovem pouco qualificado. O primeiro vai em busca de qualidade de vida, longe do estresse das grandes áreas urbanas e o outro do emprego oferecido pelas atividades ligadas ao veraneio e acaba ficando sem ter muitas outras oportunidades de ocupação. Com empresas muito pequenas e pessoal pouco qualificado, o setor turismo não tem atualmente o dinamismo necessário para reestruturar as atividades produtivas regionais.

As estratégias de desenvolvimento econômico do litoral não podem ser construídas de forma isolada da dimensão ambiental, sob pena de se tornarem inócuas ou contraproducentes. O ordenamento territorial da Região Funcional 4 cumpre, neste caso, papel essencial ao definir o uso de solos alinhado com a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento econômico.

### **Objetivos da Estratégia 2**

- ◆ Aumento do tamanho médio dos empreendimentos turísticos. Em 2000, o tamanho médio das empresas do segmento de alojamento e alimentação era menor que três empregados. O objetivo será duplicar esse tamanho.
- ◆ Implantação de dois empreendimentos de grande porte (*resorts*) localizados junto à Laguna dos Patos, no sul da Região, e na Encosta da Serra, ao norte.
- ◆ Aumento da permanência média dos turistas. O objetivo é atingir a permanência média registrada pelo Brasil em 2003, de 13 dias<sup>9</sup>.
- ◆ Aumento dos gastos per capita dos turistas. O objetivo é atingir um gasto médio per capita/dia de R\$ 97,00, semelhante ao gasto médio diário dos turistas na Região da Serra gaúcha atualmente. Como consequência, deverá ocorrer o aumento do valor médio dos salários pagos e da quantidade de empregos no setor de turismo.
- ◆ Obter, no mínimo, 30% das moradias ligadas à rede de esgoto contra os 14% atuais.

<sup>8</sup>As empresas no setor alojamento e alimentação somavam 1739 em 2000.

<sup>9</sup>Anuário Estatístico do Turismo – 2004, elaborado pela Embratur.

- ♦ Universalizar a coleta de lixo urbano.
- ♦ Diminuir a sazonalidade da atividade turística. A atividade turística na Região é sazonal, atingindo os meses de verão e sendo um obstáculo ao maior dinamismo da economia. A diminuição da sazonalidade será medida pela taxa de ocupação dos hotéis, que deverá atingir 40% anuais, através de projetos para atrair turistas fora dos períodos de pico.

**Ações para a Estratégia 2:** Estão sintetizadas na **Figura 2.4.21** e serão detalhadas no Plano Estratégico para a Região, de modo funcional à programação orçamentária.

### **ESTRATÉGIA 3 – MACROZONEAMENTO ESTRATÉGICO**

Esta estratégia visa garantir a qualidade ambiental da Região, que é um elemento-chave para seu desenvolvimento. O Estatuto das Cidades determina que até outubro de 2006 os municípios devam elaborar seus planos diretores, de acordo com os seguintes princípios (CEF/POLIS, 2005)<sup>10</sup>:

- ♦ Direito às cidades sustentáveis, com ênfase ao saneamento ambiental para as presentes e futuras gerações.
- ♦ Planejamento como forma de desenvolvimento das cidades, de modo que a distribuição espacial da população e das atividades econômicas seja feita de maneira racional, evitando e corrigindo distorções do crescimento urbano, notadamente quanto aos efeitos negativos sobre o meio ambiente.
- ♦ Maior controle sobre o uso do solo, evitando-se proximidades entre usos incompatíveis ou inconciliáveis (racional distribuição entre os usos residencial, comercial, industrial e institucional); construções ou parcelamentos excessivos em relação à infra-estrutura (equilíbrio entre densidade de ocupação e infra-estrutura); deterioração de áreas urbanizadas; poluição e degradação ambiental.
- ♦ Proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural, construído e cultural.
- ♦ Audiência da população para a implantação de empreendimentos e atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído.

Considerando que os objetivos da criação da Aglomeração Urbana do Litoral Norte são de integrar os planos municipais na construção de um plano de desenvolvimento e de ordenamento territorial regional, a obrigatoriedade definida pelo Estatuto da Cidade pode estar oferecendo a oportunidade para que haja estudos que permitam a visão complexa que tal tarefa demanda.

### **Justificativa para a Estratégia 3**

Parte do declínio das cidades balneárias tem sido imputada à saturação da capacidade de sustentação física e ambiental<sup>11</sup>. Entre outras medidas, as cidades balneárias têm buscado melhorar a qualidade do meio urbano e preservar o patrimônio natural e construído. A sustentabilidade ambiental da Região, face ao rápido aumento da população e da ocupação integral da faixa entre o mar e o sistema lagunar, coloca-se como centro das preocupações. Esta questão mobiliza a comunidade local, visto que, conforme mostrado na Etapa de Avaliação do Rumos 2015, a Região possui várias entidades ambientais.

As principais vulnerabilidades estão ligadas à urbanização e ao uso desordenado do solo:

<sup>10</sup> Planejamento Territorial e Plano Diretor, CD elaborado pelo Instituto Polis e Caixa Econômica Federal, disponível no site do Ministério das Cidades, lançado em janeiro de 2005.

<sup>11</sup> Para uma análise das abordagens do ciclo de vida e da reestruturação das cidades balneárias e as políticas anti-declínio, ver: 1) PRIESTLEY, G. MUNDET, L. The post-stagnation phase of the resort cycle. *Annals of Tourism Research*, vol. 25, nº 1, pp 85-111. 2) AGARWAL, S. Restructuring seaside tourism: the resort lifecycle. *Annals of Tourism Research*, vol. 29, nº 1, pp. 25-55.

poluição hídrica e dos solos, ocupação de áreas de risco, desmatamentos, deficiente disposição dos resíduos sólidos urbanos e insuficientes coleta e tratamento de esgotos sanitários. As áreas de preservação permanente, as ocorrências de ecossistemas frágeis e a alta vulnerabilidade à contaminação dos solos são restrições estruturais da Região.

A existência de áreas degradadas, em especial nas áreas de preservação permanente como zonas de encosta com declividade acima de 45° e áreas de mata ciliar, destruídas pela agricultura, ocasionam forte erosão e tornam premente sua recuperação através da implementação de soluções ambientalmente sustentáveis. Da mesma forma, buscam-se alternativas às atividades extrativistas não-sustentáveis ocorrentes, como a extração da samambaia-preta, do palmito-juçara e de bromélias e orquídeas, pois, são muito importantes fontes de renda para várias famílias da Região (como no caso da samambaia-preta).

As lagoas interligadas do Litoral são corredores de fauna e flora, apresentando áreas importantes de reprodução e/ou criação de peixes, de espécies endêmicas e em extinção. São rasas (com até 3,8 m de profundidade), ainda em sua maioria com boa qualidade, porém, com grande pressão de ocupação urbana em seu entorno.

### **Objetivos da Estratégia 3**

- ◆ Elaboração de planos diretores dos 21 municípios que compõem a Região até 2006.
- ◆ Formação de consórcios intermunicipais para coleta, disposição e tratamento de resíduos sólidos. O objetivo é definir e atingir, por meio de consórcios, a reserva de área e a operação da coleta, disposição e tratamento para um horizonte de 20 anos, até o ano de 2006.
- ◆ Implantação de programas de uso sustentável das florestas. A exemplo da experiência com a samambaia-preta, cujos estudos já estão concluídos<sup>8</sup>, o objetivo é definir programas de manejo para outras espécies florestais (palmito-juçara, bromélias e orquídeas), uma a cada dois anos, num total de cinco.
- ◆ Diminuição da salinização e da turbidez das lagoas a níveis que permitam o desenvolvimento da fauna, especialmente dos peixes.

**Ações para a Estratégia 3:** Estão sintetizadas na **Figura 2.4.21** e serão detalhadas no Plano Estratégico para a Região, a seguir, de modo funcional à programação orçamentária.

## **Plano Estratégico da Região Funcional 4**

Foram definidas, conforme explicitado anteriormente, três estratégias fundamentais para a Região: diversificação do setor primário; integração turismo e meio ambiente e zoneamento do uso do solo.

O conjunto de programas e projetos que compõem estas estratégias responde ao macroobjetivo ou visão estabelecido para esta Região, como registra a **Figura 2.4.21**, na qual podem ser visualizadas todas as propostas para a Região. Nas próximas páginas, serão delineados os programas e projetos que compõem as três estratégias.

Muitas das propostas, especialmente em áreas que operam em redes, como infra-estruturas de transportes, energia ou telecomunicações e empreendimentos que situam-se em outras Regiões beneficiam ou impactam negativamente a Região em exame. É o caso, por exemplo, das rodovias que atravessam o Estado conectando várias regiões a esta e à metrópole ou Rio Grande, ou linhas de transmissão, que trazem energia de outras regiões.

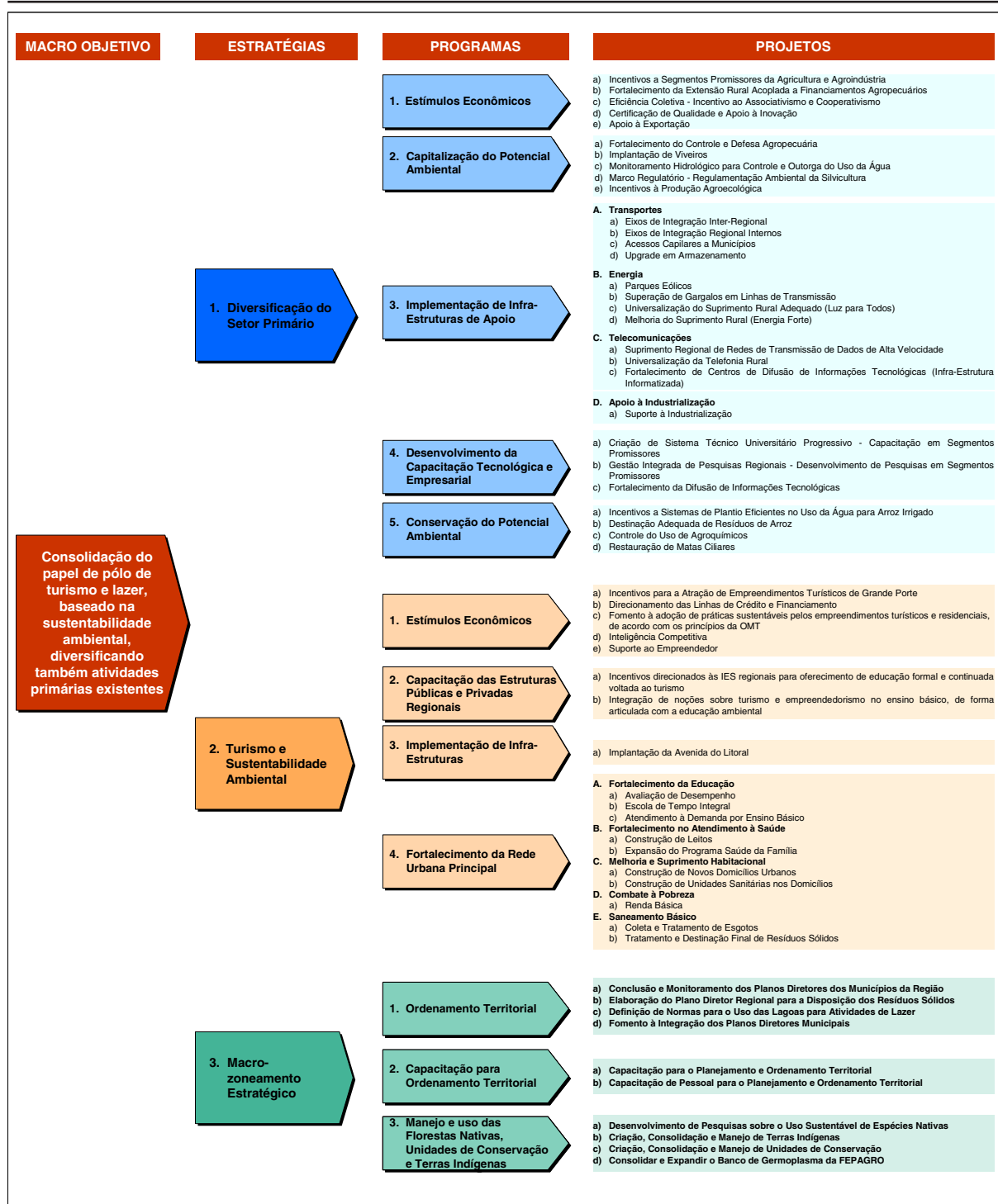
Portanto, os benefícios e custos regionais dessas propostas não podem ser apreendidos

<sup>8</sup> Ver [www.ufrgs.br/pgdr](http://www.ufrgs.br/pgdr)

apenas pelos volumes de recursos das propostas incidentes na Região, mas eles só serão devidamente apreendidos pelo resultado conjunto do Cenário Propositivo para o Estado e as Regiões, que leva em conta essa conectividade e que está apresentado no Volume I.

É importante assinalar que a Região conta com dois programas especiais de estímulos, que podem representar fontes adicionais de recursos para implementação de projetos: o Programa RS Desigualdades, em elaboração pela Secretaria da Coordenação e Planejamento para financiamento do Banco Mundial, e o Programa Metade Sul, do Ministério de Integração Regional, que abrange três dos municípios regionais ao sul.

Figura 2.4.21 – Gráfico de Objetivos e Meios da Região Funcional 4



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

## ESTRATÉGIA 1– DIVERSIFICAÇÃO DO SETOR PRIMÁRIO

Programas e projetos destinados a dinamizar a economia pela diversificação da produção do setor primário (Tabelas 2.4.3 a 2.4.7 e Quadros 2.4.3 a 2.4.9).

**Tabela 2.4.3 – Programas e Projetos da Estratégia 1 (R\$ Mil)**

Programa	Estímulos Econômicos			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Incentivos a segmentos promissores da agricultura e agroindústria	Incentivos voltados à criação de agroindústrias cooperativas ou em rede, fomentando os princípios da produção limpa, a expansão da produção agroecológica e a introdução de sistemas de plantio mais eficientes no uso da água para cultivo do arroz irrigado. Incentivar o plantio de silvicultura em áreas adequadas de espécies demandadas pela indústria gaúcha, especialmente a regional	Aumento do valor da produção nos segmentos com vantagem competitiva e especialização: Serrarias e fabricação de artigos de madeira e mobiliário, turismo, arroz e silvicultura	Sedai, SCP, SAA e Emater	Fruições do Fundopem, Programa de Redução das Desigualdades Regionais e BNDES
Assistência Técnica Acoplada ao Financiamento Rural – Extensão Rural	Atualmente, os financiamentos rurais para pequenos produtores são liberados independentemente das condições técnicas de plantios que os tornem mais rentáveis. A assistência técnica da Emater, fortalecida, deveria se constituir em pré-requisito para essas liberações, de modo que continuamente se procedesse a plantios mais adequados à Região, de maior produtividade e valor agregado. Estímulos de financiamentos voltados à produção de frutas, olerícolas e silvicultura adequados na Região. Manutenção e expansão de linhas de crédito para agricultura familiar, agroindústria e silvicultura, especialmente o Proflora (Caixa RS) e o Prodefruta, garantindo critérios locais baseados na diminuição das desigualdades regionais	Financiamentos agropecuários anuais com valores médios de R\$ 17 mil, liberados com base na exigência de plano de manejo emitido pela Emater. Ampliação dos financiamentos para a Região, hoje entre 0,4% (BRDE) e 1,46% (Caixa RS) para 2,1% dos recursos totais. Ampliar a Assistência da Emater para prover uma visita anual a 8,6 mil propriedades	Emater, Banrisul, Caixa RS, BRDE, Sedai, SAA e Emater	Emater, Banrisul, Caixa RS, BRDE e Emater
Eficiência Coletiva – Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo	A produção de produtores familiares dificulta e inviabiliza a escala necessária à produção e comercialização de produções, em bases tecnológicas mais avançadas. A atuação conjunta de pequenos produtores na utilização conjunta de máquinas e implementos, compra de insumos e comercialização amplia escalas e favorece a produtividade e obtenção de preços e mercados. Implementação de instrumentos jurídicos que permitam que associações e cooperativas obtenham financiamentos e créditos sem que sejam perdidos benefícios de aposentadorias rurais	Apoio a três projetos coletivos por ano	SCP, Sedai, Sebrae, Emater, e Caixa RS	SCP, Sedai, Sebrae, Emater, Caixa RS e empresas
Certificação de qualidade e apoio à inovações	Os produtos regionais deverão buscar estabelecer uma marca por meio da certificação de qualidade, de modo a alcançar mercados mais sofisticados e próprios a esse tipo de consumo. Estímulos à obtenção de certificação de qualidade (Comitê Regional de Qualidade), pela diferenciação de produtos regionais de marca. Realização de ações de difusão da qualidade e da inovação para o crescimento sustentável das empresas. Fortalecimento dos procedimentos para certificação de qualidade, especialmente nos casos levantados nos planos regionais	Realizar um evento anual e divulgar os casos de sucesso via Internet, em portal específico	PGQP e Sedai	Orçamento do Estado e ABDI
Apoio à Exportação	Os segmentos agroindustriais existentes e potenciais necessitam se inserir em mercados mundiais (cadeia de base florestal, arroz e frutas). Para que essas vendas sejam sustentáveis, o desenvolvimento de planos e estruturas de comercialização efetivas é de extrema importância. O projeto objetiva implementar uma célula regional como parcela local de um sistema estadual de apoio a projetos de exportação em sua fase de estudo, concepção e implementação. Esse sistema deverá ter especialistas e tratar de questões como contratos de vendas, planos de negócios e comerciais, financiamentos e contratos de câmbio, logística, marca e promoção, pontos de venda e canais de distribuição, legislação. As células fariam a ponte entre captação de necessidades locais e essa entidade estadual capacitada, a viabilização das exportações	Implantação, até 2007, da célula regional do sistema estadual de apoio às exportações, articulada aos principais produtores, cooperativas e associações da Região, a princípio, especialmente na cadeia de base florestal, frutas e arroz	Sedai e empresas	Orçamento estadual e empresas

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

## PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

**Justificativa:** São necessários projetos que incentivem a diversificação do setor primário, especialmente em olerícolas, frutas e florestas. O foco principal deve ser a agricultura familiar, com vistas ao aumento da renda per capita da zona rural da Região. Incentivos a pequenas agroindústrias e apoio à exportação devem ser previstos para diversificar atividades de centros urbanos e ampliar a absorção da mão-de-obra regional.

**Quadro 2.4.3 – Projetos do Programa de Estímulos Econômicos RF 4**

Programa:	Estímulos Econômicos			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Incentivos a segmentos promissores da agricultura e agroindústria	Incentivos voltados à criação de agroindústrias cooperativas ou em rede, fomentando os princípios da produção limpa, à expansão da produção agroecológica e à introdução de sistemas de plantio mais eficientes no uso da água para cultivo do arroz irrigado. Incentivar o plantio de silvicultura em áreas adequadas de espécies demandadas pela indústria gaúcha, especialmente a regional	Aumento do valor da produção nos segmentos com vantagem competitiva e especialização: Serrarias e fabricação de artigos de madeira e mobiliário, turismo, arroz e silvicultura	Sedai, SCP, SAA e Emater	Fruições do Fundopem, Programa de Redução das Desigualdades Regionais e Bndes
Assistência técnica acoplada ao financiamento rural – Extensão rural	Atualmente, os financiamentos rurais para pequenos produtores são liberados independentemente das condições técnicas de plantios que os tornem mais rentáveis. A assistência técnica da Emater, fortalecida, deveria se constituir em pré-requisito para essas liberações, de modo que continuamente se procedesse a plantios mais adequados à Região, de maior produtividade e valor agregado. Estímulos de financiamentos voltados à produção de frutas, olerícolas e silvicultura adequados na Região. Manutenção e expansão de linhas de crédito para agricultura familiar, agroindústria e silvicultura, especialmente o Proflora (Caixa RS) e o Prodefruta, garantindo critérios locais baseados na diminuição das desigualdades regionais	Financiamentos agropecuários anuais com valores médios de R\$ 17 mil, liberados com base na exigência de plano de manejo emitido pela Emater. Ampliação dos financiamentos para a Região, hoje entre 0,4% (BRDE) e 1,46% (Caixa RS) para 2,1% dos recursos totais. Ampliar a Assistência da Emater para prover uma visita anual a 8,6 mil propriedades	Emater, Banrisul, Caixa RS, BRDE, Sedai, SAA e Emater	Emater, Banrisul, Caixa RS, BRDE e Emater
Eficiência Coletiva – Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo	A produção de produtores familiares dificulta e inviabiliza a escala necessária à produção e comercialização de produções, em bases tecnológicas mais avançadas. A atuação conjunta de pequenos produtores na utilização conjunta de máquinas e implementos, compra de insumos e comercialização amplia escalas e favorece a produtividade e obtenção de preços e mercados. Implementação de instrumentos jurídicos que permitam que associações e cooperativas obtenham financiamentos e créditos sem que sejam perdidos benefícios de aposentadorias rurais	Apoio a três projetos coletivos por ano	SCP, Sedai, Sebrae, Emater, e Caixa RS	SCP, Sedai, Sebrae, Emater, Caixa RS e empresas
Certificação de qualidade e apoio à inovações	Os produtos regionais deverão buscar estabelecer uma marca por meio da certificação de qualidade, de modo a alcançar mercados mais sofisticados e próprios a esse tipo de consumo. Estímulos à obtenção de certificação de qualidade (Comitê Regional de Qualidade), pela diferenciação de produtos regionais de marca. Realização de ações de difusão da qualidade e da inovação para o crescimento sustentável das empresas. Fortalecimento dos procedimentos para certificação de qualidade, especialmente nos casos levantados nos planos regionais	Realizar um evento anual e divulgar os casos de sucesso via Internet, em portal específico	PGQP e Sedai	Orçamento do Estado e ABDI
Apoio à exportação	Os segmentos agroindustriais existentes e potenciais necessitam se inserir em mercados mundiais (cadeia de base florestal, arroz e frutas). Para que essas vendas sejam sustentáveis, o desenvolvimento de planos e estruturas de comercialização efetivas é de extrema importância. O projeto objetiva implementar uma célula regional como parcela local de um sistema estadual de apoio a projetos de exportação em sua fase de estudo, concepção e implementação. Esse sistema deverá ter especialistas e tratar de questões como contratos de vendas, planos de negócios e comerciais, financiamentos e contratos de câmbio, logística, marca e promoção, pontos de venda e canais de distribuição, legislação. As células fariam a ponte entre captação de necessidades locais e essa entidade estadual capacitada, a viabilização das exportações	Implantação, até 2007, da célula regional do sistema estadual de apoio às exportações, articulada aos principais produtores, cooperativas e associações da Região, a princípio, especialmente na cadeia de base florestal, frutas e arroz	Sedai e empresas	Orçamento estadual e empresas



## PROGRAMA 2 – CAPITALIZAÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL

**Justificativa:** Objetiva desencadear projetos que incentivem atividades ligadas à diversificação do setor primário, especialmente nas áreas de defesa agropecuária, frutas e florestas.

**Quadro 2.4.4 – Projetos do Programa de Capitalização do Potencial Ambiental RF 4**

Programa:	Capitalização do Potencial Ambiental			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Fortalecimento da Defesa Agropecuária Estadual nas Fronteiras e nos Municípios	Fortalecimento da defesa agropecuária estadual nas fronteiras e nos municípios	Inserir os municípios da Região na defesa e controle sanitário, regulamentando atribuições e competências	SAA, Emater, Anvisa, SES e municípios	Fundo Estadual de Sanidade Animal e Fundo Estadual de Apoio ao Setor Primário
Criação de Viveiros	Criação de viveiros de frutas e silvicultura adequadas, em associação com pesquisas de cultivares aptos à Região	Criar e fortalecer três viveiros de frutas e dois de silvicultura e erradicação de clandestinos	Grac, SAA-, Fepagro e Emater	Profruta e Proflora
Monitoramento e Controle Hidrológico para Outorga do uso das Águas	A escassez de águas exigirá um monitoramento das vazões disponíveis nas bacias e um gerenciamento e outorga do uso das vazões para os proprietários, especialmente os grandes plantadores de arroz	Implementar a rede de monitoramento e o sistema de controle e outorga do uso das águas até 2015	Sema/DRH, SAA, Sops e Comitês de Bacias	Fundo de Recursos Hídricos
Marco Regulatório para a Silvicultura	Os proprietários rurais não são suficientemente estimulados a manter áreas de reservas de vegetação e não têm regras claras sobre o plantio de árvores para corte, já que a localização dos plantios em reservas legais pode se constituir em proibição ambiental de corte. Há necessidade de legislação especificando locais e condições de plantios e cortes e orientações sobre essas condições, para incentivar a silvicultura, já que a Região é a primeira produtora de madeira do Estado e tem alto potencial de participação na cadeia de base florestal. Reformulação da legislação ambiental que permita a silvicultura e a compensação pela preservação ambiental – matas ciliares e vegetações. Divulgação, orientação e fiscalização da silvicultura na Região	Realizar o zoneamento ambiental e o marco regulatório. Divulgar e acompanhar	SAA/DPV, Emater, Semc e Sema/Defap	Recursos orçamentários
Incentivos à Produção Agroecológica	Direcionamento de parte das linhas de financiamento, com incentivos específicos (prazos e/ou taxas), para as produções agroecológicas	Fomentar a produção agroecológica na Região, menos impactante ao meio ambiente e de maior valor comercial, especialmente pela proximidade com a RMPA. Há potencial mercado de produções limpas	SAA, Caixa RS e Bancos	Bancos e Caixa RS

## PROGRAMA 3 – IMPLEMENTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO

**Justificativa:** A complementação da infra-estrutura de transportes da Região é essencial para garantir as condições para o aumento das atividades econômicas sem restrições sazonais e a acessibilidade às Regiões Funcionais 1, 3 e 5. Também em energia e telecomunicações há necessidade da universalização do atendimento, para a que os produtores rurais tenham acesso ao uso de máquinas e equipamentos e às informações tecnológicas e mercados. Por outro lado,

o fortalecimento de agroindústrias ligadas aos setores potenciais da cadeia de base florestal, frutas e arroz, especialmente, necessitam da viabilização de áreas industriais nos principais centros urbanos regionais, como fator de atratividade industrial.

### SUBPROGRAMA – TRANSPORTES

As intervenções de transportes previstas nesta estratégia buscam ampliar a acessibilidade da Região e completar a ligação entre os seus municípios. As intervenções previstas estão registradas na **Figura 2.4.22**.

### PROJETOS DE MELHORIA DE CONEXÕES COM AS REGIÕES 1, 3 E 5.

São os grandes eixos que articulam a Região, especialmente os pólos urbano-industriais com o restante do Estado, acessando estes mercados e exportações:

**Figura 2.4.22 – Intervenções Propostas em Transportes da RF 4**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Tabela 2.4.4 – Eixos de Integração Inter-regional – RF 4**

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG009	RR004	RST-101	2 faixas entre RS-040 (Capivari) e Tavares	152,69	18,00	84,94	15,29
AG033	RP165	Acesso a Itati*	trecho entre Itati e entr. RS486 (Rota do Sol)	2,18	1,34	100	1,34

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

\* Prioridade 1 do Daer

- Com Viabilidade Econômica pelo Componente 2
- Identificados como Necessários pelo Componente 1

## EIXOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL INTERNOS

**Tabela 2.4.5 – Eixos de Integração Regional – RF 4**

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG009	RP124	BR-101 2/2	2 faixas entre Osório e Capivari do Sul	17,92	38,71	100	38,71
AG009	RR104	RS-786	2 faixas trecho entre Tramandaí e Quintão	38,27	6,20	100	6,20

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

- Com Viabilidade Econômica pelo Componente 2
- Identificados como Necessários pelo Componente 1

## MELHORIAS EM ARMAZENAGEM

**Tabela 2.4.6 – Melhorias em Armazenagem – RF 4**

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG023	ZM004	Armazéns da RF 4	Upgrade dos armazéns da RF 4 (171,1 mil toneladas)	NA	17,1	100	17,1

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

## ACESSOS CAPILARES A MUNICÍPIOS

Tabela 2.4.7 – Acessos Capilares a Municípios – RF 4

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG033	RP039	Acesso rodoviário Mampituba**	2 faixas de tráfego no trecho entre Mampituba e Morrinhos do Sul (Final do Calçadão)	22,83	11,98	100	11,98
AG033	RP151	Acesso rodoviário Dom Pedro de Alcântara*	trecho entre Dom Pedro de Alcântara e BR101	2,22	1,23	100	1,23
AG033	RP208	Acesso rodoviário Três Forquilhas*	trecho entre Três Forquilhas e BR101	6,68	3,85	100	3,85

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

\* Prioridade 1 do Daer

\*\* Prioridade 4 do Daer

## SUBPROGRAMA – ENERGIA

Quadro 2.4.5 – Projetos do Programa Implementação de Infra-estruturas de Apoio – Energia RF 4

Programa	Implementação de Infra-estruturas de Apoio			
Subprograma	Energia			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Parques Eólicos	A complementação da oferta de energia elétrica (317 MW) será feita com recursos privados, por meio dos parques eólicos	Concluir o parque eólico de Osório com 150 MW e instalar outros com 167 MW já aprovados pelo Proinfa	Semc, BNDES, e bancos privados	Investimento de empresas privadas, diretamente ou via financiamentos
Resolução de Gargalos em Linhas de Transmissão	A situação energética na Região está resolvida, porém, devem ser previstos aumentos de demandas até 2015, que requererão investimentos em transmissão	Operação com carregamento adequado não excedendo faixa de segurança	RGE, Semc e Aneel	Concessionárias
Universalização do Atendimento Rural – Luz para Todos	Universalizar o acesso à energia elétrica no meio rural, como alternativa de modernização da produção agropecuária e melhoria das condições de vida, pela expansão de programas de financiamento de linhas de distribuição, a longo prazo ou a fundo perdido, aproveitando e incentivando as cooperativas existentes	O objetivo principal do Luz para Todos é atingir 100% de eletrificação nos domicílios rurais do Estado do Rio Grande do Sul até o final de 2006	Comitê Gestor Estadual de Universalização (CGEUs)	50% governo federal, 20% governo estadual; 15% das concessionárias de energia; 15% do governo federal, via Reserva Global de Reversão para concessionárias
Melhoria do Atendimento Energético Rural – Energia Forte	Contribuir para o aumento de produtividade em certas culturas e no fortalecimento do papel do pequeno produtor rural na atividade agrícola do Estado. Um dos potenciais gargalos para a viabilização desse projeto é a falta de redes de energia no meio rural capazes de suportar a utilização de máquinas agrícolas que possibilitem a melhoria desejada. O projeto vem para eliminar este potencial gargalo, provendo a estrutura necessária, em termos de fornecimento de energia elétrica, para que o uso de máquinas agrícolas possa ocorrer nos níveis desejados	O Programa Energia Forte segue os mesmos cronogramas, na medida em que as ligações trifásicas vão sendo efetuadas / convertidas, conforme avança o Programa Luz para Todos	Semc e prefeituras (responsáveis por cadastrar e definir a localização das obras)	Governo estadual

## SUBPROGRAMA – TELECOMUNICAÇÕES

Quadro 2.4.6 – Projetos do Programa de Implementação de Infra-estruturas de Apoio – Telecomunicações RF4

Programa:		Implementação de Infra-estruturas de Apoio		
Subprograma:		Telecomunicações		
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Suprimento Regional de Transmissão de Dados de Alta Capacidade	Formação de arcabouço institucional em nível estadual que incentive o desenvolvimento e implementação de redes de transmissão de dados de alta velocidade, através de regulamentação de práticas de mercado, centralização de informações e consolidação de equipe de acompanhamento	Formar comitê de gerenciamento de recursos até 2007	RNP (além da AsRNP e Rede Tchê), MCT, MEC; Semc, empresas atuantes em setores de infra-estrutura (administradoras de rodovias, concessionárias de energia elétrica, etc.)	Orçamento do Estado
Ampliação da Telefonia Rural	Universalizar o acesso à telefonia fixa ou móvel rural, como forma de inserir os produtores em sistemas de informação e conhecimento que modernizem processos agropecuários e ampliem as alternativas de comercialização, por meio de financiamentos a longo prazo ou a fundo perdido	Cobrir, com telefonia, 3,6% da população regional e 14,3% dos municípios	Semc, Anatel e operadoras	Governo estadual
Fortalecimento de Centros de Informação (infra-estruturas Informatizadas)	Fortalecimento da rede de Centros de Informações da Emater, via implementação de novos centros, com acesso à internet e eventuais sistemas de informação especializados (informações de mercado, acompanhamento de preços de produtos agrícolas, disseminação de técnicas produtivas, etc.), além de serviços de telefonia	Fortalecer a rede de centros de informações informatizadas nas sedes dos 21 municípios	Semc, SAA e/ou do Grac e Emater	Governo estadual
Apoio à Industrialização	O centro urbano principal da Região não conta com área industrial, sendo que a Sedai está apoiando projeto para seleção de área e elaboração de projeto em Osório. Esse centro tem maiores chances de atrair indústrias, pelas ligações com a área metropolitana, devendo, portanto, dar continuidade a estudos que a Sedai já vem realizando	Implantar ou ampliar a área industrial no centro urbano de Osório	Sedai, prefeituras e empresários	Orçamento estadual e prefeituras

## SUBPROGRAMA – APOIO À INDUSTRIALIZAÇÃO

Quadro 2.4.7 – Projetos do Programa de Implementação de Infra-estruturas de Apoio – RF4

Programa:		Implementação de Infra-estruturas de Apoio		
Subprograma:		Apoio à Industrialização		
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Suporte à Industrialização	O centro urbano principal da região não conta com área industrial, sendo que a Sedai está apoiando projeto para seleção de área e elaboração de projeto em Osório. Esse centro tem maiores chances de atrair indústrias, pelas ligações com a área metropolitana, devendo portanto, dar continuidade aos estudos que a Sedai já vem realizando para essa cidade	Implantar ou ampliar a área industrial no centro urbano de Osório	Sedai, prefeituras e empresários	Orçamento estadual e prefeituras

## PROGRAMA 4 – DESENVOLVIMENTO DA CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA E EMPRESARIAL

**Justificativa:** As transformações propostas para o setor primário da RF4 demandam competências novas ou aprofundadas das empresas e das pessoas. O conjunto de projetos deste programa busca aumentar a capacidade de respostas das pessoas e das empresas ao propor uma larga gama de intervenções, parte na formação e parte no desenvolvimento de pesquisas articuladas com os objetivos e metas definidos.

**Quadro 2.4.8 – Projetos do Programa de Desenvolvimento da Capacitação Tecnológica e Empresarial RF 4**

Programa	Desenvolvimento da Capacitação Tecnológica e Empresarial			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Criação de Sistema Técnico Universitário Progressivo – Capacitação em Segmentos Promissores	Oferecimento de cursos de capacitação e ações de extensão num programa de cinco anos para utilização do sistema agroflorestal; Oferecimento de cursos de capacitação e ações de extensão num programa de cinco anos para a produção limpa; Cursos de capacitação e ações de extensão num programa de cinco anos para comercialização	Atingir 20% dos 35 mil trabalhadores rurais da Região (2007/2011)	STCAS, SAA, Emater e escolas técnicas	Orçamento do Estado
Gestão Integrada de Pesquisas Regionais – Desenvolvimento de Pesquisas em Segmentos Promissores	Apoio à recuperação da pesca artesanal – Lançamento de editais pela Fapergs para pesquisas sobre as espécies priorizadas pelas organizações de pescadores, envolvendo reprodução nas lagoas, manejo da captura e comercialização. Apoiar o uso sustentável das espécies nativas – Lançamento de editais pela Fapergs para pesquisas sobre o manejo sustentável de espécies nativas	Realizar cinco pesquisas de pesca artesanal e cinco de uso sustentável de espécies nativas (2007/2015)	Fapergs, SCT, SAA e IES	Orçamento do Estado
Fortalecimento de Sistema de Informações para Difusão Tecnológica (produção de conhecimento)	Fortalecimento do sistema de informações aos produtores de plantios segundo potenciais de mercados e sistema de informações de melhores práticas agrícolas e agroindustriais, em centros de informações em rede nos 21 municípios da Região, em parceria com a Emater	Operar os centros de informação nas 21 sedes municipais	SAA, Emater e Sedai	Fapergs, SAA, Emater, Embrapa e Sedai

### PROGRAMA 5 – CONSERVAÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL

**Justificativas:** As questões ambientais principais que interferem na produção primária referem-se à utilização racional das águas para o plantio de arroz e à destinação de seus resíduos.

**Quadro 2.4.9 – Projetos do Programa de Conservação do Potencial Ambiental RF 4**

Programa	Conservação do Potencial Ambiental			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Incentivo a Sistemas de Plantio Eficientes no Uso da Água para Arroz Irrigado	Diminuição da demanda de água para a irrigação através do aumento da eficiência dos sistemas existentes. Incorporação de tecnologias que aumentem a eficiência com relação à demanda da água no sistema de cultivo do arroz irrigado	Implementar o controle da eficiência dos sistemas de irrigação na Região	SAA, Sema, Fepam e Emater	Sema/DRH, SAA, Sops, Fepam e Emater
Destinação de Resíduos de Arroz	Incentivo a associação da criação de produtores, capacitação de técnicos, desenvolvimento e divulgação de pesquisas e estudos referentes aos aspectos econômicos e ambientais desta atividade. Propor e estabelecer condições logísticas de carregamento e transporte dos resíduos	Instrumentalizar os produtores para reutilização do sub-produto do beneficiamento do arroz, fomentar a criação de cooperativas ou associações na busca de alternativas para geração de energia (biomassa). Elaborar mapeamento de áreas/estações de transbordo dos resíduos para abastecimento de usinas termoeletricas nas Regiões 5 e 6	SAA, Sema, Fepam, Emater, Farsul, e Senar	Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica, parcerias com indústrias de beneficiamento e recursos externos decorrentes de aplicação em MDLs
Controle do Uso de Agroquímicos	Implementação do controle e fiscalização das atividades agrícolas que exijam forte demanda de agroquímicos, sendo predominante nesta Região o fumo e a fruticultura. Fiscalização e treinamento de agricultores para o uso correto de agroquímicos, capacitação de técnicos com ênfase na legislação específica, fiscalização do cumprimento das normas para controle e uso e implementação de pesquisas visando ao desenvolvimento de manejo de pragas e doenças. Há um programa de disseminação do controle do uso de agroquímicos que precisa ser fortalecido	Implementar controle de uso de agroquímicos em cerca de 50% das propriedades rurais até 2015 (8,62 mil)	SAA, Emater e Sema	Programa Agricultura Familiar no Contexto do Desenvolvimento Local Sustentável e Prodatab
Recuperação de Matas Ciliares	A mata ciliar é importante para o controle natural de pragas e deve ser recuperada em áreas atingidas por culturas anuais mecanizadas e culturas diversificadas. O Programa de Restauração de Mata Ciliar no RS destina-se a restaurar a vegetação às margens e no entorno dos corpos hídricos em Bacias Hidrográficas do Estado	Restaurar a mata ciliar ao longo dos cursos d'água das duas principais bacias hidrográficas da Região	Sema/Defap, Fepam, SAA e Emater	Recursos de reposição florestal, previstos por legislação quanto a compensações pela implantação de grandes empreendimentos

## ESTRATÉGIA 2 – TURISMO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Reúne o conjunto de programas e projetos destinados a transformar a atividade turística na Região, trazendo novos padrões de qualidade e agregando maior valor aos serviços oferecidos. Esse conjunto é especificado na seqüência (**Tabelas 2.4.8 e Quadros 2.4.10 a 2.4.17**).

**Tabela 2.4.8 – Estratégias, Programas e Projetos Estratégicos para a RF 4 (R\$ Mil)**

Estratégia	Programa	Subprograma	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
2 – Turismo e Sustentabilidade Ambiental	1 – Estímulos Econômicos		1 – Incentivos à Atração de Empreendimentos Turísticos de Grande Porte					
			2 – Direcionamento das Linhas de Crédito e Financiamento	14.972	29.944	29.944	74.860	
			3 – Fomento à adoção de práticas sustentáveis pelos empreendimentos turísticos e residenciais, de acordo com os princípios da OMT					
			4 – Inteligência Competitiva	260	504	503	1.267	
			5 – Suporte ao Empreendedor	3.330	8.000	9.600	20.930	
	<b>Total do Programa</b>				<b>18.562</b>	<b>38.448</b>	<b>40.047</b>	<b>97.057</b>
	2 – Capacitação das Estruturas Públicas e Privadas Regionais			1 – Incentivos direcionados às IES regionais para oferecimento de educação formal e continuada voltada ao turismo				
				2 – Integração de noções sobre turismo e empreendedorismo no ensino básico, de forma articulada com a educação ambiental	92	184	184	460
	<b>Total do Programa</b>				<b>92</b>	<b>184</b>	<b>184</b>	<b>460</b>
	3 – Implementação de Infraestruturas			1 – Implantação da Avenida do Litoral	21.000	42.000	42.000	105.000
	<b>Total do Programa</b>				<b>21.000</b>	<b>42.000</b>	<b>42.000</b>	<b>105.000</b>
	4 – Fortalecimento da Rede Urbana Principal	1 – Fortalecimento da Educação		1 – Avaliação de Desempenho	3	6	6	14
				2 – Escola de Tempo Integral	1.563	4.335	6.265	12.162
				3 – Atendimento à Demanda por Ensino Básico	21.801	34.849	53.532	110.182
		2 – Fortalecimento no Atendimento à Saúde		1 – Construção de Leitos	1.037	6.100	11.598	18.735
2 – Expansão do Programa Saúde da Família				768	2.208	768	3.744	
3 – Melhoria e Suprimento Habitacional			1 – Construção de Novos Domicílios Urbanos	3.396	6.797	6.797	16.989	
			2 – Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios	71	284	-	355	
4 – Combate à Pobreza				1 – Renda Básica	2.909	5.818	5.818	14.545
5 – Saneamento Básico			1 – Coleta e Tratamento de Esgotos	6.697	9.870	9.838	26.405	
			2 – Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos	476	1.189	714	2.379	
<b>Total do Programa</b>				<b>40.167</b>	<b>75.075</b>	<b>97.507</b>	<b>212.751</b>	
<b>Total da Estratégia</b>				<b>79.821</b>	<b>155.707</b>	<b>179.738</b>	<b>415.268</b>	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

### PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

**Justificativa:** Para introduzir as mudanças propostas para o turismo regional (aumento do porte dos empreendimentos e a integração da sustentabilidade ambiental às estratégias privadas, especialmente), faz-se necessário redirecionar recursos, dando indicação da trajetória desejada pelo Estado. O conjunto de projetos deste programa busca sinalizar concretamente as prioridades do setor turístico na Região Funcional 4.

**Quadro 2.4.10 – Projetos do Programa de Estímulos Econômicos RF 4**

Programa:		Estímulos Econômicos		
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Incentivos para a Atração de Empreendimentos Turísticos de Grande Porte	Criação de programa específico de incentivos voltado à implantação de <i>resorts</i> de grande porte, especializados em ecoturismo, envolvendo incentivos estaduais, municipais	Implantar dois <i>resorts</i> fora da área litorânea da Região, entre 2008 e 2015	Sedai, Setur, prefeituras e BNDES	Fundopem, empresas, Orçamento do Estado, prefeituras, Programa de Redução das Desigualdades Regionais (SCP), BNDES Caixa RS e BRDE
Direcionamento das Linhas de Crédito para Empreendimentos Turísticos de Grande a Pequeno Porte	Da mesma forma que os incentivos, as linhas de crédito e financiamento fornecidas pelas agências financeiras do Estado devem voltar-se a investimentos em turismo. Isso pode ser alcançado mediante a inclusão de condições creditícias mais favoráveis, conforme cresça a distância dos empreendimentos em relação ao eixo dinâmico Porto Alegre-Caxias do Sul. Inspirado nos critérios do Fundopem-Integrar, esse mecanismo, corretamente calibrado, permitirá que os objetivos setoriais e regionais sejam alcançados	Garantir uma distribuição espacial mais equânime dos recursos de financiamentos. Pelo critério proposto, a Região alcançaria cerca de 2,1% e 2,7 % dos valores totais de financiamentos do Estado da Caixa RS e BRDE, respectivamente	SCP, Sedai, Bndes, BRDE e Caixa RS	Recursos já disponíveis nas instituições envolvidas
Fomento à Adoção de Práticas Sustentáveis pelos Empreendimentos Turísticos e Residenciais, de Acordo com os Princípios da OMT	Integração nas linhas de financiamento de critérios de sustentabilidade, com incentivos em termos de prazos e taxas. Não necessita recursos adicionais	Definir política por via legal	SCP, Sema e Casa Civil	Orçamento do Estado
Inteligência Competitiva	Fomentar a criação de organização regional de turismo. Vários órgãos e empresas regionais, pilotados pelo Sebrae, vêm estruturando o APL Turismo, como forma de dinamizar a Região. Propõe-se a instalação de uma célula de inteligência competitiva para esta atividade na Região, articulada ao sistema estadual, prospectando mercados e oportunidades. A criação de uma entidade de coordenação da ação dos diversos atores regionais deverá ser tarefa da Setur, sem recursos adicionais	Criar entidade regional de turismo em 2006	SCP, Sebrae, Sedai e Setur	Caixa RS, Sedai, SCP, Sebrae e empresas
Suporte ao Empreendedorismo	Implantação do Programa de Suporte ao Empreendedor. Integrar e fortalecer a atuação das universidades com agências de desenvolvimento e com o Sebrae na estruturação de banco de dados para o balcão de projetos e no apoio ao empreendedorismo. Continuidade do atendimento pelo Sebrae de orientações à abertura de pequenas e médias empresas. Realizar projetos em desenvolvimento regional, cooperativismo e gestão em modelagem de negócios	Realizar cursos, projetos e centros	Sedai, SCP, Sebrae e universidades	Orçamento do Estado, através da Sedai e Caixa RS e contrapartida de empresas

## **PROGRAMA 2 – CAPACITAÇÃO DAS ESTRUTURAS PÚBLICAS E PRIVADAS REGIONAIS**

**Justificativa:** A capacitação das pessoas e das organizações para atuar num ambiente mais complexo, como o que se configura com a atual proposta, é fundamental para o sucesso da estratégia de desenvolvimento. A melhor coordenação dos diversos atores regionais trará ganhos de eficácia das demais ações previstas.

O conjunto de projetos deste programa prevê, de um lado, a qualificação das pessoas para a atividade turística e, de outro lado, a potencialização do capital social existente.

**Quadro 2.4.11 – Projetos do Programa de Capacitação das Estruturas Públicas e Privadas Regionais RF 4**

Programa: Capacitação das Estruturas Públicas e Privadas Regionais				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Incentivos Direcionados às IES para Educação voltada ao Turismo	Incentivos financeiros baseados no número de matrículas e taxa de sucesso (graduados/matrículas entrantes)	Atingir 120 alunos por ano, no período 2006-2015	SEC e SCT	Orçamento do Estado
Integração de Noções sobre Turismo e Empreendedorismo no Ensino Básico	Elaboração de material didático sobre turismo e empreendedorismo e capacitação dos professores das redes estadual e municipais	Elaborar o material didático e capacitar 100% dos professores da rede regional, no período 2006-2015	SEC, Setur e Sema	Orçamento do Estado

### PROGRAMA 3 – IMPLEMENTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS

**Justificativa:** As infra-estruturas viárias, de energia, de transmissão de dados e telecomunicações são condições essenciais para o sucesso das estratégias de desenvolvimento propostas para a RF4. Além das infra-estruturas já descritas nos projetos da Estratégia 1, também para esta Estratégia, a complementação do sistema viário urbano, interligando as diversas localidades, facilitará os deslocamentos da população permanente do Litoral.

**Quadro 2.4.12 – Projetos do Programa de Implementação de Infra-estruturas RF 4**

Programa: Implementação de Infra-estruturas				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Implantação da Avenida do Litoral	Recuperação da via urbana, beneficiando 300 mil habitantes permanentes do Litoral	Implantar a Avenida do Litoral até 2015, com 145 km	Metroplan	Orçamento do Estado e prefeituras

### PROGRAMA 4 – FORTALECIMENTO DA REDE URBANA PRINCIPAL

**Justificativa:** A estruturação e sedimentação do turismo exige que a rede urbana principal da Região Funcional 4 seja fortalecida, como apoio às atividades e pessoas, assim como o fornecimento de serviços urbanos adequados às necessidades dos turistas. Quatro cidades médias devem ser fortalecidas no apoio às atividades turísticas: Osório, Torres, Capão da Canoa e Tramandaí. Nesses municípios, ações de melhorias das condições sociais e urbano-ambientais serão prioritárias.

**Quadro 2.4.13 – Projetos do Subprograma de Fortalecimento da Educação RF 4**

Programa Fortalecimento da Rede Urbana Principal				
Subprograma Fortalecimento da Educação				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Avaliação de Desempenho	Destina-se a avaliar o desempenho do alunado do ensino médio e fundamental, visando à melhoria de qualidade do ensino	Avaliar bianualmente alunos da rede pública: Ensino Fundamental (1.062 alunos até 2007; 2.145 até 20011; 2.117 até 2015; Ensino Médio: 390 alunos até 2007; 786 até 2011; 780 até 2015	SEC e dos municípios	Orçamento estadual
Escola de Tempo Integral	Ampliação da qualidade da formação no ensino fundamental	Incluir, até 2015, de 50% da população de 7 a 14 anos em tempo integral na escola: 6,25 mil alunos até 2007; 8,67 mil até 2011; 12,53 mil até 2015	SEC e dos municípios	Orçamento estadual
Atendimento na Educação Fundamental	Abertura de novas vagas para os alunos que demandarão a escola, produto do crescimento populacional desses centros urbanos	Incluir 100% de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos e de 15 a 17 anos no ensino médio. Educação Fundamental: 21,2 mil alunos até 2007; 21,7 até 2011; 21,0 mil até 2015 Ensino Médio: 6,2 mil até 2007; 6,3 mil até 2011; 6,2 mil até 2015	SEC e dos municípios	Orçamento estadual



## SUBPROGRAMA – FORTALECIMENTO NO ATENDIMENTO A SAÚDE

Quadro 2.4.14 – Projetos do Subprograma de Fortalecimento no Atendimento à Saúde RF 4

Programa	Fortalecimento da Rede Urbana Principal			
Subprograma	Fortalecimento no Atendimento de Saúde			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Construção de Leitos	Provimento, até 2015, do número de leitos compatível com as metas de supressão do déficit existente e atendimento de populações adicionais)	Prover 151 leitos até 2015	SES e secretarias de saúde dos municípios	SUS e Orçamento estadual
Expansão do Programa de Saúde da Família	Atendimento de 80% da população urbana por ações básicas de saúde familiar	SES e secretarias de saúde dos municípios	SES e secretarias de saúde dos municípios	SUS e Orçamento estadual

## SUBPROGRAMA – MELHORIA E SUPRIMENTO HABITACIONAL

Quadro 2.4.15 – Projetos do Subprograma de Melhoria do Suprimento Habitacional RF 4

Programa	Fortalecimento da Rede Urbana Principal			
Subprograma	Melhoria e Suprimento Habitacional			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Construção de Moradias	Redução do déficit habitacional urbano até 2015 e construção de novas moradias para acompanhar o crescimento populacional	Construir 246 moradias até 2007; 793 até 2011 e 793 até 2015	Sehadur, Cohab e secretarias municipais de habitação	Orçamento estadual
Construção de Unidades Sanitárias	Eliminação do déficit de banheiros até 2011	Construir 121 unidades sanitárias até 2011	Sehadur e secretarias municipais de habitação	Orçamento estadual

## SUBPROGRAMA – COMBATE À POBREZA

Quadro 2.4.16 – Projetos do Subprograma de Combate à Pobreza RF 4

Programa:	Fortalecimento da Rede Urbana Principal			
Subprograma:	Combate à Pobreza			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Renda Básica	Complementação da renda das pessoas situadas abaixo da linha de indigência com recursos necessários para atingir o piso de rendimento de 1 salário mínimo	Atender 400 pessoas até 2007 e estimativa de 800 nos dois quadriênios posteriores até 2015	–	Orçamento estadual

## SUBPROGRAMA – SANEAMENTO BÁSICO

Quadro 2.4.17 – Projetos do Subprograma de Saneamento Básico RF 4

Programa	Fortalecimento da Rede Urbana Principal			
Subprograma	Saneamento Básico			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Coleta e Tratamento de Esgotos	Ampliação da coleta e tratamento de esgoto nos municípios-pólo (Osório, Torres, Capão da Canoa e Tramandaí)	Reduzir 40% do déficit até o ano de 2015. Realizar 2,7 mil ligações adicionais até 2011, 3,9 mil até 2011 e 3,9 mil até 2015. Tratar 100% dos esgotos coletados	Concessionárias, Metroplan e Sops	Sops, Corsan, Pró-Saneamento, Prosanear e Sema
Tratamento e destinação de resíduos domiciliares	Coleta e destinação de resíduos domiciliares nas cidades de Osório, Tramandaí, Capão da Canoa e Torres	Coletar e destinar adequadamente 100% dos resíduos domiciliares e industriais não perigosos coletados. Implantar quatro aterros sanitários	Sops, Corsan, Sema e prefeituras	BID/PASS, Pró-Saneamento, financiamentos externos e Projetos de MDL

## ESTRATÉGIA 3 – MACROZONEAMENTO ESTRATÉGICO

Reúne os programas e projetos destinados a organizar o uso e a ocupação do solo, mantendo o potencial ambiental para o turismo e trazendo novos padrões e maior valor aos serviços oferecidos (Tabelas 2.4.9 e Quadros 2.4.18 a 2.4.20).

**Tabela 2.4.9 – Programas e Projetos da Estratégia 3 (R\$ Mil)**

Estratégia	Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total
3 – Macrozoneamento Estratégico	1 – Ordenamento Territorial	1 – Conclusão e Monitoramento dos Planos Diretores dos Municípios da Região	172	344	344	860
		2 – Elaboração do Plano Diretor Regional para a Disposição dos Resíduos Sólidos	460	540		1.000
		3 – Definição de Normas para o Uso das Lagoas para Atividades de Lazer				
		4 – Fomento à Integração dos Planos Diretores Municipais	1.000	4.000		5.000
	<i>Total do Programa</i>		<i>1.632</i>	<i>4.854</i>	<i>-</i>	<i>6.860</i>
	2 – Capacitação para o Ordenamento Territorial	1 – Capacitação para o Planejamento e Ordenamento Territorial	Já incluídos no programa 1 desta estratégia			
		2 – Capacitação de Pessoal para o Planejamento e Ordenamento Territorial	51	102	102	255
	<i>Total do Programa</i>		<i>51</i>	<i>102</i>	<i>102</i>	<i>255</i>
	3 – Manejo e uso das Florestas Nativas, Unidades de Conservação e Terras Indígenas	1 – Desenvolvimento de Pesquisas sobre o Uso Sustentável de Espécies Nativas				
		2 – Criação, Consolidação e Manejo de Terras Indígenas	1.500	3.750	2.250	7.500
		3 – Criação, Consolidação e Manejo de Unidades de Conservação	700	1.750	1.050	3.500
4 – Consolidar e Expandir o Banco de Germoplasma da Fepagro		246	491	491	1.228	
<i>Total do Programa</i>		<i>2.446</i>	<i>5.991</i>	<i>3.791</i>	<i>12.228</i>	
<i>Total da Estratégia</i>		<i>4.129</i>	<i>10.977</i>	<i>4.237</i>	<i>19.343</i>	
<b>Total Geral para a Região Funcional</b>		<b>623.617</b>	<b>1.705.280</b>	<b>1.278.026</b>	<b>3.606.923</b>	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

### PROGRAMA 1 – ORDENAMENTO TERRITORIAL

**Justificativa:** A Região é muito frágil do ponto de vista ambiental. Os impactos de uma ocupação desordenada podem ser irremediáveis e inviabilizar a consolidação de uma atividade turística de maior peso econômico. O conjunto de projetos deste programa busca dar instrumentos às comunidades para controlar o uso do solo e garantir a preservação ambiental.

**Quadro 2.4.18 – Projetos do Programa de Ordenamento Territorial RF4**

Programa	Ordenamento Territorial			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Conclusão e Monitoramento dos Planos Diretores dos Municípios	Atividade em execução, sob responsabilidade da Metroplan e prefeituras. O monitoramento dos planos diretores será, igualmente, tarefa da Metroplan	Atingir 21 planos diretores concluídos	Metroplan e prefeituras	Orçamento do Estado e prefeituras
Elaboração do Plano Diretor Regional para a Disposição dos Resíduos Sólidos	Elaboração do Plano Diretor, definindo locais e respectivas condições de uso (análises geológicas, simulação de ocupação, entre outras), além da proposta de gestão	Elaborar o Plano Diretor de Disposição de Resíduos Sólidos no período 2007-2008	Metroplan, Fepam e prefeituras	Orçamento do Estado e Ministério das Cidades
Definição de Normas para o Uso das Lagoas para Atividades de Lazer	Algumas atividades de lazer são danosas à fauna aquática, podendo inviabilizar, por exemplo, a retomada da pesca artesanal, podendo deixar sem condições os locais de desova. Trata-se, assim, de editar norma legal que delimite o tipo de atividade de lazer suportável pelas lagoas	Elaborar norma legal em 2006	Metroplan, Fepam e Casa Civil	Orçamento do Estado
Fomento à Integração dos Planos Diretores Municipais	Projeto de parceria com as prefeituras para o desenvolvimento de projetos estruturantes intermunicipais, envolvendo as microrregiões Beira-Mar Norte, Beira-Mar Sul, Encosta da Serra Sul e Encosta da Serra Norte	Realizar quatro projetos no período 2007-2011	Metroplan e prefeituras	Orçamento do Estado e prefeituras

## PROGRAMA 2 – CAPACITAÇÃO PARA O ORDENAMENTO TERRITORIAL

Quadro 2.4.19 – Projetos do Programa de Capacitação para o Ordenamento Territorial RF 4

Programa: Capacitação para o Ordenamento Territorial				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Capacitação das Estruturas para o Planejamento e Ordenamento Territorial	Reaparelhamento das estruturas de planejamento regional, com renovação de equipamentos e <i>softwares</i> e ampliação do quadro de pessoal, de acordo com o Programa de Estruturação da Governança	Atingir e manter o reaparelhamento das estruturas de planejamento regional, no período 2007-2015	Metroplan, Sefaz e Sehadur.	Orçamento do Estado
Capacitação do Pessoal para o Planejamento e Ordenamento Territorial	Definição, por edital, IES ou consórcio de IES responsável por assegurar a realização de ciclos de formação para técnicos	Capacitar técnicos dos quadros estadual e municipal	SCP	Orçamento do Estado, Ministério das Cidades, financiamentos externos dentro de um projeto mais amplo de modernização da administração, como o que beneficiou estruturas de arrecadação

## PROGRAMA 3 – MANEJO E USO DAS FLORESTAS NATIVAS, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TERRAS INDÍGENAS

**Justificativa:** Um terço da área da Região é ocupada por unidades de conservação e terras indígenas. Portanto, aumentar a renda da agricultura familiar e das comunidades indígenas passa pelas possibilidades de manejo dessas áreas, preservando sua biodiversidade e agregando mais elementos de atração de visitantes.

Quadro 2.4.20 – Projetos do Programa de Manejo e Uso das Florestas Nativas, Unidades de Conservação e Terras Indígenas

Programa: Manejo e Uso das Florestas Nativas, Unidades de Conservação e Terras Indígenas				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Desenvolvimento de Pesquisas sobre o Uso Sustentável de Espécies Nativas	Trata-se de projeto vinculado ao Programa de Conservação Ambiental elaborado para o Estado. Busca dar continuidade aos estudos já concluídos sobre o manejo da samambaia preta	Realizar estudo de uma espécie a cada dois anos, em 2006-2015	Fepam e Sema	Orçamento do Estado
Criação, Consolidação e Manejo das Terras Indígenas	Desenvolvimento e implantação de planos de manejo nas terras indígenas existentes; consolidação de áreas decretadas: desapropriação e/ou demarcação de áreas já identificadas, definir novas áreas para agrupamentos acampados em áreas impróprias, de acordo com o projeto elaborado para o Estado	De acordo com o projeto estadual	Conselho dos Povos Indígenas, Funai, Metroplan e Fepam	Orçamento do Estado e governo federal
Criação, Consolidação e Manejo das Unidades de Conservação	Desenvolvimento e implantação de planos de manejo nas Unidades de Conservação existentes; consolidação de áreas decretadas: desapropriação e/ou demarcação de áreas já identificadas, de acordo com o Projeto elaborado para o Estado	De acordo com o projeto estadual	Sema, Fepam e FZB	Orçamento do Estado e governo federal
Consolidar e Expandir o Banco de Germoplasma da Fepagro	A Fepagro já dispõe de um banco de germoplasma de espécies nativas. O projeto prevê recursos para sua ampliação e manutenção	Ampliar a manter o banco de germoplasma no período 2006-2015	Fepagro, SCT e SAA	Orçamento do Estado

## Outros Projetos de interesse para a Região Funcional 4

Além dessas estratégias, outros projetos de interesse para a Região foram identificados nas estratégias do Estado, não diretamente ligados às estratégias regionais definidas, mas que também suprem suas necessidades. Podem ser visualizados nas **Tabelas 2.4.10** e nos **Quadros 2.4.21 a 2.4.26**.

**Tabela 2.4.10 – Outros Projetos de Interesse para a RF 4 (R\$ Mil)**

Área	Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total
1 – Inclusão Social	1 – Melhoria do Atendimento em Educação Básica	1 – Eliminação do Analfabetismo	179	716	716	1.611
		2 – Escola de Tempo Integral	406	3.718	3.513	7.637
		3 – Avaliação de Desempenho	2	5	5	12
		4 – Atendimento à Demanda por Ensino Básico	18.659	30.031	46.133	94.823
	2 – Melhoria do Atendimento em Saúde	1 – Ampliação de Empregos Médicos	3.887	12.381	13.101	29.369
		2 – Ampliação de Empregos de Enfermeiros	2.295	4.815	6.158	13.269
		3 – Expansão do Programa Saúde da Família	1.248	3.840	6.720	11.808
	3 – Melhoria das Condições de Habitação	1 – Redução do Déficit Habitacional Urbano	5.952	25.884	25.411	57.248
		2 – Construção Unidades Sanitárias Domicílios	414	688	-	1.103
		3 – Redução do Número de Domicílios com Densidade Excessiva	168	336	336	840
	4 – Ampliação do Atendimento por Saneamento Básico	1 – Rede de Distribuição de Água	2.505	10.472	10.285	23.261
		2 – Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos	647	3.303	5.313	9.263
	5 – Combate à pobreza	1 – Renda Básica	4.158	8.316	8.316	20.790
<i>Total da Área</i>			<b>40.522</b>	<b>104.504</b>	<b>126.005</b>	<b>271.030</b>
2 – Manutenção do Potencial Ambiental	1 – Melhorias Tecnológicas para a Destinação de Dejetos de Origem Animal	1 – Melhorias Tecnológicas para a Destinação de Dejetos de Origem Animal	198	496	298	992
		2 – Sistemas de Captação, Armazenamento e Distribuição de Águas Pluviais	115	288	173	576
	<i>Total da Área</i>			<b>313</b>	<b>784</b>	<b>471</b>
<b>Total Geral</b>			<b>40.835</b>	<b>105.288</b>	<b>126.475</b>	<b>272.598</b>

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

## INCLUSÃO SOCIAL

A Inclusão Social abrange a totalidade das demandas da Região, até 2015. Esses projetos constam da Estratégia 3 do Plano Estadual. As demandas e recursos estimados não incluem os dos pólos urbanos anteriormente descritos. As demandas e os recursos para a Região são o somatório destes ora estimados e daqueles dos pólos urbanos, da Estratégia de Turismo.

## PROGRAMA DE MELHORIA DO ATENDIMENTO EM EDUCAÇÃO BÁSICA

**Quadro 2.4.21 – Projetos do Programa de Melhorias do Atendimento em Educação Básica RF 4**

Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Eliminação do Analfabetismo	A análise dos dados por faixa etária confirma que a universalização do Ensino Fundamental tem empurrado o analfabetismo para idades mais avançadas, ou seja, o problema é de estoque. Portanto, é possível eliminar o analfabetismo existente	Atender a demandas de 14,3 mil pessoas até 2015	SEC e prefeituras	Orçamentos dos governos federal, estadual e municipal
Escola em Tempo Integral	As políticas de correção de fluxo que levam à eliminação da distorção série/idade e à redução do número de anos para o percurso de cada nível de ensino apóiam-se no pressuposto de que os alunos conseguem desenvolver as competências se lhes forem dadas oportunidades de aprendizagem. Programas de reforço, na forma de atividades pedagógicas em turno contrário, aumentam as probabilidades de sucesso dos alunos com dificuldades de aprendizagem e são importantes na correção do fluxo	Atender a demandas estimadas de 16 mil até 2015	SEC e prefeituras	Orçamentos estadual e municipais
Avaliação de Desempenho	As políticas de correção do fluxo escolar, que implicam na eliminação da repetência, devem ter sua eficiência monitorada por um sistema de avaliação de desempenho dos alunos, a fim de verificar se, além de serem promovidos, os alunos estão desenvolvendo as competências requeridas pela escola	Implantar a avaliação das escolas estaduais a cada dois anos, atingindo 5% dos alunos matriculados em cada COREDE. Fundamental: 4,6 mil alunos até 2015. Médio: 961 alunos até 2015	SEC e universidades	
Atendimento à Demanda por Ensino Básico	A oferta de matrículas no Ensino Fundamental é dever do Estado. A oferta de matrículas no Ensino Médio é imperativa do desenvolvimento pessoal, e direito garantido pela Constituição	Atender 54,8 mil alunos no Fundamental e 16,2 mil no Médio até 2015	Ministério e Secretaria da Educação e prefeituras	

## PROGRAMA DE MELHORIA DO ATENDIMENTO EM SAÚDE:

Quadro 2.4.22 – Projetos do Programa de Melhoria do Atendimento em Saúde RF 4

Programa	Programa Melhoria do Atendimento em Saúde			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Ampliação de Empregos Médicos	Bons indicadores de leitos, médicos e enfermeiros de nível superior permitem estender e aprofundar programas e ações em saúde pública	Atingir o coeficiente de 10,3 Empregos Médicos por 10 mil habitantes em todos os COREDES até 2015	Ministério da Saúde, SES e prefeituras	Orçamentos dos três níveis de governo
Ampliação de Empregos de Enfermeiros	A disponibilidade de enfermeiros de nível superior convive com boa oferta de auxiliares de enfermagem de nível médio, profissionais absolutamente necessários aos programas de atenção à saúde da população	Atingir o coeficiente de 5,6 Empregos de Enfermeiros por 10 mil habitantes, média do Estado, em todos os COREDEs até 2015	Ministério da Saúde, SES e prefeituras	Orçamentos dos três níveis de governo
Expansão do Programa Saúde da Família	O PSF permite ampliar e qualificar a atenção básica prestada no Rio Grande do Sul pelos municípios	Aumentar a cobertura do Programa para 50% da população em 2007; 70% em 2011; 80% em 2015, 136 equipes até 2015	Ministério da Saúde, SES e prefeituras	Orçamentos dos três níveis de governo

## PROGRAMA DE MELHORIA DAS CONDIÇÕES DA HABITAÇÃO

Quadro 2.4.23 – Projetos do Programa de Melhoria das Condições da Habitação RF 4

Programa	Melhoria das Condições da Habitação			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Redução do Déficit Habitacional Urbano	O investimento no setor habitacional é prioritário, tendo em vista seu impacto social e econômico, tanto para a indústria local, como na geração de empregos para a força de trabalho menos qualificada. Atendimento à demanda por moradia das novas famílias resultantes do crescimento demográfico, destinados a famílias com renda per capita mensal até 5 salários mínimos	Construir unidades residenciais nas zonas urbanas de forma a eliminar 35% do déficit existente até 2015. Acompanhar os números da variação demográfica. Construir 4,1 mil unidades até 2015	Sehadur e Cohab	Orçamento do Estado e Sistema Financeiro de Habitação
Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios sem Sanitário	Garantia de acesso das populações urbana e rural à moradia com qualidade e conforto mínimos, vinculada aos serviços de infra-estrutura básicos (água, esgoto e energia elétrica)	Reduzir em 35% o déficit existente até 2011. Construir 375 até 2011	Sehadur e Cohab	Orçamento do Estado
Redução do Número de Domicílios com Densidade Excessiva	Garantia de acesso das populações urbana e rural à moradia com qualidade e conforto mínimos, com redução de densidade onde há mais de três moradores por dormitório	Reduzir em 17,5%, sendo 20% até 2007, 40% até 2011 e 40% até 2015. Atender a demandas de 560 até 2015	Sehadur e Cohab	Orçamento do Estado

## PROGRAMA DE AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO EM SANEAMENTO BÁSICO

Quadro 2.4.24 – Projetos do Programa de Ampliação do Atendimento em Saneamento Básico RF 4

Programa	Ampliação do Atendimento em Saneamento Básico			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Rede de Distribuição de Água	Ampliação da rede para atender aos novos domicílios urbanos decorrentes do equacionamento do déficit habitacional e do crescimento demográfico	Acompanhar os números da variação demográfica. Demandas de 19,8 mil até 2015	Sops, Sema, Corsan e prefeituras	Orçamento do Estado e cobrança pelo uso da água recentemente regulamentada
Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos	Trata-se de programa essencial para a qualidade de vida da população	Manter a taxa de cobertura em 100% nas zonas urbanas do Estado, mediante inclusão nos roteiros de coleta dos novos domicílios urbanos. Demandas de 16,3 mil até 2015	Sops e prefeituras	Orçamentos do Estado e municipais

## PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA

Quadro 2.4.25 – Projetos do Programa de Combate à Pobreza RF4

Programa:	Programa Combate à Pobreza			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Renda básica	Adicionalmente aos programas desenvolvidos pela STCAS, às ações de saúde pública e de educação básica com conteúdo de combate à pobreza, é justificável por um programa de repasse de renda com foco na população que se situa abaixo da linha de indigência	Complementar os rendimentos das pessoas, acima de 10 anos de idade, com renda inferior a ¼ do salário mínimo, a fim de que alcancem o piso de um salário mínimo <i>per capita</i> . Demandas de 2,5 mil pessoas até 2015	STCAS e prefeituras	Orçamentos estadual e municipais

## PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL

Tratam-se de projetos destinados a apoiar pequenos proprietários rurais envolvidos na produção de animais de pequeno porte, que, embora não significativos na Região, requerem algumas medidas de apoio no que diz respeito à destinação de rejeitos e à captação e armazenagem de águas pluviais para suprir períodos de escassez de águas, evitando o comprometimento ambiental.

Quadro 2.4.26 – Projetos do Programa de Manutenção do Potencial Ambiental RF4

Programa:	Manutenção do Potencial Ambiental			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Melhorias Tecnológicas para a Destinação de Dejetos de Origem Animal	A produtividade, por animal e por área, aumentou consideravelmente na Região e Estado, passando-se a produzir grandes quantidades de dejetos em pequenas extensões de terra. Simultaneamente, iniciaram-se os problemas com o mau cheiro, oriundo das criações, e com o destino dos efluentes. A melhoria das tecnologias disponíveis para a destinação final dos dejetos animais e sua validação é de fundamental importância para ser fomentada e mantida a atividade de suinocultura. O projeto “Gestão de Ativos Ambientais” está em andamento no Estado	Desenvolver cursos e treinamentos para capacitação de suinocultores e avicultores em técnicas ambientalmente sustentáveis adotando práticas de manejo e instalação de equipamentos adequados para a transformação de resíduos orgânicos em fertilizantes (adubo)	SAA e Sema	Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMA II

## 2.5 – Região Funcional de Planejamento 5

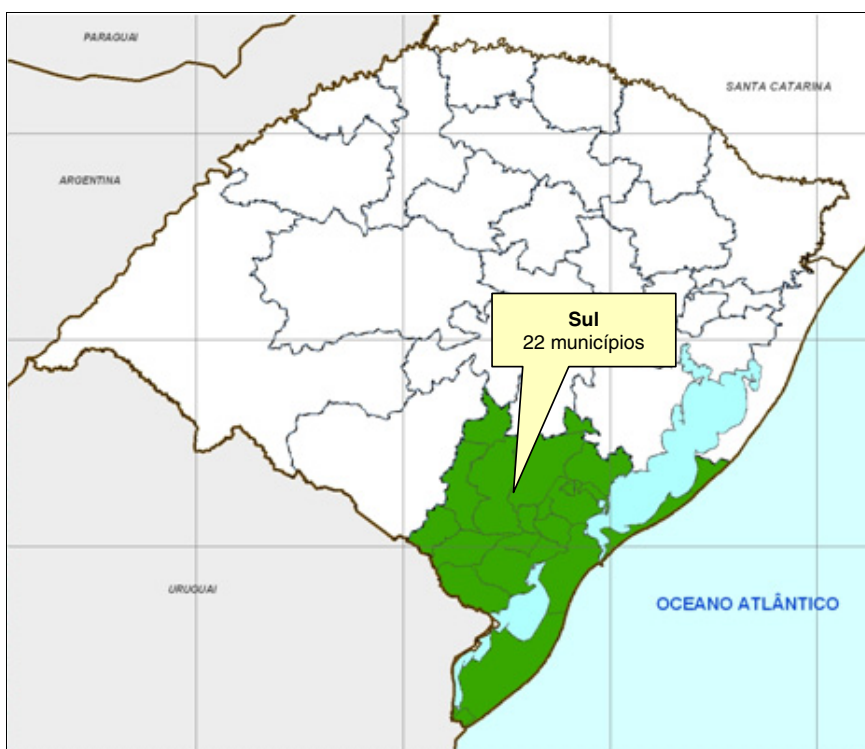
A Região Funcional 5 é formada apenas pelo COREDE Sul. É a quarta economia do Estado, ocupando 17% do território. Trata-se de uma região complexa, com uma estrutura portuária que atende todo o Estado, um setor de serviços relevante e um setor agropecuário destacado. Apesar desta diversidade produtiva, está classificada no agrupamento dos COREDEs “Em Dificuldades”, porque seu desempenho, suas potencialidades socioeconômicas e ambientais e a situação social situam-se abaixo da média gaúcha.

Além das características já apontadas, destaca-se que a Região apresentou um dos menores crescimentos econômicos no Estado, ocasionado principalmente pela estagnação do setor de serviços, não compensada por um crescimento da indústria ou da agricultura. Ainda assim, a renda per capita tem crescido, apontando provável aumento da informalidade conforme a economia se desloca em direção ao setor terciário. O PIB per capita está em 75% da média estadual, com queda entre 1990 e 2002.

Essa Região possui a segunda maior extensão de rodovias pavimentadas do Estado, porém com baixas densidades. Apresenta um eixo urbano relevante (Rio Grande-Pelotas) e possui um potencial interessante em termos de geração de conhecimento, a partir das universidades que abriga.

Foi uma Região que perdeu participação econômica e demográfica ao longo do século XX. As causas mais imediatas foram a baixa dinâmica da agricultura e as dificuldades da indústria. O setor de serviços tem absorvido os contingentes vindos desses setores, mas não tem se mostrado capaz, por si só, de revitalizar a economia local da forma necessária. Destaca-se pela estrutura urbana, com cerca de 60% dos seus moradores vivendo no chamado Aglomerado Urbano do Sul, que inclui Pelotas, Rio Grande, Capão do Leão, São José do Norte e Arroio Grande (**Figura 2.5.1**).

**Figura 2.5.1 – Municípios e COREDE da RF 5**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

### Tendências Recentes da Região Funcional 5

São analisados desempenhos recentes da Região no que diz respeito à dinâmica econômica, demográfica e de urbanização, às infra-estruturas disponíveis, ao grau de desenvolvimento social, às potencialidades ambientais e quanto à informação e conhecimento, disponibilidades financeiras, empreendedora e atrativa, como síntese das aptidões e restrições identificadas como relevantes e que se constituirão nos fatores que contribuirão em seu desempenho futuro.

**Desempenho Econômico:** Apesar de possuir cerca de 8% da população, apenas 6,1% do PIB gaúcho são produzidos nesta Região Funcional. Desde 1990, o PIB per capita (cerca de 75% do montante estadual) tem-se mostrado estável em termos reais. Isso não significa, porém, que a estrutura econômica tenha ficado estagnada. Na verdade, houve notáveis mudanças recentes na composição setorial.

No começo da década de 90, a atividade industrial era responsável por 41,3% do PIB da Região e passou para 35,3% em 2002. A dominância é nos ramos de petroquímicos, produtos de origem vegetal, óleos comestíveis e fertilizantes (57% do PIB industrial), ligados tanto aos serviços portuários (importação de combustíveis), como ao processamento de sua base agrícola.

Em contraponto à falta de dinâmica da atividade industrial, o setor de serviços tem aumentado a sua parcela no PIB regional. Atualmente, a estrutura produtiva apóia-se no setor de comércio e serviços (49%), que representa 12% do estadual, certamente pela polarização que exercem os centros urbanos, especialmente Pelotas e Rio Grande, sobre toda a Região. Os serviços portuários de armazenagem e as universidades também devem ser responsáveis pela dinâmica do setor.

Apenas um terço dos trabalhadores tem carteira assinada, menos do que a média estadual (39,3%) e menos do que em 1991 (39,1%). Nas categorias de trabalhadores sem carteira assinada e empregadores e trabalhadores por conta própria, somam-se 167 mil indivíduos, sendo que cerca de 90 mil estão no setor de comércio e outros serviços.

Os dados de renda regional mostram um resultado distinto da estagnação sugerida pelos dados do PIB. Apesar de ainda ser inferior à média do Estado, a renda per capita da Região Funcional 5 cresceu 1,2% ao ano entre 1991 e 2000, acima da taxa gaúcha de 1,1%. Tal contradição aparente explica-se através dos elementos já apresentados. Conforme a economia se descolou na direção do setor terciário, houve um aumento da informalidade. A atividade informal é subestimada no cálculo do PIB, mas é identificada nos dados de renda obtidos pelos levantamentos censitários. Portanto, apesar de ainda ser uma Região relativamente pobre, seu desempenho não é tão insatisfatório quanto sugerem os dados da evolução do PIB.

Parte do crescimento do setor de serviços não-formais está relacionada com o subemprego e com atividades de baixa produtividade. Contudo, parte do emprego está em ocupações mais qualificadas dos setores de ensino, saúde e administração pública, voltados para os indivíduos que recorreram ao eixo Pelotas-Rio Grande em busca de tais serviços.

No setor agrícola, que representa 15% do PIB regional, o arroz é dominante, representando 55% do valor de produção agrícola (17% do Estado), com crescimento da produtividade (74%), mas rendimento abaixo da média estadual. Em seguida, vem o fumo (15%, mas 11% do Estado), que também foi o mais dinâmico da Região, com 9,7% de crescimento entre 1990 e 2003, com produtividade em crescimento (5,5%) e alto rendimento por hectare, embora seja uma cultura para reconversão, após a aprovação em 2005 pelo Brasil da Convenção-Quadro para o controle do tabaco. Na produção de arroz, a Região é, sem surpresa, a mais eficiente do Brasil. Portanto, a elevada alocação das terras nessa atividade mostra-se ótima em sentido microeconômico<sup>1</sup>. O cultivo de soja tem pouca importância, representando apenas 1% do total estadual. Contudo, é na Região 5 que se dá o processamento de 28% dos grãos produzidos no Estado. A proximidade com o Porto de Rio Grande é o fator que justifica a localização das unidades de esmagamento do cereal. No tocante ao setor de frutas e conservas, também as quantidades produzidas são bem menores do que as processadas: 6,3% contra 27,9% do total gaúcho. Já no caso do fumo, ocorre o inverso: apesar de produzir 10,7% do total, o processamento executado na Região 5 é desprezível.

O perfil industrial é diversificado. Além da tradicional indústria alimentícia, existem os setores petroquímico e de fertilizantes, que estão associados à importação de insumos pelo Porto de Rio Grande. Em anos recentes (1998-2002), influenciada pelo desempenho do setor petroquímico, a indústria tem crescido a taxas elevadas.

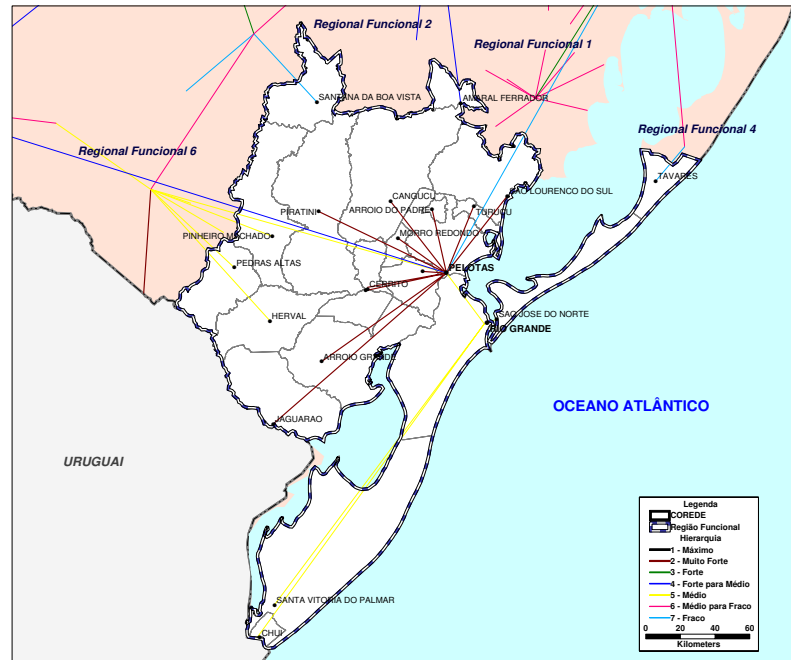
**Desempenho Demográfico e da Rede Urbana:** Trata-se de uma região altamente urbanizada (83% da população), mas com uma estrutura urbana dispersa e fortemente polarizada por Pelotas, que atrai empregos, serviços urbanos, estudantes e serviços de saúde de COREDEs adjacentes. Pelotas e Rio Grande somam 70% da população urbana da Região e os demais municípios têm população urbana menor do que 50 mil habitantes.

<sup>1</sup> Ao menos se considerada apenas a produção nacional. A importação de arroz dos países do Mercosul, Argentina e Uruguai principalmente, tem sido combatida pelos produtores gaúchos.



Uma peculiaridade da Região, que apresenta pequeno saldo migratório positivo, é a tipologia de seus emigrantes, que se situam nas faixas etárias produtivas (20 a 34 anos) e contam com mais de 12 anos de estudo. Ou seja, a existência de três universidades regionais atrai estudantes, que, uma vez formados, por não encontrarem postos de trabalho, migram para outras regiões, sendo este um forte indicador da falta de dinamismo da Região. Os grandes pólos regionais (Pelotas e Rio Grande) vêm perdendo população a favor de Capão do Leão e Herval, que vêm absorvendo o maior crescimento regional. (Figura 2.5.2)

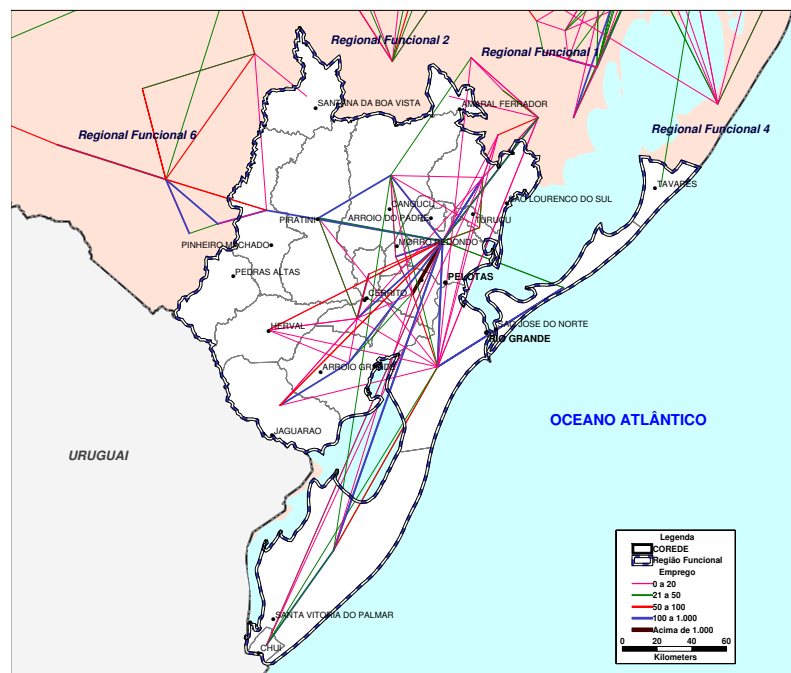
Figura 2.5.2 – Polarização e Hierarquia Urbana na RF 5



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Desempenho do Emprego e Renda:** Entre 1991 e 2000, a população ocupada na Região cresceu 0,8% a.a, taxa inferior à observada na mesma variável no Estado. Vale destacar a virtual estagnação do número de empregos com carteira assinada no período. O principal setor responsável por este fenômeno foi a queda absoluta da ocupação com carteira assinada no setor industrial (-6,17% a.a). O aumento no emprego com carteira assinada nos serviços compensou, em parte, esta queda. No tocante ao número de trabalhadores no setor público e militares, houve uma redução absoluta de 15 mil ocupações no período.

Figura 2.5.3 – Bacias de Emprego na RF 5



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Na década de 90, o percentual de famílias com rendimento abaixo de dois salários mínimos caiu de 41,6% para 32,5%. Por outro lado, o percentual de famílias consideradas como “Sem Rendimento” cresceu de 1,6% para 4,7% do total da Região Funcional. A bacia de empregos da Região, registrada na Figura 2.5.3, abrange parcelas do COREDE Centro-Sul, ao norte, embora porções a oeste da Região sejam polarizadas por Bagé (Figura 2.5.3).

**Desenvolvimento Social:** Os serviços sociais em educação demonstram indicadores ligeiramente piores do que a média estadual. Vale notar que o analfabetismo de pessoas com mais de 15 anos (8,6%) é dois pontos percentuais acima do valor do Estado. A distorção sériedade, tanto no ensino fundamental quanto no médio, é a mais alta de todas as Regiões Funcionais,

indicando falta de qualidade. Em saúde, a mortalidade infantil (20,9 por 1.000 nascidos vivos) é a mais alta das Regiões do Estado, e a morte por causas não definidas (9,5%) é a segunda mais alta. Esses dados indicam precariedade no atendimento, embora o número de leitos por 1.000 habitantes (3,62) seja maior do que a média estadual (3,19). São evidentes, portanto, os problemas na eficiência do atendimento à saúde na Região.

Em saneamento básico, os indicadores regionais diferem entre a zona urbana e zona rural. Na urbana, o abastecimento de água, por meio de rede geral, a coleta de lixo via serviços de limpeza e o percentual de domicílios ligados à rede de esgoto estão em níveis superiores ou muito próximos da média estadual (calculada somente em relação às zonas urbanas). Na zona rural, entretanto, estes três indicadores são inferiores à média das áreas rurais do Rio Grande do Sul – os valores para o Estado tendem a ser entre três e quatro vezes melhores do que os da Região. Quando analisamos a média geral, porém, a Região tem indicadores melhores do que o Estado em abastecimento de água e ligações à rede de esgoto, ficando abaixo, porém, próxima em termos de coleta de lixo.

### Desempenho das Infra-estruturas

**Transportes:** A estrutura rodo-hidro-ferroviária regional, visualizada na **Figura 2.5.4**, é radial concêntrica, com epicentro em Pelotas e Rio Grande. Daí, saem ou chegam as principais rotas regionais e estaduais, rumo ao Porto de Rio Grande:

- ♦ A BR-116, nacional norte-sul, que, vinda de outros Estados e de Porto Alegre, constitui-se em importante rota de importação e exportação gaúcha, pois articula-se em Pelotas com a BR-392, rumo a Rio Grande, e tem continuidade até Jaguarão, no extremo sul do Estado, ponto de comércio exterior.

- ♦ A BR-392 norte-sul, em direção ao noroeste do Estado, para Santa Maria e Cruz Alta, e que, articulando-se com a BR-290 (leste-oeste), acessa Uruguaiana na Região 6, ponto de escoamento para a Argentina.

- ♦ A BR-293, leste-oeste, que se conecta com Bagé e Santana do Livramento, também ponto de comércio exterior, tendo, em eixo paralelo, a ferrovia que interliga todo o noroeste e oeste do Estado ao Porto de Rio Grande.

- ♦ A BR-471, entre o Atlântico e a Laguna Mirim, alcança Chuí, na fronteira com o Uruguai.

- ♦ A hidrovía da Laguna dos Patos, que se articula com as do Taquari e Jacuí ao norte, na Região 2, passando por Porto Alegre e atingindo Rio Grande.

A partir desses eixos saem, em forma de espinha-de-peixe, as poucas ligações com as 22 sedes municipais situadas entre elas. As grandes extensões municipais, característica de sua estrutura fundiária apoiada em grandes propriedades, aliadas à baixa densidade demográfica regional, resultam em baixa acessibilidade intermunicipal na Região. Assim, embora cerca de 80% da população esteja a menos de cinco quilômetros de vias de transportes, há deficiências localizadas: parcelas de alguns municípios mais periféricos (Amaral Ferrador, Herval, Pinheiro Machado, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte e Tavares) encontram-se a mais de 20 quilômetros de acessos asfaltados principais.

**Figura 2.5.4– Estrutura Viária na RF 5**



Fonte: Secretaria Estadual de Transportes, 2004

Frente a outras regiões do Estado, o COREDE é o quarto menos eficiente em termos de transportes rodoviários (considerando PIB, extensão e densidade da rede e estado de manutenção).

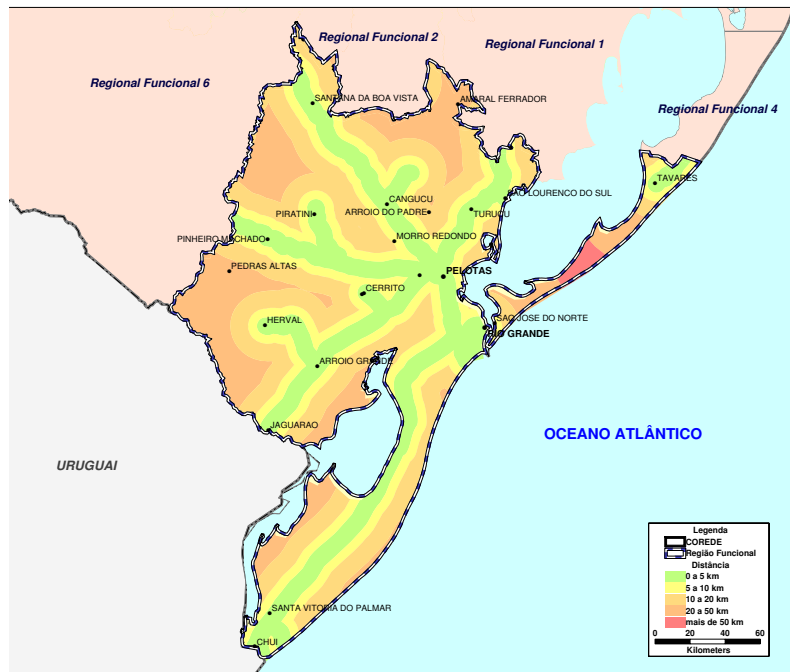
A atividade portuária parece ser uma das causas dessa ineficiência, uma vez que atrai altos fluxos rodoviários e não há na Região modalidade alternativa para o transporte de cargas.

Outra causa é a estrutura radial com centro em Pelotas e ramificações para as demais localidades do COREDE e do Estado, sem que haja ligações entre elas, por onde ocorrem os fluxos com destino ao Porto. Uma maior integração comercial com a economia do Prata levaria um volume maior de tráfego na parte sul da BR-116. Essas rotas ocasionam carregamentos de transportes das rotas rodo-hidro-ferroviários da Região, registrados na **Figura 2.5.6**, onde observam-se alguns gargalos (**Figura 2.5.7**).

O **Quadro 2.5.1** apresenta alguns desses gargalos já identificados, com características regionais e nacionais, como os relativos ao Porto de Rio Grande, importante nas exportações brasileiras. Além dos gargalos operacionais, há três sedes municipais sem asfalto: Amaral Ferrador, Arroio do Padre e Pedras Altas.

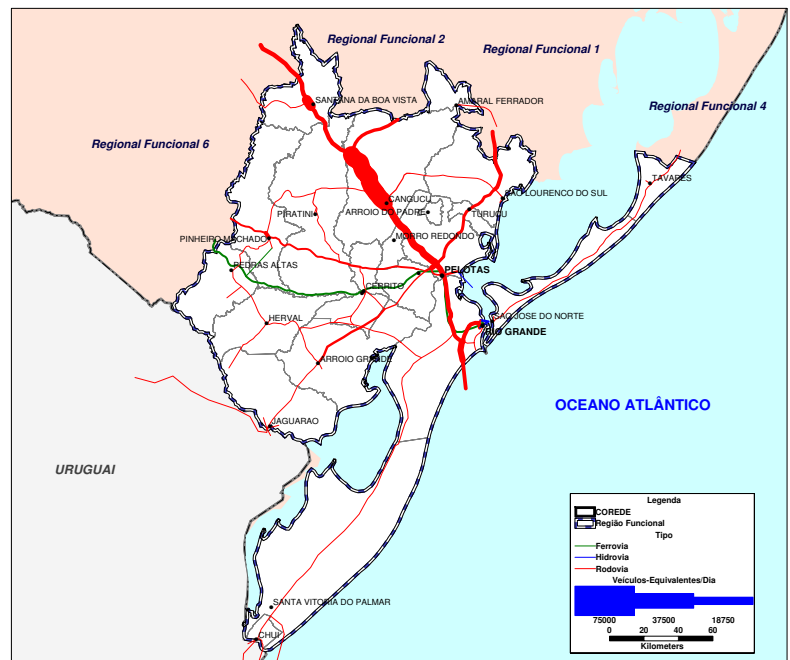
No Porto de Rio Grande, há a limitação da operação de navios de maior porte devido ao calado de 40 pés. A despeito disso, é o quarto porto do Brasil na movimentação de cargas e o segundo na movimentação de contêineres. A questão logística é fundamental, uma vez que 94% da atividade industrial e 89% da atividade agropecuária do Estado estão em regiões localizadas a mais de três horas por rodovia do Porto de Rio Grande. Por isso, atualmente, a maior parte da carga industrializada e boa parte dos granéis agrícolas são transportadas até o Porto por rodovia, gerando congestionamentos, principalmente nas épocas de safra. Existe um grande potencial no uso da hidrovía para o escoamento de boa parte dessa carga, pois a distância hidroviária entre os portos de Porto Alegre e Rio Grande é quase idêntica à distância rodoviária.

**Figura 2.5.5 – Acessibilidade a Rodovias Principais na RF 5**



Fonte: Secretaria dos Transportes, 2005; Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Figura 2.5.6 – Carregamentos Rodo-Ferroviários-Hidroviários na RF 5 (Veículos-Equivalente/Dia)**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Quadro 2.5.1 – Gargalos em Transportes – RF 5**

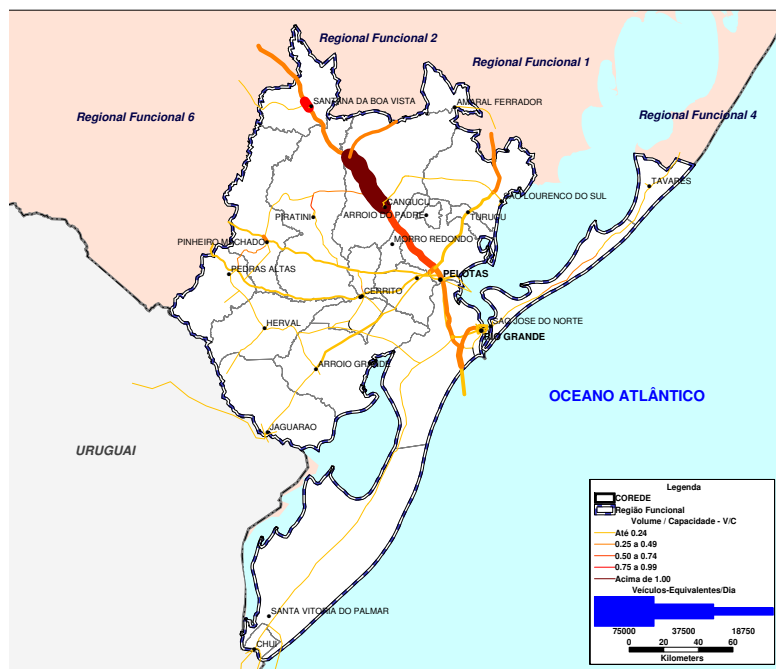
Restrições à navegação (calado e cartas de navegação)		
Hidroviário	Regional	Laguna dos Patos
Restrições à navegação e terminais		
Porto	Regional	Porto de Rio Grande
Porto	Regional	Navegação Interior
Porto	Nacional	Navegação Noturna
Porto	Nacional	Terminais do Superporto
Porto	Nacional	Containerização de Cargas
Porto	Nacional	Plano Estratégico Porto de Rio Grande
Porto	Regional	Taxa de Manuseio de Contêineres no Tecon Rio Grande
Trechos com capacidade esgotada		
Rodoviário	Regional	BR-392 (Trecho próximo à saída para Canguçu)
Rodoviário	Regional	BR-392 (Trecho Canguçu – Cancelão)
Rodoviário	Regional	BR-392 (Trecho Cancelão – Encruzilhada do Sul)
Trechos com pavimento precário		
Rodoviário	Regional	BR-392 (Trecho Canguçu – Cancelão)
Rodoviário	Regional	BR-392 (Trecho Encruzilhada do Sul – Santana da Boa Vista)
Rodoviário	Regional	BR-392 (Trecho Pelotas – Jaguarão)
Rodoviário	Regional	RS-265 (Trecho Herval – Boa Vista)
Rodoviário	Regional	RS-702 (Trecho Pinheiro Machado – Piratini)
Ferroviário	Regional	Trecho General Luz – Pelotas
Rodoviário	Regional	Ponte Rodo-ferroviária sobre o Rio Jacuí

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

A ligação ferroviária direta entre a Região Metropolitana de Porto Alegre e o Porto de Rio Grande é um dos mais evidentes elos faltantes da infra-estrutura de transportes do Estado. Através dela, seria possível reduzir a distância ferroviária da capital ao Porto de Rio Grande, dos atuais 896 quilômetros, para pouco mais de 300 quilômetros, semelhante às ligações rodoviária e hidroviária.

Por fim, vale destacar que a Região concentra a segunda capacidade em armazenagem de grãos do Rio Grande do Sul (2,86 milhões de toneladas) e a terceira em armazenagem convencional de produtos ensacados (387 milhões de toneladas), em apoio às atividades portuárias e à produção regional.

**Figura 2.5.7 – Carregamentos Rodo-Ferrovários Regionais: Gargalos na RF 5 (Veículo/Capacidade)**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Energia:** Do ponto de vista da geração, a integração dos mercados por linhas de transmissão não requer mais que a própria Região gere a energia requisitada. Portanto, embora conte, atualmente, com usinas térmicas, os projetos de geração existentes e as linhas de transmissão existentes e projetadas, se efetivadas, poderão suprir suas demandas. Do ponto de vista da transmissão, várias linhas de alta capacidade (500 kV), média e baixa capacidade (de 230 kV a 69 kV), atravessam seu território, suprimindo adequadamente o consumo crescente (de cerca de 1,2

milhão de MWh, em 2000, para 1,23 milhão de MWh, em 2003), crescimento menor que o do PIB regional (0,85% a.a.) (**Figura 2.5.8**).

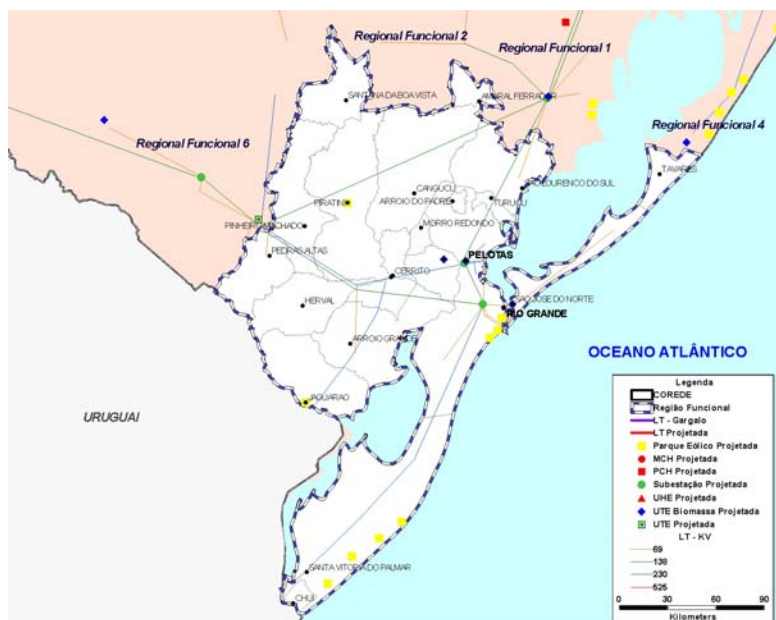
Os altos consumos concentram-se em Pelotas e Rio Grande, conforme mostra a **Figura 2.5.9**. No entanto, apesar deste crescimento baixo do consumo a duração de falhas de suprimento e sua frequência têm valores acima dos padrões aceitáveis pela Aneel, o que reflete níveis de serviços inadequados, que podem desestimular a atração industrial.

Tal restrição, aliada aos menores custos industriais de unidades altamente consumidoras de energia, que preferem a proximidade de suprimento de gás, vem causando certo esvaziamento regional, em especial na indústria cerâmica. As redes de suprimento urbano atendem mais de 95% dos domicílios, enquanto, no meio rural, apenas Pelotas e Rio Grande têm taxas de até 95%. Nos demais municípios, a taxa fica abaixo de 75%.

**Telecomunicações:** Em telecomunicações, as cidades de Pelotas e Rio Grande apresentam as densidades mais altas de telefonia fixa: de 40 a 60 telefones por 100 habitantes. Os demais municípios têm taxas urbanas muito inferiores (de 5 a 40 por 100 habitantes). No meio rural, não alcançam 20 telefones fixos por 100 habitantes. Esse fator, aliado ao baixo número de computadores (8,5% dos domicílios), indica o baixo nível de acesso a informações. A situação agrava-se com a inexistência de *backbones* ligando a Região a Porto Alegre e a outros centros de difusão de conhecimento e inovações.

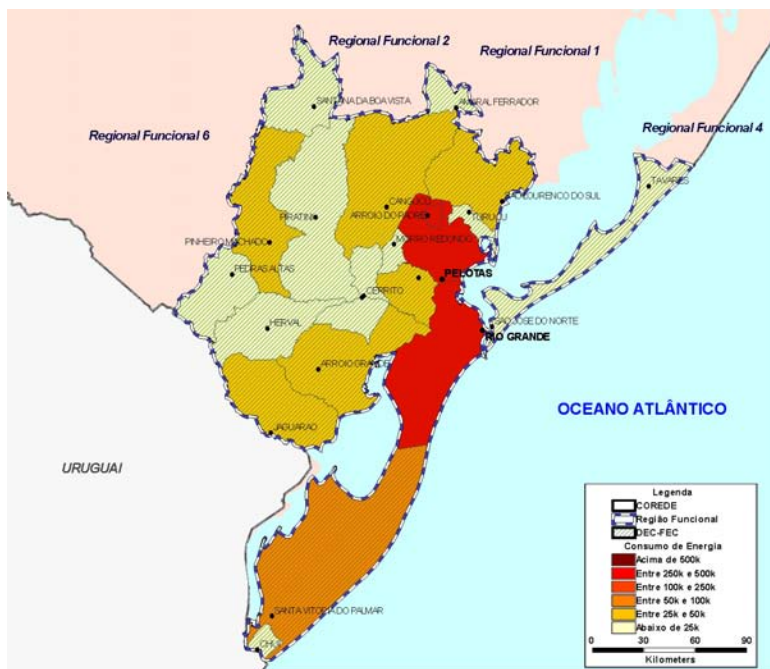
**Potencial da Produção de Conhecimentos:** A Região conta com três universidades, mais de 15 mil alunos (6,3% dos jovens de 18 a 35 anos) e 1.400 professores (42% com mestrado ou doutorado). Os cursos oferecidos nas instituições de ensino superior suprem os setores tradicionais da Região, mas não têm capacidade de suprir as novas necessidades de mão-de-obra que podem surgir. As restrições financeiras pelas quais passam as universidades, somadas à sua rigidez institucional, são responsáveis por esse resultado. Estas universidades exercem polarização em todo o Estado, extrapolando os limites regionais, como registra a **Figura 2.5.10**, sendo a Região responsável pela formação e deslocamento para outras regiões, de emigrantes de alta escolaridade.

**Figura 2.5.8 – Linhas de Transmissão e Unidades de Geração Energética na RF 5**



Fonte: Ceee, 2005; AES-Sul, 2005 e RGE, 2005

**Figura 2.5.9 – Consumo de Energia na RF 5**



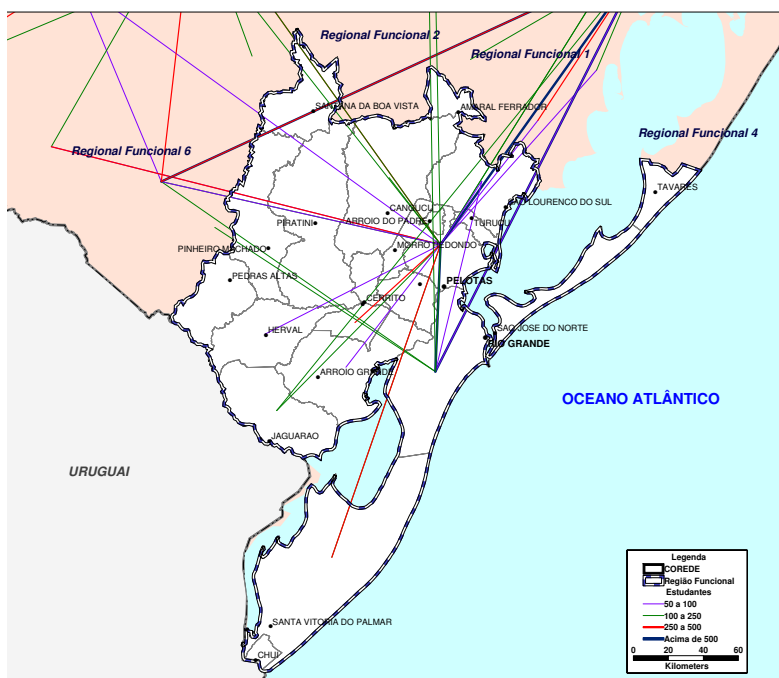
Fonte: FEE, 2003

Há mais de 140 grupos de pesquisas, além da Embrapa Clima Temperado, voltados a pesquisas com alimentos nesse clima. As pesquisas são em várias áreas, a maioria em ciências agrárias, mas também em biológicas, saúde, ciências exatas e humanas, entre outras.

Há também um Pólo de Modernização Tecnológica, ligado à Ufpel, voltado a pesquisas com mandioca e batata-doce, geléias e doces *light*, conservação de frutas. Outro Pólo de Modernização situa-se em Rio Grande, ligado à Furg, desenvolvendo pesquisas sobre pesca e cultivo de camarões-rosa e siri-mole no sul da Lagoa dos Patos.

Todo esse potencial de inovações, contudo, não tem resultado em internalizações de benefícios produtivos e sociais para a Região. Uma das razões é que a integração entre o setor privado e os meios acadêmicos ainda é bastante limitada, a despeito de esforços recentes.

**Figura 2.5.10 – Polarização de Estudantes do Ensino Superior na RF 5**



Fonte: IBGE, 2000; Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Potencial Financeiro, Empreendedor e Atrativo:** Em termos de empreendedorismo, foram criadas mais de 21 mil empresas (6% do Estado) entre 1999 e 2004, embora em termos per capita a Região ocupe a 12ª posição no Estado. Vale notar que esses dados tendem a superestimar a vocação empreendedora, uma vez que a Região possui um setor comercial destacado, no qual a mortalidade das firmas é alta.

A Região foi capaz de atrair apenas 2,7% do total de valores do Fundopem entre 1995 e 2004 e valores semelhantes no Integrar RS. Apenas no tocante ao Reconvertul, recebeu 23% dos valores entre 1999 e 2004, embora o volume total tenha sido irrisório. Poucos e pequenos municípios são marcados pela dependência do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Nos demais, as receitas próprias são significativas, mas, em geral, as prefeituras são relativamente carentes. Apenas 9% dos investimentos públicos do Estado realizaram-se nesse COREDE entre 1999 e 2003. Em termos de recursos federais, embora a Região se insira no Programa Metade Sul de Desenvolvimento, do Ministério de Integração Nacional, os recursos federais têm sido ínfimos, a não ser aqueles direcionados para as universidades de Pelotas e Rio Grande.

**Potencialidades e Restrições Ambientais:** A potencialidade dos solos para uso agrícola é de média a baixa, enquanto as restrições ambientais concentram-se na faixa litorânea, onde a fragilidade é grande, em função do Bioma Atlântico, das lagoas, dunas e banhados. Dentre as potencialidades ambientais, existem sete unidades de conservação, entre as quais se destacam a Estação Ecológica do Taim e o Parque Nacional da Lagoa do Peixe. Há, ainda, espaço para a aplicação de projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo na Região.

A eliminação de florestas nativas (hoje ocupando apenas 18% do território), a ocupação de várzeas e banhados e o plantio de arroz irrigado em grande escala vêm causando graves problemas de conflitos de uso das águas, períodos de inundações e estiagens, além de poluição hídrica por agrotóxicos e efluentes urbanos. A disponibilidade hídrica superficial efetiva é de apenas 26%, quando o potencial é de 55%, e a vulnerabilidade à contaminação das águas subterrâneas é alta: cerca de 50%. Além dessas restrições, em Pelotas e Rio Grande, existem problemas no destino de resíduos sólidos urbanos e industriais e de tratamento de esgotos. Por fim, outro problema digno de nota é a sobrepesca, que tem comprometido a piscosidade na área (Figuras 2.5.11 e 2.5.12).

**Condições de Governança Regional:** A baixa coincidência de regionalizações setoriais nesse território é grande, causando dificuldades de governança. Seus 22 municípios pertencem a diferentes 50 regionais setoriais, que fragmentam seu território em porções distintas, exigindo a participação de mais de 100 representantes para planejar e agir em seu território.

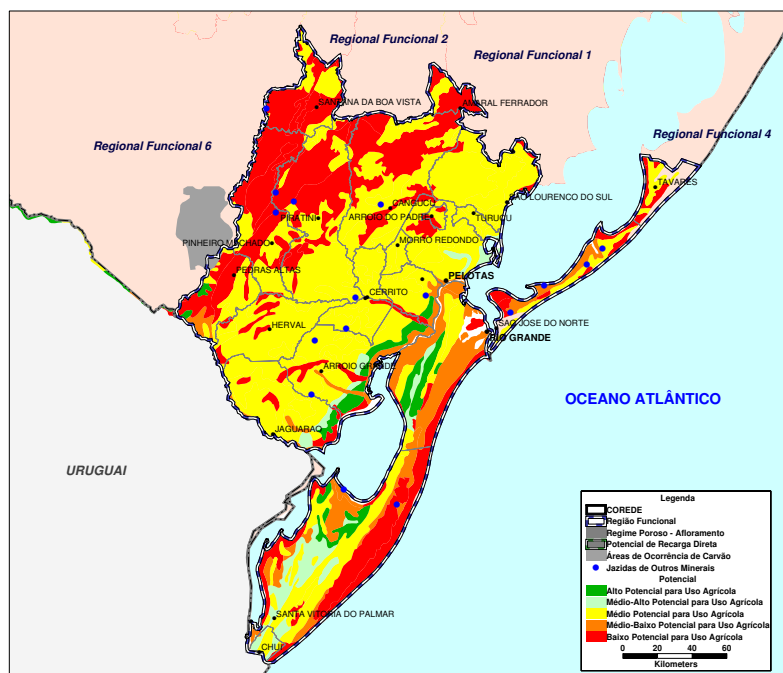
Como visto nas demais Regiões, o desenvolvimento para crescimento socioeconômico e superação de desigualdades exige que ações sejam empreendidas simultânea e concomitantemente no espaço, para que as sinergias entre elas possam ocorrer, causando um salto na qualidade dos serviços e bens oferecidos. Por essa razão, a uniformidade nos territórios de planejamento setoriais é desejável, de modo que possam ocorrer ações concentradas e inter-relacionadas. Assim, um esforço do Estado para uniformizar essas regionalizações será desejável.

Por outro lado, o bom nível de empreendedorismo e associativismo regional, ao mesmo tempo em que desencadeia várias iniciativas em diversos setores, revela a falta de coordenação, liderança ou comando delas por um ator principal, perdendo-se os participantes em falta de objetividade, esforços coincidentes e fragmentados ou falta de interlocução que leve às ações desejáveis.

Assim, vários atores e participantes são importantes no desenvolvimento dessa Região e devem ser envolvidos em sua gestão para o desenvolvimento, como a associação de municípios (Azonasul), associação de vereadores (Ascamsul), instituições de ensino superior (Ufpel, UDPEL e Furg), associações comerciais de Pelotas, Rio Grande, Canguçu e Santa Vitória do Palmar, sindicatos de trabalhadores e patronais (doces e conservas, arroz, vestuário, alimentação e rurais), ONGs, além da Agência de Desenvolvimento de Rio Grande.

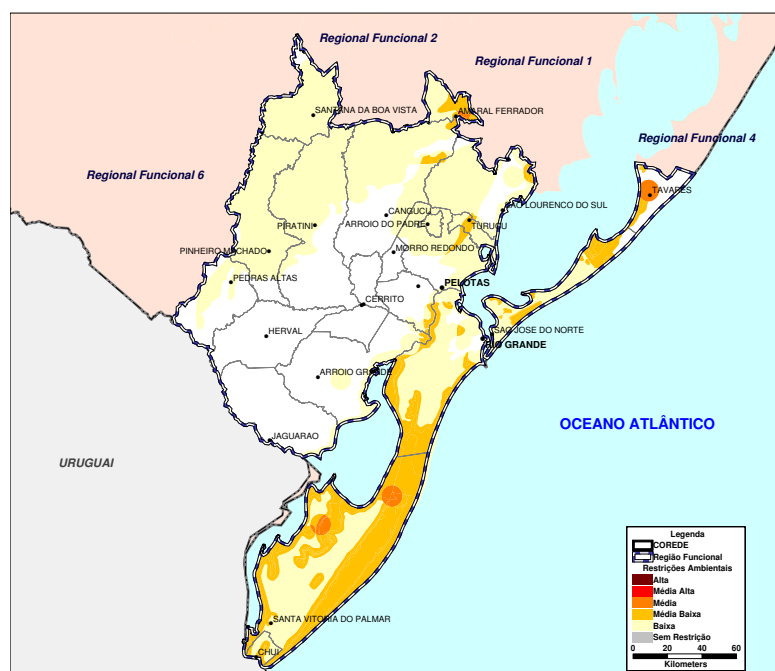
Finalmente, outro fator concorrente à governança regional refere-se ao grau de êxito do COREDE em suas tarefas de articular as várias estruturas setoriais governamentais, assim como os vários agentes presentes. O grau de êxito do COREDE Sul alcançou desempenho médio superior, graças ao papel catalisador das universidades regionais. Os COREDEs, até por decreto estadual, têm atuação reconhecida no planejamento regional, porém, dificultado, tanto pela

Figura 2.5.11 – Potencialidades Ambientais na RF 5



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe– HLC

Figura 2.5.12 – Restrições Ambientais na RF 5



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe– HLC

diversidade territorial de agentes governamentais intervenientes, como pelo único papel solicitado a eles, de elaboração dos orçamentos anuais, o que encaminha seus esforços apenas para a seleção e alocação desses recursos e não para um planejamento estratégico na busca de soluções e recursos fora da esfera estadual. Como visto anteriormente, é grande o número de agentes envolvidos nestes processos, sem que haja uma estrutura de retaguarda capaz de coordenar de maneira eficiente estas interações.

## Futuro Tendencial da Região Funcional 5

A persistirem as tendências socioeconômicas e demográficas recentes, as perspectivas para o futuro da Região apontam para uma leve ascensão na sua participação no PIB estadual, embora o PIB per capita permaneça abaixo da média estadual e ampliem-se as desigualdades na renda, associadas a acelerado aumento da urbanização, como registram as análises na seqüência.

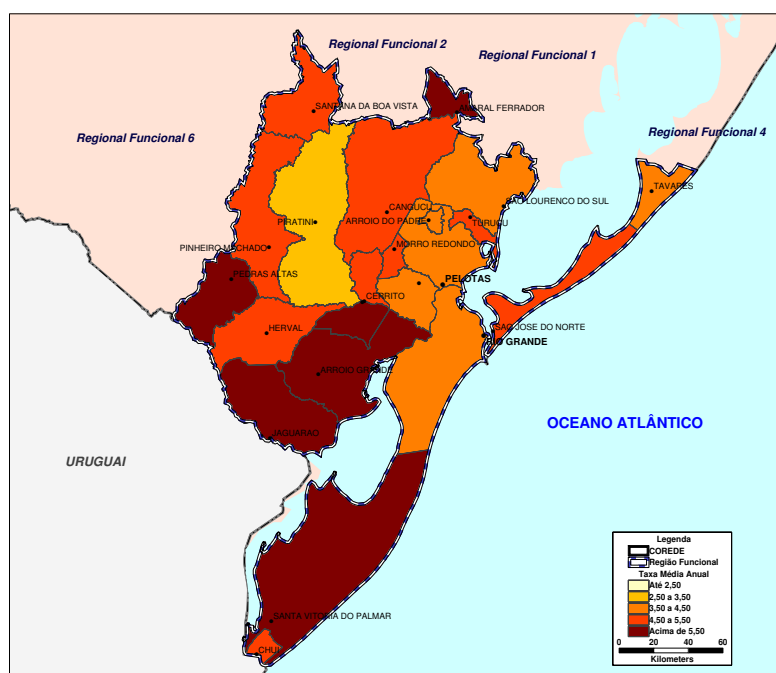
**Desempenho Econômico:** Está previsto que, entre 2003 e 2015, o PIB per capita da Região Funcional 5 gere um crescimento esperado de 50,5% no período. Sua parcela do PIB do Rio Grande do Sul vai de 6,08% para 6,31%. Como cresce a taxas mais altas do que a média, a RF 5 tende a aproximar-se do PIB per capita estadual (**Figura 2.5.13**).

O Cenário Tendencial não aponta para uma reestruturação intensa da estrutura produtiva até 2015. Há um crescimento relativo dos setores de serviços (especialmente), da agropecuária e do comércio. Este último terá o maior crescimento percentual, passando de 7,6% do VAB da Região para 10,1%. Prevê-se que a indústria continue perdendo importância, diminuindo sua participação de 35,1% para 30,5% do Valor Adicionado regional. As limitadas mudanças estruturais tenderão a tornar a economia da Região mais especializada, distanciando-a do perfil médio gaúcho.

No desempenho esperado, projetado pelo Cenário Tendencial, estão computados investimentos nos setores produtivos de aproximadamente R\$ 152 milhões (37% do total do Estado), objetos de incentivos e financiamentos por órgãos do governo, conforme apresentados na **Tabela 2.5.1**.

Além disso, a Região 5 é uma das que tem maior capacidade de internalização dos efeitos multiplicadores dos investimentos. Destaca-se em relação às outras, pois diversos setores, como agricultura e outros ligados à produção de alimentos, geram altos valores multiplicadores internos. Também no caso dos setores de comércio e de transportes, supera as demais com ampla margem, pois mais de 50% dos efeitos ficam nos próprios limites da Região. Isso se explica pela integração que essas cadeias têm dentro da própria Região. Mais ainda, está previsto que, entre 2003 e 2015, reduza os vazamentos em relação ao seu PIB, tendo, portanto, uma matriz produtiva mais completa dentro de seus limites regionais. Atentando-se apenas para os efeitos multiplicadores totais do investimento (intra e extra-regionais) a Região Funcional 5 tende a ter valores levemente mais baixos do que as demais. Em síntese, apesar de relativamente baixos, seus efeitos são bastante internalizados **Tabela 2.5.1**.

**Figura 2.5.13 – PIB Municipal Per Capita, 2003-2015 – RF 5 (Taxa Média de Crescimento Anual)**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC



**Setores Promissores:** O Cenário Tendencial aponta que a Região Funcional 5 tem vantagens competitivas e é especializada nas atividades Agropecuária e Demais Indústrias Alimentares e Serviços. Nesses setores, a taxa de crescimento será mais alta do que a média gaúcha.

Já nos setores Abate e Preparação de Carnes e Fabricação e Refino de Óleos Vegetais e de Gorduras para Alimentação, nos quais é especializada relativamente, não apresentará vantagem competitiva. Esses setores tendem a crescer a taxas mais baixas do que os mesmos setores no restante do Estado.

Por outro lado, há setores em que a Região ainda não é especializada, nos quais as taxas de crescimento tenderão a ser altas. Nessa categoria, enquadram-se os setores de Beneficiamento de Produtos Vegetais, Fabricação de Artigos de Couro e Indústria Química. Além destes setores promissores, existem outros nos quais recentemente novos investimentos têm sido anunciados: construção naval em Rio Grande e a silvicultura. Ambos serão mais bem examinados mais adiante. Por fim, existem setores que se mostram atraentes:

♦ **Serviços em Pelotas:** Ainda que voltada para os setores de comércio e serviços, a cidade pode seguir crescendo nessas atividades. O sucesso econômico das mesmas tende não só a alavancar as atividades comerciais, mas também a beneficiar o terciário superior, contanto que existam infra-estrutura e mão-de-obra apropriadas. Há que se destacar a relevância do setor de serviços de saúde. Entre 1991 e 2001, a ocupação em serviços médicos e odontológicos cresceu 585% na cidade (contra 126% no Estado). Tendo duas universidades com cursos de medicina, ela cumpre funções de pólo nas atividades de saúde para as regiões próximas. Contudo, parte considerável da população ainda recorre à capital para atendimentos de melhor qualidade. Uma melhor qualificação do atendimento médico levaria a um maior desenvolvimento do setor.

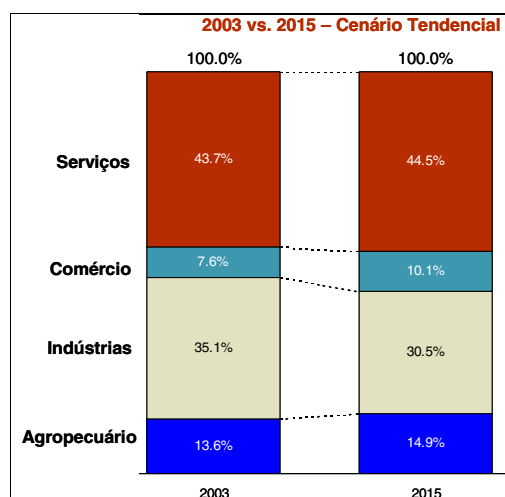
♦ **Produção de equipamentos médico-hospitalares:** Apesar de ainda concentrada em apenas uma empresa com algum porte, este setor tem boas chances de progresso na Região por se beneficiar da integração com as universidades e com o setor hospitalar local.

♦ **Fruticultura:** Também é atraente a tradicional atividade de produção e processamento de frutas na Região, especialmente se prosseguir o movimento de modernização tecnológica do setor.

♦ **Rochas ornamentais, granito e mármore:** Existem jazidas importantes ainda subexploradas.

Analisando os 25 setores da economia projetados no Cenário Tendencial, percebe-se que, na Região 5, o setor agropecuário (o mais relevante da Região em 2003) permanece em destaque em 2015, com sua participação no VAB da Região e no VAB do setor no Estado aumentando sensivelmente. A indústria química continua importante, mas tem sua participação reduzida por crescer menos que a média da indústria no Estado (2,9% a.a. contra 4,3% a.a, respectivamente). A indústria de Calçados e Couros quase quadruplica sua participação no VAB Setorial do Rio Grande

**Figura 2.5.14 – Evolução da Composição Setorial do PIB da RF5**



Fonte: Cenário Tendencial–Análises Consórcio Booz Allen–Fipe–HLC

**Tabela 2.5.1 – Investimentos Produtivos Confirmados – RF 5 (Em R\$)**

Segmento Produtivo	Sul	Total
Agropecuária e atividades correlatas	75.385	75.385
Alojamento e Alimentação	1.209.220	1.209.220
Atividades Associativas	200.000	200.000
Móveis e Indústrias Diversas	2.267.938	2.267.938
Produtos Alimentícios e Bebidas	9.549.947	9.549.947
Produtos Químicos	697.273	697.273
Silvicultura, Exploração Florestal e Serviços Relacionados	864.739	864.739
Transporte Terrestre	39.400	39.400
<b>Total</b>	<b>14.903.902</b>	<b>14.903.902</b>

Fonte: Cenário Tendencial–Análises Consórcio Booz Allen–Fipe–HLC

do Sul, com crescimento superior a 17% a.a. A **Tabela 2.5.2** mostra a participação estimada da Região no VAB de 2003 e de 2015 do Estado nos 25 setores analisados no Cenário Tendencial.

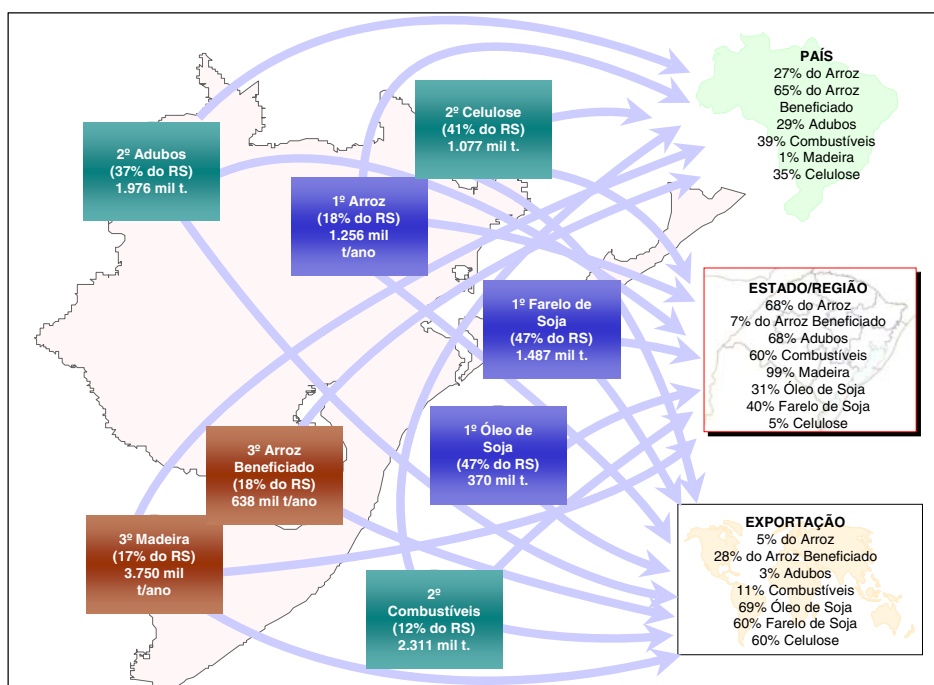
**Tabela 2.5.2 – VAB Setorial em 2003 e 2015 – RF 5**

Setores	2003		2015	
	% do Total da Região	% do RS	% do Total da Região	% do RS
Agropecuária	13.6%	5.7%	14.9%	7.7%
Indústria Metalúrgica	1.6%	3.4%	1.1%	2.4%
Máquinas e Equipamentos / Tratores	0.5%	1.4%	0.5%	1.1%
Material Elétrico	0.2%	2.2%	0.2%	1.7%
Material de Transportes	0.3%	1.9%	0.2%	1.4%
Serrarias, Madeira e Móveis	0.5%	3.3%	0.9%	5.2%
Papel e Gráfica	0.8%	4.4%	0.8%	4.1%
Química	12.6%	10.6%	10.6%	9.9%
Calçados e Couros	0.3%	0.5%	1.1%	1.9%
Produtos de Origem Vegetal	1.6%	3.7%	1.9%	6.1%
Abate e Preparação de Carnes	2.9%	8.3%	2.0%	7.3%
Leite e Laticínios	0.5%	5.5%	0.4%	5.5%
Óleos Vegetais	5.6%	30.0%	3.5%	22.6%
Demais Ind. Alimentares	2.3%	10.4%	2.0%	11.0%
Demais Indústrias	2.7%	4.4%	2.0%	2.5%
Serviços Utilidade Pública	2.8%	9.0%	3.2%	9.0%
Construção Civil	5.5%	7.1%	3.4%	4.8%
Comércio	7.6%	4.9%	10.1%	6.0%
Transporte	2.2%	7.4%	2.9%	8.2%
Comunicações	2.2%	5.4%	2.7%	6.6%
Instituições Financeiras	4.9%	5.1%	6.5%	6.6%
Serviços Prestados às Famílias	7.8%	6.8%	9.5%	6.8%
Aluguel de Imóveis	6.9%	4.9%	6.2%	5.7%
Administração Pública	13.1%	6.7%	12.1%	6.9%
Serviços Privados Não-mercantis	1.3%	6.7%	1.1%	7.3%
Total	100.0%	6.1%	100.0%	6.3%

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Estimativa de Produtos de Grandes Volumes e Fluxos Inter-regionais:** Segundo projeções do Componente 2 – Logística de Transportes, é possível verificar a produção e o destino dos principais produtos de grande volume para cada Região. As estimativas para 2015 estão na **Figura 2.5.15**. A estimativa de cada produto encontra-se nas **Figuras 2.5.16 a 2.5.21**.

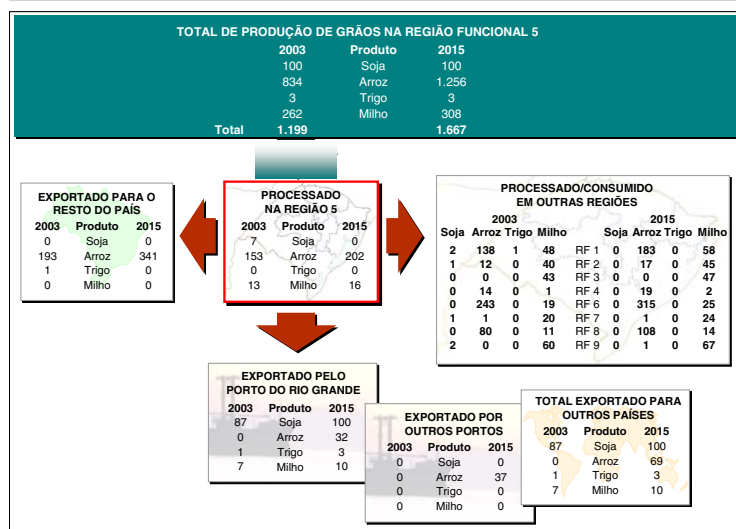
**Figura 2.5.15 – Estimativa Produções e Movimentações de Produtos de Grandes Volumes 2015**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Figura 2.5.16 – Estimativa de Produção e Movimentações de Grãos – RF 5 (1.000t)**

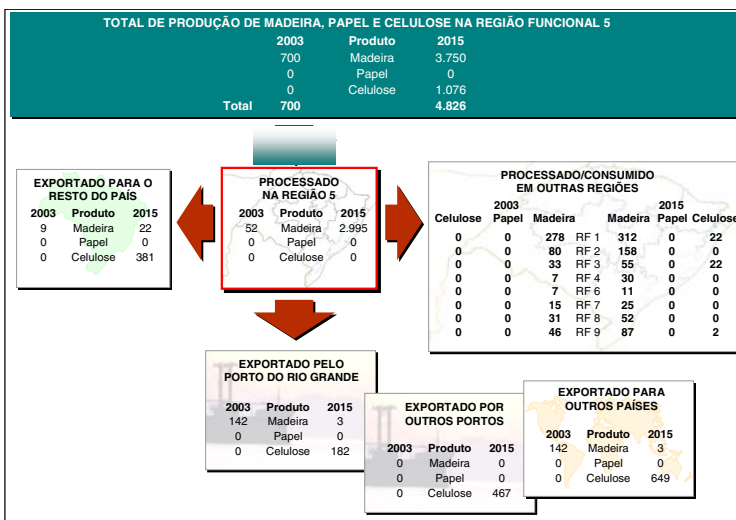
Na produção de Grãos, o arroz atinge 1,256 mil t/ano em 2015, posicionando a Região em segundo lugar no Estado. A maior parte desta produção será voltada para processamento na própria Região, no restante do Estado e em outros Estados. Além disso, o milho possuirá volume significativo (307 mil t/ano), sendo processado basicamente nas outras áreas do Estado.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Figura 2.5.17 – Estimativa de Produção e Movimentações de Madeira – RF 5 (1.000t)**

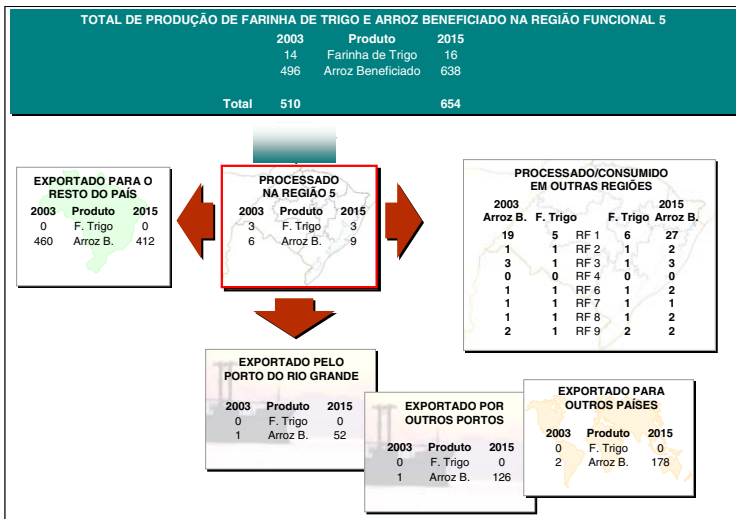
Na produção de Madeira, será o terceiro produtor do Estado, atingindo 3.750 mil t/ano em 2015, voltando a maior parte desta produção para processamento na própria Região ou na Região Funcional 1. Além disso, a celulose possuirá significativa movimentação (1.076 mil t/ano), colocando a Região como segundo produtor do Estado em 2015 e atendendo basicamente ao mercado internacional (mais de 60% da produção).



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Figura 2.5.18 – Estimativa de Produção e Movimentações de Farinha de Trigo e Arroz Beneficiado – RF 5 (1.000t)**

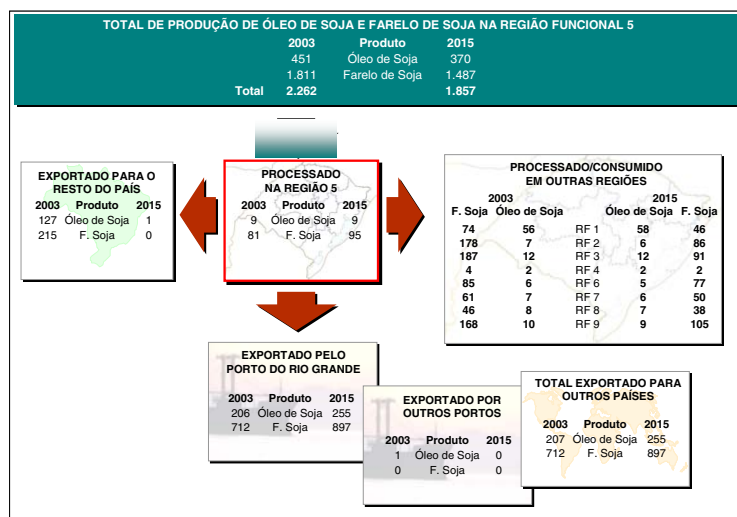
No beneficiamento de Arroz, a Região estará em terceiro lugar no Estado, com 638 mil t/ano, tendo essa produção quase que integralmente voltada para o abastecimento de mercados externos nacionais e internacionais.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Figura 2.5.19 – Estimativa de Produção e Movimentações de Óleo e Farelo de Soja – RF 5 (1.000 t)**

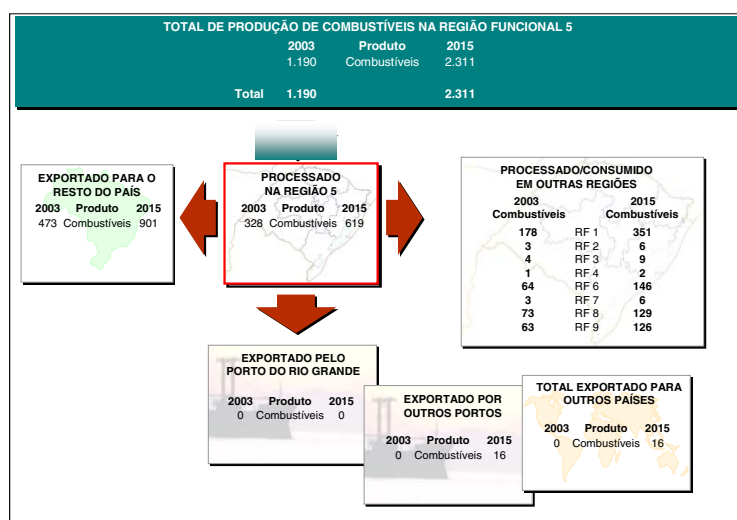
Também terá significativa participação nos produtos do complexo Soja. No óleo de soja, será o primeiro produtor do Estado, com 372 mil t/ano, atendendo especialmente o mercado internacional via Porto de Rio Grande. Da mesma forma, quanto ao farelo de soja, também será o principal produtor do Estado, embora reduza sua produção, até 2015, para 1.487 mil t/ano, significando uma queda de 1,6% a.a., que também atenderá ao mercado internacional através do Porto.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Figura 2.5.20 – Estimativa de Produção e Movimentações de Combustíveis – RF 5 (1.000 t)**

Em Combustíveis, a Região será o segundo produtor, com 2.311 mil t/ano, sendo esta produção voltada para o mercado estadual e de outros Estados do país.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Figura 2.5.21 – Estimativa de Produção e Movimentações de Adubos, Rações e Fertilizantes – RF 5 (1.000 t)**

Por fim, na produção de Adubos, a Região será o segundo produtor do Estado, com 1.976 mil t/ano, atendendo principalmente às produções agrícolas de outras regiões do Estado e do país. A produção de fertilizantes, por sua vez, abastece unicamente o Rio Grande do Sul, atingindo 1.264 mil t/ano em 2015.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

**Qualidade Social do Crescimento:** Em termos de desigualdade, até 2015, está previsto um pequeno acréscimo na desigualdade da renda da população ocupada. O índice de Gini passará de 0,586 para 0,595. Ao mesmo tempo, o percentual de pobres na população total permanecerá em cerca de 50%.

**Evolução Demográfica:** Está previsto um crescimento de 0,86% a.a. da população da Região, abaixo da média do Estado (1,01% a.a.), entre 2000 e 2015. Neste ano, menos de 10% dos seus habitantes viverão na zona rural.

### **Elementos para a Construção da Visão Estratégica da Região Funcional 5**

Embora com um mercado interno relativamente grande comparado ao tamanho do Estado, ele é restrito em relação ao porte da economia e da renda na Região. A oportunidade de alavancagem do processo de desenvolvimento econômico tem que passar pelo setor de comércio exterior, explorando a potencialidade de seu atributo locacional mais específico: o Porto de Rio Grande. Não só a sua integração com o restante do Estado é importante, mas também a infraestrutura portuária que alavanca outros setores e novas atividades dentro da Região. Para que isso ocorra, entretanto, suas carências na área de transportes devem ser superadas, de forma que tais melhorias permitam uma maior integração com as outras áreas do Estado.

A base econômica diversificada da Região permite absorver melhor choques em setores específicos. Entretanto, certas ameaças podem afetar a Região, por exemplo, no caso da atração de outras regiões, quer por motivos locais, quer por concessão de incentivos. O eixo Pelotas-Rio Grande já tem porte suficiente para atrair empreendimentos dos setores secundário e terciário complementares aos relacionados com os setores novos. No curto e médio prazo, isso torna a Região mais dependente do desempenho de tais atividades. Já no longo prazo, a diversificação tende a internalizar o processo de desenvolvimento, tornando a Região menos sensível a choques externos.

Como boa parte das atividades promissoras encontra-se ligada à utilização do capital natural, a aplicação de restrições ambientais pode trazer problemas para tais setores, na medida em que eles podem não estar prontos a cumpri-las inteiramente. O cumprimento da Convenção-Quadro da ONU, que prevê um conjunto de medidas visando à redução do consumo de tabaco, obviamente constitui uma ameaça ao setor fumageiro local.

**Potencialidades, Restrições, Oportunidades e Ameaças:** Para a identificação mais específica das potencialidades, restrições, oportunidades e ameaças à Região, foi utilizada a Matriz SWOT, instrumento construído para a Região que congrega o conjunto de potencialidades, oportunidades, restrições e ameaças que incidem, e tendem a continuar incidindo, no Cenário Tendencial já traçado (**Quadro 2.5.2**).

**Elementos Estratégicos da Região Funcional 5:** A avaliação da Matriz SWOT permite ressaltar alguns aspectos relevantes que merecem maior foco de análise para fins de planejamento regional, como apresentados a seguir:

- A) Potencial gerado pelo Porto de Rio Grande para atração de empreendimentos voltados ao comércio exterior;
- B) Capacidade instalada e condições favoráveis para o desenvolvimento de serviços especializados;
- C) Base econômica diversificada.

#### **A) Potencial Gerado pelo Porto de Rio Grande para Atração de Empreendimentos Voltados ao Comércio Exterior**

A Região já dispõe, hoje, de uma base industrial voltada a explorar a presença do Porto e seu alto grau de eficiência. Setores como construção naval, silvicultura, soja (processamento), arroz (cultivo e processamento) e frutas (cultivo e processamento) têm seu futuro ligado à demanda externa e valem-se, na Região, da vantagem locacional da proximidade com o Porto de Rio Grande. Tal atributo faz também com que seja atrativa para os setores petroquímico e de fertilizantes, dependentes da importação de insumos.



Desta forma, a presença do Porto de Rio Grande e os negócios que atrai a sua volta condicionam que grande parte das oportunidades e potencialidades da Região se relacione, direta ou indiretamente, ao incremento do comércio mundial. O crescimento da economia nacional fornece uma oportunidade para a importação e processamento desses bens, enquanto o crescimento da economia mundial, uma oportunidade exportadora.

Assim, a Região tem atratividade para vários setores, que podem se beneficiar da proximidade do Porto. No setor industrial, pode-se citar fertilizantes (importação), madeira, papel e celulose (exportação), petroquímicos (importação), óleos comestíveis, farinhas e rações (exportação). No setor primário, arroz e trigo (importações) e bovinos (exportação).

Entretanto, algumas fraquezas residem em problemas de infra-estrutura associada ao Porto. O elo faltante da ligação ferroviária entre Porto Alegre e o Porto de Rio Grande e a baixa eficiência do sistema de transportes rodoviário e hidroviário limitam a capacidade da Região de usufruir das oportunidades que o comércio internacional abre. O principal elo faltante é a ferrovia General Luz-Pelotas, ligação direta entre a Região Metropolitana e o Porto de Rio Grande, que permitiria que a produção do interior do Estado escoasse por Cacequi e Bagé, enquanto a produção da Serra e da Região Metropolitana fosse transportada via esta nova ferrovia. Também a limitação do calado no Porto de Rio Grande e na Laguna dos Patos é outro desafio a ser superado. Os investimentos necessários para resolver esses problemas, entretanto, podem ser ameaçados pela manutenção das incertezas institucionais relacionadas à infra-estrutura de transportes no país, ou seja, a impossibilidade de determinar probabilidades objetivas acerca da manutenção (ou não) das regras atuais do setor. Caso tal incerteza seja superada, há grandes oportunidades nas Parcerias Público-Privadas (PPPs) dos governos estadual e federal, que poderia viabilizar o financiamento destes projetos, que apresentam, aparentemente, potencial de retorno econômico.

## **B) Capacidade Instalada e Condições Favoráveis para o Desenvolvimento de Serviços Especializados**

Os serviços logísticos em Rio Grande e de atendimento à saúde e educação em Pelotas são promissores e capazes de incrementar a competitividade dos outros setores supracitados. A interação entre o setor de saúde e o de produção de equipamentos hospitalares pode se beneficiar do envelhecimento progressivo da população local e mundial. Além disso, haja vista que os serviços de saúde possuem alta elasticidade-renda, tais atividades tendem a ser beneficiadas pelos aumentos previstos do nível de renda. Mesmo tendo uma qualidade nesses serviços aquém da observada nos centros de referência, a população desta Região, e até mesmo uma parcela dos habitantes de outras, já recorre ao eixo Pelotas-Rio Grande para buscar serviços qualificados. Uma melhoria no atendimento nessas áreas levaria ao aumento da abrangência destes setores e evitaria que parte da população fosse levada a recorrer à capital quando necessitasse de serviços mais específicos. Dessa maneira, atendimentos mais sofisticados tendem a reduzir os atuais vazamentos de renda para a capital. O mesmo fenômeno repete-se na educação. Cursos privados preparatórios voltados ao vestibular, por exemplo, atraem estudantes até mesmo de outros COREDEs. A injeção de renda advinda dos que buscam os serviços de educação e saúde gera efeitos palpáveis sobre a economia.

Para que esse potencial se desenvolva, é preciso que a estrutura de Informação & Conhecimento (I&C) seja mais integrada com a produção e que se desenvolva maior empreendedorismo voltado aos novos ramos. Nos setores não diretamente relacionados com o setor exportador, especialmente, os serviços em Pelotas, requer-se uma melhor qualificação dos profissionais. As economias de urbanização e de aglomeração geradas por Pelotas, em especial, e por Rio Grande, em segundo lugar, criam ambientes propícios à atração e ao desenvolvimento de atividades dos setores secundário e terciário. Os núcleos de educação e pesquisa nessas cidades têm potencial para colaborar com o desenvolvimento, caso consigam uma maior integração com o aparato produtivo. A estrutura de I&C da Região pode permitir a potencialização das chances de sucesso de todas estas atividades. Entretanto, o baixo dinamismo econômico, o atual restrito mercado interno para tais atividades e a relativa baixa qualidade de vida de suas principais cidades frente a outras Regiões tornam a saída de pesquisadores e pessoal qualificado para outras cidades ou Regiões uma ameaça ao setor de I&C. Outra restrição consiste no fato de que Pelotas e Rio Grande não contam com *backbones* comerciais de transmissão de alta capacidade, sendo importante esta instalação não somente para a alavancagem do setor produtivo, mas também para permitir uma maior agilidade dos sistemas do Porto.

### **C) Base Econômica Diversificada com Crescimento Recente**

A base econômica diversificada permite menor impacto de crises em setores localizados. Entretanto, parece faltar à Região atividades especialmente dinâmicas, que impulsionem os outros setores locais. Os setores com maior abertura para o exterior têm sido os mais aptos a, aproveitando oportunidades exógenas à Região, dar novo ânimo à base produtiva local. O VAB da indústria evoluiu 71% no período 1998-2002, com alguns setores crescendo muito (petroquímicos, farinhas e óleos comestíveis) e outros até mesmo reduzindo (produtos de origem vegetal, fertilizantes, produtos de origem animal). Apesar do PIB Industrial reduzir-se no período 1990-2002, a tendência recente, porém, já é um pouco melhor, mostrando que além do VAB variar 71% (1998-2002), as vendas do VAF variaram (+ 89%).

Trata-se de uma Região rica em capital natural, que é parcialmente aproveitado, com a produção de arroz dominante (cadeia integrada e bastante competitiva no Brasil, mas com gravíssimos problemas frente à concorrência uruguaia). Outras atividades também se mostram atraentes, como o fumo (alta competitividade no cultivo, mas reduzida atividade de processamento) e carnes (maior rebanho, exporta 30% da produção, mas com baixa integração da cadeia). A silvicultura, atividade que vem se desenvolvendo, é intensiva em capital natural, com maior capacidade de geração de empregos através de encadeamentos para frente, que devem surgir apenas no médio e longo prazos, na forma de fábricas de celulose, papel e de móveis.

Apesar de a Região ter uma população eminentemente urbana, as atividades extrativas e agrícolas têm seu papel, mesmo levando-se em conta seus impactos restritos na renovação da malha produtiva. Elas permitem não só a manutenção da renda no campo, como aliviar as cidades da pressão sobre os serviços sociais e infra-estrutura. Uma maior exploração deste capital natural, respeitadas as restrições ao meio ambiente, é uma importante oportunidade que não pode ser desperdiçada. Entretanto, um maior exploração dos recursos naturais, no padrão tecnológico atual, levará a um agravamento das agressões ao ambiente local.

Relevante ameaça paira sobre a economia do arroz com o aprofundamento do Mercosul, que pode gerar problemas neste setor, que é primaz e eficiente no âmbito nacional, mas com problemas internacionais de competitividade. Também o crescimento da produção de arroz, intensiva na utilização de água, tende a agudecer os conflitos na utilização deste recurso, bem como levar a destruição dos frágeis ecossistemas lá encontrados.

O baixo empreendedorismo local, a baixa qualidade da educação e da saúde, a pouca integração do setor de I&C com o parque produtivo e os problemas de infra-estrutura podem repelir as empresas para regiões com melhores atributos.

No âmbito rodoviário, há necessidade, para os empreendimentos de silvicultura, de pavimentação da RS-473, ligando diretamente a região de Herval e Arroio Grande ao Porto de Rio Grande, sem a necessidade de ir até Pelotas. Além desses elos faltantes, a BR-392, próxima a Pelotas, apresenta-se como um importante gargalo, com ênfase no trecho entre a saída para Encruzilhada do Sul e Canguçu. Já em termos de energia, além da ausência de gás natural, que poderia alavancar a indústria em Pelotas e Rio Grande, o nível de serviço na Região é baixo na frequência e na duração de falhas, exigindo melhorias nos níveis dos serviços.

## **Visão Estratégica da Região Funcional 5**

A visão estratégica da Região é maximizar o potencial gerado pelo Porto de Rio Grande e a abrangência de seus impulsos, bem como revitalizar a diversificada base produtiva existente.

Também deve lidar com a dualidade. De um lado, parte de sua estrutura produtiva diversificada é pouco integrada com outras regiões do Estado e com o Uruguai. Boa parte de seus setores tem auto-suficiência e conta com o mercado interno para manter a sua dinâmica.

Relativamente distante dos mercados mais vultosos, a RF 5 criou uma autonomia em relação aos seus destinos, não fazendo parte, portanto, da área de expansão do *hardcore* da economia gaúcha.

A Região conta com um atributo locacional específico e insuperável: o Porto de Rio Grande, que faz com que tenha setores mais voltados para fora do Estado e seja fundamental para qualquer estratégia de inserção internacional da economia gaúcha. Não só a sua integração com o restante



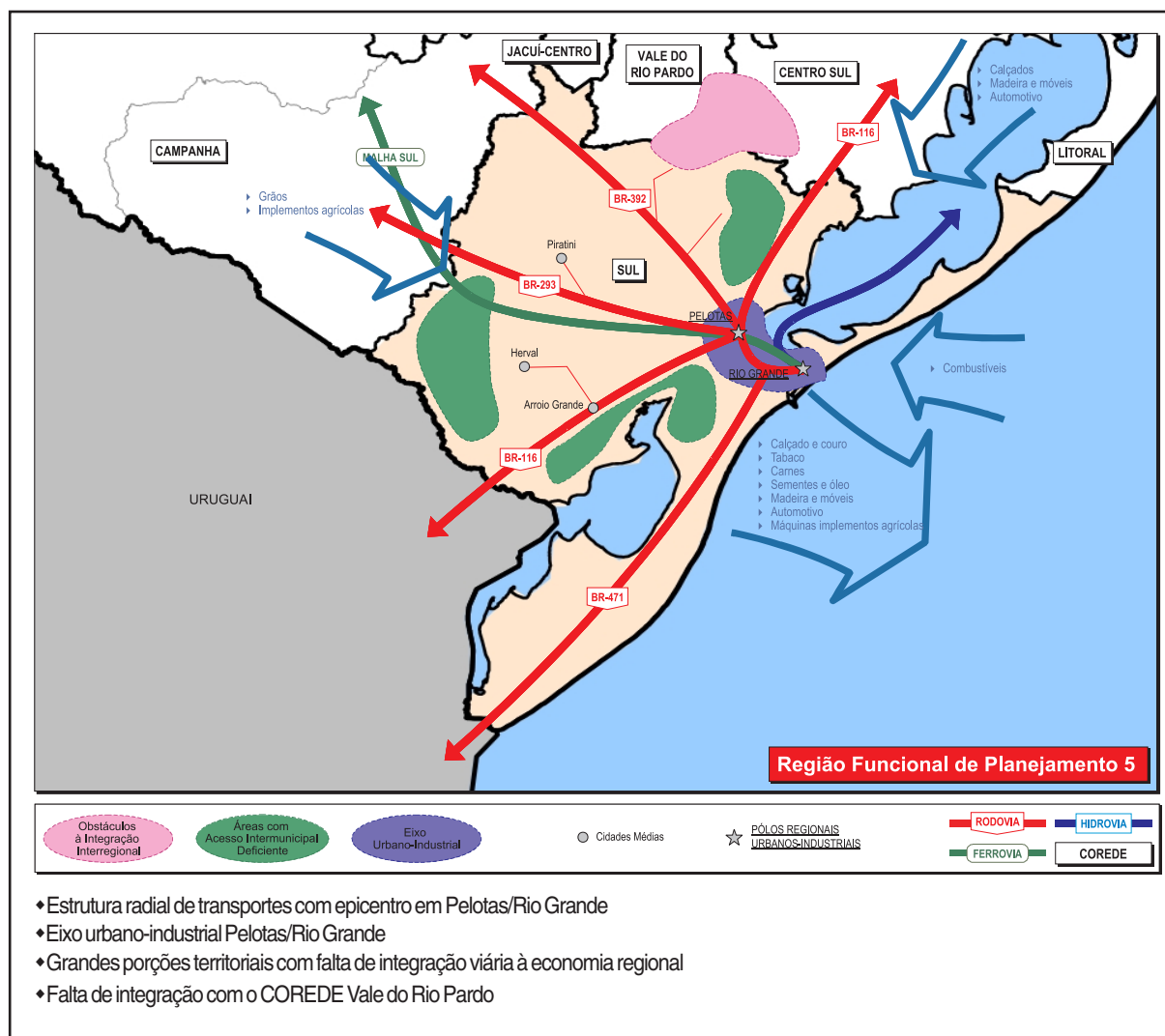
do Estado é importante, mas também a infra-estrutura portuária, que é capaz de alavancar outros setores e novas atividades. Para que isto ocorra, as carências na área de transportes dentro da Região devem ser superadas.

O principal desafio regional é articular estas duas partes: a relativamente isolada e a totalmente integrada aos mercados externos. Em outras palavras, há de se fazer com que os impulsos originados do Porto atinjam toda a Região. Igualmente, é importante estimular os setores locais a alavancarem os setores que dependem do Porto, dando-lhes vantagens competitivas. A exploração dessas sinergias é a forma de reverter a tendência de longo prazo desta Região Funcional.

Polarizada por Pelotas-Rio Grande, a Região deve ter como visão estratégica, do ponto de vista espacial, a busca de ampliação e aprofundamento da área de influência desse eixo. Para que os setores dinâmicos não se tornem enclaves e para que tais impulsos iniciais não sejam rapidamente amortecidos, deve-se buscar maiores conexões com as potencialidades econômicas pré-existentes. O eixo Pelotas-Rio Grande já tem porte suficiente para atrair empreendimentos dos setores secundário e terciário complementares aos relacionados com os setores novos e poderão se beneficiar intensamente de um maior aproveitamento do potencial do Porto. Em curto e médio prazos, isso torna a Região mais dependente do desempenho de tais atividades. Já no longo prazo, a diversificação que costuma ocorrer tende a internalizar o processo de desenvolvimento, tornando-a menos sensível a choques externos (**Figura 2.5.22**).

Trata-se de uma Região rica em capital natural, que é apenas parcialmente aproveitado, com a produção de arroz. Uma maior exploração dos recursos naturais, no padrão tecnológico

**Figura 2.5.22 – Fatores Estratégicos da RF5**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

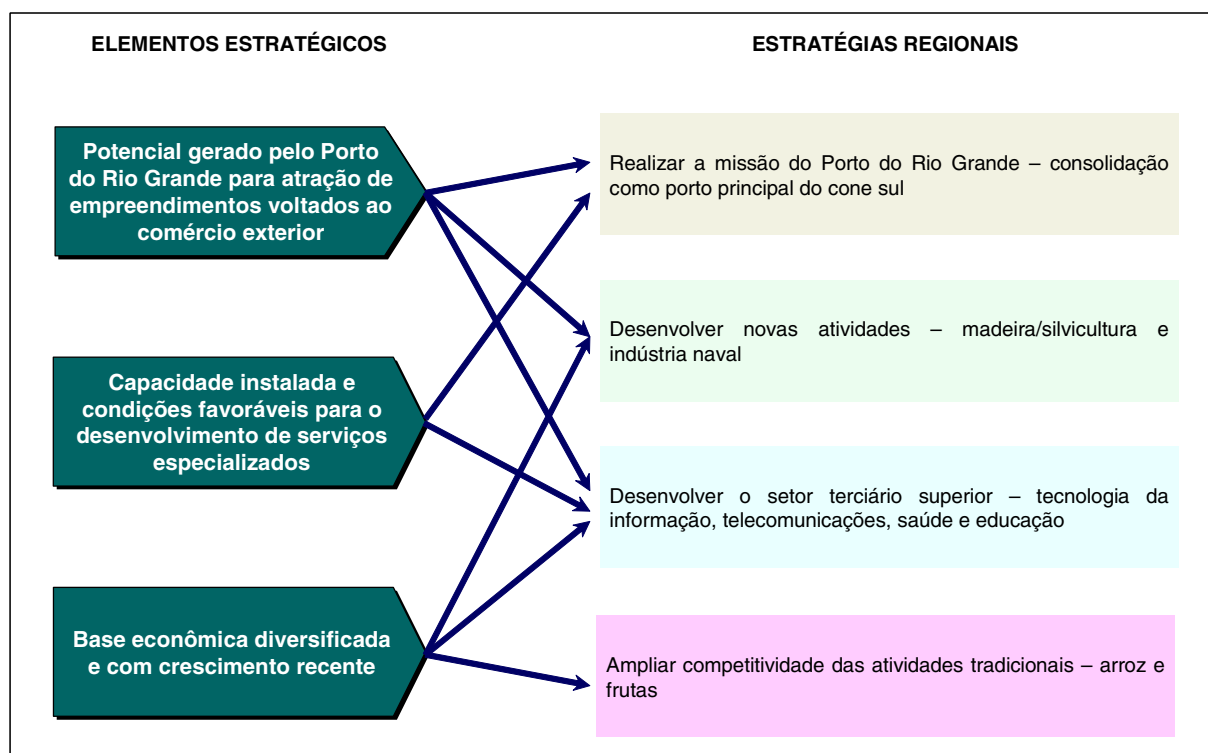
atual, levará a um agravamento das agressões ao ambiente local.

As economias de urbanização e de aglomeração geradas por Pelotas, em especial, e por Rio Grande, em segundo lugar, criam ambientes propícios à atração e ao desenvolvimento de atividades dos setores secundário e terciário. Os núcleos de educação e pesquisa nessas cidades têm o potencial de colaborar com o desenvolvimento, caso consigam uma maior integração com o aparato produtivo. A concentração de renda e os problemas em educação e saúde dela advindos impõem desafios para a melhoria das condições sociais pelos agentes públicos, os quais ainda tendem a ter frágeis finanças públicas municipais.

## Estratégias Propostas para a Região Funcional 5

Para cumprir os papéis identificados como visão estratégica – ampliar as áreas de influência do eixo Porto de Rio Grande-Pelotas e do próprio Porto e revitalizar a base produtiva diversificada, tanto com novas atividades como pela maior competitividade das tradicionais, as estratégias para a Região situam-se em quatro vertentes, que atendem aos elementos estratégicos, como registra a **Figura 2.5.23**.

**Figura 2.5.23 – Elementos Estratégicos x Estratégias Regionais – RF 5**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

### ESTRATÉGIA 1 – REALIZAR A MISSÃO DO PORTO DE RIO GRANDE

A estratégia visa assegurar que o Porto realize integralmente a sua missão, isto é, garantir a competitividade e atração de cargas do Estado e internacionais, de forma a contribuir para sua expansão e desenvolvimento da cidade e Região. O Porto de Rio Grande possui características ímpares que fazem com que tenha vantagens competitivas sólidas e um papel estratégico na economia no Estado. Sendo estratégico para o Rio Grande do Sul, é também para a região onde está localizado. Conforme enfatiza o estudo de logística do Rumos 2015, ele possui:

- ♦ Calado de 40 pés, permitindo a atracação de navios de até 55 mil toneladas. É possível aprofundar este calado, permitindo o acesso de navios *capesize* com cerca de 85 mil toneladas.
- ♦ Retroárea disponível: ao contrário de todos os outros portos do sul da América Latina, existe espaço hoje para expansão, pois essas áreas ainda não foram ocupadas.
- ♦ Capacidade de expansão: existem condições para construção de outros terminais.

Para que o Porto realize seus potenciais, é preciso ir muito além de suas características físicas ou de ampliação. São necessários investimentos em tecnologia de informação, quer em equipamentos, quer em recursos humanos para a moderna gestão logística do Porto. Essa modernização tem o efeito indireto de gerar transbordamentos tecnológicos capazes de atingir todo o tecido produtivo regional.

### **Justificativa para a Estratégia 1**

Na esfera da comparação internacional de níveis de renda, é resultado estabelecido que um acesso marítimo tende a gerar maior desenvolvimento. No âmbito da economia brasileira, está constatado, em linhas gerais, que os portos tiveram papel central para as dinâmicas regionais no passado. No caso do Rio Grande do Sul, apesar da importância do Porto no passado, o eixo dinâmico deu-se fora da região portuária e de seus entornos. O fato de que, atualmente, o Porto não tem sido suficiente para revitalizar a região não implica que isso não possa ser alcançado de agora em diante.

Portos têm papéis importantes na revitalização das regiões. Nesse sentido, uma referência é o Porto de Rotterdam, cujo sucesso econômico tem contagiado todo seu entorno. Especialmente desde 1957, com a implantação do *Europoort*, a modernização e ampliação de suas instalações foi vital para o crescimento industrial de toda a economia regional e mesmo holandesa.

Os sinais recentes do Porto de Rio Grande mostram sua dinâmica e relevância. Uma prova do vigor das atividades portuárias é o crescimento recente do *transshipment* (cerca de 170% a.a. de 1999-2003), a atração de cargas de soja paraguaia (crescimento de 22% a.a. de 1999-2003) através do ramal da ALL em território argentino, ao longo do Rio Uruguai. Os portos de Buenos Aires e de Montevidéu não permitem a atracação de navios de 55 mil t. e, em muitos casos, só podem partir com dois terços de sua capacidade. Portanto, a perspectiva é de crescimento do fluxo de cargas do Porto e, portanto, de impacto em todo um conjunto de atividades diretas e indiretas ligadas aos serviços portuários do eixo Pelotas-Rio Grande.

### **Objetivos da Estratégia 1**

O principal objetivo é tornar o Porto de Rio Grande o melhor do sul da costa atlântica da América do Sul. A ampliação e a consolidação das vantagens competitivas do Porto dependem da ampliação de sua área de atuação. Em termos mais gerais, trata-se de atingir o cenário “Porto do Mercosul”, apontado pelo componente 2 deste estudo. Assim, na movimentação de contêineres no Tecon, o objetivo é passar de 522 mil TEUs em 2003 para 1200 mil TEUs.<sup>2</sup>, representando um aumento de 7,2% a.a., até 2015. Para isso, ele deverá estar à frente dos demais portos com o qual disputa cargas e serviços. Tem-se, também, como objetivo a instalação de um segundo operador do Porto, além do Tecon, de forma a aumentar a competitividade de Porto via competição por preços e nível de serviço entre operadores. Ainda em termos quantitativos, busca-se ampliar para 500 o número de empresas do setor transporte, armazenagem e comunicações em Rio Grande, frente às 253 atuais. Isso corresponde a um aumento de cerca de 5% a.a., tendo como base os dados de 2001 do Cadastro Geral de Empresas do IBGE.

**Ações da Estratégia 1:** As ações multissetoriais identificadas para concretizar esta Estratégia estão sintetizadas na **Figura 2.5.26**.

### **ESTRATÉGIA 2 – DESENVOLVER NOVAS ATIVIDADES**

Assegurar a efetiva implementação das novas atividades econômicas relacionadas ao Porto (indústria florestal e naval) e ampliar seus impactos regionais. Existem projetos de implantação de uma indústria da cadeia de madeira da Votorantim Papel e Celulose (VPC) e de uma indústria naval do Estaleiro Aker-Promar e do Estaleiro Rio Grande. O projeto da Votorantim já se iniciou com a aquisição de áreas para a implantação de uma base florestal. A VCP está investindo cerca de R\$ 100 milhões para a aquisição e plantio de 40 mil ha de florestas, gerando 800 empregos diretos e 2.500 indiretos, apenas no primeiro ano. Os projetos dos estaleiros Aker-Promar e Rio Grande, por sua vez, encontram-se na fase da elaboração dos projetos de impacto ambiental.

O primeiro passo é garantir que efetivamente tais atividades sejam instaladas na Região. Esses empreendimentos foram, entre outros fatores (como condições geomorfológicas para

<sup>2</sup> Twenty Foot Equivalent Unit – Tamanho padrão de contêiner intermodal de 20 pés (Unidade Internacional).

florestamento, por exemplo), atraídos para a Região próxima do Porto de Rio Grande, considerando a situação atual do Porto. Sem dúvida, a implantação da Estratégia 1 (Competitividade e Atração de Cargas para o Porto) irá melhorar a atratividade desses investimentos. Entretanto, além das ameaças a mudanças nos mercados de construção naval e na cadeia da madeira, ambas atividades estão sujeitas à competição de outras regiões e países pelos mesmos investimentos. As restrições, principalmente de ordem ambiental, podem atrasar, reduzir ou inviabilizar a instalação dos empreendimentos esperados.

Nesse contexto, é imperativo um arcabouço institucional que mantenha as “regras do jogo”, seja ele fiscal, regulatório ou ambiental. O retorno em indústrias de capital intensivo, como madeira/celulose e naval, é de muito longo prazo e depende dessa estabilidade. A experiência internacional (notadamente Argentina e Peru) mostra que a indústria madeireira na Argentina e a indústria de mineração no Peru só se desenvolveram após a consolidação de garantias de inalteração por períodos superiores a sete anos.

Uma vez instalados os empreendimentos, há de se estimular que não se transformem em enclaves. Se forem isolados do seu entorno econômico, utilizando mão-de-obra e insumos de outras regiões, as novas atividades terão impacto bastante restrito. É preciso não só aproveitar a oportunidade da utilização de trabalhadores locais, como também, em um horizonte mais amplo, atrair para a Região outros elos das cadeias produtivas das indústrias naval e florestal.

A importância de tal incorporação local de elos toma ainda mais força quando se consideram as tecnologias de tais atividades, que são intensivas na utilização de capital natural e físico. Portanto, seus impactos diretos sobre a geração de empregos são severamente limitados.

### **Justificativa para a Estratégia 2**

Ao longo do tempo, a história econômica regional é determinada pelas formas através das quais as oportunidades são criadas e aproveitadas pelos agentes locais. As indústrias naval e florestal não faziam parte do projeto regional há alguns anos. Uma vez que as oportunidades representadas pelos projetos da Votorantim e dos estaleiros Aker-Promar e Rio Grande se mostravam no horizonte, coube aos agentes intra e extra-regionais agirem em prol de sua instalação. Neste sentido, afirma-se que tais atividades são janelas de oportunidade e estando ainda em aberto qual será o seu efetivo impacto na malha produtiva da Região Funcional. O projeto da Votorantim poderá evoluir face à instalação de uma fábrica de celulose ou mesmo servir de base para fornecimento de madeira para o pólo moveleiro da Serra, uma vez implantados os projetos de logística que estão sendo propostos neste estudo, especialmente entre Pelotas/Rio Grande e Porto Alegre e norte do Estado. A logística pode ser muito efetiva, pois a madeira pode servir como carga de retorno aos produtos que vieram das Regiões Funcionais 1 e 3 para serem embarcadas no Porto de Rio Grande.

### **Objetivos da Estratégia 2**

Para o setor de construção naval, o principal objetivo é propiciar condições para criação de mais de 5 mil empregos nessa atividade, através de empregados locais, ou seja, trata-se de atrair menos de 2% da mão-de-obra menos qualificada direta estimada pelo setor. A instalação do estaleiro Aker-Promar prevê um investimento de US\$ 100 milhões e a geração de 5 mil empregos diretos. Já o Rio Grande, deverá aportar US\$ 30 milhões e antevê a criação de 660 empregos diretos. Prevê-se, ainda, a instalação de 10 a 15 empresas fornecedoras.

Para o setor de madeira, existem dois objetivos principais:

- ◆ Aumentar para 200 mil hectares a área de florestas plantadas até 2010 e para 300 mil até 2015. Esse valor, apesar de alto em termos absolutos, corresponde a menos de 1% da área de 3,5 milhões de hectares da Região Funcional. Com base na estimativa da Ageflor, de sete empregos por hectare, poderá haver potencialmente 21 mil novos empregos, diretos e indiretos, até o final do período. Apenas a Votorantim Celulose e Papel (VCP) tem como meta plantar 100 mil hectares de florestas de eucaliptos durante seis anos.

- ◆ Fomentar a instalação de uma planta de celulose na Região para produzir 2 milhões t/ano. Para alimentar uma fábrica com esta capacidade de produção de celulose, são necessários 200 mil hectares de florestas. Supondo que apenas dois terços da área florestal plantada tivesse como destino esta planta, isto implicaria no alcance da produção anual. A fábrica da Aracruz Celulose, em Barra do Riacho, de mesma capacidade, gera igualmente 7.000 empregos diretos (próprios e terceirizados permanentes).

Considerando a atual base industrial da Região e o Cenário Tendencial projetado, estima-se que os novos setores poderão chegar a 60% do PIB industrial da Região, baseado em estimativas de preço da madeira e celulose, e da capacidade projetada de uma possível planta de celulose<sup>3</sup>, e em estimativas de produção dos estaleiros já em construção.

**Ações para a Estratégia 2:** As ações multissetoriais identificadas para concretizar esta Estratégia estão sintetizadas na **Figura 2.5.26**.

### **ESTRATÉGIA 3 – DESENVOLVER O SETOR TERCIÁRIO SUPERIOR**

Esta estratégia visa desenvolver o setor terciário da economia, com ênfase nos serviços qualificados. O terciário superior ainda não está desenvolvido na Região que une hoje todas as condições para ser desenvolvida, ou seja, capital humano especializado, que hoje emigra para outras regiões por falta de oportunidades neste mercado, demanda por serviços de educação e saúde e demanda por um varejo mais sofisticado, que hoje já começa a ocorrer com a chegada das grandes redes. Dessa forma, existe oportunidade de desenvolver, acentuadamente, no eixo Pelotas-Rio Grande, serviços de tecnologia da informação, telecomunicações, saúde, educação básica, entretenimento e lazer e varejo. Além disso, o Porto de Rio Grande, otimizado em relação a seu potencial, poderá alavancar ainda mais estas atividades, a exemplo do que ocorreu no Porto de Rotterdam. O desenvolvimento do terciário superior na Região passa, necessariamente, pelo fortalecimento dos centros urbanos principais (Pelotas e Rio Grande), que devem receber apoio em serviços sociais e especiais, para consolidá-los como cidades polarizadoras do vasto *hinterland* regional.

#### **Justificativa para a Estratégia 3**

A Região é bastante urbanizada e com um setor de serviços destacado. É fato que, atualmente, a maior parte do emprego no terciário está nas atividades comerciais, muitas vezes pouco qualificadas, de baixa produtividade, e incapazes de induzir o crescimento regional. Contudo, o setor terciário pode ter um papel distinto na dinâmica regional.

Pelotas tem escala e força polarizadora regional, que lhe permitem receber um desenvolvido terciário superior. Na verdade, esse processo já tem sido observado. Em especial, no setor de educação e saúde, um estudo aponta que, entre 1991 e 2001, a taxa de crescimento do emprego formal nessas atividades foi de 19% a.a. e 21% a.a. em Pelotas. Mesmo o setor de varejo regional tem tido um visível processo de modernização com a chegada de redes nacionais e internacionais, que podem gerar inovações para outros negócios já instalados.

Além disso, o fato de ter duas universidades e uma faculdade já lhe confere uma estrutura de informação e conhecimento capaz de fornecer o capital humano para apoiar esta estratégia. Hoje, por falta de oportunidades, a cidade é uma exportadora líquida de mão-de-obra qualificada. Ao contar com um ambiente favorável para a criação de oportunidades, esses recursos humanos poderão fixar-se na Região. O Porto de Rio Grande deverá ainda ampliar a área coberta por estes serviços, uma vez que “acompanhará” Pelotas.

#### **Objetivos para a Estratégia 3**

O primeiro objetivo é a criação e sustentabilidade de 400 empresas do setor de educação, 500 empresas de saúde e 17 mil empresas de comércio e demais serviços. Essa previsão se baseia em uma taxa de crescimento de 6% a.a. para as duas primeiras atividades e 4% para as demais, adotando como base os dados do Cadastro Geral de Empresas do IBGE (2001). É relevante que, apesar de em Pelotas as empresas com menos de quatro empregados serem as mais frequentes no setor terciário, não se pode associar a modernização do setor com a sua concentração. Afinal, é possível que tais microempresas sejam mais intensivas em tecnologia e inovadoras do que aquelas de maior porte. O segundo objetivo é a ampliação de 14% para 20% da participação na mão-de-obra formal de ocupações mais qualificadas do terciário até 2015 em Pelotas.

**Ações para a Estratégia 3:** Estão sintetizadas na **Figura 2.5.26**.

<sup>3</sup> Preço médio da tonelada de celulose nos últimos dez anos estimado em cerca de US\$ 600 / ton. Fonte: Análises Booz Allen Hamilton

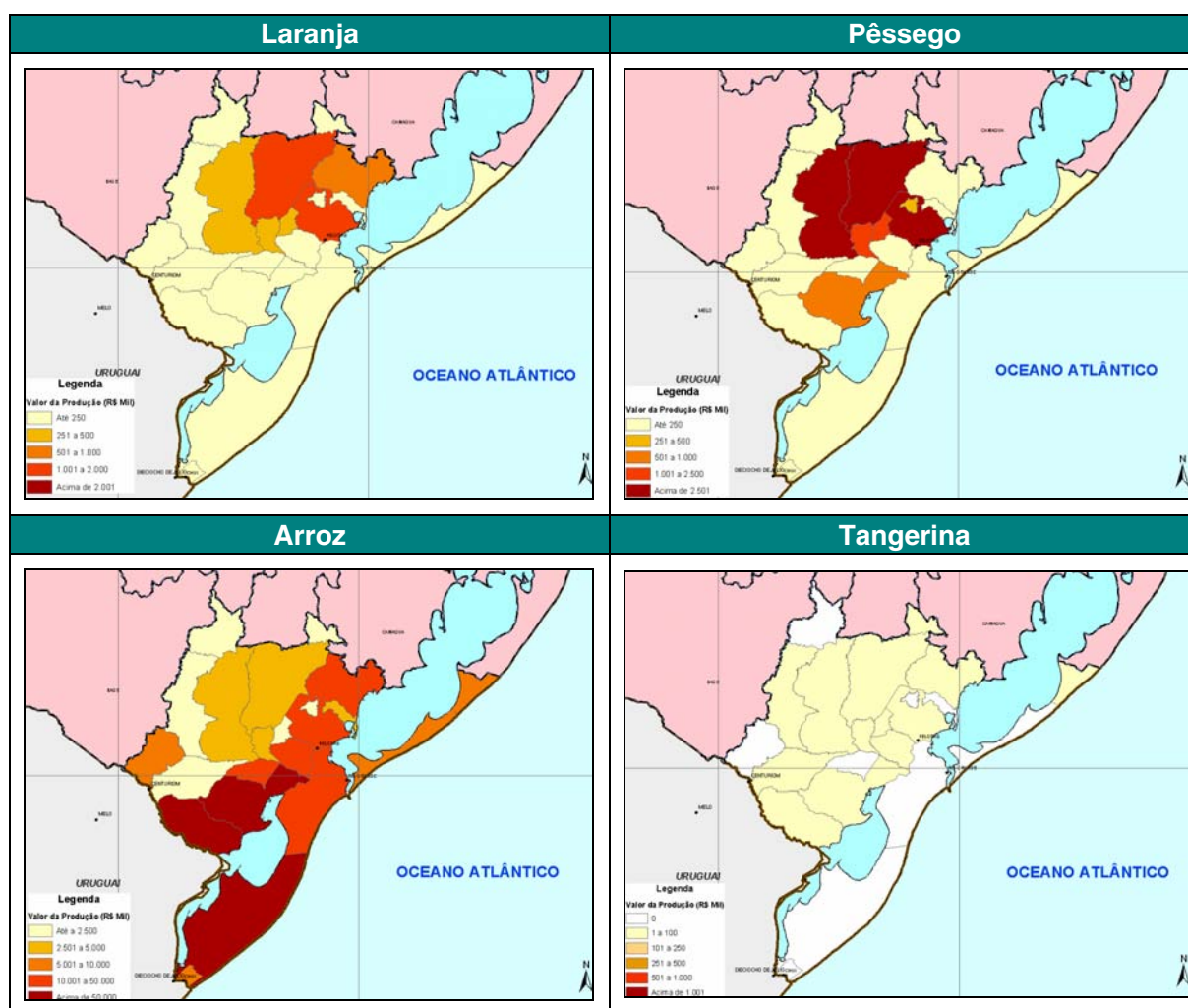
#### ESTRATÉGIA 4 – AMPLIAR A COMPETITIVIDADE DAS ATIVIDADES TRADICIONAIS

Visa dar condições efetivas para assegurar a produtividade e competitividade das atividades econômicas existentes – rizicultura, frutas e indústria de processamento destes.

##### Justificativa para a Estratégia 4

Os dois setores tradicionais ligados à produção primária têm enfrentado problemas. O arroz recentemente tem enfrentado os problemas de competição do Uruguai e de outras regiões do Brasil. Ao mesmo tempo, a indústria de processamento de alimentos tem passado por crises frequentes e se mostra estagnada. No entanto, as condições naturais para a fruticultura e para a rizicultura são bastante favoráveis. Na produção de arroz, a Região é o *benchmark* nacional e suas condições de clima e terra são propícias para a produção de diversas variedades de frutas. A produção dos principais produtos agrícolas é apresentada na **Figura 2.5.24**. A questão é superar, portanto, as restrições que impedem que estas potencialidades naturais se realizem plenamente. Superar os problemas de produção e, com mais ênfase, a comercialização são fundamentais para manter a renda desses setores tradicionais.

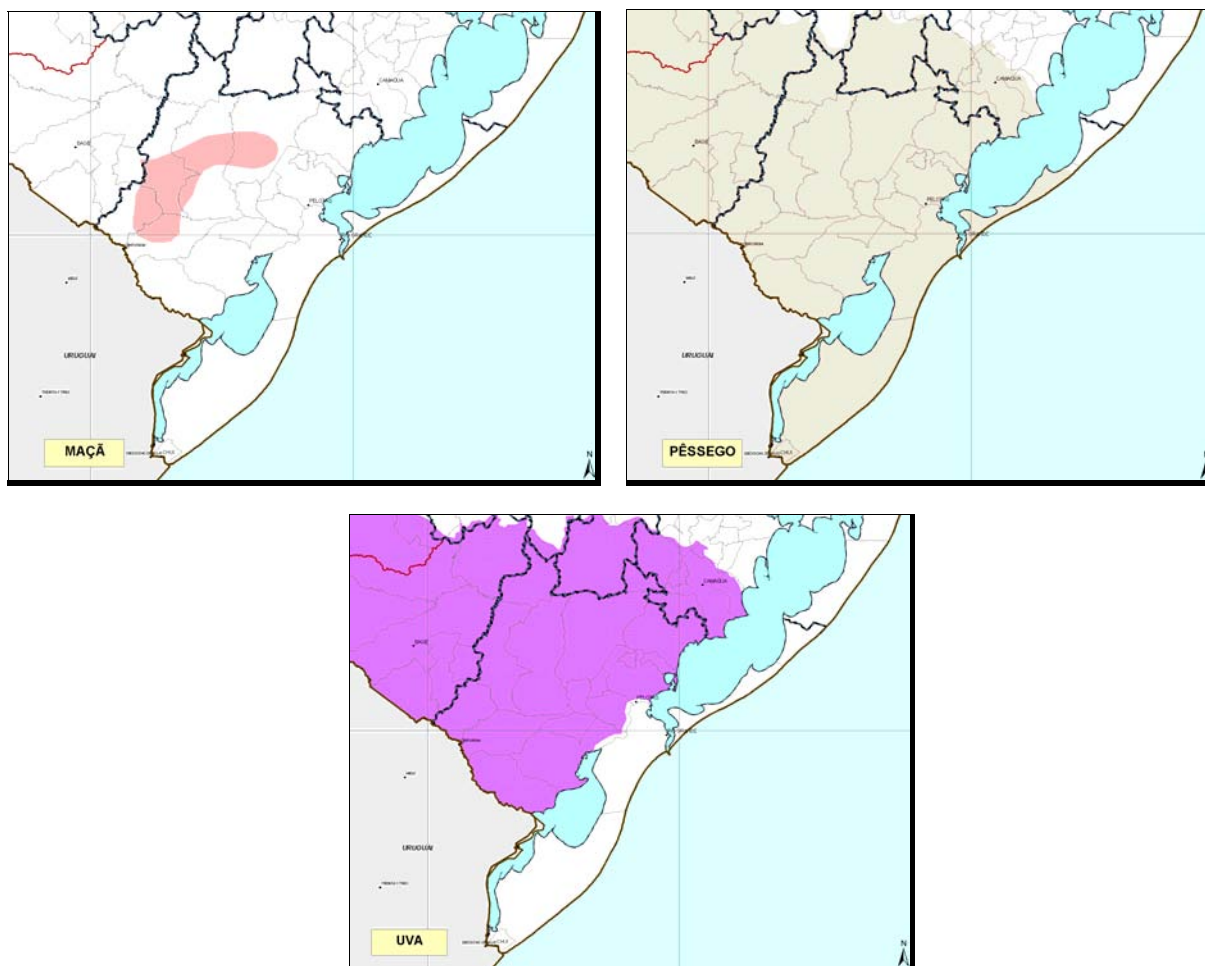
**Figura 2.5.24 – Valores de Produção Agrícola na RF 5 por Município**



Fonte: Produção Agropecuária Municipal (2003)

O desempenho das atividades tradicionais, devido a sua relevância absoluta em termos de emprego e renda, é essencial para a Região. Mesmo não sendo capaz de alavancar um novo ciclo de crescimento, é importante ampliar ou ao menos manter a competitividade da rizicultura e da fruticultura, para que uma crise do campo não repercuta por todo o tecido econômico. Na fruticultura, as áreas aptas para os diferentes plantios abrangem boa parcela regional, como registra a **Figura 2.5.25**.

**Figura 2.5.25 – Áreas Aptas para Frutas: Maçã, Pêssego e Uva– RF 5**



Fonte: Governo do Estado do RS, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico – Volume II, 1994

#### **Objetivos da Estratégia 4**

♦ Superar o estimado pelo Cenário Tendencial, ou seja, passar de uma produção de 834 para 1.256 mil toneladas (arroz em casca) e de 496 para 638 (arroz beneficiado), entre 2003 e 2015, mantendo a área plantada desta cultura. Neste sentido, o aumento de produtividade seria de 4,9 para 7,4 t/ha, ou seja, um aumento esperado de produtividade de 3,5% a.a. até 2015.

♦ Ampliar a área cultivada com frutas de 14,6 para 26,2 mil ha entre 2003 e 2015. Isso significa uma taxa de crescimento de cerca de 5% a.a. Apesar de aparentemente elevada, vale lembrar que a média de área plantada com frutas na Região durante o período 1990-1992 foi de 21,6 mil ha. A meta supracitada é, portanto, viável.

♦ Um objetivo acessório para que os resultados dessa estratégia sejam efetivos é que frutas e outros produtos alimentícios devem ter presença relevante (maior que 80% da produção em arroz, frente aos atuais 64%; 75% em frutas, frente aos atuais 61%; e 20% em soja, frente aos atuais 8%) nos mercados de outros Estados, principalmente do Sudeste brasileiro.

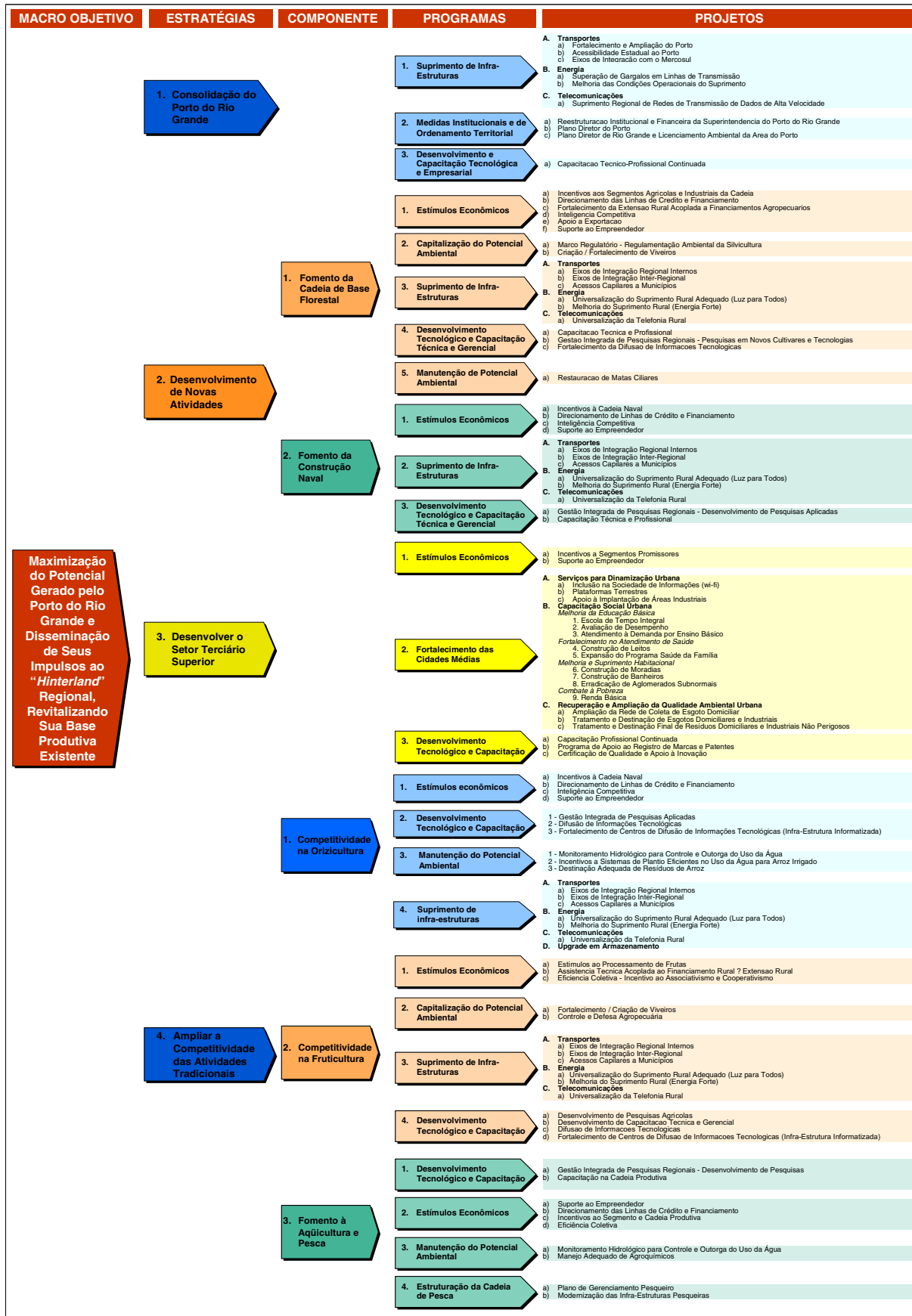
#### **Ações para a Estratégia 4: Ampliar a Competitividade das Atividades Tradicionais**

As ações multissetoriais identificadas para concretizar esta Estratégia estão sintetizadas na **Figura 2.5.26** e serão detalhadas no Plano Estratégico para a Região, no item subsequente, de modo funcional à programação orçamentária.

### **Plano Estratégico da Região Funcional 5**

Na seqüência, serão delineados todos os programas e projetos que compõem as quatro estratégias definidas para a Região. A organização destas propostas segue a lógica demonstrada no Capítulo 5 do Volume I desta coletânea.

Figura 2.5.26 – Gráfico de Objetivos e Meios para a RF5



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC



Os programas e projetos constituintes dessas estratégias totalizam R\$ 4,3 bilhões, que correspondem a 65% do regional de 2002. Deve-se ressaltar que muitas das propostas, especialmente em áreas que operam em redes, como infra-estruturas de transportes, energia ou telecomunicações, empreendimentos que situam-se em outras regiões beneficiam, ou impactam negativamente, esta Região. É o caso, por exemplo, de rodovias que cruzam o Estado conectando várias regiões a Rio Grande, ampliando a captação de cargas para exportações ou linhas de transmissão que trazem energia de outras regiões. Portanto, os benefícios e custos regionais dessas propostas não podem ser apreendidos apenas pelos volumes de recursos das propostas incidentes na Região, mas só serão devidamente apreendidos pelos resultados conjuntos do Cenário Propositivo para o Estado e Regiões, que considera a conectividade e será apresentado em relatório posterior específico.

Importante assinalar que a Região conta com dois programas especiais de estímulos, que podem representar fontes adicionais de recursos para implementação de projetos: o Programa de Superação das Desigualdades Regionais, em elaboração pela SCP para financiamento do Banco Mundial, e o Programa Metade Sul, do Ministério de Integração Regional. Os programas e projetos são delineados na seqüência, em termos de uma programação que registra, para cada um deles, suas justificativas, escopo, metas, órgãos intervenientes, recursos necessários e fontes de recursos, delineando, assim, um Plano Regional articulado e funcional à programação orçamentária.

### ESTRATÉGIA1 – CONSOLIDAÇÃO DO PORTO DE RIO GRANDE

Tratam-se das ações destinadas a tornar o Porto do Rio Grande em centro do Mercosul. Os projetos multisetoriais exigidos estão registrados na **Tabela 2.5.3** e detalhados nas **Tabelas 2.5.4** a **2.5.6**, nos quadros **2.5.3** a **2.5.6** e nas Figuras **2.5.27** e **2.5.28**.

**Tabela 2.5.3 – Projetos e Recursos da Estratégia Consolidação do Porto de Rio Grande (R\$ Mil)**

Estratégia	Programa	Sub-Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
1 – Consolidação do Porto de Rio Grande	1 – Suprimento de Infra-estruturas	1 – Transportes	1 – Fortalecimento e Ampliação do Porto	297.000	-	-	297.000	
			2 – Acessibilidade Estadual ao Porto	654.330	9.160	79.440	742.930	
			3 – Eixos de Integração com o Mercosul	-	-	-	-	
		2 – Energia	1 – Superação de Gargalos em Linhas de Transmissão	43.000	21.000	5.000	69.000	
			2 – Melhoria das Condições Operacionais do Suprimento	-	-	-	-	
			3 – Telecomunicações	1 – Suprimento Regional de Redes de Transmissão de Dados de Alta Velocidade	-	-	-	-
		<i>Total do Programa</i>			<i>994.330</i>	<i>30.160</i>	<i>84.440</i>	<i>1.108.930</i>
		2 – Medidas Institucionais e de Ordenamento Territorial		1 – Reestruturação Institucional e Financeira da Superintendência do Porto de Rio Grande	500	-	-	500
				2 – Plano Diretor do Porto	1.000	-	-	1.000
	3 – Plano Diretor de Rio Grande e Licenciamento Ambiental da Área do Porto			2.000	-	-	2.000	
	<i>Total do Programa</i>			<i>3.500</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>3.500</i>	
	3 – Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica e Empresarial		1 – Capacitação Técnico-profissional Continuada	500	-	-	500	
				<i>Total do Programa</i>			<i>500</i>	<i>-</i>
	<b><i>Total da Estratégia</i></b>			<b><i>998.330</i></b>	<b><i>30.160</i></b>	<b><i>84.440</i></b>	<b><i>1.112.930</i></b>	

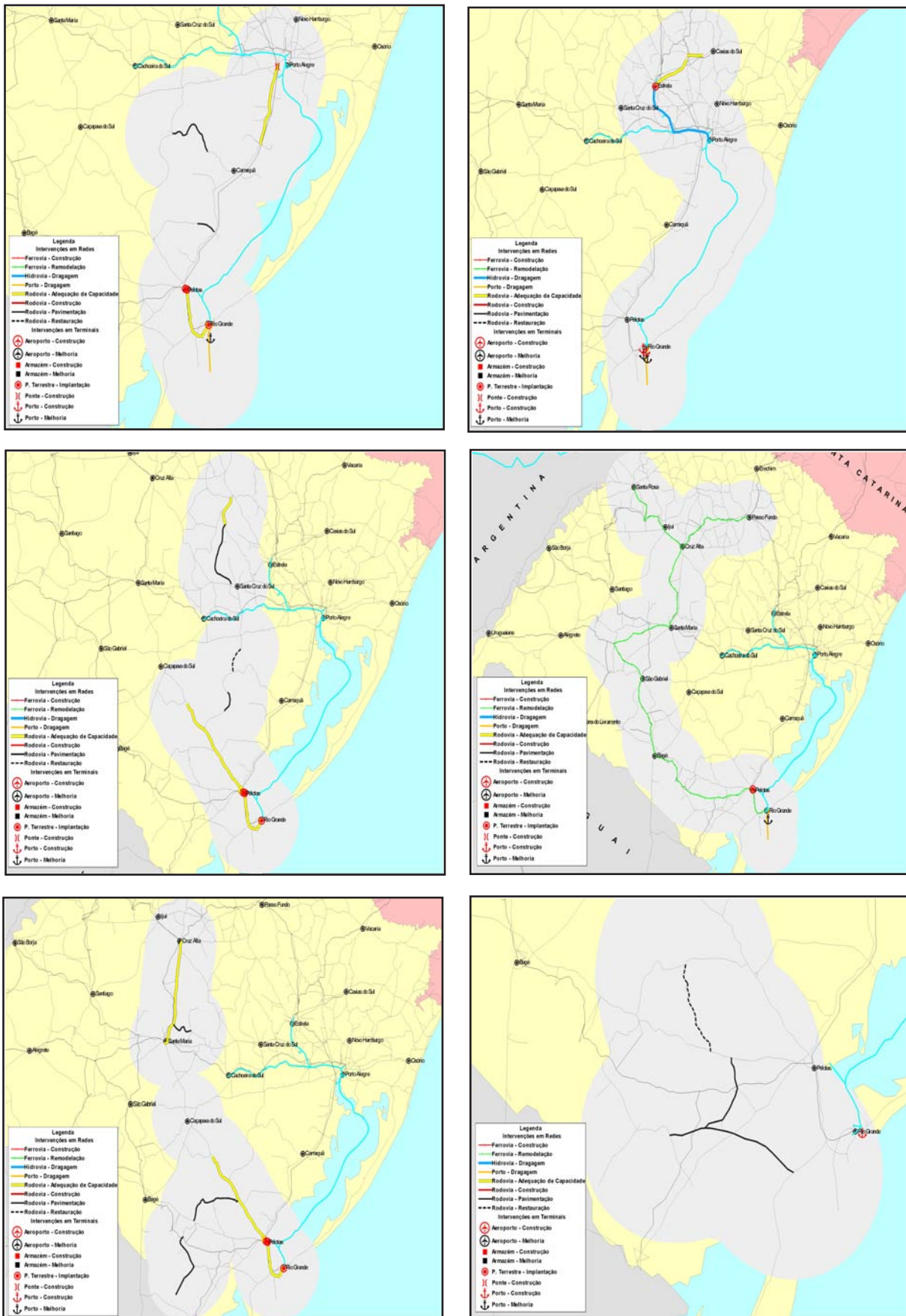
Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

#### PROGRAMA 1 – SUPRIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS

**Justificativas:** Necessidade de adequar a infra-estrutura portuária para a realização do Cenário Porto do Mercosul. Vários Agrupamentos de transportes estão propostos pelo Rumos

2015, visando captar cargas para o Porto. Alguns desses sistemas, abrangendo todo o Estado e as ligações entre Porto Alegre e o sul, são visualizados na **Figura 2.5.27**.

**Figura 2.5.27 – Sistemas de Transportes Destinados a Fortalecer o Porto de Rio Grande**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

## SUBPROGRAMA DE TRANSPORTES

### PROJETO 1 – FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DO PORTO

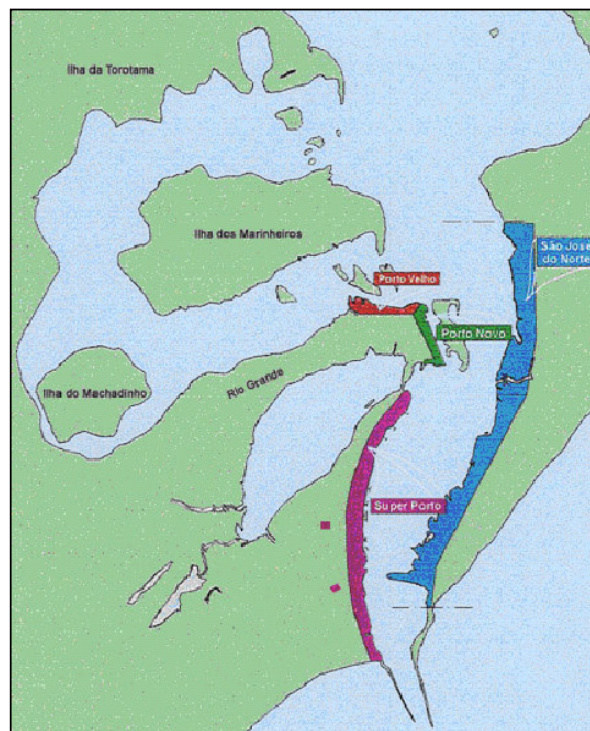
**Escopo:** Construção de terminais, aprofundamento do calado, ampliação dos molhes, reaparelhamento, centro de serviços e plataforma terrestre para consolidação e distribuição de cargas.

**Metas e recursos:** Foram identificadas pelo Componente 2 as intervenções no Porto registradas na **Tabela 2.5.4** (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 1 – Projeto 1). Além destas intervenções, já confirmadas, ainda dependem de modelagem a necessidade de outros dois terminais: o novo terminal e cais de fertilizantes; e a ampliação ou construção de novo terminal de contêineres.

**Órgão Interviente:** Superintendência do Porto de Rio Grande.

**Fontes de Recursos:** Para as infra-estruturas: tesouro estadual e federal; para as super-estruturas (instalações de terminais e equipamentos): setor privado, BNDES ou bancos.

Figura 2.5.28 – Área do Porto de Rio Grande



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipec – HLC

Tabela 2.5.4 – Intervenções no Porto de Rio Grande (R\$ Milhões)

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG001 AG002 AG003 AG015	PM001	Porto de Rio Grande 4/5	Ampliação dos molhes de Rio Grande		140,00	100	140,00
AG003	PC001	Porto de Rio Grande 1/5	Avanço da frente de atracação 11m (direção do mar), aumento do calado de 30 para 40 pés	0,45	24,00	100	24,00
AG003	PC003	Porto de Rio Grande 3/5	Construção de berços de barcas no Tecon		90,00	100	90,00
AG003	PM004	Porto de Rio Grande 5/5	Reaparelhamento do Porto Novo		13,00	100	13,00
AG021	PC002	Porto de Rio Grande 2/5	Implantação de terminal de produtos florestais (celulose, outros)		30,00	100	30,00
AG002 AG005 AG011	T1104	Plataforma Terrestre Tipo I – Rio Grande	Centro de Serviços de Grande Porte em Rio Grande	NA	0,9	100	0,9
					<b>297,9</b>		<b>297,9</b>

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipec – HLC

### PROJETO 2 – ACESSIBILIDADE ESTADUAL AO PORTO

**Escopo:** Trata-se dos grandes eixos rodo-hidro-ferroviários que dão acesso de todo o Estado do Rio Grande do Sul ao Porto e que estão requerendo obras de ampliação ou melhorias. Estão registrados na **Tabela 2.5.5**.

**Metas e recursos:** As intervenções registradas na Tabela foram identificadas como necessárias e viáveis economicamente pelos estudos de transportes (Componente 2),

**Órgãos Intervinentes:** Daer, DNIT, Superintendência de Portos e Hidrovias, ANTT e concessionárias.

**Tabela 2.5.5 – Eixos Principais de Escoamento e Exportações – RF 5**

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG001 AG002 AG003 AG015	HD001	Hidrovia da Laguna dos Patos ½	Dragagem de retificação e aprofundamento dos canais de acesso ao Porto de Rio Grande para 60 pés		170,00	100	170,00
AG001	FC002*	Linha Ferroviária General Luz – Pelotas	Construção linha singela	254	600,00	33,86	203,16
AG001 AG002 AG003 AG015	HD002	Hidrovia da Laguna dos Patos 2/2	Dragagem de 30 para 40 pés entre o Terminal COPESUL e o Cais do Porto Novo e Melhoria da Sinalização		70,00	100	70,00
AG001 AG002 AG003 AG015	PM001	Porto de Rio Grande 4/5	Ampliação dos molhes de Rio Grande		140,00	100	140,00
AG002 AG005 AG011	RA002	BR-392 6/6	2 para 4 faixas de tráfego no trecho Cabeceira Norte da Ponte BR-101	34,21	79,44	100	79,44
AG002 AG005 AG011	RA139*	BR-392 5/6	2 para 4 faixas de tráfego no trecho entre BR-101 e Rio Grande	26,83	62,30	100	62,30
AG003	PC001	Porto de Rio Grande 1/5	Avanço da frente de atracação 11m (direção do mar), aumento do calado de 30 para 40 pés	0,45	24,00	100	24,00
AG003	PC003	Porto de Rio Grande 3/5	Construção de berços de barcaças no TECON		90,00	100	90,00
AG003	PM004	Porto de Rio Grande 5/5	Reaparelhamento do Porto Novo		13,00	100	13,00
AG005 AG011	RA128	BR-392 4/6	2 para 3 faixas de tráfego no trecho entre Santana da Boa Vista e BR-116	127,55	414,33	100	414,33
AG015	FR104	Linha Ferroviária Cruz Alta – T. Santa Maria - Cacequi – Rio Grande	Reforço estrutural de pontes de 18 para 25 t/eixo	460,00	21,60	42,39	9,16
AG021	PC002	Porto de Rio Grande 2/5	Implantação de terminal de produtos florestais		30,00	100	30,00

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

\* Intervenção a ser realizada após 2015

### PROJETO 3 – EIXOS DE INTEGRAÇÃO COM O MERCOSUL

**Escopo:** Trata-se das ligações com países fronteiriços que permitirão ao Porto assumir seu papel de captador de cargas do Mercosul.

**Metas e Recursos:** Ver Plano Estadual, Estratégia 1, Programa 2, Subprograma 1, Projeto 2.

**Órgão Interviente:** Daer

**Fontes de recursos para projetos de transportes:** As fontes de financiamento para transportes serão melhor explicitadas no Plano de Implementação. No entanto, elenca-se, preliminarmente, como alternativas:

**Rodovias:** empréstimos multilaterais (Bird, BID, CAP), tesouro federal e estadual, setor privado (PPP), BNDES, fundos constitucionais;

**Ferrovias:** Infra-estruturas – setor público; superestruturas – setor privado, ambos com alternativas de financiamentos por organismos multilaterais, tesouro federal e estadual, BNDES;

**Tabela 2.5.6 – Integração de Fronteiras: Mercosul e Santa Catarina RF 5**

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG005	RP053*	RS-655	2 faixas de tráfego no trecho Entr. E.M. (P/Jaguarão) – Passo do Centurião (Front.BR-URU)	18	39,51	100	39,51

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

\* Intervenção a ser realizada após 2015

## SUBPROGRAMA DE ENERGIA

Quadro 2.5.3 – Projetos do Programa de Suprimento de Infra-estruturas RF 5

Programa Suprimento de infra-estruturas Subprograma Energia				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Superação de Gargalos em Linhas de Transmissão	Resolução de gargalos em linhas de transmissão que tendem a ocorrer pelo aumento das demandas até 2015, dimensionados de acordo com o que aponta o Plano Indicativo de Expansão de Transmissão da Região Sul. Essas soluções serão pela instalação de novas subestações e linhas entre essas cidades ou troca de condutores para capacidades acima dos atuais 69kV	Operar com carregamento adequado não excedendo faixa de segurança	RGE, Semc e Aneel	Concessionárias sob supervisão da Aneel e governo do Estado, através da Ceee
Melhoria Operacional do Suprimento Energético	Na Região, ocorrem problemas operacionais com duração de falhas – DEC – e frequência das falhas – FEC – acima dos limites estabelecidos pela Aneel (100%), que exigem regularização para o desenvolvimento normal de atividades. Níveis de falhas fora do padrão denotam problemas de diversas naturezas relacionados às redes de transmissão: manutenção preventiva inadequada, falta de velocidade nas respostas a eventos inesperados, instabilidade dos sistemas, entre outros. Estes são fatores que podem reduzir o nível de atratividade empresarial, além de prejudicar o consumidor domiciliar	Executar no período 2008-2011, dada a necessidade de detalhamento técnico da obra e busca por recursos para sua execução	Concessionárias RGE, CEEE, AES-Sul, Semc, Aneel e Agers	Concessionárias de energia, Acergs e Semc

## SUBPROGRAMA DE TELECOMUNICAÇÕES

Quadro 3.1.4 – Projeto do Programa Suprimento de Infra-estruturas

Programa Suprimento de infra-estruturas Subprograma Telecomunicações				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Suprimento de Linhas de Transmissão de Dados de Alta Capacidade	Assegurar que os novos requisitos por Tecnologia da Informação do Porto tenham capacidade de infra-estrutura adequada às suas necessidades. Linhas de transmissão de dados representam insumos imprescindíveis para empresas de qualquer porte. A falta de cobertura adequada é fator inibidor ao desenvolvimento empresarial. Além disso, o próprio desenvolvimento do Porto e atividades conexas demandarão estruturas de transmissão de dados de maneira a interligar instituições, instalações relacionadas ao transporte de cargas, centros e sistemas de informação para produtores, dentre outras ações. A situação atual das redes de uso comercial no Estado e nesta Região é a de um estoque de cabeamento com baixa utilização em relação ao potencial, sendo que a informação sobre este estoque (localização, propriedade, condições de uso, etc.) não é estruturada e muitas vezes não é sequer disponível. Não há um arcabouço institucional que apóie adequadamente a expansão do sistema, além do fato de que os investimentos exigidos são de grande monta e geram custos fixos de manutenção para a estrutura. Uma solução de natureza político-institucional será necessária para alcançar níveis desejados, que envolve levantamento e mapeamento das redes atuais (localização, capacidades, etc.), assim como legislação e regulamentação de uso	Formar comitê de gerenciamento de recursos estaduais no biênio 2006-2007; Arcabouço institucional desejado é passível de conclusão no início do período 2008-2011. Como o projeto exige envolvimento com instituições privadas e um intenso trabalho de consolidação de textos legais e outros trâmites necessários, é razoável prever que o projeto se estenda além do primeiro período de planejamento (2006-2007), adentrando o espaço seguinte	RNP, Rede Tchê, AsRNP, MCT, MEC, Semc e empresas de infra-estrutura, (administradoras de rodovias e concessionárias de energia elétrica, etc.)	

## PROGRAMA 2 – MEDIDAS INSTITUCIONAIS E DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

**Justificativas:** Para que o Porto realmente consiga alcançar os objetivos definidos no melhor cenário previsto, é necessário garantir mudanças que vão muito além da mera estrutura física. Para fortalecer a sua posição competitiva, é necessário que tenha agilidade institucional e financeira que não condiz com sua posição atual na estrutura organizacional do setor público.

Quadro 2.5.5 – Projetos do Programa **Medidas Institucionais e de Ordenamento Territorial RF 5**

Programa: Medidas Institucionais e de Ordenamento Territorial				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Reestruturação Institucional e Financeira da SUPRG	Maior autonomia institucional e financeira da Superintendência do Porto, tornando-o mais independente para que possa responder com agilidade às demandas emergentes	Alcançar maior autonomia do Porto em sua gestão e planejamento	SUPRG e Governo do Estado	Recursos orçamentários do governo do Estado
Plano Diretor do Porto	Elaboração do primeiro Plano Diretor e implementação de seu cronograma de obras. Para que sejam coordenadas, devem estar estruturadas de modo coerente e com delimitação de áreas de ocupação	Plano diretor definido	SUPRG	Recursos orçamentários do governo do Estado
Plano Diretor de Rio Grande e Licenciamento Ambiental da Área do Porto	Há necessidade de desenvolver o Plano Diretor de Rio Grande para garantir a ocupação das retroáreas com atividades portuárias. Hoje, as áreas estão disponíveis para ocupação, mas não há no município um plano diretor integrado de uso do solo. Por isso, essas áreas estão ameaçadas de ocupação por atividades incompatíveis com as que poderiam ser utilizadas pelo Porto. Esse Plano deve prever o licenciamento ambiental do Porto e suas retro-áreas	Plano Diretor Integrado de uso do solo do município de Rio Grande e licenciamento ambiental implementado	Prefeitura de Rio Grande e SUPRG	Prefeitura de Rio Grande, SUPRG e Ministério das Cidades

### PROGRAMA 3 – DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA E GERENCIAL

**Justificativas:** A ampliação e a contínua modernização do Porto demandam mão-de-obra capacitada para áreas de gestão do conhecimento e logística. Nesse sentido, há espaço para a criação de um programa de integração entre as instituições de ensino superior, escolas técnicas e o Porto, orientado pela formação de quadros que antecipem as necessidades. Como citado, um porto com a agilidade necessária para ser competitivo exige uma sofisticação intensa em recursos humanos capacitados na utilização e desenvolvimento de tecnologias de informação.

Quadro 2.5.6 – Projeto do Programa **Desenvolvimento e Capacitação Tecnológico e Gerencial**

Programa: Desenvolvimento e Capacitação Tecnológico e Gerencial				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Capacitação Técnico-profissional Continuada	Adequação dos programas das instituições de ensino locais às demandas do Porto	Formar pessoal qualificado para as demandas do Porto	SEC, Uergs e instituições de Ensino Superior	Recursos orçamentários do governo do Estado

### ESTRATÉGIA 2 – DESENVOLVIMENTO DE NOVAS ATIVIDADES

Os programas e projetos estão nos **Quadros 2.5.7 a 2.5.14** e nas **Tabelas 2.5.7 a 2.5.11**.

Tabela 2.5.7 – **Projetos e Recursos da Estratégia de Desenvolvimento de Novas Atividades (R\$ Mil)**

Estratégia	Componente	Programa	Subprograma	Projeto	2006- 2007	2008- 2011	2012- 2015	Total
2 – Desenvolvimento de Novas Atividades	1 – Fomento da Cadeia de Base Florestal	1 – Estímulos Econômicos		1 – Incentivos aos Segmentos Agrícolas e Industriais da Cadeia	95.873	186.735	121.600	404.208
				2 – Direcionamento das Linhas de Crédito e Financiamento	62.501	125.002	125.002	312.505
				3 – Fortalecimento da Extensão Rural Acoplada a Financiamentos Agropecuários	100.653	349.381	546.963	996.997
				4 – Inteligência Competitiva	260	504	503	1.267
				5 – Apoio à Exportação	240	360	-	600
				6 – Suporte ao Empreendedor	3.012	7.236	8.683	18.930
<i>Total do Programa</i>				<i>262.539</i>	<i>669.218</i>	<i>802.751</i>	<i>1.734.507</i>	

Estratégia	Componente	Programa	Subprograma	Projeto	2006- 2007	2008- 2011	2012- 2015	Total	
2 – Desenvolvimento de Novas Atividades (Cont.)	1 – Fomento da Cadeia de Base Florestal (Cont.)	2 – Capitalização do Potencial Ambiental		1 – Marco Regulatório – Regulamentação Ambiental da Silvicultura	1.680	4.200	2.520	8.400	
				2 – Criação / Fortalecimento de Viveiros	180	180	40	400	
				<i>Total do Programa</i>	<i>1.860</i>	<i>4.380</i>	<i>2.560</i>	<i>8.800</i>	
		3 – Suprimento de Infra-Estruturas	1 – Transportes		1 – Eixos de Integração Regional Internos	-	6.800	11.000	17.800
					2 – Eixos de Integração Inter-Regional	39.542	79.084	164.284	282.910
					3 – Acessos Capilares a Municípios	-	-	31.110	31.110
			2 – Energia		1 – Universalização do Suprimento Rural Adequado (Luz para Todos)	36.600	-	-	36.600
					2 – Melhoria do Suprimento Rural (Energia Forte)	-	-	8.100	8.100
					3 – Telecomunicações	2.100	-	-	2.100
		<i>Total do Programa</i>	<i>78.242</i>	<i>85.884</i>	<i>214.494</i>	<i>378.620</i>			
		4 – Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação Técnica e Gerencial			1 – Capacitação Técnica e Profissional	310	1.619	1.619	3.548
					2 – Gestão Integrada de Pesquisas Regionais – Pesquisas em Novos Cultivares e Tecnologias	15.000	36.000	43.000	94.000
					3 – Fortalecimento da Difusão de Informações Tecnológicas	1.943	3.887	3.887	9.717
					<i>Total do Programa</i>	<i>17.253</i>	<i>41.506</i>	<i>48.506</i>	<i>107.265</i>
		5 – Manutenção do Potencial Ambiental			1 – Restauração de Matas Ciliares	700	1.750	1.050	3.500
<i>Total do Programa</i>	<i>700</i>	<i>1.750</i>	<i>1.050</i>	<i>3.500</i>					
<i>Total do Componente</i>					<i>1.362.937</i>	<i>2.660.848</i>	<i>2.726.893</i>	<i>6.750.677</i>	
2 – Desenvolvimento de Novas Atividades (Cont.)	2 – Fomento da Construção Naval	1 – Estímulos Econômicos		1 – Incentivos à Cadeia Naval	Já Incluídos na Estratégia 2 do Componente 1				
				2 – Direcionamento de Linhas de Crédito e Financiamento					
				3 – Inteligência Competitiva					
				4 – Suporte ao Empreendedor					
		<i>Total do Programa</i>							
		2 – Suprimento de Infra-estrutura		Mesmas Intervenções da Estratégia Anterior	Já Incluídos na Estratégia 2 do Componente 1				
<i>Total do Programa</i>									
3 – Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação Técnica e Gerencial			1 – Gestão Integrada de Pesquisas Regionais – Desenvolvimento de Pesquisas Aplicadas	Já Incluídos na Estratégia 2 do Componente 1					
			2 – Capacitação Técnica e Profissional						
<i>Total do Programa</i>									
<i>Total do Componente</i>									
<i>Total da Estratégia</i>					<i>360.594</i>	<i>802.738</i>	<i>1.069.361</i>	<i>2.232.692</i>	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

## COMPONENTE FOMENTO DA CADEIA DE BASE FLORESTAL

Reúne o conjunto de ações na **Tabela 2.5.8** para fomentar essa cadeia incipiente. Essa estratégia já conta com experiência acumulada pelo projeto Floresta-Indústria, realizado há mais de dois anos, envolvendo secretarias e empresas, sob coordenação da Sedai. Esse grupo constitui-se em agente fundamental e deve ser acionado para detalhamento e implementação da Estratégia.

### PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

**Justificativas:** A atividade florestal é recente, com grandes empresas promovendo plantios e com intenção de implementar a industrialização. Por isso, deve ser estimulada a formação dessa cadeia, com segmentos de serrarias, celulose, papel, mobiliário, entre outros, para dinamizar a Região.

**Quadro 2.5.7 – Projetos do Programa Estímulos Econômicos RF 5**

Programa: Estímulos Econômicos				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Incentivos aos Segmentos Agrícolas e Industriais da Cadeia	Direcionar incentivos do Fundopem e do Programa de Redução das Desigualdades Regionais (Bird) para fomentar na Região a formação de áreas de silvicultura, serrarias, papel e celulose, móveis e resinas	Direcionar parcelas dos 6,08% propostos para o Fundopem na Região (R\$ 303 milhões até 2015); e dos 19,2% dos recursos do Programa de Redução das Desigualdades (R\$ 100 milhões)	Sedai, SCP, Bird e Banrisul	Fruições do Fundopem, com dotações orçamentárias específicas; Retorno dos financiamentos concedidos e empréstimo do Bird
Direcionamento de Linhas de Crédito e Financiamento	Da mesma forma que os incentivos, as linhas de crédito e financiamento das agências financeiras do Estado, devem voltar-se a esta cadeia, com condições mais favoráveis à Região. É importante incluir aspectos regionais nas linhas setoriais existentes e nas que venham a ser criadas. Incentivos de crédito não-espaciais levam à concentração nas áreas mais atrativas e tendem a reforçar as desigualdades. Assim, ao pecar por omissão da dimensão regional, as políticas de incentivo setoriais podem agir no sentido oposto ao das que buscam um desenvolvimento mais equânime. Reforço das linhas de crédito existentes ou criação de linhas especiais para a cadeia de base florestal (formação de áreas de silvicultura, serrarias, papel e celulose, móveis, resinas), nos bancos de financiamento, redirecionando percentuais maiores	Adotar critérios de participação no total de recursos de financiamento estadual de 6,8%, destinando parcelas para investimentos nesta cadeia	SCP, Sedai, BNDES, BRDE e Caixa RS	Recursos já disponíveis nas instituições envolvidas
Assistência Técnica Acoplada ao Financiamento Rural – Extensão Rural	Atualmente, os financiamentos rurais para produtores são liberados independentemente das condições técnicas de plantios que os tornem mais rentáveis. A assistência técnica da Emater deveria se constituir em pré-requisito para essas liberações, de modo que continuamente se procedesse a plantios mais adequados à Região, de maior produtividade e valor agregado, especialmente frutas. Estímulos de financiamentos e créditos à produção de silvicultura	Abriir linhas de financiamento rural para projetos associativistas; Ampliar a assistência técnica da Emater, de modo a prover ao menos uma visita anual às 41 mil propriedades rurais da Região	Emater e bancos financiadores	Bancos financiadores e Emater
Inteligência Competitiva	Implementação de células de vigília de inteligência de mercados, como parcelas de um projeto estadual, que permita, continuamente, obter e disseminar informações tecnológicas, legais e institucionais e sobre mercados emergentes para os vários elos da cadeia florestal	Implementar célula de vigília da cadeia de base florestal, articulada com o sistema estadual e disseminar informações aos empresários por meio de agentes regionais (universidades, cooperativas, agências de desenvolvimento) e pelos Centros de Difusão Tecnológica (fortalecendo os da Emater) propostos pelo projeto nos municípios	SCP, Sedai, Sebrae, Corede, universidades, agências de desenvolvimento, cooperativas e iniciativa privada	Orçamento do Estado e contrapartida de empresas



Programa: Estímulos Econômicos				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Apoio à Exportação	Os segmentos agroindustriais dominantes necessitam se inserir em mercados mundiais (cadeia de base florestal, arroz e frutas). Para que essas vendas ao mercado externo sejam sustentáveis em rentabilidade e estabilidade, o desenvolvimento de planos e estruturas de comercialização efetivas são importantes. O projeto objetiva implementar uma célula regional, como parcela local de um sistema estadual de apoio a projetos gaúchos de exportação em sua fase de estudo e concepção e de implementação. Esse sistema deverá ter especialistas e tratar de questões como contratos de vendas, planos de negócios e planos comerciais, financiamentos e contratos de câmbio, logística, marca e promoção, pontos de venda e canais de distribuição, legislação de mercado consumidor. As células fariam a ponte entre captação de necessidades locais e essa entidade estadual capacitada, na viabilização de alternativas de exportações	Implantar, até 2007, célula regional do sistema estadual de apoio às exportações, articulada aos principais produtores, cooperativas e associações da região, a princípio, especialmente na cadeia de base florestal	Sedai e empresas	Orçamento estadual e iniciativa privada
Suporte ao Empreendedor	A atração de indústrias e a alimentação de iniciativas empreendedoras endógenas devem contar com um banco de dados estruturado sobre as potencialidades e requisitos existentes em cada região e facilidades de incentivos, créditos, legislações, logísticas que apoiem a localização industrial. Hoje, o Sebrae já presta apoio ao empreendedorismo, e algumas regiões têm iniciativas de Balcão de Projetos lideradas por universidades. Um esforço de atuação da Sedai, em parceria com Sebrae e universidades, pode estruturar esse sistema de forma unitária para a Região, voltado às especificidades da cadeia de base florestal, indústria naval, orizicultura, frutas e pesca. Propõe-se a criação de bancos de dados <i>on-line</i> que informem oportunidades na cadeia de base florestal e procedimentos para a abertura e ampliação de negócios	Criação de Balcão de Projetos e Informações e site atualizado com informações relevantes para os potenciais investidores	A gestão do programa deveria ficar a cargo da Sedai, que trabalharia em parceria com o Sebrae (encarregado do desenvolvimento da capacitação dos empreendedores) e a Caixa RS (responsável pelo fomento)	Orçamento do Estado através da Sedai, Caixa RS e Sebrae

## PROGRAMA 2 – CAPITALIZAÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL

**Justificativas:** Os proprietários rurais não são suficientemente estimulados a manter suas áreas de reservas legais de vegetação, assim como não têm regras claras sobre o plantio de árvores para corte, já que a localização desses plantios em reservas legais ou a emergência de substratos vegetais pode se constituir em proibição ambiental de corte.

Há necessidade de legislação clara, especificando locais e condições de plantios e cortes e orientações aos produtores sobre essas condições, de modo a incentivar a silvicultura, já que esta Região é a primeira produtora de madeira do Estado e tem alto potencial de participação em toda a cadeia de base florestal. O Projeto Floresta-Indústria em andamento há mais de dois anos no Estado, com comitê na Sedai e envolvimento de várias secretarias e empresários, deve caminhar para a formulação do marco regulatório do setor.

Quadro 2.5.8 – Capitalização do Potencial Ambiental

Programa: Capitalização do Potencial Ambiental				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Marco Regulatório para a Silvicultura	Reformulação do marco regulatório e legislação ambiental que permita a silvicultura e a compensação pela preservação ambiental – matas ciliares e vegetações, dentro do Programa Indústria-Floresta em andamento no RS. Divulgação, orientação e fiscalização da silvicultura	Elaborar zoneamento ambiental e marco regulatório. Divulgar e acompanhar	SAA/DPV, Emater, SEMC, Sema/Defap, Sedai e secretarias envolvidas no projeto Floresta-Indústria	Recursos orçamentários e iniciativa privada
Criação/fortalecimento de viveiros	O estímulo à silvicultura apta à Região exige que existam disponibilidades de mudas adequadas que permitam plantios em pequena e grande escala. Criação de viveiros de silvicultura adequadas à Região, em associação com pesquisas de novos cultivares	Implantar e/ou fortalecer dois viveiros de silvicultura, distribuídos na Região e erradicar clandestinos	Grac, SAA, Emater e Embrapa	Fundeflor

**PROGRAMA 3 – SUPRIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS**

**SUBPROGRAMA DE TRANSPORTES**

**Justificativas:** O desenvolvimento da cadeia florestal na Região requisitará meios de transportes eficientes para escoamento de produções. Além dos grandes eixos para exportações registrados na Estratégia 1, são necessárias intervenções que integrem a Região a outras; rodovias que interconectem o território internamente e ligações à municípios para acessar mercados com custos mais competitivos.

**PROJETO 1 – EIXOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL INTERNA**

**Escopo:** São as rodovias que integram as várias porções da Região entre elas.

**Órgãos Intervenientes:** Daer

Tabela 2.5.8 – Eixos de Integração Regional – RF 5

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG005	RP112*	RS-608	2 faixas de tráfego no trecho entre Pedras Altas e Herval	35,24	32,77	100	32,77
AG005	RP117*	RS-265 ½	2 faixas entre BR-293 e BR-471	76,21	93,74	100	93,74
AG021	RP035	RS-706	2 faixas entre Pedro Osório e BR-293	18,1	11	100	11
AG021	RP119*	RS-704	2 faixas entre Pedro Osório e RS-473	21,77	20,25	100	20,25
AG021	RR103	RS-702	2 faixas entre Piratini e BR-293	42	6,80	100	6,80

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

\* Intervenção a ser realizada após 2015

**PROJETO 2 – EIXOS DE INTEGRAÇÃO INTER-REGIONAL**


**Escopo:** São as vias que conectam a região a outras vizinhas, possibilitando as trocas comerciais entre elas.

**Órgãos Intervenientes:** DNIT e Daer

Tabela 2.5.9 – Eixos de Integração Inter-Regional – RF 5

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG002	RP120	RS-265 2/2	2 faixas entre São Lourenço e Boa Vista	25,3	22,47	100	22,47
AG009	RP006	BR-101 ½	2 faixas entre Tavares e São J. do Norte	75,84	163,8	100	163,8
AG009	RR004	RST-101	2 faixas entre RS-040 (Capivari) e Tavares	152,69	18,00	15,06	2,71
AG021	RP121	RS-473 2/2	2 faixas entre Herval e BR-471	73,75	62,7	100	62,73
NA		RS/BR-101	Asfaltamento entre Bojuru e Estreito	40,00	31,20	100	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

 Com Viabilidade Econômica pelo Componente 2

 Identificados como Necessários pelo Componente 1

### PROJETO 3 – ACESSOS CAPILARES A MUNICÍPIOS

**Escopo:** Apenas dois municípios da Região não contam com acessos asfaltados às sedes, dificultando o acesso a mercados e serviços.

**Órgãos Intervenientes:** Daer

**Recursos totais do Programa de Transportes:** R\$ 447,37 milhões.

**Fontes de recursos:** Alternativas para rodovias: empréstimos multilaterais (BIRD, BID, CAP), Tesouro federal e estadual, BNDES, fundos constitucionais.

**Tabela 2.5.10 – Acessos Capilares a Municípios – RF 5**

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF	Prioridade
AG034	RP030	Acesso Pedras Altas	2 faixas de tráfego no trecho entre Pedras Altas e BR-293	33,3	17,84	100	17,84	4
AG034	RP040	Acesso Arroio do Padre	2 faixas entre Arroio do Padre (final da Zona Urbana) e BR-116	28,3	13,27	100	13,27	4

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

### SUBPROGRAMA DE ENERGIA

**Quadro 5.5.9 – Projetos do Suprimento RF 5**

Programa: Suprimento de Infra-estruturas Subprograma: Energia				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Universalização do Suprimento Rural (Luz para Todos)	Universalização do acesso à energia elétrica no meio rural, como alternativa de modernização da produção agropecuária e melhoria das condições de vida, pela expansão de programas de financiamento de linhas de distribuição, a longo prazo ou a fundo perdido, aproveitando e incentivando as cooperativas existentes. A estrutura fundiária de grandes propriedades na Região requisita que, a par da extensão do atendimento às propriedades, seja elaborado um marco jurídico que exija que todos os domicílios rurais recebam esse benefício. Hoje, ocorrem situações em que as propriedades contam com atendimento energético, mas os domicílios nelas existentes não têm o serviço, o que reduz as condições sociais e de acesso a benefícios e informações dos trabalhadores rurais, perpetuando uma situação de exclusão	Atender em torno de 41 mil propriedades rurais da região, incluindo todas as residências rurais nelas situadas	Comitê Gestor Estadual de Universalização – distribuidoras, governo estadual, prefeituras e sociedade civil	Governo Federal, utilizando a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), Governo Estadual e concessionárias
Melhoria do Suprimento Rural (Energia Forte)	Reforço da rede de energia elétrica rural (trifásica), possibilitando a ligação de máquinas agrícolas para melhoria das condições de produção rural	O programa Energia Forte segue os mesmos cronogramas. As ligações trifásicas são efetuadas conforme avança o Luz para Todos	Semc e prefeituras	Governo estadual

### SUBPROGRAMA DE TELECOMUNICAÇÕES

**Quadro 2.5.10 – Projeto do Programa Suprimento de Infra-estruturas RF 5**

Programa: Suprimento de Infra-estruturas Subprograma: Telecomunicações				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Universalização da Telefonia Rural	Universalização do acesso à telefonia fixa ou móvel rural, para inserir os produtores em sistemas de informação e conhecimento que modernizem processos agropecuários e ampliem alternativas de comercialização, por meio de financiamentos	Ampliar a cobertura de telefonia rural para 100% até 2015, superando o atendimento extremamente baixo – 0,3% da população e 4,5% dos municípios atendidos	Semc, Anatel e empresas operadoras de telefonia celular	Governo estadual, centralizados na Semc

## PROGRAMA 4 – DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CAPACITAÇÃO TÉCNICA E GERENCIAL

**Justificativas:** Os plantios e processamentos florestais vão exigir um grande esforço em pesquisas e capacitações nesses cultivares, nos processos industriais e na gestão das propriedades, para serem eficientes e rentáveis. O conjunto de projetos de pesquisas e capacitações necessárias é apresentado na seqüência.

Quadro 2.5.11 – Projetos do Programa Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação Técnica e Gerencial RF 5

Programa: Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação Técnica e Gerencial				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Capacitação Técnica e Profissional	Capacitação contínua em novos processos e cultivares na cadeia de base florestal, na orizicultura e fruticultura (Estratégia 2)	Capacitar cerca de 10% da população ocupada na agricultura – 8 mil pessoas – até 2015	Uergs, Sedai, SAA, Senar e escolas técnicas	SEC, Senar e universidades regionais
Pesquisas em Novos Cultivares e Tecnologias	Pesquisas em cultivares adequados à Região, incluindo novas espécies na silvicultura, orizicultura e frutas (Estratégia 2)	Desenvolvimento de no mínimo 100 pesquisas ao longo de 10 anos	SCT, Emater e Embrapa	SCT, Fapergs e Embrapa
Fortalecimento do Sistema de Informações para Difusão Tecnológica	Fortalecimento de um sistema de informações aos produtores rurais de plantios segundo potenciais de mercados e sistema de informações de melhores práticas agrícolas e industriais, em centros de informações em rede, espriados pelas 22 sedes municipais da região, em parceria com Emater e órgãos de pesquisa (ver Programa Estadual – Programa 3 – Projeto 3 – de Informação e Conhecimento)	Manter site das culturas potenciais na região – frutas, silvicultura, orizicultura – permanentemente atualizado e acessível nas sedes municipais, em termos de novos cultivares adequados, processos de plantios e colheitas, tecnologias e pesquisas, mercados potenciais	Fapergs, SAA – Emater, Embrapa e Sedai	Fapergs, SAA e Sedail

## PROGRAMA 5 – MANUTENÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL

**Justificativas:** A expansão da silvicultura, aliada às produções agrícolas tradicionais, pode atuar ao aumento da erradicação de matas ciliares, que têm importante papel na manutenção hídrica, com problemas de escassez na Região, como no controle de pragas e doenças.

Quadro 2.5.12 – Projeto do Programa Manutenção do Potencial Ambiental RF 5

Programa: Manutenção do Potencial Ambiental				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Restauração de Matas Ciliares	O Programa de Restauração de Mata Ciliar no RS destina-se a restaurar a vegetação às margens e no entorno dos corpos hídricos em Bacias Hidrográficas do Estado. Os recursos previstos para este projeto derivam das implantações de grandes empreendimentos nas bacias hidrográficas e os conflitos previamente identificados em cada uma delas	Restaurar a mata ciliar ao longo dos cursos d'água das 4 principais bacias hidrográficas que ocorrem na quase totalidade da região	Srma/Defap, Fepam, SAA e Emater	SCT – Fapergs – e Embrapa

## COMPONENTE FOMENTO DA CONSTRUÇÃO NAVAL

Reúne o conjunto de programas e projetos multissetoriais destinado a internalizar na Região, os benefícios decorrentes da instalação de estaleiros, que estão em fase de implementação.

Tabela 2.5.11 – Programas e Projetos do Componente Fomento da Indústria Naval (R\$ Mil)

Estratégia	Componente	Programa	Projeto	2006- 2007	2008- 2011	2012- 2015	Total	
2 – Desenvolvimento de Novas Atividades	1 – Estímulos Econômicos		1 – Incentivos à Cadeia Naval	Já Incluídos na Estratégia 2 do Componente 1				
			2 – Direcionamento de Linhas de Crédito e Financiamento					
			3 – Inteligência Competitiva					
			4 – Suporte ao Empreendedor					
	<i>Total do Programa</i>							
	2 – Fomento da Construção Naval	2 – Suprimento de Infra-Estruturas	Mesmas Intervenções da Estratégia Anterior		Já Incluídos na Estratégia 2 do Componente 1			
			<i>Total do Programa</i>					
			3 – Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação Técnica e Gerencial	1 – Gestão Integrada de Pesquisas Regionais – Desenvolvimento de Pesquisas Aplicadas	Já Incluídos na Estratégia 2 do Componente 1			
	2 – Capacitação Técnica e Profissional							
<i>Total do Programa</i>								
<i>Total do Componente</i>								
<b>Total da Estratégia</b>				<b>1.362.937</b>	<b>2.660.848</b>	<b>2.726.893</b>	<b>6.750.677</b>	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

### PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

**Justificativas:** A indústria naval está em processo de implantação e exigirá esforços para suprimento de insumos. A propagação dos efeitos a montante que a indústria naval poderá trazer à Região deverá ser incentivada para dinamizá-la e internalizar os benefícios desse novo segmento.

#### Quadro 2.5.13 – Projetos do Programa – Estímulos Econômicos:

Programa: Estímulos Econômicos				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Incentivos à cadeia naval	Incentivos aos elos da cadeia naval, por meio do direcionamento de recursos de programas de incentivos estaduais, com a formação de elos de fornecedores, como quadros e painéis, metalúrgicas, equipamentos de carga, automação, componentes hidráulicos, entre outros; e de recuperação e manutenção	Promover novas atividades a jusante e a montante ligadas à indústria naval	Sedai, SCP, Sebrae	Orçamento estadual, Banco Mundial e retornos do Fundopem
Direcionamento de linhas de crédito e financiamento	Da mesma forma que os incentivos, as linhas de crédito e financiamento das agências financeiras do Estado devem voltar-se a esse segmento. É importante destacar a necessidade de incluir aspectos regionais nas linhas setoriais existentes e que venham a ser criadas. Incentivos de crédito não-espaciais levam à concentração nas áreas mais atrativas e tendem a reforçar as desigualdades. Assim, ao pecar por omissão da dimensão regional, políticas de incentivo podem agir no sentido oposto	Adoção do critério de participação no total de recursos de financiamento estadual de 6,08%	SCP, Sedai, BNDES, BRDE, Caixa RS	Bancos financiadores
Inteligência Competitiva	Viabilização de Centro de Informações Competitivas, em conjunto com a base florestal, orizicultura e frutas. Essa célula deverá desenvolver atividades ligadas às marcas, patentes, prospecção de mercados para comercialização, banco de dados, cenários externos, sendo uma das células do Sistema de Inteligência Competitiva do Estado	Viabilizar a implantação de Centro Competitivo até 2007	Sedai, SCP, Sebrae e universidades	Caixa RS, Sedai, SCP, Sebrae e iniciativa privada
Suporte ao empreendedor	Da mesma forma que na estratégia anterior, a atração de indústrias deve contar com um banco de dados estruturado sobre potencialidades e requisitos existentes na Região e facilidades de incentivos, créditos, legislações, logísticas, que apoiem a localização industrial. Hoje, o Sebrae já presta apoio ao empreendedorismo e algumas regiões têm iniciativas de Balcão de Projetos, lideradas por universidades. Um esforço de atuação da Sedai, em parceria com Sebrae e universidades pode estruturar esse sistema de forma unitária para a Região, voltado às especificidades da cadeia de base florestal, indústria naval, orizicultura, frutas e pesca. Propõe-se a criação de bancos de dados <i>on-line</i> que informem as oportunidades na cadeia naval, bem como os procedimentos relacionados à abertura e à ampliação de negócios	Criação de balcão de projetos e informações e site atualizado com informações relevantes para os potenciais investidores	A gestão do programa deveria ficar a cargo da Sedai, que trabalharia em parceria com o Sebrae (que se encarregaria do desenvolvimento da capacitação dos empreendedores) e a Caixa RS (responsável pelo fomento)	Orçamento do Estado através da Sedai, Caixa RS e Sebrae

## PROGRAMA 2 – SUPRIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS

Os mesmos projetos das Estratégias anteriores suprem as necessidades deste.

## PROGRAMA 3 – DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CAPACITAÇÃO TÉCNICA E GERENCIAL

**JUSTIFICATIVAS:** O início dessa atividade na Região exigirá pessoal capacitado tecnicamente, em gestão, informática e pesquisas no segmento, que objetivem inovações contínuas na indústria naval e na cadeia eventualmente desenvolvida. As universidades e centros de pesquisa regionais devem se estruturar no sentido de atendimento a essas novas demandas.

**Quadro 2.5.14 – Projetos do Programa Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação Técnica e Gerencial RF 5**

Programa: Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação Técnica e Gerencial				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Desenvolvimento de pesquisas aplicadas	Desenvolvimento de pesquisas aplicadas no segmento da cadeia naval, envolvendo universidades e centros de pesquisa	Desenvolver, no mínimo, até 2015, duas pesquisas neste segmento	Fapergs, Cientec, Ceitec, universidades, Sebrae, Senai, escolas técnicas, Sedai, pólos de modernização tecnológica e empresas regionais	SCT – Fapergs, universidades e empresas
Capacitação técnica e profissional	A Região está se mostrando ágil para capacitar mão-de-obra. A integração dos agentes locais com o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural, do Ministério das Minas e Energia, e os esforços do Sebrae e das universidades devem ser apoiados com recursos financeiros e humanos. Incremento de programas de capacitação nesta cadeia, em atividades como soldadores, eletricitistas, técnicos de montagem, metalúrgicos navais, entre outros. Essa capacitação está inserida no programa Sistema Técnico-Universitário Progressivo	Estima-se que cerca de 4,8 mil alunos sejam atendidos em 10 anos	Ministério das Minas e Energia, universidades, Uergs, Senai e escolas técnicas	Ministério das Minas e Energia, SEC, Senai e universidades

## ESTRATÉGIA 3 – FOMENTO DO TERCIÁRIO SUPERIOR

Reúne o conjunto de programas e projetos multissetoriais registrados na **Tabela 2.5.12**, destinados a fortalecer o terciário superior na Região, especialmente no que se refere à tecnologia da informação e telecomunicações, educação e saúde, entretenimento, lazer e turismo e logística de Rio Grande e Pelotas, e estão descritos nos **Quadros 2.5.15 a 2.5.19**.

**Tabela 2.5.12 – Programas e Projetos da Estratégia Fomento do Terciário Superior (R\$ Mil)**

Estratégia	Programa	Subprogrma	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
3 – Fomento do Terciário Superior	1 – Estímulos Econômicos		1 – Incentivos a Segmentos Promissores	Incluídos no Componente 1, Estratégia 2				
			2 – Suporte ao Empreendedor	318	764	917	2.000	
	<i>Total do Programa</i>				<i>318</i>	<i>764</i>	<i>917</i>	<i>2.000</i>
	2 – Fortalecimento das Cidades Médias	1 – Serviços para Dinamização Urbana	1 – Inclusão na Sociedade de Informações	-	96	-	96	
			2 – Plataformas Terrestres	-	1.800	900	2.700	
			3 – Apoio à Implantação de Áreas Industriais	3.000	6.000	6.000	15.000	
		2 – Capacitação Social Urbana	1 – Melhoria da Educação Básica – Escola de Tempo Integral	3.877	14.118	18.187	36.181	
			2 – Melhoria da Educação Básica – Avaliação de Desempenho	10	18	19	46	
			3 – Melhoria da Educação Básica – Atendimento à Demanda por Ensino Básico	69.628	106.061	174.718	350.406	
			4 – Fortalecimento no Atendimento de Saúde – Construção de Leitos	1.273	7.275	13.503	22.051	
	5 – Fortalecimento no Atendimento de Saúde – Expansão do Programa Saúde da Família	1.872	8.064	2.304	12.240			
	6 – Melhoria e Suprimento Habitacional – Construção de Moradias	14.818	29.642	29.642	74.101			
7 – Melhoria e Suprimento Habitacional – Construção de Unidades Sanitárias	611	2.440	-	3.051				

Estratégia	Programa	Subpro-grama	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
3 – Fomento do Terciário Superior	2 – Fortalecimento das Cidades Médias (cont)	2 – Capacitação Social Urbana (cont.)	8 – Melhoria e Suprimento Habitacional – Substituição de Aglomerados Subnormais	1.486	2.976	2.976	7.438	
			9 – Combate à Pobreza – Renda Básica	16.906	33.812	33.812	84.530	
		3 – Recuperação e Ampliação da Qualidade Ambiental Urbana	1 – Ampliação da Rede de Coleta de Esgoto Domiciliar	18.923	29.617	24.732	73.272	
			2 – Tratamento e Destinação de Esgotos Domiciliares e Industriais	4.267	11.692	7.015	23.383	
			3 – Tratamento e Destinação Final de Resíduos Domiciliares e Industriais Não-perigosos	1.536	3.841	2.304	7.681	
	<i>Total do Programa</i>				<i>162.000</i>	<i>315.909</i>	<i>351.186</i>	<i>892.092</i>
	3 – Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação		1 – Capacitação Profissional Continuada	Incluídos no Componente 1, Estratégia 2				
			2 – Programa de Apoio ao Registro de Marcas e Patentes	1.086	2.172	2.172	5.430	
			3 – Certificação de Qualidade e Apoio à Inovação	122	243	243	608	
	<i>Total do Programa</i>				<i>1.208</i>	<i>2.415</i>	<i>2.415</i>	<i>6.038</i>
<i>Total</i>				<i>163.526</i>	<i>319.089</i>	<i>354.518</i>	<i>837.130</i>	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

## PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

**Justificativas:** Suporte econômico para que novas atividades de terciário ocorram, sejam incentivos ou apoio a empreendedores.

### Quadro 2.5.15 – Projetos do Programa Estímulos Econômicos

Programa: Estímulos Econômicos				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Incentivos a Segmentos Promissores	Promover o desenvolvimento de atividades do terciário superior (tecnologia da informação e telecomunicações, educação e saúde, entretenimento, lazer e turismo, logística de Rio Grande, entre outros), quando apropriado, enquadradas na estratégia	Direcionar parcelas dos 6,08% propostos para o Fundopem nesta Região (R\$ 303 milhões até 2015); e dos 19,2% dos recursos do Programa de Superação de Desigualdades Regionais (R\$ 100 milhões), para apoiar iniciativas para o terciário superior	Sedai, SCP, Bird e Banrisul	As fruições do Fundo-pem com dotações orçamentárias específicas; retorno dos financiamentos concedidos. Empréstimo do Banco Mundial com contrapartida do Estado
Suporte ao Empreendedor	Implantação de Casa de Negócios, um único ambiente que centralize toda a informação e os órgãos públicos necessários para a abertura e atração de empreendimentos, especialmente os relacionados as Estratégias da cadeia de base florestal, orizicultura, fruticultura e pesca. É preciso que se trate de uma estrutura eficiente, ágil e moderna que reduza sensivelmente os custos não-monetários de abertura de novos negócios. Comunicação para divulgar as ações pró-empendedorismo. Visando combater a imagem conservadora da cidade de Pelotas, cabe divulgar – com base nos feitos e não nos projetos – as conquistas empreendedoras obtidas na cidade. Divulgação de oportunidades: através da Internet, divulgar as oportunidades e os incentivos para empreendedores extra-regionais	Criar um site com informações atualizadas de sobre as oportunidades e investimento na cidade de Pelotas. Até 2015, atender ao menos 400 empresas do setor de educação, 500 empresas de saúde e 17.000 de comércio e demais serviços	Governo do Estado, Prefeitura Municipal e entidades privadas	Orçamento do Estado através da Sedai, CEF, Prefeituras e empresas

## PROGRAMA 2 – FORTALECIMENTO DAS CIDADES MÉDIAS

**Justificativas:** Proporcionar, nos centros urbano-industriais principais – Pelotas e Rio Grande – com maiores chances de recepção industrial e de terciário superior, formas de:

- ◆ Implantar serviços associados a tecnologias de informações e centros regionais de

consolidação e distribuição de cargas, tais como plataformas terrestres, que consolidem cargas e as distribuam no espaço regional e gaúcho, utilizando-se dos modais disponíveis na Região.

♦ Prover áreas industriais que atraiam atividades industriais.

♦ Fortalecer as condições sócio-urbano-ambientais desses centros, recuperando passivos sociais e ambientais, assim como suprindo serviços sociais e ambientais para novas demandas emergentes até o ano-horizonte, de modo a capacitar a população e imprimir condições atrativas à localização industrial e de terciário superior.

Assim, serão necessárias ações concomitantes em investimentos urbanos, educação (capacitação), em saúde, saneamento básico e habitação (atendimento de padrões urbano-sanitários de qualidade), combate à pobreza e recuperação ambiental.

**Quadro 2.5.16 – Projetos do Subprograma Serviços para Dinamização Urbana RF 5**

Programa: Fortalecimento das Cidades Médias				
Subprograma: Serviços para Dinamização Urbana				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Inclusão na Sociedade de Informações – Pelotas <i>wireless</i>	O número de usuários atendidos pelo serviço depende, naturalmente, do tamanho da rede, isto é, da área em que a rede <i>wireless</i> estará disponível, bem como da intensidade do sinal emitido. Supondo uma abrangência de cerca de dois quilômetros quadrados, com o que a maior parte da região central e portuária da cidade seria atendida pela rede, seria possível estimar o atendimento em pelo menos 30 mil usuários	Implantar rede de acesso sem-fio à Internet nos dois quilômetros quadrados centrais da cidade de Pelotas. Ampliar o fluxo e da diversidade das atividades de serviços, com ênfase nas mais qualificadas	Governo do Estado e entidades privadas interessadas	Recursos orçamentários e privados
Plataformas Terrestres	Centros de serviços rodoviários e centro logístico integrado em Pelotas, além do previsto para Rio Grande na Estratégia anterior		Sedai, Daer e empresários	Alternativas de PPPs, recursos privados e financiamentos
Apoio à Implantação de Áreas Industriais	As estratégias regionais referem-se ao fortalecimento industrial nos centros urbanos onde essa atividade está desenvolvendo-se a taxas positivas. Muitos desses centros urbanos não contam com áreas ou distritos industriais, sendo que a Sedai está apoiando um conjunto deles para seleção de áreas e elaboração de projetos. Selecionou-se o centro urbano de Pelotas para elaboração de projeto de área industrial que tem maiores chances de atrair indústrias, dando continuidade aos estudos que a Sedai já vem realizando para essa cidade. As atividades industriais requisitam crescentemente um terciário superior de apoio, objetivo desta estratégia	Implantar ou ampliar área industrial no centro urbano de Pelotas	Sedai, prefeituras e empresários	Sedai e prefeituras

**Quadro 2.5.17 – Projetos do Subprograma Capacitação Social Urbana RF 5**

Programa: Fortalecimento das Cidades Médias				
Subprograma: Capacitação Social Urbana				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Melhoria da Educação Básica-Escola de Tempo Integral	Ampliação da qualidade da formação no ensino fundamental	Incluir 80 mil alunos em tempo integral até 2015	SEC e secretarias municipais de educação	Orçamento estadual e prefeituras
Melhoria da Educação Básica- Avaliação de Desempenho	Avaliação do desempenho do alunado do ensino médio e fundamental	Avaliar até 2015 16,8 mil alunos no Ensino Fundamental e 6,2 mil no Ensino Médio	SEC e secretarias municipais de educação	Orçamento estadual e prefeituras
Melhoria da Educação Básica- Atendimento na Educação Fundamental	Abertura de novas vagas para os alunos que demandarão a escola	Incluir até 2015 vagas no Ensino Fundamental (201,8 mil) e Médio (59,9 mil)	SEC e secretarias municipais de educação	Orçamento estadual e prefeituras



Programa: Fortalecimento das Cidades Médias				
Subprograma: Capacitação Social Urbana				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Fortalecimento no Atendimento de Saúde- Construção de Leitos	Prover, até 2015, o número compatível com as metas de supressão do déficit existente e atendimento das populações adicionais	Prover 175 leitos até 2015	SUS, Orçamento estadual e prefeituras	SUS, Orçamento estadual e prefeituras
Fortalecimento no Atendimento de Saúde-Expansão do Programa de Saúde da Família	Atendimento de 80% da população urbana por ações básicas de saúde familiar	Criar 147 grupos de saúde familiar até 2015	SES e secretarias municipais de saúde	SUS, Orçamento estadual e prefeituras
Melhoria e Suprimento Habitacional- Construção de Moradias	Redução do déficit habitacional urbano e construção de novas moradias para acompanhar o crescimento populacional até 2015	Construir aproximadamente 5,4 mil moradias até 2015	Sehadur e prefeituras	Orçamento estadual
Melhoria e Suprimento Habitacional- Construção de Unidades Sanitárias	Construção de unidades sanitárias nas habitações	Construir cerca de 1,1 mil unidades sanitárias até 2015	Sehadur	Orçamento estadual
Melhoria e Suprimento Habitacional- Substituição de Moradias Subnormais	Atendimento do direito da população à moradia digna. As dimensões, ainda razoáveis, em que o problema da moradia subnormal apresenta na Região, incentivam uma intervenção forte do setor público	Construir 540 moradias até 2015	Sehadur e Cohab	Orçamento do Estado e Sistema Financeiro de Habitação
Combate à Pobreza - Renda Básica	Complementar a renda das pessoas situadas abaixo da linha de indigência com recursos necessários para atingir o piso de rendimento de 1 salário mínimo	Atender 11,7 mil pessoas anualmente até 2015		Orçamento estadual

**Quadro 2.5.18 – Projetos do Subprograma Recuperação e Ampliação da Qualidade Ambiental Urbana**

Programa: Fortalecimento das Cidades Médias				
Subprograma: Recuperação e Ampliação da Qualidade Ambiental Urbana				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Ampliação da Rede de Coleta de Esgoto Domiciliar	Redução de 40% do déficit apurado em 2003 até o ano de 2015 e ligações adicionais em função do crescimento populacional	Atender à demanda de 29,3 mil moradias até 2015	Corsan e órgãos municipais de saneamento	Sops, Corsan, Sema e prefeituras
Tratamento e Destinação de Esgotos Domiciliares e Industriais	Tratamento e destinação de esgotos em Pelotas e Rio Grande	Tratar esgotos da rede domiciliar e industrial coletada em 35% dos domicílios e indústrias urbanas	Corsan e prefeituras municipais	Prosaneat, JBIC, BID, Bird e Governo Federal (ANA, CEF e BNDES)
Tratamento e Destinação de Resíduos Domiciliares e Industriais Não-perigosos	Coleta e destinação de resíduos industriais nas cidades de Pelotas e Rio Grande	Coletar e destinar adequadamente 100% dos resíduos domiciliares e industriais não-perigosos coletados. Implantação de aterros sanitários em Pelotas e Rio Grande	Sops, Corsan, Sema e prefeituras	PASS/BID, Prosaneat, financiamentos externos e projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

### PROGRAMA 3 – DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CAPACITAÇÃO

**Justificativas:** As atividades de terciário superior requisitam crescentemente pessoal especializado em serviços modernos, como informática, gestões setoriais.

**Quadro 2.5.19 – Projetos do Programa Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação**

Programa: Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Capacitação Profissional Continuada	Incremento de programas de capacitação profissional, especialmente nos segmentos de informática, línguas, gestão de saúde e educação e finanças. Esta capacitação está inserida no programa Estadual de Sistema Técnico-Universitário Progressivo	Capacitar cerca de 20% do pessoal ocupado no terciário – 35 mil pessoas até 2015	Universidades, Uergs, Sebrae, Senac e escolas técnicas	SEC, Senac e Universidades
Apoio ao Registro de Marcas e Patentes	O registro de marcas e patentes é um indicador do dinamismo e competitividade de uma economia, que além de proteger seu conteúdo científico e tecnológico, gerando barreiras técnicas à concorrência, pode auferir ganhos econômicos da sua capacidade de criar inovações	Implementar de cerca de 40 marcas e patentes por ano	Sedai, SCT, Senai, ICTs, escolas técnicas e associações empresariais	SCT – Fapergs
Certificação de Qualidade e Apoio à Inovações	Realização de ações de difusão da qualidade e da importância da inovação para o crescimento sustentável das empresas. Fortalecimento dos procedimentos para obtenção de certificação de qualidade especialmente nos casos de máquinas agrícolas, transportes, processamento de carnes	Realizar um evento de anual na Região e divulgar os casos de sucesso via Internet, em portal específico	PGQP e Sedai	Orçamento do Estado e ABDI

**ESTRATÉGIA 4 – AMPLIAR A COMPETITIVIDADE DAS ATIVIDADES TRADICIONAIS**

O conjunto de programas e projetos está nos Quadros 2.5.20 a 2.5.28 e nas Tabelas 2.5.13 a 2.5.17.

**Tabela 2.5.13 – Projetos e Recursos da Estratégia Ampliar a Competitividade das Atividades Tradicionais (R\$ Mil)**

Estratégia	Componente	Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total
4 – Ampliar a Competitividade das Atividades Tradicionais	1 – Competitividade na Orizicultura	1 – Estímulos Econômicos	Mesmas Intervenções de Estratégias Anteriores (Suporte ao Empreendedor / Inteligência Competitiva)	Já Incluídos em Estratégias Anteriores			
			<i>Total do Programa</i>	-	-	-	-
		2 – Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação	1 – Gestão Integrada de Pesquisas Aplicadas	Já Incluídos em Estratégias Anteriores			
			2 – Difusão de Informações Tecnológicas	Já Incluídos em Estratégias Anteriores			
			3 – Fortalecimento de Centros de Difusão de Informações Tecnológicas (Infra-Estrutura Informatizada)	-	1.100	-	1.100
			<i>Total do Programa</i>	-	1.100	-	1.100
		3 – Manutenção do Potencial Ambiental	1 – Monitoramento Hidrológico para Controle e Outorga do Uso da Água	874	2.185	1.311	4.370
			2 – Incentivos a Sistemas de Plantio Eficientes no Uso da Água para Arroz Irrigado	525	1.313	788	2.626
			3 – Destinação Adequada de Resíduos de Arroz	3.833	9.581	5.749	19.163
		<i>Total do Programa</i>	5.232	13.079	7.848	26.159	
	4 – Suprimento de Infra-Estruturas	Transportes, Energia e Telecomunicações – Mesmas Intervenções das Estratégias Anteriores	1 – Upgrade em Armazenamento	-	84.270	-	84.270
			<i>Total do Programa</i>	-	84.270	-	84.270
			<i>Total do Componente</i>	5.232	98.449	7.848	111.529
	2 – Competitividade na Fruticultura	1 – Estímulos Econômicos	1 – Estímulos ao Processamento de Frutas	Já Incluídos em Estratégias Anteriores			
			2 – Assistência Técnica Acoplada ao Financiamento Rural – Extensão Rural	Já Incluídos em Estratégias Anteriores			
3 – Eficiência Coletiva – Incentivo ao Associativismo e Cooperativismo			221	289	289	799	
<i>Total do Programa</i>		221	289	289	799		
2 – Capitalização do Potencial Ambiental		1 – Fortalecimento / Criação de Viveiros	60	180	120	360	
		2 – Controle e Defesa Agropecuária	1.403	3.507	2.104	7.014	
<i>Total do Programa</i>	1.463	3.687	2.224	7.374			

Estratégia	Componente	Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
4 – Ampliar a Competitividade das Atividades Tradicionais (Cont.)	2 – Competitividade na Fruticultura (cont.)	3 – Suprimento de Infra-Estruturas	Mesmas Intervenções da Estratégia Anterior					
		<i>Total do Programa</i>						
		4 – Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação	1 – Desenvolvimento de Pesquisas Agrícolas	Já Incluídos em Estratégias Anteriores				
			2 – Desenvolvimento de Capacitação Técnica e Gerencial					
			3 – Difusão de Informações Tecnológicas					
	4 – Fortalecimento de Centros de Difusão de Informações Tecnológicas (Infra-Estrutura Informatizada)							
	<i>Total do Programa</i>							
	<b>Total do Componente</b>				<b>1.684</b>	<b>3.976</b>	<b>2.513</b>	<b>8.173</b>
	3 – Fomento à Aqüicultura e Pesca	1 – Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação	1 – Gestão Integrada de Pesquisas Regionais – Desenvolvimento de Pesquisas	Já Incluídos em Estratégias Anteriores				
			2 – Capacitação na Cadeia Produtiva					
		<i>Total do Programa</i>						
		2 – Estímulos Econômicos	1 – Suporte ao Empreendedor	Já Incluídos em Estratégias Anteriores				
			2 – Direcionamento das Linhas de Crédito e Financiamento					
			3 – Incentivos ao Segmento e Cadeia Produtiva					
			4 – Eficiência Coletiva					
		<i>Total do Programa</i>						
		3 – Manutenção do Potencial Ambiental	1 – Monitoramento Hidrológico para Controle e Outorga do Uso da Água	Já Incluídos em Estratégias Anteriores				
2 – Manejo Adequado de Agroquímicos			1.402		3.505	2.103	7.010	
<i>Total do Programa</i>			<i>1.402</i>	<i>3.505</i>	<i>2.103</i>	<i>7.010</i>		
4 – Estruturação da Cadeia de Pesca	1 – Plano de Gerenciamento Pesqueiro		400	800	800	2.000		
		2 – Modernização das Infra-Estruturas Pesqueiras	2.000	4.000	4.000	10.000		
	<i>Total do Programa</i>			<i>2.400</i>	<i>4.800</i>	<i>4.800</i>	<i>12.000</i>	
<b>Total do Componente</b>				<b>3.802</b>	<b>8.305</b>	<b>6.903</b>	<b>19.010</b>	
<b>Total da Estratégia</b>				<b>10.718</b>	<b>110.730</b>	<b>17.264</b>	<b>138.712</b>	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

### COMPONENTE COMPETITIVIDADE NA ORIZICULTURA

Reúne os programas e projetos (Tabela 2.5.14) destinados a fortalecer a orizicultura dominante.

Tabela 3.1.14 – Programas e Projetos da Estratégia Competitividade na Orizicultura (R\$ Mil)

Estratégia	Componente	Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
4 – Ampliar a Competitividade das Atividades Tradicionais	1 – Competitividade na Orizicultura	1 – Estímulos Econômicos	Mesmas Intervenções de Estratégias Anteriores (Suporte ao Empreendedor / Inteligência Competitiva)	Já Incluídos em Estratégias Anteriores				
		<i>Total do Programa</i>			-	-	-	-
		2 – Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação	1 – Gestão Integrada de Pesquisas Aplicadas	Já Incluídos em Estratégias Anteriores				
			2 – Difusão de Informações Tecnológicas	Já Incluídos em Estratégias Anteriores				
		3 – Fortalecimento de Centros de Difusão de Informações Tecnológicas (Infra-Estrutura Informatizada)	3 – Fortalecimento de Centros de Difusão de Informações Tecnológicas (Infra-Estrutura Informatizada)		-	1.100	-	1.100
			<i>Total do Programa</i>			-	<i>1.100</i>	-
		3 – Manutenção do Potencial Ambiental	1 – Monitoramento Hidrológico para Controle e Outorga do Uso da Água		874	2.185	1.311	4.370
			2 – Incentivos a Sistemas de Plantio Eficientes no Uso da Água para Arroz Irrigado		525	1.313	788	2.626
			3 – Destinação Adequada de Resíduos de Arroz		3.833	9.581	5.749	19.163
		<i>Total do Programa</i>			<i>5.232</i>	<i>13.079</i>	<i>7.848</i>	<i>26.159</i>
4 – Suprimento de Infra-Estruturas	Transportes, Energia e Telecomunicações – Mesmas Intervenções das Estratégias Anteriores							
		1 – Upgrade em Armazenamento		-	84.270	-	84.270	
<i>Total do Programa</i>			-	<i>84.270</i>	-	<i>84.270</i>		
<b>Total do Componente</b>				<b>5.232</b>	<b>98.449</b>	<b>7.848</b>	<b>111.529</b>	

### PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

Os projetos de Inteligência Competitiva e de Suporte ao Empreendedor, com as Casa de Negócios, das Estratégias anteriores, também são funcionais a este.

### PROGRAMA 2 – DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CAPACITAÇÃO

**Justificativas:** Para que seja mantida a competitividade dos agricultores do setor, é necessário não só inovar, como difundir as novas tecnologias entre os agricultores.

**Quadro 2.5.20 – Projetos do Programa Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação RF 5**

Programa: Desenvolvimento Tecnológico e capacitação				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Gestão Integrada de Pesquisas Aplicadas	Planejamento estratégico dos investimentos em pesquisa na Região, que permeie todas as instituições de apoio científico e tecnológico, no sentido de evitar a pulverização dos recursos e concentrar pesquisas em novos produtos e cultivos do arroz. Além disso, agilização dos tempos de desenvolvimento de pesquisas de novos cultivares de arroz, que possam acompanhar os requisitos de inovações e competitividade rural	Pesquisar novos cultivares de arroz com maior produtividade e maior valor agregado, assim como em novos processamentos no produto. Realizar projetos cooperativos regionais, para solucionar gargalos técnicos e estruturais da cadeia produtiva, prevendo a adaptação/aclimação de cultivares à Região	Fepagro e universidades	Fapergs, Fepagro e universidades
Difusão de Informações Tecnológicas	Promoção da troca de experiências entre os agricultores na fronteira tecnológica e os demais. Através da identificação e da divulgação dos agricultores que utilizam as melhores práticas, estas serão mais rapidamente difundidas para os demais, reduzindo a dispersão das produtividades	Fortalecer sistema de informações aos produtores rurais de em centros de informações em rede nos 22 municípios, em parceria com Emater e órgãos de pesquisa	SAA – Emater, Sedai	Fapergs, SAA e Sedai
Fortalecimento de Centros de Informação (infra-estruturas Informatizadas)	Fortalecimento da rede de centros de informações informatizadas nas sedes dos municípios da Região, como forma de promover a inserção de produtores rurais na sociedade de informações, em parceria com Emater e cooperativas, como infraestrutura de suporte ao projeto anterior	Fortalecer centros de informação nos 22 municípios da Região	Semc, com eventual participação da SAA e/ou Grac e Emater	Governos Estadual e Federal (Minist. Des. Agrário) e prefeituras municipais

### PROGRAMA 3 – CAPITALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL

**Justificativas:** A Região tem baixa disponibilidade hídrica e uso intenso da irrigação no cultivo de arroz, causando problemas de abastecimento público em períodos de estiagem. A demanda por água para irrigação tem uma sazonalidade bem definida, coincidente com os períodos de estiagem, sendo janeiro o mês de maior consumo. Além disso, no plantio tradicional, não há controle efetivo da lâmina d'água introduzida nos quadros de germinação.

**Quadro 2.5.21 – Projetos do Programa Capitalização e Manutenção do Potencial Ambiental**

Programa: Capitalização e Manutenção do Potencial Ambiental				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Monitoramento Hidrológico para Controle e Outorga do Uso das Águas	Incluídos em outra estratégia			
Incentivos a Plantios Eficientes no Uso das Águas para Irrigação	Diminuição da demanda de água para a irrigação através do aumento da eficiência dos sistemas existentes. Incorporação de tecnologias que aumentam a eficiência com relação à demanda da água no sistema de água no sistema de cultivo do arroz irrigado	Implementar o controle da eficiência dos sistemas de irrigação na Região	SAA, Sema, Fepam e Emater	Sema/DRH, SAA, Sops, Fepam e Emater

Programa: Capitalização e Manutenção do Potencial Ambiental				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Destinação dos Resíduos do Arroz	Instrumentalização dos produtores para reutilização do subproduto do beneficiamento do arroz e fomento à criação de cooperativas ou associações na busca de alternativas de investimentos para geração de energia (biomassa). Mapeamento de áreas /estações de transbordo dos resíduos para abastecimento de usinas termoeletricas da Região e viabilizar sua implantação	Destinar de forma adequada 50% dos resíduos do processamento do arroz (cerca de 400 mil toneladas) até 2015	SAA, Sema, Fepam, Emater, Farsul, Senar e Semc	Proinfra – Recursos do MDL-Mecanismos de Desenvolvimento Limpo

#### PROGRAMA 4 – SUPRIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS

As propostas de infra-estruturas de transportes, energia e telecomunicações das estratégias anteriores também servem a esta. Há necessidade apenas de ampliação da capacidade de armazenagem na Região para atender às demandas de grãos até 2015.

#### PROJETO 1 – MELHORIA EM ARMAZENAGEM

Trata-se de ampliar a capacidade de armazenagem da Região em 842,7 mil toneladas – em grãos, combustíveis – para atender às demandas crescentes na Região até 2015.

Tabela 2.5.15 – Melhoria em Armazenamento – RF 5

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG023	ZM005	Armazéns da RF 5	Upgrade dos armazéns da RF 5 (842,7 mil toneladas)	NA	84,27	100	84,27

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

#### COMPONENTE COMPETITIVIDADE NA FRUTICULTURA

Várias frutas encontram condições edafoclimáticas apropriadas para desenvolvimento na Região, especialmente a uva, que vem observando grande crescimento, mas também pêssego, tangerina, maçã, melancia e tomate. Esses cultivos de alto valor de produção devem ser incentivados como forma de obtenção de maiores rendimentos na agricultura, a par de estimular agroindústrias associadas – doces, sucos, polpas. O conjunto de programas e projetos multissetoriais registrado na Tabela 2.5.16 compõe esta estratégia.

Tabela 2.5.16 – Programas e Projetos da Estratégia Competitividade da Fruticultura (R\$ Mil)

Estratégia	Componente	Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total		
4 – Ampliar a Competitividade das Atividades Tradicionais	2 – Competitividade na Fruticultura	1 – Estímulos Econômicos	1 – Estímulos ao Processamento de Frutas	Já Incluídos em Estratégias Anteriores					
			2 – Assistência Técnica Acoplada ao Financiamento Rural – Extensão Rural	Já Incluídos em Estratégias Anteriores					
			3 – Eficiência Coletiva – Incentivo ao Associativismo e Cooperativismo	221	289	289	799		
		<b>Total do Programa</b>			<b>221</b>	<b>289</b>	<b>289</b>	<b>799</b>	
		2 – Capitalização do Potencial Ambiental	1 – Fortalecimento / Criação de Viveiros	60	180	120	360		
			2 – Controle e Defesa Agropecuária	1.403	3.507	2.104	7.014		
		<b>Total do Programa</b>			<b>1.463</b>	<b>3.687</b>	<b>2.224</b>	<b>7.374</b>	
		3 – Suprimento Infra-estruturas	Mesmas Intervenções da Estratégia Anterior						
		<b>Total do Programa</b>							
		4 – Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação			1 – Desenvolvimento de Pesquisas Agrícolas	Já Incluídos em Estratégias Anteriores			
2 – Desenvolvimento de Capacitação Técnica e Gerencial									
3 – Difusão de Informações Tecnológicas									
4 – Fortalecimento de Centros de Difusão de Informações Tecnológicas									
<b>Total do Programa</b>									
<b>Total do Componente</b>			<b>1.684</b>	<b>3.976</b>	<b>2.513</b>	<b>8.173</b>			

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

## PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

**Justificativas:** Objetivam incentivar maior produtividade e rentabilidade para os cultivos agropecuários e a manutenção e criação de pequenas produções agroindustriais que agreguem valor às produções regionais.

**Quadro 2.5.22 – Projetos do Programa Estímulos Econômicos RF 5**

Programa: Estímulos Econômicos				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Estímulos ao Processamento de Frutas	O processamento de frutas pelos produtores regionais requer incentivos especiais, especialmente promovendo o associativismo e cooperativismo nessas produções, por meio de linhas de crédito especiais. Voltar as ações de incentivos do Programa de Desenvolvimento e Disparidades para apoio a associações, cooperativas e produtores regionais, especialmente nos segmentos de frutas. Os prazos de retornos desses incentivos e de financiamentos bancários devem garantir a consolidação de negócios	Ampliar a participação estadual nos processamentos desses produtos de 28% em 2002 para 40% até 2015	Sedai, SCP e bancos financiadores	Sedai, SCP e bancos financiadores
Assistência Técnica Acoplada ao Financiamento Rural – Extensão Rural	Estímulos de financiamentos e créditos voltados à produção de frutas aptas na região – uva, pêssego, melancia, tomate, tangerina	Aumentar o valor médio anual de financiamentos agropecuários (de R\$ 7,7 mil para R\$ 9,2 mil), abrir linhas de financiamento rural para projetos associativistas e ampliar a assistência técnica da Emater	Emater e bancos financiadores	Bancos financiadores e Emater
Eficiência Coletiva – Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo	Implementação de instrumentos jurídicos que permitam que associações e cooperativas obtenham financiamentos e créditos sem que sejam perdidos benefícios de aposentadorias rurais. Atuação junto a produtores de pequeno porte, estabelecendo ações coletivas de desempenho de funções básicas, como compra, venda e produção, em níveis competitivos de eficiência, estabelecendo planos de negócios e captando novos associados	Apoiar três projetos por ano	Sedai, Sebrae, Emater, CaixaRS e BRDE	Sedai, Sebrae, Emater, Caixa RS, BRDE, e empresas

## PROGRAMA 2 – CAPITALIZAÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL

**Justificativas:** A expansão de cultivos de frutas depende de dois fatores de êxito: disponibilidades de mudas sadias para plantios e controles agropecuários que viabilizem a comercialização.

## PROGRAMA 3 – SUPRIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS

Os mesmos projetos das Estratégias anteriores também apóiam este.

**Quadro 2.5.23 – Projetos do Programa Capitalização do Potencial Ambiental RF 5**

Programa: Capitalização do Potencial Ambiental				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Fortalecimento/ Criação de Viveiros	O estímulo à fruticultura apta à Região exige que existam disponibilidades de mudas que permitam plantios em pequena e grande escala. Criação de viveiros de frutas adequadas à região, em associação com pesquisas de novos cultivares	Implantar e/ou fortalecer seis viveiros de frutas, distribuídos espacialmente na Região e erradicação de clandestinos	GRAC, SAA, Emater e Embrapa	Profruta
Controle e Defesa Agropecuária	Fortalecimento do controle e defesa agropecuária estadual nas fronteiras e nos municípios	Inserir os municípios na defesa e controle sanitário, regulamentando atribuições e competências	SAA, Emater, Anvisa, SES e municípios	FESA e FEASP- (constam no PPA 2004/2007)

## PROGRAMA 4 – DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CAPACITAÇÃO

**Justificativas:** Realizar um planejamento dos investimentos em pesquisa, que permeie as instituições de apoio científico e tecnológico, como Fapergs, Pólos Tecnológicos, Cientec, Fepagro e universidades, no sentido de evitar a pulverização dos recursos e concentrar pesquisas em segmentos agropecuários promissores na Região. Agilizar os tempos de desenvolvimento de pesquisas de novos cultivares que possam acompanhar os requisitos de inovações e competitividade rural e capacitar e difundir novas tecnologias a produtores. Geralmente, as informações de mercado e tecnologia são muito mais acessíveis às grandes empresas e grandes produtores rurais e cooperativas. Além disso, foram evidenciadas barreiras na difusão para o setor produtivo na situação da pesquisa tecnológica feita nas universidades e centros de pesquisa, problema especialmente importante para os setores primário e secundário, pois a inovação não chega ao setor produtivo ou é inadequada.

**Quadro 2.5.24 – Projetos do Programa Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação RF 5**

Programa: Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Desenvolvimento de Pesquisas Agrícolas	Pesquisa em novos cultivares de frutas (cítricos, pêssego, manga, abacaxi, pêra, mamão), além da batata-doce, mandioca, mamona e amendoim. Projetos Cooperativos Regionais, visando solucionar gargalos técnicos e estruturais de cadeias produtivas de setores promissores, contemplando a adaptação de cultivares à Região	Incluídas nas 270 pesquisas em 10 anos previstas nas Estratégias anteriores	Fepagro e universidades	Fapergs, Fepagro e universidades
Desenvolvimento de Capacitação Técnica-gerencial	Desenvolver cursos de capacitação técnica e gerencial para pequenos proprietários	Capacitar 50% dos 41 mil proprietários rurais até 2015	Escolas técnicas, Senar, Emater	SEC, Emater e Senar
Fortalecimento do Sistema de Difusão de Informações Tecnológicas	Fortalecer sistema de informações aos produtores rurais de em centros de informações em rede nos 22 municípios, em parceria com Emater e órgãos de pesquisa	Operação dos centros de informação nos 22 municípios com o sistema de informação	SAA – Emater e Sedai	Fapergs, SAA e Sedai
Fortalecimento de Centros de Informação	Fortalecer a rede de centros de informações nas sedes dos municípios, promovendo a inserção de produtores rurais na sociedade de informações, em parceria com Emater e Cooperativas	Centros de informação nos 22 municípios da Região	Semc, SAA, Grac e Emater	Governo estadual, prefeituras e Ministério do Desenvolvimento Agrário

## COMPONENTE FOMENTO À AQUICULTURA E PESCA

A pesca é uma atividade tradicional, valendo-se da farta rede hídrica e lagunar e da faixa litorânea. Em função dos problemas que enfrenta, são necessárias alternativas para trabalhadores de baixa renda. A estratégia objetiva implementar projetos para inclusão social das comunidades pesqueiras e aquícolas, desenvolvendo a pesca e aquíicultura artesanal familiar e de pequenos armadores, armazenadores, produtores de gelo.

**Tabela 2.5.17 – Programas e Projetos da Estratégia Fomento à Aquicultura e Pesca (R\$ Mil)**

Estratégia	Componente	Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total		
4 – Ampliar a Competitividade das Atividades Tradicionais	3 – Fomento à Aquicultura e Pesca	1 – Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação	1 – Gestão Integrada de Pesquisas Regionais – Desenvolvimento de Pesquisas	Já Incluídos em Estratégias Anteriores					
			2 – Capacitação na Cadeia Produtiva						
		<i>Total do Programa</i>							
		2 – Estímulos Econômicos	1 – Suporte ao Empreendedor	Já Incluídos em Estratégias Anteriores					
			2 – Direcionamento Linhas de Crédito e Financiamento						
			3 – Incentivos ao Segmento e Cadeia Produtiva						
		<i>Total do Programa</i>							
		3 – Manutenção do Potencial Ambiental	1 – Monitoramento Hidrológico para Controle e Outorga	Já Incluídos em Estratégias Anteriores					
			2 – Manejo Adequado de Agroquímicos						
		<i>Total do Programa</i>				1.402	3.505	2.103	7.010
<i>Total do Programa</i>				1.402	3.505	2.103	7.010		
4 – Estruturação da Cadeia de Pesca	1 – Plano de Gerenciamento Pesqueiro	Já Incluídos em Estratégias Anteriores							
	2 – Modernização das Infra-Estruturas Pesqueiras								
<i>Total do Programa</i>				400	800	800	2.000		
<i>Total do Programa</i>				2.000	4.000	4.000	10.000		
<i>Total do Programa</i>				2.400	4.800	4.800	12.000		
<b>Total do Componente</b>				<b>3.802</b>	<b>8.305</b>	<b>6.903</b>	<b>19.010</b>		

## PROGRAMA 1 – DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CAPACITAÇÃO

**Justificativas:** A sobrepesca e a degradação dos rios e lagos também são resultantes de falta de pesquisas aplicadas e de difusão de informações aos produtores, que pesam nos desequilíbrios do setor e no pequeno ritmo de crescimento pesqueiro, exigindo a disseminação de práticas mais efetivas.

**Quadro 2.5.25 – Projetos do Programa Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação RF 5**

Programa: Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Desenvolvimento de Pesquisas	Envolvimento das estruturas de pesquisas das universidades regionais no desenvolvimento de pesquisas em novas espécies de reprodução em água doce. Já existe um pólo de modernização tecnológico da Furg em Rio Grande, voltado a pesquisas sobre pesca e cultivo de camarões-rosa e siri-mole	Implantar ao menos um centro de pesquisa em pesca e aqüicultura na Região	SAA, universidades regionais, pólo de modernização da Furg – Rio Grande	Orçamento estadual
Capacitação na Cadeia Produtiva	Desenvolvimento de cursos de capacitação de profissionais em todas as fases da cadeia – pesca, processamento, aqüiculturas, armazenamento, refrigeração e procedimentos sanitários	Criar cursos anuais envolvendo, no mínimo, cinco mil profissionais	SEC e universidades regionais	Orçamento estadual, Universidades regionais

## PROGRAMA 2 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

**Justificativas:** A infra-estrutura de apoio à pesca é muito deficiente, especialmente pela falta de linhas de financiamento e crédito adequadas à construção ou recuperação de pequenas e médias embarcações, portos para embarque, entrepostos, armazenagem e frigoríficos e viabilizadas para associações ou cooperativas.

**Quadro 2.5.26 – Projetos do Programa Estímulos Econômicos RF 5**

Programa: Estímulos Econômicos				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Suporte ao Empreendedor	Implantação do Programa de Suporte ao Empreendedor na pesca e aqüicultura, compreendendo a realização de projetos que desenvolvam o empreendedorismo, visando: Elaboração de planos de negócios, cooperativismo e gestão. Complementação e adensamento da cadeia de pesca	Implantar dois planos de negócios anuais até 2015, envolvendo, progressivamente, todas as comunidades pesqueiras da Região	Sebrae, SAA, prefeituras municipais e universidades regionais	Orçamento do Estado, Caixa Econômica e Sebrae
Direcionamento das Linhas de Crédito	Abertura de linhas de crédito especiais a cooperativas e associações de pesca e aqüicultura, voltados aos elos dessa cadeia, com juros mais baixos e prazos mais amplos	Garantir que no mínimo 5% das parcelas dos recursos de créditos na Região, disponibilizados pelas entidades financeiras – Caixa RS, BRDE – sejam encaminhadas para esta cadeia	Sedai, BNDES, Caixa RS e BRDE	Recursos disponíveis nas entidades financiadoras
Incentivos ao Segmento e Cadeia	Abertura de linha de incentivos à construção de pequenas embarcações, entrepostos e frigoríficos, fábricas de gelo, especialmente por cooperativas ou associações, com prazos mais amplos	Direcionar no mínimo 5% dos recursos previstos para incentivos pelo Plano de Superação de Desigualdades Regionais, para esta cadeia	SCP, Sedai, prefeituras, universidades regionais e associações locais	Empréstimos do Banco Mundial com contrapartida do Estado
Eficiência Coletiva	A baixa escala da produção pesqueira, que envolve comunidades e famílias de baixa renda, recomenda que se introduzam práticas de cooperativismo e associativismo, desde a pesca até a armazenagem, processamento e comercialização, como forma de ampliar escalas, reduzindo custos	Criar associações e cooperativas em todas as comunidades envolvidas em pesca e aqüicultura na Região	Sebrae Emater e Sedai	Orçamento estadual, Sebrae e Emater



### PROGRAMA 3 – CAPITALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL

**Justificativas:** A manutenção e ampliação da pesca na Região, especialmente nos rios e lagoas, depende da manutenção das vazões dos rios, que permitem a livre circulação dos peixes para reprodução, assim como da qualidade das águas que não comprometam essa vida animal.

Quadro 2.5.27 – Projetos do Programa Capitalização e Manutenção RF 5

Programa: Capitalização e Manutenção do Potencial Ambiental				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Monitoramento Hidrológico para Controle e Outorga do Uso das Águas	A baixa disponibilidade hídrica especialmente a Metade Sul, decorre das características hidrometeorológicas da região agravada pelo uso consuntivo predominante que é a irrigação. A implantação de uma rede de monitoramento hidrológico é imperioso para o controle efetivo do uso de águas superficiais para fins de outorga e definição de demandas compatíveis com a destinação da água para abastecimento público, setor diretamente comprometido com a escassez de água em períodos de estiagem	Implantar a rede de monitoramento hidrológico em quatro bacias e avaliar continuamente a disponibilidade de água para subsidiar a elaboração de projetos de outorga de uso da água. Adquirir equipamentos, instalar estações medidoras de níveis e vazões e precipitações, com operação e controle	Sema/DRH, SAA, Sops, Fepam e Comitês das Bacias	Fundo de Recursos Hídricos-FRH coordenado pelo Departamento Estadual de Recursos Hídricos-DRH
Manejo Adequado de Agroquímicos	Redução sistemática do uso de agroquímicos em todas as culturas, prioritariamente em culturas de arroz, seguidas da fruticultura, através de programas de capacitação de produtores para o cultivo de produtos satisfatórios ao mercado consumidor e que causem menos danos ao meio ambiente. Implementar o controle e a fiscalização das atividades agrícolas que exijam forte demanda de agroquímicos para o seu cultivo; Treinar agricultores para o uso correto de agroquímicos; Capacitar técnicos e responsáveis técnicos, com ênfase na legislação específica; Fiscalizar o cumprimento das normas que institui o receituário agrônomo no controle e uso de agroquímicos; Desenvolver pesquisas visando o desenvolvimento de manejo integrado de pragas e doenças	Realizar cursos anuais de capacitação para técnicos e cursos continuados para capacitação de produtores; Contratar estudos específicos para demandas identificadas na região a respeito do controle de pragas e doenças com redução ou eliminação do uso de agroquímicos, Adquirir equipamentos de informática, veículos, máquinas digitais e GPS para as equipes de fiscalização do comércio e uso de agrotóxicos	SAA, Emater e Sema	Programa: Agricultura familiar no contexto do desenvolvimento local sustentável Primeiro Empréstimo Programático para a Sustentabilidade Ambiental Prodetaab: Projeto de Desenvolvimento de Tecnologia Agrícola

### PROGRAMA 4 – ESTRUTURAÇÃO DA CADEIA DE PESCA

**Justificativas:** Há necessidade de estabelecer uma política e legislação sustentável da atividade de pesca e aqüicultura, de forma a preservar espécies reduzindo sobreexplorações, com base em diagnóstico abrangente das comunidades envolvidas nessa atividade e nos problemas existentes nos elos da cadeia, implementando aqueles mais vulneráveis e que estruturam a atividade na Região.

Quadro 2.5.28 – Projetos do Programa Estruturação da Cadeia de Pesca RF 5

Programa: Estruturação da Cadeia de Pesca				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Plano de Gerenciamento Pesqueiro	Elaboração de plano de gerenciamento pesqueiro, envolvendo recursos marítimos, lacustres e hídricos, estabelecendo potencialidades, entraves, metas, necessidades de infra-estruturas, legislações necessárias, formas de fiscalização e regulamentações e de associativismo, entre outras necessidades	Elaborar plano até 2007	Sedai e universidades regionais.	Orçamento estadual e financiamentos externos (Programa de Redução das Desigualdades)
Modernização das Infra-estruturas Pesqueiras	Investimentos na modernização da infraestrutura pesqueira e da aqüicultura, criando ou recuperando entrepostos, terminais e atracadouros, centrais de beneficiamento, armazenagem e refrigeração, postos de comercialização, fábricas de gelo	Modernizar até 2015, a infra-estruturas de, ao menos, 50% das comunidades envolvidas na pesca e aqüicultura, a partir até 2007	SAA e Sedai	Orçamento estadual e recursos federais

## Outros Projetos de Interesse para a Região

Outros projetos de interesse para a Região foram identificados nas estratégias do Estado (Tabela 2.5.18), não diretamente ligados às estratégias regionais definidas, mas que também suprem suas necessidades. O recursos requisitados para o desenvolvimento da Região estão descritos nos Quadros 2.5.29 a 2.5.36.

**Tabela 2.5.18 – Outros Projetos de Interesse para a RF 5 (R\$ Mil)**

Área	Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total
1 – Inclusão Social	1 – Melhoria do Atendimento em Educação Básica	1 – Eliminação do Analfabetismo	660	2.643	2.643	5.946
		2 – Escola de Tempo Integral	1.675	7.631	10.308	19.614
		3 – Avaliação de Desempenho	5	11	11	26
		4 – Atendimento à Demanda por Ensino Básico	44.865	69.860	115.082	229.806
	2 – Melhoria do Atendimento em Saúde	1 – Expansão do Programa Saúde da Família	4.752	11.040	20.160	35.952
	3 – Melhoria das Condições de Habitação	1 – Redução do Déficit Habitacional Urbano	52.578	77.483	79.268	209.329
		2 – Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios	4.168	7.116	-	11.284
		3 – Redução do Número de Domicílios com Densidade Excessiva	820	1.639	1.639	4.098
	4 – Ampliação do Atendimento em Saneamento Básico	1 – Rede de Distribuição de Água	18.740	28.715	28.050	75.506
		2 – Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos	4.840	12.085	14.490	31.415
	5 – Combate à pobreza	1 – Renda Básica	21.454	42.908	42.908	107.270
	<i>Total da Área</i>			<i>154.556</i>	<i>261.131</i>	<i>314.558</i>
2 – Manutenção do Potencial Ambiental		1 – Criação, Consolidação e Manejo de Áreas Protegidas	1.900	4.750	2.850	9.500
		2 – Sistemas de Captação, Armazenamento e Distribuição de Águas Pluviais	234	585	351	1.170
		3 – Melhorias Tecnológicas para a Destinação de Dejetos de Origem Animal	384	961	577	1.922
		4 – Incentivos à Produção Agroecológica	818	2.046	1.228	4.092
	<i>Total da Área</i>			<i>3.337</i>	<i>8.342</i>	<i>5.005</i>
3 – Estruturação da Governança Moderna e Participativa		1 – Capacitação para o Planejamento e Ordenamento Territorial	585	1.169	1.169	2.923
		2 – Capacitação de Pessoal para o Planejamento e Ordenamento Territorial	143	286	286	715
	<i>Total da Área</i>			<i>728</i>	<i>1.455</i>	<i>1.455</i>
4 – Suprimento de Infra-Estruturas		1 – Fomento à Produção de Bioenergia	-	-	25.000	25.000
		<i>Total da Área</i>			<i>-</i>	<i>-</i>
<b><i>Total Geral</i></b>			<b><i>158.621</i></b>	<b><i>270.928</i></b>	<b><i>346.018</i></b>	<b><i>775.567</i></b>

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Esses Programas e Projetos pertencem a quatro áreas:

### INCLUSÃO SOCIAL

Incluem as ações em educação, saúde, habitação, saneamento e combate à pobreza, que abrangem a totalidade das demandas urbanas e rurais da Região até 2015. Esses projetos constam da estratégia 3 do Plano Estadual, detalhada no Volume 1 desta coletânea. As demandas e recursos aqui estimados não incluem os dos pólos urbanos, anteriormente descritos na Estratégia de Fomento do Terciário Superior. Trata-se do atendimento do restante das populações urbanas e rurais. Ou seja, as demandas e os recursos totais para a Região são o somatório destes ora estimados e daqueles dos pólos urbanos. Destaque-se que, nesta Região Funcional, e diferentemente do que ocorre nas demais, não é necessária, até o ano de 2015, a criação de novos

postos para médicos ou enfermeiros na estrutura de saúde. Isso porque o número de posições atualmente existentes é suficiente para manter os indicadores de número de profissionais por habitante, mesmo com o crescimento populacional, até o fim do horizonte de planejamento deste estudo. Dessa forma, os projetos que contemplam a contratação destes profissionais, verificados em todas as demais Regiões, não são necessários neste caso.

## PROGRAMA MELHORIA DO ATENDIMENTO EM EDUCAÇÃO BÁSICA

Quadro 2.5.29 – Projetos de Interesse – Programa Melhoria do Atendimento em Educação Básica RF 5

Programa: Melhoria do Atendimento em Educação Básica				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Eliminação do Analfabetismo	A análise dos dados por faixa etária confirma que a universalização do Ensino Fundamental tem empurrado o analfabetismo para as idades mais avançadas, ou seja, o problema é de estoque e não mais de fluxo. Portanto, é possível ter por objetivo eliminar o analfabetismo ainda existente em parte da população da Região	Atender a demandas de 53,2 mil pessoas até 2015		Orçamentos dos três níveis de governo: federal, estadual e municipal
Escola de Tempo Integral	As políticas de correção de fluxo, que levam à eliminação da distorção série/idade e à redução do número de anos para o percurso de cada nível de ensino, apóiam-se no pressuposto de que todos os alunos conseguem desenvolver as competências requeridas pela escola, se lhes forem dadas as oportunidades de aprendizagem. Programas de reforço escolar, na forma de atividades pedagógicas diversificadas, em turno contrário ao da escola, aumentam as probabilidades de sucesso dos alunos com dificuldades de aprendizagem e são uma parte importante das políticas de correção do fluxo	Atender a demandas estimadas de 42,6 mil alunos até 2015	Secretaria da Educação do Estado do RS e prefeituras municipais	Orçamentos estadual e municipais
Avaliação de Desempenho	As políticas de correção do fluxo escolar, que implicam na eliminação da repetência, devem ter sua eficiência monitorada por um sistema de avaliação de desempenho dos alunos, a fim de verificar se, além de serem promovidos, os alunos estão desenvolvendo as competências requeridas pela escola	Implantar processo de avaliação externa das escolas estaduais, a cada dois anos até 2015.: Fundamental 10,9 mil alunos, Médio: 2 mil alunos até 2015	SEC e universidades	
Atendimento à Demanda por Ensino Básico	A oferta de matrículas no Ensino Fundamental é dever do Estado. A oferta de matrículas no Ensino Médio é imperativa do desenvolvimento pessoal, direito individual também garantido pela Constituição Brasileira	Atender até 2015: 131,9 mil alunos no ensino Fundamental e 39,12 mil no Médio	SEC, Ministério da Educação e prefeituras municipais	

## PROGRAMA MELHORIA DO ATENDIMENTO EM SAÚDE

Quadro 2.5.30 – Projetos de Interesse – Programa Melhoria do Atendimento em Saúde RF 5

Programa: Programa Melhoria do Atendimento em Saúde				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Expansão do Programa Saúde da Família	O PSF permite ampliar e qualificar a atenção básica prestada no Rio Grande do Sul pelos municípios	Aumentar a cobertura do Programa para 50% da população em 2007; 70% em 2011; 80% em 2015. 424 equipes até 2015	Ministério da Saúde, SES e prefeituras municipais	Orçamentos dos três níveis de governo

## PROGRAMA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DA HABITAÇÃO

Quadro 2.5.31 – Projetos de Interesse – Programa Melhoria das Condições da Habitação RF 5

Programa: Melhoria das Condições da Habitação				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Redução do Déficit Habitacional Urbano	O investimento no setor habitacional é prioritário, tendo em vista seu impacto social e econômico, tanto para a indústria local, como na geração de empregos para a força de trabalho menos qualificada. Atendimento à demanda por moradia das novas famílias resultantes do crescimento demográfico, destinados a famílias com renda per capita mensal até 5 salários mínimos	Construir unidades residenciais nas zonas urbanas de forma a eliminar 35% do déficit existente até 2015. Construir 16,4 mil habitações até 2015	Sehadur e Cohab	Orçamento do Estado e Sistema Financeiro de Habitação
Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios sem Sanitário	Garantia de acesso das populações urbana e rural à moradia com qualidade e conforto mínimos, vinculada aos serviços de infra-estrutura básicos (água, esgoto e energia elétrica)	Eliminar 35% do déficit existente até 2011. Construir 6,9 mil unidades sanitárias até 2011	Sehadur e Cohab	Orçamento do Estado
Redução do Número de Domicílios com Densidade Excessiva	Garantia de acesso das populações urbana e rural à moradia com qualidade e conforto mínimos, com redução de densidade onde há mais de três moradores por dormitório	Reduzir em 17,5%, sendo 20% até 2007, 40% até 2011 e 40% até 2015. Atender à demanda de 3,1 mil moradias até 2015	Sehadur e Cohab	Orçamento do Estado

## PROGRAMA AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO EM SANEAMENTO BÁSICO

Quadro 2.5.32 – Projetos de Interesse – Programa Ampliação do Atendimento em Saneamento Básico FR 5

Programa: Ampliação do Atendimento em Saneamento Básico				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Rede de Distribuição de Água	Ampliação da rede para atender aos novos domicílios urbanos decorrentes do equacionamento do déficit habitacional e do crescimento demográfico	Atender à demanda de 64,1 mil domicílios até 2015	Sops, Sema. Corsan e prefeituras municipais	Orçamento do estado e a cobrança pelo uso da água
Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos	Trata-se de programa essencial para a qualidade de vida da população	Atender à demanda de 59,6 mil domicílios até 2015	Sops e Prefeituras municipais	Orçamentos do Estado e municipais

## PROGRAMA COMBATE À POBREZA

Quadro 2.5.33 – Projetos de Interesse – Programa Combate à Pobreza RF 5

Programa: Combate à Pobreza				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Renda Básica	Adicionalmente aos programas desenvolvidos pela Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Rio Grande do Sul e as ações de saúde pública e de educação básica com conteúdo de combate à pobreza, é justificável um programa de repasse de renda com foco na população que se situa abaixo da linha de indigência	Complementar os rendimentos das pessoas acima de 10 anos de idade com renda inferior a ¼ do salário mínimo, a fim de que alcancem o piso de um salário mínimo per capita. Demandas de 12,8 mil pessoas até 2015	STCAS e prefeituras municipais	

## MANUTENÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL

Com ações de criação e consolidação de áreas protegidas e indígenas; melhorias tecnológicas para destinação de dejetos animais e incentivos à produção agroecológica.

**Quadro 2.5.34 – Projetos de Interesse – Manutenção do Potencial Ambiental RF 5**

Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Criação, Consolidação e Manejo de Áreas Protegidas	A partir do projeto anterior, de “Elaboração do plano diretor dos espaços rurais e naturais da região”, estabelecer uma rede de informações sobre biodiversidade, manter e criar áreas de proteção	Desenvolver e implantar planos de manejo nas Unidades de Conservação; consolidar áreas decretadas: desapropriação e/ou demarcação de Unidades de Conservação; criar de novas Unidades de Conservação	Sema, Fepam e FZB	Programa de Conservação e manejo dos ecossistemas brasileiros do SNUC, Programa de Pesquisa em Biodiversidade, Bio Carbon Fund, Prototype Carbon Fund e Community Development Carbon Fund
Sistemas de Captação, Armazenamento e Distribuição de Águas Pluviais	Nos períodos de escassez de água, que tem sido mais frequentes no Estado, a dessedentação dos animais representa um problema sazonal importante. No entanto, nesse tipo de criatório, as coberturas são grandes e permitem que as águas pluviais, se coletadas, representem uma fonte de abastecimento adequada para os períodos de escassez. O projeto objetiva assim implantar reservatórios de captação de águas pluviais em propriedades de agricultura familiar, visando contribuir para a dessedentação de animais, irrigação em casos específicos e, sob tratamento, para uso humano em situações emergenciais	Construir cisternas, açudes e correlatos e redes de distribuição nas propriedades rurais onde existam condições físicas de captação	SAA, Sema, Sops, Fepam e Emater	Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e Conservação de Solos na Agricultura Fundo de Recursos Hídricos-FRH coordenado pelo Departamento Estadual de Recursos Hídricos-DRH
Melhorias Tecnológicas para a Destinação de Dejetos de Origem Animal	A produtividade, por animal e por área, aumentou consideravelmente na região e Estado, passando-se a produzir grandes quantidades de dejetos em pequenas extensões de terra. Simultaneamente, iniciaram-se os problemas com o mau cheiro, oriundo das criações, e com o destino dos efluentes. A melhoria das tecnologias disponíveis para a destinação final dos dejetos animais bem como a sua validação é de fundamental importância para que possa ser fomentada e mantida a atividade de suinocultura no RS. O projeto “Gestão de ativos ambientais”do PNMA II/MMA está em andamento no Estado, envolvendo RS e SC	Desenvolver cursos e treinamentos para capacitação de suinocultores e avicultores em técnicas ambientalmente sustentáveis adotando práticas de manejo e instalação de equipamentos adequadas para a transformação de resíduos orgânicos em fertilizantes (adubo)	SAA e Sema	Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMA II
Incentivos à produção agroecológica	Fomentar a criação de uma nova geração de produção agroecológica, menos impactante ao meio ambiente e de maior valor comercial. Os incentivos a culturas de maior valor agregado podem ser concomitantes a este tipo de produção, que encontram preços melhores. Embora o mercado regional seja pequeno e de pouco poder aquisitivo para esse tipo de produção, a exportação de produtos poderá ser incentivada, especialmente daqueles hortifrúteis de menor perecibilidade, tais como legumes, tubérculos, frutas	Alcançar cerca de 5% dos produtores regionais – cerca de 2 000	Sema, Fepam e Emater	Programa Primeiro Empréstimo Programático para a Sustentabilidade Ambiental Prodatab – Projeto de Desenvolvimento de Tecnologia Agrícola

## ESTRUTURAÇÃO DO PLANEJAMENTO REGIONAL E GOVERNANÇA MODERNA E PARTICIPATIVA

Com ações de capacitação de estruturas e pessoal para o planejamento e ordenamento territorial.

**Quadro 2.5.35 – Projetos de Interesse – Estruturação do Planejamento Regional e Governança Moderna e Participativa RF 5**

Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Capacitação das Estruturas para o Planejamento e Ordenamento Territorial	Reaparelhamento das instituições (incluindo renovação de equipamentos e <i>softwares</i> e ampliação do quadro de pessoal), de acordo com o Programa de Estruturação da Governança	Atingir e manter o reaparelhamento no período 2007-2015	Metroplan, Sefaz e Sehadur	Orçamento do Estado
Capacitação do Pessoal para o Planejamento e Ordenamento Territorial	Definição, por edital, IES ou consórcio de IES responsável por assegurar a realização de ciclos de formação para técnicos	Capacitar técnicos dos quadros estadual e municipal	SCP	Orçamento do Estado; Ministério das Cidades e financiamentos externos (BID, Bird)

### SUPRIMENTO ENERGÉTICO

Com fomento à produção de bioenergia o Programa Gaúcho de Biodiesel – Probiobiodiesel-RS está desenvolvendo ações diversas, destinadas a suprir o mercado obrigatório estabelecido pelo marco regulatório do governo federal para B2, estimado em cerca de 70 milhões de litros/ano.

Essa necessidade de produção gaúcha poderá ainda ser incrementada pelo suprimento, ao menos parcial, dos mercados de Santa Catarina, do Uruguai e da Argentina, que já manifestam interesse, além dos outros usos já citados, que poderão utilizar frações maiores de biodiesel em mistura ao diesel de petróleo. Desta forma, amplia-se o mercado potencial para o biodiesel gaúcho.

As unidades gaúchas estão previstas para as regiões onde a soja é dominante, porém, com a possível introdução do cultivo da mamona, principalmente na metade sul do Estado, alguma unidade deverá ser implementada na Região 5, que se constitui na segunda Região produtora de combustíveis no Estado.

**Quadro 2.5.36 – Projetos de Interesse – Suprimento Energético RF 5**

Agrupamento: Suprimento Energético				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Fomento à Produção de Bioenergia	A legislação federal recomenda o uso de até 2% de biodiesel (B2) em mistura com o diesel de petróleo até 2007, passando a ser <i>obrigatório</i> a partir de 2008 a 2013 (o que está sendo revisto, podendo a obrigatoriedade ser antecipada) e <i>obrigatório</i> o uso de 5% de biodiesel (B5) em mistura ao diesel de petróleo a partir de 2013. Em máquinas agrícolas esse percentual de mistura pode aumentar até 30%, o que sinaliza uma demanda grande e contínua futura para esse produto na região e outras regiões, considerando ser ela a segunda produtora de combustíveis no Estado, além de produtora de soja, podendo incentivar outras culturas de oleaginosas para esse tipo de produção	Implantação de 1 unidade de produção de biodiesel na região entre 2012 e 2015	Sedail, Semc e SAA	BNDES e bancos financiadores estaduais

## ANEXO 1 – LISTA DE SIGLAS

Abradee: Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica  
Acamrece: Associação dos Vereadores da Região Cealeiro  
Acaveplam: Associação das Câmaras de Vereadores do Planalto Médio  
Acvermau: Associação das Câmaras de Vereadores do Médio Alto Uruguai  
Adevale: Agência de Desenvolvimento Vale do Rio Turvo  
AED: Análise da Eficiência de Unidade Produtiva  
Ageflor: Associação Gaúcha de Empresas Florestais  
Agergs: Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul  
Aipan: Associação Ijuicense de Proteção ao Ambiente Natural  
ALM: Agência de Desenvolvimento da Bacia do Lago Mirim  
ALL: América Latina Logística  
Amasbi: Associação dos Municípios do Alto da Serra do Botucaraí  
Amau: Associação dos Municípios do Alto Uruguai  
Amcserra: Associação dos Municípios do Centro Serra  
AMGSR: Associação dos Municípios da Grande Santa Rosa  
AMM: Associação dos Municípios das Missões  
Amu-celeiro: Associação dos Municípios da Região Cealeiro do Rio Grande  
Amucser: Associação dos Municípios dos Campos de Cima da Serra  
Amunor: Associação dos Municípios do Nordeste Riograndense  
Amuplam: Associação dos Municípios do Planalto Médio  
Amvat: Associação dos Municípios do Vale do Alto Taquari  
Amzop: Associação dos Municípios da Zona da Produção  
ANA: Agência Nacional de Águas  
Anama: Ação Nascente Maquiné  
Anatel: Agência Nacional de Telecomunicações  
Aneel: Agência Nacional de Energia Elétrica  
ANP: Agência Nacional do Petróleo  
Anvisa: Agência Nacional de Vigilância Sanitária  
APA: Área de Proteção Ambiental  
Apaari: Associação de Proteção Ambiental Amigos do Rio Ijuí  
Apan: Associação de Proteção ao Ambiente Natural  
APL: Arranjo Produtivo Local  
APP: Áreas de Preservação Permanente  
ARCV: Associação de Câmaras da Região Noroeste do Rio Grande do Sul  
Arvau: Associação dos Vereadores do Alto Uruguai  
AsRNP: Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa  
Avat: Associação dos Vereadores do Alto Taquari  
Avenor: Associação Regional de Câmaras de Vereadores da Região Nordeste do Rio Grande do Sul  
Avevarp: Associação dos Vereadores do Vale do Rio Pardo  
Barrisul: Banco do Estado do Rio Grande do Sul  
BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento  
Bird: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial  
BM&F: Bolsa de Mercadorias e Futuros  
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
BRDE: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul  
BSBIO: Indústria e Comércio de Biodiesel Brasil Ltda.  
C&T: Ciência e Tecnologia  
CAD: Computer-Aided Design  
CAE: Computer-Aided Engineering  
CAF: Cooperação Andina de Fomento  
CAM: Computer-Aided Manufacturing  
Capes: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CCPE: Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos  
CDE: Conta de Desenvolvimento Energético  
Ceasa: Central de Abastecimento do RS  
Ceclimar : Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos  
Ceee: Companhia Estadual de Energia Elétrica  
CEF: Caixa Econômica Federal  
Ceitec: Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada

Cerfox: Cooperativa de Energia e Desenvolvimento Rurais de Fontoura Xavier  
Ceriluz: Cooperativa Regional Rural de Ijuí  
Cermissoes: Cooperativa Regional de Eletrificação Rural das Missões  
Certaja: Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Rural Taquari Jacuí  
Certel: Cooperativa Regional de Eletrificação Teutônia  
Certhil: Cooperativa de Energia e Desenvolvimento Rural Entre Rios  
Cesa: Companhia Estadual de Silos e Armazéns  
Cetemp: Centro Tecnológico de Mecânica de Precisão  
Cetepo: Centro Tecnológico de Polímeros  
CGEU: Comitê Gestor Estadual de Universalização  
CGNU: Comitê Gestor Nacional de Universalização  
CGTEE: Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica  
Cientec: Fundação de Ciência e Tecnologia  
Citec: Centro de Inovação Tecnológica e Empreendedorismo  
CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CNU: Conselho Nacional de Universalização  
Coasa: Cooperativa Agrícola Água Santa  
Cohab: Companhia de Habitação do Rio Grande do Sul  
Comude: Conselho Municipal de Desenvolvimento  
Conab: Companhia Nacional de Abastecimento  
Cooperluz: Cooperativa de Eletrificação Rural Fronteira Noroeste  
Copec: Conselho de Pesquisas em Educação e Ciências  
COREDE: Conselho Regional de Desenvolvimento  
Corsan: Companhia Riograndense de Saneamento  
Cosel: Cooperativa Sudeste de Eletrificação Rural  
Cotrijui: Cooperativa Regional Triticola Serrana  
Cotrimaio: Cooperativa Agropecuária Alto Uruguai  
Creluz: Companhia de Energia e Desenvolvimento Rural do Médio Uruguai  
Crerall: Cooperativa Regional de Eletrificação Rural do Alto Uruguai  
CTCCA: Centro Tecnológico do Couro, Calçados e Afins  
CTET: Comitê Técnico para Expansão da Transmissão  
CTMR: Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência  
CUT/RS: Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul  
Daer: Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do RS  
DEC: Duração Equivalente de Falhas  
Defap: Departamento de Florestas e Áreas Protegidas  
DPA: Departamento de Proteção Animal  
DPV: Departamento de Proteção Vegetal  
DRH: Departamento de Recursos Hídricos  
EBT: Empresas de Base Tecnológica  
Emater: Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural  
Embrapa: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EMS: Efficiency Measurement System  
ESF: Equipe de Saúde da Família  
ETE: Escola Técnica Estadual  
Facos: Faculdade Cenecista de Osório  
Fapergs: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul  
Fapesp: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo  
Farsul: Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul  
Fatec: Faculdade de Tecnologia  
Feasp: Fundo Estadual de Apoio ao Setor Primário  
FEC: Frequência Equivalente de Falhas  
Federasul: Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul  
FEE: Fundação de Economia e Estatística  
Fepagro: Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária  
Fepam: Fundação Estadual de Proteção Ambiental  
Fesa: Fundo Estadual de Sanidade Animal  
FGV: Fundação Getúlio Vargas  
Fiergs: Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul  
Finep: Financiadora de Estudos e Projetos  
FMM: Fundo de Marinha Mercante  
FPM: Fundo de Participação de Municípios



FRH: Fundo de Recursos Hídricos  
 Funai: Fundação Nacional do Índio  
 Funbio: Fundo Brasileiro para a Biodiversidade  
 Funcap: Fundação de Capacitação e Desenvolvimento de Três de Maio  
 Fundest: Fundação Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho  
 Fundopem: Fundo Operação e Empresa  
 Furgs: Fundação Universidade do Rio Grande do Sul  
 FZB: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul  
 GM: General Motors do Brasil Ltda  
 GPS: Global Positioning System  
 Grac: Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo  
 GTA: Guia de Trânsito Animal  
 GTPI-SUL: Grupo de Trabalho do Planejamento Indicativo da Região Sul  
 HA: Hectare  
 HCPA: Hospital de Clínicas de Porto Alegre  
 I&C: Informação e Conhecimento  
 IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
 Ibce: Instituto Brasileiro de Economia  
 ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
 ICT: Instituições Científico-Tecnológicas  
 Idese: Índice de Desenvolvimento Socioeconômico  
 IES: Instituições de Ensino Superior  
 Infraero: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária  
 Integrar/RS: Programa de Harmonização do Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio Grande do Sul  
 JBIC: Japan Bank for International Cooperation  
 LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias  
 MCT: Ministério da Ciência e Tecnologia  
 MCH: Micro Central Hidrelétrica  
 MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário  
 MDF: Medium Density Fiberboard  
 MDL: Mecanismos de Desenvolvimento Limpo  
 MEC: Ministério da Educação e Cultura  
 Metroplan: Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional  
 MME: Ministério das Minas e Energia  
 OCB: Organização das Cooperativas Brasileiras  
 OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.  
 OGU: Orçamento Geral da União  
 OMS: Organização Mundial da Saúde  
 OMT: Organização Mundial do Turismo  
 ONG: Organização Não-Governamental  
 ONU: Organização das Nações Unidas  
 P&D: Pesquisa e Desenvolvimento  
 PAM: Produção Agrícola Municipal  
 Pappe: Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas  
 PASS: Programa de Ação Social em Saneamento  
 PAT: Porto Alegre Tecnópole  
 PCH: Pequenas Central Hidrelétrica  
 PGQP: Programa Gaúcho da Qualidade e da Produtividade  
 PIB: Produto Interno Bruto  
 Pipe: Programa em Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas  
 PME: Pequenas e Micro Empresas  
 PNF: Programa Nacional de Florestas  
 PNI: Programa Nacional de Incubadoras e Parques  
 PNPB: Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel  
 Pnud: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
 PO: População Ocupada  
 Polis: Instituto Polis  
 PPA: Plano Plurianual  
 PPP: Parceria Público-Privada  
 Probio: Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira  
 Probiodiesel: Programa Brasileiro de Biodiesel  
 Procergs: Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul

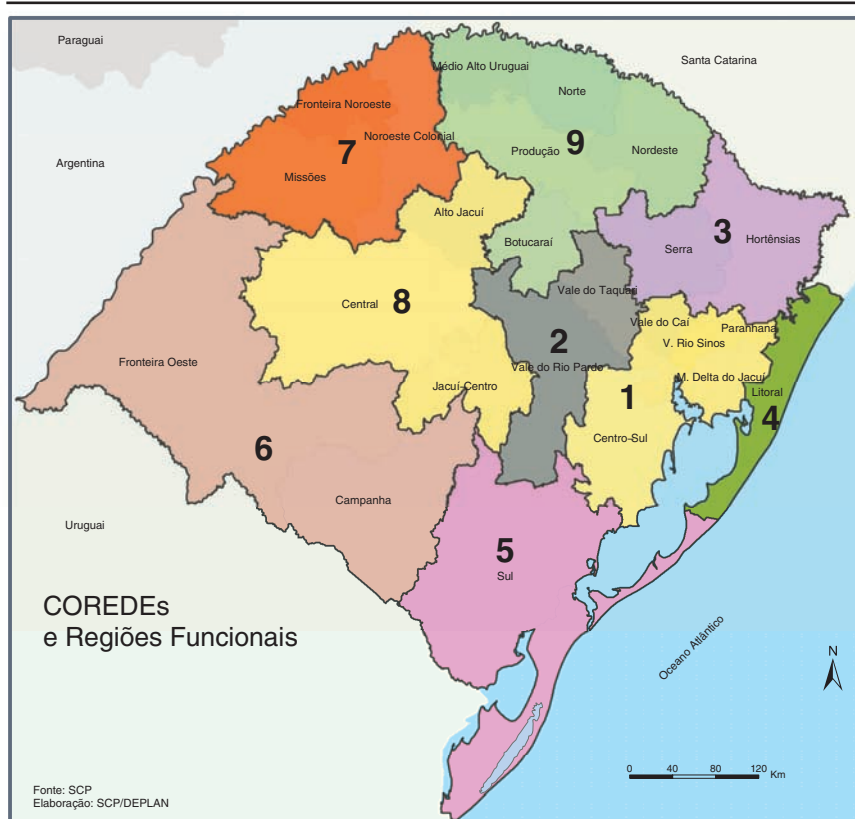
Procoredes: Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico-Tecnológico Regional  
Prodatab: Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologias Agropecuárias para o Brasil  
Prodetur: Programa de Desenvolvimento do Turismo  
Prominp: Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural  
Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
Prosaneat: Programa de Saneamento para a População de Baixa Renda  
PSF: Programa de Saúde da Família  
PTV: Permissão de Trânsito Vegetal  
PUC: Pontifícia Universidade Católica  
Rais: Relação Anual de Informações Sociais  
Reconversul: Programa de Fomento e Reconversão da Metade Sul do Rio Grande do Sul  
RF: Região Funcional  
RGE: Rio Grande Energia  
RGR: Reserva Global de Reversão  
RMPA: Região Metropolitana de Porto Alegre  
RNP: Rede Nacional de Ensino e Pesquisa  
S&P: Standard & Poor's  
SAA: Secretaria da Agricultura e Abastecimento  
Saeb: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica  
SCP: Secretaria da Coordenação e Planejamento  
SCT: Secretaria da Ciência e Tecnologia  
Sebrae: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SEC: Secretaria da Educação  
Sedai: Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais  
Sehadur: Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano  
Seic: Sistema Estadual de Inteligência Competitiva  
Sema: Secretaria do Meio Ambiente  
Semc: Secretaria de Energia, Minas e Comunicações  
Senai: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
Senar: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
Siga: Sistema Integrado de Gestão Ambiental  
Sigplan: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento  
SIGPROGB: Sistema de Informação Geográfica do Pró-Guaíba  
SM: Salário Mínimo  
Sops: Secretaria das Obras Públicas e Saneamento  
SUS: Sistema Único de Saúde  
Swot: Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats  
Tecon: Terminal de Contêineres  
TEU: Twenty-Foot Equivalent Unit  
TI: Tecnologia da Informação  
Trensub: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.  
UC: Unidade de Conservação  
UCS: Universidade de Caxias do Sul  
Uergs: Universidade do Estado do Rio Grande do Sul  
Ufpel: Fundação Universidade Federal de Pelotas  
UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Ufsm: Universidade Federal de Santa Maria  
Ulbra: Universidade Luterana do Brasil  
Unicruz: Universidade de Cruz Alta  
Unifra: Centro Universitário Franciscano  
Unijuí: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul  
Unisc: Universidade de Santa Cruz do Sul  
Unisinós: Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
Univates: Centro Universitário Univates  
UPF: Universidade de Passo Fundo  
Urcamp: Universidade da Região da Campanha  
URI: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Usen: Universidade Sebrae de Negócios  
V/C: Volume / Capacidade  
VAB: Valor Agregado Bruto  
VCP: Votorantim Celulose e Papel

## ANEXO 2

### Base de Regionalização adotada para as propostas deste Volume

As várias dimensões relevantes analisadas nos estudos que integram o projeto Rumos 2015 levaram a equipe que coordenou o trabalho a sugerir um novo recorte espacial, definindo nove Regiões Funcionais para fins de planejamento no Rio Grande do Sul. Este recorte buscou atender a dois critérios importantes. O primeiro foi o de respeitar os recortes dos Coredes, pois essas instituições representam uma importante forma da organização do capital social das regiões, com apoio e aceitação política. Além disso, a criação de uma outra regionalização, superposta a todas as demais e que não respeitasse tais jurisdições, só faria aumentar a complexidade, prejudicando a interlocução com os agentes locais. O segundo critério utilizado foi o de buscar uma divisão regional capaz de reconhecer, respeitar e incorporar as homogeneidades existentes em termos econômicos, ambientais e sociais, além de refletir as polarizações observadas durante o estudo.

#### Nove Regiões Funcionais de Planejamento



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC



**Participaram da elaboração deste Volume:**

Editoração: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas e Centhury Artes Gráficas e Editora Ltda.

Resumos: Angela Bortolotto, Sônia Maria Moreira de Mello e Suzane Beatriz de Oliveira

Revisão: Geanine da Rosa Pereira e Sílvia Mondadori Bandeira

Apoio: Irmgard Penz, Marcelo Barbosa e Marco Penha



## GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL Secretaria da Coordenação e Planejamento

### RUMOS 2015

#### Governo do Estado do Rio Grande do Sul

##### Coordenação Geral, Avaliação e Acompanhamento

João Carlos Brum Torres – Secretaria da Coordenação e Planejamento  
Maria Izabel Knijnik – Secretaria da Coordenação e Planejamento  
Alexandre Porsse – Fundação de Economia e Estatística  
Antonio Cargin – Secretaria da Coordenação e Planejamento  
Ari Moreira – Secretaria da Coordenação e Planejamento  
Daniel Lena Souto – Secretaria da Coordenação e Planejamento  
Fernando Luiz Righi de Oliveira – Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais  
Paulo Pinto – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem  
Rubens Soares de Lima – Secretaria da Coordenação e Planejamento  
Sônia Maria Moreira de Mello – Secretaria da Coordenação e Planejamento  
Suzana Oliveira – Secretaria da Coordenação e Planejamento

##### Colaboradores

Adalberto Maia Neto – Fundação de Economia e Estatística  
Álvaro Garcia – Fundação de Economia e Estatística  
Aod Cunha de Moraes Junior – Fundação de Economia e Estatística  
Dagoberto Lima Godoy – Caixa RS – Fomento Econômico e Social  
Hermílio Santos Filho – Secretaria da Coordenação e Planejamento  
José Antônio Fialho Alonso – Fundação de Economia e Estatística  
Maria Domingues Benetti – Fundação de Economia e Estatística  
Maria Lúcia Leitão de Carvalho – Secretaria da Coordenação e Planejamento  
Marisa Forneck – Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais  
Wilson Gignachi – Secretaria dos Transportes

##### Apoio

Alba Conceição Marquez dos Santos – Secretaria da Coordenação e Planejamento  
Angela Bortolotto – Secretaria da Coordenação e Planejamento  
Antônio Provenzano Streb – Secretaria da Coordenação e Planejamento  
Irmgard Penz – Secretaria da Coordenação e Planejamento  
Magda Maciel Bueno – Secretaria da Coordenação e Planejamento  
Marcelo Bastos Barbosa – Secretaria da Coordenação e Planejamento  
Marlise Margô Henrich – Secretaria da Coordenação e Planejamento  
Rafael Franke – Secretaria da Coordenação e Planejamento  
Silvana Maron – Secretaria da Coordenação e Planejamento  
Tiago Jose Meireles Soares – Secretaria da Coordenação e Planejamento

##### Órgãos e Instituições Colaboradores

Fundação de Economia e Estatística  
Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais  
Caixa RS – Fomento Econômico e Social  
Secretaria dos Transportes  
Superintendência de Portos e Hidrovias  
Superintendência do Porto de Rio Grande  
Conselhos Regionais de Desenvolvimento

#### Consórcio Booz Allen Hamilton – Fipe – HLC

##### Coordenação da Consultoria

Luiz F. M. Vieira – Diretor do Projeto/Consórcio  
Jorge A. Maluf Filho – Diretor Técnico  
André Franco Montoro Filho – Coordenador Técnico Geral  
Carlos Azzoni – Coord. Técnico Desenvolvimento Regional  
Antônio Galvão Novaes – Coord. Técnico Logística de Transporte  
Miguel Luiz M. Noronha – Gerente de Projeto

##### Desenvolvimento Regional

Vera Pastorelo – Líder  
Cristiano Fontes – Infra-Estrutura Econômica  
Flávio Brandão – Informação e Conhecimento  
José Ely da Veiga – Desenvolvimento Regional  
José Marcos Cunha – Demografia  
Leonardo Monastério – Desenvolvimento Regional  
Luiz Feresin – Desenvolvimento Regional  
Márcio Pires – Desenvolvimento Regional  
Maria Alice Lahorgue – Desenvolvimento Regional  
Mauro Jungblut – Meio Ambiente  
Rafael Ramalho – Desenvolvimento Regional  
Ricardo Abramovay – Desenvolvimento Regional  
Roberto Luís do Carmo – Demografia  
Vanya Sant'Anna – Infra-Estrutura Social

##### Logística de Transporte

André Bresolin Pinto  
Christina Giacini de Freitas  
Felipe Brum de Brito Sousa  
Lorely Joffe  
Maria Beatriz Costa  
Pedro Veiga de Camargo  
Rubens Almeida Jr.  
Tancredo Vasconcellos  
Virgílio Rodrigues Lopes de Oliveira  
Wagner Colombini Martins

##### Cenários

Eduardo Haddad – Líder  
Edson Domingues  
Eduardo Almeida  
Fábio Kanczuk  
Fernando Perobelli

##### Apoio

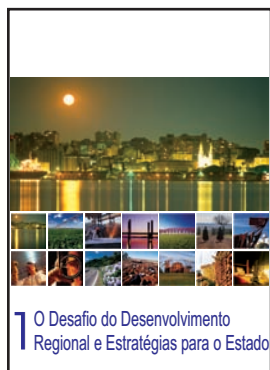
Cássio Rosseto – Banco de Dados Georeferenciado e Sistema de Monitoramento e Avaliação  
Fernando Formigoni – Georeferenciamento  
Fuad Jorge – Banco de Dados  
Maria Flávia Adorni – Banco de Dados Georeferenciado e Sistema de Monitoramento e Avaliação  
Maria Hortência Lima – Secretária-Executiva

Secretaria Estadual da Coordenação e Planejamento  
Avenida Borges de Medeiros, 1501, 9º andar  
Cidade Baixa – Porto Alegre – RS CEP 90119-900

Editoração: Companhia Riograndense de Artes Gráficas



# Síntese em 5 Volumes do Estudo sobre Desenvolvimento Regional e Logística de Transportes no Rio Grande do Sul - Volume 2 -



Secretaria da Coordenação e Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul